Dia do Orgulho ‘O mercado entendeu que a inclusão é um ativo’, afirma Tomás Jatobá, da Vinci SPS

A executiva Morena Carvalho revelou a homossexualidade no trabalho em 2013: ‘Não foi traumático’

Maitê Schneider (foto), da rede TransEmpregos, está otimista com a abertura do diálogo na última década EU&

Sexta-feira, 28 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6032 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

Críticas de Lula dificultam controle da inflação, diz Campos Neto

Política monetária Segundo ele, presidente eleva prêmio de risco ao questionar aspectos técnicos de decisões do BC

Alex Ribeiro
De São Paulo

As críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à condução da política monetária dificultam o trabalho de controle da inflação, disse ontem o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. Em entrevista ao **Valor**, ele afirmou que as acusações de suposta falta de independência por sua proximidade com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, se baseiam em "factoides" e ignoram a ação concreta de ter aumentado os juros em 2022, ano em que Lula derrotou Jair Bolsonaro. "Quando você tem uma pessoa da importância do presidente questionando aspectos técnicos da decisão do BC, gera um prêmio de risco na frente", disse Campos Neto. "Essa incerteza maior acaba fazendo com que o nosso trabalho fique mais difícil."

Durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, Lula chamou de "cretinos" os que associaram a alta do dólar às suas declarações na véspera. Segundo ele, o dólar já subia 15 minutos antes. A moeda já avançava quando Lula questionou a necessidade de corte de gastos, mas acelerou a alta após a fala.

Ao **Valor**, Campos Neto negou ter sido convidado para ser ministro da Fazenda em um hipotético mandato de Tarcísio na Presidência da República. "A próxima pessoa que sentar na minha cadeira provavelmente vai a eventos do governo. O que tem que ser cobrado dele não é se ele vai estar num evento do governo, se ele vai estar numa festa na casa de uma pessoa que seja muito de esquerda. O que deve ser cobrado é qual foi a decisão que tomou." Disse, ainda, não ter problemas com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apesar dos ruídos recentes. "Acho que ele está fazendo um esforço fiscal muito grande."

Segundo Campos Neto, a projeção alternativa de inflação apresentada pelo Copom com juros em 10,5% mostra que a Selic é "suficientemente alta" para, num período mais longo, trazer a inflação para a meta. Ele esclareceu que o BC usou a palavra "interrupção" do ciclo de queda da taxa por representar da melhor forma o objetivo de não dar uma indicação mais firme de seus passos futuros. **Páginas A11, C1 e C3**

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Campos Neto: "Incerteza maior acaba fazendo com que o nosso trabalho fique mais difícil"

Ex-executivos da Americanas são alvos de operação da PF

Adriana Mattos, Camila Zarur e Rodrigo Carro
De São Paulo e do Rio

A Polícia Federal realizou ontem, no Rio, operação contra 14 ex-executivos da Americanas, suspeitos de participarem de fraude contábil de R$ 25,3 bilhões. Além de 15 mandados de busca e apreensão, duas ordens de prisão preventiva não puderam ser cumpridas, porque seus alvos encontram-se no exterior: o ex-presidente da varejista Miguel Gutierrez e a ex-diretora Anna Saicali. Ambos foram incluídos na lista de foragidos da Interpol. Entre os crimes em apuração estão manipulação de mercado, uso de informação privilegiada, associação criminosa e lavagem de dinheiro. As penas podem chegar a 26 anos de prisão.

Em nota, a Americanas disse que foi "vítima de fraude" pela antiga diretoria e que aguarda a conclusão das investigações para responsabilizar os envolvidos. A defesa de Gutierrez disse que o executivo "jamais participou ou teve conhecimento de qualquer fraude e vem colaborando com as autoridades". Representantes de Saicali não se manifestaram. **Páginas B1 e B2**

Em 1º debate, economia opõe Biden e Trump

Luiza Palermo e Roberto Lameirinhas
De São Paulo

No primeiro debate da história dos EUA entre um presidente e um ex-presidente, o democrata Joe Biden — que tinha como principal estratégia reduzir as especulações sobre seus 81 anos — estava mais afônico do que o normal. Em contraste, seu adversário, o ex-presidente Donald Trump, se esforçava para mostrar-se assertivo e ponderado. Logo no começo, houve trocas de acusações sobre o estado da economia, com Biden no ataque: "Estava tudo um caos, tivemos de restabelecer a situação", disse. Trump rebateu: "Tivemos a melhor economia da história deste país e, na covid-19, gastamos o dinheiro que era necessário. Hoje, a inflação está castigando as famílias americanas", disse Trump. **Página A14**

Em busca da reconstrução do Rio Grande do Sul

ANDRÉ BORGES/VALOR

José Zotti recolhe brinquedos dos netos nos escombros de sua casa, em Arroio do Meio

De Encantado, Muçum, Porto Alegre, Roca Sales, Arroio do Meio (RS), Rio, Curitiba e São Paulo

As enchentes que tomaram o Rio Grande do Sul após os temporais que devastaram o Estado completam dois meses neste fim de semana, com 478 dos 497 municípios gaúchos diretamente afetados. A tragédia causou a morte de 178 pessoas, e 34 estão desaparecidas. Aos poucos, o povo gaúcho tenta retomar a vida. São pessoas como José Zotti, que usou parte das economias para construir sua casa. A propriedade continua de pé, mas está em área de risco. "Estamos limpando para poder voltar."

Em maio, o **Valor** percorreu mais de mil quilômetros por estradas, entre as regiões do vale do rio Taquari, do Vale dos Vinhedos e de Porto Alegre, ouviu desabrigados, voluntários, empresários e autoridades municipais, estaduais e federais. E o que se viu foi um rastro de escombros que tomam conta da paisagem. Escolas, hospitais e postos de saúde comprometidos. Pastagens destruídas e até processos datados de 1930, patrimônio histórico da Justiça do Trabalho, foram submersos pelas águas.

A reconstrução do Estado exige esforço conjunto de governos, setor privado e da sociedade civil. Com esse foco, o projeto "Reconstrói Rio Grande do Sul" começa hoje na Editora Globo e no Sistema Globo de Rádio. A publicação de um caderno especial no **Valor** e em "O Globo" e as reportagens que vão ao ar pela CBN são as primeiras iniciativas de uma plataforma que cobrirá as medidas tomadas para a reconstrução. Todo o ganho líquido do caderno — de R$ 1.053.659 — será doado para as instituições sem fins lucrativos Ação da Cidadania, Central Única de Favelas (Cufa) e Cruz Vermelha do RS. **Caderno Especial**

- **Contas públicas:** Governo federal quer separar calamidade de questão estrutural. **F6**
- **Meio ambiente:** Catástrofe coloca perdas do RS entre as 40 maiores do século. **F10**

Indicadores

Ibovespa	27/jun/24	1,36 % R$ 22,3 bi
Selic (meta)	27/jun/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	27/jun/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	27/jun/24	5,5223/5,5229
Dólar comercial (mercado)	27/jun/24	5,5073/5,5079
Dólar turismo (mercado)	27/jun/24	5,5521/5,7321
Euro comercial (BC)	27/jun/24	5,9116/5,9145
Euro comercial (mercado)	27/jun/24	5,8946/5,8953
Euro turismo (mercado)	27/jun/24	5,9722/6,1522

Para empresas, Real foi mudança profunda na rotina

Marli Olmos
De São Paulo

Antes do Plano Real, há mais de 30 anos, administrar uma empresa no Brasil era quase um pesadelo, relembram dirigentes de grandes companhias, ouvidos pelo **Valor**, que enfrentaram os desafios da hiperinflação nos anos 80 e início dos 90. "O plano foi além da estabilização da moeda. Foi um processo de modernização do país e um choque de otimismo como em nenhum outro momento da história", diz Pedro Passos, cofundador e acionista da Natura.

O plano de estabilização mudou a rotina nas empresas. "Perdia-se muito tempo com negociação de preços. Passamos a aproveitar o tempo na busca de melhorias, de coisas mais perenes. Hoje me concentro em como melhorar nossa eficiência", destaca Roberto Cortes, presidente da Volkswagen Caminhões e Ônibus. "O empresariado colocou a palavra produtividade em seu vocabulário", completa Passos.

Como outras reformas não seguiram o vigor do plano econômico lançado há três décadas, perdeu-se "a oportunidade de construir um país melhor", diz Horácio Lafer Piva, presidente do conselho de administração da Klabin. **Página A5**

Energia Este deve ser o primeiro ano desde 2017 em que país não terá certames de óleo e gás; decisão preocupa indústria e entidades setoriais

Brasil deve ficar sem leilão de petróleo em 2024

Kariny Leal
Do Rio

A indústria de petróleo tem enfrentado uma lista de entraves neste ano e pode ter que lidar com mais um: a falta de leilão de exploração em 2024. Entre debates sobre a Margem Equatorial, greve dos agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), proximidade da Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas — a COP30, programada para Belém (PA) no ano que vem — e reclamações da Agência Nacional de Petróleo (ANP) sobre falta de recursos, os agentes do setor podem ter em 2024 o primeiro ano desde 2017 sem um certame por parte da agência reguladora.

Segundo a ANP, a expectativa mais conservadora é que a publicação de novos editais de leilões ocorra no começo de 2025. Isso acontece porque, em dezembro do ano passado, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) estabeleceu novas diretrizes para definição de regras de conteúdo local nos próximos ciclos de licitações sob os regimes de concessão e de partilha dentro da oferta permanente. Nessa modalidade, as empresas não precisam esperar a rodada "tradicional" de leilões, ficando permanentemente aptas para arrematar blocos de petróleo.

Procurada, a ANP diz que aproveitou a mudança do CNPE para revisar instrumentos licitatórios: "Trata-se de uma oportunidade de implementar melhorias no edital."

A diretoria da agência aprovou nesta quinta-feira (27) a revisão dos editais relacionados à Oferta Permanente de Concessão. Segundo a ANP, a revisão dos documentos passará por consulta pública por 45 dias e depois por uma audiência pública. Depois da aprovação final pela diretoria, o texto será avaliado pelo Tribunal de Contas da União, que tem mais 90 dias.

O último leilão de áreas realizado pela ANP foi em 13 de dezembro, quando a agência disponibilizou blocos da oferta permanente sob os regimes de concessão e de partilha. O certame foi considerado melhor que o esperado pela agência, apesar de terem negociado 193 blocos, 32% dos mais de 600 ofertados nos dois regimes.

Julio Moreira, diretor-executivo de exploração e produção do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), afirma que a importância do setor para a economia brasileira faz com que a falta de leilão em 2024 seja mais preocupante. Segundo Moreira, antes de 2017, houve um período em que o país ficou alguns anos sem leilão, o que impactou negativamente nas reservas de petróleo e gás do país. Este impacto negativo sobre as reservas pode se repetir com a ausência de leilão, na visão do especialista.

Em abril, o Brasil produz 4 milhões de barris de óleo equivalente por dia. A expectativa é chegar a 5,4 milhões em dez anos, segundo Moreira. O país tem cerca de 12 a 15 anos de reservas neste momento, conforme os dados do IBP.

"Não entendemos os motivos que levaram a ANP a postergar [a realização de leilões]", diz o diretor-executivo do IBP, que completa: "Imaginamos que a postergação dos leilões pode se relacionar a uma questão ambiental, mas entendemos que existem outros elementos que impactaram a ANP a ponto de atrasar o leilão", diz.

Moreira lembra que a falta de leilões posterga descobertas: "A falta de previsibilidade e de continuidade de leilões têm impacto negativo para o setor e para a economia nacional. Projetos de exploração no país, desde o leilão até a descoberta do primeiro óleo, levam de sete a dez anos", afirma o executivo do IBP.

Na semana passada, o presidente da Shell Brasil, Cristiano Pinto da Costa, disse que a falta de um leilão neste ano preocupa a companhia, que é a única empresa privada que participou de todos os certames da ANP desde a abertura do mercado. Segundo o executivo, a companhia europeia continua demonstrando interesse em aumentar a produção brasileira: "Acreditamos que uma sequência de leilões é importante para a indústria."

Para a Associação Brasileira das Empresas de Bens e Serviços de Petróleo (Abespetro), a regularidade dos leilões é importante para assegurar a autossuficiência energética do país: "A regularidade dos leilões é fundamental para o planejamento das petroleiras presentes no país, bem como para a sustentabilidade da cadeia produtiva de fornecimento de bens e serviços, e estabilidade da geração de empregos e arrecadação de impostos no setor." A associação de prestadoras de serviço destaca a importância de preservar a estrutura da ANP para que possa exercer o papel de reguladora e fiscalizadora.

Debates sobre Margem Equatorial, greve de servidores e COP30 são alguns dos entraves

DIVULGAÇÃO

Julio Moreira: "Imaginamos que a postergação dos leilões pode se relacionar a uma questão ambiental"

Fontes ouvidas pelo **Valor** afirmam que a revisão de regras de conteúdo local é um tema complexo e que requer tempo, mas ressaltam que motivações políticas e de agenda podem ser o motivo desse atraso maior por parte da agência. Uma pessoa ligada à indústria diz que a falta de recursos da ANP pode ser um dos motivos. Os servidores da agência reguladora estudam entrar em "operação-padrão", com redução da carga de atividades, por falta de recursos.

No início do mês, a diretora da ANP Symone Araújo disse ao **Valor** que a reguladora tem enfrentado dificuldades devido aos cortes de recursos sofridos no orçamento de 2024. "De modo geral, a agência, como todos os órgãos reguladores, recebeu um corte orçamentário forte, na casa de 20%, para 2024. Nosso orçamento é calculado para dez anos e sofreu reduções", disse na ocasião. Esse corte orçamentário impacta questões de apuração e distribuição, por diminuir acesso a instrumentos de tecnologia de informação, e compromete a capacitação, disse a diretora.

Para uma das fontes ouvidas pela reportagem, a falta de leilão neste ano pode ser uma forma de a ANP chamar a atenção do governo para a redução de orçamento. "Não há razão objetiva para atrasar tanto o leilão", disse.

Outra fonte diz que a agenda do Ministério de Minas e Energia (MME) tem outras prioridades neste ano, como a tentativa de liberar com o Ibama a licença para que a Petrobras inicie a exploração na Foz do Amazonas, na Margem Equatorial, e a preparação para a COP30, em novembro de 2025. "O MME está escolhendo as brigas. Colocar um leilão agora seria dissipar os esforços. A ANP não tem uma relação direta com isso, mas é uma agenda que concorre. O maior significado é o gesto que representa a falta de um leilão por um ano. Rever a regra de conteúdo local é complexo, mas daria para ter sido feito em um ano."

O ministério rebate: "O MME informa que tem atuado de maneira firme para que o leilão da ANP ocorra ainda em 2024, incluindo aspectos estabelecidos pelo CNPE sobre obrigatoriedade de conteúdo local, gerando emprego e renda para brasileiras e brasileiros. Destaca também, que o leilão da PPSA [Pré-Sal Petróleo] acontecerá em 31 de julho deste ano". A PPSA é a empresa pública vinculada ao ministério e que faz leilões da parcela de petróleo e gás da União.

Indústria reduz mão de obra em 8,3% em dez anos

Alessandra Saraiva e Rafael Rosas
Do Rio

A indústria brasileira diminuiu o contingente empregado e o patamar de salários entre 2013 e 2022. É o que aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a Pesquisa Industrial Anual (PIA) Empresa e Produto, divulgada na quinta-feira (27). O instituto apurou que, no período, a mão de obra na indústria caiu 8,3%, para 8,3 milhões, redução de 745,5 mil pessoas em uma década. O salário médio mensal da indústria também caiu, de 3,4 salários mínimos para 3,1 salários mínimos na mesma comparação.

Synthia Santana, pesquisadora do IBGE, ponderou que não há resposta única a redução das vagas no setor industrial. "Tivemos mudanças regulatórias no mercado de trabalho que podem ter influenciado esse resultado", disse. A reforma trabalhista foi implementada em 2017 e Santana lembrou que o setor de serviços contou com aumento de espaço na economia, o que pode ser indicativo de migração de vagas de um setor para o outro. "E tivemos mudança na estratégia das empresas [industriais]. Tem mudado muito perfil de mão de obra, com bastante digitalização", disse a pesquisadora.

As crises econômicas, no período, também podem ter sido fator para perda de vagas, admitiu a especialista. O país enfrentou uma recessão entre os anos 2015 e de 2016. As maiores perdas de emprego, entre 2013 e 2022, foram observadas em confecção de artigos do vestuário e acessórios (-219 mil vagas); fabricação de produtos de minerais não metálicos (-104,5 mil) e fabricação de produtos de metal exceto máquinas e equipamentos (-102 mil).

A perda de vagas ocorre em contexto que o número de empresas industriais bateu recorde, na ótica da pesquisa do IBGE. O universo do levantamento abrange amostra de 50.296 empresas, com 30 ou mais pessoas ocupadas ou receita bruta superior a R$ 26,4 milhões. Com essa amostra, o IBGE apurou que, em 2022, o setor industrial abrangia 346,1 mil empresas, sendo 6,7 mil da indústria extrativa; e 339,4 mil da indústria de transformação. Esse total é o maior da série da pesquisa, iniciada em 2007; e 12,9% acima de patamar pré-pandemia em 2019 (306,6 mil).

Nesse total, as indústrias extrativas empregavam 200 mil, e as de transformação, 8,1 milhões. A receita líquida de vendas somou R$ 6,682 trilhões, sendo R$ 436,8 bilhões originado das indústrias extrativas e R$ 6,244,7 trilhões das indústrias de transformação.

Também em 2022, o valor bruto da produção industrial atingiu R$ 6,121 trilhões, sendo R$ 437,4 bilhões originado das indústrias extrativas e R$ 5,683 trilhões das indústrias da transformação. O custo das operações industriais somou R$ 3,635 trilhões, em 2022.

Em termos de produto, a alta do preço do petróleo contribuiu para que os óleos brutos de petróleo fechassem 2022 como a maior receita de vendas da indústria brasileira, com R$ 274,5 bilhões e 5,3% do total da receita líquida industrial do país. Os óleos brutos de petróleo ocupavam no ano anterior a segunda colocação, com 4,2% da receita líquida total. A liderança era dos minérios de ferro e seus concentrados, que tinham 5,5% da receita em 2021 e passaram a 3,1% em 2022, caindo para a terceira colocação, com R$ 159,6 bilhões.

A segunda posição, em 2022, coube ao óleo diesel, que respondia por 2,6% da receita líquida industrial em 2021 (a terceira maior) e passou para 3,9% no ano seguinte, com R$ 200 bilhões.

Em relação às atividades industriais, os setores com as maiores participações na receita líquida de vendas em 2022, entre os 29 pesquisados, foram Fabricação de produtos alimentícios (17,3%); Fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (11,9%); Fabricação de produtos químicos (11,1%); Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (8,5%); e Metalurgia (7,4%).

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Política monetária Para secretário de Política Econômica, alteração garante um horizonte de maior estabilidade para as projeções

Novo sistema de meta 'não aperta nem afrouxa', diz Mello

Lu Aiko Otta
De Brasília

A mudança no sistema de metas de inflação, com a adoção de uma meta contínua de 3% formalizada na última quarta-feira, não teve objetivo de "apertar ninguém nem afrouxar ninguém", disse ao **Valor** o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello.

"Até porque as metas continuam as mesmas do regime do ano calendário: 3% e 1,5 ponto de banda para cima e para baixo", argumentou.

Além disso, foi determinado que eventuais alterações na meta de inflação serão decididas com 36 meses de antecedência. Isso, segundo o secretário, "garante um horizonte de maior estabilidade para a projeção".

Mello frisou que o novo formato será adotado apenas após o final do mandato do atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

No novo regime, o indicador de preços segue o mesmo de hoje: o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Porém, muda a forma como a inflação passará a ser observada.

"Estamos criando um formato em que o acompanhamento da inflação não vai ser guiado por um dia do ano específico, por um mês específico, mas vai ser algo continuado", disse. "Os atores vão passar a olhar de forma continuada esses movimentos, as suas tendências."

A meta será considerada descumprida quando, por seis meses consecutivos, a taxa acumulada em 12 meses ultrapassar o limite superior da banda.

> "As metas continuam as mesmas do regime do ano-calendário"
> *Guilherme Mello*

Nesse caso, o Banco Central vai informar, em carta enviada ao ministro da Fazenda e ao Conselho Monetário Nacional (CMN) por que a meta foi descumprida, que medidas está tomado para trazer a inflação de volta à meta e em quanto tempo isso deve ocorrer.

"Isso permite uma ação mais bem estruturada e menos reativa do Banco Central, porque ele não tem obrigatoriamente que, no ano seguinte, no dia 31 de dezembro, entregar a meta", comentou. "Ele pode montar o plano de voo e não precisa reagir de forma exacerbada se, no seu entendimento, a ação da política monetária vai levar mais tempo para trazer isso [a inflação] dentro da meta de novo".

O Relatório Trimestral de Inflação, por meio do qual o Banco Central se comunica com a sociedade a respeito da operação do sistema de metas de inflação, vai mudar de nome. Passará a chamar-se Relatório de Política Monetária.

O anúncio do regime de meta contínua de inflação elimina uma incerteza do mercado em relação ao desenho do novo regime, disse Mello. "Havia alguns agentes que tinham dúvidas sobre isso", afirmou.

O secretário comentava sobre o conjunto de incertezas, internacionais e domésticas, que levaram o Banco Central a interromper o ciclo de cortes nas taxas de juros. Considera que a maior contribuição para o processo vem do cenário externo, mas reconheceu que há fatores de incerteza também na economia local.

No front doméstico, permanece no foco de atenções a mudança da diretoria do Banco Central. É, porém, algo que vai se resolver ainda este ano, ponderou.

Há ainda incerteza no mercado em relação à política fiscal, mais especificamente à capacidade de o governo manter o arcabouço fiscal, avaliou.

Essa dúvida, acredita o secretário, será reduzida com o envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025.

A proposição, disse, demonstrará "de maneira clara, transparente e objetiva" como a consolidação fiscal será mantida, ao mesmo tempo em que serão preservadas as políticas públicas que atendem aos que mais necessitam de apoio do Estado.

Mello comentou que dificilmente o mercado acreditaria, no início deste ano, que o governo chegaria ao fim do primeiro semestre "próximo de cumprir a meta de zerar o déficit".

DIOGO ZACARIAS

Guilherme Mello: acompanhamento da inflação será "algo continuado"

INÊS 249

Conjuntura Desvalorização do real ante o dólar já passa de pontual e pode afetar formação de preços no segundo semestre, dizem economistas

Persistência e origem do choque cambial contratam repasse a IPCA

DIVULGAÇÃO

André Valério: dada origem da depreciação cambial, é mais provável ter repasse do câmbio à inflação do que não ter

Anaïs Fernandes
De São Paulo

A persistência da depreciação cambial e a natureza dos choques que têm levado a uma desvalorização do real ante o dólar, ligados a incertezas externas e domésticas, devem contratar um repasse desfavorável para a inflação brasileira à frente, segundo economistas. Algumas instituições, inclusive, já revisaram suas projeções para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) por causa disso.

A taxa de câmbio saltou de R$ 5,02 por dólar em 28 de março para quase R$ 5,51 ontem, após encostar em R$ 5,52 na quarta-feira, na máxima do ano. Diante da perspectiva de que o câmbio fechará 2024 em R$ 5,30, e não mais R$ 5, o PicPay elevou sua projeção para o IPCA ao fim de 2024 de 3,8% para 4,1%. O BTG Pactual subiu sua projeção de câmbio de R$ 5 para R$ 5,20 em 2024 e de R$ 5,10 para R$ 5,30 em 2025. A previsão para o IPCA em 2024 até foi mantida em 4%, mas a estimativa para 2025 foi de 3,8% para 4%, refletindo a piora no câmbio, além do aumento das expectativas de inflação.

O câmbio é relevante para a condução da política monetária por causa do chamado "repasse cambial" para a inflação. "A taxa de câmbio é mais um dos preços relativos da economia. Qualquer alteração nela tem impacto na alocação de recursos e, por consequência, na inflação", diz André Valério, economista sênior do Banco Inter.

Em um estudo, ele calculou que, em média, uma depreciação de 1% da taxa de câmbio, normalizando o modelo, eleva a inflação em 0,16 ponto percentual (p.p) um ano após o choque. Isso varia, no entanto, dependendo da natureza do choque cambial, diz Valério.

O economista dividiu sua análise em dois blocos por origem dos choques: internacionais ou domésticos. Ele avaliou choques de demanda e incerteza nos dois blocos, além de choques de oferta global e política monetária no Brasil.

Cada choque foi representado por uma variável (*ver tabela ao lado*). Um choque que aumente a demanda global em 1%, por exemplo, geraria uma apreciação do câmbio de 6% um ano depois, segundo o Inter, devido ao impacto positivo nos preços das commodities, já que o Brasil é exportador. Um choque que aumente o risco-país em 12%, por outro lado, levaria a uma depreciação do câmbio de 4% em um ano, porque uma maior percepção de risco tende a gerar fuga de capital do país.

Valério concluiu que, tudo constante, o maior repasse cambial à inflação ocorreria pela depreciação da taxa de câmbio gerada por choque de demanda doméstica.

"Do ponto de vista dos economistas, vivemos um equilíbrio geral. Então, existem efeitos de segunda ordem, tipo 'efeito borboleta': uma pequena mudança gera ramificações na economia. Uma demanda doméstica maior afeta o consumo dos agentes, que terá de ser, em parte, via bens importados, impactando demanda e oferta de moeda estrangeira no país e, portanto, o câmbio", diz Valério.

Ele calcula que uma depreciação de 1% da taxa de câmbio por causa de um choque de demanda doméstica leva a um aumento de 0,53 p.p. na inflação em um ano. No agregado, no entanto, esse efeito tende a ser bem menor.

"Nem todos os choques vão afetar o câmbio da mesma maneira. Ele é mais sensível a variáveis de risco do que de PIB, por exemplo, principalmente em emergentes como o Brasil. Por mais que a gente calcule que o repasse à inflação de um choque de demanda doméstica que afete o câmbio seja o maior, esse tipo de choque provoca pouca movimentação no câmbio. Em outras palavras: um choque de demanda doméstica para gerar depreciação no câmbio de 1% teria de ser muito grande", afirma.

Por outro lado, diz, a incerteza global tem um peso agregado alto no repasse cambial à inflação. Valério estima que uma variação no câmbio de 1% oriunda de um aumento da incerteza global gera um impacto de 0,37 p.p. na inflação em um ano. "O ponto é que nem precisa ter variação tão grande da incerteza global para já ter essa variação no câmbio", diz Valério.

Análise similar vale para choques cambiais que tenham como motivação o aumento da incerteza doméstica, cujo repasse da desvalorização de 1% levaria a uma elevação de 0,14 p.p. na inflação após um ano, segundo o Inter.

Por isso, diz Valério, o Banco Central poderia até ficar menos preocupado se a depreciação do real em curso tivesse como origem aumento da demanda doméstica. Não é o caso. A desvalorização cambial recente tem sido gerada por uma combinação de aumento da incerteza global, sobretudo em relação à economia e aos juros nos Estados Unidos, e da incerteza doméstica, principalmente por causa do cenário fiscal do Brasil.

"Queremos chamar a atenção para que essa natureza dos choques tem de ser levada em conta também na função de reação do BC. Dado que a origem da depreciação cambial está vindo desses fatores, é mais provável ter um repasse do câmbio para a inflação do que não ter", afirma Valério. O Inter projeta taxa de câmbio de R$ 5,15 por dólar ao fim de 2024 e de 2025, com IPCA de 4,3% neste ano e 3,8% no próximo.

> "Esse processo se dissemina pela economia como um todo"
> *Marco Maciel*

A persistência de um câmbio mais depreciado é fundamental para que ocorra o repasse à inflação, ressalta Marco Maciel, economista-chefe do Banco Fibra.

Ele calcula que, para a alimentação no domicílio, o repasse de cada 10% de desvalorização do câmbio à inflação é de 0,6 p.p. Já o repasse para a inflação de bens industriais, que no passado rodava em 0,5 p.p., agora é menos da metade, em torno de 0,15 p.p., segundo Maciel.

Com isso, ele chega em um repasse médio de 0,4 a 0,5 p.p. para a inflação de preços livres a cada 10% de variação cambial. Mas, dada a pequena probabilidade de o câmbio se valorizar em relação aos R$ 5,40 no curto prazo, o repasse pode estar mais perto de 0,5 p.p. a 0,6 p.p, estima Maciel.

"As médias com as quais as empresas trabalham se modificam para cima e são repassadas setorialmente e intersetorialmente. À medida que fornecedores e concorrentes fazem isso, todos começam a subir preços sem medo de perder fatia de mercado e, aí, o repasse chega ao consumidor", diz Maciel. "Esse processo se dissemina pela economia como um todo."

Uma alteração da taxa de câmbio em um trimestre se configurando em mudança das expectativas para dois trimestres seguidos tende a levar a uma perspectiva de câmbio médio maior no ano e a uma taxa mais elevada no fim do período, diz Maciel. Sua expectativa é que a inflação seja impactada pelas mudanças no câmbio a partir de junho e, com mais intensidade, em julho, agosto e setembro. "Afeta também a projeção de inflação ao fim de 2024 e pega o primeiro trimestre de 2025", afirma.

Por isso, entre outras razões, Maciel revisou sua projeção de IPCA de 3,74% para 3,92% em 2024 e de 3,62% para 3,84% em 2025, com o câmbio indo de R$ 5,10 para R$ 5,20 ao fim de 2024 e de R$ 5 para R$ 5,15 em 2025.

Nesta quinta, 27, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou que o Relatório de Inflação (RI) de junho não trouxe grandes elaborações sobre possíveis impactos do câmbio "por entender que a gente está passando por um ruído de curto prazo e que precisamos falar mais de variáveis mais estruturais".

O diretor de Política Econômica, Diogo Guillen, observou que o repasse cambial "mudou bem pouco" nos modelos do BC, que foram atualizados no RI. No modelo agregado, por exemplo, uma depreciação permanente do câmbio de 10% produz um efeito máximo na variação acumulada em quatro trimestres do IPCA de cerca de 0,96 p.p., contra 1,1 p.p. na modelagem anterior.

De onde vem o choque?

Origem do choque cambial gera impactos diferentes na inflação

Tipos de choques analisados

Origem	Descrição	Variável para medir
Demanda doméstica	Aumento do PIB do Brasil	PIB (IBGE)
Demanda global	Aumento do PIB global	PIB mundial (Banco Mundial)
Incerteza doméstica	Aumento do risco-país do Brasil	EMBI (J.P. Morgan)
Incerteza global	Aumento da volatilidade do S&P 500	Índice VIX
Oferta global	Aumento nos preços das commodities	Preço de commodities (FMI)
Política monetária	Aumento na taxa básica de juros do Brasil	Selic

Fonte: Inter. * Normalização do modelo estimado

Inflação da indústria sobe pelo 4º mês seguido

Lucianne Carneiro
Do Rio

A chamada inflação de "porta de fábrica", sem impostos e fretes, teve alta de 0,45% em maio, frente a abril, segundo o Índice de Preços ao Produtor (IPP), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O dado veio após aumento de 0,67% do indicador em abril e foi a quarta alta seguida. Com influência de demanda internacional por soja e problemas logísticos para saída de arroz no Rio Grande do Sul, os preços de alimentos foram a principal influência, segundo o IBGE.

Já o resultado acumulado do índice nos 12 meses até maio atingiu 0,17%. Até abril, o resultado era um recuo de 3,15%. Foi a primeira taxa positiva em 15 meses, desde fevereiro de 2023 (1,39%). No resultado acumulado em 2024 até maio, a alta do IPP é de 1,37%. Até abril, era de 0,92%.

A alta foi puxada pelo segmento de alimentos, com aumento de 1,88% no preço e influência de 0,45 ponto percentual da taxa de 0,45% do IPP geral. O movimento foi amenizado pela queda de 4,98% das indústrias extrativas, com impacto de -0,25 ponto percentual.

O aumento de alimentos foi de 1,88%, a maior alta nesses preços desde outubro de 2023 (1,98%). No resultado de maio, os alimentos tiveram influência de 0,45 ponto percentual da taxa de 0,45% do IPP geral. No caso do IPP, o acompanhamento se refere aos alimentos que são usados como insumos pela indústria.

"O preço dos alimentos foi influenciado pelos aumentos foi explicado por resíduo de soja, leite e arroz. Por outro lado, o açúcar teve queda de preço", afirmou o gerente de análise e metodologia do IPP, Alexandre Brandão.

No caso de resíduo de soja, ele explicou que há uma demanda internacional forte, somada à depreciação do real. Já o preço do leite foi afetado pela seca, que diminuiu a produção nas bacias leiteiras. No caso do arroz, segundo Brandão, os problemas de logística no Rio Grande do Sul, para que o produto saísse do Estado, afetaram o preço.

"Já o açúcar teve queda de preço, com a colheita da cana", disse.

Outras atividades que contribuíram para a alta dos preços da indústria em maio, frente a abril, foram metalurgia, com aumento de 1,51% e impacto de 0,09 ponto percentual, e papel e celulose, variação de 1,71% e influência de 0,06 ponto percentual.

Por outro lado, os preços da indústria extrativa recuaram 4,98%, a queda mais intensa para um mês desde novembro de 2023 (-7,09%). De acordo com Brandão, houve recuo nos preços de petróleo e minério de ferro.

"Essa queda da indústria extrativa tem a particularidade de os dois produtos com maior peso estarem com variação no mesmo sentido. Desde novembro de 2023 os dois não apareciam juntos com variação negativa de preço", disse ele.

Quinze das 24 atividades acompanhadas pelo IPP tiveram alta de preços em maio. O número foi menor que o de abril, quando 21 das 24 atividades tiveram taxas positivas.

O IPP da indústria é formado por dois índices: o da indústria de transformação e o da indústria extrativa. Houve alta de 0,74% no primeiro, enquanto o último recuou 4,98%.

Caged mostra quase 132 mil vagas formais em maio

Guilherme Pimenta, Jéssica Sant'Ana e Ívina Garcia
De Brasília e São Paulo

O mercado de trabalho registrou criação líquida de 131.811 vagas com carteira assinada em maio, resultado de 2.116.326 admissões e 1.984.515 desligamentos, informou o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, em entrevista coletiva nesta quinta-feira, 27.

O resultado ficou abaixo do piso das projeções coletadas pelo Valor Data junto a 19 consultorias e instituições financeiras, que era de mais 164 mil postos de trabalho, com teto das estimativas em 262.957 e mediana de 200 mil empregos criados.

Segundo o ministro, 26 unidades da federação registraram abertura de vagas, somente o Rio Grande do Sul teve redução líquida, de 22.180 empregos.

O país acumula criação de 1.088.955 vagas em 2024 até maio, ante 874.289 no mesmo período do ano passado.

Serviços lideraram a abertura líquida de vagas, com 69.309 novos postos, seguidos pela agropecuária (19.836), construção (18.149), indústria (18.145) e comércio (6.375).

O país também gerou líquidamente em maio 37.573 novos postos de trabalho intermitente, de aprendizes, temporários, contratados por Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física ou com carga de até 30 horas.

O salário médio de admissão com carteira assinada ficou em R$ 2.132,64 em maio (ante R$ 2.135,94 em abril). Já o salário médio de demissão ficou em R$ 2.205,97 em maio (R$ 2.216,11 um mês antes).

Marinho disse que a expectativa de geração líquida de 2 milhões de empregos formais neste ano está "garantida". No acumulado do ano até maio, houve abertura de 1.088.955 vagas. Ainda durante a coletiva, o ministro destacou que a indústria começou "mais forte neste início de ano", o que teria, na sua visão, relação com os anúncios para a economia. Marinho voltou a dizer que a redução dos juros "é uma necessidade" para o Brasil.

Quatro regiões do país apresentaram abertura líquida de vagas formais de trabalho em maio. Houve abertura líquida de vagas no Sudeste (84.689), Nordeste (31.742), Centro-Oeste (9.277) e Norte (9.912). Já a região Sul, influenciada pelo Rio Grande do Sul, teve fechamento líquido de 9.824 vagas.

A redução de 7% no volume de admissões em maio deixa o empresariado em compasso de espera, afirma o professor e coordenador dos cursos de Pós-Graduação e MBA da Fipecapi, Flávio Riberi.

Para ele, incertezas na economia determinam condições balizadoras do crédito para novos investimentos e expansão da atividade, o que implica diretamente geração de empregos.

"Os sinais de estacionariedade da taxa de juros deixou de dar um fôlego para o empresariado que, consequentemente, deixou de gerar um aumento do nível formal de emprego", diz.

A tragédia climática que atingiu o Rio Grande do Sul no primeiro semestre, somada ao balanceamento do mercado de trabalho após o período pandêmico, pode explicar a queda na abertura de postos de trabalho em maio, explica o economista Matheus Pizzani da CM Capital.

Pizzani avalia que a catástrofe que ocorreu no Rio Grande do Sul teve como um dos desdobramentos a queda do volume de vagas de setores como os de serviços e o de comércio, que ficou pouco à frente do dado do setor agropecuário. "A diferença entre comércio e agro costuma ter uma distância bem acentuada, diferentemente do registrado no atual levantamento", pontua.

A respeito do balanceamento pós-pandêmico, Pizzani pondera que possivelmente o mercado de trabalho esteja iniciando um processo de balanceamento entre oferta e mão de obra no país. "O período de pandemia, e especialmente o pós-pandemia, foi marcado por um forte desequilíbrio no mercado de trabalho em termos de oferta e demanda por trabalhadores, bem como suas remunerações", afirmou.

Especial Empresários veem moeda como marco na história do país e afirmam que deveria servir de inspiração para problemas atuais

Plano Real mudou rotina das empresas e exigiu modernização

30 anos Plano Real

Marli Olmos
De São Paulo

Há até 30 anos, administrar uma empresa era um verdadeiro pesadelo, contam cinco representantes de grandes companhias, atuantes em entidades de classe e que já estavam na lida quando o Plano Real foi criado. Para eles, desde então, o tempo que desperdiçavam com planilhas de reajustes de preços e negociação com fornecedores e clientes passou a ser mais bem aproveitado no planejamento da eficiência dos negócios. Nenhum deles, obviamente, tem saudades dos tempos de hiperinflação. E todos concordam que o bem-sucedido plano de estabilização poderia servir de inspiração para resolver problemas atuais.

A criação do Plano Real, em 1º de julho de 1994, foi um salto de qualidade que Pedro Passos, cofundador e acionista da Natura diz não ter visto "em nenhum outro momento da história do país". "O plano foi além da estabilização da moeda. Foi um processo de modernização do país e um choque de otimismo proporcionado por um grupo de craques que se reuniu num momento mágico."

Horácio Piva, presidente do conselho de administração da Klabin, aponta o Real e a Constituição de 1988 como os "acontecimentos político-econômicos mais importantes da história do país".

Os empresários elegem a maestria do principal personagem dessa história, o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, como peça-chave para o sucesso da empreitada. "Ele inspirava confiança", afirma Claudio Sahad, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes Automotivos (Sindipeças). "Posteriormente, Fernando Henrique privatizou, abriu o mercado e o equilíbrio das contas andava em linha com os gastos", lembra Isaac Peres, presidente do conselho da Multiplan. Para Passos, a reforma do Estado e as privatizações na época ajudaram a "colocar o Brasil nos trilhos".

Para os dirigentes empresariais, o bem-estar proporcionado pelo fim da remarcação de preços constante fez do Real um movimento coletivo, capaz de resistir a décadas e aos riscos da volta do descontrole de preços.

Para Passos, "o sofrimento que a inflação causava fez com que o povo acreditasse no novo plano depois de tantos outros fracassados. E isso se faz sentir até hoje. "Essa propriedade que o povo criou sobre a estabilização não permite que governos brinquem com a inflação."

A maioria duvidou, na época, que a medida daria certo. "Havia um certo ceticismo porque tínhamos passado por Cruzado I e II, Plano Verão, Bresser, Collor I e II...", lembra Roberto Cortes, presidente da Volkswagen Caminhões e Ônibus e formado em economia.

"Vínhamos de um período de frustração com o Cruzado. E eu tinha dúvidas acadêmicas. Achava que não haveria como acabar com algo tão enorme num país como o Brasil se não fosse pelo gradualismo", completa Piva, também economista.

Em pouco tempo, o empresariado percebeu que a nova fórmula havia dado certo. "Eu pensei: estamos nos integrando ao mundo. E não é uma política de slogan. É uma nova visão de país", lembra Passos.

Piva recorda a perspectiva que se abriu: "A possibilidade de mexer com juros, o fim do monopólio de estatais..." Para ele, aquele elenco de medidas resultaria em "Estado mais enxuto".

Suscitava dúvidas, também, a adoção da URV (Unidade Real de Valor), uma espécie de moeda virtual que preparou o terreno para a chegada do real. "Na época, eu achei aquilo um pouco demais. Como o povo ia lidar com uma indexação que mudava diariamente?", afirma Passos.

Mas, aos poucos, "a moeda foi se ajustando, houve uma correção natural da economia e o plano ganhou credibilidade", destaca Cortes. "A URV foi uma ideia genial", completa Sahad.

Como no Brasil, "sempre prevalece a visão de curto prazo", diz Piva, muitos demoraram a se ajustar ao novo sistema. "Os empresários estavam acostumados a um mercado fechado e sempre buscavam artimanhas para se proteger. O tempo mostrou que a inflação prejudicava as empresas", completa.

A hiperinflação havia provocado atraso na modernização do setor industrial, segundo Sahad. "As empresas deixavam de investir no operacional, de comprar máquinas, a iam para o mercado financeiro. Isso retardou o crescimento de muitos. A inflação limitava a competitividade, tirava a previsibilidade. E para fazer qualquer investimento é preciso ter estabilidade", destaca Sahad.

Em pouco tempo, as empresas mostraram acreditar no plano. No mesmo ano do lançamento do Real, a Volkswagen anunciou investimento de R$ 1 bilhão para a construção de uma fábrica de caminhões e ônibus em Resende (RJ), inaugurada dois anos depois. "O investimento na nova fábrica se baseou na estabilidade da moeda", destaca.

O plano de estabilização mudou a rotina nas empresas. "Perdia-se muito tempo com negociação de preços. Passamos a aproveitar o tempo na busca de melhorias, de coisas mais perenes. "Hoje me concentro em como melhorar nossa eficiência", destaca Cortes. "O empresariado colocou a palavra produtividade em seu vocabulário", completa Passos.

Para administradores de empresas foi um alívio perceber, ainda, que como o plano sobreviveu às mudanças de governos. "Lula respeitou os fundamentos da economia deixados por Fernando Henrique e ainda conseguiu alocar recursos para uma agenda social que era importante atacar", diz Passos.

Se pudessem, esses empresários aproveitariam o clima de comemoração pelos 30 anos do plano que deu certo para jogar uma nova semente no país. "O Real entregou tudo? Não. Mas foi um avanço. O Brasil tem uma agenda grande de reformas, algumas já feitas e outras por fazer", destaca Passos.

O que poderia ter evoluído na mesma velocidade daquele enérgico combate à inflação? As reformas são um tema que preocupa. "O Brasil não cuidou das reformas. Se tivesse feito a previdenciária e a tributária há mais tempo, o país teria uma situação de competitividade melhor", afirma Piva.

"Certas reformas importantes para o país têm sido discutidas há anos. Precisamos da fiscal para ter estabilidade e mais previsibilidade. O contrário pode afetar a economia no médio e longo prazos", afirma Peres. "Falava-se que no dia em que as taxas de juros baixassem para 12% o Brasil explodia. O país cresceu, mas não explodiu."

Faltou ao Brasil "ser global como deveria", afirma Piva. Também para Passos, "a abertura poderia ter andado mais rápido". Além disso, os juros ficaram mais altos "e sofremos com isso", diz.

Como outras questões não seguiram o vigor do plano lançado há três décadas perdemos, diz Piva, "a oportunidade de construir um país melhor". "O Brasil sempre deixa as oportunidades correrem pelos dedos", completa.

Passos sente a falta de um novo "consenso", como foi o Plano Real. "Não há mais consensos. Às vezes tenho a impressão de que temos uma agenda de atraso, de retrocesso. Veja o Congresso discutindo regras de criminalização do aborto. Parece coisa da Idade Média."

A vida era muito dura nos tempos em que a inflação anual passava dos três e até quatro dígitos. Sahad lembra que chegou até a tirar rápido proveito do fracasso do Plano Collor. Era advogado recém-formado quando o governo anunciou o confisco do dinheiro que a população tinha em bancos, em 1990. "Passei a viver dos mandados de segurança que preparava para toda a família", lembra.

Mas a alegria do jovem advogado durou pouco. Ele decidiu trabalhar com o pai na empresa da família, a Ciamet, fabricante de componentes de metal, hoje sob seu comando e que neste ano completa 65 anos. O "estágio" que Moysés Elias Sahad escolheu para o filho iniciar na empresa enquanto estudava gestão empresarial foi na área de custos.

"Era uma loucura. Tínhamos que reajustar os preços a cada 15 dias, 30 no máximo." A empresa familiar que negociava com cliente gigantes da indústria automobilística de um lado e como compradora de grandes fornecedoras de matéria-prima do outro sentia-se, lembra, como "o marisco que fica entre a rocha e o mar: leva lambada dos dois lados".

> "A moeda foi se ajustando, houve correção natural da economia"
> *Roberto Cortes*

E quando o Real foi lançado? "Aí começou a pressão das montadoras para reduzirmos os preços", conta Sahad.

Do outro lado da negociação da empresa de Sahad estavam multinacionais do porte da Autolatina — joint-venture entre Ford e Volkswagen, que durou de 1987 a 1996. Quando o Plano Real foi lançado, Cortes estava na área financeira da Autolatina.

"Perdíamos muito tempo com fornecedor. Era um relacionamento conflituoso e uma situação difícil de explicar para a matriz, na Alemanha", comenta Cortes, que neste ano completa 45 anos de trabalho numa companhia que era só Ford quando ele entrou. Com o fim da joint-venture, ele ficou na Volks.

Já Peres fazia "bico de corretor e não tinha um tostão no bolso" quando, há 63 anos, fundou a Multiplan, administradora de grandes shopping centers como o Barra Shopping, no Rio, e o Morumbi Shopping, em São Paulo. Aos 82 anos, ele diz que nos tempos da inflação as compras de fornecedores eram feitas com o preço em aberto. "Não havia preço exato."

Piva começou a trabalhar aos 21 anos na Klabin, empresa da família e hoje a maior produtora e exportadora de papéis para embalagem do país. No início da década de 1990, ele foi convencido a dedicar um tempo à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entidade da qual ele se tornaria presidente em 1999.

Piva era o responsável pelo departamento de dados e pesquisa da Fiesp quando o Real foi lançado. Da inflação, o empresário lembra o que chama de "relação incestuosa". "Muita gente se beneficiava de prazos. Enquanto um era o caçador o outro era esmagado e todos sabiam que nesse jogo havia vencedores e perdedores claros", diz.

Passos já era um dos sócios da Natura, a famosa fabricante de cosméticos brasileira, quando o Real foi criado. Desde então, a empresa seguiu trajetória de crescimento. "Naquela época não havia planejamento e eu sofria muito com inflação que passava dos 30%, 40% ao mês", diz.

Quem já viveu o que Passos chama de "flagelo" tem motivos de comemoração. Mas também de reflexão. "O Real foi um momento e isso não se faz só por desejo; é preciso ter lideranças inspiradoras. Vamos celebrar essa vitória para ver se assim nos inspiramos".

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Pedro Passos: "Foi um processo de modernização do país e um choque de otimismo"

INÊS 249

Políticas públicas Com histórico de posicionamento favorável a minorias, STF não se posiciona sobre uso de banheiro por pessoas trans, após nove anos de debate

Decisão do Supremo faz comunidade LGBTQIA+ temer rumo conservador

Isadora Peron
De Brasília

Tema caro à comunidade LGBTQIA+, o julgamento sobre o direito de pessoas transexuais utilizarem o banheiro de acordo com sua percepção de gênero acabou sem uma análise de mérito no Supremo Tribunal Federal (STF). No dia 6 de junho, a Corte retomou um julgamento que estava parado há quase dez anos e discutia o assunto. Na ocasião, no entanto, os ministros decidiram que a ação não poderia ser apreciada por questões processuais.

O processo tratava do caso de uma mulher trans que foi impedida de ir ao banheiro feminino de um shopping center em Florianópolis. A ação começou a ser analisada pelo Supremo em 2015 e tinha repercussão geral, isto é, valeria para outros casos semelhantes.

Na época, o relator Luís Roberto Barroso votou favorável aos direitos das pessoas transexuais e foi seguido por Edson Fachin, mas o debate foi interrompido por Luiz Fux, que só devolveu o processo para julgamento em 2023, quase oito anos depois, uma das vistas mais longas da corte. De volta à pauta no início do mês, a ação foi arquivada, pegando de surpresa até mesmo Barroso, que chegou a protestar diante da decisão da maioria dos colegas. O placar foi 8 a 3.

"A impressão é que, com tantos ataques que o Supremo tem recebido do bolsonarismo, da extrema direita, os ministros decidiram não decidir o tema", diz o advogado Paulo Iotti, que representou a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) no processo.

Ele, no entanto, acredita que, no momento em que o Supremo tiver coragem para enfrentar o tema, vai reconhecer o direito das pessoas trans — pois esse tem sido o histórico da corte.

Como representante da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), ele é o autor de outras cinco ações que questionam leis municipais que proibiram o uso comum de banheiros por pessoas de sexo biológico diferente em estabelecimentos públicos e privados.

As Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) foram propostas em maio e distribuídas para quatro relatores diferentes: Cármen Lúcia, Flávio Dino, André Mendonça e Gilmar Mendes. Ainda não há uma previsão de quando serão levadas a julgamento.

Primeira mulher transexual a fazer uma sustentação oral na tribuna do STF, a advogada Gisele Alessandra Szmidt afirma ter ficado decepcionada com a postura dos ministros, pois esperava que a corte pacificasse o entendimento sobre o uso dos banheiros. Ela aponta que o número de leis municipais sobre o assunto vem aumentando e que só em Curitiba, onde mora, há dois projetos nesse sentido.

"Isso está nos expulsando dos lugares. Eu trabalho na Câmara Municipal. Se uma lei dessas for aprovada, eu vou ficar das 9h às 18h sem ter acesso ao banheiro?", questiona.

Além dessa frente, a advogada diz que a quantidade de municípios que têm proibido o emprego da linguagem neutra nas escolas também está aumentando. "Eles falam que isso fere a linguagem culta, mas, na verdade, estão discriminando uma parcela da população. A língua é algo vivo. Eu não falo do mesmo jeito que falava há dez anos."

Somente a Aliança Nacional LGBTI+ e a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas entraram com 18 ações que questionam leis nesse sentido. A corte tem derrubado essas normas, mas sem entrar no mérito da discussão. As decisões têm sido no sentido de que é inconstitucional Estados e municípios determinarem se as escolas devem utilizar ou não a linguagem neutra em sala de aula, pois essa é uma competência da União.

> Arquivamento de ação pegou de surpresa Barroso, que protestou contra decisão

Ao votarem nos casos, alguns ministros, no entanto, já ressaltaram que a linguagem neutra "destoa" das normas da língua portuguesa. Estes foram os casos de Cristiano Zanin, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e André Mendonça, que chegou à corte por escolha de Jair Bolsonaro (PL).

Na última semana, o STF deu início, no plenário virtual, a três julgamentos que tratam de temas que dizem respeito à população LGBTQIA+. As sessões encerram nesta sexta-feira (28).

Uma das ações trata do atendimento de transexuais pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e já há maioria para garantir que uma pessoa que alterou o seu nome social para refletir sua identidade de gênero consiga ter acesso a serviços de saúde que dizem respeito ao seu sexo biológico.

Isso significa, por exemplo, que homens transexuais que conservam o aparelho reprodutor feminino devem ser atendidos por ginecologistas e que mulheres trans possam marcar consultas com urologistas ou proctologistas, sem a imposição de barreiras burocráticas que possam gerar constrangimento ou discriminação.

O Supremo também caminha para formar maioria no processo que discute o dever das escolas públicas e particulares de prevenir e combater "bullying" homofóbico. O relator é o ministro Edson Fachin, que defendeu que essa é uma obrigação das instituições de ensino.

Além disso, também está em julgamento uma liminar que suspendeu uma lei de Blumenau (SC) que proibia políticas de ensino sobre diversidade de gênero e orientação sexual nas escolas do município. O tema já foi enfrentado em outras ações pela corte, que tem adotado o entendimento de que normas como essa comprometem o acesso de crianças, adolescentes e jovens a conteúdos relevante e pertinentes à sua vida íntima e social.

Historicamente, o Supremo tem atuado para garantir os direitos da população LGBTQIA+ — até em reação ao Congresso, que evita legislar sobre o tema. A decisão de não prosseguir com a ação sobre o uso dos banheiros ainda é vista por especialistas como algo pontual e que o STF deve continuar atuando favor das minorias, apesar da pressão de setores da sociedade.

Em 2011, por exemplo, a corte reconheceu a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Já em 2018, o STF permitiu a alteração do nome e sexo de pessoas transexuais no registro civil. No ano seguinte, foi a vez de o Supremo criminalizar a homofobia e a transfobia, ao considerar que esse tipo de preconceito deve ser enquadrado como crime de racismo. No ano passado, o Supremo permitiu o reconhecimento de atos de homofobia e transfobia como crime de injúria racial. ***(Colaborou Flávia Maia)***

ANTONIO AUGUSTO/STF

STF iluminado em homenagem à semana do orgulho LGBTQIA+: julgamento de três temas importantes para comunidade

Comitê vai monitorar casas de acolhimento a população

Mariana Assis
De Brasília

O governo quer intensificar o apoio federal às chamadas casas de acolhimento LGBTQIA+, moradias provisórias, normalmente administradas por entidades da sociedade civil, voltadas para pessoas desse público que sofreram violência ou estão em risco por causa de preconceito. Após aprovar o envio de mais de R$ 1 milhão para alguns projetos nessa área, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MHDC) lança nesta sexta-feira um comitê para monitorar essas estruturas e traçar um diagnóstico para apoiar políticas públicas.

A iniciativa, que recebeu o nome de Comitê de Monitoramento do Programa Nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+, atuará em duas frentes principais: avaliar o atendimento nas unidades e estruturar uma plataforma de dados para colher mais informações sobre a população assistida.

"O comitê vai ajudar a gente a sistematizar os dados dos atendimentos que acontecem pela sociedade civil e construir subsídios para uma política efetiva de acompanhamento das pessoas LGBTQIA+", explicou ao **Valor** Cecília Nunes, coordenadora de programas e projetos da secretaria Nacional dos Diretos das Pessoas LGBTQIA+.

Também é objetivo do comitê, de acordo Nunes, fazer uma plataforma nacional de dados com o perfil da população que procura essas casas.

"Nossa ideia também é construir uma plataforma nacional de dados para que sejam exemplificados, para que a gente compreenda qual é o território que essas pessoas estão, se as pessoas migraram ou não de seus Estados, qual é o tipo de vulnerabilidade social que essas pessoas têm", completou.

O lançamento do comitê, que faz parte de uma estratégia nacional instituída pelo ministério no ano passado, ocorre após a decisão de também apoiar financeiramente esses projetos. Recentemente, a pasta abriu um edital, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), para repassar R$ 1,4 milhão para 12 casas de acolhimento. Segundo Nunes, as unidades selecionadas estavam prestes a fechar, por falta de recursos. Cada instituição vai receber R$ 120 mil.

As entidades beneficiadas incluem unidades no Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus e Distrito Federal. O ministério explica que elas foram escolhidas por serem organizações da sociedade civil, grupos, coletivos ou movimentos sociais sem CNPJ, baseados e atuantes em todo território nacional, que contemplam algum tipo de inovação.

A iniciativa faz parte do projeto Acolher+, que também deve avançar sobre outra frente: a construção de unidades mantidas pelo setor público, em vez de instituições da sociedade civil, como ONGs. No início deste mês, o MDHC firmou convênio com a prefeitura de Belém, no Pará, para construir a primeira unidade modelo do projeto. Será a primeira casa de acolhimento pública para pessoas LGBTQIA+ no Norte do país e a primeira que receberá investimentos do governo federal, por meio do Acolher+. O investimento para a construção da casa é de R$ 611 mil.

Caso tenha de limitar despesas correntes, RS promete ir à Justiça

Marta Watanabe
De São Paulo

O governo do Rio Grande do Sul pode ir à Justiça caso fique sujeito aos gatilhos previstos na Constituição Federal para limitar o nível de despesas correntes, segundo Pricilla Maria Santana, secretária da Fazenda gaúcha. A declaração foi dada em apresentação ontem na comissão de finanças da Assembleia Legislativa do Estado.

Segundo o artigo 167-A da Constituição, quando a relação entre despesas correntes e receitas correntes nos Estados superar 95% em período de 12 meses, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar mecanismos de ajuste fiscal. Entre eles, Santana destaca restrições à contratação de pessoal e à criação de novas despesas obrigatórias.

"Se nós nos desenquadrarmos, vai se desencadear um conjunto robusto de restrições à nossa capacidade de reação neste momento", disse ela, destacando que não há ainda nenhuma ferramenta capaz de afastar isso. A Lei Complementar 206/24, que suspendeu o pagamento da dívida do Estado com a União por três anos, diz, não consegue resolver essa questão.

"O que eu posso dizer é que no terceiro bimestre nós provavelmente vamos nos desenquadrar", afirmou.

Segundo Santana, o governo gaúcho estuda soluções. "Essas soluções, eu sou muito transparente e já disse inclusive para o governo federal, elas podem significar, sim, a necessidade de termos que manejar alguma solução jurídica perante o STF. Porque infelizmente a gravidade da situação não nos permite por ora ficar amarrados com essa limitação."

Entre os desafios que o Estado enfrenta para a reconstrução, indicou ela, são quadros técnicos insuficientes para elaborar planos de trabalho e para implementar ações de assistência, restabelecimento, reconstrução e prevenção.

Na apresentação, Santana disse que basicamente tudo o que consta da lei orçamentária do Estado para este ano "foi por terra". À exceção da "rubrica despesa, que foi acelerada", disse ela, nos últimos dois meses todas as demais mostraram trajetória declinante. "Tivemos queda na nossa receita total, queda na nossa receita corrente líquida."

Segundo dados da Fazenda gaúcha, a arrecadação do ICMS projetada de primeiro de maio a 18 de junho era, antes das enchentes, de R$ 6,74 bilhões. Foram arrecadados efetivamente R$ 5,16 bilhões, com perda de 23,4%. Ainda de acordo com dados da Fazenda, houve queda estimada entre 14% e 20% no PIB do Rio Grande do Sul em maio. A projeção é de queda anual no PIB do Estado de 1,5% a 2%.

Aeroporto do Galeão projeta transportar 14,2 milhões em 2024

Paula Martini
Do Rio

Com grandes eventos previstos para o segundo semestre, como a reunião de cúpula do G20, o Rock in Rio e as férias de julho, o aeroporto internacional Tom Jobim, o Galeão, projeta encerrar 2024 com 14,2 milhões de passageiros. O número é quase o dobro do registrado em 2023, quando 7,9 milhões de pessoas passaram pelo aeroporto da zona norte do Rio.

Do total previsto, 4,5 milhões dos passageiros são internacionais, o que representa um recorde desde 2015, primeiro ano completo desde que a concessionária RioGaleão assumiu a administração do terminal.

Desde janeiro, uma portaria do governo federal limita em até 6,5 milhões o teto anual de passageiros no aeroporto Santos Dumont, no centro do Rio. A coordenação entre os aeroportos cariocas, pleiteada por autoridades da cidade e do Estado, tem como objetivo aumentar o movimento no Galeão, que sofreu um esvaziamento nos últimos anos.

De janeiro a maio deste ano, o movimento no terminal internacional alcançou 5,6 milhões de pessoas, segundo a RioGaleão. A concessionária ainda espera receber 1,2 milhão de passageiros apenas no mês de julho, montante que é o dobro em relação ao ano passado e recorde para o período desde 2018.

Segundo o presidente da RioGaleão, Alexandre Monteiro, a coordenação entre os terminais deve fazer com que a oferta de voos, a movimentação de passageiros e cargas no Galeão continue a crescer nos próximos anos.

"O crescimento constatado no primeiro trimestre e projetado para o ano é só o início dos efeitos da coordenação. A expectativa é que esse crescimento seja progressivo e o Rio de Janeiro se fortaleça como hub de aviação doméstica e internacional", diz.

Do 1,2 milhão de passageiros previstos para o mês que vem, 857 mil estarão em voos domésticos, e 382 mil, em voos internacionais. Considerando a quantidade de voos, a alta é de 126% na comparação com julho do ano passado.

"O aumento de voos domésticos amplia a conectividade para os internacionais", explica Monteiro, que ressalta a redução de 76% dos voos alternados (transferidos para outros locais) no Estado.

Para atender o aumento de fluxo, a concessionária firmou um acordo de cooperação técnica com o Centro de Operações da Prefeitura do Rio, o COR, para agilizar a operação em situações de crise e emergência — como incêndios, acidentes até invasões de pista.

O COR é responsável pelo monitoramento de ocorrências de grande impacto na cidade, como chuvas, deslizamentos e acidentes de trânsito. A parceria, oficializada na quarta-feira (26), prevê a criação de uma rotina de simulados envolvendo os dois órgãos. A concessionária também passará a contar com um posto de trabalho dentro das dependências do COR em eventos de grande porte.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01	-0,55
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,5	0,9	0,1	-1,2	1,2	0,7	0,1	0,2	0,4
Indústria de transformação	-	0,3	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,1
Indústrias extrativas	-	-3,4	0,4	-1,3	-7,1	3,7	3,2	-0,5	6,2	-4,9
Bens de capital	-	3,5	-0,4	2,2	11,2	-1,7	-0,5	-0,4	-2,4	5,3
Bens intermediários	-	-1,2	1,1	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4
Bens de consumo	-	0,2	0,5	1,5	-0,8	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5
Faturamento real (CNI - %)	-	1,5	-0,5	2,3	0,1	2,0	0,7	-0,3	-1,1	1,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,3	1,1	1,2	1,1	0,3	1,0	0,0	0,9	0,7
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,3	1,0	2,1	-1,0	0,3	-0,2	0,6	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0	-0,4
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1	-1,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,5	-0,1	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101
Importações	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468
Saldo	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	-	24,38	1.412,00
2024	**0,35**	**3,40**	**3,40**	**4,73**	**5,22**	**3,28**	**2,76**	**1,85**	**1,47**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,10**	**7,33**	**7,33**	**10,64**	**11,68**	**6,80**	**5,46**	**4,13**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	mai/24	2024	2023	12 meses	jun/24	mai/24	dez/23	jun/23
IBGE									
IPCA	-	0,46	2,27	4,62	3,93	-	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	-	0,46	2,42	3,71	3,34	-	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	-	0,87	0,61	-3,30	0,88	-	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	-	0,31	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,97	-0,06	-5,92	-0,22	-	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	-	0,38	-0,08	-11,34	-2,98	-	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	-	1,19	-0,05	-3,77	0,83	-	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	-	0,53	2,23	3,55	3,30	-	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	-	0,86	2,07	3,49	4,02	-	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	0,81	0,89	1,10	-3,18	2,45	1.136,41	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	0,89	1,06	0,47	-5,60	1,94	1.340,52	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	0,46	0,44	2,65	3,40	3,70	735,41	732,02	716,46	709,20
INCC-M	0,93	0,59	2,63	3,32	3,77	1.114,75	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	-	0,09	1,61	3,15	2,66	-	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jun/24 0,88% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jun/24 0,40%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024			+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.474,6	67,44	7.382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58
Necessidades de financiamento do setor público	**abr/24**		**mar/24**		**abr/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**

Discriminação	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noniminais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249

FOTO REAL DO SPA INTERNACIONAL E DO SURF LODGE RESIDENCES

E A EXCELÊNCIA JHSF

JÁ É REALIDADE.

PERSPECTIVA ARTÍSTICA

CENTRO EQUESTRE COM PISTAS, COCHEIRAS E PICADEIRO COBERTO

PERSPECTIVA ARTÍSTICA

TOWN CENTER COM MARCAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, RESTAURANTES, ENTRETENIMENTO E ATRAÇÕES CULTURAIS

FOTO REAL

CENTRO DE TÊNIS COM QUADRAS DE TÊNIS, BEACH TENNIS, PICKLEBALL E ARENA PARA TORNEIOS INTERNACIONAIS

INÊS 249

DM9

CONHEÇA OS PRODUTOS IMOBILIÁRIOS DO BOA VISTA VILLAGE, DISPONÍVEIS TAMBÉM PARA LOCAÇÃO COM AS JHSF RESIDENCES.

SURFSIDE RESIDENCES

2 a 4 suítes / 139 a 627 m²

GOLF RESIDENCES*

2 a 3 suítes / 220 a 500 m²

GRAND LODGE RESIDENCES

2 a 4 suítes / 135 a 486 m²

VILLAGE GARDENS & VILLAGE PARKS

Lotes a partir de 2.500 m²

VILLAGE HOUSES

Residências de campo exclusivas de 696 m², localizadas em terrenos individuais a partir de 2.030 m², numa região reservada

FAMILY OFFICES

Escritórios privativos, próximos ao Town Center, de 91 a 716 m²

O Village com cultura, liberdade, diversão e senso de comunidade, num projeto arquitetônico por Sig Bergamin, Murilo Lomas e Pablo Slemenson e paisagismo de Maria João d'Orey.

Reunindo lotes exclusivos em condomínios residenciais, além dos **Grand Lodge Residences**, **Surfside Residences**, **Golf Residences - com unidades para locação**, **Village Houses** e escritórios no **Family Offices**.

GOLF · SURF · TÊNIS · EQUESTRE · TOWN CENTER

VISITE O SHOWROOM • VENDAS: 11 3702.2121 • 11 97202.3702 • atendimento@centraldevendasfbv.com.br

SAIBA MAIS

Aviso Legal: O presente se refere aos loteamentos e às incorporações do Boa Vista Surf Lodge, do Boa Vista Golf Residences, do Grand Lodge Hotel & Residences, do Surfside Residences e do Village Family Offices registradas no RGI de Porto Feliz/SP e a futuros lançamentos da JHSF. Os projetos e memoriais de incorporação ou de loteamento dos futuros empreendimentos estão sujeitos à respectiva aprovação pela Prefeitura de Porto Feliz/SP e demais órgãos competentes e ao registro nas matrículas dos imóveis. As amenities referentes à piscina para prática de surf, ao spa, ao equestre e aos clubes de tênis, esportivo e de golfe não integrarão os futuros lançamentos e/ou as incorporações já registradas. O uso de tais amenities será feito de acordo com as regras previstas na Convenção de Condomínio de cada incorporação imobiliária, no Estatuto Social da Associação Boa Vista Village já constituído e nos regulamentos específicos. A JHSF poderá desistir do lançamento dos futuros empreendimentos. As ilustrações, fotografias, perspectivas e plantas deste material são meramente ilustrativas e poderão sofrer modificações a critério da JHSF e/ou por exigência do Poder Público. O memorial de incorporação ou do loteamento e o instrumento de compra e venda prevalecerão sobre quaisquer informações e dados constantes deste material. Intermediação comercial pela Conceito Gestão e Comercialização Imobiliária Ltda. CRECI 029841-J. Telefones (11) 3702-2121 e (11) 97202-3702.

*JHSF RESIDENCES

Lula muda estratégia para pautar noticiário

César Felício

Há uma evidente mudança de estratégia de comunicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As recentes entrevistas às rádios CBN e Itatiaia e ao portal UOL mostram isso.

O Lula de 2023 fez uma opção preferencial em se comunicar com entrevistadores mais alinhados a seu pensamento e a veículos de alcance regional, nas ocasiões em que cumpria agenda de viagens aos Estados, com pauta específica. Tentou também fazer uma mídia direta, com a entrevista ao vivo que concedia pelos canais da TV Brasil. Eram ambientes controlados. A mudança de estratégia sinaliza que não funcionou.

O Lula de agora aceita correr riscos. Ele se vê obrigado a responder de improviso a questões desconfortáveis. Joga com as pedras brancas do xadrez, dá o lance inicial. Em três entrevistas o presidente descartou alternativas para cortes de gastos, como revisões de vinculações constitucionais, retomou os ataques ao presidente do Banco Central, disse que não gosta do grande favorito para vencer as eleições americanas e que não pretende ter diálogo com o presidente argentino, a não ser que ele se humilhe. No plano político, Lula condicionou a permanência de um ministro de seu governo, nominou os possíveis candidato da direita em 2026 e deixou claro que pensa na reeleição.

Não surpreende a oitava candidatura presidencial de quem já se lançou sete vezes (1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2018 e 2022). O que vale ressaltar é com que discurso Lula se apresenta em seus primeiros movimentos da sua nova campanha. Provocado a responder como reagiria caso o ex-presidente Jair Bolsonaro recupere seus direitos políticos e se apresente para uma nova disputa, afirmou nesta quinta-feira: "Se eu derrotei ele quando eu era oposição e ele situação, imagine agora. Eu vou mostrar para ele que quem está na Presidência só perde uma eleição se for incompetente", disse à Rádio Itatiaia nessa quinta-feira.

Depois de ressalvar que é muito cedo, que há muita gente que pode ser candidato em seu campo, que não precisa ser ele, mas que "se todos os indicadores mostrarem" que ele "é a única pessoa para derrotar o fascismo e a extrema direita", não terá problemas em disputar. Isso é conversa de quem é candidato. Em outras palavras, se ele estiver bem nas pesquisas, tentará ficar no Planalto até 2030.

Em uma ofensiva midiática como a de agora, Lula tenta conseguir algo importante, que é o controle da pauta. Que falem bem ou mal, mas que falem dele. É algo que Bolsonaro tem feito com uma competência que não guarda relação com o seu desempenho como administrador.

Um dado que pode explicar a guinada de Lula está justamente na oposição. Neste domingo, 30 de junho, completa-se exatamente um ano que Bolsonaro foi declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nesse ano de inelegibilidade, o antipetismo se movimentou. As pesquisas indicam que a direita independe de Bolsonaro para continuar relevante e competitiva, ainda que ele permaneça como a referência maior.

Na hipótese de a inelegibilidade de Bolsonaro continuar e ele não puder ser candidato, hoje o cenário mais provável, haverá nas urnas uma opção tão conservadora como o ex-presidente ou até mesmo mais do que ele. Pode ser um bolsonarismo silencioso e sereno, como é o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas, ou um bolsonarismo de corte tradicional-oligárquico, como o de Ronaldo Caiado, ou o que mistura política e religião, de Michelle Bolsonaro. É tudo bolsonarismo.

Aquele na oposição que se propuser a ser o pós-Bolsonaro divide o campo, e por isso seus herdeiros presuntivos não o fazem. Ninguém quer repetir o erro de Ciro Gomes, que apostou em 2018 que Lula deixaria de ser uma referência na oposição por estar inelegível e preso.

A mais de dois anos da eleição presidencial de 2026 ainda não existe massa crítica de pesquisas que apontem cenários, mas há indicadores de que Tarcísio, Caiado e Michelle são, sim, competitivos, desde que não disputem um contra o outro. E isso graças ao fato de a extrema direita ter conseguido nas redes se reorganizar depois dos atos golpistas de 8 de janeiro. Nem todos os percalços da popularidade de Lula se devem às mazelas do atual governo, que são numerosas. Parte do aumento da rejeição ao atual presidente se deve à competência comunicacional da oposição.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é a opção óbvia dentro do governismo caso Lula não se candidate. Ele só se torna uma opção real em caso de sucesso absoluto da gestão Lula, algo que possa repetir em 2026 a onda de 2010 em que surfou a "mãe do PAC", Dilma Rousseff. Não há absolutamente nada que indique esse céu de brigadeiro a médio prazo. Com o tempo fechado, a oitava candidatura de Lula se impõe.

Pergunte aos Dados

Este colunista estará de férias até 15 de julho. A partir dessa data, este colunista continuará no **Valor** de outra forma e com outro foco, voltado para cenários políticos, econômicos, eleitorais e de tendências de comportamento, ancorado em diferentes bases de dados, disponíveis no blog "Pergunte aos Dados", no site do jornal, com a agilidade que o meio digital exige, e também na edição impressa.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Governo Presidente chama de 'cretinos' os que o responsabilizaram pela elevação da moeda americana

Lula nega relação entre alta do dólar e entrevista

Renan Truffi, Raphael Di Cunto e Gabriela Pereira
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou irritação na quinta-feira (27) com as análises sobre a alta do dólar frente ao real. Durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o chamado Conselhão, Lula chamou de "cretinos" aqueles que o responsabilizaram pela elevação da moeda americana. Na avaliação dele, o dólar já havia subido 15 minutos antes da sua entrevista a um portal de notícias, fator que contribuiu para essa guinada.

"Vejam o que aconteceu ontem [quarta-feira]. Quando eu terminei a entrevista [ao UOL], a manchete de alguns comentaristas era que o dólar subiu pela entrevista do Lula. E os cretinos não perceberam que o dólar tinha subido 15 minutos antes de eu dar entrevista. Quinze minutos antes", enfatizou o presidente diante de uma plateia formada por empresários, dirigentes sindicais e representantes de movimentos sociais, em Brasília.

Na sessão de quarta-feira, o dólar já abriu pressionado por conta do fortalecimento generalizado da divisa americana no exterior. No entanto, foi durante a entrevista de Lula ao portal UOL que o dólar acelerou o ritmo de alta e ultrapassou R$ 5,50 pela primeira vez desde janeiro de 2022 [ver ao lado], como contextualizou o **Valor** em sua reportagem.

Na entrevista em questão, Lula colocou em xeque a possibilidade de o governo efetivamente buscar um equilíbrio para as contas. Isso porque, na conversa, ele disse que o problema "não é ter que cortar [gastos], é saber se precisa efetivamente cortar ou se precisa aumentar a arrecadação". A declaração foi mal recebida por agentes do mercado financeiro, um dos fatores por trás da disparada do dólar.

Após o estrago, o presidente tentou reparar sua opinião sobre a tendência de crescimento dos gastos do governo. Segundo Lula, ele aprendeu com sua mãe, a dona Lindu, que só deve fazer dívida se for para melhorar o seu patrimônio. Por outro lado, o presidente disse no mesmo evento do Conselhão que a dívida pública brasileira é "um troco" perto da dívida de outros países, como EUA e Japão.

"Eu não aprendi economia na USP, não aprendi na Unicamp. Aprendi com a dona Lindu. Eu só posso gastar o que eu tenho. Se eu vou fazer uma dívida, tem que ser uma dívida que vai melhorar meu patrimônio", disse. "Como vamos fazer os empresários investir se o mercado não reage? Não estou falando do mercado da Faria Lima, estou falando do mercado mesmo. Se o mercado não tiver poder de compra, isso vai para onde?", questionou.

Horas depois, durante entrevista para a rádio Itatiaia, de Minas Gerais, o presidente voltou no assunto da moeda americana e atribuiu o comportamento do dólar a pessoas que querem "viver de especulação financeira". Sobre o estado das contas públicas, no entanto, o presidente reconheceu que há, sim, espaço para cortes no Orçamento, mas reafirmou que não vai tirar dinheiro de programas sociais.

Com a política econômica contestada, a reunião do Conselhão se transformou num ato de desagravo ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também presente no evento. Dirigentes da CNI, Febraban e também sindicatos elogiaram o chefe da equipe econômica e destacaram os números positivos da economia brasileira.

Haddad fez um balanço de sua gestão, reforçou o compromisso com o ajuste das contas públicas e tentou passar uma imagem positiva da economia, dizendo que o país crescerá mais de 2,5% ao ano e reduzirá a desigualdade nesse governo. Também afirmou que "as expectativas indicam" a menor taxa de inflação anual média "num ciclo de governo em toda a história do Plano Real", abaixo de 4% ao ano, e a "expectativa de termos o maior nível de investimento público e privado da década". "Vivemos o maior crescimento da renda das famílias e a maior redução da pobreza nos últimos dez anos", contou o ministro.

Por fim, o ministro da Fazenda buscou amenizar as especulações em torno de divergências que teria tido com o presidente da República. Sobre isso, disse que nunca foi desautorizado.

"Estamos há dez anos com problema fiscal no Brasil. Começou em 2015 e não terminou até hoje. O senhor, presidente [Lula], resolveu enfrentar essa questão [desequilíbrio fiscal] e nunca desautorizou o Ministério da Fazenda na busca do equilíbrio das contas", contou Haddad.

Na quinta, Lula também voltou a dizer que não tem pressa para indicar o sucessor de Roberto Campos Neto no Banco Central — o atual presidente encerra seu mandato em dezembro. A exemplo das críticas recentes, o presidente disse que Campos Neto "enveredou por um caminho equivocado". Em seguida, sem mencionar nomes, o presidente disse que, para o BC, vai indicar alguém com "compromisso com o Brasil e com o povo". "Não pode ser um cara que faça bobagem, que cometa erros", ponderou o presidente petista.

Na esteira desse assunto, Lula foi questionado se considera indicar o diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, para o comando da autoridade monetária. Em resposta, ele elogiou Galípolo, mas disse não ter conversado com ele sobre a sucessão. "O Galípolo é um menino de ouro, competentíssimo, de uma honestidade ímpar", disse.

Apesar disso, defendeu que o próximo presidente do BC tem que explicar quando for elevar ou baixar os juros. "Vamos ter um presidente do Banco Central sério, que não vai brincar em serviço. Na hora que disser que tem que aumentar a taxa de juros, ele tem que explicar porque vai aumentar", acrescentou.

RICARDO STUCKERT/PR

Lula sobre o futuro presidente do Banco Central: "Não pode ser um cara que faça bobagem, que cometa erros"

Escalada deu-se com a fala do presidente

Arthur Cagliari e Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

Ao discursar na manhã de quinta-feira no Conselho Econômico de Desenvolvimento Social, o "Conselhão", o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou de "cretinos" aqueles que associaram a alta do dólar à sua entrevista ao UOL. "O dólar tinha subido 15 minutos antes de minha entrevista", disse.

No dia anterior, o dólar tinha fechado a R$ 5,4534. O dólar abriu, às 9h, em 5,4679. Às 9h20, quando o presidente começou a falar, estava em R$ 5,4799 (valorização de 0,49% em relação ao fechamento da véspera). A entrevista de Lula terminou às 10h30. Neste momento, o dólar bateu R$ 5,5186 (valorização de 1,20% sobre o dia anterior).

Lula não puxou o dólar sozinho, mas moeda alguma levou surra igual ao real na quarta. A escalada também reflete a perda de atratividade de mercados emergentes frente à manutenção da taxa de juros nos EUA acima dos 5%. A confluência dos dois fatores foi contemplada no noticiário. O presidente acusou as manchetes que relacionaram o câmbio à sua fala a uma atitude de quem "coloca pra fora o que se quer sem pensar nas consequências". Sua entrevista ao UOL se encaixa neste conceito.

Nesta entrevista Lula disse que o problema do país "é saber se precisa efetivamente cortar ou se precisa aumentar a arrecadação". Como os setores sobre os quais a Fazenda têm atuado para recuperar receita agora exigem uma contrapartida de corte de despesas, a fala do presidente levantou dúvidas sobre o compromisso do governo com o equilíbrio fiscal.

Na fala ao Conselhão, Lula não voltou a falar da questão fiscal, mas disse que não se podia desconfiar do empenho em conter a inflação de um presidente que foi operário num tempo em que se sofria com a inflação. Citou de maneira elogiosa, por quatro vezes, o presidente da Federação dos Bancos, Isaac Sidney, sentado à primeira fila.

Cresce, em seu discurso, o apelo pelo convencimento de que os cortes não poderão se dar às custas dos mais pobres. Como, tanto as alternativas a serem apresentadas pela Fazenda para corte de despesas, quanto aquelas advindas do Senado para a arrecadação de novas receitas, terão que ter crivo parlamentar, é o Congresso Nacional que o presidente da República tem que dobrar.

Já parece estar convencido, pelo menos, de que desautorizar seu ministro da Fazenda não é boa estratégia. Pelo segundo dia consecutivo, elogiou Fernando Haddad e defendeu-o dos ataques que lhe foram dirigidos pelas tentativas de recuperar receitas. "Haddad sofre injustiças... a questão da desoneração é um exemplo do que esse moço sofreu... tava levando tanta paulada que chamei lá em casa. Fica nervoso não, Haddad, é a ganância por riqueza de uns. A responsabilidade é do Congresso".

Dólar comercial

Cotação minuto a minuto - em R$/US$ (26/06/24)

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Desempenho de moedas em relação ao dólar

Variações do dia 26/06/24, em %

Moeda	Variação
Real	-1,19
Peso mexicano	-0,96
Peso chileno	-0,94
Rublo russo	-0,85
Zloty polonês	-0,67
Baht tailandês	-0,65
Coroa sueca	-0,64
Coroa norueguesa	-0,63
Coroa tcheca	-0,62
Iene japonês	-0,57
Dólar neozelandês	-0,56
Florim da Hungria	-0,53
Libra esterlina	-0,50
Peso filipino	-0,34
Dólar taiwanês	-0,33
Dólar canadense	-0,32
Leu romeno	-0,31
Dólar de Cingapura	-0,30
Coroa dinamarquesa	-0,27
Euro	-0,27
Rupia indonésia	-0,20
Rupia indiana	-0,20
Franco suíço	-0,20
Peso argentino	-0,19
Ringgit malaio	-0,19
Shekel israelense	-0,16
Won sul-coreano	-0,14
Sol peruano	-0,10
Peso colombiano	-0,03
Yuan Renminbi chinês	-0,03
Dólar australiano	0,03
Lira turca	0,23
Rand sul-africano	0,35

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Entrevista Ministro diz que cabe ao Planalto fazer políticas públicas e prevê novo embate contra a extrema-direita nas eleições municipais

Aborto e drogas não são tema de governo, diz Márcio Macêdo

Fabio Murakawa e Renan Truffi
De Brasília

Um agitado Márcio Macêdo recebe a reportagem do **Valor** em seu gabinete no fim da tarde de quarta-feira (26). Em frente à sua mesa, uma ampla TV mostra os desdobramentos da tentativa de golpe de Estado em andamento na Bolívia. Em meio a boatos de que anda desprestigiado junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que despacha um andar abaixo dele no Palácio do Planalto, o ministro diz a uma assessora, diante dos repórteres: "Daqui a pouco eu desço lá no gabinete."

"Eu vou ligar para avisar, então", responde a auxiliar.

"Não precisa, não", retruca Macêdo, fazendo questão de demonstrar uma intimidade com o presidente que, dizem seus detratores, ele perdeu. "Eu desço assim que terminar a entrevista."

Titular da Secretaria-Geral, ele é o responsável pela articulação do governo com os movimentos sociais. As críticas ao seu trabalho vêm de pessoas dentro do governo que veem falhas nesse diálogo. E, depois da chamada pública que recebeu de Lula pela pequena plateia que esperava o presidente na festa do Dia do Trabalho, em São Paulo, seu nome passou a figurar na lista dos prováveis substituídos na reforma ministerial esperada para o começo do ano que vem.

Macêdo atribui as críticas ao "ambiente de Brasília", onde o fogo amigo palaciano é uma rotina. Diz que seu cargo pertence ao presidente e que está mais preocupado com o próprio trabalho.

Entre suas prioridades no momento, está a organização do "G20 Social", em que movimentos da sociedade civil do mundo inteiro elaborarão um documento para ser incorporado à cúpula da entidade, em novembro no Rio. Outro foco está no "Plano Clima Participativo", que colherá sugestões da sociedade para o programa de adaptação às mudanças climáticas, que o governo apresentará em fevereiro.

Cotado para assumir a presidência do PT, embora com menos favoritismo hoje, Macêdo prevê que as eleições municipais deste ano ocorrerão "sob o signo do avanço da extrema-direita" no Brasil e no mundo. E vê riscos de essa ala radicalizada da política, ligada no país ao bolsonarismo, crescer ainda mais após a votação. A fala reflete preocupações do PT em âmbito nacional. O partido tem escassas chances de conquistar capitais, enquanto apoia aliados em São Paulo, Recife, Rio e Belo Horizonte.

A base social petista tem se queixado do pouco envolvimento do Planalto em pautas históricas. O governo, por exemplo, não teve protagonismo nenhum no movimento que inviabilizou o projeto de lei que equiparava o aborto após 22 semanas de gestação ao homicídio. Mas, para Macêdo, "esse não é um tema de governo". O que importa é produzir políticas públicas "que resolvam os problemas da população". A seguir os principais pontos da entrevista:

Valor: *Como o senhor viu a decisão do Supremo de descriminalizar o porte de maconha?*

Márcio Macêdo: Primeiro, que na decisão do Supremo não cabe discussão. Segundo, que foi na direção de separar o que é usuário, dependente, e o que é tráfico. Isso eu acho que é salutar. Você não pode tratar de forma igual essas duas posições que são desiguais. Por outro lado, essa é uma matéria tipicamente do Congresso Nacional, que deverá continuar discutindo esse tema. Não é um tema de governo.

Valor: *Não falta protagonismo do governo ou do PT, que tem uma base liberal, nessas discussões? Não foram levados na esteira, por exemplo, no rechaço ao PL do Aborto?*

Macêdo: Eu não acho que isso é um tema do governo. É um tema da sociedade, dos movimentos, é dos partidos, do Congresso. O governo tem que produzir políticas públicas que resolvam o problema do povo. Agora, a posição dos partidos, aí os partidos têm que falar.

Valor: *Mas o senhor é do PT. O PT não deveria ser mais incisivo?*

Macêdo: Esse é um debate que é feito naturalmente, e acho que ele está resolvido pelo Supremo. Tem que virar a página, o processo já está definido, vamos tocar a vida.

Valor: *A articulação política diz o tempo todo que não vai trabalhar temas ideológicos. Essa falta de engajamento não afeta sua agenda de mobilizar os movimentos sociais?*

Macêdo: Não. Nós temos estabelecido um diálogo muito transparente com os movimentos sociais organizados e definindo bem os papéis. Nós temos o papel de fazer as entregas. Os movimentos têm o papel de reivindicar, de fazer luta política, de disputa. Nós estamos em trincheiras diferentes, mas nós estamos do mesmo lado da história, na defesa dos princípios civilizatórios, da humanidade e da democracia brasileira.

Valor: *O governo não está acuado pelo fato de haver um Congresso muito mais conservador do que nos dois primeiros mandatos de Lula?*

Macêdo: Não. Acho que a correlação de forças mudou dos primeiros governos do Lula para hoje. A extrema-direita infelizmente tem crescido muito no mundo, e no Brasil não é diferente. Isso tem reflexo nas relações na sociedade e entre os Poderes. Por outro lado, no Brasil teve um fenômeno muito peculiar, que bota mais recheio nesse processo, que é o governo anterior. Ele [Jair Bolsonaro] abriu mão de governar o Brasil e entregou o Orçamento da União para o Congresso. Então, ele corria para o cercadinho às segundas-feiras pautando o tema de costumes, porque era o tema que ele queria fazer luta política, de costumes, identidades, para juntar essa onda conservadora e fascista que está crescendo no mundo inteiro. Esse tema tomou proporções que, na verdade, não deveria ser tomado.

> "O governo tem que produzir políticas públicas que resolvam o problema do povo"

Valor: *Mas o governo de esquerda não deveria se envolver mais?*

Macêdo: O governo de esquerda tem que resolver os problemas do povo e respeitar as posições diversas, das maiorias e das minorias, e conviver. E essa tem que ser a posição. Respeitando as teses históricas, o movimento de esquerda, o partido do qual o governo aqui é originário, que é de um partido de esquerda. Mas sabendo que tem que resolver o problema da população brasileira. Um governo para todos, mas com prioridade naqueles que mais precisam. O papel do governo é respeitar e deixar a sociedade respirar, poder fazer o debate e dar vazão às demandas que possam ter o povo.

Valor: *O governo também não está perdendo o embate com a extrema-direita nas redes sociais?*

Macêdo: As redes digitais são um fenômeno recente. Os bilionários de extrema-direita resolveram financiar a extrema-direita no mundo. Então, a extrema-direita se apropriou, com tecnologia de ponta e com muitos recursos, das redes digitais. E eles pegam quatro ou cinco temas que unificam, que é a mesma coisa que o Donald Trump diz nos EUA, que Javier Millei diz na Argentina, que é o mesmo que [Viktor Orban] diz na Hungria, [Nayib Bukele] em El Salvador. Temas que são fáceis de serem disseminados, como o aborto. Tem um fenômeno adjacente a isso que são as "fake news". Tem coisas que os países têm que fazer, dever de casa na sua legislação, respeitando o direito de liberdade de expressão. Mas tem que ser tomadas decisões mais globais, do ponto de vista de regulamentação desse processo. Essa é uma coisa tão complexa, que só agora foi possível fazer uma licitação digital para o governo. Não é uma coisa simples. Porque, infelizmente, a extrema-direita trabalha muito na clandestinidade com isso, na margem da sociedade, fora da lei.

Valor: *As igrejas evangélicas são um setor bem refratário ao presidente e o PT. O que pode ser feito para promover essa reaproximação?*

Macêdo: Eu tenho conversado com todos, inclusive com pastores, com padres, com movimentos de espíritas, com todo mundo. E tenho ouvido com muita atenção, dentro da linha que o presidente tem dito, que o Estado é laico. Nós não temos nenhuma estrutura específica governamental para tratar com nenhum tipo de religião. Respeitamos todas as religiões, queremos ouvir. E queremos produzir políticas públicas que atendam a todos. O presidente Lula saiu do segundo governo com 72% de aprovação dos evangélicos. Eu estou dizendo que tudo isso pode se retornar. Acho que para isso tem que ter políticas públicas e tem que combater essa intolerância.

Valor: *Esse negócio de taxar o governo como "abortista", a favor de droga, não dificulta a aceitação do governo nesse público?*

Macêdo: Isso é "fake news", uma mentira. Inclusive o próprio presidente tem declarações públicas de que é contrário ao aborto. Ele trata o aborto nos marcos da Constituição Federal, como algo de saúde pública. Não podemos deixar as meninas deste país, muitas vezes sem proteção nenhuma de saúde, morrer tentando fazer abortos clandestinos. Isso muitas vezes proveniente de estupro, de malfeitores. Nós temos que disputar politicamente a sociedade.

Valor: *Não está faltando empenho do governo para fazer essa disputa política?*

Macêdo: Isso não é só o governo que tem que fazer. É um papel do governo para divulgar aquilo que ele produz como entrega e mostrar para o povo. Aí tem política de comunicação, mobilização, agenda, viagens, uma série de coisas que nós estamos fazendo e tem que intensificar mais ainda. E os movimentos sociais fazerem o papel deles, os partidos, os democratas, os intelectuais, a imprensa, que tem um papel fundamental nisso e muitas vezes é vítima também das "fake news" nas redes sociais. Isso é um processo mais amplo na sociedade.

Valor: *O governo que deu 9% de aumento dos servidores no ano passado agora está sob pressão. Não faltou conversar com os movimentos para que o presidente ficasse exposto a uma de greve?*

Macêdo: Nós não podemos ser contra a greve porque nós fizemos isso a vida inteira. Nós lutamos muito pelo direito dos trabalhadores fazerem greve. Seria contraditório ser contra a greve e não somos. Eu não tenho problema nenhum de conviver com esse barulho da democracia. É melhor do que o silêncio do autoritarismo. Nós passamos quatro anos de exceção, esses movimentos não fizeram greves. São seis anos de desmonte do movimento sindical, são quatro anos de perseguição. As pessoas estão se sentindo agora confiantes em se manifestar. Isso não quer dizer que o governo não atenda. Por exemplo, eu vou dizer aqui uma coisa que é uma opinião. Eu, se só tinha 9%, se fosse eu que tivesse negociado, dizia: "Olha, vai ser 4,5% neste ano e 4,5% no próximo ano". O que é natural. Eu venho do movimento estudantil, social, sindical. Se você recebeu 9% no ano, vai lutar para ter pelo menos mais 9% de novo. Mas isso é do processo também.

Valor: *A gente ouve críticas de que tem uma falta de articulação do governo com os movimentos sociais. Isso estaria causando desgaste para o senhor dentro do governo?*

Macêdo: Não sei quais são as críticas a que vocês estão se referindo. Mas isso é do ambiente de Brasília. Vocês vivem aqui e sabem como é que é. Há 15 dias, era o ministro da Fazenda [Fernando Haddad] que estava [ameaçado]. E vocês noticiando que caía, não caía. Depois, era o ministro Rui [Costa, da Casa Civil], o ministro [das Relações Internacionais, Alexandre] Padilha. Agora, o ministro Márcio Macêdo. Isso é do ambiente de Brasília. Eu respeito essas coisas e isso não me preocupa. Eu estou aqui focado no trabalho. Fazendo o que o presidente Lula determinou.

Valor: *O presidente ficou bravo com o senhor por causa do público pequeno no 1º de Maio?*

Macêdo: Eu não entendi dessa forma. Não é atribuição do governo organizar 1º de Maio. É competência das centrais. Embora o presidente possa chamar a atenção dos auxiliares dele em qualquer tempo. Os ministérios e os cargos, o povo outorgou ao presidente pelas urnas. O cargo de ministro é dele nesses quatro anos. Então, ele pode chamar a atenção de ministro, pode orientar. Ele pode botar, pode tirar. Não tem problema. Isso na minha cabeça está resolvido e me deixa em paz para trabalhar. Não sou eu o ministério que tem relação direta com as centrais, é o Ministério do Trabalho. Agora, o restante disso aí é o meio de Brasília, que aí vocês conhecem mais do que eu. E isso, sinceramente, não está nas minhas preocupações.

Valor: *Outra coisa que se fala muito da atual conformação do Palácio, que são os ministros que estão mais perto do presidente, é que em comparação ao Lula 1 e 2 falta alguém com liberdade para apontar erros ao presidente. O presidente está mais ensimesmado?*

Macêdo: Eu sou ministro de Estado hoje. E estou aí, pelo menos de 2015 para cá, na convivência cotidiana com ele. Uma das coisas que eu admiro demais nele é a capacidade de ouvir. Ele ouve muito. E os ministros, nas reuniões do núcleo, dizem as suas opiniões e fazem as suas avaliações. E ele comanda o governo. Ele ouve e toma as decisões. Ele chama, ele discorda: "Não, Haddad, acho que isso aqui não é esse o caminho. Eu quero que seja assim". Ou, "Márcio Macêdo, não é esse o caminho. Eu quero que você faça assim".

> "Nós temos o papel de fazer as entregas. Os movimentos têm o papel de reivindicar, de fazer luta política"

Valor: *Mas o senhor já fez o contrário? Já disse para ele que não concorda com alguma coisa?*

Macêdo: Todos nós falamos nas reuniões com os ministros, e ele ouve. As pessoas falam o que pensam. E ele toma a decisão dele. Uma vez tomada, todos nós seguimos a decisão, é assim que é o presidencialismo. Não é ele que está ou nós que estamos diferentes para lidar com esses problemas. É que os problemas mudaram. A correlação de força na sociedade mudou. A força da extrema-direita mudou as relações políticas do país. O Congresso hoje tem outro empoderamento. É um Congresso mais conservador. As relações na sociedade estão mais de disputa política. Os desafios de hoje são diferentes dos daquele momento.

Valor: *O Lula 3 é menos poderoso do que o Lula 1 e 2?*

Macêdo: O Executivo, em 2024, com a força que o Congresso adquiriu nesses últimos anos, é menos poderoso que foi no passado. A liderança do Lula compensa isso e consegue exercer o seu papel de líder mandatário do país. Esse é um debate que, em algum momento, a sociedade vai ter que fazer. É por isso que eu tenho feito essa jornada, de onde eu chego, de dizer nós precisamos defender a democracia, nós precisamos fortalecer a democracia. Os democratas do Brasil unidos. Em defesa dos valores civilizatórios.

Valor: *Mas tem democratas do lado do Bolsonaro. E aí?*

Macêdo: E aí? Eu acho que eles têm uma oportunidade agora de vir para o lado certo da história, com o governo do presidente Lula.

Valor: *No Congresso, aliados têm dito que o governo está sem rumo e não tem uma marca. Eles estão corretos nessa avaliação?*

Macêdo: Olha, é uma questão de perspectiva e de concepção. Nós tivemos uma marca muito forte nesse primeiro ano e meio, que é a reconstrução do Brasil. É porque, às vezes, a gente se esquece. Vocês lembram em dezembro de 2022? As pessoas estavam na fila para comprar osso. Quando nós subimos a rampa desse palácio, tinha 33 milhões de pessoas passando fome. E mais um terço com insegurança alimentar. Nós já tiramos 24,5 milhões de pessoas da fome. Nós controlamos a inflação, e o país voltou a gerar emprego e gerar renda. Então, essa é uma marca muito forte de reconstrução do país. E uma marca de defesa da democracia. São marcas muito fortes, na minha modesta opinião.

Valor: *O PT tem pouquíssimas chances nas capitais na eleição deste ano. Qual vai ser a estratégia?*

Macêdo: Acho que nós vamos ter uma eleição sob o signo de um ambiente de disputa política e de avanço da extrema-direita. Isso tem consequências que nós só vamos saber depois da eleição. O PT vai ter disputas importantes para ser feitas. E essa base democrática que apoia o presidente Lula vai estar dentro desse processo. Nós governamos o Brasil. E temos aliados importantes. Por exemplo, no Rio de Janeiro, nós vamos apoiar Eduardo Paes (PSD). É o Lula, é o PT que vai estar. No Recife, vamos apoiar o João Campos (PSB). Em São Paulo, Guilherme Boulos (Psol). No fim, vamos fazer um balanço de como o campo democrático se saiu na eleição. Incluindo o PT. Estou vendo esse processo assim, como [embate entre] a extrema-direita e o campo democrático.

Valor: *A extrema-direita vai crescer nesta eleição?*

Macêdo: Eu não sei. Eu acho que tem riscos. Tem riscos. Eu acho que nós vamos disputar para valer. É muito cedo para ter um diagnóstico do resultado da eleição. Vamos ver como é que as coisas vão se comportar nos próximos meses.

Valor: *O senhor vê alguma correlação entre a tentativa de golpe de Estado na Bolívia e o 8 de Janeiro?*

Macêdo: Isso demonstra a necessidade da defesa da democracia, que eu estou falando aqui, o avanço da extrema-direita e os riscos que nós corremos à democracia no mundo inteiro. E no Brasil, por exemplo, é por isso que a Suprema Corte do nosso país está no caminho correto de fazer, à luz da legislação, com respeito ao direito de defesa, mas com o rigor da lei, àqueles delinquentes que atentaram contra a democracia, para que não aconteça isso que está acontecendo nessa tentativa na Bolívia.

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO — 5/4/2024

Macêdo: "Acho que vamos ter uma eleição de avanço da extrema-direita. As consequências só vamos saber depois"

Eleições Apresentador lidera na faixa de quem recebe até dois salários mínimos; prefeito, entre os eleitores com mais de 60 anos; e deputado , entre os que votam em Lula

Genial/Quaest traz empate técnico entre Nunes, Boulos e Datena

César Felício
De Brasília

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), resiste por enquanto na liderança da corrida eleitoral na capital, de acordo com pesquisa Genial/Quaest divulgada na quinta-feira (25), em empate técnico com o deputado Guilherme Boulos (Psol) e com o jornalista e apresentador José Luiz Datena (PSDB), no cenário com todos os candidatos possíveis.

Nunes ficou com 22%, Boulos com 21% e Datena aparece com 17%, sendo que a margem de erro para o campo colhido entre 22 e 25 de junho é de três pontos percentuais. Na sequência estão o influenciador digital Pablo Marçal (PRTB), com 10%, a deputada Tabata Amaral (PSB), com 6%, Marina Helena (Novo), com 4%, e o deputado Kim Kataguiri (União Brasil), com 3%. Os demais postulantes somam 2%.

Este cenário, o mais amplo possível, não deve se concretizar. O União Brasil, por meio da sua principal liderança na cidade, o vereador Milton Leite, já anunciou que apoia Nunes. Datena apresentou-se como pré-candidato nas últimas quatro eleições e desistiu na última hora. Deve ser considerado, entretanto, por ser o que melhor mede o potencial de cada um.

O desempenho de Datena destoa de outros levantamentos realizados que o colocaram empatado com Marçal. Datena está em primeiro na faixa até dois salários mínimos (26%, ante 18% de Nunes, 13% de Boulos e 5% de Marçal). Empata com Nunes na liderança entre os com educação até o ensino fundamental, obtendo 24%. Fica em segundo entre os evangélicos (21%, quem lidera é Nunes, com 22%), entre os eleitores com mais de 60 anos (18%, ante 31% de Nunes), entre os eleitores de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 (18%, Boulos na frente, com 37%) e terceiro entre os que optaram por Bolsonaro (17%, atrás de Nunes e Marçal).

Sintomaticamente, entretanto, não aparece nas menções espontâneas, sem apresentação de lista, ao contrário de Kim e Tabata, mencionados ao menos por 1% dos entrevistados. Os 1.002 entrevistados, ao serem perguntados sobre eleições, não se lembram dele como opção.

Na espontânea quem está na frente é Boulos, com 10%, seguido de Nunes, com 8%, e Marçal, com 3%. No quarto cenário pesquisado pela Genial/Quaest, que não inclui nem Datena nem Kim Kataguiri, Nunes aparece com 28%, Boulos com 24%, Marçal com 13%, Tabata com 10% e Marina Helena com 6%. É um indicativo de que, apesar dos eleitorados de Datena e Kim se redistribuírem entre todos os demais candidatos, Nunes seria o principal beneficiário de um cenário sem estas opções.

Marçal é o único candidato conservador que perde para Boulos em uma simulação de segundo turno. O candidato do Psol ganharia uma rodada final contra Marçal por 41% a 30%. Na hipótese mais provável de segundo turno, Nunes derrotaria Boulos por 46% a 34%. Na implausível hipótese de um segundo turno entre Datena e Boulos, o tucano ganharia por 43% a 35%.

As outras informações de cruzamento indicam que Nunes se tornou mais dependente de um apoio efetivo de Bolsonaro na eleição. Quando a pesquisa se dá entre eleitores que optaram pelo ex-presidente em 2022, Nunes fica com 34%, Marçal vem em segundo com 20%, Datena em terceiro com 17% Kim em quarto com 5%, Boulos em quinto com 4% e Marina Helena e Tabata empatadas com 3%. Este é o melhor desempenho de Marçal em todos os cruzamentos. Mas Bolsonaro em São Paulo é um cabo eleitoral menos importante que Lula, de acordo com a pesquisa. 29% gostariam que o próximo prefeito fosse um aliado de Lula, ante 19% de Bolsonaro.

O melhor desempenho de Boulos é entre as mulheres, onde lidera, com 23%, ante 21% de Nunes e 18% de Datena. Boulos também está na liderança em cruzamentos menos significativos, como os dos eleitores com ensino superior (29%, ante 22% de Nunes e 11% de Marçal) e 23% entre os que ganham mais de cinco salários mínimos, em empate com Nunes, vindo Marçal em terceiro com 14%.

Boulos lidera na faixa de 16 a 34 anos, mas com 20%, a pouca distância de Marçal, que fica com 17%. O postulante do Psol mostra vitalidade no centro expandido, mas tem dificuldades na periferia. No eleitorado com renda até 2 mínimos, em que Datena é o líder, Boulos fica com somente 13%, cinco pontos percentuais atrás de Nunes. O apoio de Lula, que é forte neste segmento, poderá proporcionar crescimento para o pré-candidato de esquerda.

A pré-candidatura de Tabata mostra ter problemas para decolar. A deputada do PSB não se destaca entre as mulheres (6%, ante 8% entre homens), não tem vitalidade na faixa jovem (9%, numericamente atrás do sexagenário Datena, que tem 10% neste segmento) e alcança seu melhor resultado entre os eleitores com ensino superior, onde não passa de 10%.

A Genial/Quaest também mediu a rejeição potencial dos pré-candidatos. Rejeição potencial é aquela em que cada pesquisado é provocado a responder se, em relação a determinado nome, conhece e votaria ou conhece e não votaria. Neste quesito 51% dizem que conhecem e não votariam em Datena. Boulos é rejeitado por 41% dos que o conhecem. Nunes, por 38%. A pesquisa está registrada no Tribunal Regional Eleitoral sob o protocolo 08653/2024.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA

Nunes precisa de apoio de Bolsonaro

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Boulos lidera citações espontâneas

GOVERNO DE SÃO PAULO

Datena não é citado espontaneamente

Apresentador diz que agora ‘não tem recuo’

Lilian Venturini
De São Paulo

O apresentador José Luiz Datena, pré-candidato do PSDB à Prefeitura de São Paulo, disse que a primeira pesquisa Genial/Quaest sobre a disputa na capital mostra que o eleitor procura uma alternativa para a gestão e que agora “não tem recuo”. O levantamento mostrou Datena e outros dois pré-candidatos empatados em primeiro.

Quem está numericamente à frente é o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB), com 22%, seguido pelo deputado Guilherme Boulos (Psol), com 21%, e Datena com 17%. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos, o que deixa os três pré-candidatos em situação de empate técnico.

“Ficou claro que a cidade procura uma alternativa. Eu quero ser prefeito para tirar o crime organizado da prefeitura e dos serviços públicos. PCC não vai mais mandar os ônibus de São Paulo”, afirmou Datena, em referência a suspeitas de envolvimento entre duas empresas que atuam na capital com integrantes da facção criminosa. O Ministério Público investiga o caso e em abril denunciou ao menos 28 pessoas. Até o momento não há informações sobre o envolvimento de agentes públicos.

Datena filiou-se ao PSDB em abril, a 11ª legenda de sua trajetória partidária. Conhecido por desistir das disputas semanas antes do registro oficial das candidaturas, o apresentador vem dizendo que desta vez irá até o fim. Após o resultado da pesquisa Quaest, o pré-candidato afirmou que o desempenho de seu nome “só aumentou” sua vontade de ser prefeito. “Quero ser prefeito para acabar com bandalheira. Não tem volta. Não tem recuo”, acrescentou.

Para poder disputar a prefeitura, Datena precisa deixar o programa que comanda na Band até domingo (30). Internamente, o PSDB ainda não desconsidera a possibilidade de formar aliança com outro partido, a exemplo do PSB, de Tabata Amaral. A deputada alcançou 6% neste cenário com Nunes, Boulos e Datena à frente. Ela fica atrás do influenciador digital Pablo Marçal (PRTB), que alcançou 10%. A economista Marina Helena (Novo) tem 4%, e o deputado Kim Kataguiri (União Brasil), 3%. Os demais postulantes somam 2%. A pré-candidatura de Kim é considerada improvável, porque seu partido já declarou apoio a Nunes.

A pré-campanha do prefeito, que reúne a promessa de apoio de 12 partidos, afirmou que a pesquisa Quaest indica que Nunes está “no caminho certo”. “A mais recente pesquisa indica que o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), ganha em todos os cenários no segundo turno, e com uma vantagem significativa”, afirmou em nota Enrico Misasi, presidente do diretório municipal do MDB de São Paulo.

Boulos, que disputa a prefeitura pela segunda vez, disse que o levantamento mostra um cenário de equilíbrio. “Seguimos liderando no voto espontâneo. Mais um sinal de que o paulistano, em sua maioria, quer mudança pra cidade”, afirmou o deputado em nota.

Marçal, que em 2022 disputou uma vaga na Câmara dos Deputados, disse que resultado de pesquisa não “mexe” com sua cabeça. “Quem fica preocupado com pesquisa é porque deixou de trabalhar, o que não é meu caso. (...) Pesquisa nenhuma vai me envaidecer, muito menos me abalar.”

Tabata informou que não vai comentar os resultados. Marina Helena disse que os números mostram que ela tem um “público fiel”, com potencial para crescer ao longo da campanha.

Em São Paulo, frente ampla é de direita e bolsonarista

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

Se São Paulo pudesse ser dividida em duas bandas, a da direita teria mais do que o dobro do tamanho da esquerda. É isso que se conclui da pesquisa Genial/Quaest. Ricardo Nunes (22%), José Luiz Datena (17%), Pablo Marçal (10%), Marina Helena (4%) e Kim Kataguiri (3%) somam 56% das intenções de voto enquanto Guilherme Boulos (21%) e Tabata Amaral (6%) têm 27%.

O quadro mostra que, se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva construiu uma frente ampla contra o bolsonarismo em 2022, agora é o ex-presidente quem recorre à estratégia para derrotar o campo governista. Se Marçal (PRTB) é bolsonarista raiz, Datena (PSDB) é da ala tucana cooptada pelo ex-presidente.

Ambos ainda têm presença incerta na disputa, mas revelam o flanco da aposta governista. A campanha de Boulos (Psol) insiste que a rejeição de 63% dos paulistanos ao ex-presidente Jair Bolsonaro justifica a polarização, mas o diretor da Quaest, Felipe Nunes, vê o campo de Lula dominado pela ilusão de que a esquerda tem força na capital paulista quando, na verdade, é a aliança anti-Bolsonaro que se expressa. Esta aliança não parece clara nas hostilidades entre Boulos e Tabata.

O diretor da Quaest vê as chances de Boulos e Tabata (PSB) no primeiro turno dependentes da capacidade de demonstrar capacidade de gerir, com equipe e projetos, os dois principais problemas apontados: segurança e saúde. O campeão dos problemas mostra o acerto do presidente em se distanciar da decisão do Supremo Tribunal Federal que descriminalizou a maconha. Como a sociedade é contra, teme que a reação se volte contra seu governo e seus candidatos.

No segundo turno, na chance de seu candidato passa pelo convencimento do eleitor de que o prefeito Ricardo Nunes (MDB) não merece uma segunda chance. A desconstrução do prefeito enfrenta o incremento de sua aprovação.

A aposta da campanha de Boulos é não apenas na vitória de Lula na capital paulista em 2022, como na ascensão de candidatos de esquerda na cidade na reta final, como Luiza Erundina (1988), Marta Suplicy (2000) e Fernando Haddad (2012). Todos eles, porém, ascenderam em oposição a gestões mal avaliadas. Desta vez, não é o caso. A avaliação positiva de sua gestão supera a de Lula, na margem de erro: 31% x 28%.

Ala conservadora tenta dificultar seminário LGBTQIA+

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

Parlamentares da ala conservadora do Congresso Nacional tentaram impor dificuldades para a realização do XXI Seminário LGBTQIA+ neste ano. O evento está previsto para a primeira semana de agosto e terá como tema principal a celebração dos 25 anos em que as terapias de conversão sexual, também conhecidas como “cura gay” foram proibidas no Brasil.

A iniciativa contou com o apoio de sete comissões temáticas da Câmara: Cultura, Amazônia e Povos Originários, Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Legislação Participativa, Saúde, Defesa dos Direitos da Mulher e Direitos Humanos.

Para a realização do evento, basta o apoio de um desses grupos, mas a adesão coletiva sempre ocorreu e era esperada para simbolizar o alinhamento do Legislativo à causa. Em outros anos, o aval ocorreu sem intercorrências e representava um apoio dos colegiados à pauta, segundo fontes técnicas da Casa.

Em 2024, o grande destaque de resistência foi o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e deputado federal mais votado do país em 2022. Ele não aceitou colocar o requerimento apresentado pela líder do Psol na Câmara, Erika Hilton (SP), em votação na comissão de Educação, da qual é presidente.

Para a recusa, o parlamentar mineiro alegou que não havia pertinência temática no pedido de apoio do colegiado ao seminário. O evento, porém, terá uma mesa que tratará exclusivamente de educação e receberá profissionais da área.

Aliados de Erika destacam que a comissão atualmente comandada por Nikolas apoiou a iniciativa nas outras 20 edições.

No início do mês, a líder do Psol acionou o Ministério Público Federal contra o deputado do PL após um embate entre eles durante a participação da ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, em uma audiência pública na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Nikolas questionou a identidade de gênero de Erika, que é uma das duas mulheres transexuais com mandato na Casa.

A análise dos requerimentos também foi rejeitado na comissão de Relações Exteriores e foi ignorado na de Trabalho, comandadas por Lucas Redecker (PSDB-RS) e Lucas Ramos (PSB-PE), respectivamente.

Dos sete colegiados em que o pedido foi aprovado pelos seus membros, houve tentativa de obstrução em dois.

Presidida pela deputada Daiana dos Santos (PCdoB-RS), a comissão de Direitos Humanos foi onde os conservadores melhor se articularam e obstruíram, com requerimentos de retirada de pauta. A maioria governista garantiu o avanço da medida.

Na Comissão da Mulher, a deputada Júlia Zanatta (PL-SC) propôs a retirada de pauta, mas o dispositivo não foi apreciado em função de sua ausência durante a reunião do colegiado que analisaria a realização do seminário.

Na atual legislatura, os parlamentares se debruçaram sobre outras medidas que representam retrocessos dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Após diversos adiamentos, a comissão da Previdência aprovou, em outubro do ano passado, a proposta que sugere a proibição do casamento homoafetivo.

O texto foi encaminhado para apreciação das comissões de Constituição e Justiça (CCJ), onde segue parado, e de Direitos Humanos, onde é relatado por Erika. Ela apresentou um parecer para reverter a decisão estabelecida pelo relatório de Pastor Eurico (PL-PE) na Previdência. A líder do Psol quer a manutenção dos direitos.

Desde o ano passado, deputados conservadores tentam sustar medidas adotadas pelo governo federal e relacionadas à comunidade. Em uma das ofensivas, eles buscaram derrubar uma resolução do Ministério dos Direitos Humanos, comandado por Silvio Almeida, que trata do uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.

A iniciativa foi alvo de ataques nas redes sociais por apoiadores e aliados de Bolsonaro.

Na ocasião, a pasta de Almeida reagiu e se manifestou para negar as informações falsas. “O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) repudia e se insurge contra as mentiras que estão sendo espalhadas nas redes sociais de que o Governo Federal tenha tomado qualquer decisão para instituir o banheiro unissex nas escolas do Brasil. Além de ser uma interpretação rasa e errônea do que está previsto na resolução, as insinuações desvirtuam o intuito do texto que é de orientar e recomendar e ajudam a espalhar o ódio e o preconceito com as diferenças”, disse a pasta.

Eleições EUA Inflação, economia, imigração, guerras na Ucrânia e em Israel foram os principais pontos do confronto entre o atual presidente e Donald Trump na TV

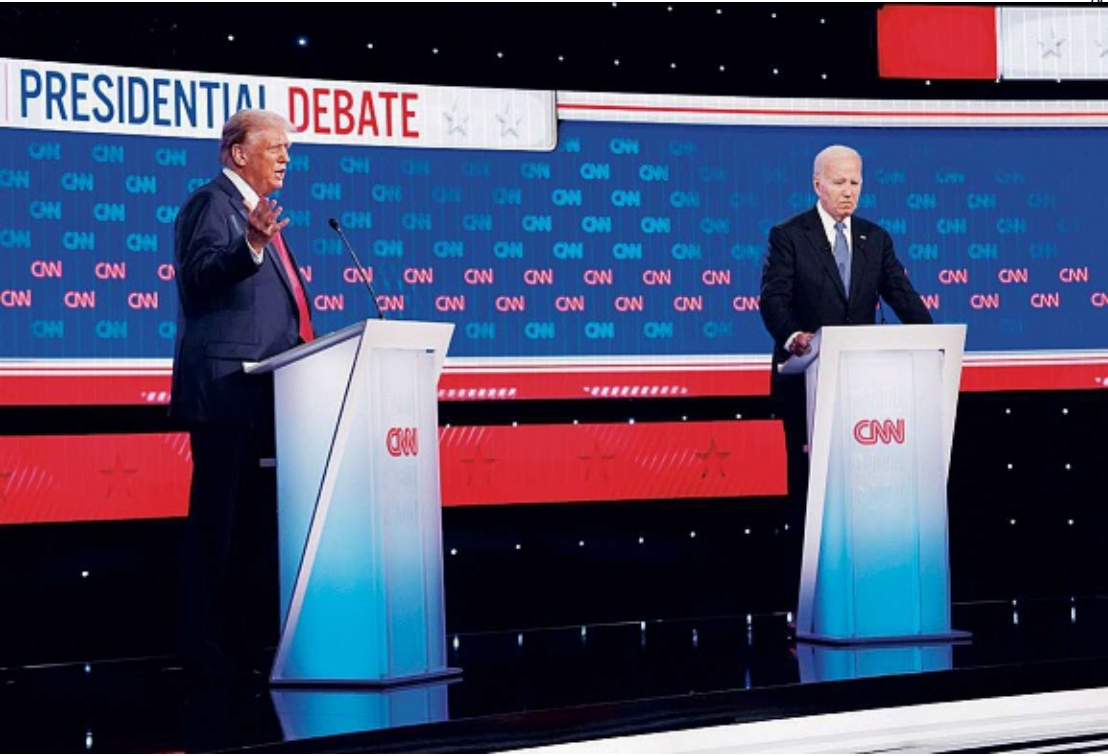
Fragilidade de Biden no 1º debate gera pânico no Partido Democrata

Luiza Palermo e Roberto Lameirinhas
De São Paulo

No primeiro debate da história dos EUA entre um presidente e um ex-presidente, o democrata Joe Biden — que tinha como principal estratégia reduzir as especulações sobre seus 81 anos — estava mais afônico do que o normal. Em contraste, seu adversário, o ex-presidente Donald Trump, que se mostrava assertivo.

Todo o confronto foi marcado pela fragilidade do presidente. Para o jornalista John King, da emissora CNN, que organizou o evento, o desempenho causou "pânico no Partido Democrata".

Outros comentaristas que acompanhavam o debate qualificaram o desempenho de Biden como desastroso. "A tela dividida não é gentil com Biden. Enquanto Trump fala, o presidente observa, boquiaberto, com os olhos se movendo de um lado para o outro", disse o comentarista do jornal "The New York Times" Reid Epstein. "Mas enquanto Biden fala, sua voz está rouca e ele está tendo problemas para expressar pensamentos completos. Se esperava dissipar as preocupações com a idade, Biden não fez isso nos primeiros 30 minutos."

No debate em si, Trump fez uma declaração bombástica ao afirmar que, se ele não vencer a eleição de novembro, será porque a eleição não foi justa. Indagado por uma segunda vez pelos moderadores sobre se ele aceitaria uma derrota eleitoral, ele repetiu: "Se for limpa e justa..."

Turmp (à esq.) e Biden se enfrentam em debate marcado pela exibição de fragilidade do presidente americano

Biden começou no ataque criticando o governo de Trump. "Trump não fez muita coisa quando deixou o cargo. Estava tudo um caos, tivemos de restabelecer a situação", disse. "Tivemos a melhor economia da história deste país, todos os países do mundo copiavam o que fazíamos e, na covid-19, gastamos o dinheiro que era necessário", rebateu Trump. "Hoje, a inflação está castigando as famílias americanas", prosseguiu.

O final do bloco sobre economia, deu lugar a perguntas sobre aborto, um tema considerado mais confortável para Biden do que para Trump. Mas a vantagem do presidente, aparentemente, foi menor do que a que se esperava.

Trump defendeu-se das acusações de ter promovido a decisão da Suprema Corte de derrubar a jurisprudência Roe vs. Wade — que garantia nacionalmente o direito à interrupção da gravidez — argumentando que transferir as sentenças para os Estados. E acusou os democratas: "Vocês pretendiam matar bebês até depois dos nove meses. É isso ue os democratas fazem". Biden respondeu com um "você simplesmente é um mentiroso".

Biden deu sinais de reação mais claros a partir do segundo terço do debate, quando os mediadores passaram a perguntar sobre temas de imigração. "Aumentamos a proteção nas fronteiras. Ele [Trump] colocou famílias em jaulas. Não é assim que se faz. Agora, 40% pessoa a menos cruzam as fronteiras de forma ilegal", diz Biden.

"Acho que ele (Biden) não sabe o que diz. Nós tínhamos a fronteira mais segura da história do país e tudo o que ele precisava era deixar assim. Tínhamos as políticas mais seguras e agora temos as piores", respondeu Trump.

"Temos criminosos entrando no território americano aos milhares, todos os dias. E não só da América do Sul, mas também terroristas do Oriente Médio e outros", afirmou.

Trump também deixou clara a discordância em relação ao trato americano com a guerra na Ucrânia. "Cada vez que [o presidente ucraniano, Volodymyr] Zelensky vem aqui, ele sai com bilhões de dólares de americanos", afirmou. Biden rebateu afirmando que Trump incentivou o líder russo Vladimir Putin a invadir a Ucrânia.

Alguns assuntos espinhosos fizeram Trump se mostrar mais agressivo do que o normal.

Ao ser indagado sobre o ataque ao Congresso de 6 de janeiro de 2022, ele mudou de assunto. "O filho dele é um condenado", disse Trump, referindo à condenação de Hunter Biden, acusado de comprar uma armas irregularmente.

Trump também foi evasivo ao negar que tivesse tido relações com a atriz pornô Stormy Daniels — um caso que rendeu uma condenação criminal ao republicano. "Você fez sexo com uma atriz pornô quando seu a esposa estava gravida" disse Biden, elevando o tom e acrescentando que o oponente tem uma "moral de um gato de rua".

PIB do 1º tri dos EUA é o mais fraco desde 2022

Paul Wiseman
Associated Press, de Washington

A economia dos EUA cresceu em um ritmo anualizado de 1,4% no período de janeiro a março, o menor crescimento trimestral desde o segundo trimestre de 2022, informou ontem o governo americano — uma ligeira melhora em relação à estimativa anterior. Os gastos do consumidor, porém, cresceram apenas 1,5%, abaixo da estimativa inicial de 2%, num sinal de que os juros altos podem estar afetando a economia.

O Departamento do Comércio havia estimado anteriormente um crescimento de 1,3% do PIB — a produção total de bens e serviços da economia — no primeiro trimestre. O crescimento do PIB no período marcou uma forte retração em relação ao ritmo vigoroso de 3,4% dos últimos três meses de 2023. Mesmo assim, o relatório de ontem mostrou que a desaceleração de janeiro a março foi causada principalmente por dois fatores — um aumento das importações e uma queda nos estoques das empresas — que podem oscilar de trimestre para trimestre.

As importações afetaram em 0,82 ponto porcentual o resultado do primeiro trimestre. Os estoques mais baixos subtraíram outro 0,42 ponto porcentual do PIB.

Os investimentos das empresas compensaram essa redução, e o governo diz que eles cresceram num ritmo anual de 4,4% no primeiro trimestre, mais que sua estimativa anterior de 3,2%. Mais investimentos em fábricas e outras construções não residenciais, e também em softwares, ajudaram a reforçar esse aumento.

Eleições Os partidos de extrema direita e extrema esquerda, que lideram as pesquisas, prometem gastos sem prever receita para isso

Promessas eleitorais poderão fazer explodir a dívida da França

John Leicester, Paul Wiseman e Stan Choe
Associated Press, de Paris

As promessas são atraentes — e caras. Competindo para derrubar o governo centrista do presidente Emmanuel Macron nas eleições parlamentares de dois turnos em 30 de junho e 7 de julho, os partidos políticos franceses da extrema direita e extrema esquerda prometem cortar os impostos, permitir que os trabalhadores se aposentem mais cedo e subir os salários.

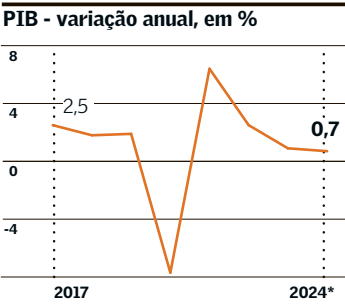
Essas promessas ameaçam estourar o orçamento já inchado do governo, elevar o custo do crédito e prejudicar as relações da França com a União Europeia (UE).

"As eleições legislativas antecipadas poderão muito bem substituir o vacilante governo centrista de Macron por um liderado por partidos cujas campanhas abandonaram qualquer pretensão de disciplina fiscal", escreveu na semana passada a economista Brigitte Granville, da Universidade Queen Mary de Londres, no website do Project Syndicate.

A turbulência começou em 9 de junho, quando os eleitores deram uma grande vitória ao Partido da Reunião Nacional (RN) de Marine Le Pen nas eleições parlamentares da UE. Derrotado, Macron prontamente e surpreendentemente convocou uma eleição parlamentar antecipada, convencido de que os franceses se mobilizariam para impedir que o primeiro governo de extrema direita assuma o poder na França desde a ocupação nazista na Segunda Guerra Mundial.

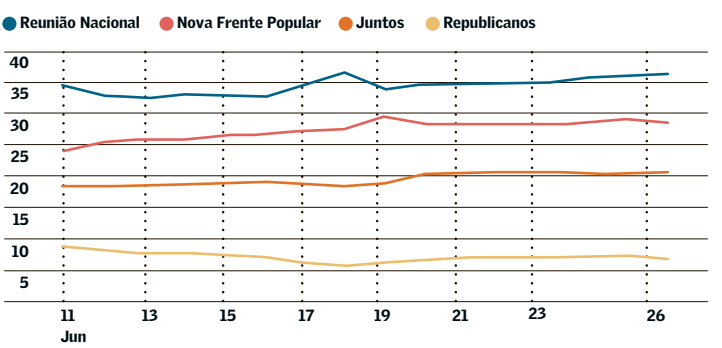
Macron está alinhado tanto contra o RN de Le Pen, como contra a Nova Frente Popular (NFP), uma coalizão de partidos de centro-esquerda e extrema esquerda.

"O centro meio que evaporou", diz o economista francês Nicolas Veron, pesquisador sênior do Peterson Institute for International Economics. O RN e a NFP são "radicais de maneiras muito diferentes, mas ambas estão muito longe da corrente principal".

Os extremos políticos estão se beneficiando do descontentamento generalizado dos eleitores com as altas dolorosas dos preços, os orçamentos familiares apertados e outras dificuldades. A economia francesa está patinando: o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um crescimento de apenas 0,7% para este ano, abaixo dos modestos 0,9% de 2023.

As promessas políticas de colocar dinheiro no bolso dos eleitores poderão custar pelo menos dezenas de bilhões de euros, segundo estimativas dos economistas.

As notícias sobre a ascensão política do RN derrubaram o valor das ações de empresas francesas e elevaram os rendimentos dos bônus soberanos franceses devido às preocupações com a possível pressão sobre as contas públicas.

Macron reconheceu que as promessas econômicas do RN "talvez deixem as pessoas felizes", mas disse que elas custarão € 100 bilhões ao ano. E os planos da esquerda, acusou ele, são "quatro vezes piores em termos de custos".

Jordan Bardella, presidente do RN, rejeitou o número citado por Macron, dizendo que ele foi "tirado da cartola do governo". Porém, na segunda-feira, em um esforço para acalmar os mercados, Bardella — braço direito de Le Pen — disse que agirá com prudência se se tornar premiê, realizando uma auditoria às finanças públicas antes de decidir que medidas avançar na proposta do orçamento de 2025.

Bardella disse que o RN já identificou medidas para compensar o déficit fiscal gerado pela redução do IVA sobre combustíveis e energia: arrecadar € 1,2 bilhão fechando uma brecha fiscal usada pelas companhias de navegação marítima, reduzir a contribuição da França para o orçamento da UE em € 2 bilhões e tributar os lucros extraordinários das empresas de energia para obter € 3 bilhões.

O programa da NFP lista 23 páginas de compromissos, mas não apresenta seus custos nem detalha como seriam financiados. A coalizão de esquerda promete "abolir os privilégios dos bilionários", tributando pesadamente os que ganham mais, as fortunas e outras riquezas. A NFP diz que não pretende aumentar as dívidas da França.

Tanto a esquerda como a direita prometem reverter a reforma previdenciária que Macron aprovou no Parlamento no ano passado, diante de grandes protestos nas ruas, que elevou a idade de aposentadoria de 62 para 64 anos para ajudar a financiar o sistema previdenciário francês.

Antes mesmo das mais recentes turbulências políticas, a França já se encontrava sob pressão para reequilibrar suas contas públicas.As autoridades da UE criticaram a França por acumular dívidas excessivas. O país já opera com uma carga de endividamento maior que as dos vizinhos europeus, com sua dívida pública em estimados 112% do PIB. Isso se compara a menos de 90% no caso da zona do euro como um todo e de apenas 63% no caso da Alemanha.

Há muito a UE insiste que os Estados-membros devem manter seus déficits anuais em menos de 3% do PIB. Mas essas metas têm sido frequentemente ignoradas, mesmo pela Alemanha e a França, as maiores economias do bloco.

O déficit da França no ano passado foi de 5,5%. A Comissão Europeia recomendou que a França e seis outros países iniciassem um "procedimento de déficit excessivo", começando um longo processo que poderá acabar forçando os países a tomar medidas corretivas.

Os franceses vão eleger novos membros para a câmara baixa do Parlamento francês, a Assembleia Nacional. Macron continuará presidente até 2027, mesmo que seu partido perca, que poderá resultar numa "coabitação" com o RN à extrema direita ou a NFP à esquerda.

Macron, que vem tentando controlar os déficits orçamentários da França, poderá ter um poder de decisão bastante reduzido sobre a política econômica, embora ainda vá continuar supervisionando a política externa e de defesa. Com um governo de esquerda ou de direita ditando as regras na política econômica, os problemas orçamentários do país não deverão ser resolvidos, levando a um aumento dos juros dos bônus franceses.

Isso poderia forçar o Banco Central Europeu (BCE) a comprar bônus franceses para reduzir os juros e acalmar os mercados. *(Com agências internacionais)*

França - Raio X
Principais indicadores socioeconômicos

REINO UNIDO
ALEMANHA
Paris
FRANÇA
ITÁLIA
ESPANHA

PIB - variação anual, em %

Área	551,7 mil km²
População	68,4 milhões
Inflação	2,3% em maio/24
IDH	0,910 (28º posição)
Taxa de desemprego	7,5 % no primeiro tri/2024

Fontes: FMI, Insee e ONU. Elab.: Valor Data. *Projeção

Bloco de extrema direita lidera na França
Primeiro turno da eleição legislativa será no domingo

Fontes: Harris Interactive, Ifop, Cluster17, Ipsos, Elabe, Odoxa e OpinionWay
Obs.: Baseado na média dos quatro dias anteriores, ponderado pelos mais recentes. Ifop e Elabe combina os números dos Republicanos e outros partidos de direita.

Desânimo e irritação com economia marcam eleições de hoje no Irã

Agências internacionais

Entre a apatia e o descontentamento generalizado com a perda de seu poder de compra nos últimos anos, os iranianos vão às urnas hoje no primeiro turno da eleição presidencial. A votação foi precipitada pela morte do presidente Ebrahim Raisi em 19 de maio, em um acidente de helicóptero. Se nenhum candidato obtiver 50% dos votos, um segundo turno será realizado no dia 5.

O clima de desinteresse generalizado em Teerã com as eleições, segundo analistas, deve-se à sensação de que pouco ou nada vai mudar no fechado regime teocrático iraniano, seja quem for o eleito. Em uma mostra da solidez do establishment da linha dura comandada pelo líder supremo do país, Ali Khamenei, dois candidatos presidenciais abandonaram ontem a disputa, defendendo uma frente unificada em favor de um nome que "defenda a Revolução Islâmica", de 1979.

Com a saída dos conservadores Amirhossein Ghazizadeh, que foi um dos vice-presidentes de Raisi, e de Alireza Zakani, atual prefeito de Teerã, restaram quatro candidatos, embora só três sejam considerados competitivos. Dois candidatos linha-dura, o ex-negociador nuclear Saeed Jalili, e o presidente do Parlamento, Mohammad Bagher Qalibaf, concorrem pelo mesmo setor do eleitorado. A única voz dissonante na disputa é a do cirurgião cardíaco e parlamentar reformista Masoud Pezeshkian.

Na última eleição presidencial, em 2021, apenas 48% dos eleitores foram às urnas, em meio à percepção de muitos de que o resultado estava predeterminado depois que os principais candidatos reformistas foram proibidos de competir. O cansaço dos iranianos com as eleições se tornou mais claro nas eleições parlamentares de março deste ano, quando o comparecimento foi de 41%.

Sob a liderança de Khamenei, a teocracia iraniana manteve a proibição de candidatas mulheres ou de pessoas que defendam uma mudança radical no governo. Nos últimos dias, Khamenei pediu à população uma participação "máxima" nas eleições e fez advertências veladas a Pezeshkian e seus aliados, aos quais os aiatolás conservadores acusam de querer ampliar a dependência do país em relação aos EUA.

Pezeshkian concorre com o apoio do ex-ministro das Relações Exteriores Mohammad Javad Zarif, que assinou o acordo nuclear de 2015 com as potências internacionais durante o governo de Hassan Rouhani, um reformista que defendia uma abertura limitada da economia para atrair investidores estrangeiros — mas que enfrentou a resistência da Casa Branca de Donald Trump, que acabou levando as finanças do país à beira do colapso.

Com isso, o regime endureceu a repressão, principalmente contra mulheres. Em setembro de 2022, a morte da jovem Mahsa Asamini, após ser detida pela polícia de costumes por estar usando o véu islâmico de modo irregular, causou uma onda de protestos e repressão que durou meses e deixou — segundo organisms internacionais — mais de 500 mortos.

Na segunda-feira, referindo-se a Pezeshkian, Khamenei conclamou aos iranianos que compareçam à urna para "rejeitar e silenciar" os "malfeitores" e privar o inimigo, um termo que significa os EUA, de uma desculpa para "alegrar-se".

Em Teerã, relatam fontes independentes, a sensação é a de que não há razão para votar e legitimar um sistema político considerado "repressivo e corrupto". Ao mesmo famílias iranianas sofrem com aumentos acentuados de preços de bens e serviços.

O custo de vida no Irã disparou principalmente a partir da pandemia de covid-19. Um estudo do "Financial Times" mostra que, até 2018, os iranianos que ganham o salário mínimo podiam comprar um Pride novo — o carro popular fabricado pelo país — e pagá-lo em pouco mais de um ano e meio. Hoje, para quitar o financiamento de um Pride 2020 (último ano em que foi fabricado), esse mesmo trabalhador levaria quase quatro anos.

Irã - Raio X
Principais indicadores socioeconômicos

PIB - variação anual, em %

Área	1,648 milhão de km²
População	86,5 milhões
Inflação	30,9% abril/24
IDH	0,780 (78º posição)
Taxa de desemprego	9,4% em 2023

Fontes: FMI, ONU e Trading economics. Elab.: Valor Data. *Projeção.

Líderes da UE definem reeleição de Von der Leyen

Agências internacionais

Líderes da UE finalizaram ontem o acordo para reconduzir a alemã Ursula von der Leyen para um mandato de mais cinco anos como presidente da Comissão Europeia — principal instância executiva do bloco europeu. Além dela, o ex-premiê português Antonio Costa assumirá como presidente do Conselho da UE e a primeira-ministra estoniana, Kaja Kallas, como chefe da diplomacia europeia.

A premiê italiana, Giorgia Meloni — que criticou outros líderes por isolá-la no processo —, absteve-se nas negociações. Meloni reivindicava mais poder nas discussões sobre a formação da nova liderança da UE depois de ter sido considerada a principal vencedora das eleições europeias de 6 a 9 de junho. Viktor Órban, da Hungria, votou contra a formação da nova cúpula.

As negociações a portas fechadas, porém, asseguraram que os maiores partidos no Parlamento Europeu darão a Leyen a maioria necessária — apesar do avanço de grupos de extrema direita nas eleições. de líderes reunidos em uma cúpula. Agora, Von der Leyen precisa obter uma maioria simples do plenário do Legislativo, em julho, para garantir a extensão de seu mandato.

Von der Leyen, filiada ao partido de direita alemã CDU, era vista como a favorita para a reeleição, após ser considerada uma gerente amplamente capaz nos últimos cinco anos — nos quais enfrentou a pandemia de covid-19 e as consequências da invasão da Ucrânia pela Rússia.

Ela foi criticada por se apressar em apoiar Israel após os ataques terroristas do Hamas e o centralismo de sua comissão.

Para analistas, a manutenção da líder deve garantir a continuidade das linhas gerais de política da UE, como a do apoio à Ucrânia contra a invasão da Rússia.

Bolívia prende 17 suspeitos de ligação com tentativa de golpe

JUAN KARITA/AP

Autoridades da Bolívia anunciaram ontem a prisão de 17 pessoas envolvidas na fracassada tentativa de golpe militar liderada pelo general Juan José Zúñiga — um movimento derrotado sem muito esforço em três horas. Segundo o ministro do Interior Eduardo del Castillo, os detidos agiram sob a ordem de Zúñiga, que foi preso horas depois da tentativa golpista. O ministro da Defesa Edmundo Novillo disse ontem que a tentativa de derrubar o presidente Luis Arce falhou porque "a ampla maioria" das Forças Armadas da Bolívia recusou-se a aderir ao golpe. Além de Zúñiga, também foi detido e destituído o vice-almirante Juan Arnez, considerado um dos coautores da tentativa golpista. Na foto, partidários de Arce se concentram na frente do palácio, apesar de situação calma ontem.

Sheinbaum anuncia futura titular de Energia

Scott Squires e Maya Averbuch
Bloomberg

A presidente eleita do México, Claudia Sheinbaum, nomeou ontem Luz Elena Gonzalez, uma aliada próxima, para liderar o Ministério da Energia, que será fundamental para expandir a geração de energia para o impulso de industrialização do México.

Gonzalez, ex-secretária de Finanças da Cidade do México no governo de Sheinbaum, integrou o segundo grupo de membros do Gabinete que a presidente eleita anunciou ontem. Elas trabalharam juntos quando Sheinbaum foi governadora da capital do país até 2023, função que ajudou a lançar sua campanha presidencial.

"A primeira prioridade será garantir a soberania energética", disse Gonzalez à TV Milenio após o anúncio. "Vamos avançar na transição energética. Vamos garantir a segurança energética, mas é preciso saber que o povo mexicano é a favor da soberania nacional".

Gonzalez enfrentará o desafio de aumentar a produção e a distribuição de energia no México, onde uma economia em crescimento e temperaturas extremas estão levando o sistema elétrico ao seu limite, muitas vezes provocando apagões generalizados. As questões energéticas do México estão limitando o seu potencial de "nearshoring" — de atrair fábricas que buscam ficar perto dos EUA e reduzir a dependência da China.

"Eles estão colocando profissionais no comando, não ideólogos", disse Oscar Ocampo, analista de energia do Instituto Mexicano de Concorrência, ou IMCO, uma organização sem fins lucrativos. "Isso envia a mensagem de que Sheinbaum está no controle."

Sheinbaum disse que quer revitalizar a problemática estatal Petroleos Mexicanos, com um novo foco na energia limpa — como o hidrogênio verde, lítio e a infraestrutura de veículos elétricos. O seu plano limitaria a produção de petróleo da Pemex nos próximos anos a cerca de 1,8 milhão de barris por dia, enquanto o governo se concentra em estimular o crescimento da energia verde.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Eleição na França lança incerteza sobre estabilidade europeia

A França, e por tabela a União Europeia, pode dar um salto no escuro com as eleições legislativas deste fim de semana. Há riscos importantes, tanto do ponto de vista político como econômico. Essas incertezas podem causar volatilidade nos mercados europeus e talvez globais nos próximos meses.

Neste domingo os franceses irão eleger a nova Assembleia Nacional (o Parlamento), numa votação antecipada pelo presidente Emmanuel Macron após a derrota de seu partido nas eleições europeias, no início de junho. Foi uma aposta arriscada do presidente, cujo partido hoje lidera o governo, mas sem maioria. A Presidência não está em disputa, e Macron continuará no cargo até 2027.

A média das pesquisas feita pela "The Economist" indica que o partido de extrema direita Reunião Nacional, liderado por Marine Le Pen, lidera com cerca de 37% dos votos. Em segundo lugar está a coligação de esquerda/extrema esquerda Nova Frente Popular, com 29%. O Juntos, coligação centrista de Macron, está em terceiro, com 21%.

A eleição legislativa na França ocorre em dois turnos. Isto é, se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta, os mais votados em cada distrito eleitoral disputam um segundo turno, marcado para 7 de julho. Isso costuma favorecer partidos centristas, já que eles tendem a herdar os votos dos candidatos que não passaram ao segundo turno.

A votação em dois turnos também dificulta a projeção das bancadas, já que o comportamento do eleitor no segundo turno não é claro. Ainda assim, as principais projeções apontam que nenhum partido ou coligação terá maioria absoluta na Assembleia. Como uma aliança entre a extrema direita e a frente esquerdista é inviável, o mais provável é que o novo governo surgirá de uma coalizão que envolverá os centristas de Macron. Porém, se a extrema direita chegar muito perto da maioria, poderá tentar formar governo minoritário.

A nova Assembleia Nacional elegerá então o primeiro-ministro. Os candidatos são: Jordan Bardella (Reunião Nacional), de apenas 28 anos, o esquerdista Manuel Bompard (38 anos) e o atual premiê Gabriel Attal (35 anos), pelo Juntos. Nada impede, porém, que outro nome surja das negociações. O provável impasse no Parlamento já aponta para negociações difíceis e para um governo fraco e dividido.

A França tem sistema de governo misto, no qual o premiê e o presidente dividem as atribuições. O presidente formalmente cuida de política externa e defesa. O premiê, das políticas internas. Mas quando o premiê é do mesmo partido do presidente, como hoje, este último é quem de fato lidera o governo.

Quem quer que venha a liderar o país nesse cenário, seja um governo de coalizão fraco, seja um governo minoritário de extrema direita, terá dificuldade de aprovar reformas importantes na Assembleia. Há um risco real de paralisia política. E, diante das promessas de campanha eleitoral, será ainda mais difícil realizar o ajuste fiscal de que o país precisa.

A principal preocupação dos eleitores, segundo as pesquisas, é a inflação, com queda do poder aquisitivo. A guerra na Ucrânia fez a UE deixar de comprar gás e petróleo da Rússia, o que gerou uma crise energética no continente. O preço da energia disparou, elevando a inflação e comendo uma parte maior da renda das famílias.

Tanto a direita como a esquerda estão prometendo mais gasto público e cortes de impostos para ajudar a população. Mas a França dificilmente poderá pagar esse tipo de bondade. Ao contrário, o país precisa de um ajuste fiscal. O déficit público, de 5,4% em 2023, está muito alto. Quase todos os países aumentaram dramaticamente o gasto durante a pandemia de covid-19, e muitos, como a França, estão com dificuldade de reduzi-lo. A média do déficit dos 27 países da UE foi de 3,5% no ano passado. A por ora suspensa regra do euro prevê déficit de até 3% do PIB.

Pesquisa feita pelo "Financial Times" indica que os franceses confiam mais na extrema direita para ajustar a economia. O risco maior é que aconteça algo parecido com a crise financeira de 2022 no Reino Unido. À época, a então nova premiê, a conservadora Liz Truss, propôs um programa econômico com aumento de gastos e corte de impostos, visto como inconsistente pelos mercados. Após forte queda nos ativos financeiros, foi obrigada a renunciar. Uma crise de confiança similar na França poderia abalar o euro, com repercussões globais. As principais bolsas europeias e o euro estão em queda desde a decisão de Macron de antecipar eleições.

Para a UE, uma coalizão de governo fraca na França seria um cenário ruim, mas um governo minoritário de extrema direita seria um pesadelo. Apesar de as decisões mais importantes na relação com a UE (como a escolha do presidente da Comissão Europeia) serem de atribuição de Macron, um governo francês de extrema direita pode dificultar a governança europeia. Tradicionalmente a UE tem dois motores políticos, a França e a Alemanha. Quando os dois funcionam bem e em conjunto, o bloco avança. Após as eleições francesas, o mais provável é que os dois governos estejam enfraquecidos politicamente, o que lança uma sombra de incertezas sobre o futuro da UE.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Participação de educadores é central para garantir acesso equitativo e baseado em estudos. Por **Eduardo Saron**

IA na educação: desafios da nova forma de aprender e ensinar

A Inteligência Artificial (IA) está transformando nossa sociedade de maneira profunda e, na educação, essa nova fronteira computacional desponta como um divisor de águas que provavelmente revolucionará a forma como aprendemos e ensinamos. Isso alterará nossa relação com o próprio conhecimento, nossa memória social, produção dos saberes e sua transmissão.

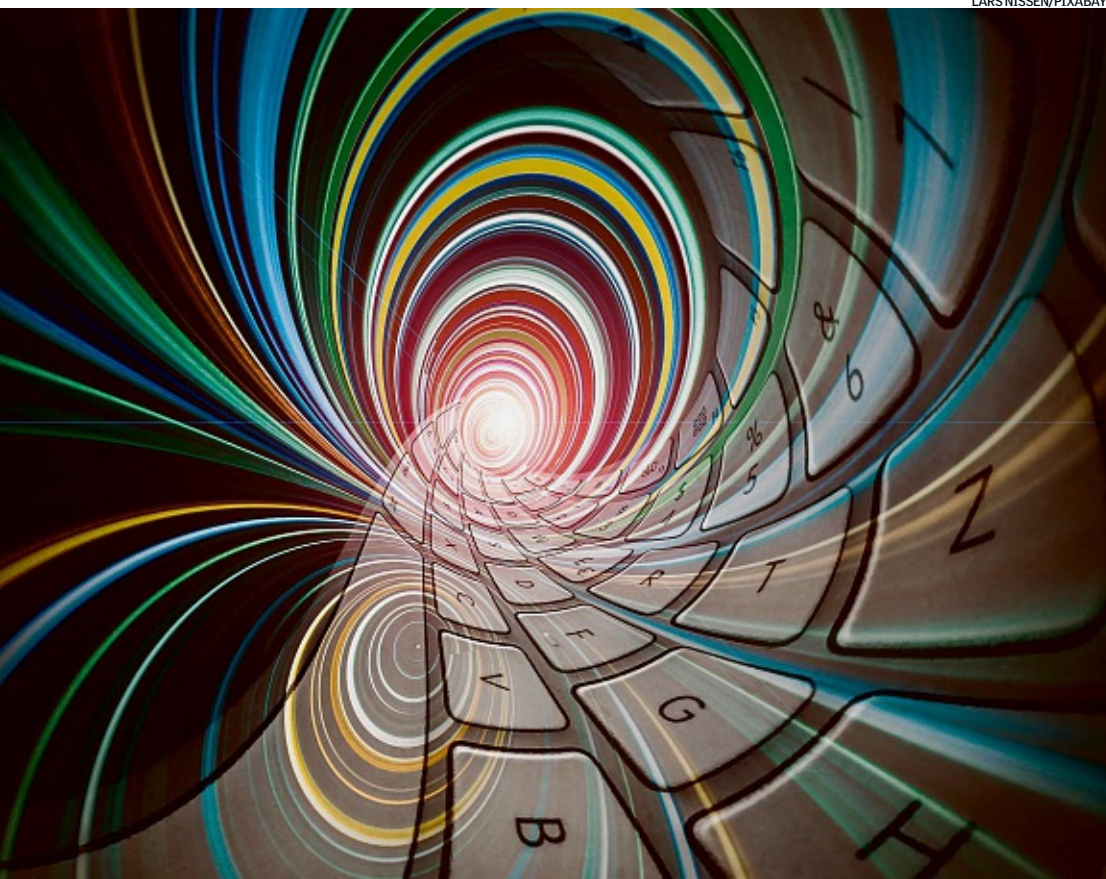
O avanço das plataformas, entretanto, acende um alerta: os efeitos de sua aplicação dependem da ação humana e podem aprofundar desigualdades, alimentar vieses e inibir aspectos fundamentais do aprendizado ou impulsionar esforços pela equidade e garantir o direito à educação integral e de qualidade para todos.

Neste momento de transformação, é natural que as IAs causem desconfiança entre profissionais da educação. Essa preocupação se soma a um contexto de relação desgastada entre professores e governos, na qual os docentes se sentem pouco incluídos na elaboração de políticas e programas. Além disso, há as complexidades da sala de aula, com diferentes dimensões sociais, regionais, emocionais, cognitivas e físicas, além das especificidades de cada faixa etária, turma e aluno.

Os professores já sofrem grande estresse devido a planos de carreira instáveis, investimentos inadequados, formação precária e outras questões que afetam inclusive a saúde mental. A sobrecarga profissional também é preocupante e conhecida: segundo estudo do Itaú Social, um terço dos professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental se dedicam a mais de 300 alunos por ano, quando o limite recomendado seria de 200 alunos.

Neste cenário complexo, o desafio das IAs pode ser uma oportunidade de fazer diferente, envolvendo os profissionais da educação na discussão sobre a aplicação da tecnologia na sala de aula. Isso aprofunda aspectos essenciais da atuação do professor como facilitador de aprendizados e mediador do conhecimento, oferecendo estímulos para a construção do senso crítico, pensamento criativo e formas de atuação colaborativa. Essa jornada de transformação social envolve, além dos professores, alunos e famílias, exigindo de todos nós evidências e abertura para inovações diante das novas tecnologias.

Com a devida formação, mudança cultural e domínio da ferramenta, a IA será, certamente, uma aliada, oferecendo uma infinita gama de possibilidades e abordagens pedagógicas, assistência para o professor e tutoria assistida para os alunos. Essa evolução só será bem-sucedida se os educadores tiverem real participação nas estratégias de aplicação da tecnologia e na modelagem das IAs para uso educacional.

As perspectivas são promissoras e estamos apenas no início desta revolução. Por exemplo, a IA pode apoiar a adaptação de conteúdo educacional ao estilo e ritmo de aprendizado dos alunos, oferecendo suporte adicional ou desafios, conforme a necessidade. Tal possibilidade pode ser motivadora ao atender aos requisitos individuais dos alunos, promovendo um aprendizado mais eficiente, minimizando distrações, ampliando o foco com práticas de gestão de tempo e organização do estudo, além de gerar revisões periódicas para reforçar a memória de longo prazo.

LARS NISSEN/PIXABAY

Os modelos de avaliação impulsionados pela IA oferecem um novo horizonte para o acompanhamento da trajetória acadêmica dos alunos. Essas matrizes podem coletar, processar e agregar dados, analisar parâmetros históricos e de desempenho em tempo real para identificar padrões e fornecer insights detalhados sobre o progresso de cada aluno, permitindo intervenções personalizadas e mais eficazes. Além disso, podem prever eventos críticos, como o abandono escolar, identificando fatores de risco e ajudando na implementação de estratégias preventivas, apoiando gestores e educadores na criação de um ambiente educacional mais inclusivo.

No entanto, é preciso observar que há deficiências de infraestrutura em nossas escolas — cenário que tem sido enfrentado — o que torna a aplicação tecnológica e da IA na sala de aula ainda mais desigual e desafiadora. Devemos nos movimentar de forma concomitante para implementar a infraestrutura escolar adequada e avançar com projetos pedagógicos que usem tais tecnologias, para acelerar e concretizar uma educação fundamentada no século 21.

Em outra esfera da discussão, temos que prosseguir na regulamentação das IAs e na superação das resistências das big techs a uma maior responsabilização de suas iniciativas. É imprescindível um esforço multissetorial que envolva educadores, especialistas, cientistas, representantes do poder público e das empresas, para que o desenvolvimento e a aplicação da IA mirem o bem comum.

A participação ativa de pesquisadores e universidades no desenvolvimento e implementação da IA na educação é central para garantir um acesso equitativo e fundamentado em estudos, assegurando a efetividade e qualidade na sua aplicação. Ao orientar essa transformação, a academia pode evitar que metodologias e modelos de ensino eficazes sejam substituídos por modismos tecnológicos, mantendo o foco em abordagens pedagógicas comprovadas.

Igualmente, é obrigatório que os dados gerados pelo uso de aplicativos e soluções tecnológicas sejam protegidos contra o uso indiscriminado, especialmente para fins comerciais não educativos, preservando assim a privacidade dos alunos e a integridade do sistema educacional.

As revoluções trazidas pela IA já chegaram e precisamos guiar a direção e o ritmo deste processo. O sucesso dessa empreitada depende da valorização dos profissionais da educação, das suas condições de trabalho, da formação na área e do aprofundamento da nossa consciência sobre seus ganhos, sobretudo na inclusão, pluralidade, inovação e equidade diante das novas tecnologias.

O momento exige o paradigma de reflexão do modelo socrático, pois nunca foi tão importante sabermos fazer perguntas para estimular o melhor uso das ferramentas, aguçar o pensamento crítico e compreender o nosso tempo. Devemos nos perguntar sobre quais habilidades humanas precisamos aprofundar e o quão essencial é a aliança entre a arte, a cultura e a educação nessa trajetória.

Situar a escola, alunos e professores no centro desta mudança pode nos oferecer uma posição de combate efetivo à desigualdade, além de catalisar o nosso desenvolvimento econômico e reforçar as possibilidades de inserir o Brasil em um novo patamar de soberania a partir do Sul Global.

Eduardo Saron é presidente da Fundação Itaú.

Robôs, produtividade e renda

Naercio Menezes Filho

O último período de aumento contínuo da produtividade na economia brasileira ocorreu na primeira década deste século. Agora, será necessário um novo período de crescimento para levar a nova classe média, forjada neste período, para outro patamar de renda e emprego. Para isso, é inevitável aumentarmos novamente a produtividade de maneira sustentável. Como podemos aumentar o dinamismo da economia brasileira?

Antes um pouco de história. Até o final dos anos 1980, o Brasil era um país muito atrasado em termos sociais, com altos níveis de miséria, pobreza e desigualdade. Desde então, a sociedade brasileira fez um grande progresso em termos sociais, reduzindo a pobreza, criando o Sistema Único de Saúde (SUS) e as aposentadorias para os brasileiros mais velhos. A mortalidade infantil, por exemplo, se reduziu de 70 óbitos para cada mil crianças em 1980 para 14 por mil atualmente, em grande parte devido a melhorias no sistema de saúde, com aumento de exames pré-natais e universalização da vacinação.

Para superarmos este atraso histórico, foi necessário um grande aumento de gastos. Afinal, criar um sistema de saúde gratuito para todos, atendendo pessoas que nunca tinham tido qualquer acompanhamento, criar programas de transferências de renda, e universalizar o acesso à educação fundamental foi bastante caro. E para financiar estes gastos, foi necessário aumentar a carga tributária, que passou de 24% do PIB em 1990 para 33% em 2007, já que não houve crescimento de produtividade no período.

Este aumento de impostos foi plenamente justificado, pois era inadmissível vivermos numa sociedade com tanta pobreza. Falta ainda aumentar os impostos sobre os dividendos e a alíquota máxima do imposto de renda. Além disto, as renúncias tributárias são enormes, incluindo a baixa tributação dos profissionais liberais que vivem do Simples e que dificultam sobremaneira o equilíbrio fiscal. Mas os obstáculos políticos para avançar nestas áreas é enorme.

O início dos anos 2000 foi o período de maior crescimento de produtividade em tempos recentes. Neste período, aumentos reais no valor do salário mínimo foram importantes para distribuir melhor a renda gerada por este crescimento, depois de um longo período de queda no seu valor real. O crescimento da renda, acoplado aos aumentos do salário mínimo, forjaram a "nova classe média", que teve seus rendimentos dobrados no período.

Assim chegamos aos dias de hoje, em que 150 milhões de brasileiros dependem de alguma forma do salário mínimo ou do Bolsa Família. Para progredirmos daqui em diante, precisamos agir em duas frentes. A primeira delas é cuidar dos 20% dos brasileiros que ainda estão na pobreza, incluindo os 5% extremamente pobres. Para isso, temos que aperfeiçoar as políticas públicas ligadas à assistência social. A segunda, será implementar políticas que levem ao crescimento sustentado de produtividade, para aumentar novamente a renda da nova classe média, para que ela consiga aumentar seu padrão de vida independentemente do salário mínimo e das transferências de renda.

Primeiro passo na direção de maior inovação e produtividade seria ampliar a abertura comercial do país

O grande obstáculo para isso acontecer é a falta de dinamismo da economia brasileira. A figura, por exemplo, mostra dados de utilização de robôs industriais em alguns países, oriundos da International Federation for Robotics (IFR). Os robôs industriais são aqueles controlados automaticamente, multiuso e reprogramáveis, que são usados em aplicações de automação em um ambiente industrial. Atualmente, esses robôs são essenciais em uma ampla gama de aplicações industriais, como usinagem, soldagem, montagem, embalagem de produtos e outras atividades.

A figura mostra que o Brasil está ficando cada vez mais para trás dos demais países em termos de utilização de robôs. Na Coreia do Sul, por exemplo, seu uso na indústria passou de 16 robôs por mil trabalhadores em 2010 para 52 em 2023. Brasil e China estavam num patamar parecido de utilização de robôs em 2010, mas, enquanto a China atualmente usa 6 robôs para cada mil trabalhadores industriais, o Brasil usa menos de 1. O número total de robôs dobrou na China nos últimos 3 anos, passando de 760 mil para um 1,5 milhão. Nos Estados Unidos, o uso de robôs também cresceu nos últimos 20 anos, mas a uma taxa menor do que na China e na Coreia.

Como será que o Brasil poderá ter um período de crescimento sustentado de produtividade, sem depender unicamente da agricultura, passando a exportar cada vez mais produtos industriais, se estamos ficando cada vez mais atrasados em termos de novas tecnologias, patentes e uso de robôs? Além disso, nosso atraso relativo só deverá aumentar com a proliferação das novas tecnologias de inteligência artificial e aprendizado de máquina. Os diversos programas de incentivo à inovação, como os voltados à indústria automobilística por exemplo, que vigoram há décadas, tiveram muito pouco impacto na inovação.

Um primeiro passo na direção de maior inovação e produtividade seria ampliar a abertura comercial da economia brasileira, reduzindo as tarifas de importação para aumentar a competição e, ao mesmo tempo, permitir que as firmas mais inovadoras consigam comprar insumos internacionais a preços mais baixos, inserindo-as nas cadeias globais de valor. Vários estudos mostram que a abertura comercial tem impactos positivos na produtividade e na inovação por meio destes mecanismos. No entanto, a nossa economia política impede de avanços nesta direção. Assim, vamos ter que nos conformar com longos períodos de baixo crescimento econômico, que vão depender em grande parte do nosso desempenho agrícola.

Utilização de robôs na indústria

Robôs por mil trabalhadores na indústria

	2010	2014	2016	2019	2022
Brasil	0,24	0,41	0,53	0,69	0,84
China	0,26	0,81	1,51	3,28	5,97
EUA	5,68	6,98	7,92	9,14	11,26
Coreia	16,03	26,03	34,87	45,77	52,27

Fonte: IFR

Naercio Menezes Filho é professor titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USP e membro da Academia Brasileira de Ciências. Escreve mensalmente às sextas-feiras. (email: naercioamf@insper.edu.br)

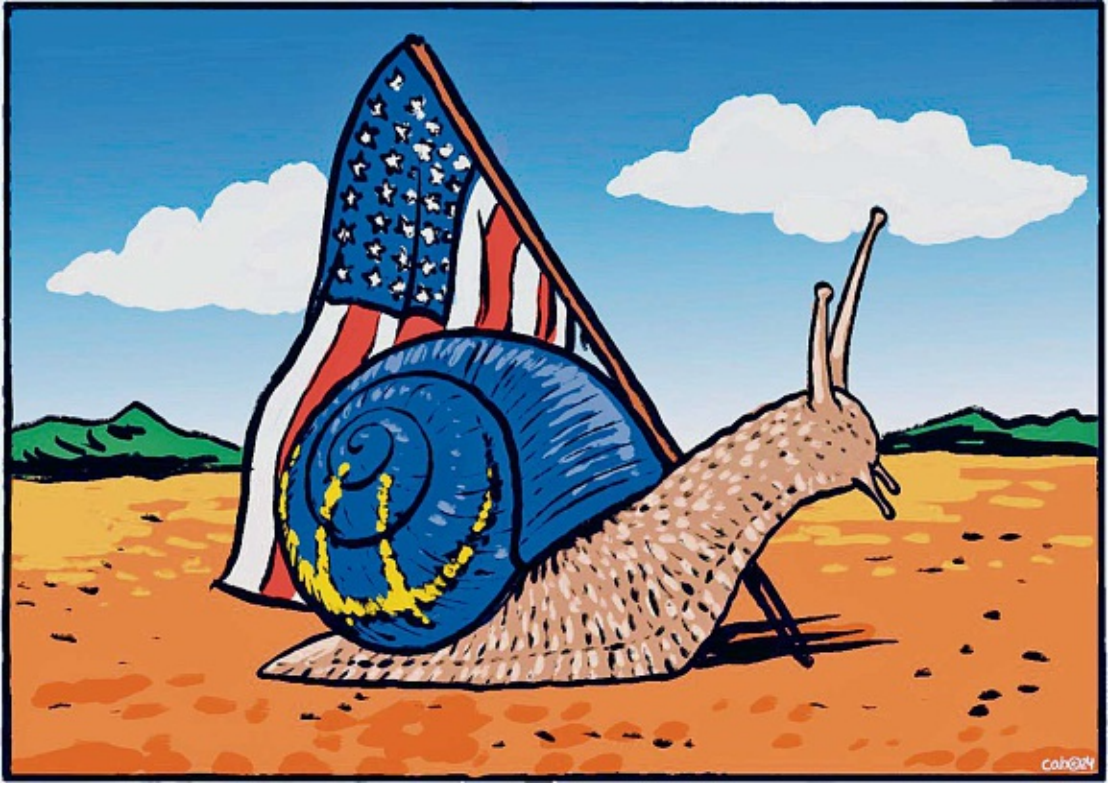
Semiestagnação e nacional-populismo ameaçam a região. Por **Luiz Carlos Bresser-Pereira**

Europa Ocidental à deriva

Nas eleições recentes para o Parlamento Europeu, a direita radical fez novos avanços. Ao contrário do que se previa, não foi uma grande vitória, mas fez estragos nos dois países centrais da zona do euro, a França e a Alemanha. Já nos Estados Unidos, essa direita já esteve no poder e poderá voltar a ele no final deste ano. Não quero, porém, discutir esse país, mas sim a Europa Ocidental. Meu argumento é que o capitalismo do mundo rico está em crise — uma crise mais política do que econômica — e esta crise se vê mais claramente na Europa Ocidental.

Minha impressão é que esta região está à deriva. Seus dirigentes não sabem que rumo tomar. No pós-guerra, os europeus ocidentais construíram o capitalismo mais avançado de que temos notícia. Um capitalismo social-democrático. Em 1990 seu PIB per capita era quase igual ao dos Estados Unidos, enquanto a distribuição de renda era (e continua a ser) substancialmente melhor, o mesmo valendo para a qualidade de vida. Mas, desde então, a Europa Ocidental vem crescendo 50% menos do que os Estados Unidos. Entre 1990 e 2023 o PIB per capita cresceu 66% nos Estados Unidos contra apenas 48% na Europa Ocidental. Se considerarmos um período mais recente, de 2010 e 2023, as taxas médias de crescimento do PIB foram de 2,1% nos Estados Unidos contra 1,4% na Europa Ocidental.

No plano político interno, a Europa Ocidental parece melhor do que os Estados Unidos. A crise política se expressa em uma polarização sem precedentes nos Estados Unidos, onde o Partido Republicano deixou de ser uma legenda simplesmente conservadora para ser um partido da direita radical — um partido nacional-populista. Eu prefiro não falar em extrema direita, porque o nacional-populismo de Trump, ainda que antidemocrático, não pretende acabar com a democracia porque é dela que o populismo vive.

A polarização é uma doença social, já que uma boa sociedade é uma sociedade coesa, na qual existem conflitos de classe e de grupos, mas em um quadro social no qual existem objetivos comuns e os contendores se respeitam.

Há duas causas para a polarização e para a confusão que dela deriva: a imigração e a importação de bens dos países em desenvolvimento. Elas implicam redução dos salários, senão desemprego ou piora da qualidade do emprego nos países ricos

Há duas causas diretas para essa polarização e para a confusão que dela deriva: uma é a imigração, a outra é a importação de bens dos países em desenvolvimento, principalmente da China. As duas implicam redução dos salários, senão desemprego ou piora da qualidade do emprego para os trabalhadores dos países ricos. Uma questão para a qual os neoliberais não têm resposta, porque defendem a imigração e rejeitam o uso de tarifas para proteger a produção nacional, nem tem a esquerda que, por uma questão de direitos humanos, não se dispõe a restringir durante a imigração.

Temos também duas causas indiretas. Nos Estados Unidos, a forte concentração de renda que marcou a era neoliberal (1980-2020), na Europa Ocidental, o baixo crescimento. E uma terceira, a China, cujo PIB, em termos de paridade do poder de compra, já é 25% maior do que os Estados Unidos, e cujo PIB per capita no período 1990 a 2023 foi de 6,7%! Ou seja, uma China que cresce três vezes mais rápido que os Estados Unidos, e quase cinco vezes mais rápido do que a Europa Ocidental, não obstante sua taxa de crescimento tenha caído desde a pandemia.

Para a concentração de renda, que foi o principal responsável por esse aumento da desigualdade, a centro-esquerda tem soluções na linha da social-democracia, enquanto o neoliberalismo de centro-direita não as tem. Já para o baixo crescimento da Europa Ocidental não vejo soluções à vista.

Não posso deixar de comparar a Europa Ocidental com a América Latina, apesar da grande diferença de PIB per capita. Desde 2010, o crescimento médio nessa região foi de 0,8%. Por isso há tempos eu afirmo que a região está semiestagnada. Podemos dizer a mesma coisa da Europa Ocidental, com seus 1,4% de crescimento? Creio que sim.

Europa Ocidental e América Latina têm um ponto em comum. Ambas as regiões se subordinaram aos Estados Unidos — a Europa Ocidental, um pouco depois deste país e o Reino Unido terem feito a sua virada neoliberal em 1980, com Ronald Reagan e Margaret Thatcher; a América Latina, em torno de 1990, quando os países abriram suas economias. Ora, quando duas regiões se subordinam a um país mais poderoso, pagarão os custos dessa dependência.

As duas regiões adotaram o neoliberalismo, mas de maneira diferente. A Europa, com seus PhDs em economia, funcionários da Comissão Europeia, a América Latina, também com economistas PhDs; todos obtidos em universidades onde se ensina a Teoria Econômica Neoclássica e a ortodoxia neoliberal. Em consequência, a política econômica, nos países dessas duas regiões, é 100% neoliberal e o crescimento resultante é precário.

Já os Estados Unidos não se deixam dominar pela ortodoxia neoliberal, ainda que lá esteja a maioria dos departamentos ortodoxos de economia. O controle continua com os políticos, que são mais pragmáticos, e veem sempre como necessário um certo grau de intervenção do Estado na economia. São políticos quase desenvolvimentistas, senão estritamente desenvolvimentistas conservadores, como é o caso de Trump e Biden. Repete-se, assim, a velho princípio: "Faça o que eu digo, não o que eu faço".

Voltando à Europa Ocidental, ela está pateticamente subordinada aos Estados Unidos. Dominique de Villepin, o notável ministro das Relações Exteriores da França durante a Guerra do Iraque, em artigo no último número de Le Monde Diplomatique (maio 2024), escreve sobre uma Europa ameaçada que não consegue afirmar sua soberania territorial, sua soberania tecnológica e "sua soberania econômica ameaçada pelo impulso do protecionismo e do planejamento industrial que os Estados Unidos estão pragmaticamente perseguindo com Trump e agora Biden".

Sim, a Europa está aliada aos Estados Unidos, mas vale a pena uma aliança com um sócio maior?

Luiz Carlos Bresser-Pereira, ex-ministro da Fazenda, é professor emérito da FGV.

Frase do dia

"O mercado puniu muito, não pelo dissenso em si, mas por entender que ele poderia ter uma origem que não fosse técnica".

De Roberto Campos Neto, presidente do BC, sobre divisão no Copom

Cartas de Leitores

Entrevistas de Lula

O presidente precisa urgente de uma terapia institucional. Não é possível ficar assistindo o presidente Lula, no comando do País, despreparado, desnorteado, sem capacidade alguma de dialogar com a nação. Como ocorreu na quarta-feira (26), ao dizer em "o problema é saber se é cortar gastos ou aumentar a arrecadação" em novo e desastroso discurso que assusta o mercado, entre outras discrepâncias.

Ou seja, depois de 18 meses de mandato, mesmo com as críticas dos especialistas de que a única saída para nossa economia pegar no tranco é com o equilíbrio fiscal, o presidente deixa a entender que admite que a solução é a arrecadação, com o que, indica que pode subir impostos (como vem tentando). E o reflexo dessa bomba do dia é a bolsa cair e o dólar ir a R$ 5,52. E o Planalto joga a expectativa por dias melhores no lixo.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

•

Toda vez que Lula abre a boca é um desastre. O dólar sobe, afugenta investidores e a bolsa cai. Diria Juan Carlos, rei da Espanha: "Por que não te calas?"

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

Petróleo

Petróleo não é sinônimo de desenvolvimento. Muito elucidativo o artigo de Watanabe e Gaspari (**Valor**, 27/06) demonstrando que a riqueza gerada pelo óleo negro não tem a relevância que imaginamos, sendo importante sim economicamente, mas não para explorar de qualquer maneira.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Golpe frustrado na Bolívia

A tentativa fracassada de golpe militar na Bolívia mais pareceu aquelas comédias cinematográficas do século passado, tal a maneira com que os atos aconteceram na capital do país.

A forma estereotipada como os acontecimentos se deram possibilita não animar mais os pretensos golpistas, principalmente neste canto de mundo.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Crise no Quênia

Manifestantes invadiram e incendiaram o Parlamento do Quênia. A insatisfação social contra a aprovação do aumento de impostos explodiu com uma revolta popular na capital do país. A enorme mobilização pelas redes sociais deu voz a uma juventude que enfrenta dificuldades tanto na inserção econômica como na precarização do trabalho.

O ataque aos prédios públicos canaliza e extravasa sentimentos contra a ausência das funções básicas sociais do Estado, que não está cumprimento o contrato social para manter a ordem, a paz e a convivência em sociedade.

Luiz Roberto da Costa Jr.
da_costa_junior@hotmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Relações externas Grupo discute como expandir setor que representa 9,1% do PIB mundial de forma "verde" mesmo com aceleração da atividade no pós-pandemia

Impulsionar turismo sustentável no G20 é meta da presidência brasileira

G20 no Brasil
Uma iniciativa O Globo Valor CBN

Alessandra Saraiva
Do Rio

A uma distância de 1,6 quilômetro da costa da Praia de Pernambuco, na cidade de Guarujá (SP), fica a Ilha dos Arvoredos. Próxima ao Parque Estadual da Serra do Mar, é a única ilha de atração turística, no hemisfério Sul, a receber o selo Green Key, certificação global de excelência ambiental, concedido pela organização não governamental Foundation for Environmental Education (FEE), com sede na Dinamarca.

"Conheci a ilha há 40 anos e sempre quis voltar", afirmou Denise Martins, funcionária pública de 69 anos, que visitou o local em 15 de junho. Ela ficou impressionada com o trabalho de turismo com sustentabilidade feito pela Fundação Fernando Lee (FFE) e o Instituto Nova Maré, organizações voltadas para desenvolvimento sustentável que trabalham na ilha. "Os guias são muito bem preparados. Os jardins da ilha estão maravilhosos", elogiou.

Impulsionar turismo sustentável não somente de forma localizada, como é o caso da Ilha dos Arvoredos, mas em escala global: este será um dos grandes desafios a serem discutidos na próxima reunião do Grupo de Trabalho de Turismo, no âmbito do G20, que reúne grandes economias globais. O grupo de trabalho terá encontro presencial no Rio de Janeiro nos dias 30 de junho e 1º de julho, e deve reunir 36 delegações, entre representantes de países e de organizações.

O interesse de membros do G20 em discutir ideias de como prover turismo com sustentabilidade coincide com momento em que a economia do setor mostra trajetória crescente no pós-pandemia. Com cerca de 9,1% do PIB mundial, a economia de turismo deve movimentar no mundo US$ 11,1 trilhões ao término de 2024, de acordo com Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), fórum global da indústria de viagens e turismo, com 30 anos de existência. Em 2023, o setor gerou em torno de US$ 9,9 trilhões, também segundo cálculos da WTTC. Caso seja confirmado, o valor de 2024 será recorde de movimentação do setor, acrescentou a organização, em relatório veiculado em abril.

No Brasil, o setor injetou em 2023 R$ 752,3 bilhões na economia do país, 3,4% acima de 2022, representando cerca de 8% do PIB nacional, de acordo com dados da WTTC citados pelo Ministério do Turismo.

"Acreditamos que o turismo bem realizado, bem planejado e dentro de padrões éticos e ambientais controlados é uma grande arma para defender a sustentabilidade", acrescentou Heitor Kadri, chefe da assessoria especial de relações internacionais do Ministério do Turismo. Kadri tem presidido reuniões do grupo de trabalho do setor.

Já foram discutidos meios de fomentar sustentabilidade no turismo e elencadas ideias para adoção de modelo de financiamento para projetos turísticos, entre países do bloco. Os dois temas continuarão na pauta durante o encontro no Rio. Além deles, também serão discutidas estratégias de cooperação, entre os países do G20, em treinamento e em capacitação de trabalhadores e empreendedores na economia do setor.

"A questão da cooperação em matéria de treinamento e capacitação é um tema particularmente caro ao Brasil. Porque sabemos que temos muito a elaborar, ainda, em termos educacionais", disse ele.

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

Heitor Kadri: "Turismo bem realizado, bem planejado é uma grande arma para defender a sustentabilidade"

Turismo e Sustentabilidade

Turismo Responsável defendido por MTur* valoriza meio ambiente

Principais temas de turismo responsável
Ética e responsabilidade social
Proteção dos direitos de crianças e adolescentes no turismo.
Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
Respeito às diferenças de gênero, geração, raça e etnia.
Respeito ao meio ambiente.
Respeito à manutenção e valorização das culturas locais.
Maior participação das comunidades receptoras na definição das políticas de desenvolvimento do turismo e no acesso a esse mercado.

*Ministério do Turismo

Fonte: Estudo "Turismo Responsável no Brasil" do Ministério do Turismo

> "O turismo é um fomentador muito grande para a preservação da floresta"
> *Adhara Luz*

No caso de financiamento de projetos, o representante do ministério afirmou que o governo brasileiro acredita no modelo cooperado de financiamento para a área. "E o turismo é um setor que pode muito se beneficiar de uma ampliação do envolvimento tanto dos bancos internacionais, por exemplo, de CAF [Corporação Andina de Fomento], BID, como também dos órgãos multilaterais e organismos internacionais em geral, como a Organização Mundial do Turismo, a OCDE, enfim, vários outros", disse.

Ele reconheceu que a sustentabilidade é uma questão que permeará os três temas. "O eixo temático, essencialmente, podemos falar primeiro em sustentabilidade e o turismo sustentável", disse Kadri.

A importância da sustentabilidade nas discussões sobre turismo no âmbito do G20 é tanta que o grupo de trabalho no Rio somará esforços para adesão ao novo marco estatístico mundial para medir sustentabilidade de destinos. "Esse novo marco estatístico foi trabalhado nos últimos três, quatro anos. E foi trabalhado em conjunto por várias entidades", disse, citando OMT e Eurostat, Gabinete de Estatísticas da União Europeia, entre outras.

A ideia do marco é simples: unificar o conceito do que é um destino sustentável, no âmbito do turismo global, explicou.

O desejo de Kadri e do governo federal é que, na presidência brasileira do G20, os países assumam compromisso, com esse novo marco estatístico. "Queremos que todos os países do G20 assinem embaixo", afirmou. Está em discussão, no momento, se esse compromisso seria feito por meio de carta sobre o assunto, ou se fará parte de declaração final dos presidentes dos países que compõem o G20. A cúpula dos líderes que compõem o grupo está marcada para novembro, no Rio.

Para Kadri, discutir os rumos do turismo é algo que não deve ser debatido somente no âmbito de governos. "Envolve, além de Estados, municípios, sociedade civil e setor privado", disse.

E o setor privado está atento à missão de prover estratégias para fomentar sustentabilidade na economia de turismo, na análise de João Dias, gerente de sustentabilidade américas na divisão premium, midscale & economy da rede de hotelaria Accor. A divisão comandada por Dias reúne 450 hotéis nas américas, sendo 332 no Brasil. "Temos evoluído a nossa estratégia de sustentabilidade, que não é algo novo. Desde o ano 2000 já começamos a trabalhar os temas ambientais", disse. Após a pandemia, a rede hoteleira internacional de origem francesa assumiu compromisso de zerar emissões de carbono até 2050, afirmou ele.

Na divisão das américas, a rede tem procurado, de forma contínua, meios de reduzir impacto socioambiental dos hotéis, informou o executivo. "Olhando para esse impacto negativo, hotel usa muito recurso natural, principalmente energia e água", disse. Atenta a esse problema, continuou Dias, a rede tem se empenhado em trabalhar, cada vez mais, com energias renováveis. Ele informou que o grupo tem migrado unidades para geração de energia renovável, por meio de compra no mercado livre de energia. "E é uma prática, em todos os nossos manuais de operações, manuais técnicos, os chamados 'redutores de vazão', de otimização do uso de água em todas as áreas dos hotéis, da mesma forma que a gente faz com a energia."

Atualmente, a rede conta com nove hotéis com certificação Green Key, a mesma da Ilha dos Arvoredos. "E temos 40 [hotéis na divisão premium, midscale & economy da Accor] em processo de certificação", acrescentou o executivo.

Trazer a iniciativa privada para a corrida em prol do turismo sustentável é fundamental. E uma das estratégias, para tal objetivo, são certificações internacionais, no entendimento da coordenadora nacional do programa Green Key no Brasil, Leana Bernardi: "Em 2020, 2021, veio demanda mais forte das grandes redes hoteleiras, que começaram a pressionar para que todos os hotéis em todas as regiões tivessem certificados", disse ela.

Para Bernardi, o movimento recente de estabelecimentos voltados para turismo também foi orientado por demanda de mercado. No caso de hotelaria, um fator de influência mencionado pela especialista é o interesse cada vez maior de grandes companhias que procuram redes de hotéis que tenham certificação ambiental para realizar seus eventos. "A necessidade da certificação [por parte de hotéis] tem motivos distintos. Mas o mais importante deles é garantir contratos com grandes empresas", afirmou.

O turismo sustentável não deve abranger mudanças apenas em redes de hoteleira, reforçou ainda Bernardi. O programa Green Key de certificação, detalhou ela, tem cinco categorias: hotéis, camping, pequenas pousadas, centros de convenções, restaurantes e atrativos turísticos. "Temos que falar de sustentabilidade globalmente com todos os segmentos do turismo", ressaltou.

No caso da gastronomia, os restaurantes ainda têm longo caminho a percorrer em prol de turismo sustentável, na opinião de Luccio Oliveira, presidente do Instituto Capim Santo. Criado em 2010, o instituto é uma organização não governamental que já formou mais de 7.500 alunos de baixa renda, em capacitação profissional gratuita, em gastronomia com práticas sustentáveis — de olho nesse nicho de crescimento.

Assim como Bernardi, Oliveira citou a importância do mercado, da demanda, no desenvolvimento de um turismo sustentável. Ele comentou que, além de bom para o meio ambiente, essa forma mais responsável de fazer turismo aquece mais a movimentação de recursos dentro da economia do setor. "As pessoas optam por consumir produtos e serviços sustentáveis, em vez de outros [que não o são] mesmo pagando mais", disse.

Marcelo Modesto, gerente de projetos e líder do núcleo ESG do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), concorda. O instituto, organização social independente fundada em 1999 e que visa ampliar Investimento Social Privado (ISP), fez estudo recente relacionado ao tema.

Os pesquisadores do instituto concluem, no estudo, que no caso de companhias abertas, quanto mais se adota práticas de ISP, melhor a performance no ISE B3, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3. "O nosso estudo corrobora que quando uma empresa ou organização promove práticas de Investimento Social Privado, ela pode estreitar os laços com a sociedade civil organizada e os territórios onde ela atua", disse Modesto. "Em um setor em que o bom relacionamento com as comunidades é essencial para a sustentabilidade econômica e socioambiental dos negócios, como o turismo, práticas de filantropia corporativa estratégica podem se traduzir em ganhos para todos", acrescentou.

Porém, a ausência de investimentos e a pouca visibilidade ainda são fortes obstáculos para o desenvolvimento do turismo sustentável, não somente no Brasil, mas em escala global, na análise de Adhara Luz, fundadora da AMZ Projects. A produtora é especializada em turismo sustentável e atua em localidades da região Norte, Jalapão (TO) e Lençóis Maranhenses (MA), focada em turismo de base comunitária, e em etnoturismo. O turismo de base comunitária é modelo de gestão de visitação protagonizado por comunidade local, e, no caso do etnoturismo, os viajantes podem conhecer de perto costumes e cultura de determinado povo, em vivências imersivas em aldeias indígenas. "No caso do turismo de base comunitária, é preciso ter fundos de desenvolvimento, menos burocráticos. Não dá para escrever edital [para fomentar projetos de turismo sustentável] focado em uma realidade de São Paulo, por exemplo, para um projeto na Amazônia", afirmou.

Outro obstáculo, no entendimento de Luz, é a pouca visibilidade que práticas de turismo sustentável, como o etnoturismo por exemplo, têm no Brasil e no mundo. "O turismo [no Brasil] é Rio de Janeiro, Carnaval. Enquanto a floresta ainda é vista como uma grande massa verde perigosa com onça", comentou.

A empresária defendeu que o turismo base de comunitária entre, também, nas discussões de turismo sustentável do grupo de trabalho do setor no âmbito do G20. No entendimento dela, a atividade oferece oportunidade às comunidades locais, para que tenham independência, de gestão e financeira — tornando-as mais fortes, e mais aptas a protegerem território e meio ambiente. "O turismo é um fomentador muito grande para a preservação da floresta", avaliou.

Finanças
Fim do corte da Selic sepulta expectativa de migração de investidores para ativos de maior risco
C8

Varejo Ex-executivos foram alvos da operação no Rio que investiga contabilidade fictícia na rede

PF detalha esquema bilionário de fraude na Americanas

Adriana Mattos e Camila Zarur
De São Paulo e do Rio

Informações colhidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, que basearam a operação das autoridades deflagrada ontem (27) contra 14 ex-diretores da Americanas, mostram detalhes inéditos sobre como funcionava o esquema criado para montar a contabilidade fictícia na empresa.

Existia uma espécie de "kit de fechamento", com os números verdadeiros da empresa, e que seriam alterados quando as metas não eram atingidas frente àquilo que os analistas de bancos previam. Isso era feito para não frustar o mercado, nem um dos sócios de referência, Carlos Alberto Sicupira, segundo relata o pedido de busca e apreensão da operação de ontem.

Além disso, o esquema foi criado a partir da evolução gradual de uma chamada "versão zero" ou "V0", que mostrava a real situação da empresa trimestralmente. O problema é que a "V0" foi ficando distante daquilo que a empresa projetava inicialmente, e do que o mercado esperava.

Os executivos passaram, então, a sugerir ajustes para aproximar os valores reais dos projetados. A partir dali, o que era uma ficção tomou lugar da realidade. O esquema já existia em 2007, de acordo com a delação de executivos ao MPF; a corporação diz que não é possível precisar quando ele começou.

Na "Operação Disclosure" deflagrada ontem, agentes da PF foram até as residências dos 14 ex-diretores, acusados das fraudes contábeis que atingiram R$ 25,3 bilhões. Foram cumpridos dois mandados de prisão preventiva e 15 mandados de busca e apreensão, expedidos pela 10ª Vara Federal Criminal do Rio. A mobilização envolveu 80 agentes do Rio. A operação foi um esforço conjunto entre a PF, MPF e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As prisões preventivas foram solicitadas para o ex-presidente Miguel Gutierrez, e para a ex-diretora, Anna Saicali (ex-CEO da B2W, antiga empresa digital do grupo). Ambos não foram localizados e são dados como foragidos. Gutierrez mudou-se para Madri no ano passado, e Saicali teria viajado para Portugal neste mês, mas já teria deixado aquele país, segundo fontes.

Os dois nomes já foram incluídos na lista de Difusão Vermelha da Interpol pelo Núcleo de Cooperação Internacional. Gutierrez disse, em nota, que não teve acesso aos autos das medidas cautelares e "jamais participou de fraudes". Saicali não foi localizada até o fechamento desta edição.

Entre os crimes sob apuração estão manipulação de mercado, uso de informação privilegiada, associação criminosa e lavagem de dinheiro. Em caso de condenação, as penas podem chegar a 26 anos de reclusão. A meta era melhorar os resultados da empresa de forma fictícia e, com isso, fabricar bônus para os próprios diretores.

Da conta inicial, de que cerca de 30 pessoas faziam parte do esquema fraudulento, como a Americanas chegou a mencionar ao relatar, em 2023, a existência de indícios de fraudes, calcula-se agora que isso teria atingido entre 50 e 60 no seu auge, apurou o **Valor** — e parte delas até sem ter conhecimento do sistema montado.

A investigação, ainda em andamento, envolve supostos delitos cometidos pela ex-diretoria, que seguia uma estrutura de comando hierarquizada e organizada em cinco escalões, com um núcleo central com 14 executivos, em que cada escalão tinha tarefas específicas, e que se comunicavam para que o sistema funcionasse.

Todos os nomes citados nesses escalões foram alvo da operação. Segundo o MPF, no primeiro escalão da "associação criminosa", estava Gutierrez, "o principal responsável pelas fraudes perpetradas". O segundo escalão era ocupado por Anna Saicali, ex-CEO da B2W Digital e ex-CEO da plataforma Ame. Abaixo dela estavam José Timotheo de Barros (ex-CEO das lojas físicas) e Marcio Cruz (ex-CEO do braço digital).

No quarto escalão estava a maioria dos investigados, com baixo poder de decisão e que precisava da aprovação para continuar as fraudes. Eram parte desse grupo, diz o MPF, Carlos Padilha, Fábio Abrate, Anna Sotero, Fabien Picavet, Jean Lessa, João Guerra, Luiz Saraiva, Maria Christina Nascimento, Murilo Correa, Raoni Lapagesse e Marcelo Nunes, um dos delatores do esquema. No quinto e último escalão ficaria Flávia Carneiro, também colaboradora.

No centro das acusações está o lançamento de valores inexistentes de verba de propaganda e o custo de operação financeira (risco sacado) que não teria sido divulgado no resultado. Além disso, despesas foram contabilizadas como investimentos, e houve um aumento irreal de vendas.

Ler mais sobre Americanas na pág. B2

INÊS 249

Investigação Operação da PF mostra que a cada trimestre era apresentada uma versão do balanço para o conselho da rede, com dados alterados

Suposta fraude teria sistema hierárquico dentro da Americanas

Adriana Mattos, Camila Zarur e Rodrigo Carro
De São Paulo e do Rio

As supostas fraudes sob investigação na Americanas ocorriam em áreas que se comunicavam de forma integrada, começando no departamento de relações com investidores da Lojas Americanas e da antiga B2W Digital, e se espalhando para outras áreas, até chegar na presidência da companhia.

De acordo com pedidos de busca e apreensão na "Operação Disclosure", ocorrida ontem (27), a equipe preparava trimestralmente um arquivo denominado "verdes e vermelhos", que fazia parte de um "kit de fechamento" a cada três meses.

O arquivo "verdes e vermelhos" levava em conta as estimativas dos analistas de mercado em comparação com os números prévios reais de resultado da empresa. Segundo dois executivos que, em janeiro, fecharam delação premiada junto ao Ministério Público Federal e Polícia Federal, esses números eram alterados artificialmente de modo a incrementar os valores reais.

"O intuito era que ficassem o mais próximo aos valores orçados (meta) e aos valores esperados pelo mercado (gerencial)", diz o MPF.

Segundo a delação da ex-diretora Flávia Carneiro junto ao MPF, quando estas expectativas não eram atingidas, a diretoria alterava os resultados "para não frustrar Sicupira [o sócio Beto Sicupira] e as expectativas do mercado".

A varejista pertence ao trio de bilionários Beto Sicupira, Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles. Nos pedidos de busca e apreensão, não há acusações dos delatores ao trio de sócios. A empresa entrou em recuperação judicial em janeiro de 2023, após os escândalos contábeis virem à tona, com dívidas de R$ 43 bilhões.

Em mensagens trocadas em abril de 2018 entre Luciana Carneiro e Carlos Padilha, ex-diretor financeiro da Lojas Americanas, o MPF diz que essa informação da mudança nos números fica clara.

Na conversa, o então diretor executivo de relações com o investidor das Lojas Americanas, Fabien Picavet, pedia a eles os números falsos que atendessem melhor à expectativa dos investidores e da empresa.

De acordo com o MPF, a cada trimestre era apresentada uma versão do balanço de resultados para o conselho de administração da empresa. Carlos Padilha, Bruno Figueira e Fabien Picavet — todos com mandados expedidos — eram responsáveis por enviar as sugestões de despesas por natureza e resultado financeiro. Na B2W, isso seria realizado por Lapagese, dizem as autoridades.

Os executivos Picavet e Lapagese, que foram diretores de relações com investidores da operação física e digital, respectivamente, além de Padilha, foram alvo de mandados ontem.

Segundo os delatores, no fechamento dos balanços na B2W, onde a fraude começou, os resultados reais da companhia digital geravam um "arquivo de fechamento". A partir disso, era apresentado ao CEO da companhia sugestões de valores que seriam supostamente alterados para aproximar o resultado real do fictício, o que gerava o arquivo "00 Anotações".

É dentro desse arquivo que eram feitas as mudanças dos indicadores dos balanços.

No arquivo "00 Anotações" eram lançados, por exemplo. valores inexistentes de verba de propaganda que a rede recebia de indústrias, e que "turbinava" a linha de "outras receitas". Foi ali que despesas foram contabilizadas como investimentos, e isso também melhorava o resultado final do balanço.

Tratavam-se de cinco tipos de fraudes, e entre elas a criação de verba de propaganda fictícia e de operações financeiras de financiamento (risco sacado), com dados alterados junto aos bancos.

> "O intuito era que os valores orçados ficassem próximos daquilo esperado pelo mercado"
> *Ministério Público Federal*

O parecer do MPF conclui: "De uma forma sintética, é possível afirmar que a maioria das fraudes praticadas tinha dois objetivos", diz. "De um lado, um conjunto de manobras fraudulentas foi marcado pela inserção de receitas fictícias no balanço", e uso de outros expedientes para maquiar os resultados, diz.

Na outra ponta, um outro conjunto de operações foi realizado para gerar caixa, de forma a impedir que o grupo de manobras fraudulentas fosse descoberto"

De acordo com os delatores, foi José Timotheo de Barros, ex-diretor de lojas físicas, que explicava como o esquema funcionava para quem entrava na empresa. Barros também teve mandado de busca e apreensão emitido ontem.

Ainda segundo teor da colaboração premiada com MPF, as discussões para alterações dos números eram realizadas em reuniões presenciais ou por telefone, e era Barros quem repassava as orientações para alteração e ou revisão dos valores advindas da presidente da B2W à época, Anna Saicali. A executiva está com pedido de prisão preventiva decretado, mas não foi localizada pela PF.

Segundo as investigações, os fechamentos e resultados da companhia, com os números alterados, sempre passavam por Saicali e pelo então CEO das Americanas, Miguel Gutierrez — que também foi alvo de prisão, mas, por estar fora do país, não foi preso. Os dois são considerados agora foragidos.

Até onde sabe, portanto, diz o Ministério Público, os executivos apresentavam uma "visão melhorada da condição econômico-financeira real das companhias".

O MPF tratou de individualizar as condutas entre os 14 executivos com mandados de busca e apreensão. Sequestro de bens e de valores desses ex-diretores devem somar mais de R$ 500 milhões. As supostas fraudes contábeis ocorriam nas Lojas Americanas e na B2W, e continuaram após a fusão das empresas, em 2021. Os investigadores afirmam que a "estabilidade da suposta associação criminosa poderia ser comprovada pela reiterada prática de crimes ao longo de pelo menos uma década".

De acordo com a PF, os ex-diretores praticaram "manobras fraudulentas" destinadas a alterar os resultados reais da empresa, para receber pagamento de bônus por metas atingidas, e com isso, elevar "de forma ilícita" o preço da ação.

Isso geraria ganho financeiro no momento da venda dos papéis pelos diretores, mas criou um "grande prejuízo" aos acionistas aos minoritários, "que, em razão da falsa saúde financeira das empresas, operavam transações acionárias com preços inflacionados", diz o juiz na decisão que autorizou a busca e apreensão.

Para poder checar as informações passadas pelos delatores e obtidas pelas quebras de sigilo no inquérito, a PF e o Ministério Público tiveram auxílio técnico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Procurada, a entidade autárquica informou que mantém acordos de cooperação com os dois órgãos investigativos para "desenvolvimento de ações, projetos ou atividades conjuntas, inclusive, no âmbito do compartilhamento de informações a respeito de assuntos de interesse comum". A CVM, contudo, preferiu não comentar sobre a operação policial.

O **Valor** procurou todos alvos da operação. No entanto, até o fechamento da edição, houve resposta apenas das defesas de Gutierrez e Timotheo Barros. O primeiro afirmou, em nota, que "jamais participou de fraude". Já o segundo considerou a ação desta manhã "desnecessária" e disse estar colaborando com as investigações.

O esquema da Americanas

Quem é quem apontado pela PF na fraude

● Primeiro escalão ● Segundo escalão ● Terceiro escalão ● Quarto escalão

	Participação no esquema
Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez	CEO da Americanas, aprovava os resultados da companhia e usou de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público
Anna Christina Ramos Saicali	CEO da B2W e CEO da Ame, aprovava os resultados da companhia e usou de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público
José Timotheo de Barros	CEO da Lojas Americanas, CEO e CFO da Americanas S.A., diretor operacional da B2W. Solicitou ao colaborador Marcelo Nunes um levantamento das supostas fraudes contábeis, aprovava os resultados da companhia e usou de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público
Marcio Cruz Meirelles	CEO e diretor comercial da B2W, CEO da Americanas S.A., aprovava os resultados da companhia e usou de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público
Anna Christina da Silva Sotero	Participou de falsificação de Cartas de Verba de Propaganda Coordenada para sustentar saldo fictícios da B2W
Carlos Eduardo Rosalba Padilha	Encaminhou à colaboradora Flávia Carneiro a meta que deveria ser perseguida para a divulgação dos resultados. Enviava sugestões para notas explicativas de despesas por natureza e resultado financeiro. Usou de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público
Fabien Pereira Picavet	Diretor Executivo de Relações com o Investidor das Lojas Americanas, pediu números falsos que atendessem à expectativa dos investidores. Enviava sugestões para as notas explicativas de despesas por natureza e resultado financeiro das Lojas Americanas e Americanas S.A
Fábio da Silva Abrate	Solicitou a instituições financeiras documento complementar para alterar informações de operações de risco sacado, usou de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público
Jean Pierre Lessa e Santos Ferreira	Usou de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público
João Guerra Duarte Neto	Responsável pela área de TI, atuava para atender exigências das auditorias e participava da aprovação de resultados da companhia. Usou de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público
Luiz Augusto Saraiva Henriques	Solicitou a instituições financeiras documento complementar para alterar informações de operações de risco sacado
Maria Christina Ferreira do Nascimento	Emitiu "cartas de circularização" junto a instituições financeiras para omitir risco sacado e participou de falsificação de Cartas de Verba de Propaganda Coordenada. Usou de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público
Murilo dos Santos Correia	Solicitou a instituições financeiras documento complementar para alterar informações de operações de risco sacado. Usou de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público
Raoni Lapagesse Franco Fabiano	Responsável por enviar as sugestões para as notas explicativas de despesas por natureza e resultado financeiro da B2W. Usou de informação privilegiada ao vender milhões em ações antes que a fraude viesse a público

Fonte: Polícia Federal

Esquema envolvia artifícios para ludibriar auditores

De São Paulo

Para ocultar dos auditores externos irregularidades contábeis praticadas na Americanas, executivos da companhia recorriam a um repertório de artifícios que incluía desde telas com informações falsas até planilhas com o maior número possível de linhas, além de dados maquiados com o intuito de "direcionar" o trabalho de análise dos números. É o que mostra o pedido de busca e apreensão que resultou na operação da Polícia Federal deflagrada ontem contra ex-diretores da Americanas acusados de fraudes contábeis.

Assinada pelo juiz Márcio Muniz da Silva Carvalho, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), a decisão cita especificamente subterfúgios que — segundo informaram as autoridades policiais — teriam sido empregados para "dificultar os testes da auditoria" em 2019. Na época, a PwC era a auditoria externa responsável por analisar os números da Americanas.

Parte da estratégia, conforme indica a decisão do TRF2, consistia em sobrecarregar os auditores, aumentando o número de linhas no sistema. "Quanto mais fossem as linhas, mais difícil seria auditá-las", explica o magistrado em sua decisão. Em vez de gerar um relatório único com os números do ano inteiro a serem auditados, a companhia gerava arquivos referentes a cada mês. Com isso, os auditores precisavam primeiramente unificar os arquivos enviados para depois analisá-los.

A maquiagem dos dados também da fraude contábil bilionária incluía a "geração de lançamentos fraudulentos em valores menores para direcionar a seleção dos valores 'reais'", conforme indicam as investigações. Como o processo de auditoria é realizado por amostra, a tendência era de que os auditores concentrassem seu trabalho nos lançamentos mais expressivos. Isso porque, quanto maior o percentual do saldo inspecionado, mais efetivo é considerado o teste de auditoria.

A decisão de Carvalho menciona ainda, como expedientes utilizados para encobrir a fraude, a "confecção de telas fictícias do sistema Oracle" (ainda quando a EY era a auditoria da Americanas) e a negativa de autorização para rodar a ferramenta de testes automáticos certificados pela Oracle e SAP. Nesse último caso, o argumento para vetar os testes era de que estes não haviam sido autorizados pelo comitê de segurança sistêmica, instância que não existia.

Para não despertar a desconfiança dos auditores, os arquivos com o histórico de lançamentos financeiros eram "trabalhados", de forma a alterar descrições de lançamentos que pudessem chamar a atenção.

A decisão menciona ainda participação direta que — segundo o Ministério Público Federal — o ex-diretor José Timotheo de Barros teria tido na solução de um "problema" ocorrido em 2016 durante auditoria realizada pela PwC na Lojas Americanas e na B2W.

Na ocasião, a auditoria teria buscado informações diretamente com as instituições bancárias. Os executivos da Americanas acusados de fraude teriam sido surpreendidos com as respostas de Santander, HSBC e Itaú quanto à existência das dívidas decorrentes de operações de "risco sacado".

A mensagem eletrônica com a existência de operações que, em tese, não estariam sendo contabilizadas teria deflagrado uma reação por parte de Timotheo, que com a colaboração de outros investigados, "teria entrado em contato com as instituições financeiras, a fim de que as informações com as operações de 'risco sacado' fossem retificadas", narra o magistrado em sua decisão, citando o Ministério Público Federal como fonte das informações.

A intenção era que um documento complementar fosse emitido pelos bancos, onde se fizesse constar que tais operações seriam solicitadas pelos fornecedores. Na verdade, a informação de que as operações de "risco sacado" eram demandadas pelos fornecedores seria falsa, segundo apurou o MPF, uma vez que estas operações seriam empréstimos pedidos pela Americanas às instituições financeiras.

Procurada por intermédio de sua assessoria de imprensa, a PwC ressaltou em nota que "não comenta temas de clientes por questões de confidencialidade e regras de sigilo profissional. *(RC)*

As 'ideias mirabolantes' cogitadas para esconder o rombo

De São Paulo e do Rio

Nos bastidores do suposto esquema de fraudes na Americanas, ainda sob investigação, os ex-diretores da empresa tiveram medo de serem pegos logo após a troca no comando do grupo, em 2023. Foram discutidas ideias para escamotear o rombo financeiros de mais de R$ 20 bilhões.

Além disso, havia desentendimentos entre eles, num sinal de que existia uma constante pressão para manter o esquema de manipulação de dados em funcionamento. O sistema teria durado mais de uma década.

No total, são 48 HDs externos sob posse do Ministério Público Federal (MPF), entregues pela rede — 11 numa primeira fase e 37 numa segunda fase —, e que ainda fazem parte de análises das autoridades. Ainda há mais HDs entregues pelos delatores do caso, Marcelo Nunes e Flávia Carneiro, ex-executivos da companhia, que incluem troca de mensagens eletrônicas e documentos, apurou o **Valor**.

A respeito do tamanho dos números fictícios, inventados para melhorar o resultado da Lojas Americanas e da B2W, em determinados momentos, o MPF relata que um dos ex-diretores da Lojas Americanas, Carlos Padilha, informava que o diretor de relação com investidores, Fabien Picavet, "não estava satisfeito com os números" e estava pedindo para ver os dados falsos que seriam fabricados.

De acordo com os delatores, havia uma preocupação da companhia em acompanhar o capital de giro trimestralmente. E nessas ocasiões, Padilha, informava a meta a ser perseguida para a divulgação dos resultados. O acompanhamento desse processo era feito pelo ex-CEO Miguel Gutierrez.

"Segundo os colaboradores [delatores], ao que tudo indica, essa preocupação com os números do trimestre tinha uma razão específica: a apresentação dos números ao conselho de administração e ao mercado", diz nos autos.

Nesse sentido, a pedido de Padilha, os executivos enviavam sugestões para as notas explicativas do balanço para as despesas e para o resultado financeiro.

No começo de 2023, Gutierrez deixou a empresa para a chegada de Sérgio Rial, um dos homens fortes do Santander, após acionistas decidirem trocar a liderança. A companhia já havia comunicado a mudança ao mercado meses antes, em 2022, Ocorre que, quando a troca foi informada, segundo detalha o MPF, houve temor de que o esquema pudesse ser descoberto.

Gutierrez afirmou que sairia da empresa em janeiro de 2023, em reunião com os diretores e, logo depois, em novo encontro no mesmo dia, Marcelo Nunes, hoje um dos delatores, chamou diretores para falar de sua preocupação com a impossibilidade de esconder a fraude.

A pedido do ex-diretor José Timotheo Barros, Nunes fez um levantamento das fraudes, num arquivo com o nome de "planilha histórico financeiro", juntado nas investigações do MPF. Em agosto de 2022, a planilha teria sido encaminhada para Gutierrez, e aos ex-diretores Anna Saicali, Márcio Cruz e Fabio Abrate. Todos eles foram alvo de pedido de busca e apreensão ontem.

Para esconder a questão de Rial foram debatidas ideias para "escamotear o rombo financeiro". Foi pensado na hipótese de incrementar o saldo do estoque para, posteriormente, efetuar baixa relevante de estoques por perda ou venda abaixo do custo. Outra ideia foi baixar os ativos imobilizados e intangíveis com justificativa técnica de "impairment". Com isso, a empresa faria uma baixa contábil e iria acomodando parte do rombo.

Chegou-se a discutir a hipótese de imputar perdas em resultado ao ataque cibernético sofrido pela B2W; ou incrementar as provisões para perdas ou para contingências". Segundo o MPF, "a meta do grupo seria levantar R$ 15 bilhões mediante estratagemas falsos".

Ainda segundo o MPF, com a notícia de troca do CEO das empresa em 2022, de Gutierrez para Rial, alguns dos ex-diretores fizeram "vendas milionárias de ações, antecipando-se ao fato relevante que geraria o derretimento do preço das ações em janeiro de 2023", configurando, segundo a PF, o crime de uso de informações privilegiadas.

Os executivos Saicali, Cruz, Picavet, Padilha e Abrate não foram localizados pelo **Valor**. Gutierrez nega envolvimento no caso. Barros diz que a operação de ontem foi desnecessária e documentos foram enviados por ele às autoridades. *(AM e CZ)*

INÊS 249

Reestruturação Construtora busca reorganizar US$ 4,6 bi em dívidas, e negocia financiamento DIP

Odebrecht Engenharia pede recuperação judicial

Taís Hirata
De São Paulo

A OEC (Odebrecht Engenharia e Construção) entrou em recuperação judicial na quinta-feira (27). A construtora busca reestruturar uma dívida de US$ 4,6 bilhões (cerca de R$ 25,3 bilhões), composta principalmente por bônus emitidos no mercado externo, que já tinham sido alvo de renegociação em 2020 e agora passarão por nova discussão.

O pedido foi protocolado ontem e aceito pela Justiça de São Paulo no mesmo dia. Agora, o grupo tem 60 dias para apresentar seu plano de recuperação aos credores. Segundo o diretor financeiro da construtora, Lucas Cive, a OEC está confiante no andamento rápido do processo, dado que "parcela expressiva" dos detentores dos bônus está de acordo com o movimento, diz.

A recuperação judicial da OEC não tem qualquer relação com a da holding Novonor (ex-Odebrecht), iniciada em 2020. A construtora havia ficado de fora da reestruturação do conglomerado.

De forma atrelada à reestruturação, a OEC também planeja fechar um novo financiamento de até R$ 650 milhões. O empréstimo será feito na modalidade DIP ("debtor-in-possession"), que garante prioridade no pagamento dentro da recuperação judicial.

"O grande desafio da companhia é a estrutura de capital. O objetivo principal do DIP é reestruturar os passivos e injetar capital novo na empresa, principalmente capital de giro", afirmou o diretor financeiro ao **Valor**.

Segundo fontes que pediram anonimato, o financiamento foi negociado com o BTG Pactual. O banco também comprou parte dos bônus da OEC, tornando-se credor com participação relevante, mas não suficiente para aprovar o plano sozinho. Sobre esse tema, a construtora não comenta.

No processo, a OEC é assessorada por Lazard, E. Munhoz Advogados, RK Partners, Cleary Gottlieb e Stocche Forbes. Já os credores são assessorados pelo Padis Mattar Advogados, pelo Moelis & Company e pelo White & Case.

A atual dívida da OEC é fruto de "bonds" emitidos pelo grupo Odebrecht entre 2004 e 2014, garantidos pela construtora, para financiar outros negócios do conglomerado. Hoje, o saldo dos empréstimos é de US$ 4 bilhões. Os bônus já haviam sido renegociados em 2020, o que deu à companhia um período de carência de 4,5 anos de pagamento do principal. O primeiro vencimento se daria em outubro deste ano, de um título de US$ 55 milhões. Segundo Cive, a construtora já vinha negociando com os credores desde o segundo semestre de 2023.

Em 2020, o valor total dos bonds era de US$ 3,3 bilhões. A repactuação com os credores, formalizada por meio de recuperação extrajudicial em outubro de 2020, previu corte de 55% do montante a ser pago pela OEC (redução de US$ 1,9 bilhão), sob a condição de que os 45% (US$ 1,6 bilhão) fossem quitados.

Além da carência de 4,5 anos para o início do pagamento do principal, o acordo também trazia condições especiais para o desembolso dos juros nos primeiros anos: em vez do pagamento, a OEC poderia adiar a quitação, incorporando uma parte dos juros não pagos ao principal da dívida, com um prêmio adicional.

Assim, a dívida de US$ 1,6 bilhão subiu para US$ 2 bilhões hoje — devido aos juros que foram capitalizados. Além disso, o US$ 1,9 bilhão que havia sido "cortado" da dívida na recuperação extrajudicial agora volta à mesa. Esse valor ficou "congelado" em uma holding acionista da OEC e só seria amortizado se houvesse excesso de caixa. Agora, sem o pagamento dos demais 45%, se dá o vencimento antecipado dos créditos, que portanto terão de ser renegociados. Por isso, o montante total dos bonds chega a US$ 4 bilhões.

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR

Maurício Cruz Lopes (esq.), presidente da OEC, e Lucas Cive, diretor financeiro

Além desse valor, a OEC tem outros US$ 600 milhões de passivos operacionais, fruto de operações antigas da OEC, que hoje não estão ativas, mas geram pendências e terão que ser renegociados.

A recuperação judicial deverá atingir apenas a operação da empreiteira no Brasil. As subsidiárias internacionais ficam de fora.

Nos últimos anos, a OEC viu sua expectativa de retomada de obras ser frustrada. "Sofremos dois grandes impactos. Um deles foi a covid. A pandemia causou um impacto enorme no setor, houve congelamento na contratação. O segundo ponto é que, nesse ciclo de 2014 a 2024, o Brasil e a América Latina enfrentaram um período muito ruim de queda de investimentos em infraestrutura. Nós, que estávamos em processo de reorganização empresarial, entramos em uma espiral de baixa", afirma o presidente, Maurício Cruz Lopes.

Agora, porém, o grupo está confiante na recuperação, diz. A expectativa é encerrar 2024 com um "backlog" (estoque de projetos) de US$ 5 bilhões. Hoje, o volume é de US$ 4,6 bilhões, sendo que US$ 1,4 bilhão foi conquistado no primeiro semestre deste ano. Ao todo, são 31 obras sendo conduzidas pela empreiteira, no Brasil e em outros países. Entre as recentes obras conquistadas estão a construção do Rodoanel Norte pela concessionária Via Appia (controlada por fundo gerido pela Starboard) e um projeto no Porto de Miami, nos EUA.

"O Brasil voltou a dar atenção para infraestrutura, especialmente o Estado de São Paulo. Hoje vários projetos que foram entregues a concessões nos últimos anos estão virando obra, e ainda tem um estoque muito grande de concessões que precisam virar obra", afirma Lopes.

Apesar do otimismo, a OEC registrou prejuízo de R$ 741,5 milhões em 2023, contra lucro de R$ 79 milhões obtidos no ano anterior. O resultado foi negativo mesmo sem considerar os compromissos financeiros: a empresa teve prejuízo operacional de R$ 125 milhões em 2023.

Os executivos afirmam que o resultado negativo no ano passado foi puxado para baixo pelos passivos de controladas da construtora em diversos países que geram perdas e não produzem receitas. Hoje a OEC usa três subsidiárias para novos contratos: a Tenenge Engenharia, a OECI e a Bento Pedroso. Se consideradas apenas as três empresas, o resultado é positivo, afirma Cive.

Uma das metas da reestruturação, diz, é separar a parte "saudável" da OEC, deixando claro os resultados da operação atual.

"O financiamento (DIP) busca reestruturar passivos e injetar capital novo"
Lucas Cive

Ânima terá primeira executiva de mercado em 21 anos

NILANI GOETTEMS/VALOR

Educação

Beth Koike
De São Paulo

Com a alavancagem controlada, a Ânima está trocando a presidência e trazendo pela primeira vez em seus 21 anos de operação uma executiva de mercado. A argentina Paula Harraca, uma ex-jogadora de hóquei de grama e ex-diretora da ArcelorMittal por 20 anos, vai substituir, a partir desta sexta-feira, Marcelo Battistella Bueno, um dos fundadores do grupo educacional.

Ex-ArcellorMittal, Paula Harraca substitui Marcelo Battistella Bueno, um dos fundadores

Bueno liderou a Ânima por quase seis anos. Nos 15 anos anteriores, o cargo foi ocupado por Daniel Castanho, atual presidente do conselho de administração. Até o fim deste ano, Bueno vai acompanhar Harraca numa fase de transição. "Esse é um projeto planejado há dois anos. Nos conhecemos porque ela era do conselho da Una [uma das faculdades do grupo], depois entrou no processo de sucessão e há sete meses compõe o conselho de administração da companhia", disse Bueno.

Harraca, que deixou a Arcelor no ano passado, chega à Ânima com o desafio de trazer mais eficiência operacional e aumentar a receita. Nos últimos dois anos, o foco da companhia foi reduzir o endividamento que estava próximo dos limites determinados pelos credores devido à aquisição da Laureate Brasil por R$ 4,4 bilhões em 2021. "Trago da indústria minha experiência com eficiência operacional e inovação. Acredito que é possível melhorar ainda mais a percepção das marcas do grupo. Quero estar no dia a dia, ouvindo a percepção dos alunos, professores, mercado sobre nós", disse a nova presidente, graduada em administração de empresas.

A Ânima é dona de mais de 20 bandeiras de faculdades como Anhembi-Morumbi, São Judas, Unirritter, Una, além de operar no Brasil a escola francesa de gastronomia LeCordon Bleu e a Singularity, de inovação. No total, as instituições de ensino do grupo têm cerca de 400 mil alunos.

Ao se formar, Harraca largou a carreira de atleta — chegou a fazer parte da seleção argentina de hóquei — para ingressar no mercado corporativo. Paula foi a primeira mulher trainee e a ocupar um cargo do alto escalão na siderúrgica.

Bueno, por sua vez, destaca que entrega a casa organizada após quatro anos de muitos ventos contrários. "Teve redução do Fies, pandemia, Selic subindo de 2% para 14% e uma aquisição transformadora que trouxe muitos desafios", disse Bueno. Ainda não está definida sua ida para o conselho.

Segundo Daniel Castanho, presidente do conselho de administração da Ânima, a nova presidente tem um perfil que alia expertise em eficiência operacional e temas ligados à inovação e ESG.

"Paula é uma líder que compartilha nossa visão e valores. Ela vem de uma indústria de base, marcada pela busca de excelência e eficiência, com cultura de gestão, disciplina e performance, alinhada à inovação", disse Castanho.

Agenda Tributária

Mês de Junho de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Maio/2024
28	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Fundos de Investimento Imobiliário - Rendimentos e Ganhos de Capital Distribuídos	5232*	Maio/2024
28	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior – Pessoa Jurídica		
	Ganhos de capital de alienação de bens e direitos do ativo circulante localizados no Brasil	0473*	Maio/2024
28	Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF)		
	Recolhimento mensal (Carnê Leão)	0190*	Maio/2024
	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos	4600*	"
	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos e nas liquidações e resgates de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira	8523*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsa	6015*	"
	2ª quota do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual	0211*	Ano-Calendário 2023
28	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)		
	PJ obrigadas à apuração com base no lucro real		
	Entidades Financeiras		
	Balanço Trimestral (3ª quota)	1599*	Janeiro a Março/2024
	Estimativa Mensal	2319*	Maio/2024
	Demais Entidades		
	Balanço Trimestral (3ª quota)	0220*	Janeiro a Março/2024
	Estimativa Mensal	2362*	Maio/2024
	Optantes pela apuração com base no lucro real		
	Balanço Trimestral (3ª quota)	3373*	Janeiro a Março/2024
	Estimativa Mensal	5993*	Maio/2024
	Lucro Presumido (3ª quota)	2089*	Janeiro a Março/2024
	Lucro Arbitrado (3ª quota)	5625*	"
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa - Lucro Real	3317*	Maio/2024
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa - Lucro Presumido ou Arbitrado	0231*	"
	Ganho de Capital - Alienação de Ativos de ME/EPP optantes pelo Simples Nacional	0507*	"
28	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Contrato de Derivativos	2927*	Maio/2024
28	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Retenção - Aquisição de autopeças	3770*	1º a 15/junho/2024
28	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Retenção - Aquisição de autopeças	3746*	1º a 15/junho/2024
28	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro real		
	Entidades Financeiras		
	Balanço Trimestral (3ª quota)	2030*	Janeiro a Março/2024
	Estimativa Mensal	2469*	Maio/2024
	Demais Entidades		
	Balanço Trimestral (3ª quota)	6012*	Janeiro a Março/2024
	Estimativa Mensal	2484*	Maio/2024
	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro presumido ou arbitrado (3ª quota)	2372*	Janeiro a Março/2024
28	Programa de Recuperação Fiscal (Refis)		
	Parcelamento vinculado à receita bruta	9100*	Diversos
	Parcelamento alternativo	9222*	"
	ITR/Exercícios até 1996	9113*	"
	ITR/Exercícios a partir de 1997	9126*	"
28	Parcelamento Especial (Paes)		
	Pessoa física	7042*	Diversos
	Microempresa	7093*	"
	Empresa de pequeno porte	7114*	"
	Demais pessoas jurídicas	7122*	"
	Paes ITR	7288*	"
28	Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 1º MP nº 303/2006		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	0830*	Diversos
	Demais pessoas jurídicas	0842*	"
28	Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 8º MP nº 303/2006		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	1927*	Diversos
28	Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 9º MP nº 303/2006		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	1919*	Diversos
28	Parcelamento - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital - RFB	4983*	Diversos
	Parcelamento - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital - PGFN	4990*	"
28	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RFB nº 767/2007		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0285*	Diversos
28	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7º § 4º IN/RFB nº 767/2007		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	4324**	Diversos
28	Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional - 2009 Art. 7º §3º IN/RFB nº 902/2008		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0873*	Diversos
28	Parcelamento - Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RFB nº 1.508/2014	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)	Diversos
	Microempresa e Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional		
28	Parcelamento - Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RFB nº 1.508/2014	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)	Diversos
	Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional		
28	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 5º § 3º IN/RFB nº 1.677/2016	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)	Diversos
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional		
28	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 4º § 3º IN/RFB nº 1.713/2017	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)	Diversos
	Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional		
28	Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN)	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)	Diversos
28	Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN-MEI) Microempreendedor Individual	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)	Diversos
28	Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional - 2009 Art. 7º § 4º IN/RFB nº 902/2008		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	4359**	Diversos
28	Parcelamento - CEI	4105**	Diversos
28	Parcelamento Lei nº 11.941, de 2009		
	PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	1136*	Diversos
	PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	1165*	"
	PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	1194*	"
	PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	1204*	"
	PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	1210*	"
	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	1233*	"
	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	1240*	"
	RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	1279*	"
	RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinparios - Art. 3º	1285*	"
	RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	1291*	"
28	Reabertura Parcelamento Lei nº 11.941, de 2009		
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3780*	Diversos
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3796*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3835*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3841*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	3858*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3870*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3887*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3926*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3932*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	3955*	"
28	Parcelamento Lei nº 12.865, de 2013 - IRPJ/CSLL		
	Lei nº 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento IRPJ/CSLL - Art. 40	4059*	Diversos
	Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento IRPJ/CSLL - Art. 40	4065*	"
28	Parcelamento Lei nº 12.865, de 2013 - PIS/Cofins		
	Lei nº 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento - PIS/Cofins - Instituições Financeiras e Cia Seguradoras - Art. 39, Caput	4007*	Diversos
	Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento - PIS/Cofins - Instituições Financeiras e Cia Seguradoras - Art. 39, Caput	4013*	"
	Lei nº 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento PIS/Cofins - Art. 39, §1º	4020*	"
	Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento PIS/Cofins - Art. 39, § 1º	4042*	"
28	Parcelamento Lei nº 12.996, de 2014		
	Lei nº 12.996, de 2014 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento	4720*	Diversos
	Lei nº 12.996, de 2014 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento	4737*	"
	Lei nº 12.996, de 2014 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento	4743*	"
	Lei nº 12.996, de 2014 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento	4750*	"
28	Programa de Regularização Tributária (PRT)		
	PRT- Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica	4135**	Diversos
	PRT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física	4136**	"
	PRT - Demais Débitos	5184*	"
28	Programa Especial de Regularização Tributária (Pert)		
	PERT- Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica	4141**	Diversos
	PERT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física	4142**	"
	PERT - Demais Débitos	5190*	"
28	Programa de Regularização de Débitos dos Estados e Municípios (Prem)	5525*	Diversos
28	Programa de Regularização Tributária Rural (PRR)	5161*	Diversos
28	Parcelamento Constitucional Excepcional dos Débitos Decorrentes de Contribuições Previdenciárias dos Municípios	6063*	Diversos
28	Acréscimos Legais de Contribuinte Individual, Doméstico, Facultativo e Segurado Especial - Lei nº 8.212/91 NIT/PIS/Pasep	1759**	Diversos
	GRC Trabalhador Pessoa Física (Contribuinte Individual, Facultativo, Empregado Doméstico, Segurado Especial) - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	1201**	"
	ACAL - CNPJ	3000**	"
	ACAL - CEI	3107**	"
	GRC Contribuição de empresa normal - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	3204**	"
	Pagamento de débito - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	4006**	"
	Pagamento/Parcelamento de débito - CNPJ	4103**	"
	Pagamento de débito administrativo - Número do título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	4200**	"
	Pagamento de parcelamento administrativo - número do título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	4308**	"
	Depósito Recursal Extrajudicial - Número do Título de Cobrança - Pagamento exclusivo na Caixa Econômica Federal (CDC=104)	4995**	"
	Pagamento de Dívida Ativa Débito - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	6009**	"
	Pagamento de Dívida Ativa Ação Judicial - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	6203**	"
	Pagamento de Dívida Ativa Cobrança Amigável - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	6300**	"
	Pagamento de Dívida Ativa Parcelamento - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	6408**	"
	Comprev - pagamento de Dívida ativa - não parcelada de regime próprio de previdência social RPPS - órgão do poder público - referência	6513**	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Celulose Companhia brasileira encerrou conversas para potencial compra e agradou aos investidores

Ação da Suzano sobe 12% após desistência da IP

Stella Fontes
De São Paulo

Os investidores receberam bem a notícia de que a Suzano, maior produtora de celulose de mercado do mundo, desistiu de levar adiante as negociações para compra da americana International Paper (IP), e suas ações lideraram com folga os ganhos do Ibovespa na quinta-feira (27). Com alta de 12,18%, para R$ 57, os papéis apagaram boa parte da perda acumulada desde o dia 7 de maio, quando as tratativas se tornaram públicas.

Do ponto de vista estratégico, a potencial transação tinha mais prós do que contras. Mas a alavancagem financeira elevada caso o negócio de US$ 15 bilhões fosse consumado assustou, e os papéis recuaram os mesmos 12% no dia em que as conversas foram reveladas. Agora, as ações acumulam perda de 4,17% no período.

Os últimos movimentos da companhia deixam claro que as fronteiras do Brasil ficaram pequenas para suas ambições de negócio. Apesar do não implícito da IP aos termos iniciais de sua proposta de compra, a Suzano, que ou é líder ou está entre os maiores nos segmentos em que atua, colocou os pés na indústria europeia com a aquisição de 15% do capital da austríaca Lenzing, em paralelo às conversas com a papeleira americana, demonstrando o quão longe está disposta a ir, inclusive financeiramente, para ampliar seu domínio na indústria global de produtos de base florestal.

Por ora, os planos para a América do Norte sofreram um revés. Ao formalizar o encerramento das negociações, a Suzano disse que, após "algumas tratativas", alcançou o que "entende ser o preço máximo para que a transação gerasse valor", "sem que houvesse engajamento da outra parte".

> Expectativa é que a companhia dos Feffer busque novas oportunidades de compra no exterior

E não escondeu seu incômodo com os ruídos que marcaram as negociações, atribuindo à IP, porém sem citá-la diretamente, sua origem: "Cabe destacar que sempre foi condição da Suzano para a concretização desta transação que houvesse o engajamento entre as partes em bases privadas, confidenciais e amigáveis. Não tendo sido possível avançar dessa forma, a Suzano optou por encerrar as tratativas", disse, no documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outra condição era que a IP desiste de levar adiante a compra da britânica DS Smith, fabricante de embalagens de papelão ondulado com presença relevante no mercado europeu. Com a aquisição, de US$ 9,9 bilhões, a IP, que é líder em caixas de papelão no mercado americano, terá o controle da empresa resultante, com fatia de 66,3%, e responde a outro movimento importante de consolidação nessa indústria, a compra da WestRock pela Smurfit Kappa, que está em vias de ser consumada.

O acordo entre IP e DS Smith foi fechado em abril, aprovado por seus conselhos e segue avançando, com expectativa de conclusão no quarto trimestre. A oferta da Suzano acabou atravessando a operação, mas a IP deixou claro, publicamente, que iria insistir no negócio. De certa forma, a companhia americana demarcou seu território.

Com um terço da capacidade instalada de celulose de fibra curta no mundo, a Suzano tem incomodado concorrentes com seu apetite por crescimento. Maior produtora de celulose de mercado — que é vendida para terceiros —, a companhia é também líder em papéis de higiene (tissue) em volume no Brasil, maior produtora de papel de imprimir e escrever do país e segunda maior em papel-cartão.

Ainda em celulose, colocou em marcha um plano agressivo de expansão em fluff, usada em fraldas descartáveis e absorventes, que pode colocá-la no topo do ranking brasileiro. Com a compra da IP, se tornaria a maior do mundo também em fluff, ao incorporar as 3,4 milhões de toneladas de capacidade produtiva anual, elevando a concentração no mercado global.

A aquisição também representaria a estreia da Suzano em um novo mercado, o de embalagens de papelão, com musculatura importante. Está no planejamento estratégico atuar nesse mercado, o que indica que novas oportunidades de M&A serão perseguidas.

Apesar da alavancagem financeira relativamente elevada neste momento, por causa dos R$ 22,2 bilhões investidos em uma nova fábrica de celulose, o Projeto Cerrado — a maior linha única de produção do mundo —, o reforço de caixa que virá da operação confere à Suzano fôlego financeiro para lances futuros.

> **4,17%**
> **é a baixa acumulada desde 7 de maio**

Na Europa, a companhia brasileira já ganhou terreno. Há duas semanas, anunciou a compra de 15% da austríaca Lenzing, por € 229,9 milhões (cerca de R$ 1,3 bilhão), consolidando sua presença no mercado têxtil mundial. A Lenzing é grande produtora de celulose solúvel — um tipo de celulose que a Suzano ainda não produz — e disputa o mercado global de viscose, tecido feito a partir dessa matéria-prima.

Até o fim de 2028, a Suzano tem a opção de comprar uma fatia adicional de 15%, posicionando-se como maior acionista do grupo austríaco. Com nove fábricas, a Lenzing tem presença industrial nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia e no Brasil — no país, a austríaca é sócia da Dexco (antiga Duratex) na LD Celulose, que produz celulose solúvel no Triângulo Mineiro.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Via Cruz Negócios, Serviços e Distribuição Ltda. -** CNPJ: 36.445.028/0001-80 - Endereço: Rodovia Euclides da Cunha, S/nº, Barracão 02, Zona Rural, Fernandópolis/sp - Requerente: Afa High Yield Credit Opportunity de Investimentos em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Foccus Terceirização de Serviços Ltda. -** CNPJ: 00.971.479/0001-03 - Endereço: Av. Duquesa de Goiás, 832, Térreo, Bairro Real Parque - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Brasil Trustee Assessoria e Consultoria Ltda., P/ Dr. Felipe Marques Mangerona - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Gnt Participações e Empreendimentos Ltda. -** CNPJ: 59.900.696/0001-55 - Endereço: Av. Martim Afonso, 264, Bairro Parque Taquaral - Administrador Judicial: João Serafim Perícia e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Antonio Serafim - Vara/Comarca: 2a Vara de Campinas/SP
Empresa: **Ic Segurança Privada de Santa Catarina Ltda. -** CNPJ: 08.938.496/0001-50 - Endereço: Rua Vereador José do Vale Pereira, 68, Bairro Coqueiros, Florianópolis/sc - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Brasil Trustee Assessoria e Consultoria Ltda., P/ Dr. Felipe Marques Mangerona - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Ic Segurança Privada do Paraná Ltda. -** CNPJ: 05.021.535/0001-62 - Endereço: Rua Fagundes Varela, 2101, Bairro Bacacheri, Curitiba/pr - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Brasil Trustee Assessoria e Consultoria Ltda., P/ Dr. Felipe Marques Mangerona - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Ic Segurança Privada do Rio Grande do Sul Ltda. -** CNPJ: 08.476.480/0001-73 - Endereço: Av. Professor Oscar Pereira, 2473, Bairro Glória, Porto Alegre/rs - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Brasil Trustee Assessoria e Consultoria Ltda., P/ Dr. Felipe Marques Mangerona - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Multi Service Prestação de Serviços Ltda. -** CNPJ: 71.865.554/0001-08 - Endereço: Rua Jayme Antonio Sbeghen, 5/51, Setor A, Bairro Vila Aviação B, Bauru/sp - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Brasil Trustee Assessoria e Consultoria Ltda., P/ Dr. Felipe Marques Mangerona - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Multi Service Vigilância Ltda. -** CNPJ: 57.273.211/0001-15 - Endereço: Rua Jayme Antonio Sbeghen, 5/51, Setor A, Bairro Vila Aviação B, Bauru/sp - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Brasil Trustee Assessoria e Consultoria Ltda., P/ Dr. Felipe Marques Mangerona - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Poli Service Ltda. -** CNPJ: 17.934.637/0001-58 - Endereço: Av. Duquesa de Goiás, 832, Térreo, Bairro Real Parque - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Brasil Trustee Assessoria e Consultoria Ltda., P/ Dr. Felipe Marques Mangerona - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Pollus Facilities Serviços Ltda., Denominação Atual de Pollus Serviços de Segurança Ltda. -** CNPJ: 61.850.574/0001-43 - Endereço: Av. Duquesa de Goiás, 832, Térreo, Bairro Real Parque - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Brasil Trustee Assessoria e Consultoria Ltda., P/ Dr. Felipe Marques Mangerona - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Hospital e Maternidade Vida's S/C Ltda., Nome Fantasia Vidas -** CNPJ: 96.534.300/0001-20 - Requerente: Clm Gestão Médica Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **A J D'agostini Transportes Rodoviários Ltda. -** CNPJ: 82.397.068/0001-10 - Endereço: Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 749, Sala 01, Centro - Vara/Comarca: Vara Cível de Matelândia/PR
Empresa: **D'agostini & Didomênico Ltda. -** CNPJ: 77.317.972/0001-39 - Endereço: Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 749, Centro - Vara/Comarca: Vara Cível de Matelândia/PR

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **M. M. Designer Planejados Ltda. -** CNPJ: 37.826.795/0001-00 - Endereço: Quadra 412 Norte, Alameda 8 Asr Ne 55, S/nº, Lote 13 A, Qi 09, Plano Diretor Norte - Administrador Judicial: Dr. Jean Furini Barboza Martins - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Palmas/TO
Empresa: **Rc Alimentos Ltda. -** CNPJ: 13.348.153/0001-76 - Endereço: Rua São Bernardo do Campo, 500, Galpão 03, Bairro Jardim Paulista, Várzea Paulista/sp - Administrador Judicial: Ativos Administração Judicial e Consultoria Empresarial Eireli, Representada Pela Dra. Lívia Gaviolli Machado - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP
Empresa: **Romanato Alimentos Ltda. -** CNPJ: 11.001.107/0001-70 - Endereço: Rua São Bernardo do Campo, 500, Galpão 01, Bairro Jardim Paulista, Várzea Paulista/sp - Administrador Judicial: Ativos Administração Judicial e Consultoria Empresarial Eireli, Representada Pela Dra. Lívia Gaviolli Machado - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP
Empresa: **Stock Med Produtos Médico Hospitalares Ltda. Epp Ou Stock Med S/A -** CNPJ: 06.106.005/0001-80 - Endereço: Av. Paul Harris, 100, Centro, Santa Cruz do Sul/rs - Administrador Judicial: Lb Administração Judicial e Consultoria Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Felipe Provenzi Dias - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Pelotas/RS

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Cristina Zacharias da Silva Transportes Ltda. -** CNPJ: 21.729.051/0001-29 - Endereço: Rua B, Nº 1108, Bairro Jardim Ereni / Sumaré - Vara/Comarca: 2a Vara de Paranavaí/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Zac Alimentos Ltda. -** CNPJ: 10.979.082/0001-11 - Endereço: Rodovia Br 376, S/nº, Box 09, Lote 10, Quadra 02, Distrito Industrial / Sumaré - Vara/Comarca: 2a Vara de Paranavaí/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Ibraquim Tecnologia Ltda. -** CNPJ: 08.835.377/0001-72 - Endereço: Rua Tereza Haguihara Cardoso, 905, Bairro Jardim Casa Branca - Vara/Comarca: 4a Vara de Suzano/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

INÊS 249

Veículos CEO na AL defende que enfrentar concorrência chinesa independe de data da tributação

Para Nissan, regras claras valem mais do que aumento de imposto

Marli Olmos
De São Paulo

Nos últimos dias, dirigentes da indústria automobilística começaram a se mobilizar para convencer o governo a rever o aumento gradual do Imposto de Importação para carros elétricos e promover a elevação para alíquota máxima, de 35%, de uma só vez. Para o presidente da Nissan América Latina, Guy Rodríguez, no entanto, o enfrentamento da concorrência chinesa independe de quando ou como as alíquotas do tributo vão subir. "Não estamos preocupados se vão antecipar ou retardar as alíquotas, o importante é ter regras claras e justas", disse.

Rodríguez diz que a Nissan vai manter o cronograma do investimento, que totaliza R$ 2,8 bilhões entre 2023 e 2025 e que recebeu reforço no fim de 2023. "Não vamos mudar nada. Podem chegar mais dez concorrentes. Se novos fabricantes abrirem fábricas serão bem-vindos. Temos que ser mais espertos", destacou o executivo em conversa com jornalistas durante visita ao escritório da montadora em São Paulo na quinta-feira (27).

Rodríguez, executivo argentino que dirige a operação latino-americana da Nissan no México, lembra que o mercado mexicano é aberto, com vários concorrentes que importam. "E mesmo assim a Nissan, que produz localmente, é líder há 16 anos, com 17,5% do mercado", destacou.

O executivo lembrou, ainda, que a marca japonesa já compete com os chineses na própria China, onde também produz. "Dos 3,4 milhões de veículos produzidos globalmente pela Nissan em 2023, 800 mil foram na China", disse.

A Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores (Abeifa) criticou o pedido de aumento imediato do Imposto de Importação para veículos híbridos e elétricos para 35%. A entidade informou que "solicita previsibilidade nas políticas industriais do setor automotivo, sobretudo em respeito aos consumidores, que têm direito à escolha por tecnologias de ponta".

No fim de 2023, o governo decidiu retomar a cobrança do Imposto de Importação em carros 100% elétricos, suspensa desde 2016, e aumentar o tributo em híbridos. Foi definida elevação gradual em dois anos. Começou em janeiro, com 12% para híbridos e 10% para elétricos. A partir de julho subirá para 25% e 18%, respectivamente.

Os próximos aumentos serão em julho de 2025 e julho de 2026, quando, então, todos os carros importados de países com os quais o Brasil não tem acordo de livre intercâmbio passarão para a alíquota máxima de 35%.

> "Qualquer medida adicional seria uma quebra de regras, de contrato"
> *Ricardo Bastos*

"Qualquer medida adicional a isso seria uma quebra de regras, de contrato. O governo brasileiro tem repetido em fóruns internacionais que o Brasil tem regras estáveis e previsibilidade", diz Ricardo Bastos, presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE).

O primeiro aumento do tributo não foi suficiente para frear a entrada dos produtos chineses. Essas marcas reforçaram estoques e têm feitos sucessivos lançamentos de modelos, que chamam a atenção do consumidor pelo apelo da tecnologia .

A agressividade chinesa, principalmente em elétricos, não preocupa, diz a direção da Nissan. A empresa prefere manter o ritmo cauteloso e firme que sempre a caracterizou. Se a estratégia não fosse acertada, destaca Gonzalo Ibarzábal, presidente da Nissan do Brasil, "as vendas da marca não teriam, no ano passado, aumentado 35,2%", quase três vezes do que o mercado nacional de carros e comerciais leves.

A partir do novo ciclo de investimentos, o portfólio da marca vai crescer. A fábrica de Resende (RJ) vai produzir dois novos modelos. O primeiro, a ser lançado em 2025, será a nova geração do pequeno utilitário Kicks. Seu sucessor será maior, segundo Rodríguez. Posteriormente, será produzido um novo utilitário esportivo, sobre o qual Rodríguez não revela nenhum detalhe. Está previsto também o lançamento de um novo motor turbo.

A terceira etapa da estratégia de renovação de produtos se dará com a produção de uma nova picape na fábrica da Argentina. Segundo Rodríguez, 80% do trabalho para adequar a fábrica de Resende para receber as novas linhas já está concluído e os funcionários já foram treinados.

Com novos produtos, a Nissan pretende dobrar a participação no mercado brasileiro, em relação a 2023, alcançando 6% em 2026. "Vamos ser maiores", diz Rodríguez, a despeito da ameaça de novos concorrentes.

Além disso, com os novos veículos, a montadora pretende ampliar o mercado externo. Segundo Rodríguez, a expectativa é vender os novos SUVs em 20 países da América Latina. A exportação, segundo ele, é uma forma de atingir "tranquilidade em relação às variações cambiais".

A direção da Nissan não dá nenhuma pista de quando pretende começar a produzir carros eletrificados no país, uma decisão já sinalizada pela companhia. Há expectativa de que futuramente sejam produzidos no país modelos do chamado e-Power, uma tecnologia desenvolvida pela marca japonesa e já uma realidade no México.

Com o e-Power, o veículo tem um motor a combustão e outro elétrico. A diferença em relação aos híbridos convencionais é que o motor a combustão não é usado na tração do carro, mas exclusivamente para "abastecer" o motor elétrico. Dessa forma, o carro só roda no sistema elétrico. "Vamos anunciar [a eletrificação] no momento certo e quando tudo estiver alinhado internamente", diz Rodríguez.

A direção da Nissan na América Latina demonstra ter alcançado uma posição mais confortável depois das mudanças globais na aliança da empresa japonesa com Renault e Mitsubishi.

No fim de 2023, as empresas envolvidas na aliança criada em 1999 anunciaram a separação das áreas de compras. "Cada um agora compra as suas peças", afirma Rodríguez. Segundo ele, isso não significa que a aliança terminou.

> **35,2%**
> **de aumento de vendas em 2023**

Mas a decisão confere a cada integrante da aliança mais independência. "Somos um grupo econômico", afirma Rodríguez.

Quando anunciou a mudança, o grupo destacou que os mercados estão cada vez mais regionais e que a ideia seria explorar os pontos fortes de cada um, além dos recursos técnicos e a experiência de cada empresa.

A aliança deixa, ainda, de estar sob o comando de um único executivo, como foi nos tempos de Carlos Ghosn, o brasileiro que idealizou a união dessas empresas e tornou-se o comandante de todas.

Ghosn foi preso no Japão em novembro de 2018, acusado de uso indevido de ativos da empresa para enriquecimento pessoal. No ano seguinte, enquanto estava em prisão domiciliar, ele fugiu, escondido dentro de uma enorme caixa para instrumentos musicais, e refugiou-se no Líbano, onde vive até hoje.

GABRIEL REIS/ VALOR

Guy Rodríguez, presidente da Nissan na América Latina: "Vamos anunciar [a eletrificação] no momento certo e quando tudo estiver alinhado internamente"

Anfavea quer antecipação da alíquota de importados

Raphael Di Cunto
De Brasília

O crescimento das importações de carros de origem chinesa e a queda de 29% nas exportações este ano fizeram com que a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) procurasse o governo para pedir a antecipação do Imposto de Importação sobre os automóveis e a taxação imediata dos importados em 35%.

Segundo o presidente da Anfavea, Márcio Leite, a entidade já conversou com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, do Trabalho, Luiz Marinho, e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e enviou ofício ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com esta solicitação após uma reunião dos presidentes das montadoras acender o alerta.

"Os CEOs das empresas se reuniram na Anfavea há duas semanas e falaram que, se não mudar esse cenário, teremos que rever nosso futuro", afirmou Leite ao **Valor**. "Tivemos aumento dos emplacamentos no mercado interno de 15%, mas queda de 1,2% na produção de veículos no Brasil. Se agravar isso, algumas fábricas vão parar", destacou.

Dados das montadoras apontam a queda de 29% nas exportações nos cinco primeiros meses do ano em relação ao mesmo período de 2023 — foram de 204 mil unidades vendidas para 145 mil. Segundo Leite, isso ocorreu por desaquecimento nos mercados que costumam comprar do Brasil, como Argentina, México, Colômbia, Peru e Chile.

> **35%**
> **é o que pedem os fabricantes**

O número de emplacamentos de veículos importados, por sua vez, cresceu 38% de janeiro a maio em relação ao mesmo período de 2023, um salto de 115 mil unidades para 159 mil. Desses, quase 36 mil vieram da China. "Os Estados Unidos aumentaram sua alíquota para 100% para barrar a entrada das importações e a Europa para quase 50%. O Brasil era o 16º mercado em vendas da China há três anos e agora já é o segundo, só atrás da Rússia", disse Leite.

Diante desse cenário, a Anfavea procurou o governo para pedir a antecipação do Imposto de Importação sobre os veículos. Houve um acordo, no ano passado, para que essa taxação fosse gradual. Desde janeiro, os carros híbridos pagam 15%, os elétricos 10% e os híbridos plug-in, 12%. A partir de segunda-feira, dia 1º de julho, essa taxa aumentará para 25%, 18% e 20%, respectivamente, e haverá novas altas em julho de 2025 e julho de 2026.

Mas as montadoras no Brasil pedem que o índice chegue a 35% imediatamente, sem aguardar por mais dois anos. "Antes, havia um temor de que isso pudesse ocorrer. Agora, estamos baseados em dados concretos sobre as consequências", afirmou o presidente da Anfavea.

Empresas chinesas como a BYD e GWM prometeram fábricas no Brasil para montar seus veículos, mas estas ainda não estão em funcionamento. A antecipação do imposto, portanto, tenderia a encarecer seus carros e torná-los menos competitivos no mercado nacional.

A Anfavea também defende a exclusão dos veículos do Imposto Seletivo, criado pela reforma tributária para desestimular o consumo de produtos que fazem mal ao ambiente e a saúde. Mas, se houver a taxação, argumenta que seja para todos os carros, inclusive os elétricos, como defendido pelo MDIC na Câmara.

> "Se não mudar o cenário, teremos que rever nosso futuro"
> *Márcio Leite*

"Não faz sentido taxar com o Imposto Seletivo porque este imposto é para desestimular bens que fazem mal à saúde, como cigarro e álcool. No caso dos carros, os modelos atuais poluem 23 vezes menos do que os antigos. É o contrário do que se pretende", disse Leite. "O projeto do governo veio com um erro ao excluir os carros elétricos. Os caminhões elétricos estão taxados, mas os carros não estão. A tributação deve ser pelas emissões, não pela tecnologia usada."

Curtas

GPA sai de combustíveis

A venda pelo GPA de 71 postos de gasolina por aproximadamente R$ 200 milhões, com um acordo com a Ultrapar para venda de 49 postos em São Paulo, marca o último projeto relevante de desinvestimento, no total de cerca de R$ 1,9 bilhão, o que é positivo para a companhia, avaliou o Citi. Para os analistas Felipe Reboredo, João Pedro Soares e Gabriel Barra, a administração do GPA agora deve completar o seu foco na sua agenda de recuperação, com a implementação das suas iniciativas na marca Extra, incluindo a redução de estoque e sortimento, menores rupturas de estoque e maior participação de itens perecíveis. Segundo os analistas, a administração também deve focar na revisão de seu programa de descontos, que será essencial para a expansão da margem de lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ao longo de 2024 e 2025. Para o J.P. Morgan, o negócio ajuda a melhorar ainda mais a alavancagem, mas a venda era esperada pelo mercado pois as operações já haviam sido desconsolidadas e contabilizadas como ativos mantidos para venda nos resultados do primeiro trimestre. O Itaú BBA não incorporou a venda do negócio em seu modelo de avaliação, mas afirmou que o valor divulgado, de R$ 200 milhões no total, está "amplamente" alinhado com as expectativas do mercado.

Nissei faz proposta

A Drogaria Nissei, fez proposta para aquisição de 32 lojas da rede Santa Marta, em recuperação judicial, informou o **Pipeline**, site de negócios do **Valor**. A proponente entra como "stalking horse" no leilão, o que lhe dá vantagem de cobrir outra eventual oferta. Pelos pontos comerciais e sem a marca, a rede ofereceu R$ 30,1 milhões. Essa pode ser a terceira aquisição da companhia fundada no Paraná em três anos, para expansão geográfica — e a segunda de uma rede em recuperação judicial. Há dois anos, a Nissei comprou a Merco, distribuidora de medicamentos de alta complexidade, nutrição e vacinas, e em 2023 adquiriu cerca de 50 lojas da Poupafarma, também por meio de leilão.

PetroReconcavo na BA

A PetroReconcavo obteve autorização da diretoria colegiada da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para operação da unidade de tratamento de gás natural (UTG) São Roque. De acordo com a companhia, a unidade, localizada no município de Mata de São João, na Bahia, possui capacidade de processamento de até 400 mil metros cúbicos por dia e irá receber a produção das concessões Mata de São João, Remanso, Jacuípe e Riacho São Pedro, ampliando as alternativas de processamento de gás natural na Bahia. "A construção da UTG, com investimento de R$ 23 milhões, tem como objetivo otimizar os custos de processamento e escoamento de gás natural e é um avanço no plano de confiabilidade operacional da companhia", destacou a PetroReconcavo.

Lucro da Nike sobe

A Nike registrou lucro líquido de US$ 1,5 bilhão no quarto trimestre fiscal de 2024, o que representa alta de 45,6% ante o mesmo período do ano anterior. Na mesma base de comparação, a receita caiu 1,6%, para US$ 12,61 bilhões.

Tecnologia CEO do Future Today Institute fala que o atual ciclo econômico recebe impulso de IA, biotecnologia e sensores

A desinformação vai aumentar, diz Amy Webb

Natália Flach
De São Paulo

O resultado da queda de braço entre reguladores e "big techs" deve ser diferente em cada país. Enquanto na Europa é esperada uma regulação mais rígida a fim de assegurar a confiança nas instituições; nos Estados Unidos, o dinheiro de gigantes como Microsoft, Apple e Google deve falar mais alto. Logo, as regras não devem frear o desenvolvimento das inovações nem mitigar totalmente os riscos envolvidos. O que se prevê é o aumento da desinformação, diz a fundadora e CEO do Future Today Institute, Amy Webb.

Considerada a mais importante futurista do mundo, Webb falou ontem (27) a uma plateia lotada do evento sobre tecnologia da Federação Brasileira dos Bancos, em São Paulo. Ao **Valor**, após sua palestra, Webb disse que o cenário traçado por ela é consequência do superciclo econômico que está sendo impulsionado, pela primeira vez na história, por três tecnologias ao mesmo tempo. São elas: inteligência artificial (IA), sensores e biotecnologia.

Além da disseminação das "fake news", Webb diz que há outra consequência "ainda mais preocupante": novas divisões geopolíticas. Ela dá o exemplo da empresa G42, de biologia sintética em Abu Dhabi. Por anos, essa empresa manteve máquinas de sequenciamento de genes dos Estados Unidos, da China e da Europa, cada uma em uma sala do laboratório. Até que os EUA disseram que não concordavam com isso. A saída foi a G42 escolher um lado. "Acho que vamos começar a ver mais e mais divisões, como essa, o que não é bom no futuro, especialmente quando falamos sobre sistemas de IA que esperamos que um dia pensem por si mesmos", diz.

STEPHEN OLKER
Amy Webb observa que "as indústrias não estão se preparando para a IA"

Webb teme o risco de vieses políticos serem embutidos em sistemas de IA, durante a aprendizagem das máquinas. "No último governo, vocês tinham [Jair] Bolsonaro e agora têm o Lula. São pensamentos totalmente diferentes. Imagine, portanto, que tivesse sido criado um sistema de IA com as ideias de Bolsonaro. Como ficaria o atual presidente nesse cenário?", questiona. "Estou muito preocupada, pois será difícil reprogramar os sistemas."

No campo das tecnologias vestíveis, os sensores, que hoje são limitados, vão incorporar e interpretar informações em tempo real. Também deve haver uma evolução nos softwares, que serão escritos inclusive por IA. "90% dos softwares que vamos usar nos próximos cinco anos ainda não foram escritos e poderão ser escritos por qualquer pessoa", diz a futurista.

Perguntada sobre a eleição presidencial nos EUA, Webb se mostra apreensiva: "Estamos bem no meio de uma tentativa de fabricar mais chips de computador. Além disso, muita IA requer tecnologia avançada de chips e tecnologia de nuvem. Então agora não é o melhor momento para Trump entrar e ter uma abordagem completamente diferente da de [Joe] Biden. Não estou dizendo que Biden teve a abordagem perfeita, mas a abordagem de Trump certamente será pior."

Sobre o Brasil, a especialista diz que o país está na vanguarda ao lado de outras economias desenvolvidas, e uma das provas disso é o aumento do número de pedidos de patentes nos últimos anos. Mas esse fato sozinho não garante liderança. "Vejo que muitos executivos de áreas criativas fazem transformações por medo de ficar de fora, mas as indústrias não estão se preparando para a IA", diz.

Para ela, muitos líderes brasileiros estão presos a velhos hábitos, com uma liderança baseada na rigidez. "Novas abordagens de gestão precisam ser mais flexíveis e aproveitar a incerteza, e não reprimi-la", diz. "Logo, a única coisa que impede o Brasil de ser o país do futuro são vocês, pois a economia está forte, tem pessoas altamente qualificadas e possui um centro de tecnologia próspero. Só falta, na verdade, uma mudança de percepção e no estilo de gestão", afirma.

A futurista também se diz preocupada com o futuro do jornalismo. Executivos à frente de grandes grupos estão olhando apenas para ganhos de curto prazo, ao licenciar conteúdo para "big techs" treinarem suas IAs. "Depois disso, o que sobrará? Afinal, o grande tesouro é esse arquivo de informações que está sendo compartilhado."

O desafio das agências reguladoras

Concorrência

Richard Waters
Financial Times

Do ponto de vista do mercado de ações, as tentativas das agências de defesa da concorrência de restringir o poder das "big techs" são, invariavelmente, casos em que as iniciativas são insuficientes e chegam tarde demais.

Isso voltou a ficar evidente esta semana, quando a Microsoft e a Apple se tornaram alvo de uma Comissão Europeia [braço executivo da União Europeia] armada com poderes regulatórios novos e mais duros. O preço das ações das duas empresas chegou perto de seu recorde, enquanto os investidores davam sua resposta otimista de sempre.

Na avaliação desses investidores, o mundo da tecnologia avança depressa demais para as agências reguladoras que carregam teorias obsoletas sobre a concorrência e trabalham sob o peso de processos burocráticos (embora a nova Lei dos Mercados Digitais da União Europeia tenha o objetivo de mudar isso). Mesmo os processos que resultaram em grandes multas não conseguiram forçar nenhuma mudança nos modelos de negócios das "big techs" que enfraquecesse a sério seu poder.

Essas suposições serão postas à prova por investigações que visam algumas das práticas fundamentais que ajudaram as maiores empresas de tecnologia a consolidarem seu poder.

Um dos casos desta semana em Bruxelas é o de uma antiga acusação de que a Microsoft prejudicou de maneira desleal rivais como o Slack e o Zoom ao incluir o software Teams de graça no seu pacote Office. Isso não parece ser uma questão exatamente premente no mundo tecnológico de hoje. Já se passaram sete anos desde que o Teams foi incluído no Office e quatro desde que o Slack apresentou queixa às agências reguladoras.

A acusação preliminar que Bruxelas apresentou contra a Apple também tem um certo sabor de passado. Ela foi apresentada com base na Lei dos Mercados Digitais, que entrou em vigor em março, mas seu ponto de partida é a mesma decisão controversa sobre a App Store, sob as regras anteriores da UE, que já resultou em uma multa de € 1,8 bilhão contra a fabricante do iPhone.

Tudo isso deixa a sensação de que as agências reguladoras travam uma guerra já passada. O foco da concorrência mudou para novos campos de batalha. Mesmo assim, esses processos afetam práticas empresariais que também moldarão novos mercados, inclusive o da inteligência artificial (IA).

> A forma como a IA se desenvolverá vai depender em grande parte do êxito das agências reguladoras

O uso que a Microsoft faz de pacotes de softwares, por exemplo, é há muito tempo uma de suas armas comerciais mais poderosas, enquanto as restrições da Apple para desenvolvedores na App Store consolidaram o poder de sua plataforma de telefonia móvel.

Outras investigações anunciadas no início do ano com base na nova Lei dos Mercados Digitais visam outras práticas, como a capacidade do Google de direcionar os usuários de seu mecanismo de buscas para seus outros serviços (algo que está no radar de Bruxelas desde que abriu sua primeira investigação sobre comparação de preços na internet, 14 anos atrás). Ela também investiga a exigência tipo "pegar ou largar" da Meta, pela qual os usuários precisam concordar com todas as práticas sobre uso de dados da empresa se não quiserem aderir à nova opção de pagar por seus serviços na UE.

Esta tentativa mais militante da Comissão Europeia encontrou eco nos EUA. Um juiz deve dar em breve sua sentença sobre a acusação do Departamento de Justiça de que o Google monopoliza de forma desleal o controle da distribuição de seu mecanismo de buscas.

As agências reguladoras ainda têm um longo caminho a percorrer para ter êxito nesses processos. Mas é provável que o sucesso de ações desse tipo tenha papel fundamental para determinar o quanto a ascensão da IA será turbulenta para as "big techs". Da forma como as coisas estão, o controle das gigantes sobre redes que envolvem bilhões de pessoas e os conjuntos valiosos de dados pessoais que coletam são uma barreira desalentadora a empresas iniciantes. Isso permitiu que Apple e Meta tratem a IA como apenas mais um insumo a ser usado em seus serviços.

Hoje, as startups de IA não têm muita escolha a não ser seguir as regras das grandes empresas. A OpenAI, por exemplo, tem a Microsoft como grande investidora e parceira e também negociou para oferecer o ChatGPT aos usuários da Apple. Mas a empresa também tem ideias mais revolucionárias: uma loja de aplicativos própria, que criaria uma plataforma inteiramente nova para desenvolvedores que querem aproveitar o poder dos grandes modelos de linguagem, por exemplo, e uma expansão do ChatGPT para empresas, o que a poria em concorrência direta com a Microsoft.

A onda da IA apenas começou. A forma como se desenvolverá vai depender em grande parte do êxito das agências reguladoras em desmontar algumas das práticas que sustentam as gigantes de hoje. *(Tradução de Lilian Carmona)*

Curta

O caso IBM no Cade

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) cancelou a sessão extraordinária prevista para ontem (27) para julgar a operação internacional envolvendo a compra de uma parte da empresa alemã Software AG (SAG) pela IBM, estimada em R$ 11 bilhões. O cancelamento ocorreu devido à indicação do relator, conselheiro Gustavo Augusto, de que, após alterações feitas pelas empresas no acordo, não haveria problema concorrencial. Com isso, abre-se o prazo de 15 dias para outros conselheiros ou terceiros questionarem o negócio. Se isso não acontecer, fica definitivamente aprovado. O negócio já teve o aval de outros países, falta apenas o Brasil. A sessão havia sido marcada porque, inicialmente, o relator do caso, conselheiro Gustavo Augusto, havia questionado alguns pontos do acordo. Como as empresas fizeram alterações, o conselheiro retirou o destaque. A área técnica do Conselho (Superintendência Geral) havia dado aval à operação. *(Beatriz Olivon, de Brasília)*

Embargo dos EUA barra celular da Huawei no Brasil

Telecomunicações

Rafael Bitencourt
Shenzhen (China)

Quatro anos já se passaram desde a imposição de embargo do governo americano contra as gigantes chinesas de tecnologia e parte dos seus efeitos ainda é sentida fora dos Estados Unidos. No Brasil, as consequências das sanções americanas selaram a decisão da Huawei de não retornar tão cedo com as vendas de seus celulares no país, diz Deve Huang, diretor de comunicação para América Lantina da companhia.

O executivo da Huawei explicou que a barreira aos fabricantes chineses trouxe duas implicações severas. A primeira recaiu sobre a proibição de uso de chips de alta tecnologia produzidos por companhias americanas nos aparelhos chineses. Isso, segundo ele, demandou um rearranjo com parceiros asiáticos para suprir a alta demanda por componentes eletrônicos de ponta.

Outro efeito, mais difícil de contornar em relação ao mercado brasileiro, envolve a proibição de uso das plataformas digitais mantidas pelas empresas de tecnologia americanas que contam com o uso bastante difundido fora da China. Executivos da Huawei defendem que seus celulares já desbancam em muitos aspectos produtos mais caros como a qualidade de câmera do modelo iPhone, da Apple, e da linha de aparelhos com tela dobrável da Samsung.

No centro de inovação da Huawei, na cidade de Shenzhen, Huang lembra que os aparelhos da empresa não puderam mais ser vendidos com o sistema operacional Android, do Google. Se fosse, agora, comprar um celular da empresa chinesa, o consumidor não poderia usar os serviços de e-mail e de geolocalização do Google.

"Então, quando você tem o dispositivo pronto, você precisa do software para rodar nele", diz Huang, que reconhece haver alta demanda por serviços como Gmail e Google Maps. O sistema Android está presente nos aparelhos de praticamente todos os correntes, com exceção da Apple que tem o sistema iOS. Concorrentes diretos em outros mercados, como Samsung e LG, vendem celulares e tablets com o sistema do Google.

A Huawei tentou nos últimos dez anos emplacar seus smartphones no mercado brasileiro. A disputa era acirrada, com fabricantes que ofereciam aparelhos a preços mais populares. E complexo e caro sistema tributário brasileiro não ajudava. Em 2019 veio o embargo proposto pelo então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

De acordo com a divisão de negócios da Huawei para a América Latina, a série mais recente de aparelhos, Pura 70, está disponível para venda em cinco países da região. São eles: México, Colômbia, Costa Rica, Peru e Chile.

Huang explicou que o amadurecimento de um novo ecossistema digital leva tempo. Em resposta imediata ao cenário imposto pelos EUA, a Huawei lançou naquela ocasião o sistema operacional HarmonyOS, que já vinha sendo internamente desenvolvido. O executivo afirmou que a plataforma já conta com cerca de 150 mil aplicativos.

Outra consequência do embargo americano envolve a proibição de venda de equipamentos de redes. A empresa ocupa uma posição de destaque na fabricação de equipamentos da quinta geração de celular (5G). Neste caso, a disputa de mercado se dá com a finlandesa Nokia e a sueca Ericsson.

Mesmo com restrições vindas do Ocidente, os smartphones da Huawei, por outro lado, têm o uso disseminado em toda China e países vizinhos. Em Shenzhen, a empresa tem uma loja conceito onde apresenta as principais novidades do mundo da conectividade. Além de exibir carros de montadoras chinesas com sua tecnologia embarcada, a Huawei expõe na loja a linha de smartphones com câmeras potentes e aparelhos com a tela dobrável.

A cidade de Shenzhen é considerada o maior centro de inovação tecnológica da Ásia. Esta semana Huang acompanhou a visita de representantes da imprensa latino-americana ao centro de exibição de novos equipamentos de redes de telecomunicações ambientados em cenário que sugere maior integração das tecnologias com a natureza.

O estande de exibição fechado para convidados traz dispositivos de interação dos usuários com imagens em 3D e ambiente virtual que foram desenvolvidos pela gigante chinesa.

Na cidade onde está sediada, executivos da Huawei fazem questão de demonstrar como a inovação já está sendo aplicada. O aeroporto internacional Shenzhen Baoan, por exemplo, conta com um sistema de inteligência artificial da empresa para os passageiros realizarem o check-in inteligente.

O repórter viajou a convite da Huawei

valor.com.br
Confira a reportagem em vídeo no site
www.valor.com.br/videos

Shenzhen, 'hub' de inovação

Shenzhen (China)

Não à toa, Shenzhen é próxima da antiga província britânica de Hong Kong, que voltou a responder a Pequim, mas que ainda sofre grande influência econômica e cultural dos ingleses. A cidade, situada ao sul do país, ganhou fama por ter perdido em um curto período o status de uma vila de pescadores para ser considerada o maior "hub" de inovação da Ásia, e rivalizar com o Vale do Silício, na Califórnia (EUA). Sua população saltou de cerca de 300 mil habitantes para 17 milhões em quatro décadas.

Atualmente, é difícil encontrar nas ruas filhos ou netos dos pescadores ou pessoas que viveram de perto a transformação da cidade. O relato de quem trabalha no centro da cidade é de que essas pessoas tiveram grandes chances de ter uma vida melhor. Dados demográficos indicam que a província de Guangdong, onde está a cidade mais tecnológica da China, foi inundada com a chegada de migrantes em busca de prosperidade.

Ao lado de Xangai, o grande centro financeiro da China, Shenzhen simboliza as transformações pelas quais o país passou nas últimas décadas com o processo de abertura econômica. As duas cidades se desenvolveram a partir do conceito de zona econômica especial, com empurrão do governo chinês com incentivos e metas de crescimento nas respectivas áreas da economia onde atuam.

Imersos na ostentação de tanta tecnologia, visitantes se deparam com serviços totalmente automatizados. Entre eles está o serviço interno de entrega nos quartos oferecido em hotéis. Com ele, o entregador não precisa subir nos andares do prédio para concluir o serviço de "delivery".

Outro exemplo é o pagamento com o uso de reconhecimento facial. Neste caso, não é necessário usar outros meios como dinheiro em espécie ou cartão de crédito físico, que praticamente já foram abolidos pelos chineses ao adotarem serviços de carteira digital no celular. *(RB)*

SUV Carro da Renault tem segunda reestilização para encarar mais alguns anos no mercado brasileiro

Duster 2024 muda para ter sobrevida no país

Raphael Panaro
Autoesporte

DIVULGAÇÃO

A segunda reestilização do SUV faz menção à nova geração, vendida na Europa pela romena Dacia, na dianteira e na traseira com faróis e lanternas de LED com novos grafismos em todas as versões

O Renault Duster não terá uma nova geração tão cedo. A afirmação do presidente da marca francesa no Brasil, Ricardo Gondo, me faz voltar em 2020. Foi neste ano que o SUV compacto passou por sua primeira grande reformulação desde seu lançamento, em 2011. À época escrevi que o modelo trazia um "refinamento que nunca teve", especialmente na cabine.

Quatro anos depois a Renault volta a promover mudanças no design e interior do Duster, que deve seguir nesta mesma (e primeira) geração por mais tempo. Mas a finesse continua em dia.

A segunda reestilização do SUV faz menção à nova geração, vendida na Europa pela romena Dacia, na dianteira e na traseira. Os faróis e lanternas de LED com novos grafismos — que parece um "Y" deitado — para todas as versões são bem parecidos com o do modelo gringo. Há ainda um novo friso cromado na parte inferior da grade frontal, bem como uma plaqueta laranja com o nome da versão — mas só na topo de linha Iconic Plus.

O sobrenome "Plus" nas versões, inclusive, para se diferenciar do anterior é outra alteração, além da estética. O que também não continua é o preço. Há quatro anos, a opção mais cara do Duster, chamada então somente de Iconic e com motor 1.6 aspirado, custava "apenas" R$ 87.490.

Atualmente a configuração mais cara Iconic Plus — testada por Autoesporte — com o 1.3 turbo de 170 cv e 27,5 kgfm de torque, chega a quase R$ 160 mil — ou R$ 157.990 para ser mais preciso. Se você optar pelo pacote Outsider, que adiciona os estranhos faróis auxiliares na dianteira, adicione mais R$ 1.800 na conta.

Em termos de comparação, seus rivais diretos são Hyundai Creta Platinum Safety (R$ 160.990), Chevrolet Tacker Premier (R$ 173.390) e Jeep Renegade Longitude (R$ 162.990). O novo Duster ainda é vendido nas opções Intense com câmbio manual (R$ 125.890), Intense Plus CVT (R$ 134.790) e Iconic Plus CVT (R$ 143.890) — todas com o motor 1.6 flex aspirado de 120 cv e 16,2 kgfm. Esta última também é oferecida com motorização turbinada. Se você estiver apenas buscando preço, o Caoa Chery Tiggo 5x Sport é imbatível no custo benefício.

O Duster segue como boa opção para quem quer um SUV compacto, porém mais espaçoso e robusto (e acha o inédito Kardian frágil e pequeno demais). Se você puder gastar R$ 157.990 pela única versão com motor 1.3 turbo, você não irá se arrepender. Ao menos não vai faltar força e agilidade ao SUV compacto. Acelerações e retomadas são bem vigorosas (ainda mais com a totalidade dos 27,5 kgfm de torque disponíveis antes das 2.000 mil rpm). Bom para fazer ultrapassagens sem precisar de dezenas de metros de estrada — ao contrário das versões com o motor 1.6 aspirado.

Apesar disso, o Duster não é feito para andar rápido. Em alguns momentos, como estradas mais sinuosas, dá a impressão que "falta" carro para tanto motor. Ao fazer curvas mais rápidas o SUV mostra logo seu limite e "canta pneu" com certa facilidade.

No dia a dia essa percepção é bem menor e o Duster mostra toda sua robustez e ligeireza — afinal são 9,2 segundos de 0 a 100 km/h, segundo a marca francesa. O consumo de combustível que desagrada: com gasolina faz 8,4 km/l na cidade e 11,5 km/l na estrada. Já com etanol os números caem para 7,7 km/l (cidade) e 8,4 km/l (rodovia). Bebe um pouco...

É no uso diário que o SUV mostra sua robustez. A suspensão tem ajuste para aguentar as buraqueiras do dia a dia e pode fazer os ocupantes sacolejarem um pouco — se mostra bem "parrudo" neste aspecto, não dá fim de curso de amortecedor e não parece que vai se desmontar como outros SUVs compactos ao passar por irregularidades do asfalto.

A posição de dirigir não é das melhores, porém a Renault avançou nesse tema em relação ao primeiro Duster lá atrás. Dá para se ajeitar, ter uma boa visão e alcançar os comandos vitais, mas você ainda continua alto e sentindo falta de mais superfície para as coxas. E, apesar dos quase R$ 160 mil, o Duster fica devendo em alguns quesitos. O painel de instrumentos, por exemplo, tem uma telinha digital simplória e ladeada por dois mostradores (velocímetro e conta-giros) analógicos.

DIVULGAÇÃO

> A central multimídia é moderninha, mas está longe de ser referência no segmento. Tem 8 polegadas e interface básica

Sem falar no famigerado comando satélite na coluna de direção para executar comandos da central multimídia. Esta, inclusive, é moderninha, mas está longe de ser referência no segmento. Tem 8 polegadas e interface básica, sem muitas firulas ou grafismos complexos, e espelha smartphones de forma wireless. Ponto positivo são as entrada USBs do tipo A e C, e carregador de celular por indução.

E o acabamento? Continua de bom gosto. Nesta versão mais cara o couro dos bancos e o belo tecido das portas trazem costuras laranjas que dão um toque mais elegante ao interior. O espaço traseiro é generoso com os 2,67 metros de entre-eixos e o túnel central bem baixo. Dá para viajar com três pessoas sem muitos apertos. Só terão que brigar pelas duas entradas USB-C.

Outra novidade é que todas as versões passam a ter seis airbags (frontais, laterais e cortina). Até a linha 2023, o SUV era oferecido com apenas as duas bolsas de ar, obrigatórias por lei. Ainda há sensor de estacionamento traseiro e sistema de câmera que mostra vários ângulos do carro (o que facilita manobrar e também não ralar a roda no meio-fio).

Talvez o Kardian dificulte as versões de entrada do Duster, já que estão na mesma faixa de preço e o novo carro da Renault chega moderno, turbinado em todas as versões e com ótimos predicados de dirigibilidade e equipamentos. Resta ao veterano SUV se reinventar (como já fez duas vezes) e apostar ainda mais na sua robustez e espaço para levar a família e muitas bagagens. Ah, e o acabamento? Que continue a melhorar.

Fiat Grande Panda revela interior semelhante ao C3

Fernando Pedroso
Autoesporte

As primeiras imagens do interior do Fiat Grande Panda vazaram na internet e foram publicadas pelo perfil @au_tospotter no Instagram. A Fiat fazia mistério quanto à parte de dentro do futuro novo Uno nacional, mas agora podemos ver que há mais semelhanças com o nosso Citroën C3 do que se esperava.

A forração das portas segue o mesmo padrão, com plásticos duros e a mesma posição dos botões de vidro e maçanetas. O painel traz as saídas de ar na vertical nas extremidades, mas ao invés da forma ovalada do Citroën, a Fiat adotou peças blocadas.

O painel é digital e se integra à central multimídia com as saídas centrais de ar posicionadas logo abaixo dela. O console central tem o seletor de marcha em forma de joystick, adotado pelo e-C3 vendido na Europa.

Essa semelhança acontece porque os dois carros são feitos sobre a plataforma STLA-Smart, que é a CMP rebatizada. Um Fiat baseado no Grande Panda será nacional em 2026 e poderá reviver o nome Uno ou manter Argo, já que será o sucessor do compacto atual. Com a chegada do novo modelo, o Fiat Mobi também deve sair de linha.

A fabricação deste modelo derivado do Grande Panda, cujo projeto é conhecido como F1H, deve ser na fábrica de Betim (MG) com a estrutura que é compartilhada com o C3. Entretanto, com novas estamparias de chapa, novos formatos e vincos das portas laterais e das caixas de roda.

> **11**
> **de julho deve ser o lançamento oficial**

Ao observar as imagens de patente do Fiat F1H, é possível ver como a inclinação da coluna A do F1H, bem como a transição desta para o teto, são exatamente as mesmas do C3 —assim como a coluna B. Isso indica que ambos os modelos vão compartilhar a mesma estrutura monobloco.

Por outro lado, os balanços dianteiro e traseiro do F1H serão mais sobressalentes que os do C3, aumentando o comprimento de menos de 4 metros (pensado para o mercado da Índia) para cerca de 4,10 m — porte semelhante ao de Chevrolet Onix e Volkswagen Polo, por exemplo.

O entre-eixos deve ser o mesmo do Citroën, 2,54 m, assim como a largura próxima a 1,75 m. Porém, assim como o próprio C3, o modelo não será posicionado como um SUV, mas sim como um hatch de vão livre do solo mais generoso.

O perfil também publicou um flagra do Fiat Grande Panda feito nas ruas. Por enquanto, as únicas imagens feitas do carro foram as divulgadas pela marca e um vídeo feito dentro da fábrica.

Segundo a publicação, o flagra foi feito durante um ensaio fotográfico na cidade de Torino, na Itália. Nas imagens o Grande Panda aparece com a carroceria pintado em um tom de laranja. O lançamento oficial do compacto está marcado para o dia 11 de julho.

Extrativismo Símbolo do PR, árvore que correu risco de extinção torna-se foco de ações de preservação

Novo ciclo da araucária pode levar pinhão à China

Carolina Mainardes
Para o Valor, de Ponta Grossa (PR)

Uma das iguarias típicas das festas juninas no Brasil, o pinhão poderá também estar nas mesas dos chineses em alguns anos. O fruto da araucária viveu um momento de baixa depois que a árvore, símbolo do Paraná, entrou em risco de extinção. Mas, recentemente, a araucária entrou no foco de ações de preservação no Estado que envolvem pesquisadores, iniciativas público-privadas e produtores, com respaldo da lei estadual que prevê o estímulo para plantio e exploração comercial.

"O pinhão era um produto de beira de estrada, não tinha muito valor. Hoje, vivemos um momento de inovação da araucária e, com isso, o pinhão passa a ganhar valor comercial e industrial", diz Ivar Wendling, pesquisador da Embrapa Florestas, sediada em Colombo (PR) e professor visitante da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Na sede da Embrapa Florestas, há pesquisas de melhoramento genético e enxertia de araucária, além de desenvolvimento de novas cultivares e produtos que têm o pinhão como base. O movimento chamou a atenção de empresários paranaenses, entre eles grandes compradores de pinhão da Ceasa Paraná. "Recebemos três delegações de empresários interessados em exportar pinhão para a China, que já têm confirmado o interesse dos chineses pelo produto", revela.

No momento, porém, a exportação ainda é inviável. "Não há garantia de produção", diz o pesquisador. Atualmente, a semente coletada por extrativistas é comercializada. Para entrar em um ciclo de industrialização e exportação, é necessária uma oferta garantida e com estabilidade.

O Paraná produziu 3,9 mil toneladas de pinhão em 2023, um pouco abaixo das 4,1 mil toneladas colhidas no ano anterior. Há expectativa de aumento em 2024. No centro-sul do Paraná, que concentra 50% da produção no Estado, a estimativa é colher 2,2 mil toneladas neste ano. Em 2023, a região colheu 1,7 mil toneladas, segundo escritório do Departamento de Economia Rural (Deral) em Guarapuava.

A clonagem é desenvolvida pela Embrapa e pelo pesquisador Flávio Zanette, professor emérito do setor de Ciências Agrárias da UFPR. Ele desenvolveu a enxertia da araucária não só para salvar a espécie da extinção, mas para torná-la uma planta de alto interesse econômico. "O pinheiro deixa de ser um problema no quintal ou na lavoura, já que é protegido por lei, e passa a ser uma oportunidade de renda."

EMANOELLE WISNIEVSKI
Viveiro de araucárias na Fazenda Capão Alto, na cidade de Castro (PR)

Com a enxertia, os projetos 'Pinheiros do Século 21' e 'Resgate da Árvore Símbolo do Paraná' — iniciativas privadas com apoio do governo estadual —, estão implantando viveiros no Estado. A meta é produzir até 100 mil mudas de araucária clonadas ao ano para replantar 10 milhões de unidades.

A enxertia acelera a produção do pinhão ao reduzir o tempo de geração de frutos e diminuir o tamanho das plantas, o que facilita o manejo. Enquanto um pinheiro comum começa a produzir pinhões aos 20 anos e gera de 25 a 30 pinhas de três quilos por ano, os pinheiros clonados começam a produzir aos oito anos e são superprodutivos aos 13. Na maturidade, produzem 300 pinhas ou mais com mais de três quilos e seguem produtivos por até 200 anos. Algumas produzem 500 pinhas por ano e outras produzem pinhas que chegam a seis quilos.

O foco para a geração de renda é a comercialização do pinhão ou a implantação de viveiros para a venda de mudas. Atualmente, o pinhão é vendido por R$ 6 o quilo. Os pesquisadores acreditam que um hectare de araucária pode produzir 4 mil a 8 mil quilos de pinhão por ano.

Um dos viveiros implantados com a enxertia está na Fazenda Capão Alto, em Castro (PR). Com 5 mil mudas de araucária plantadas há quase três anos, a expectativa é de que aos oito elas comecem a produzir pinhão.

Para Ivar Wendling, o interesse dos produtores irá crescer assim que avaliarem a ampliação do mercado. "O produtor pode aumentar seus lucros sem abrir um hectare novo na fazenda", diz.

Segundo o pesquisador, entre as áreas possíveis para o cultivo estão pomares, áreas de reserva legal e de preservação permanente, além das próximas à beira da estrada, respeitando as faixas de domínio, e de divisa das propriedades.

Um outro avanço para o segmento veio em abril. Estudos realizados pela Embrapa Florestas e parceiros resultaram no primeiro protocolo de qualidade e rastreabilidade do pinhão. A solução abre caminho para a criação do selo de Indicação Geográfica (IG) da espécie no Brasil, ampliando o potencial de ascensão no mercado internacional. Segundo o órgão, duas cooperativas do Paraná já estão preparadas para adotar os critérios recomendados na safra de 2025.

Para cortar custos, AGCO deve demitir até 1,7 mil empregados

Máquinas

Isadora Camargo
De São Paulo

Para enxugar custos operacionais, a AGCO, uma das maiores empresas de máquinas agrícolas do mundo, anunciou nesta semana um "programa de reestruturação" global que prevê demissões neste ano. De acordo com comunicado divulgado a investidores em 24 de junho, a decisão foi tomada devido à fraca demanda que pesou sobre o segmento de máquinas agrícolas.

As demissões devem começar ainda neste ano e podem chegar a 1,7 mil funcionários, o equivalente a 6% do quadro da empresa em 31 de dezembro do ano passado, de 28 mil profissionais.

Para efetivar as demissões, a companhia estima que arcará nesta primeira fase da reestruturação com custos de US$ 150 milhões a US$ 200 milhões relacionados a benefícios aos empregados e outros custos. A empresa espera que a maior parte desses encargos ocorra em 2024 e no primeiro semestre de 2025. Quando essa reestruturação for concluída, a AGCO espera economizar US$ 100 milhões a US$ 125 milhões ao ano.

A companhia teve uma queda de 27,7% em seu lucro no primeiro trimestre de 2024 (para US$ 168 milhões), refletindo uma queda de 12,1% nas vendas (US$ 2,9 bilhões), sobretudo nas Américas.

Apesar do aperto, a AGCO concluiu em abril a compra de 85% da divisão agro da Trimble por US$ 2 bilhões, bancada principalmente com empréstimos. Mesmo com essa incorporação, a companhia espera uma queda em seu faturamento neste ano, para US$ 13,5 bilhões. A AGCO controla as marcas Valtra, Fendt e Massey Ferguson.

6%
do quadro de funcionários deve ser demitido

A AGCO não descartou revisar cortes para tentar melhorar a eficiência operacional, "que podem resultar em encargos de reestruturação adicionais relacionados com fases futuras do programa", informou. Contudo, a companhia não divulgou o valor que espera economizar com as próximas etapas da reestruturação.

A empresa afirmou no comunicado aos investidores que o plano de cortes está sujeito ao cumprimento de requisitos legais, que variam de acordo com a jurisdição dos países onde atua.

"Os encargos aos quais a empresa espera estar sujeita dependem de uma série de premissas, incluindo requisitos legais em diversas jurisdições, e as despesas reais podem diferir materialmente das estimativas divulgadas acima. A companhia também poderá incorrer em outros encargos ou despesas de caixa não contemplados atualmente devido a eventos que possam ocorrer como resultado ou associados à fase inicial do programa, bem como para potenciais fases futuras", detalhou a empresa.

valor.com.br

Política

Congresso prorroga MP da importação de arroz pela Conab

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prorrogou por 60 dias a vigência de quatro medidas provisórias, incluindo a MP 1.217, que permite a importação de arroz beneficiado ou em casca pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O leilão realizado anteriormente foi cancelado após suspeita de fraude e levou à demissão do então secretário Neri Geller.

valor.com.br/agro

Crédito Agricultura empresarial terá R$ 400,6 bilhões e a familiar, R$ 75 bilhões no ciclo 2024/25

Plano Safra terá R$ 475,5 bi para financiar a produção

Rafael Walendorff
De Brasília

O Plano Safra 2024/25 terá R$ 475,56 bilhões em recursos para os financiamentos de pequenos, médios e grandes produtores, afirmou o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, em entrevista ao **Valor**. O montante é recorde — 9,7% maior que os R$ 435,8 bilhões disponibilizados na temporada que termina neste domingo.

O número final poderá atender uma área plantada de grãos maior que a da safra atual, na esteira da queda dos custos de produção, devido à acomodação de preços dos insumos, avaliou Fávaro.

O resultado faz parte de um esforço das áreas econômica e política do governo tanto para encontrar soluções inovadoras para o plano, como a linha dolarizada para custeio com juros pré-fixados, quanto para ampliar o orçamento da equalização de juros ante a mudança da curva da Selic e uma possível restrição de crédito em fontes controladas.

O ministro argumentou que o montante de recursos do Plano Safra em vigor é 28% superior ao de 2022/23, incremento realizado para equilibrar a oferta de crédito com a demanda e que superou em 5% os pedidos feitos pelo setor produtivo na época. Agora, disse ele, os custos arrefeceram e os valores que serão disponibilizados vão atender bem o campo.

"Se aumentamos em 10% no volume de dinheiro e o custo cai 10%, temos um plano que atende 20% mais hectares que agora, é mais área financiada. Tudo isso somado ao aumento de 28% do ano passado", afirmou. "É quase o dobro de recursos da safra 2021/22 [de R$ 251,22 bilhões], quando o custo estava 20% mais caro. Será um Plano Safra, no mínimo, 20% maior que o atual", disse.

O embasamento técnico da Pasta sobre o atendimento da demanda atual leva em conta a queda no custo de produção apurada pela Conab, de 9,5% para o milho e de 9,1% para a soja para o próximo ciclo em relação a 2023/24. A estatal aponta que, na média nacional, os agricultores gastarão R$ 39,80 para produzir uma saca de milho e R$ 75,80 para uma saca de soja.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) solicitaram R$ 570 bilhões e R$ 557 bilhões, respectivamente, valores muito acima da atual temporada. No setor bancário, a avaliação é que o montante anunciado por Fávaro contemplará a demanda por crédito oficial.

Médios e grandes produtores terão R$ 400,58 bilhões, alta de 10% em relação aos R$ 364,22 bilhões da safra atual. Serão R$ 293,88 bilhões para custeio e comercialização, alta de 7% na comparação com os R$ 272,1 bilhões deste ciclo. Outros R$ 106,7 bilhões irão para investimentos — 15% acima dos R$ 92,1 bilhões deste ciclo.

As taxas de juros para a agricultura empresarial deverão permanecer estáveis, entre 7% e 12%. O ministro não confirmou as alíquotas, mas ressaltou que os produtores poderão ter desconto de até 1 ponto percentual por boas práticas socioambientais.

A Pasta decidiu focar no aumento de recursos para o custeio, para estimular a expansão do plantio, e para o Pronamp (médios produtores). Os recursos para o Moderfrota serão mantidos. A avaliação é que a demanda extra tem sido atendida pela linha em dólar do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

"É recorde. É a demonstração clara de que o presidente Lula está preocupado em fazer crescer a agropecuária brasileira, que é fonte da economia brasileira", disse.

Já o Plano Safra da Agricultura Familiar, administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, terá R$ 74,98 bilhões, alta de 4,7% ante os R$ 71,6 bilhões deste ciclo.

Haverá aumento de 23% do orçamento para a equalização de juros na safra 2024/25. O custo total do Tesouro Nacional para a subvenção de taxas será de R$ 16,7 bilhões em alguns anos ante R$ 13,6 bilhões deste ciclo. Para médios e grandes produtores, serão R$ 6,3 bilhões. Agricultores familiares terão R$ 10,4 bilhões. É a maior verba, pelo menos, desde 2014/15.

Segundo o ministro, o reforço orçamentário faz parte de um esforço da União para compensar movimentos de mercado e de possível restrição de crédito. Um dos exemplos monitorados pelo governo é a manutenção da taxa Selic em 10,75% ao ano, o que tira a atratividade de aplicações na poupança rural e depósitos à vista, duas das principais fontes de recursos para os financiamentos rurais.

Dados avaliados pela Pasta mostram que diminuiu em R$ 60 bilhões a disponibilidade de recursos nessas fontes com a saída de investidores para aplicações mais rentáveis. "Foi determinação do presidente Lula esse incremento de mais de 23% de recursos do Tesouro para o Plano Safra continuar a ser grande, batendo recorde e apostando na nossa agropecuária", disse. O montante de financiamentos equalizados deverá ser um pouco maior que os R$ 108 bilhões desta temporada.

O ministro ressaltou que a oferta geral de crédito no Plano Safra 2024/25 será de R$ 582 bilhões ao considerar os R$ 106,5 bilhões de recursos das Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) que deverão ser aplicados em emissões de Cédulas de Produto Rural (CPR).

Além disso, o Plano Safra contará com participação mais robusta do BNDES. O banco vai ofertar R$ 11 bilhões em uma linha em dólar com taxas pré-fixadas, como já antecipou o **Valor**. As alíquotas finais vão variar entre 8,5% e 9,5%.

O BNDES também terá outros R$ 11 bilhões para investimentos dolarizados e R$ 5 bilhões em recursos livres. E seguirá como principal repassador dos valores controlados dos programas de investimentos tradicionais do Plano.

9,7%
foi o aumento nos recursos do novo Plano Safra

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL
Fávaro: "Foi determinação do presidente Lula que o BNDES entrasse com o pé no acelerador neste novo Plano Safra"

Alta de dólar dificulta redução de custos

Nayara Figueiredo e Camila Souza Ramos
De São Paulo

A queda de 10% nos custos de produção estimada pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, para a safra 2024/25 dificilmente acontecerá, segundo analistas. O recente avanço do dólar sobre o real deve onerar as despesas com insumos que serão importados para a próxima temporada.

Na entrevista de ontem, Fávaro falou em queda estimada de 10% nos custos de produção do em função da acomodação dos preços dos insumos agrícolas.

"Acho difícil ocorrer essa queda do custo de produção em face da atual alta do dólar", disse Fabio Silveira, sócio-diretor da MacroSector Consultores. Atualmente, o valor da moeda norte-americana é cerca de 13% superior ao de junho de 2023.

Pedro Fernandes, diretor de agronegócio do Itaú BBA, destacou que o aumento no orçamento para equalização de juros no Plano Safra 2024/25 foi uma "notícia positiva".

Apesar disso, ele ressaltou que "tem que entender o quanto vai cair a subvenção ao seguro [rural]. Se houver uma troca de equalização por subvenção de seguro, pode representar um [movimento na] contramão de uma tendência de longo prazo que havia de dedicar cada vez mais recursos para seguro e menos para equalização de taxa".

O patamar de juros do novo Plano Safra surpreendeu. "Eu imaginava que teria uma redução um pouco maior das taxas de juros", afirmou Felippe Serigati, pesquisador da FGV Agro. Segundo ele, a equipe econômica teve que escolher entre uma oferta de recursos menor e mais barata ou o aumento no volume de recursos, e ficou com a segunda opção.

'Adiar lei antidesmatamento por um ano seria a lógica'

Comércio

Patrick Cruz
De São Paulo

Se nada mudar nos próximos meses, a nova lei antidesmatamento da União Europeia entrará em vigor no dia 30 de dezembro deste ano — ainda que se avolumem dúvidas, entre exportadores e também importadores, sobre a aplicação das regras, o que tem feito crescer a pressão pelo adiamento do início da vigência dessas diretrizes. Na Comissão Europeia, o braço executivo da UE, um defensor do adiamento é justamente o homem que encabeça o setor mais diretamente afetado pelas mudanças.

"Minha posição não é segredo. Eu acho que temos que dar mais prazo aos produtores para eles se prepararem para essa regulamentação", disse Janusz Wojciechowski, comissário (cargo que equivale ao de ministro) de Agricultura da Comissão Europeia. Em conversa com o **Valor**, Wojciechowski fez a ressalva de que ele não é o comissário responsável diretamente pelas questões florestais do grupo executivo da União Europeia, mas as queixas dos produtores recaem diretamente sobre seus ouvidos.

Em linhas gerais, a nova lei vai proibir a entrada na UE de um grupo de sete commodities — entre elas soja e carne, os dois principais itens de exportação do agronegócio brasileiro — produzidas em áreas desmatadas depois de 31 de dezembro de 2020. Os produtores brasileiros têm feito uma série de críticas ao texto desde que ele ainda estava em debate no Parlamento Europeu. Uma delas é o fato de que a proibição valerá mesmo para casos em que o desmatamento tenha ocorrido dentro da lei. O Código Florestal brasileiro prevê esse tipo de desmate.

São frequentes também os comentários de que a decisão da UE de endurecer as restrições é uma artimanha protecionista disfarçada de preocupação ambiental. Wojciechowski diz estar ciente dessas críticas, que são consequência direta, afirma ele, das falhas de comunicação entre todos os grupos afetados pela nova lei.

"Na Europa, muitos produtores têm uma visão simplista sobre a agricultura brasileira, que seria [segundo essa visão] responsável pelo desmatamento, pela destruição da Amazônia, mas eu sei que isso não é verdade. Pouco se fala sobre a obrigação que os produtores brasileiros têm de preservar pelo menos 20% da mata nativa em suas propriedades", afirma Wojciechowski. "Por outro lado", continua ele, "os europeus não podem, por exemplo, usar pesticidas que são permitidos no Brasil. Em fevereiro, tivemos protestos de produtores na Europa. São pessoas que dizem que precisam cumprir regras muito restritivas, que outros países não cumprem".

As argumentações de ambos os lados "não se sustentam nos fatos", avalia o comissário. "O esforço dos brasileiros é muito maior do que o que se acredita na Europa, mas a proteção aos produtores europeus não tem a escala que se comenta no Brasil. Mais uma vez, é preciso melhorar a comunicação, o diálogo, porque todos temos o mesmo objetivo, que é aumentar a sustentabilidade da produção agrícola".

LECO VIANA/THENEWS2/AGÊNCIA O GLOBO
Wojciechowski, da Comissão Europeia: 'É preciso melhorar a comunicação'

Wojciechowski falou ao **Valor** na quinta-feira (27/6), no primeiro dia do Global Agribusiness Forum, evento organizado pela consultoria Datagro. Ainda que defenda o adiamento do início da vigência da lei, ele foi protocolar em sua resposta sobre a possibilidade de extensão do prazo, dizendo que o tema ainda é "objeto de discussão dentro da Comissão Europeia". Sobre o tempo de dilatação do prazo em uma eventual mudança, ele disse que o adiamento "por um ano seria a decisão lógica".

Janusz Wojciechowski cresceu em uma propriedade rural no vilarejo de Roznow, na Polônia, a cerca de 80 quilômetros de Varsóvia. Hoje, é seu irmão quem administra a fazenda, de 17 hectares, que tem produção de trigo, cevada, batata, colza, suínos e vacas leiteiras.

Essa é sua primeira viagem ao Brasil. No primeiro dia da visita, ele conheceu a colônia de produtores rurais de Campo Magro, na região metropolitana de Curitiba. "Para entender os produtores, não basta apenas conhecer as leis, as estatísticas econômicas", disse. "É preciso frequentar a academia da vida".

ESPECIAL PUBLICITÁRIO PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Imóveis de Valor

MITRE REALTY / DIVULGAÇÃO

Apelo gastronômico ganha força nos empreendimentos imobiliários de alto padrão na capital paulista: térreo do Haus Mitre Edition NY, no Brooklin, receberá restaurante de chef francês e empório: impulso nas vendas

Restaurantes famosos e chefs renomados são aliados das incorporadoras para agregar valor aos empreendimentos e impulsionar a venda de apartamentos

Gastronomia é novo apelo no alto padrão

Imagine chegar em casa após um dia pesado de trabalho, ligar para o concierge do prédio e pedir um prato assinado por um chef famoso, que será entregue em minutos? Ou reunir amigos para um almoço exclusivo no restaurante famoso que fica poucos andares abaixo? É em busca de proporcionar esse tipo de experiência que incorporadoras de alto padrão de São Paulo têm incluído em seus projetos residenciais ou de uso misto mais recentes algumas das mesas mais badaladas da cidade.

Em março, o complexo W São Paulo, da Helbor Empreendimentos S/A, com torre única dividida entre unidades hoteleiras e apartamentos para moradia, iniciou sua operação residencial. Na área de fruição pública que corta o terreno, entre as ruas Funchal e Helena, na Vila Olímpia, serão instalados dois restaurantes.

"São duas marcas renomadas e totalmente integradas ao conceito W de hospitalidade e 'lifestyle'. Além de atender os clientes, será mais uma comodidade para os moradores do W Residences e a população paulistana, que tanto admira a gastronomia de qualidade", afirma o CEO da HBR Realty, Alexandre Nakano, que administra os ativos comerciais do grupo.

Um dos restaurantes será o In The Ocean, pilotado pelo chef Anderson Haruo, professor da escola Le Cordon Bleu e premiado duas vezes pelo Guia Michelin. Ele é conhecido por oferecer aos clientes o sistema Omakase: uma espécie de rodízio de luxo, com peixes nobres e frutos do mar, como camarão, polvo, atum, salmão, king crab e vieira, além de "foie gras" e opções de carnes como o Wagyu.

HBR REALTY / DIVULGAÇÃO

Espaços que receberão dois restaurantes no terreno do W São Paulo: comodidade para hóspedes, moradores e público paulistano

THAMILOU PHOTOGRAPHY / DIVULGAÇÃO

Steak Bife, de Erick Jacquin, em um dos prédios da Helbor: oito contratos já assinados e outros seis em análise para novas parcerias

A segunda marca será do chef francês Erick Jacquin. Famoso por trazer o petit gateau ao Brasil e por sua participação em um reality show culinário, Jacquin e sua empresa de serviços de culinária, a JL Gastronomia, já contam com operações em outros prédios da Helbor na capital paulistana.

"Já temos oito contratos assinados e outros seis em fase de análise. Essa tendência tem levado a empresa a acelerar seu processo de expansão. A perspectiva é muito boa, porque são prédios em áreas nobres da cidade e com perfil de público muito aderente ao de nossos clientes tradicionais", avalia o sócio de Jacquin na JL Gastronomia, Orlando Leone.

O próprio chef mostra-se entusiasmado com essa aproximação com o setor imobiliário. "Levar a alta gastronomia para esses ambientes permite que os moradores criem uma relação muito forte com o restaurante, que passa a fazer parte do 'lifestyle' e do cotidiano deles", estima Jacquin.

COMODIDADE

A Mitre Realty é outra empresa do mercado imobiliário que tem apostado na estratégia. Dois empreendimentos recentes da marca — Haus Mitre Jardins e Haus Mitre Edition NY, no Brooklin — também terão restaurantes do Jacquin. Já um terceiro lançamento, previsto para o fim deste ano, deverá receber a marca assinada por um badalado chef internacional, cujo nome tem sido guardado a sete chaves.

"A empresa tem olhado fortemente para essa tendência como uma possibilidade de entregar mais comodidade aos clientes, além de agregar valor aos condomínios", afirma Leandro Cassio, diretor de Hospitalidade e Parcerias da Mitre Realty.

O executivo não tem dúvida: "Além de tornar o prédio mais valioso no mercado, contar com um chef conhecido ou uma marca de restaurantes bacana para integrar o projeto ajuda a vender mais rapidamente os apartamentos", ressalta.

O motivo, segundo Cassio, é que o público paulistano em especial valoriza muito a gastronomia. "É um traço cultural de São Paulo, como vemos na Europa: todo mundo gosta de comer bem, não importa o tamanho do bolso", analisa.

Mais à frente nesse processo, o Fasano Residences Itaim abriu as portas em meados de 2023 junto com a segunda unidade hoteleira do grupo na capital. No térreo do hotel, foi inaugurado o Gero Itaim, que rapidamente se tornou um dos restaurantes mais disputados pelos paulistanos.

A partir do segundo semestre deste ano, os moradores dos 70 apartamentos da torre residencial do Residences Itaim passarão a contar com um menu de pratos variados da gastronomia italiana, "by Gero", que serão entregues em suas residências. Também até o final do ano, o bar da piscina servirá sanduíches, antepastos, sobremesas e bebidas do restaurante.

"A ideia é proporcionar maior conforto e comodidade", explica a diretora de Operações de Alimentos & Bebidas do Grupo Fasano, Mayra Chinellato. Sobre a ida dos moradores ao Gero, a executiva explica que isso tem acontecido com bastante frequência. "Na grande maioria, eles já eram clientes de nossos restaurantes. Basta ligar, reservar a mesa, pegar o elevador e descer até lá."

FASANO / DIVULGAÇÃO

Bar do lobby e restaurante Gero Itaim, ao fundo: moradores do Fasano Residences poderão pedir seus pratos a partir do segundo semestre

INÊS 249

Rio de Janeiro

PERFORMANCE/DIVULGAÇÃO

Ibitá: com vista para a Pedra da Gávea, o empreendimento é um dos raros lançamentos em São Conrado, que terá 55 apartamentos com até 235 metros quadrados

Bairros da Zona Sul se beneficiam da 'externalidade positiva' causada pelo deslocamento da oferta, um movimento que aumenta o valor das unidades

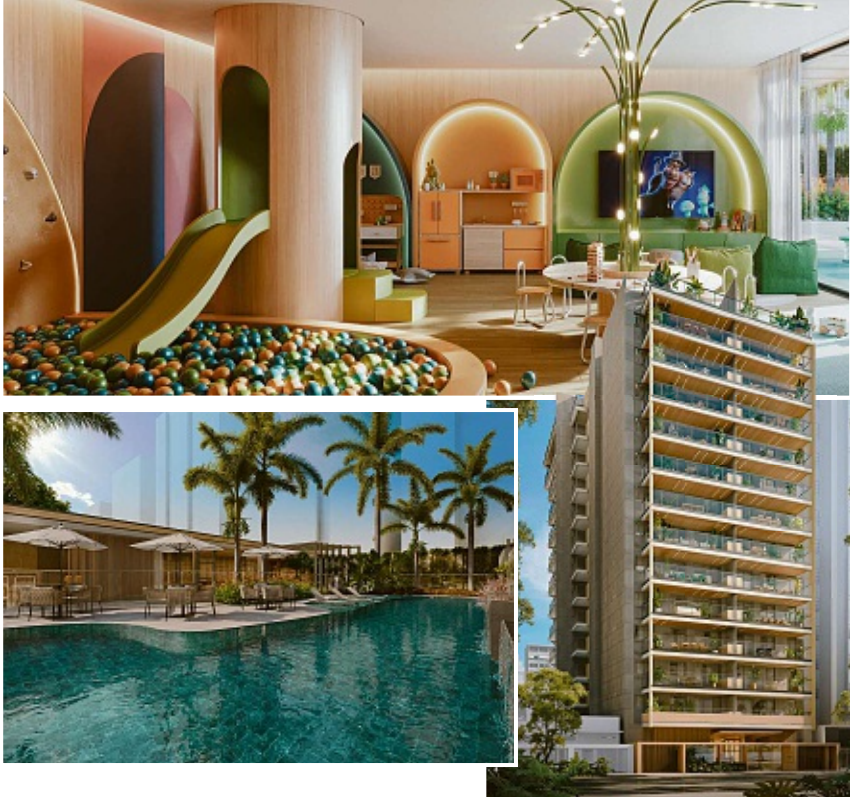
Falta de oferta em locais nobres impacta positivamente os vizinhos

Luxo, sofisticação e projetos arquitetônicos de grife não são mais exclusividade dos bairros nobres da Zona Sul carioca. Residenciais de alto padrão e alinhados às principais tendências de tecnologia, sustentabilidade, lazer e estilo começam a ocupar espaços privilegiados em São Conrado, Botafogo e Flamengo. A alta demanda de investidores por imóveis de luxo e a limitação da oferta em áreas mais cobiçadas da região, como Leblon, Ipanema, Lagoa e Gávea, vêm impulsionando a valorização dos imóveis em outros bairros.

Esse é um exemplo clássico do conceito econômico de externalidade positiva: diante da falta de oferta em determinado bairro, a demanda se desloca para a vizinhança, aumentando o valor dos apartamentos nesses locais. São Conrado é uma dessas localidades — vem se beneficiando da valorização do metro quadrado no vizinho Leblon, o mais caro do Rio (R$ 23 mil).

Depois de 13 anos sem lançamentos, o bairro acaba de receber o Ibitá, empreendimento de luxo da Performance, que ocupará uma extensa área localizada entre as montanhas da Pedra da Gávea e da Pedra Bonita e o mar, no local onde funcionou por décadas a tradicional escola bilíngue Carolina Patrício. Com VGV de quase R$ 150 milhões, o Ibitá terá 55 unidades de 85 a 235 metros quadrados, divididas entre gardens, apartamentos de dois e três quartos e coberturas duplex e lineares.

"São Conrado é conhecido por sua combinação única de elegância e natureza exuberante, oferecendo um estilo de vida sofisticado e descontraído ao mesmo tempo. O lançamento do Ibitá, com residências que combinam luxo, conforto e localização privilegiada, é uma resposta à demanda latente por inovação e qualidade de vida no bairro", diz o COO da Performance, Renato Leite.

Botafogo, bairro que abriga uma das mais belas paisagens do Rio, também vem ganhando destaque na preferência dos incorporadores para o lançamento de luxuosos produtos, como o Era Botafogo, da Mozak. No retrofit de um casarão do século XX, serão apenas quatro unidades (duas por andar), com 110 a 137 metros quadrados, e uma nova edificação com mais 35 unidades e rooftop com vista para o Cristo Redentor. O VGV é estimado em R$ 34,4 milhões, e a entrega, prevista para final de 2025. Há apenas duas unidades ainda disponíveis para venda.

A localização estratégica é mais um atrativo do empreendimento que mescla sofisticação e tradição por meio da preservação e da valorização de características arquitetônicas originais do início do século XX. "Botafogo é um bairro que sempre teve muita vida e recentemente houve uma grande alta do mercado imobiliário local. Um dos grandes motivos para isso é a variedade de serviços oferecida na região", avalia o presidente da Mozak, Isaac J. Elehep.

Também em Botafogo, a Piimo lançou o Guilhermina, um residencial com 12 unidades de dois, três e quatro quartos com até 131 metros quadrados. Todos os apartamentos são de frente e têm varanda gourmet. Lançado no ano passado, o residencial já está com 85% dos apartamentos vendidos, diz o presidente da Piimo, Marcos Saceanu.

A incorporadora e construtora também lançou recentemente, no Flamengo, o Taman Contemporâneo, residencial com 83 apartamentos de tipologias variadas (de um a três quartos com áreas que variam de 50 a 102 metros quadrados) e infraestrutura de lazer de clube.

"As metragens diversificadas atendem tanto aqueles que adquirem seu primeiro apartamento para morar sozinho quanto famílias com mais integrantes. E as opções de lazer semelhantes às de um clube são um diferencial importante em condomínios da Zona Sul", diz Saceanu, que também é presidente da Ademi RJ e classifica como "excelente" a safra atual de produtos de alto padrão do mercado imobiliário carioca.

PIIMO / DIVULGAÇÃO

O Guilhermina, em Botafogo, que terá 12 unidades de frente com varanda gourmet, já foi 85% comercializado

MOZAK/DIVULGAÇÃO

Fachada do Era Botafogo, retrofit de um casarão do século XX que abrigará quatro unidades, além da nova edificação com 35 apartamentos e rooftop

PIIMO/DIVULGAÇÃO

Abaixo: o Taman Contemporâneo, no Flamengo, terá tipologias variadas e infraestrutura de lazer de um clube

Entrevista

SHEYLA CASTRO RESENDE E LUIS FERNANDO ORTIZ, CEO E VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS DA GAFISA S.A.

Sheyla Castro Resende e Luis Fernando Ortiz — CEO e vice-presidente de Negócios da Gafisa, respectivamente — estão no comando do leme que está mudando a rota da companhia para o alto padrão. Uma tarefa nada fácil em se tratando de um "transatlântico" que acaba de completar 70 anos e que já navegou por tantos e diversos mercados.

Eles ajustaram a proa rumo ao luxo ainda em 2020 e, agora, chegam ao primeiro "checkpoint": a entrega do edifício Tom, com apenas seis apartamentos, na orla do Leblon, um dos mais sofisticados do Brasil. Conheça a seguir um pouco mais dessa jornada.

O que simboliza a entrega do superexclusivo Tom Delfim Moreira, no mês do 70º aniversário da Gafisa?

Sheyla Resende — A consolidação da marca no alto padrão, depois de um longo processo de reposicionamento da companhia, iniciado há quatro anos, para dar foco exclusivo ao segmento. O Tom simboliza essa grande virada.

Por que a opção pelo alto padrão?

Sheyla — Foi uma convicção. Há um cliente de alto padrão para ser atendido, e nos preparamos muito para isso. Foi uma transição feita com todo o cuidado, treinamento de equipes, contratação de consultorias especializadas e reestruturação de áreas e processos. Hoje, por exemplo, os contratos são elaborados em vários idiomas. Os profissionais da área Comercial no Rio de Janeiro falam três ou quatro línguas para atender a clientela internacional. Só vamos alcançar nossos objetivos nesse segmento se a companhia inteira estiver bem preparada.

Luis Felipe Ortiz — E não foi uma escolha aleatória. Fizemos uma pesquisa profunda do mercado imobiliário nacional há alguns anos e identificamos que esse segmento estava muito pulverizado, com incorporadoras vivendo de oportunidades esporádicas. E nós pensamos de outra forma: queríamos focar apenas no alto padrão porque isso nos permitiria relacionar mais com esse ecossistema e nos tornar mais capacitados para alcançar a perfeição que o alto padrão exige. É uma visão estratégica também: quanto mais a marca for identificada como de luxo, mais facilidade teremos em elevar nossa performance comercial. ▶▶▶

GAFISA/DIVULGAÇÃO

CONTINUE LENDO ESTA ENTREVISTA EM:
valor.globo.com/patrocinado/imoveis-de-valor

Bancos
BTG Pactual, de Roberto Sallouti, compra instituição financeira da família Safra nos EUA C6

Investimentos
Renda fixa lidera preferência com tensão fiscal e interrupção no corte de juros C8

Captações
XP levanta US$ 500 milhões em sua segunda emissão de bonds C6

Entrevista Presidente do Banco Central explica que o Copom não deu sinalização firme sobre taxa, mas cenário base não é de alta nem de queda

Juro em 10,5% é suficientemente alto, diz Campos Neto

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Alex Ribeiro
De São Paulo

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse em entrevista ao **Valor** que a projeção alternativa de inflação apresentada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) com juros em 10,5% ao ano mostra que a Selic é “suficientemente alta” para, num período mais longo, trazer a inflação para a meta.

“Já houve no passado momentos em que a gente desenhou os cenários alternativos para mostrar que a taxa de juros é suficientemente alta, que num período mais longo ela traz a inflação para a meta”, disse o presidente do Banco Central. “Estava tendo muito ruído em torno dos números de curto prazo. A gente entende que essa é uma informação valiosa a mais para os agentes.”

Ele esclarece que o Banco Central usou a palavra “interrupção” do ciclo de queda de juros porque ela representa da melhor forma o objetivo de não dar “guidance” aos participantes do mercado, ou seja, uma sinalização firme de seus passos futuros.

Questionado se o uso da palavra “vigilante” significa que o Banco Central está pronto a subir os juros, respondeu: “Não é o nosso cenário base a alta”.

Na outra direção, também procurou afastar a possibilidade de baixa de juros em 2025, quando a política monetária se volta ao controle da inflação em 2026.

“Hoje a comunicação é compatível com um cenário base, que não é de alta e não é de queda. A comunicação está direcionada ao fato de que teve uma interrupção, a gente precisa de tempo para observar”, disse.

A seguir, trechos sobre o que Campos Neto falou sobre temas relacionados mais diretamente à política monetária:

Valor: *A comunicação do Copom fala em interrupção do ciclo de corte de juro, o que dá uma ideia de uma pausa e implica que depois poderia ser retomado. Por que o BC usou essa a palavra?*

Roberto Campos Neto: A interrupção era a palavra que mais sinalizava o que o ‘guidance’ deveria ser. Ou seja, nós não queremos dar um guidance. A interrupção estava muito compatível com não dar guidance.

Valor: *O comunicado do Copom trouxe uma projeção diferente de inflação, com juros parados em 10,5%, que aponta uma inflação de 3,1% em 2025. O Copom está sinalizando algo com a divulgação dessa projeção?*

Campos Neto: Já houve no passado momentos em que a gente desenhou os cenários alternativos para mostrar que a taxa de juros é suficientemente alta, que num período mais longo ela traz a inflação para a meta. Estava tendo muito ruído em torno dos números de curto prazo. A gente entende que essa é uma informação valiosa a mais para os agentes.

Valor: *O comunicado diz que a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente. Quanto tempo seria suficiente?*

Campos Neto: Não demos o ‘guidance’ exatamente por essa razão, e oferecemos um cenário alternativo para esclarecer que achamos que está num terreno restritivo. É difícil dizer. Há muitas variáveis que vão se desenrolar no curto prazo de tempo que vão dar clareza. Tem um tema internacional que precisa observar. Tem uma incerteza local que se agravou nas últimas semanas. Com o tempo, esse efeito deve ser diluído. São incertezas tanto no monetário quanto no fiscal. Dos dois lados, essas incertezas tendem a diminuir. É um daqueles momentos em que o tempo é muito importante. Não consigo precisar quanto tempo vai ser [necessário]. Mas foi a melhor forma de expressar o que a gente acha que é importante fazer nesse momento.

Valor: *A ata e o comunicado dizem que o Copom está “vigilante”. No passado, quando essa expressão foi usada, foi em geral quando se identificava um risco grave no horizonte e se atribuía uma chance considerável de ter uma alta de juro. Existe esse risco, e o BC está disposto a agir nesse sentido?*

Campos Neto: Não é o nosso cenário base a alta. A comunicação está muito compatível com não dar um ‘guidance’ nesse momento, o que não significa que o Banco Central não vai estar vigilante. Vai estar olhando e entendendo, principalmente, esses ruídos que fizeram com que o prêmio de risco subisse bastante.

Valor: *A projeção de inflação do Banco Central usa juro estável ao longo do horizonte relevante. Mas, no ano que vem, o Copom estará olhando 2026. Isso não abre a possibilidade de baixa de juro?*

Campos Neto: Hoje a comunicação é compatível com um cenário base, que não é de alta e não é de queda. A comunicação está direcionada ao fato de que teve uma interrupção, a gente precisa tempo para observar.

Valor: *Segundo a ata, o Copom decidiu deixar o balanço de riscos simétrico ‘nessa reunião’. Isso significa que pode ser reavaliado na próxima? Qual seria a implicação de uma eventual mudança para a política monetária?*

Campos Neto: O balanço de riscos é reavaliado em cada momento. Dissemos na última ata que tinha algumas pessoas [do comitê] que tinham opiniões diferentes sobre o balanço de riscos. Algumas pessoas entenderam que o balanço de risco deveria estar assimétrico. O conjunto das pessoas entendeu que o que mais caracterizava o debate naquele momento era o balanço de risco simétrico.

“Temos que mostrar ao mercado que o grupo está unido no sentido de trazer a inflação de volta para a meta.”

Valor: *O mercado reagiu muito mal à votação dividida do Copom de maio, e houve 100% de coesão em junho dentro do comitê. Poderemos esperar que essa unidade vai ser o padrão daqui por diante?*

Campos Neto: Teve um aprendizado com o dissenso. O mercado puniu muito, não pelo dissenso em si, mas por entender que o dissenso poderia ter uma origem que não fosse técnica. A gente fez questão de enfatizar que isso não era verdade. Mas, de fato, a decisão do Copom anterior gerou um prêmio de risco grande. Eu diria que essa foi uma das reuniões do Copom onde a gente teve o maior espírito de equipe dos últimos tempos. Todo mundo entendendo que houve um ruído grande na dimensão fiscal, e começou a ter um ruído grande na dimensão monetária. A gente precisa endereçar o que é a nossa parte, que é o monetário. Endereçar as causas do ruído, fazer uma comunicação que passa uma tranquilidade de que o que fizemos foi técnico. E isso foi feito, e acho também que foi bem recebido pelo mercado.

Valor: *O Copom se deparou com uma projeção de inflação de 3,4% na sua última reunião, acima da meta. As opções seriam não cortar o que estava precificado no Focus ou subir o juro. Por que o Copom escolheu a primeira opção?*

Campos Neto: A gente olhou a projeção para 2024, 2025 e 2026, a inflação corrente e as expectativas e percebeu que tinha uma diferença grande entre o que estava vindo de inflação corrente e o que estava acontecendo com as expectativas. As expectativas, em grande parte, estavam desancorando por ruídos. Ou seja, não era a inflação corrente que estava gerando uma perspectiva de inflação mais alta na frente. Eram ruídos em relação ao canal na política monetária. Endereçamos o canal da política monetária, explicando o trabalho que foi feito de forma técnica. Nós entendemos que essa era a melhor opção com as variáveis que a gente tinha na mesa. Isso não significa que não possa ser reavaliado em cada reunião daqui para frente.

Valor: *A ata chama a atenção para a necessidade de políticas fiscais e monetária síncronas e contracíclicas. O fiscal está expansionista? Qual é o efeito disso?*

Campos Neto: Na política fiscal, a gente tem uma coisa hoje parecida com a política monetária. Você tem os resultados de curto prazo não saindo tão ruins, não muito fora do esperado, mas a expectativa piorou. Foi o que a gente tentou endereçar inclusive no Relatório de Inflação. A gente tem uma dissonância entre o que está acontecendo no curto prazo, o que de fato está acontecendo, e o que as pessoas esperam que vai acontecer no futuro. Isso, obviamente, gera um efeito no prêmio de risco. Contamina algumas variáveis. Em algum momento essas variáveis podem ter um impacto mais definitivo na nossa função reação. A gente entende que é importante esclarecer e endereçar esses ruídos. Para o Banco Central comentar cada coisa que o governo, se essa medida é boa ou ruim, não cabe. Para a gente, o importante é o que os preços no mercado que influenciam a nossa função de reação estão dizendo. O que a gente tem de leitura de mercado é que, apesar dos números de curto prazo não estarem muito fora do esperado, a gente teve uma percepção de piora fiscal na frente. A gente no Banco Central consegue ver isso, por exemplo, no questionário pré-Copom, não nas pesquisas. Um número de quase 80% de pessoas que acham que o fiscal piorou. A gente incorpora isso, leva em consideração. Mas o importante é cuidar do nosso lado, cuidar da nossa cozinha. Parte do nosso trabalho é tentar olhar para frente. Quais são os riscos daqui para frente? E tentar comunicar as coisas de forma mais técnica possível.

“Há muitas variáveis que vão se desenrolar no curto prazo de tempo, que vão dar clareza”

Valor: *O Banco Central vive a realidade da desancoragem de expectativas por fatores globais, fiscais e de sua credibilidade. O que o BC pode fazer contra isso?*

Campos Neto: A decisão do último Copom endereça um pouco esse ponto. O tema da meta de inflação endereça um pouco esse ponto também. O que a gente precisa é elencar os fatores que estão gerando essa desancoragem, uma vez que a inflação de curto prazo não está surpreendendo para pior. Uma vez entendidos os fatores que levam a essa desancoragem, nosso trabalho é tentar atuar nesses fatores. Teve uma reunião do Copom que teve uma decisão que não foi bem esclarecida, que parte do mercado entendeu que não era técnica, nós temos que esclarecer que é técnica. Temos que mostrar ao mercado que o grupo está unido no sentido de trazer a inflação de volta para a meta. É isso que foi feito. Se tem uma incerteza em relação à meta, a nossa função é falar com o Executivo, mostrar que precisamos fazer o decreto da meta, explicar o decreto da meta, dizer que o governo está comprometido com essa meta no médio prazo. E foi isso que foi feito. A gente entende que essas coisas, ao longo do tempo, vão descomprimindo esse prêmio de risco que existe hoje.

Valor: *Tem muita dúvida no mercado se a política monetária é capaz de se contrapor a uma política fiscal que é expansionista. A política monetária é eficaz?*

Campos Neto: Se você tem uma política fiscal que é expansionista e uma política monetária que é contracionista, você tem um grau de eficiência. Mas se a gente olhar hoje o que está acontecendo na política fiscal, a gente tem um problema maior de expectativa do que de fato os números que estão saindo. Se a gente pega tudo que foi feito, o esforço que o ministro da Fazenda tem feito no sentido fiscal... A gente entende que, sim, teve alguma dificuldade de medidas de recomposição de receita. A gente também falou sobre isso no Relatório de Inflação. Mas não cabe ao Banco Central ser comentarista do cenário fiscal em tempo real. Vamos pensar aqui que também tivemos um pedaço do prêmio de risco que foi gerado pela dimensão de política monetária. Vamos endereçar essa parte, e aí a gente entende que no fiscal, ao longo do tempo, as pessoas vão ser capazes de quantificar melhor o efeito das medidas que o governo está tomando.

Valor: *Há críticas de que o Banco Central dá muita importância para as expectativas Focus e não ouve o empresariado. O Banco Central está refém das projeções do mercado?*

Campos Neto: Não é só o Focus que a gente olha. A gente agora está fazendo o Firmus, que é um boletim Focus com empresas. Não é a verdade que a gente tem historicamente um boletim Focus que sempre jogue os números para cima. Ao contrário. Em outros países, quando a gente olha essas pesquisas coletadas no mundo real, elas geralmente são iguais ou maiores às coletadas do sistema financeiro. A gente vai saber em breve quando o Banco Central divulgar. Até agora, o que a gente tem visto é que estão mais ou menos alinhados. Vai ser igual a um pouco maior do que o Focus.

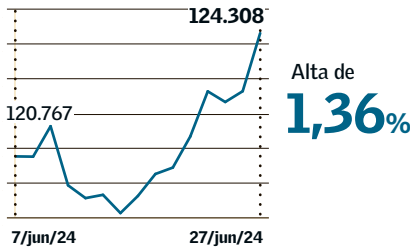
Valor: *Pronunciamento de membros do Copom a grupos fechados de investidores vem causando ao longo do tempo ruídos. O que está sendo feito para lidar com isso?*

Campos Neto: As reuniões com grupos fechados, com 10 ou 15 pessoas, passam a ser transmitida. As reuniões com a economistas, a gente está pensando como melhorar. Os países avançados têm mais a característica de não fazer nenhum tipo de reunião fechada com uma ou duas pessoas. Em países emergentes, é mais comum fazer esse tipo de reunião. O país emergente tem aquela característica de vender a sua história para atrair investimento.

Leia mais na página C3

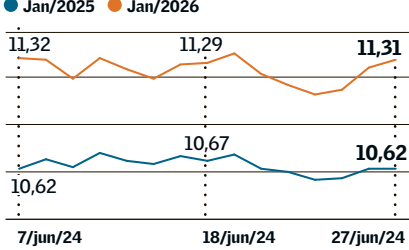
INÊS 249

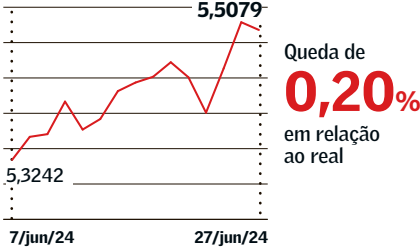
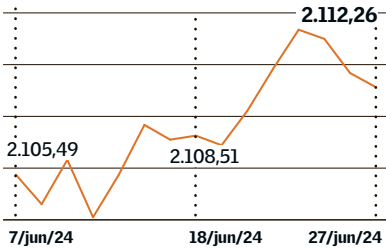
Ibovespa
Em pontos

Alta de **1,36%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 27/jun/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	0,09
S&P 500	0,09
Euronext 100	-0,34
DAX	0,30
CAC-40	-1,03
Nikkei-225	-0,82
SSE Composite	-0,90

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano
Jan/2025 · Jan/2026
11,32 · 11,29 · 11,31
10,62 · 10,67 · 10,62
7/jun/24 · 18/jun/24 · 27/jun/24

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Queda de **0,20%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Mercados Leitura de que ativos estão descontados alimenta bolsa, enquanto dólar tem correção tímida e desconfiança com contas públicas ainda pesa em juros futuros

Ibovespa retoma os 124 mil pontos

Matheus Prado, Arthur Cagliari e Victor Rezende
De São Paulo

A sensação de que as perdas acumuladas pelos mercados locais desde o fim de maio abriram espaço para compras de oportunidade embalou novamente o Ibovespa na sessão de ontem e deu espaço para alguma correção no câmbio, de forma mais tímida. No mercado de juros, prevaleceu a desconfiança em relação ao rumo das contas públicas, enquanto o maior volume ofertado de títulos prefixados pelo Tesouro também pressionou.

Assim, o Ibovespa avançou 1,36%, aos 124.308 pontos, e o dólar cedeu 0,20%, a R$ 5,5079. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 subiu de 11,265% para 11,32%; a do contrato para janeiro de 2027 passou de 11,65% para 11,73%.

Mesmo com câmbio e juros pressionados durante boa parte da sessão, de olho nas incertezas locais, o Ibovespa encontrou espaço para continuar corrigindo suas perdas recentes. À tarde, dados do Caged abaixo da expectativa e falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva elogiando o diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, e mencionando contenção de gastos coincidiram com o avanço dos ativos locais para suas máximas intradiárias.

Filipe Villegas, estrategista de ações da Genial Investimentos, opina que o movimento positivo visto nos últimos dias parece mais técnico do que fundamentado, já que os preços estavam bem atrativos e o mercado está leve, com espaço para alocação especulativa. Também é verdade, diz, que houve alívio das incertezas internas, principalmente diante do nível de estresse embutido nos ativos, e por conta da decisão unânime do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC.

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

Villegas, da Genial: movimento positivo visto nos últimos dias parece mais técnico do que fundamentado

"Acredito que ainda existe exagero nos preços do mercado, já que, quando se analisa a curva de juros, temos altas da taxa básica precificadas, e não parece que isso vai ocorrer. Nós vínhamos sendo bem conservadores nas nossas recomendações, mas talvez a gente aumente um pouco o beta das nossas carteiras em julho, ainda que de forma tática. Pode até ser um momento oportuno por conta da temporada de balanços, que começa no mês que vem", diz.

Nessa linha, diz o executivo, quando se divide o Ibovespa entre empresas defensivas e agressivas, o primeiro grupo foi preferência clara de investidores desde o fim de abril, quando as incertezas locais passaram a determinar o rumo dos ativos locais. Agora, o segundo grupo volta a ganhar algum espaço, ainda que de forma tímida e especulativa. Na sessão, o índice SMLL, mais carregado de teses sensíveis às taxas, subiu 2,21%.

R$ 5,51 foi o nível do dólar no fechamento, queda de 0,20%

A desvalorização brusca do real dos últimos dias também foi interrompida, apesar de o dólar se valorizar 4,93% frente à moeda brasileira em junho e ter ganhos maiores contra outras divisas emergentes. Ronny Woo, gestor na Ativa Asset, diz que a combinação da baixa procura por emergentes e ruídos locais já bastaria para criar um ambiente desfavorável ao câmbio. Com a saída sazonal de fim de semestre, esse cenário piora.

"Temos um movimento de virada do balanço semestral, em que as empresas multinacionais costumam mandar dinheiro para fora. Vimos na quarta-feira mesmo, nos dados do BC, uma saída via fluxo financeiro forte na última semana. Após a virada do mês, talvez esse fluxo de saída dê uma secada", diz.

Há também a expectativa entre participantes do mercado de que, com o vencimento dos contratos futuros de julho, alguma parte da posição do estrangeiro em dólar contra o real no mercado de derivativos desapareça. Segundo dados da B3, a posição dos estrangeiros em dólar mini, dólar futuro, swap e cupom cambial (DDI) bateu US$ 79,3 bilhões ontem, a máxima histórica.

Diante de cenário ainda incerto, a desconfiança dos agentes quanto à condução da política econômica impediu um alívio na curva de juros No início da sessão, as taxas se ajustaram em leve queda, mas o movimento não se manteve e, ao longo da manhã, os agentes voltaram a embutir prêmios na curva. Parte do movimento se deu após a divulgação dos editais do leilão de prefixados do Tesouro Nacional, que aumentou o volume ofertado de papéis prefixados em relação à semana anterior.

De acordo com um operador de renda fixa, o mercado puxou para cima os juros para aproveitar o volume maior de emissão de títulos do Tesouro e realizar lucros de parte das suas posições mais cautelosas. O Tesouro não efetuou a colocação integral dos papéis, ao não vender totalmente as LTNs com vencimento em 2024 e em 2030.

Fitch reafirma rating 'BB' do Brasil

Victor Rezende
De São Paulo

A agência de classificação de risco Fitch reafirmou o rating do Brasil em "BB", com perspectiva estável, mantendo a avaliação feita em dezembro.

No comunicado, a Fitch aponta que a nota de crédito brasileira é limitada pelo fraco crescimento potencial; rigidez orçamentária e endividamento crescente e elevado. "As perspectivas incertas de redução de grandes déficits orçamentários, apesar da implementação do novo arcabouço fiscal, continuam a ser uma fonte importante de vulnerabilidade macroeconômica, com repercussões adversas para a confiança do mercado e para política monetária."

A Fitch projeta um déficit primário de 0,7% do PIB neste ano, "o que implica um desvio modesto da meta", que fixa déficit zero para este ano. "A regra fiscal do Brasil exigirá cortes de gastos caso as projeções oficiais sinalizem esse desvio, e poderá haver pressão para flexibilizar as metas para evitar isso, constituindo um teste a este novo arcabouço", diz a Fitch.

Na avaliação da agência, as perspectivas fiscais após 2024 "são ainda menos claras". A Fitch aponta que serão necessárias novas medidas de receita para compensar iniciativas transitórias aprovadas e nota que o crescimento inercial de algumas despesas obrigatórias indexadas "exigirá uma forte compressão das despesas discricionárias". Nesse sentido, na visão da Fitch, alterações legais nas despesas obrigatórias podem ser necessárias e "embora as opções estejam consideradas, elas não têm um apoio claro por parte do governo".

Treasuries cedem após desaceleração do PIB dos EUA

Gabriel Caldeira, Eduardo Magossi e Igor Sodré
De São Paulo

Os rendimentos dos Treasuries terminaram a sessão de ontem em queda consistente ao longo de toda a curva de juros americana. A renda fixa reagiu à terceira e última leitura do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos, enquanto aguarda pelos dados de maio do índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês), medida de inflação utilizada para basear as decisões de política monetária do Federal Reserve (Fed, banco central americano), que será divulgado hoje.

A taxa da T-note de 2 anos fechou em queda de 4,760%, no ajuste anterior, a 4,718%; a da T-note de 10 anos recuou de 4,334% a 4,291%; e a do T-bond de 30 anos caiu de 4,476% a 4,428%.

O PIB americano confirmou uma brusca desaceleração para alta de 1,4% no primeiro trimestre, ante o crescimento de 3,4% no quarto trimestre de 2023. Também chamou a atenção do mercado o avanço de 1,5% do consumo pessoal dos americanos nos primeiros três meses do ano, abaixo do aumento de 2% no trimestre anterior.

1,4% foi o crescimento do PIB americano no 1º trimestre do ano

Após a divulgação da última revisão do dado, a ferramenta GDP Now, do Fed de Atlanta, passou a projetar um avanço de 2,7% do PIB americano no segundo trimestre, abaixo dos 3% previstos anteriormente. Ainda assim, o dado indica uma aceleração do crescimento dos Estados Unidos e um nível bem acima da atual projeção de 2,1% do Fed.

A revisão em alta do PCE trimestral para 3,4% e o resultado melhor que o esperado das encomendas de bens duráveis de maio nos Estados Unidos pintam um quadro inflacionário menos positivo, pondera Jefferson Laatus, sócio-estrategista do grupo Laatus. "Conclusão: dados mistos que aumentam ainda mais a expectativa para o PCE de amanhã [hoje], o qual será fundamental para interpretar se a atividade econômica está desacelerando com inflação persistente", afirma ele.

Seguindo o movimento de distensão dos Treasuries, as bolsas de Nova York encerraram o pregão de ontem em alta, impulsionadas principalmente por algumas ações de gigantes do setor de tecnologia dos Estados Unidos. O índice Dow Jones subiu 0,09%, o S&P 500 também avançou 0,09% e o Nasdaq teve alta mais robusta, de 0,30%.

BC vê economia mais aquecida e eleva projeções para inflação e crédito

Gabriel Roca, Gabriel Shinohara, Anaïs Fernandes e Guilherme Pimenta
De São Paulo e Brasília

O Banco Central (BC) passou a projetar um crescimento mais alto do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano — a estimativa foi de 1,9% para 2,3% —, inflação maior para 2024 e 2025, além de uma expansão do crédito em um ritmo mais acelerado. As estimativas foram revisadas ontem no Relatório de Inflação.

De acordo com a autoridade monetária, a chance de a inflação estourar o teto da meta subiu de 19% para 28% neste ano e de 17% para 21% no próximo. O aumento vem em meio a um cenário de piora nas expectativas do mercado.

A previsão do BC para o IPCA neste ano subiu de 3,5% para 4%. Para 2025, passou de 3,2% a 3,4%, e se manteve estável em 3,2% no ano seguinte. A meta é de 3% com piso de 1,5% e teto de 4,5%. "O aumento da projeção de inflação no horizonte relevante resultou principalmente da atividade econômica mais forte que o esperado, que levou a uma elevação no hiato do produto estimado, mas foi contido pela subida da taxa de juros real", diz o relatório.

Após a divulgação, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou que o sistema de meta contínua de inflação, estabelecido em decreto nesta semana e válido a partir de 2025, não é uma mudança na forma como se enxerga a política monetária. "Não significa nem maior, nem menor suavização", afirmou.

Nas perspectivas para a economia, o documento mostra elevação da projeção para o grupo de atividades mais cíclicas e redução para os demais. "A revisão foi bastante afetada por surpresas positivas no primeiro trimestre, notadamente em impostos, nos componentes mais cíclicos da oferta, no consumo das famílias e na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) [investimentos]", disse o relatório.

Para o segundo trimestre, a expectativa é de desaceleração, em parte considerando os impactos do desastre climático no Rio Grande do Sul. Já para o segundo semestre o relatório diz que o crescimento deve refletir o ritmo potencial da economia, os efeitos defasados da redução dos juros e "um aumento da demanda e da produção relacionados à recuperação do capital perdido e à recomposição de bens e estoques no RS".

No caso do Rio Grande do Sul, o BC fez um estudo que indica uma queda expressiva do nível de atividade, mas com sinais de retomada em andamento. Os resultados indicam uma priorização do consumo de bens básicos em maio e, "nos primeiros dias de junho, já é possível verificar altas expressivas nos volumes recebidos pelos setores de 'móveis e eletrodomésticos' e 'material de construção' no RS, indicando que as famílias estão direcionando recursos para readequar suas moradias".

"[Meta contínua] não significa mudança na forma como a gente enxerga a política monetária"
Roberto Campos Neto

O BC deu mais detalhes sobre as mudanças no hiato do produto, medida de ociosidade na economia. A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) já informava que o indicador havia passado de "levemente negativo" para "em torno da neutralidade". Dessa maneira, o relatório mostrou que o hiato estimado no segundo trimestre é de 0% frente a –0,4% no trimestre anterior. A mudança reflete, principalmente, as "significativas surpresas" na atividade.

Nesse cenário, o crédito deve se expandir mais do que se esperava. No relatório, a previsão da autoridade monetária para o saldo de operações passou a ser de um crescimento de 10,8% neste ano, contra 9,4% anteriormente. Se a projeção se concretizar, o crédito direcionado deve subir 12% e não 10% como antes esperado. Já o livre subiria 10%, acima dos 8,9% projetados antes.

O mercado de trabalho continua aquecido, segundo o BC, "ainda mais nos meses recentes". O relatório destacou a alta na geração líquida de empregos formais e a persistência de um crescimento intenso dos rendimentos reais. Em vários momentos, o Banco Central pontuou que os indicadores indicavam um aperto no mercado de trabalho.

O BC também revisou seus cálculos do juro real, que considera a taxa descontada a inflação do período. Para 2024, a taxa passou de 5% para 6%; para 2025, foi de 4,8% a 5,4%; e para 2026, de 4,8% a 5,3%. Em todos os casos, está acima da taxa de juros real neutra utilizada nas projeções pelo BC, que foi elevada de 4,5% para 4,75%. A taxa neutra é a que não estimula nem contrai a economia.

Ao comentar sobre o câmbio, o presidente do Banco Central reiterou que as intervenções da autoridade têm de ser causadas por alguma disfuncionalidade nesse mercado. Câmbio disse entender que o real apresentou desvalorização recentemente, "está em linha com algumas outras variáveis que também simbolizam o preço de risco Brasil". Ele mencionou juros longos, o "prêmio longo" pode ser observado, por exemplo, na NTN-B de prazos longos "Foram movimentos compatíveis", disse.

Sobre o horizonte relevante da política monetária, o diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, disse que essa definição é atribuição da própria autoridade, e depende, entre outras coisas, da natureza dos choques e dos mecanismos de transmissão.

Entrevista Para Campos Neto, acusações de suposta falta de independência do BC são 'factoides'

'Crítica de Lula atrapalha controle da inflação'

Alex Ribeiro
De São Paulo

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirma que as críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à condução da política monetária dificultam o trabalho de controle da inflação. Ele diz que as acusações de suposta falta de independência por sua proximidade com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, se baseiam em "factoides" e ignoram a ação concreta de ter subido os juros nas eleições presidenciais.

"Quando você tem uma pessoa da importância do presidente questionando aspectos técnicos da decisão do Banco Central, gera um prêmio de risco na frente" , disse ao **Valor**. "Essa incerteza maior acaba fazendo com que o nosso trabalho fique mais difícil."

Campos Neto nega que tenha sido convidado para ser ministro da Fazenda numa hipotética candidatura de Tarcísio a presidente em 2030. "A próxima pessoa que sentar na minha cadeira provavelmente vai a eventos do governo. O que tem que ser cobrado dele não é se ele vai estar num evento do governo, se ele vai estar numa festa na casa de uma pessoa que seja muito de esquerda. O que deve ser cobrado é qual foi a decisão que tomou."

O presidente do BC diz que não tem nenhum problema com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apesar dos ruídos recentes. "Acho que ele está fazendo um esforço fiscal muito grande", diz.

Também disse não ter nenhuma restrição ao fato de que o diretor de política monetária do BC, Gabriel Galípolo, representou a instituição em reunião no Palácio do Planalto sobre o decreto que adotou a meta contínua. "Não vi nenhum problema", afirma. "Ele me ligou antes."

Valor: *O sr. foi criticado por ter aceito uma homenagem da Assembleia Legislativa de São Paulo e por ter ido a um jantar com o governador Tarcísio de Freitas. O presidente do Banco Central deveria ter mais resguardo para não deixar dúvida sobre sua independência do mundo político?*

Roberto Campos Neto: Sempre disse, desde o começo, porque esse tema já apareceu várias vezes, que é importante separar o que é a proximidade do que é independência ou dependência. Posso ser próximo de uma pessoa e ser independente na tomada de decisão. Foi isso que o Banco Central mostrou ao longo do caminho. Fez a maior alta de juros em um ano de eleição na história do mundo emergente. A gente precisa considerar não os factóides, e sim o que de fato foi feito. Quando começaram a sair essas notícias, estava no período de silêncio. Não tive a capacidade de me explicar.

Valor: *O sr. sinalizou ao governador Tarcísio que aceitaria ser ministro da Fazenda dele?*

Campos Neto: Não, nunca tive nenhuma conversa, em nenhum momento, sobre ser ministro de nada. O Tarcísio é meu amigo pessoal há bastante tempo. As nossas famílias são muito próximas. A gente tem um relacionamento muito próximo. Discutimos bastante sobre economia, desde a época que ele era ministro da Infraestrutura. Ele dizia que era importante entender a economia do Brasil para poder vender os projetos. Então ele sempre me ligava, a gente conversava de economia. Todas as vezes, que não são muitas, que a gente discutiu sobre política, a percepção que eu tenho é que ele não é candidato a presidente. E fica uma especulação sobre uma influência política, sobre a minha decisão numa possível candidatura em 2030.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

"Posso ser próximo de uma pessoa e ser independente na tomada de decisão. Foi isso que o BC mostrou ao longo do caminho"

Daqui a seis anos, eu vou ter 61 anos. Acho que faz pouco sentido esse tipo de especulação. Eu tinha sido chamado para três eventos da mesma natureza. Um evento foi chamado pelo governador Mauro Mendes, de Mato Grosso, em 19 de outubro. Foi um evento parecido, teve um almoço e confraternização. Eu ganhei uma homenagem. Tinha o evento em São Paulo e tinha um outro evento, que ainda não aconteceu, que seria no Rio de Janeiro, que foi organizado pelo [prefeito Eduardo] Paes. Três eventos organizados por pessoas de alas políticas diferentes para reconhecer o trabalho do Banco Central. A próxima pessoa que sentar na minha cadeira provavelmente vai a eventos do governo. O que tem que ser cobrado dele não é se ele vai estar num evento do governo, se ele vai estar numa festa na casa de uma pessoa que seja muito de esquerda. O que deve ser cobrado é a decisão que tomou. Eu espero que isso se aplique no meu trabalho e que se aplique também no meu sucessor.

Valor: *O sr. teria desaconselhado o governador Tarcísio a ser candidado em 2026 porque prevê uma situação econômica negativa?*

Campos Neto: [Risos] Você acha que o Tarcísio, que saiu lá de Brasília, ministro da Infraestrutura, que ganhou o governo de São Paulo, vai pedir conselho para mim sobre política? Isso é parecido com uma coisa que disseram uma vez que Bolsonaro pedia conselhos para mim sobre política ou sobre pesquisas ou coisas desse tipo. Não faz nenhum sentido. Se tem alguém que, quando tem dúvida sobre o cenário político, tem que fazer pergunta, sou eu. Isso não existiu de forma alguma. O que eu disse e que eu sempre digo para o Tarcísio é sobre o cenário econômico. O que eu tenho dito, não só para o Tarcísio, mas está em todas as minhas apresentações, é que eu vejo um cenário em que temos juros muito altos sobre uma dívida muito alta globalmente e que a gente vai passar por momentos daqui para frente onde essa liquidez vai começar a enxugar.

Valor: *O presidente Lula comparou o sr. com o senador Sergio Moro, sugerindo que ele cumpria uma agenda política quando era juiz da Lava Jato. O sr. vai ser candidato a alguma coisa?*

Campos Neto: Não planejo nada. O tempo vai dizer a verdade. No mesmo artigo que especulava que eu tinha dito que seria ministro da Economia, o que é um absurdo, também dizia eu tinha sido cortejado pelo banco Itaú e pelo banco BTG, o que também não é verdade. Nunca falei com o Itaú, nem com o BTG sobre nada. Nesse mesmo artigo dizia também que uma outra opção é que eu podia fazer um banco digital. Um artigo que tinha muitas possibilidades. Quando tem tantas possibilidades, de fato é porque ainda não ainda não tomei nenhum tipo de decisão. Eu gosto de finanças e tecnologia. Muito provavelmente, o que eu vou fazer no futuro é uma coisa que mistura essas duas coisas. Mas não será no governo.

Valor: *O diretor Gabriel Galípolo esteve no Palácio na terça-feira para tratar dos detalhes da meta contínua. Não deveria ter ido o presidente do Banco Central?*

Campos Neto: O diretor Galípolo foi, mas poderia ter sido o diretor Diogo [Guillen], que também estava trabalhando com isso. Eu não vi nenhum problema. Ele me ligou antes e falou: 'olha, vai ter essa reunião e tal'. Eu falei: 'vai, é importante esclarecer'. Não tenho nenhum problema quando algum diretor vai em outro tipo de reunião me representando ou porque é chamado.

Valor: *Teve uma série de faíscas no seu relacionamento com o ministro Haddad, envolvendo autonomia administrativa do BC e, depois, quando o BC mudou a política monetária. Como está seu relacionamento hoje com ele?*

Campos Neto: Eu tento não prestar atenção na história de ruídos. Eu estou sempre disponível para conversar. Quando a gente fala do fiscal, é sempre num ângulo que impacta a política monetária. Não tem nenhum problema com o ministro da Fazenda e acho que ele está fazendo um esforço fiscal muito grande. É um trabalho muito mais difícil, porque depende de muito mais agentes. Para que aconteça, você precisa estar alinhado com o Congresso, às vezes tem uma coisa no Judiciário. Nossa função aqui não é criticar o fiscal, nem criticar o Executivo.

Valor: *O presidente Lula fez algumas críticas não só o sr., mas também à condução da política monetária e à autonomia em lei ao Banco Central. Essas críticas têm atrapalhado de alguma maneira o trabalho para controlar a inflação?*

Campos Neto: Obviamente, quando você tem uma pessoa da importância do presidente questionando aspectos técnicos da decisão do Banco Central, gera um prêmio de risco na frente. O prêmio de risco sempre faz com que você tenha que olhar o desenvolvimento dessas variáveis e como que isso impacta a nossa política. Então, de certa forma, quando você tem um questionamento em relação ao trabalho técnico do Banco Central, sim, impacta o canal de transmissão de política monetária. Mas não cabe ao presidente do Banco Central ficar respondendo ou questionando o que foi dito pelo presidente da República. O que a gente tem que fazer é comunicar: 'Olha, se for ter um questionamento em relação a isso, isso ou isso, vai gerar mais prêmio de risco'. Gerando mais prêmio de risco, vai ter uma incerteza maior. Essa incerteza maior acaba fazendo com que o nosso trabalho fique mais difícil. O nosso trabalho ficando mais difícil, significa que a convergência da inflação é mais lenta e significa que a gente vai demorar mais tempo para atingir uma situação de inflação mais baixa com juros mais baixos, que é o que todos queremos. No fim, todos queremos a mesma coisa.

INÊS 249

ALBERTO GRISELLI
CEO DA TIM BRASIL E ASSINANTE DO VALOR
ECONÔMICO
Valor

Estratégia Instituição já possui corretora no país e a nova aquisição visa complementar a oferta, reforçando o segmento de 'wealth management'

BTG compra banco da família Safra nos EUA

Álvaro Campos
De São Paulo

O BTG Pactual anunciou a compra do banco M.Y. Safra Bank, nos Estados Unidos, por um valor não revelado. O banco americano tem patrimônio líquido de US$ 46,2 milhões e a transação visa complementar a oferta de produtos, reforçando especialmente a área de wealth management.

Roberto Sallouti, CEO do BTG, disse em nota que a aquisição é mais um passo na expansão da oferta de produtos e serviços aos clientes latino-americanos. "Estamos ampliando nossas operações nos EUA para cada vez mais oferecer produtos customizados e atendimento personalizado aos nossos clientes."

Kathleen Romagnano, presidente e CEO do M.Y. Safra Bank, afirmou que o acordo possibilitará a oferta de uma gama de serviços mais ampla. "Compartilhamos um compromisso com a excelência, inovação e personalização dos serviços", ressaltou.

O M. Y. Safra foi criado por Jacob M. Safra e o nome é uma homenagem ao pai, Moise Yacoub Safra. Este último era filho de Jacob Eliahou Safra, que também estabeleceu outro banco nos EUA, o Republic National Bank, décadas atrás. O M. Y. Safra é um "federal savings bank", podendo atuar em todo o território americano, embora só tenha uma agência, em Nova York. Atende pessoa física, empresas e private banking, além de oferecer empréstimos nos mercados imobiliários comercial e residencial. Os clientes incluem alta renda, escritórios familiares e empresas.

No fim de março, o M.Y. Safra tinha uma carteira de empréstimos de US$ 275 milhões e US$ 404 milhões em ativos totais.

O BTG tem R$ 756 bilhões em ativos sob gestão na sua área de "wealth management" e não detalha quanto disso está no exterior, mas fontes da indústria dizem que é algo perto de US$ 20 bilhões. O banco tem investido na internacionalização da área, tanto nos EUA quanto na Europa. Em março do ano passado, anunciou a aquisição do FIS Privatbank, banco privado sediado em Luxemburgo, por € 21,3 milhões.

Nos EUA, o BTG já tem desde 2009 uma corretora, com sede em Nova York e filial em Miami, com o conglomerado contando com quase 250 pessoas no país. Com o novo banco, poderá captar depósitos e realizar empréstimos, que é a perna que faltava para atender os clientes de wealth. Outros bancos brasileiros já seguiram esse caminho, como o Bradesco, que comprou o BAC Florida em 2019 por cerca de US$ 500 milhões.

O foco do BTG é atender clientes latino-americanos nos EUA e, em menor escala, ser um especialista em América Latina para empresas americanas e europeias. Para isso, tem aumentado a equipe comercial e tirado executivos da concorrência. Nos últimos anos os investidores brasileiros — a começar pelo private — têm ampliado a diversificação para moedas fortes.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Sallouti: teremos oferta customizada

XP capta US$ 500 mi com bônus de cinco anos no exterior

Rita Azevedo
De São Paulo

A XP voltou ao mercado de dívida em dólar e precificou ontem uma emissão de US$ 500 milhões com taxa de remuneração (yield) dos títulos de 7%. A demanda pelos papéis, que vencem em cinco anos, chegou a US$ 1,3 bilhão, segundo fontes que acompanharam a operação.

É a segunda vez que a XP emite bonds. Na primeira, em 2021, a companhia do setor financeiro captou US$ 750 milhões a 3,25%. Parte da emissão deve ser recomprada pela empresa com os recursos captados nesta semana.

A agência de classificação de risco Moody's atribuiu nota "Ba2" para a oferta. Segundo os analistas, o rating dos títulos, assim como o da própria XP, reflete a posição de liderança da empresa e outros fatores, como a diversificação de fontes de receita.

Em relatório, a Fitch atribuiu nota "BB(EXP)" para a oferta, considerando a governança corporativa e a estrutura de gerenciamento de risco da empresa, a qualidade dos ativos, a estrutura de financiamento "robusta" e índices de alavancagem "crescentes, mas ainda adequados".

Atuam na oferta a própria XP, ao lado de Bank of America (BofA), Bradesco BBI, Citi, Goldman Sachs, Itaú BBA e J.P. Morgan.

As últimas semanas foram movimentadas para emissões de bonds, após um hiato provocado pela volatilidade dos mercados. Na última terça-feira, a Vale precificou uma operação de US$ 1 bilhão com a demanda ultrapassando sete vezes a oferta. No dia 20 de junho, o Tesouro Nacional levantou US$ 2 bilhões com títulos sustentáveis com prazo de sete anos. A demanda também foi forte, chegando a US$ 4,7 bilhões.

Desde o início de 2024, foram feitas 17 ofertas brasileiras de títulos de dívida em dólar. O volume de emissões no ano soma cerca de US$ 15,4 bilhões. A expectativa dos bancos é que o volume ultrapasse US$ 20 bilhões até dezembro.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 27/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.893,9865040	0,04	0,65	4,53
IRF-M	1+**	20.065,0446720	-0,08	-0,32	0,62
IRF-M	Total	18.264,8457080	-0,04	-0,02	1,79
IMA-B	5***	9.291,1725680	0,01	0,57	3,50
IMA-B	5+****	11.111,7941460	-0,08	-1,44	-4,25
IMA-B	Total	9.848,2165300	-0,03	-0,46	-0,59
IMA-S	Total	6.727,8354840	0,04	0,77	5,28
IMA-Geral	Total	8.157,6500360	0,00	0,24	2,62

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	13/06	12/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,73	37,09	33,93	28,38	33,49	35,62
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,47	26,49	26,65	21,51	26,41	26,00
Conta garantida pré - a.a.	40,19	39,77	42,52	51,12	41,42	46,95
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,99	21,92	22,16	21,55	24,19	29,57
Vendor pré - a.a.	15,98	15,78	15,53	15,05	15,52	20,82
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	19,06	18,80	17,32	16,84	17,48	23,36
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,48	18,15	17,44	17,17	16,63	18,03
Conta garantida pós - a.a.	25,41	25,41	25,01	24,89	25,55	27,74
ACC pós - a.a.	8,82	8,71	7,90	8,60	8,90	8,49
Factoring - a.m.	3,29	3,28	3,32	3,32	3,29	3,55

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	27/06/24	26/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3200	5,3400	5,3200	5,0500
1 mês	-	5,3351	5,3350	5,3243	5,3243	5,0656
3 meses	-	5,3533	5,3533	5,3496	5,3491	4,9884
6 meses	-	5,3877	5,3889	5,3886	5,3893	4,7705
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6610	3,6630	3,8920	3,9090	3,3970
1 mês	-	3,8102	3,8508	3,9122	3,9122	3,1984
3 meses	-	3,8883	3,9044	3,9257	3,9251	3,0561
6 meses	-	3,9264	3,9332	3,9437	3,9434	2,6388
1 ano	-	3,8848	3,8796	3,9419	3,8324	1,5679
Euribor ***						
1 mês	-	3,646	3,598	3,717	3,764	3,411
3 meses	-	3,722	3,700	3,785	3,785	3,554
6 meses	-	3,672	3,689	3,745	3,749	3,915
1 ano	-	3,576	3,608	3,711	3,722	4,094
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,33	5,33	5,27	5,37	5,36	5,11
T-Bill (3 meses)	5,37	5,38	5,37	5,39	5,40	5,30
T-Bill (6 meses)	5,32	5,35	5,36	5,37	5,31	5,41
T-Note (2 anos)	4,72	4,75	4,74	4,87	4,99	4,89
T-Note (5 anos)	4,30	4,35	4,28	4,51	4,60	4,03
T-Note (10 anos)	4,29	4,33	4,26	4,50	4,55	3,77
T-Bond (30 anos)	4,43	4,46	4,40	4,65	4,67	3,85

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jun/24*	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,75	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	5,18	11,99
CDI	0,75	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	5,18	11,99
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,37
Poupança (2)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
Poupança (3)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
IRF-M	-0,02	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,79	10,51
IMA-B	-0,46	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-0,59	6,56
IMA-S	0,77	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	5,28	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	1,81	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-7,36	12,70
Índice Small Cap	0,78	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-13,86	-4,39
IBrX 50	1,81	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-5,96	14,94
ISE	2,29	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-9,09	1,45
IMOB	2,77	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-15,44	-0,55
IDIV	2,21	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-3,20	19,55
IFIX	-1,60	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	0,50	12,24
Dólar Ptax (BC)	5,37	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	14,08	2,86
Dólar Comercial (mercado)	4,93	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	13,51	3,47
Euro (BC) (4)	4,03	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	10,52	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	3,50	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	9,79	5,03
Ouro (BC)	5,13	2,87	7,18	8,62	0,27	1,71	28,40	21,74
Inflação								
IPCA (5)	0,32	0,46	0,38	0,16	0,83	0,42	2,60	3,93
IGP-M	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	1,10	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 27/jun/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,32% para o mês de junho

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 24/06/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentab. nominal % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Captação líquida R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.509.600,36					-3.752,79	28.649,07	214.202,06	208.821,85
RF Indexados (2)	148.698,67	0,10	0,33	2,51	8,06	-416,54	-4.647,24	-5.814,72	-15.379,35
RF Duração Baixa Soberano (2)	676.184,70	0,04	0,58	4,66	10,91	-1.394,41	899,90	38.622,98	40.291,86
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	823.323,16	0,04	0,65	5,31	12,44	-1.071,01	3.562,75	28.925,80	38.211,92
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	177.894,93	0,04	0,05	5,34	12,46	353,34	6.538,46	72.042,42	77.969,45
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.940,64	0,05	0,58	4,23	9,10	104,05	800,27	-3.158,19	-4.231,50
RF Duração Livre Soberano (2)	213.107,29	0,06	0,55	4,19	10,12	248,48	1.927,71	-13.766,31	-26.560,39
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	666.368,62	0,06	0,59	4,64	10,98	-512,38	9.821,39	-6.710,83	-29.171,72
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	358.840,20	0,07	0,55	4,55	11,77	76,63	8.936,07	75.508,72	128.020,09
Ações	602.242,79					-454,44	3.558,90	314,83	39.335,13
Ações Indexados (2)	10.066,35	1,08	0,46	-8,56	2,82	20,98	-21,79	472,15	-914,89
Ações Índice Ativo (2)	31.035,50	1,24	0,08	-9,31	0,74	-18,79	-20,03	-3.687,93	-3.618,68
Ações Livre	217.923,39	0,81	-0,16	-6,89	2,93	-370,35	3.638,90	1.859,93	-4.785,57
Fechados de Ações	124.883,64	0,09	0,25	-4,13	-2,06	10,40	-374,41	-925,68	29.502,25
Multimercados	1.650.582,31					-1.046,48	-23.234,60	-77.523,83	-207.795,92
Multimercados Macro	149.375,82	0,09	0,45	0,65	5,93	-662,76	-5.524,09	-26.592,95	-51.003,63
Multimercados Livre	628.416,15	0,10	0,52	2,53	8,20	-703,61	-10.210,64	-2.703,64	-53.116,08
Multimercados Juros e Moedas	50.165,15	0,02	0,61	4,40	11,11	-67,86	-2.840,70	-7.357,87	-17.648,59
Multimercados Invest. no Exterior (2)	742.947,91	-0,14	1,29	3,86	11,03	436,63	-4.361,67	-41.392,33	-81.138,44
Cambial	6.388,62	-1,06	3,09	14,12	19,46	-89,55	-6,74	-350,58	-1.389,03
Previdência	1.429.804,15					406,05	589,80	16.355,52	40.339,31
ETF	43.390,35					399,74	634,38	-1.767,66	-1.859,53
Demais Tipos	2.004.057,48					-880,45	1.438,30	48.027,03	54.273,64
Total Fundos de Investimentos	**7.242.008,58**					**-4.537,46**	**10.190,81**	**151.230,34**	**77.451,81**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.645.874,06**					**167,73**	**-1.205,76**	**31.938,91**	**110.202,05**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**8.936.324,51**					**-4.369,73**	**8.985,05**	**183.169,25**	**187.653,86**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	27/06/24	26/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	13,08
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0298
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,43
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9811
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,44	10,45	10,43	10,38	10,36	13,46
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,61	10,61	10,67	10,43	10,37	13,00
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,41	10,41	10,39	10,39	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,42	10,42	10,37	10,37	13,54
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,45	10,44	10,36	10,36	13,45
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,49	10,49	10,48	10,36	10,36	13,33
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,61	10,60	10,60	10,39	10,37	13,00
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,96	10,94	10,91	10,56	10,48	11,90

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 27/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.921,49	10,402	102.556	10,400	10,404	10,400
Vencimento em ago/24	99.022,72	10,406	205.397	10,406	10,410	10,406
Vencimento em set/24	98.167,96	10,422	5.727	10,424	10,428	10,424
Vencimento em out/24	97.353,62	10,450	363.056	10,445	10,475	10,445
Vencimento em nov/24	96.459,01	10,499	424	10,485	10,515	10,485
Vencimento em dez/24	95.714,49	10,555	9.211	10,550	10,600	10,560
Vencimento em jan/25	94.888,47	10,620	820.562	10,585	10,675	10,625
Vencimento em fev/25	94.022,51	10,685	2.123	10,665	10,705	10,705
Vencimento em mar/25	93.222,34	10,764	5.135	10,760	10,790	10,760
Vencimento em abr/25	92.478,56	10,808	133.329	10,740	10,890	10,815
Vencimento em mai/25	91.689,39	10,864	2.966	10,810	10,920	10,870

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.508,72	-0,22	414.670	5.483,50	5.540,50	5.503,00
Vencimento em ago/24	5.527,44	-0,21	121.385	5.480,00	5.558,00	5.527,00
Vencimento em set/24	5.544,91	-0,21	30	5.530,50	5.540,00	5.540,00
Vencimento em out/24	5.561,51	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.580,22	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.897,55	0,04	160	5.910,00	5.925,00	5.922,30
Vencimento em ago/24	5.926,71	0,03	160	5.908,30	5.960,50	5.954,30
Vencimento em set/24	5.955,44	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	125.791	1,25	87.630	124.230	126.000	125.940
Vencimento em out/24	127.809	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	129.825	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 27/06/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,5223	5,5229	0,24	5,37	14,08	15,29
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5073	5,5079	-0,20	4,93	13,51	14,78
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5521	5,7321	0,21	5,11	13,56	15,15
Euro (BC) - (R$/€)	5,9116	5,9145	0,47	4,03	10,52	12,63
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,8946	5,8953	0,01	3,50	9,79	12,07
Euro Turismo (R$/€)	5,9722	6,1522	0,51	3,69	9,72	12,42
Euro (BC) - (US$/€)	1,0705	1,0709	0,23	-1,27	-3,12	-2,31
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	412,7280	412,7728	1,29	5,13	28,40	40,11
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.327,26	1,27	0,07	12,69	21,50
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.310,55	-0,24	-1,38	12,03	20,09

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	27/06/24	26/06/24	No fim de mai/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	158.606,91	155.234,87	152.338,81	173.997,89	2,17	4,11	-8,85
Valor-Coppead Mínima Variância	95.761,94	95.699,51	93.649,60	93.533,91	0,07	2,26	2,38

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (2) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (1)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 27/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 27/06/24

Índice	27/06/24	26/06/24	Em 31/05/24	Em 29/12/23	Em 27/06/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	183,73	183,72	183,18	165,54	153,57	0,00	0,30	10,99	19,64
S&P BNY Emergentes	352,50	354,36	341,77	312,75	297,17	-0,52	3,14	12,71	18,62
S&P BNY América Latina	190,22	188,66	204,45	225,28	207,01	0,83	-6,96	-15,56	-8,11
S&P BNY Brasil	187,71	185,36	197,69	232,95	208,49	1,27	-5,05	-19,42	-9,97
S&P BNY México	291,95	291,96	329,09	331,67	328,41	0,00	-11,29	-11,97	-11,10
S&P BNY Argentina	236,55	229,16	262,91	178,27	156,35	3,22	-10,03	32,69	51,29
S&P BNY Chile	137,66	139,82	148,41	162,12	172,17	-1,54	-7,24	-15,08	-20,04
S&P BNY Índia	3.047,18	3.024,15	2.747,17	2.923,01	2.793,02	0,76	10,92	4,25	9,10
S&P BNY Ásia	217,59	218,48	212,76	189,60	176,70	-0,41	2,27	14,76	23,14
S&P BNY China	303,90	312,65	329,83	336,11	323,75	-2,80	-7,86	-9,58	-6,13
S&P BNY África do Sul	201,66	201,43	206,33	199,87	209,31	0,11	-2,26	0,90	-3,65
S&P BNY Turquia	33,44	32,79	34,31	22,45	17,13	2,00	-2,52	48,94	95,22

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
10/06 a 10/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
11/06 a 11/07	0,0883	0,5887	0,5887	0,7989
12/06 a 12/07	0,0963	0,5968	0,5968	0,8070
13/06 a 13/07	0,0945	0,5950	0,5950	0,8052
14/06 a 14/07	0,0676	0,5679	0,5679	0,7681
15/06 a 15/07	0,0399	0,5401	0,5401	0,7302
16/06 a 16/07	0,0660	0,5663	0,5663	0,7665
17/06 a 17/07	0,0922	0,5927	0,5927	0,8029
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941	0,5941	0,8043
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961	0,5961	0,8063
21/06 a 21/07	0,0653	0,5656	0,5656	0,7658
22/06 a 22/07	0,0389	0,5391	0,5391	0,7292
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655	0,5655	0,7657
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920	0,5920	0,8021
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898	0,5898	0,8000
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911	0,5911	0,8012

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 27/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	124.308	1,36	1,81	-7,36	5,77
IBrX	52.546	1,40	1,81	-6,91	6,36
IBrX 50	20.893	1,34	1,81	-5,96	7,68
IEE	88.790	1,44	1,69	-6,49	-0,04
SMLL	2.027	2,21	0,78	-13,86	-8,30
ISE	3.422	1,96	2,29	-9,09	-3,04
IMOB	855	1,50	2,77	-15,44	-3,26
IDIV	8.784	0,83	2,21	-3,20	12,88
IFIX	3.328	0,52	-1,60	0,50	6,79
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.508	1,12	-3,38	-18,79	-8,26
IBrX	9.514	1,15	-3,37	-18,40	-7,75
IBrX 50	3.783	1,09	-3,38	-17,56	-6,60
IEE	16.077	1,20	-3,49	-18,03	-13,30
SMLL	367	1,97	-4,36	-24,49	-20,43
ISE	620	1,71	-2,92	-20,31	-15,90
IMOB	155	1,26	-2,47	-25,87	-16,09
IDIV	1.590	0,59	-2,99	-15,15	-2,10
IFIX	603	0,28	-6,61	-11,90	-7,38

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 26/06/24	Spread 25/06/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	382	386	-4,0	12,0	37,0
África do Sul	333	340	-7,0	-25,0	7,0
Argentina	1.428	1.440	-12,0	87,0	-479,0
Brasil	233	235	-2,0	20,0	38,0
Colômbia	311	313	-2,0	8,0	46,0
Filipinas	74	80	-6,0	-4,0	16,0
México	188	187	1,0	22,0	21,0
Peru	106	108	-2,0	1,0	4,0
Turquia	254	262	-8,0	11,0	-22,0
Venezuela	17.484	17.876	-392,0	1.020,0	-6.608,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
out/23	340.247	17/06/24	357.548
nov/23	348.406	18/06/24	358.116
dez/23	355.034	19/06/24	358.207
jan/24	353.563	20/06/24	357.962
fev/24	352.705	21/06/24	357.869
mar/24	355.008	24/06/24	358.072
abr/24	351.599	25/06/24	358.112
mai/24	355.560	26/06/24	357.371

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	27/06/24	26/06/24	25/06/24	24/06/24	21/06/24	20/06/24
Índice	2.112,26	2.113,35	2.115,99	2.116,70	2.113,66	2.110,42
Var. no dia	-0,05%	-0,12%	-0,03%	0,14%	0,15%	0,13%
Var. no mês	0,10%	0,15%	0,28%	0,31%	0,17%	0,01%
Var. no ano	2,28%	2,33%	2,46%	2,49%	2,35%	2,19%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 27/06/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,8100	36,8300	0,14990	0,15000
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,5223	5,5229
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,2913	36,3823	0,1518000	0,1522000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7889	0,8063
Colon (Costa Rica)	521,0000	526,0000	0,010500	0,010600
Coroa (Dinamarca)	6,9660	6,9666	0,7927	0,7928
Coroa (Islândia)	138,9300	139,2200	0,03967	0,03975
Coroa (Noruega)	10,6622	10,6653	0,5178	0,5180
Coroa (Rep. Tcheca)	23,3950	23,4050	0,2359	0,2361
Coroa (Suécia)	10,6163	10,6193	0,5200	0,5202
Dinar (Argélia)	134,4199	135,0099	0,04090	0,04109
Dinar (Kuwait)	0,3067	0,3068	17,9997	18,0075
Dinar (Líbia)	4,8636	4,8859	1,1303	1,1356
Direitos Especiais de Saque ***	1,3150	1,3150	7,2618	7,2626
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6732	1,5034	1,5037
Dirham (Marrocos)	9,9413	9,9463	0,5552	0,5556
Dólar (Austrália)***	0,6646	0,6648	3,6701	3,6716
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,5223	5,5229
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7161	2,7639
Dólar (Canadá)	1,3693	1,3697	4,0318	4,0334
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,6135	6,6944
Dólar (Cingapura)	1,3578	1,3586	4,0647	4,0675
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,5223	5,5229
Dólar (Hong Kong)	7,8092	7,8093	0,7071	0,7072
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6087	0,6091	3,3614	3,3640
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7493	6,8260	0,8090	0,8183
Euro (Comunidade Européia)***	1,0705	1,0709	5,9116	5,9145
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0342	3,0949
Franco (Suíça)	0,8979	0,8983	6,1475	6,1509
Guarani (Paraguai)	7536,1000	7546,4200	0,0007318	0,0007329
Hryvnia (Ucrânia)	40,4000	40,6000	0,1360	0,1367
Iene (Japão)	160,6900	160,7400	0,03436	0,03437
Lev (Bulgária)	1,8266	1,8269	3,0228	3,0236
Libra (Egito)	47,9800	48,0800	0,1149	0,1151
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000062	0,000062
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2651	1,2652	6,9863	6,9876
Naira (Nigéria)	1495,0000	1555,0000	0,00355	0,00369
Lira (Turquia)	32,8388	32,8464	0,1681	0,1682
Novo Dólar (Taiwan)	32,5260	32,5560	0,16960	0,16980
Novo Sol (Peru)	3,8199	3,8224	1,4447	1,4458
Peso (Argentina)	911,5000	912,0000	0,00606	0,00606
Peso (Chile)	952,5300	953,1300	0,005794	0,005798
Peso (Colômbia)	4157,0000	4162,4500	0,001327	0,001329
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2301	0,2301
Peso (Filipinas)	58,7200	58,7400	0,09401	0,09405
Peso (México)	18,3652	18,3757	0,3005	0,3007
Peso (Rep. Dominicana)	58,8800	59,2600	0,09319	0,09380
Peso (Uruguai)	39,5600	39,5900	0,13950	0,13960
Rande (África do Sul)	18,4623	18,4733	0,2989	0,2991
Rial (Arábia Saudita)	3,7515	3,7521	1,4718	1,4722
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001315	0,0001315
Ringgit (Malásia)	4,7180	4,7210	1,1697	1,1706
Rublo (Rússia)	85,4955	85,5045	0,06458	0,06460
Rúpia (Índia)	83,4379	83,4549	0,06617	0,06619
Rúpia (Indonésia)	16395,0000	16400,0000	0,0003367	0,0003369
Rúpia (Paquistão)	278,4000	278,5000	0,01983	0,01984
Shekel (Israel)	3,7522	3,7607	1,4684	1,4719
Won (Coréia do Sul)	1386,3500	1387,1700	0,003981	0,003984
Yuan Renminbi (China)	7,2688	7,2689	0,7597	0,7598
Zloty (Polônia)	4,0295	4,0321	1,3696	1,3706

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2325,19	0,01338	412,7280	412,7728

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	27/06/24	26/06/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.164,06	39.127,80	0,09	1,23	3,91	15,44	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.789,03	19.751,05	0,19	6,76	17,61	32,40	14.109,57	19.908,86
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.858,68	17.805,16	0,30	6,71	18,97	31,74	12.595,61	17.862,23
EUA	Nova York	S&P 500	5.482,87	5.477,90	0,09	3,89	14,95	25,23	4.117,37	5.487,03
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.942,16	21.793,90	0,68	-1,47	4,69	11,19	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	52.310,96	52.468,01	-0,30	-5,20	-8,84	-3,00	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.376,64	1.368,90	0,57	-1,66	15,18	21,88	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	77.538,43	77.538,44	0,00	12,03	34,07	136,04	32.850,05	77.538,44
Chile	Santiago	IPSA	6.504,53	6.512,13	-0,12	-1,93	4,95	14,94	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.636,10	29.848,81	-0,71	-1,93	14,16	33,52	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.635.667,44	1.574.472,22	3,89	-0,95	75,93	292,83	409.622,74	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.488,28	1.493,37	-0,34	-2,77	6,65	10,71	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.210,55	18.155,24	0,30	-1,55	8,71	14,92	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.530,72	7.609,15	-1,03	-5,78	-0,17	4,37	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.186,89	33.541,98	-1,06	-3,78	9,34	21,12	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.919,21	3.915,33	0,10	0,03	5,70	12,63	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.889,65	2.911,30	-0,74	4,35	26,54	46,75	1.962,58	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	10.951,50	11.030,50	-0,72	-3,27	8,41	16,59	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.400,43	1.406,24	-0,41	-2,19	8,30	13,37	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	925,11	923,13	0,21	2,38	17,58	21,64	714,05	933,84
Hungria	Budapeste	BUX	71.492,81	71.013,43	0,68	5,28	17,94	42,81	49.605,16	71.492,81
Polônia	Varsóvia	WIG	88.135,13	87.849,35	0,33	2,11	12,33	32,74	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.522,65	6.545,95	-0,36	-5,07	1,97	10,36	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.168,05	1.130,73	3,30	3,76	7,81	13,60	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.557,87	2.572,24	-0,56	-1,78	6,66	13,96	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.004,31	12.015,72	-0,09	0,03	7,78	7,73	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.680,91	10.486,70	1,85	2,70	42,98	85,46	5.759,11	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.947,48	1.962,59	-0,77	-2,31	3,82	10,01	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	78.969,31	79.252,38	-0,36	2,95	2,70	5,94	69.451,97	80.713,75
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	39.341,54	39.667,07	-0,82	2,22	17,56	20,91	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.002,80	8.022,90	-0,25	0,40	2,21	9,63	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.614,03	1.641,47	-1,67	-6,68	-12,18	-20,49	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.945,85	2.972,53	-0,90	-4,57	-0,98	-7,64	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.784,06	2.792,05	-0,29	5,60	4,85	7,85	2.277,99	2.807,63
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.716,47	18.089,93	-2,06	-2,01	3,92	-7,48	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	79.243,18	78.674,25	0,72	7,14	9,69	24,96	63.148,15	79.243,18
Indonésia	Jacarta	JCI	6.967,95	6.905,64	0,90	-0,04	-4,19	4,59	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.309,46	1.319,15	-0,73	-2,69	-7,51	-11,41	1.296,59	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.905,98	22.986,69	-0,35	8,18	27,75	35,64	16.001,27	23.406,10

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

NATURA COSMÉTICOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 71.673.990/0001-77 - NIRE 35.300.143.183

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2024

I. Data, Hora e Local: 04 de junho de 2024, às 18:00 horas, por conferência telefônica, nos termos do §2° do artigo 12 do Estatuto Social da Natura Cosméticos S.A. ("Companhia"). **II. Convocação:** dispensada em face da presença, por conferência telefônica, de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do §1° do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia. **III. Quórum:** presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Guilherme Strano Castellan e Itamar Gaino Filho. Presente ainda a Sra. Daniela Anversa, secretária da reunião. **IV. Composição da Mesa:** assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Itamar Gaino Filho, que convidou a Sra. Daniela Anversa para secretariar os trabalhos. **V. Ordem do Dia:** deliberar sobre as seguintes matérias: **1.** nos termos do artigo 15, inciso xiv, do Estatuto Social da Companhia, a realização da 13ª (décima terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia ("Emissão"), as quais serão objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, nos termos dos artigos 26, inciso V, alínea "a" e 27, inciso I da Resolução da CVM n° 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente), conforme os termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 13ª (Décima Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Sob o Rito de Registro Automático, para Distribuição Pública, da Natura Cosméticos S.A.*" ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n° 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 302, 303 e 304, CEP 22640102, inscrita no CNPJ sob o n° 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto da emissão ("Debenturistas" e "Agente Fiduciário", respectivamente); **2.** a autorização para que a Diretoria e/ou procuradores da Companhia, conforme aplicável, pratiquem todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando à, (a) contratação dos prestadores de serviço da Oferta, o que inclui, mas não se limita à Agência de Classificação de Risco (conforme abaixo definido), do Escriturador (conforme abaixo definido), do Banco Liquidante (conforme abaixo definido), dos Coordenadores (conforme abaixo definido), da Consultoria Especializada (conforme abaixo definido); (b) discussão, negociação e definição dos termos e condições da Escritura de Emissão, o Contrato de Colocação e demais documentos da Oferta; (c) celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Colocação e demais documentos da Oferta e de eventuais aditamentos a tais instrumentos, incluindo o aditamento à Escritura de Emissão para refletir o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), e todos e quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos necessários à realização da Emissão e da Oferta; e **3.** a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria ou por procuradores da Companhia, conforme aplicável, relacionados às deliberações do itens 1 a 2 acima. **VI. Deliberações:** após as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas: **1.** a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes principais características e condições: **(i) Número da Emissão.** A Emissão constitui a 13ª (décima terceira) emissão de debêntures da Companhia; **(ii) Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R$1.326.000.000,00 (um bilhão, trezentos e vinte e seis milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"); **(iii) Número de Séries.** A Emissão será realizada em série única; **(iv) Banco Liquidante e Escriturador.** O banco liquidante da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Itausa, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e o escriturador da Emissão será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.500, 3° andar, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 61.194.353/0001-64 ("Escriturador"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador; **(v) Regime de Colocação e Procedimento de Distribuição.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, exclusivamente para Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), a ser registrada sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e do artigo 26, inciso V, alínea "a", da Resolução CVM 160, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures emitidas ("Garantia Firme"), com a intermediação da instituição financeira líder ("Coordenador Líder") e de demais instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"). nos termos e condições a serem definidos no "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, da 13ª (Décima Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Natura Cosméticos S.A.* " a ser celebrado entre os Coordenadores e a Companhia ("Contrato de Colocação"); **(vi) Público-alvo da Oferta.** O público-alvo da Oferta é composto exclusivamente por investidores profissionais, conforme definidos nos artigos 11 e 13 da Resolução CVM n° 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, quais sejam: (a) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (d) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$10.000.000.00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo A da Resolução CVM 30; (e) fundos de investimento; (f) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (g) assessores de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; (h) investidores não residentes; (i) fundos patrimoniais; e (j) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios considerados investidores profissionais conforme regulamentação específica do órgão de governo competente na esfera federal ("Investidores Profissionais"); **(vii) Plano de Distribuição.** A Oferta será conduzida pelos Coordenadores, conforme plano de distribuição elaborado nos termos do artigo 49 da Resolução CVM 160, não havendo qualquer limitação em relação à quantidade de investidores acessados pelo Coordenadores, sendo possível, ainda, a subscrição ou aquisição das Debêntures por qualquer número de investidores, respeitado o público-alvo; **(viii) Procedimento de Coleta de Intenções de Investimentos (Procedimento de *Bookbuilding*).** Será adotado procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, a ser realizado pelos Coordenadores, com o acompanhamento pela Companhia, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, nos termos do Contrato de Colocação, para definição dos Juros Remuneratórios das Debêntures ("Procedimento de *Bookbuilding*"). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado pela Companhia por meio de aditamento a Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à Primeira Data de Integralização (conforme definido abaixo) e registrado na JUCESP, após a liquidação das Debêntures, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas; **(ix) Destinação dos Recursos.** Os recursos obtidos pela Companhia por meio da Oferta serão destinados para reforço de caixa da Companhia; **(x) Caracterização das Debêntures como Títulos Vinculados a Meta ASG (Ambiental, Social e Governança Corporativa).** As Debêntures serão caracterizadas como debêntures vinculadas a metas ASG ("Debêntures Vinculadas a Meta ASG") por contar com a possibilidade de terem suas características ajustadas em razão do cumprimento (ou não) de determinada meta ASG ("Meta ASG"), a qual será mensurada de acordo com o indicador e procedimentos descritos no Anexo I da Escritura de Emissão, em linha com as diretrizes do *Sustainability-Linked Bond Principles* de 2023, emitidas e atualizadas pela *International Capital Market Association - ICMA*; **(xi) Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 15 de junho de 2024 ("Data de Emissão"); **(xii) Data de Início da Rentabilidade.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido) das Debêntures ("Data de Início da Rentabilidade"); **(xiii) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, e adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; **(xiv) Conversibilidade.** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia e nem permutáveis em ações de outra empresa; **(xv) Espécie.** Nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures serão da espécie quirografária; **(xvi) Prazo de Vigência e Data de Vencimento.** Nos termos da Escritura de Emissão e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) e/ou Oferta de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se portanto, em 15 de junho de 2029 ("Data de Vencimento"); **(xvii) Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(xviii) Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas 1.326.000 (um milhão, trezentos e vinte e seis mil) Debêntures; **(xix) Prazo e Forma de Subscrição e Integralização.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, na primeira data de subscrição e integralização ("Primeira Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, o preço de integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização; **(xx) Remuneração.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; **(xxi) Juros Remuneratórios.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão, desde a Data de Início da Rentabilidade, juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), acrescida de *spread* ou sobretaxa a ser definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitada, em qualquer caso, a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a Data de Início da Rentabilidade ou desde a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios"). Para os fins da Escritura de Emissão, "Período de Capitalização" será, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade (inclusive) e termina na primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (exclusive), e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (inclusive) e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios subsequente (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. **(xxii) Mecanismo de Step Up.** Os Juros Remuneratórios serão aumentados caso (i) a Companhia não cumpra a Meta ASG, conforme a serem estabelecidas no Anexo I da Escritura de Emissão, na Primeira Data de Observação e/ou na Segunda Data de Observação (conforme a serem definidas no Anexo I da Escritura de Emissão; ou (ii) não seja entregue ao Agente Fiduciário o Relatório do Verificador Externo atestando o cumprimento da Meta ASG em questão até a respectiva Data de Verificação das mesmas (conforme a ser definido no Anexo I da Escritura de Emissão)) ("Mecanismo de Step Up"). Na ocorrência de um Mecanismo de Step Up, os Juros Remuneratórios serão aumentados a partir do Período de Capitalização subsequente à ocorrência do Mecanismo de Step Up , sendo (i) e (ii) abaixo um "Step Up dos Juros Remuneratórios". (i) em 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, aplicado até a Segunda Data de Verificação, caso a Companhia (i.a) não cumpra a Meta ASG a ser atingida na Primeira Data de Observação (a ser definida na Escritura de Emissão); e/ou (i.b) não entregue ao Agente Fiduciário até a Primeira Data de Verificação, o Relatório do Verificador Externo atestando o cumprimento da Meta na Primeira Data de Observação; e (ii) 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, caso a Companhia (ii.a) não cumpra a Meta ASG a ser atingida na Segunda Data de Observação (a ser definido na Escritura de Emissão); e/ou (ii.b) não entregue ao Agente Fiduciário até a Segunda Data de Verificação (a ser definido na Escritura de Emissão), o Relatório do Verificador Externo atestando o cumprimento da Meta ASG a ser atingida na Segunda Data de Observação; **(xxiii) Amortização do Valor Nominal Unitário.** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o saldo Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento, conforme tabela a seguir:

Data de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures	% do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures
Data de Vencimento	100,0000%

(xxiv) Pagamento dos Juros Remuneratórios. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios serão pagos, semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2024 e os demais pagamentos devidos todo dia 15 dos meses de junho e dezembro até a Data de Vencimento, conforme cronograma abaixo (sendo cada data de pagamento, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios"):

Nº da Parcela	Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios
1	15 de dezembro de 2024
2	15 de junho de 2025
3	15 de dezembro de 2025
4	15 de junho de 2026
5	15 de dezembro de 2026
6	15 de junho de 2027
7	15 de dezembro de 2027
8	15 de junho de 2028
9	15 de dezembro de 2028
10	Data de Vencimento das Debêntures

(xxv) Repactuação Programada. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; **(xxvi) Local de Pagamento.** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; **(xxvii) Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista e decorrente da Escritura de Emissão até o 1° (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvadas as obrigações de pagamento, cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos; **(xxviii) Multa e Juros Moratórios.** Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a: (i) multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados *pro rata temporis* à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido e não pago, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"); **(xxix) Classificação de Risco.** Será contratada como agência de classificação de risco das Debêntures a Fitch Ratings Brasil Ltda., com sede na Alameda Santos, n° 700, 7° andar, CEP 01418-100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n° 01.813.375/0002-14 ("Agência de Classificação de Risco"). Durante o prazo de vigência das Debêntures, a Companhia deverá manter contratada a Agência de Classificação de Risco para a atualização anual (uma vez a cada ano-calendário) da classificação de risco (rating) das Debêntures, até a integral quitação das Debêntures, sendo que, em caso de substituição, deverá ser observado o procedimento previsto na Escritura de Emissão; **(xxx) Garantias.** As Debêntures não contarão com nenhum tipo de garantia (real ou fidejussória); **(xxxi) Resgate Antecipado Facultativo.** A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e a partir do 24° (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, 15 de junho de 2026 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o Debenturista fará jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, bem como Encargos Moratórios, se houver, acrescido de prêmio de resgate correspondente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Prêmio de Resgate"), observado, caso aplicável, o Prêmio Adicional ESG - Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), pelo prazo remanescente entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento, sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário a ser resgatado, conforme o caso, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. O Prêmio de Resgate poderá ser majorado em até 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis caso a Companhia (i) não cumpra a Primeira Meta ASG e a Segunda Meta ASG (conforme definidas no Anexo I da Escritura de Emissão), de forma cumulativa, na data do Resgate Antecipado Facultativo ou (ii) não entregue o Relatório Antecipado da Meta ASG ao Agente Fiduciário atestando o cumprimento da Primeira Meta e da Segunda Meta. Caso a Companhia ateste o cumprimento apenas da Primeira Meta ASG mas não da Segunda Meta ASG, o Prêmio de Resgate será majorado em 0,075% ("Prêmio Adicional ESG - Resgate Antecipado"), Caso a Companhia ateste o cumprimento da Segunda Meta ASG, o Prêmio Adicional ESG - Resgate Antecipado não será devido; **(xxxii) Amortização Extraordinária.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 24° (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, 15 de junho de 2026 (inclusive), realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Extraordinária"). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Companhia será equivalente a (a) parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a ser amortizada, acrescido (b) dos respectivos Juros Remuneratórios e demais Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária, incidentes sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada e (c) de prêmio equivalente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Prêmio de Amortização"), observado, caso aplicável, o Prêmio Adicional ESG - Amortização Extraordinária (conforme abaixo definido), pelo prazo remanescente entre a Data da Amortização Extraordinária e a Data de Vencimento, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou sobre parcela do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizada, conforme o caso, e acrescida dos respectivos Juros Remuneratórios proporcionais, calculado conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. O Prêmio de Amortização poderá ser majorado em até 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis caso a Companhia (i) não cumpra a Primeira Meta ASG e a Segunda Meta ASG, de forma cumulativa, na data do Resgate Antecipado Facultativo ou (ii) não entregue o Relatório Antecipado da Meta ASG ao Agente Fiduciário atestando o cumprimento da Primeira Meta e da Segunda Meta. Caso a Companhia ateste o cumprimento apenas da Primeira Meta ASG mas não da Segunda Meta ASG, o Prêmio de Amortização será majorado em 0,075% ("Prêmio Adicional ESG - Amortização Extraordinária"). Caso a Companhia ateste o cumprimento Segunda Meta ASG, o Prêmio Adicional ESG - Amortização Extraordinária não será devido; **(xxxiii) Oferta de Resgate Antecipado.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, nos termos previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser realizada da seguinte forma: **(a)** a Companhia deverá comunicar todos os Debenturistas sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado mediante o envio de comunicação individual a cada Debenturista, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação dirigida ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas no Jornal de Publicação ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), descrevendo os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo **(a.i)** a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado, que deverá ser um Dia Útil; **(a.ii)** a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado à Companhia; **(a.iii)** o prazo para manifestação dos Debenturistas, o qual deve ser de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis contados da divulgação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e **(a.iv)** demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures; **(b)** conforme o caso, apresentação ao Agente Fiduciário com no mínimo 3 (três) Dias Úteis da data do efetivo resgate, o Relatório Antecipado da Meta ASG; **(c)** após a divulgação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão que se manifestar formalmente à Companhia, com cópia para o Agente Fiduciário, e em conformidade com o disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, bem como observar os procedimentos operacionais da B3 para a efetivação do resgate antecipado decorrente da Oferta de Resgate Antecipado com sua consequente liquidação, sendo certo que, findo o prazo estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, a Companhia terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado; e **(d)** o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios até a data do efetivo resgate antecipado objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e de eventuais Encargos Moratórios, e eventual prêmio de resgate antecipado, aplicado à exclusivo critério da Companhia quando da divulgação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado e que não poderá ser negativo ("Valor de Oferta de Resgate Antecipado"); **(xxxiv) Aquisição Facultativa.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observados o disposto no artigo 55, parágrafo 3°, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução da CVM n° 77, de 29 de março de 2022 ou na legislação vigente à época da aquisição, bem como as demais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Companhia; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação; **(xxxv) Desmembramento.** Não será admitido desmembramento do Valor Nominal, da Remuneração nem dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. **(xxxvi) Vencimento Antecipado.** Na ocorrência das hipóteses a serem previstas na Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e demais encargos devidos e não pagos até a data do vencimento antecipado, apurado na forma da lei, na ocorrência das seguintes hipóteses descritas na Escritura de Emissão, sendo cada uma, um "Evento de Vencimento Antecipado Automático" e a ocorrência das hipóteses a serem previstas na Cláusula 6.2 da Escritura de Emissão constituirão eventos de inadimplemento não automático ("Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático" e, quando em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automático, "Eventos de Vencimento Antecipado") que pode acarretar o vencimento não automático das obrigações decorrentes das Debêntures; e **(xxxvii) Demais características e aprovação da Escritura de Emissão.** As demais características e condições da Emissão serão estabelecidas na Escritura de Emissão. **2.** autorizar a Diretoria e/ou procuradores da Companhia, conforme aplicável, a praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando à, (a) contratação dos prestadores de serviço da Oferta, o que inclui, mas não se limita à Agência de Classificação de Risco, do Escriturador, do Banco Liquidante, dos Coordenadores, da Consultoria Especializada; (b) discussão, negociação e definição dos termos e condições da Escritura de Emissão, o Contrato de Colocação e demais documentos da Oferta; (c) celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Colocação e demais documentos da Oferta e de eventuais aditamentos a tais instrumentos, incluindo o aditamento à Escritura de Emissão para refletir o Procedimento de *Bookbuilding*, e todos e quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos necessários à realização da Emissão e da Oferta; e **3.** ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria e/ou procuradores da Companhia, conforme aplicável, relacionados às deliberações dos itens 1 a 2 acima. **VII. Encerramento:** o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a reunião para que se lavrasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada, conforme votos proferidos por e-mail, e assinada pelos conselheiros presentes. Assinaturas: João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Guilherme Strano Castellan e Itamar Gaino Filho. São Paulo, 04 de junho de 2024. *Confere com ata original lavrada em livro próprio.* Daniela Anversa - **Secretária. JUCESP** nº 223.538/24-3 em 26/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Investimentos Semestre acaba em tensão e adia retorno do apetite de investidores por risco

Com suspensão de cortes da Selic, renda fixa fica no topo

Liane Thedim
Do Rio

A interrupção dos cortes da Selic, na semana passada, foi o último ato de um primeiro semestre que começou otimista, com previsões de que a taxa chegaria a menos de dois dígitos no fim do ano, e agora se encerra com tensão e incertezas em relação à política fiscal, ao controle da inflação no Brasil e ao início do afrouxamento monetário nos EUA. Foi também um balde de água fria nas expectativas de migração do investidor para ativos de maior risco, como ações em multimercados. Com os juros básicos a 10,5%, a renda fixa se mantém no topo das preferências, e o crédito privado desponta como preferido. Junho também foi mais um mês de bom retorno para quem comprou dólar ou investiu no exterior sem proteção cambial.

No ano até 27 de junho, o Ibovespa amargava queda de 7,36% e, no mês, alta de 1,81%, sendo que entre os índices o pior desempenho é o do Imob, que reúne os papéis mais negociados do setor imobiliário, com recuo de 15,44% no ano, mas alta de 2,77% no mês. Já o de Small Caps, que reúne empresas menores e ligadas à atividade doméstica, vem logo depois, com queda de 13,86% de janeiro a 27 de junho e alta de 0,78% no mês. Enquanto isso o CDI ostenta significativos 5,22% no semestre e 0,79% no mês, e o dólar (Ptax), em meio ao nervosismo do mercado, alta de 14,08% no ano e de 5,37% no mês.

Na renda fixa, os índices com desempenho melhor são IMA-B 5, de papéis federais em até cinco anos ligados ao IPCA, com alta de 3,50% no ano e 0,57% no mês, e o IMA-S, que representa a carteira de títulos remunerados pela Selic (LFTs) e que sobe 5,28% no ano e 0,77% no mês. A percepção de maior risco fiscal e a interrupção dos cortes da Selic atingiram em cheio os títulos com vencimento mais longo, reunidos no IMA-B 5+, que cai 4,25% no ano até dia 27 e 1,44% em junho. O Ifix, por sua vez, referência dos fundos imobiliários negociados na B3, também reflete a reversão das expectativas, já que em 12 meses sobe mais de 10%, mas no ano a alta é de apenas 0,5% e em junho, cai 1,60%.

Filippe Santa Fé, chefe da área de multimercados da gestora ASA, lembra que no fim de 2023 as referências do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) a cortes de juros levaram a uma forte reação, e a curva de juros futuros americana virou o ano prevendo reduções de 0,25 ponto em todas as reuniões de 2024. Mas, recorda, a inflação e a atividade em nível acima do esperado jogaram por água abaixo a perspectiva de que seria fácil controlar a inflação e, agora, as previsões são de dois cortes ou menos, e só no fim do ano.

"Sem o susto da reprecificação dos juros, o desempenho dos ativos teria sido melhor no primeiro semestre. E o segundo semestre também não vai ser fácil com as eleições americanas. Será a parte mais difícil do ciclo", diz Santa Fé. "Com inflação a 4% não tem razão para a Selic estar a 10,5%, mas os choques no mercado externo tiraram confiança de manter cortes de juros aqui. Estamos a reboque do que acontece lá fora."

Gustavo Vieira, sócio e economista do fundo Opportunity Total, lembra que, no Brasil, as dificuldades para aumentar a arrecadação no primeiro semestre, somadas às surpresas com aumento nos gastos, especialmente com previdência, levaram a um questionamento maior da capacidade do governo de cumprir metas fiscais. "Isso levou a um ambiente de maior contestação da força do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a questionamentos da resiliência do arcabouço."

Ele lembra que, mesmo com dados positivos de inflação, embora com alguma surpresa negativa nos preços do serviços, o protagonismo acabou sendo da falta de consenso na penúltima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), quando o mercado começou a questionar o compromisso de manter a inflação na meta. "Ou seja, vimos um aumento do risco político, fiscal e monetário e o mercado puniu diversas classes de ativos, caso de bolsa, câmbio e juros."

> "Vimos aumento do risco político, fiscal e monetário e o mercado puniu diversas classes de ativos"
> *Gustavo Vieira*

O sócio do Opportunity também ressalta que, no câmbio, o otimismo levava em consideração o quadro positivo das contas externas, que se deterioraram da virada do ano para cá. "As contas não estão ruins, mas o 'amortecedor' piorou. Nunca estivemos na ponta que previa que o dólar chegaria a R$ 4,50, mas ainda não estamos com apostas contra o real", diz. Vieira comenta que as alocações do fundo Opportunity Total não incluem câmbio ou juros nominais. As posições estão em ativos reais, em NTN-Bs com vencimento longo, e ações específicas, em que eles identifiquem oportunidade.

"O último trimestre foi de turbulência. Estamos tentando identificar os excessos para nos beneficiarmos da descompressão." No entanto, afirma, como os riscos ainda são altos, a busca é por ativos que não perdem tanto em um cenário em que eventualmente aconteça uma deterioração rápida. Por isso a opção pelos títulos federais com juros reais e vencimento longo. A exposição a Brasil, porém, está abaixo da média histórica. Já a alocação na bolsa americana está acima da média, embora já com algumas reduções para aproveitar ganhos das altas recentes.

Na mesma linha está a ASA. Santa Fé explica que a decisão de começar a se desfazer das posições no Brasil foi tomada em fevereiro, diante da preocupação com o mercado de trabalho forte. "Saímos de juros no Brasil e fomos para juros no Canadá e na Europa. Todo mundo está perdendo dinheiro com juros." Ele diz que, sem risco de Brasil na carteira, opera concentrado na ideia de que os dados da economia americana podem começar a vir melhor que o esperado. A visão para o dólar, portanto, é positiva, com previsão de que pode subir de 30 a 50 pontos-base.

Sócio do escritório de gestão de investimentos Astra Capital, Arthur Costa afirma que, na média, os multimercados estavam posicionados para uma redução maior e mais rápida dos juros nos EUA e no Brasil. Como os cortes do Fed não vieram e no Brasil houve uma revisão das expectativas para a Selic já antes da interrupção neste mês, os fundos perderam e agora estão mais neutros. "Além disso, eles, na média, estavam mais pessimistas com bolsa americana, por causa da perspectiva de piora na economia, o que afetaria as empresas, mas isso não aconteceu."

Como a maior parte das apostas dos gestores estava na melhora do real, afirma Costa, as perdas foram em juros, bolsa e câmbio. "Os multimercados são fundamentais na carteira, mas perderam espaço porque sofreram bastante. Agora precisam de um cenário menos nebuloso para que tenham de novo ênfase na alocação." O sócio da Astra Capital lembra também que a barreira de IPCA mais 6% na curva de juros reais foi superada, o que é um chamariz importante para investidores. "As NTN-Bs com vencimento de 2030 a 2035 já estão em IPCA mais 6,3%."

Outro impacto da expectativa de Selic maior, explica, é nas contas das empresas, o que afetou a bolsa. "Com a Selic a 10,5%, a conta para o lucro das empresas é outra. A bolsa abriu o ano esperando bater 150 mil pontos, mas foi de 132 mil pontos no início do ano para 122 mil agora. A gente não vê a bolsa tão barata desde 2015." No entanto, frisa, mesmo assim é preciso entender o perfil o apetite por risco e o prazo do investidor.

Costa diz que a bolsa brasileira é a preferida dos estrangeiros para prazos curtos, portanto, tem grande potencial de atração de recursos quando o Fed começar a reduzir juros, a depender das eleições americanas, cujo resultado pode gerar fuga de emergentes. "E aí vamos ver se vai ser um tiro curto até o fim do ano para chegar a 140 mil pontos ou se vai ser um movimento perene." Na carteira da Astra, o ano começou com aumento na exposição à inflação e redução na parcela prefixada, planos que seguirão no segundo semestre.

O sócio da Astra comenta ainda que a parcela de renda fixa que não precisa de liquidez imediata está com força em crédito privado, segmento que vem atraindo as atenções sobretudo a partir de fevereiro deste ano, quando o Conselho Monetário Nacional (CMN) restringiu emissões de títulos como LCIs, LCAs, CRIs e CRAs. Levantamento da área de pesquisa do banco ABC Brasil mostra que, somente até maio, a captação líquida de fundos com pelo menos 15% em crédito privado soma mais de R$ 220 bilhões, sendo cerca de R$ 30 bilhões em debêntures incentivadas.

> "Quanto maior o juro real, mais os investidores vão aguentar spreads de crédito apertados"
> *Laurence Mello*

Laurence Mello, responsável pela estratégia de crédito e alternativos da AZ Quest, lembra que a taxação dos fundos fechados exclusivos ou restritos também elevou fortemente a demanda. Ele explica que, em um ambiente de cenário internacional incerto, quadro doméstico restritivo e juro real alto, entre 6,5% e 7,5% ao ano, a busca se concentra em investimentos conservadores. "Crédito é a classe de ativos que está entregando resultado", avalia. "As empresas com nota mais alta não estão no máximo delas, mas estão bem, no nível de segurança, apesar de alguns setores mais apertados."

Para ele, a forte redução dos "spreads" (diferença entre a taxa paga pelo papel e o título público de referência) vista do início do ano para cá não diminui a atratividade do segmento. "O spread não está alto, mas não está ultrajante." Mello acredita que os prêmios de risco das debêntures incentivadas ainda vão se manter apertados, já que o juro real está alto e esses papéis dão isenção de Imposto de Renda. E, afirma, o momento favorável às empresas levará muitas estreantes a acessar o mercado de capitais para economizar com crédito bancário. "Quanto maior o juro real, mais os investidores vão aguentar spreads de crédito apertados. Conforme for abaixando, é que elas vão exigir ajustes."

Evolução das aplicações financeiras - prévia

Rentabilidade no período em %

2024	Nominal							Real *						
Renda Fixa	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Ano**	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Ano**
Selic (1)	0,97	0,80	0,83	0,89	0,83	0,79	**5,22**	0,54	-0,03	0,67	0,51	0,37	0,47	**2,55**
CDI (1)	0,97	0,80	0,83	0,89	0,83	0,79	**5,22**	0,54	-0,03	0,67	0,51	0,37	0,47	**2,55**
CDB (2)	0,78	0,75	0,75	0,73	0,73	0,71	**4,53**	0,36	-0,08	0,59	0,34	0,26	0,39	**1,88**
Poupança (3)	0,59	0,51	0,53	0,60	0,59	0,54	**3,40**	0,17	-0,32	0,37	0,22	0,13	0,22	**0,79**
Poupança (4)	0,59	0,51	0,53	0,60	0,59	0,54	**3,40**	0,17	-0,32	0,37	0,22	0,13	0,22	**0,79**
IRF-M (5)	0,67	0,46	0,54	-0,52	0,66	-0,02	**1,79**	0,25	-0,37	0,38	-0,90	0,20	-0,33	**-0,78**
IMA-B (5)	-0,45	0,55	0,08	-1,61	1,33	-0,46	**-0,59**	-0,87	-0,28	-0,08	-1,99	0,87	-0,78	**-3,11**
IMA-B 5 (5)	0,68	0,59	0,77	-0,20	1,05	0,57	**3,50**	0,26	-0,23	0,61	-0,58	0,59	0,25	**0,88**
IMA-B 5 + (5)	-1,47	0,51	-0,55	-2,91	1,59	-1,44	**-4,25**	-1,88	-0,32	-0,71	-3,28	1,13	-1,75	**-6,67**
IMA-S (5)	0,99	0,82	0,86	0,90	0,83	0,77	**5,28**	0,56	-0,01	0,70	0,52	0,37	0,44	**2,62**
Renda Variável														
Ibovespa (5)	-4,79	0,99	-0,71	-1,70	-3,04	1,81	**-7,36**	-5,19	0,16	-0,87	-2,08	-3,48	1,49	**-9,71**
Índice Small Cap (5)	-6,55	0,47	2,15	-7,76	-3,38	0,78	**-13,86**	-6,94	-0,35	1,99	-8,11	-3,83	0,45	**-16,04**
IBrX 50 (5)	-4,15	0,91	-0,81	-0,62	-3,11	1,81	**-5,96**	-4,55	0,08	-0,97	-1,00	-3,55	1,48	**-8,34**
ISE (5)	-4,96	1,99	1,21	-6,02	-3,61	2,29	**-9,09**	-5,36	1,15	1,05	-6,37	-4,05	1,97	**-11,39**
ICON (5)	-8,33	0,09	1,26	-5,98	-2,26	2,23	**-12,73**	-8,72	-0,74	1,09	-6,33	-2,70	1,90	**-14,93**
IMOB (5)	-8,46	1,27	1,10	-11,56	-0,73	2,77	**-15,44**	-8,84	0,43	0,94	-11,89	-1,19	2,44	**-17,58**
IDIV (5)	-3,51	0,91	-1,20	-0,56	-0,99	2,21	**-3,20**	-3,91	0,08	-1,36	-0,94	-1,44	1,89	**-5,65**
IFIX (5)	0,67	0,79	1,43	-0,77	0,02	-1,60	**0,50**	0,25	-0,03	1,27	-1,15	-0,44	-1,92	**-2,04**
Valor-Coppead Performance (5)	-3,91	1,91	0,45	-7,58	-3,69	4,11	**-8,85**	-4,31	1,07	0,29	-7,93	-4,13	3,78	**-11,15**
Valor-Coppead MV (5)	-2,18	2,45	2,57	-2,68	0,09	2,26	**2,38**	-2,59	1,60	2,41	-3,05	-0,37	1,93	**-0,21**
Dólar Comercial Ptax - BC (5)	2,32	0,60	0,26	3,51	1,35	5,37	**14,08**	1,89	-0,23	0,10	3,12	0,89	5,03	**11,19**
Dólar Comercial Mercado (5)	1,75	0,71	0,86	3,54	1,09	4,93	**13,51**	1,32	-0,12	0,70	3,15	0,63	4,59	**10,63**
Euro - R$/€ - BC (5)	0,54	0,25	0,07	2,37	2,89	4,03	**10,52**	0,12	-0,58	-0,09	1,99	2,42	3,69	**7,72**
Euro Comercial Mercado (5)	-0,34	0,38	0,71	2,43	2,79	3,50	**9,79**	-0,75	-0,44	0,55	2,04	2,32	3,17	**7,01**
Ouro (BC) (5)	7,39	1,64	10,65	7,18	2,87	5,13	**28,40**	1,28	-0,55	8,45	6,78	2,40	4,80	**25,15**
Bitcoin - R$ (5)	-0,05	45,23	17,24	-13,02	14,59	-4,75	**61,56**	-0,47	44,03	17,05	-13,35	14,06	-5,05	**57,47**
Inflação														
IGP-M	0,07	-0,52	-0,47	0,31	0,89	0,81	**1,10**	-	-	-	-	-	-	**-**
IPCA (6)	0,42	0,83	0,16	0,38	0,46	0,32	**2,60**	-	-	-	-	-	-	**-**

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE, Mercado Bitcoin, MSCI e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Descontado o IPCA. (1) taxa efetiva. Em junho projetada. (2) rendimento bruto do 1º dia útil do mês. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (4) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (5) em junho até o dia 27 (6) expectativa de 0,32% para o mês de junho

Lições da esfera sancionadora do BC

Palavra do gestor

Hiago Castilhejo, Pedro Pinho e Pietro Cervelin

Em fevereiro deste ano, o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (Conselhinho) manteve em segunda instância a multa de R$ 29 milhões aplicada contra a Caixa pelo Comitê de Processo Administrativo Sancionador do Banco Central do Brasil (Copas). A sanção representa cerca de 50% do valor total de multas aplicadas na esfera do Copas no ano de 2022 e é de longe a maior no período em termos absolutos.

O acompanhamento da atuação sancionadora é tarefa importante para a gestão da conformidade de entidades reguladas, visando o acompanhamento da evolução da política de supervisão e da interpretação das normas vigentes pelas autoridades. Para além dos números envolvidos, o caso coloca em discussão aspectos importantes da gestão diária de conformidade de instituições financeiras, permitindo-nos fazer um raio-x das expectativas do BCB sobre assuntos cotidianos relevantes.

O primeiro aspecto que se destacou no caso foi a importância do Sistema de Registro de Demandas do Cidadão (RDR). O sistema do BC permite que o regulador cobre diretamente das instituições supervisionadas a tomada de providências diante de solicitações de clientes. Das 13 condutas irregulares identificadas no caso da Caixa, 12 foram apuradas devido a reclamações registradas via RDR. É um lembrete de que o RDR não serve apenas como meio de resolução de demandas específicas, mas como fonte de informações para o BC conduzir suas políticas de supervisão. Logo, é importante que a própria instituição encare as reclamações enviadas via RDR também dessa forma, adequando seus controles internos conforme o volume de demandas registradas.

Por exemplo, várias irregularidades encontradas pelo BC se prolongaram significativamente, como a cobrança de tarifa de reavaliação de garantias sem efetiva prestação do serviço, que ocasionou a cobrança indevida de mais de R$ 100 milhões entre 2008 e 2019. Com uma atuação mais preventiva diante de reclamações reiteradas, os mecanismos de controle e auditoria interna podem solicitar uma varredura dos serviços prestados visando identificar irregularidades e corrigi-las antes que assumam maiores proporções. E o mais importante: tudo dentro de casa, sem a necessidade de correr o risco de uma intervenção regulatória ou sanções tão duras.

Outro ponto interessante do caso é que a Caixa admitiu ao BC o cometimento das irregularidades e apresentou dados às autoridades ainda durante a investigação, o que as ajudou o dimensionar a extensão das infrações. A colaboração foi mencionada como fator de redução da multa aplicada em 40% no julgamento. Essa situação expõe que a colaboração com as autoridades é por vezes dilemática: ela deve levar à redução de penalidades aplicadas, porém também pode ajudar os investigadores a identificarem mais infrações do que poderiam sem a colaboração.

Evidentemente, ninguém pode se furtar de apresentar informações requeridas pelas autoridades ou apresentar informações incompletas. O dilema surge em situações em que houver informações que não foram requeridas, porém podem impactar indiretamente o resultado do caso.

As autoridades entenderam que a culpa também recaiu sobre 16 administradores que ocuparam cargos na Caixa entre o início (meados de 2008) e o fim da apuração das irregularidades (2019). Todos firmaram termos de compromisso envolvendo o pagamento de até R$ 150 mil cada um. Vale notar que a alguns administradores foram atribuídas irregularidades que iniciaram antes de seus mandatos e se mantiveram durante eles. Em geral, foram políticas ou estratégias definidas antes do mandato dos diretores, e que esses não alteraram após tomarem posse.

Isso demonstra a materialização punitiva da responsabilidade subjetiva de administradores por atividades que extrapolam a vigência de seus cargos. Ainda que não tenham contribuído ativamente para a realização de irregularidades, administradores omissos em sua função de supervisão também estão sujeitos a sanção.

Os julgadores de primeira e segunda instância deixaram claro que as sanções se justificaram mais pelo volume e período das irregularidades do que pela sua gravidade intrínseca. Dificilmente as práticas seriam alvo de processo sancionador se não fosse o tamanho do caso. No entanto, isso não indica que devemos simplesmente ignorá-lo. Pelo contrário, é uma oportunidade de examinar e tomar nota de um documento público, juridicamente fundamentado e com exposição de opiniões do BC acerca de práticas que dificilmente chegam a esse nível de discussão e que podem servir de lição para as instituições do sistema financeiro como um todo.

Hiago Castilhejo é sócio do FAS Advogados

Pedro Pinho é sócio do FAS Advogados

Pietro Cervelin é sócio do FAS Advogados
E-mail contato@fasadv.com.br

VALTER SILVA

Sociedade

Da Faria Lima aos palcos, os desafios de ser LGBTQIA+ após uma década de conquistas. Por *Pedro Diniz*, Para o Valor, de São Paulo

Há mais camadas sob o aparente véu de mudança que fez a comunidade LGBTQIA+ agregar à sua luta histórica por direitos um sentimento de celebração pelas conquistas do milênio, da formatação de políticas afirmativas para a população trans até a garantia do reconhecimento de união estável para quem deseja firmar o afeto perante a lei.

Quando as bandeiras coloridas hasteadas nesta sexta-feira em que se comemora o Dia Internacional do Orgulho voltarem às gavetas, porém, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexos e todas as letras que buscam na sigla um lugar para existir também voltam a viver na prática o que significa, no dia a dia, ser visto como "diferente".

Das dez pessoas entrevistadas pelo **Valor** e que ocupam espaços de destaque em suas áreas de atuação, do mercado financeiro ao ativismo, dos palcos à medicina, todas reconhecem a evolução da pauta na última década e as mudanças básicas promovidas a partir dela.

Mudou a ponto de a violência contra elas ser enquadrada como um agravante em crimes movidos por ódio — ou racismo, como o Supremo Tribunal Federal os tipificou em 2019 —, embora o Brasil siga líder em mortes de LGBTs documentadas no mundo.

Foram 257 registros em 2023, segundo a ONG Grupo Gay da Bahia (GGB), pioneira nessa contagem e que se baseia em notícias veiculadas na mídia pelo fato de o país não contabilizar seus mortos por LGBTfobia.

Mudou, também, quando há seis anos o STF julgou procedente uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que permitiu às pessoas transgêneras mudarem o prenome nos documentos sem que precisem apresentar laudos ou prova de redesignação de sexo.

Mas o preconceito enfrentado por essa comunidade ao entrar no mercado de trabalho ou mesmo ascender aos cargos de liderança nas empresas continuou significativo.

Quando o think tank americano Coqual, antigo Center for Talent Innovation, lançou em 2016 durante o Fórum Econômico Mundial seu último levantamento global, os números indicavam que 33% das empresas brasileiras não contratariam pessoas LGBTQIA+. Isso explicaria o dado de que, naquele ano, 61% dos entrevistados brasileiros preferiam esconder sua orientação sexual para gestores e colegas. Os 49% que não escondiam, por sua vez, afirmaram mudar o comportamento como forma de tentar ser aceitos pelos demais.

Dados mais recentes de outro levantamento com profissionais da comunidade, este da rede social LinkedIn, de 2022, apontou que 43% deles sofreram algum tipo de preconceito no ambiente de trabalho. Piadas e comentários homofóbicos foram os casos mais relatados.

Sócio do braço de "special situations" da gestora Vinci Partners, o pernambucano Tomás Jatobá conhece na prática o que os números demonstram. Profissional experiente, cursou faculdade de direito, teve cargos no banco BTG Pactual e fundou a gestora SPS Capital (atual Vinci SPS), ao lado de dois amigos do mercado financeiro. Ao longo da vida, aprendeu a rir e embarcar nas piadas quando se deparava com uma.

"Para mim, havia sempre o Tomás da vida pessoal e o Jatobá do trabalho", resume, sobre uma espécie de escudo autoimposto no trato social que mantinha no início da carreira. Ele nunca escondeu a sua condição de homossexual, porém, e acredita que isso tenha colaborado para que não se sentisse ofendido quando ouvia colegas soltarem um "veado" como xingamento direcionado a outras pessoas. "Se levar qualquer situação para o lado da dor, nunca seria feliz. Ainda é preciso ter muito jogo de cintura para lidar com as várias situações que aparecem."

Ele se recorda de quando, há 11 anos, decidiu levar como convidado de uma festa de fim de ano de seu métier o então namorado, o estilista Augusto Paz. Atual marido de Jatobá, ele teve problemas para entrar na festa porque o nome na lista considerou que seria "Augusta", como se não fosse possível dois homens estarem juntos naquele espaço.

"Naquela época eu era um dos poucos gays assumidos no mercado financeiro e não havia uma agenda clara de diversidade. Hoje, isso não aconteceria. O mercado entendeu que a inclu-

INÊS 249

EU&

“Ainda é preciso ter muito jogo de cintura para lidar com as várias situações que aparecem” *Tomás Jatobá*

são é um ativo, inclusive na captação de recursos, porque as empresas, principalmente as estrangeiras, demandam uma agenda ESG bem formatada”, diz, citando a sigla em inglês para a agenda ambiental, social e de governança intrincada nas corporações.

As conquistas da comunidade LGBTQIA+ no mercado financeiro também são fruto da organização dos próprios membros em torno dos comitês de diversidade que a nova diretora de liquidação da B3, a fluminense Morena Carvalho, acompanhou de perto.

Lésbica e parda, ela em 2013 sentiu a necessidade de abrir a homossexualidade no trabalho para não precisar dar muitas voltas quando questionada pelos colegas como, e com quem, passava seus fins de semana. Não sem uma ponta de ansiedade, conta, chamou os gestores do banco de investimentos onde trabalhava para uma conversa.

“Posso dizer que não foi traumático, mas também não posso dizer que eu não estava apreensiva. Apreensão é uma característica de todos que têm algum marcador de diversidade [racial, sexual ou de gênero]”, afirma Carvalho.

A dúvida inicial se o fato de ser lésbica atrapalharia seu plano de carreira foi logo dissipada quando ouviu uma resposta típica de quem trabalha no balcão do mercado de capitais: “Morena, a gente só quer ver resultados”.

A expansão de sua rede de contatos lhe permitiu advogar pela causa na última década e a perceber que, apesar de criticada por quem não enxerga efetividade nas políticas de inclusão, a existência de metas claras de diversidade é o caminho seguro para a equidade.

“Ter a meta é importante porque está escrito em algum lugar e há uma pessoa responsável por ela que vai ter de fazer acontecer. Talvez esteja na hora de evoluir a meta para pensar formas de retenção. É questionar, o ‘turnover’ é alto? Quanto tempo para ter resultados? A gente tinha zero metas, mas agora elas existem, então é importante começar a discutir o que vem depois”, diz ela.

Tudo o que tem a ver com essas novas abordagens de gestão corporativa é parte do trabalho de Patrícia Amaral, head de experiência do cliente no LinkedIn Brasil. Os anos atuando na área de recursos humanos lhe possibilitaram ter uma visão ampla dos desafios dos gestores na aplicabilidade da diversidade com o objetivo de integrar os funcionários na cultura das empresas para que eles não se sintam um dado nos relatórios de governança, mas sim parte fundamental na evolução do negócio.

“Não é só dar visibilidade, que é o primeiro passo, mas também ouvir essas pessoas. Falamos muito com os clientes [assinantes do LinkedIn] sobre a escuta e o acolhimento. Se sou líder e quero gerar novas ideias, preciso de pessoas diferentes que possam expressar essas ideias, seja em fóruns de discussão, seja em canais dedicados”, explica Amaral.

Ela afirma ser comum quando se trata de contratações de LGBTs o gestor se deparar com profissionais que chegam ao mercado acuados, porque, diz, “cresceram em ambientes nos quais foram podados na escola ou mesmo na universidade, e têm dificuldade de expressar opinião porque nunca foram ouvidos”. “Não basta recrutar a diversidade. É preciso que as opiniões sejam levadas em consideração.”

Bissexual, a executiva sentiu na pele a falta de empatia, que pode partir de pessoas da própria sigla. Uma das letras menos visíveis da comunidade, devido a um conceito propagado de que sentir atração ou afeto por ambos os sexos significaria uma falta de conhecimento sobre a própria orientação ou tudo se resumiria a uma “fase”, Amaral faz questão de vocalizar sua bissexualidade.

“É minha responsabilidade falar sobre isso, fazer as pessoas entenderem que ser bissexual não significa aderir ao poliamor [estar em mais de uma relação ao mesmo tempo] ou que por estar casada com uma mulher agora eu tenha decidido finalmente ser lésbica. Acho que [um termômetro da mudança] será quando ninguém precisar se explicar ou se preocupar com um pronome na hora de expor uma relação”, diz.

Para a parte mais vulnerável da comunidade, a de transgêneros, o pronome vai além das explicações e significa a própria existência. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais dão conta de que, no ano passado, 143 pessoas dessa parcela da sigla foram assassinadas — assim como o GGB, o cálculo corresponde aos casos noticiados.

Quando se trata de empregabilidade dessa população, as oportunidades, que até a pandemia pareciam evoluir, sofreram uma queda no ano passado. Pelo menos esse é o retrato da série histórica da TransEmpregos, uma rede fundada em 2013 pelas advogadas Márcia Rocha e Ana Carolina Borges, a cartunista Laerte Coutinho e a ativista Maitê Schneider com o objetivo de fazer a ponte entre empregadores e profissionais trans.

Se em 2022 o número de vagas postadas na plataforma chegou aos 4.002 — das quais 1.113 foram preenchidas —, no ano passado as oportunidades caíram 57%, com um registro de 2.549 postos abertos e uma proporção de pessoas empregadas 5% menor.

“Ocorre que muitas empresas [que abrem postos para pessoas trans] estão nas primeiras vagas e, na emoção, abrem vários postos muitas vezes sem informar o gestor. Aí ele prefere congelar as vagas para preparar internamente o caminho. Argumento que isso é cruel, porque cria expectativas nas pessoas”, afirma Maitê Schneider.

Uma das vozes mais atuantes no recorte de inclusão da comunidade transexual, ela percorre o país dando palestras — sem ganhar por isso — em empresas dos diferentes setores econômicos dispostas a ouvir. Otimista com a abertura do diálogo na última década, Schneider reconhece, no entanto, que o processo pode ser penoso para os candidatos.

Um homem trans, por exemplo, com as mesmas habilidades e formação de uma mulher trans, teria mais oportunidades de contratação se competisse pelo mesmo posto. Se essa pessoa for negra, ela terá 72% menos chances de ganhar o mesmo emprego. “Os processos seletivos ainda são muito higienistas, porque a sociedade é assim [para além das questões de gênero]. Não temos apenas um marcador, mas vários”, diz.

Dificulta também o fato de que a maioria dessas vagas é para a região Sudeste e, para uma pessoa trans, sair do lugar de origem após construir sua rede de apoio não é tarefa simples. Pesa também o fato de que são parcos os empregos que oferecem planos de carreira para além das vagas afirmativas, essas que existem “para gringo ver”.

“Ainda há uma cultura de tratar pessoas trans como máquinas de café. Você tem uma, duas, no máximo, e acha que está tudo certo. E se der defeito, seria só trocar.”

O ponto nevrálgico da discussão está na retenção das pessoas, porque já há relatos de abandono da vaga por elas não se sentirem de fato acolhidas. Não raramente, diz Schneider, as pessoas são privadas até de usar o banheiro do gênero em que se enquadram.

Esse debate voltou à baila com a aprovação, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, de um projeto de lei do senador Magno Malta (PL-ES) que proíbe alunos transgêneros de usarem banheiros e vestiários do gênero com o qual se identificam. A proposta não tem data para ser votada em plenário e, assim, seguir o curso natural no Legislativo e Executivo até uma hipotética aprovação definitiva.

Ela joga luz no constrangimento que uma pessoa trans atravessa para uma simples ida ao banheiro, um périplo enfrentado mesmo quando se é uma das vozes mais festejadas da nova cena da Música Popular Brasileira.

A cantora Majur afirma nunca ter entrado em um banheiro público desacompanhada, por medo de ataques e constrangimento. “Não consigo, e, se tenho de ir, só se estiver com minha produtora do lado. Acho que a única vez que entrei foi em um evento num shopping, e só porque ele estava fechado”, conta.

Mulher transexual, ela ascendeu à ribalta em 2018, apadrinhada por Caetano Veloso, e passou por um processo de transição pública no qual, inicialmente, se identificava como não binária, ou seja, fora das definições masculino e feminino, até se entender como pessoa trans, “um processo comum a muitas de nós, mas não a todas”.

Majur afirma acompanhar assustada as investidas de Brasília contra suas iguais e, mais ainda, o silêncio das forças progressistas do parlamento que seriam contrárias a projetos de cunho segregador. “O sentimento depois da eleição [presidencial] é que ficamos ao

ANA PAULA PAIVA/VALOR

"Para mim, havia sempre o Tomás da vida pessoal e o Jatobá do trabalho", diz Tomás Jatobá, à esq.

DIVULGAÇÃO

A cantora Majur, à dir., diz que sua maior conquista foi ter conseguido "acessar a música pela voz, não só por quem eu sou"

ANA PAULA PAIVA/VALOR

"Apreensão é uma característica de todos que têm algum marcador de diversidade", diz Morena Carvalho

ANA PAULA PAIVA/VALOR

"Os processos seletivos ainda são muito higienistas", diz Maitê Schneider

ANA PAULA PAIVA/VALOR

"Não é só dar visibilidade, mas também ouvir essas pessoas", diz Patrícia Amaral

> “São pequenas e grandes violências que passamos. O mundo ainda é muito cruel”
> *Isa Silva*

léu. [A deputada federal] Erika [Hilton] parece ser a única a levantar a voz contra esse cenário e sempre está sozinha quando é atacada. Fico esperando um posicionamento mais incisivo do presidente [Lula]”, diz a cantora.

Ela afirma que sua maior conquista foi ter conseguido “acessar a música pela voz, não só por quem eu sou ou o recorte que represento na sociedade”, mas pondera que o futuro parece ser incerto para tantos artistas que, como ela, ganharam relevância na esteira da abertura do mercado fonográfico e de shows que respondeu à ascensão da extrema direita ao poder. “Minhas colegas e eu percebemos uma diminuição nos patrocínios e na contratação de shows no último ano. Algo estranho parece ocorrer e não sabemos dizer exatamente o que é.”

Quando subir ao palco principal do Rock In Rio, em setembro, para cantar sucessos aos quais deu voz, a exemplo de “AmarElo”, sucesso do rapper Emicida indicado ao Grammy Latino e no qual ela divide os vocais com a cantora Pabllo Vittar, e do novo álbum “Arrisca”, Majur pretende exaltar suas raízes. “Sou baiana de Salvador e quero, por meio da minha poesia, falar sobre essa origem que me acompanha. É disso, também, que se trata nossa existência, de falar de onde viemos e quem somos”, diz.

É um caminho similar ao que a estilista Isa Silva, também baiana, decidiu seguir quando iniciou sua carreira solo na moda e, recentemente, a transição de gênero que a fez olhar mais de perto as cicatrizes da comunidade LGBTQIA+.

Sua grife ainda leva o nome que deixou para trás, Isaac Silva, e já foi gravado em coleções de sucesso lançadas em parcerias com marcas como a de chinelos Havaianas e, mais recentemente, a de decoração Tok & Stok.

Num processo que, para ela, é natural e ocorrerá no tempo certo, será a etiqueta Isa Silva que deve subir, no próximo ano, à passarela internacional.

Chegaram à sua mesa de corte convites para desfilar em semanas de moda relevantes do circuito mainstream, como Nova York, Londres e Angola, na esteira de uma atenção internacional à única estilista transexual a figurar na grade das apresentações da indústria com marca homônima. Continuam nas suas roupas os pilares da brasilidade e os personagens esquecidos da cultura, como quando ela resgatou numa coleção a figura de Xica Manicongo, escrava sequestrada do Congo para o Brasil no século XVI considerada a primeira travesti do Brasil.

No caso de Silva, a vivência da transição não tem sido fácil, menos pelo processo de transformação física e mais pelo lado emocional, porque despertou lembranças esquecidas de sua infância como quando uma professora tirou suas calças na sala de aula para tirar a dúvida sobre o sexo da criança que tinha caderno cor de rosa.

“São pequenas e grandes violências que passamos. O mundo ainda é muito cruel, cruel a tal ponto que mulheres trans que tento contratar para trabalhar na empresa não querem, porque preferem a prostituição, onde muitas vezes são mais respeitadas que na sociedade”, afirma.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Isa Silva diz que mulheres trans que tenta contratar às vezes “preferem a prostituição, onde são mais respeitadas”

ANA PAULA PAIVA/VALOR

“Muitos não conseguem nem expor seu problema [...] por vergonha”, diz Marcelo Magalhães

DIVULGAÇÃO

Valentina Sampaio é a primeira e única mulher trans a figurar na escalação de modelos da Victoria’s Secret

Ela sabe ser uma exceção à regra no mercado de moda, tal como é a modelo cearense Valentina Sampaio. Primeira e única mulher trans a figurar na disputada escalação de modelos da grife americana Victoria’s Secret, insígnia que cola na mulher o status de símbolo sexual e tem em seu histórico Gisele Bündchen e Alessandra Ambrósio, Sampaio é considerada um dos rostos mais bonitos do mundo. Chegou a desfilar para a gigante francesa L’Oréal e, mais recentemente, foi escolhida como modelo da linha de beleza da italiana Giorgio Armani, a Armani Beauty.

O processo até lá, como esperado, incluiu violências como a vez em que com 18 anos foi expulsa de uma sessão de fotos de uma grife do Ceará após se negar a mostrar sua certidão de nascimento a uma produtora desconfiada do gênero da modelo. Valentina ainda não havia feito a retificação de nome no documento. “Ela me mandou embora alegando que os clientes da marca não gostariam de ver uma pessoa como eu”, relembra.

Residindo em Nova York, onde nos últimos dois anos foi escolhida porta-voz do evento Pride Stonewall — que reverencia o início do movimento pelo orgulho LGBTQIA+ ao relembrar o 28 de junho de 1969, quando frequentadores do bar gay Stonewall Inn reagiram às abordagens violentas da polícia —, ela afirma que mesmo na sociedade americana o tema da diversidade não é totalmente pacificado.

“Algumas amigas que moram em Miami querem deixar a cidade porque não se sentem mais seguras com o atual governo [conservador] da Flórida”, conta, citando as práticas do governador republicano Ron DeSantis. Entre outros atos, ele proibiu, no ano passado, o ensino sobre a diversidade sexual nas escolas.

DIVULGAÇÃO

Joana Mendes diz que pautas de equidade parecem ter saído do radar

Os efeitos desse abismo social a que parte da comunidade LGBTQIA+ é submetida tem efeitos nocivos na própria saúde dessa população. Ganha atenção nos consultórios de médicos que atendem pacientes desse recorte o que se convencionou chamar de “estresse de minoria”, uma condição permanente de alerta disparada pela luta travada internamente para tentar se adequar à maioria. A abordagem de parte da comunidade médica, portanto, principalmente a formada por profissionais LGBTs, tenta se adequar às demandas individuais dos pacientes com uma escuta ativa e uma anamnese direcionada.

Cofundador do Núcleo de Medicina Afetiva (Numa), primeira clínica privada de São Paulo focada nesse público, o médico urologista Marcelo Magalhães afirma que, desde a abertura do espaço, em 2021, ele e os sócios se veem imersos em relatos de pacientes que sofreram preconceito, alguns dentro dos próprios consultórios médicos, quando expuseram sua sexualidade.

Abusos psicológicos, como olhares invertidos e fala ríspida, até físicos, como toques inapropriados e abuso sexual, já chegaram aos ouvidos dos especialistas do Numa, formados em áreas como endocrinologia, psiquiatria, ginecologia, proctologia e infectologia.

“Muitos não conseguem nem expor seu problema ou pedir aconselhamento por vergonha do julgamento do profissional. Várias vezes os pacientes chegam com diagnóstico correto de um colega, mas não seguem o tratamento porque não se sentem seguros. A abordagem tem de entrar nas nuances das práticas e das particularidades dessa comunidade” afirma Magalhães.

E não só pelo viés da prevenção contra ISTs, que, aliás, “muitos pacientes dizem ser o tratamento ‘diferente’ que recebem quando falam que são LGBTs”. “Logo é solicitado exames [sorológicos] que nem têm a ver com o motivo original da consulta. É, sim, correto pedir, mas, em casos que não demandam, deve-se pelo menos perguntar se a pessoa aceita fazer”, diz Magalhães.

É contra esses estigmas que ele próprio decidiu fazer da causa LGBT um foco do seu trabalho nos três locais onde atua além do Numa. Foi num deles onde teve de sair do armário durante uma “fellowship” (espécie de especialização).

Após ouvir uma piada homofóbica, conta, os colegas perceberam seu incômodo e um deles perguntou se ele era gay. O “sim” que veio como resposta, por fim, abriu portas e, hoje, há conversas em andamento para o tema ser alvo de ações direcionadas à comunidade. O hospital, hoje, é um dos que realiza a cirurgia de redesignação sexual em mulheres trans na rede privada de saúde. “Eu era muito retraído, por ser gay e casado com homem na época da minha residência em cirurgia geral, que é tradicionalmente dominada por homens, e, na urologia, mais ainda. Agora, sinto que faço a diferença na vida dos meus pacientes.”

Fazer a diferença é um desejo que acompanha a trajetória dos profissionais LGBTs em áreas que de alguma maneira colaboram para a mudança de paradigmas na seara da diversidade. A publicitária Joana Mendes, primeira mulher negra que conseguiu ocupar um cargo de liderança criativa numa agência de publicidade brasileira, é um dos nomes que norteiam o debate sobre a equidade em campanhas.

Jurada de prêmios do Cannes Lions nos últimos três anos, ela afirma que a representatividade conquistada nos últimos anos vem perdendo espaço nas mesas de criação por um movimento de acomodação da pauta após um período de pressão social.

Mendes aponta o assassinato de George Floyd, em 2020, como impulsionador das pautas de equidade que, agora, parecem estar fora do radar. “É um pouco aquela ideia de que, ‘ok, já fizemos, agora não precisa mais’”, afirma.

“Acho que as mudanças devem começar dentro das agências”, diz a executiva, que é lésbica e, na ocasião da entrevista, ministrava um workshop de criatividade na programação do Cannes Lions, considerado o Oscar da publicidade. “Embora eu tenha a impressão que a nova geração que chega às faculdades e aos cursos seja bem mais diversificada que no passado recente.”

A luta por um ambiente mais diverso marca também a trajetória de João Andrade. Diretor da produtora paulistana Coração da Selva, que, entre outros projetos, esteve por trás do filme “Praia do Futuro” e da série infantil “Pedro e Bianca”, vencedora de um Emmy Internacional, ele foi o arquiteto das políticas públicas de diversidade na época em que dirigia o setor na Spcine.

Entre as mudanças no órgão de fomento ao audiovisual da Prefeitura de São Paulo, as mais notórias foram as políticas para contratações de LGBTs em situação de vulnerabilidade social e as cartilhas de conduta pró-diversidade que passariam a ser uma régua para produtoras instaladas na capital.

“Nos últimos dois anos 6% dos projetos aprovados [para fomento] foram de pessoas trans. Não sei se porque essas pessoas estavam sendo formadas, mas é possível dizer que há mudanças”, diz Andrade.

Apesar de comemorar os avanços, ele, que é um homem trans, ainda vê a diversidade ser discutida como algo separado. Segundo ele, na programação das feiras e dos seminários há quase sempre uma parte dedicada à diversidade, enquanto quem encabeça as decisões discute negócios em outro lugar. “Revela o caminho que ainda precisa ser percorrido. Se falarmos do Brasil em sua totalidade, fora dos centros urbanos, a coisa é muito mais complexa.” ■

ANA PAULA PAIVA/VALOR

“É possível dizer que há mudanças” na produção audiovisual, diz João Andrade

INÊS 249

A pintura como pesquisa

Arte No ano em que o Masp celebra histórias da diversidade LGBTQIA+, Lia D Castro volta sua atenção para a sexualidade de homens cisgêneros heterossexuais. Por *Nina Rahe*, para o Valor, de São Paulo

Lia D Castro rejeita o título de artista plástica e diz que pinta como quem cozinha. Sua postura, explica, não vem para negar o óbvio, mas com a ideia de tirar o poder dessa palavra que costuma ser associada quase exclusivamente a pessoas brancas. "Quando você faz o exercício de imaginar um artista, ninguém irá pensar em um homem preto ou transexual", diz. "Para associar a outros corpos ou 'corpas', é preciso negar a palavra."

Assim, quando toma a pintura como uma atividade cotidiana igual a qualquer outra, Castro rejeita a aura em torno do artista plástico, visto muitas vezes como gênio, e demonstra que outras pessoas também podem pintar independentemente de uma formação tradicional. O que não quer dizer que ela mesma não tenha recorrido, inicialmente, à academia.

Sua experiência no ambiente universitário, no entanto, em uma faculdade da qual prefere não citar o nome, só a fez perceber como as atuais instituições de ensino promovem o "embranquecimento intelectual" com a inclusão de artistas e teóricos brancos.

Já os autores com quem Castro conversa, e os quais cita com frequência para articular seu pensamento, são aqueles que deixam sua contribuição para a luta antirracista, como Frantz Fanon (1925-1961), Maya Angelou (1928-2014), Toni Morrison (1921-2019), bel hooks (1952-2021), Cida Bento e Conceição Evaristo.

São nomes que a acompanharam no desenvolvimento das pinturas que ela levará ao Masp de 5 de julho a 11 de novembro para a primeira individual que realiza na instituição, "Em Todo e Nenhum Lugar". Isso porque as telas foram desenvolvidas a partir da vivência da pintora como trabalhadora sexual, atividade que passou a exercer com o objetivo de pesquisar o perfil dos clientes.

"A prostituição entrou na minha vida como um lugar para entender quem eu era e quem eram as pessoas que procuravam transexuais e prostitutas", explica. Sua inquietação partiu da leitura e da percepção de que livros sobre a prostituição e sua história eram centrados unicamente nas mulheres. "Se o ato envolve duas pessoas e só escrevem sobre uma delas, temos que falar sobre a outra. Por que não os clientes, por que não o opressor?"

CAMILA GUERMANDI/DIVULGAÇÃO

Lia D Castro não gosta da ideia de recorte temático que promove a inclusão somente em ocasiões específicas

Sua ideia inicial era responder o que era ser um homem hétero, mas a prática mostrou que grande parte da clientela era de homens heterossexuais, cisgêneros e brancos, com dinheiro e formação, mas alienados do próprio corpo, desprovidos da informação sobre o que era ser branco, hétero e cis.

Era já na primeiro encontro, com a intimidade adquirida durante a relação, que entravam em jogo uma lista de questões que iam de "quando você descobriu que era branco" a "o que é ser branco no contexto brasileiro", "qual foi seu primeiro contato com a palavra viado" e assim por diante.

Nessa troca, a pintora explicava por que determinados termos eram pejorativos e não deveriam ser usados. Cada retorno envolvia novas leituras em conjunto e discussões nas quais o afeto se tornava uma ferramenta de transformação social. "Eles gostavam de conversar e, quando voltavam para mais encontros, eu explicava que não queria que me pagassem em dinheiro, mas em informação."

Entre os resultados desse processo investigativo, está a conclusão de que a prostituição não diz respeito apenas ao ato sexual, mas se vincula à classe e ao poder de troca de "meninos brancos" que, segundo a pintora, "dizem saber o que é um negro, mas não sabem nada sobre si".

Com esse grupo, de idades entre 18 e 25 anos, Castro colocou em prática a teoria que nomeou como "retina colonial" e por meio da qual procura demonstrar que o olhar condicionado é o principal impedimento para reconhecer e compreender a diversidade.

"Nosso olhar foi educado para ver o mundo com o olhar de um homem branco, e quando a retina captura uma imagem, ela se transforma na informação que pensamos ter sobre ela", explica.

Foi com a ajuda dos seus clientes que Castro começou a desenvolver as séries de pinturas "Seus Filhos Também Praticam", com jovens brancos, e "Axs Nossxs Filhxs", com negros, para as quais pede que eles escolham tanto a paleta de cores como as poses, os objetos e os cenários com os quais gostariam de ser retratados.

Ela coloca em questão o um conceito de "apresentação", já que se recusa a representá-los, mas quer, no lugar disso, mostrar como eles se veem ou gostariam de ser vistos. Em algumas das telas, que incluem a assinatura dos envolvidos, como também fluidos corporais, ela propõe que esse jovens imaginem como gostariam de ter seus retratos expostos em um museu.

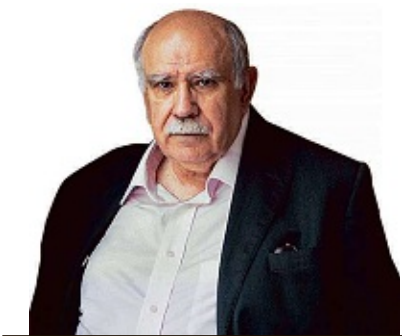
A vontade de pintar e expor em instituições museológicas, inclusive, veio a partir da experiência de Castro no setor educativo de espaços como Sesc e Bienal de São Paulo, onde a pintora chegou a trabalhar e constatou a enorme lacuna de obras com pessoas negras. "Foi quando tomei minha decisão", relembra, inspirada pela frase de Toni Morrison na qual a escritora diz que "se há um livro que você quer ler, mas não foi escrito ainda, então você deve escrevê-lo".

Mas expor suas obras no Masp em um ano no qual o museu se centra nas "Histórias da Diversidade LGBTQIA+", com atividades voltadas a essa temática durante 2024, foi para ela uma grande questão. "Não queria estar no museu em um ano de diversidade", diz, contrária ao recorte temático que promove a inclusão somente em ocasiões específicas.

A discussão sobre levar ou não sua individual para o museu também passou por decisões como não incluir pinturas com nus frontais, para que a pauta principal não fosse desvirtuada por setores conservadores, e o cuidado de que os textos não colocassem ênfase no fato de as pinturas terem sido produzidas por uma mulher negra e trans, algo que não aconteceria caso o autor fosse branco e cis.

Mas o que pesou mesmo, Castro conta, foi o entendimento de que a mostra "Em Todo e Nenhum Lugar" não seria somente sobre ela, mas sobre a sexualidade dos seus clientes, colocando em destaque também homens cisgêneros e heterossexuais. ■

Coluna Social

Imobilizados na mediocridade do repetitivo

José de Souza Martins

O autoritarismo brasileiro condenou o país à eternidade da farsa.

As pesquisas de opinião têm revelado a lentidão das esquerdas na conquista da preferência e do apreço do brasileiro. Na verdade, o povo não está dividido entre direita e esquerda. Um terço significativo dele está imobilizado na extrema direita e não se sente desafiado a sair do imobilismo. Gosta do atraso.

O que alguns sugerem ser esquerda está aprisionado no território político residual de uma direita que se julga consolidada, mas é politicamente frágil porque dilacerada em fragmentos antipolíticos e antidemocráticos. Longe de ser conservadora, a direita brasileira é reacionária e imobilista. Seus instrumentos de manipulação das consciências podem ter chegado ao limite da eficácia. A mentira política, gasta, já mostrou sua verdade infantil e ridícula.

Direita é hoje residualmente expressão de um capitalismo sem alternativas sociais. Em busca de um modelo de autoritarismo que o desobrigue de reconhecer que se esgotou como modelo econômico baseado em interpretações do século XIX. Capitalismo é um modo dinâmico de produção que só se reproduz mediante a superação das contradições sociais que dele resultam. Condenado a não perdurar, reproduz-se no que se renova.

Esgotou sua competência para reproduzir-se economicamente sem reconhecer que criou possibilidades sociais que resiste em viabilizar. Agarrou-se a um neoliberalismo tosco e iníquo que só é viável mediante exclusão social, a de seres humanos que já nascem socialmente rejeitados, seres de uma sociedade de órfãos.

O capitalismo desenvolveu um novo modelo de genocídio, o do banimento econômico de suas vítimas sociais. O modelo econômico é incapaz de fazer adaptações e reformas na realidade econômica que o tornem funcional e reprodutível. Gerou uma casta de políticos parasitários cujos interesses são os de liberalmente mudar tudo para tudo manter como está, como explica Tancredi ao tio em "O leopardo", de Lampedusa.

CARVALL

São muitos os políticos que não demonstram nenhuma capacidade para mudar a ordem política em favor de todos. Já tivemos grandes nomes na política brasileira, mas nossa competência política entrou em agonia. A ditadura terminou como terminou em boa parte porque reconheceu e administrou seu próprio fim. Foi-se para ficar.

Bolsonaro foi o restolho do golpe de 1964. Que ele e os seus continuem na ordem do dia da política brasileira indica que, eleitoralmente vencidos, não foram superados. Representam contradições vivas à espera de um adversário. As esquerdas têm sido lentas na construção da práxis dessa superação, de revelação e realização de sua missão libertadora.

Esse é o enigma a ser decifrado. Temos uma esquerda jovem, vibrante, democrática, ativa, corajosa, lúcida e inovadora. Os debates nas duas casas do Congresso Nacional o mostram. É um cotidiano da civilização contra a barbárie. A direita envenenou os conceitos, falsificou as ideias para deturpar a visão de mundo dos oprimidos e seu anseio de justiça e de realização do socialmente possível.

Em muitos países e aqui no Brasil também, as esquerdas se dividiram já antes da morte de Stálin, em 1953, porque recusavam o stalinismo e eram duramente críticas do autoritarismo que ele representava e do antissocialismo que o caracterizava. Renasceram.

Nos anos 1960, as esquerdas eram um fermento de reinterpretação do capitalismo, das possibilidades históricas e sociais que continha e do tipo de sociedade que poderia dele surgir, como superação das contradições que empobreciam a sociedade, mas sobretudo enfraqueciam o próprio capitalismo.

Em 1963, Fernando Henrique Cardoso defendeu sua tese de livre-docência na Universidade de São Paulo, publicada em 1964. Ante os dilemas de então, pergunta ao leitor: "Subcapitalismo ou socialismo?". Venceu o subcapitalismo.

O golpe militar de 1º de abril de 1964 contra o comunismo foi contra um comunismo que já não existia, em nome de uma Guerra Fria que não era nem fria nem quente. Um golpe dos que ignoravam o que é o processo político e sua função histórica. Um golpe imobilista contra o desenvolvimento social. O golpe, na prática, era contra o capitalismo. Risco implícito no alerta de Walt Rostow, em conferência, algum tempo depois, na Fiesp.

Aqui, a direita tem como propósito sua limitada compreensão da realidade: apenas copiar o já feito e burlar a lei para fazê-lo. A crise do capitalismo no Brasil esgotou a própria possibilidade do repetitivo.

Seus agentes econômicos e políticos se tornaram meros reprodutores do já produzido, meros copistas e imitadores. Não sabem que a história não se repete senão como farsa. O autoritarismo brasileiro condenou o país à eternidade da farsa e ao heroísmo da mediocridade.

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolívar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de "Sociologia do desconhecimento - Ensaios sobre a incerteza do instante" (Editora Unesp, São Paulo, 2022). ■

Vinho

Bordeaux na berlinda

Jorge Lucki

Comercialização 'En Primeur' sugere que châteaux interessantes estão tendo dificuldade de encontrar clientes

Maio e junho são meses em que o mercado de vinhos volta suas atenções para Bordeaux. É o período em que começa a comercialização dos vinhos "En Primeur", modalidade semelhante às de commodities no mercado futuro. Nesse gênero de transação, tipicamente bordalês, o consumidor compra e paga antecipado por um produto vinificado a partir de uvas colhidas por volta de setembro anterior e que está apenas no início de seu amadurecimento em barris de carvalho. Ali permanece por cerca de 18 meses, sendo depois engarrafado e entregue em dois anos.

Esse quadro não se estende aos bordeaux em geral. A lista de rótulos privilegiados contempla basicamente os 132 châteaux reunidos em torno da UGCB, a Union des Grands Crus Classés de Bordeaux, organização fundada em 1973 para conciliar interesses e zelar pela imagem dos mais importantes produtores daquela celebrada região do sudoeste da França.

As garrafas não são vendidas diretamente pelos châteaux. Os preços são definidos pelos produtores individualmente, e suas vendas, efetuadas por agentes ("négociants") que atuam nesse mercado. São ao redor de 300 credenciados, dos quais não mais que 30 — os mais importantes — respondem por algo em torno de 80% das garrafas comercializadas.

A importância desses negociantes aumentou com a globalização, já que são eles que se encarregam de cobrir mais de 100 países potenciais compradores, tendo se especializado com as peculiaridades de cada mercado. Trabalhando com uma margem em torno de 15% sobre o preço estabelecido pelos châteaux, eles se encarregam de encontrar importadores e distribuidores mundo afora (os importadores/distribuidores colocam ainda suas margens, fazendo com haja diferenças de preços nas listas dos "en primeur" propostas).

Além da abrangência, o sistema é bastante cômodo aos châteaux, que não precisam manter um intrincado departamento comercial, diminuindo também os riscos de inadimplência.

A campanha de "primeurs" começa em geral na primeira semana do mês de abril seguinte à colheita, quando a região de Bordeaux recebe profissionais do mundo inteiro para provar amostras dos vinhos recém-fermentados. No começo dos anos 1980 o evento reunia uma centena de jornalistas, foi crescendo e tomou tal proporção que nos últimos anos a UGCB chega a credenciar 5 mil pessoas, entre importadores, comerciantes e sommeliers, além da imprensa especializada, que tem a prerrogativa de degustar em separado.

JORGE LUCKI

O Château Léoville-Las-Cases e em segundo plano o Château Pichon Lalande

É com base na opinião desse conjunto de profissionais e, em particular, pelo que é publicado pelos críticos especializados que os châteaux estabelecem os preços. Embora cada propriedade o faça de forma independente, levando em consideração sua posição e história no mercado, a qualidade da safra como um todo tem peso, na medida em que isso ajuda a criar um clima favorável e atraia consumidores.

Foi o que ocorreu no ano passado, quando foram lançados os bordeaux "en primeur" da safra 2022, considerada excepcional, que resultou num aumento generalizado de preços da ordem de 30% em relação aos 2021, mesmo considerando uma conjuntura econômica mundial instável ainda em consequência da invasão da Ucrânia pela Rússia.

O fato de 2023 não ser uma safra do mesmo patamar que a precedente — os produtores a classificam como "clássica" — fez com que os châteaux baixassem os preços, voltando ao nível anterior — Château Léoville Las Cases reduziu 51%, Pontet Canet -27%, Lafite Rothschild -32%, Mouton Rothschild -37%, L'Évangile -31%.

Esta safra, porém, chega num momento em que o mercado está adormecido devido ao prolongamento da guerra na Ucrânia e ao conflito no Oriente Médio, o que recomenda cautela. Além disso, o mercado americano, que tem se mostrado dinâmico nos últimos anos, está com estoques elevados e as próximas eleições presidenciais pedem uma atitude de esperar para ver. A China, em que muitos atores do setor depositavam grandes esperanças, acusa uma baixa no consumo de vinho de 16% em relação a 2021, segundo o último relatório da OIV, Organização Internacional da Vinha e do Vinho.

Independentemente da avaliação da safra e mesmo do humor do mercado, a compra "en primeur" se justifica quando garante aos consumidores o acesso a vinhos de alta demanda e prestígio que podem se esgotar rapidamente quando lançados no mercado, assim como são oferecidos a preços mais baixos em comparação com o que terão após serem engarrafados e distribuídos. Não parece ser o caso com os 2023, apesar de as avaliações indicarem vinhos de bom padrão e que poderão ser consumidos no curto e médio prazo, fatores que normalmente atraem os consumidores. Ainda a considerar se não seria mais recomendável comprar bordeaux das consagradas safras 2019 e 2020, que já estão disponíveis e com preços em baixa.

A opinião geral entre negociantes de Bordeaux é que a campanha de "primeurs" deste ano será mais lenta e que châteaux interessantes estão tendo dificuldade de encontrar clientes, o que, de certa forma, não ocorre com os 1er Grand Classés, grupo formado por oito tintos — Lafite, Latour, Mouton Rothschild, Margaux, Haut-Brion, Cheval Blanc, Ausone e Petrus —, os "Blue Chips" da bolsa de Bordeaux. Na verdade, a movimentação desse mercado em 2024 se baseou na baixa de preços, que é artificial.

Jean-Guillaume Prats, que tem vasta experiência no mercado bordalês e é vice-presidente do Domaines Delon, que congrega o estrelado Château Léoville-Las-Cases, além dos châteaux Potensac, Nénin e Clos du Marquis, me disse no ano passado que considerava perigosa aquilo que chamou de "financeirização de Bordeaux".

Vale dizer que quando conversamos o Léoville-Las-Cases havia sido considerado o "vinho da safra", tendo obtido 100 pontos dos críticos mais influentes. Prats dizia que falta magia em Bordeaux na atualidade. E acrescentou: "Quando o consumidor compra um novo produto, o preço é importante, mas ele quer saber mais. Ele quer ouvir sobre a propriedade, as pessoas, a história por trás dela. Precisamos 'retrazer' o sonho em torno dos 'primeurs'. Precisamos 'retrazer' a desejabilidade, o entusiasmo. Precisamos que os novos consumidores saibam que algo acontece em Bordeaux nessa altura do ano, como a Fashion Week em Londres, Nova York ou Paris, ou o lançamento de novos carros ou relógios em Genebra ou Frankfurt. Os bordaleses não sabem fazer isso".

A ver como será a campanha dos "en primeur" do ano que vem.

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente

E-mail: Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br ■

INÊS 249

Arte como apostolado

À Mesa com o Valor

Guel Arraes

Diretor e roteirista que participou de sucessos da TV como 'Guerra dos Sexos' volta à telona em 'Grande Sertão', seu primeiro trabalho com a filha. Por *Adriana Abujamra*, para o Valor, de São Paulo

O diretor e roteirista Guel Arraes manobra a mala de rodinhas, tira fina de uma cadeira e desvia do garçom, até estacioná-la ao lado da mesa. Para um sujeito caseiro como ele, uma simples ponte aérea Rio-São Paulo, como a que acabara de pegar, pode ser uma epopeia. Talvez isso explique a falta de destreza do motorista na condução da bagagem.

"Viajo pouquíssimo, quase não saio de casa. Dizem até que sou um cara desanimado", graceja, alegre e vivaz com a estreia de "Grande Sertão". No filme, a luta entre jagunços e coronéis da obra clássica de João Guimarães Rosa (1908-1967) é mote para tratar das guerras urbanas contemporâneas, numa comunidade árida batizada de Sertão.

Guel saiu do Recife aos 15 anos de idade, mas a cidade natal ainda se insinua no sotaque e se impõe nas sandálias de couro, típicas da região. A despeito do friozinho desta segunda-feira de inverno, seus pés chegam a bordo de um modelo artesanal e garboso, com desenhos nas cores preto, branco e verde.

O diretor é filho do governador pernambucano Miguel Arraes (1916-2005), fundador do Partido Socialista Brasileiro e exilado com a família no período da ditadura militar. Foram três anos na Argélia e outros oito na França, onde Guel adquiriu o hábito de usar as sandálias. Era uma maneira, diz, de conservar sua terra perto de si, assim como se diferenciar da multidão.

"A América Latina estava na moda nos anos 1970. Percebi que aquilo chamava atenção. Não me preocupo com roupa, me visto de forma padrão. Mas a sandália é diferente, me distingue", arremata, antes de dar um gole no suco de abacaxi com hortelã e ignorar completamente os pães fumegantes do couvert do Arábia, nos Jardins.

Em Paris, foram recebidos por tia Violeta, irmã do seu pai, que vivia na capital francesa havia duas décadas. Violeta cumpriu importante papel na organização de redes de apoio à comunidade de exilados e também na formação do sobrinho. Guel tinha sete anos quando sua mãe morreu. Ele e os irmãos foram criados com a ajuda de tias e da segunda mulher de seu pai.

"Tia Violeta era avançada e politizada. Uma mulher fascinante. Fez muito a minha cabeça. A casa dela era uma espécie de embaixada brasileira de artistas e políticos", lembra. Por lá circulavam Caetano Veloso e Dedé Gadelha — sua companheira na época —, Gilberto Gil e Geraldo Vandré, Taiguara e Fernando Gabeira, dentre outros.

A vizinhança do apartamento onde Guel viveu em Paris também era movimentada. Na porta ao lado vivia Vera Silva Magalhães, a única mulher do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Em 1969, o grupo de guerrilheiros sequestrou o embaixador americano Charles Burke Elbrick, na mais famosa ação armada durante a ditadura militar brasileira.

Francisco, funcionário do Arábia, aproxima-se e distribui os cardápios. "Não almoço. Não sou de comer", avisa o convidado deste "À Mesa com o Valor", seção do jornal cuja proposta é conversar enquanto se divide uma refeição. "Vou pedir uma salada fatuch para acompanhar vocês", acrescenta, entrando no clima. Francisco aproveita o ensejo e convence o freguês a incrementar seu almoço com um trio de pastas: coalhada seca, babaganuche e homus e se afasta. "Pra quem não come nada, isso aí vai ser uma fartura", diz Guel, antes de retomar a conversa.

Ana Paula Paiva/Valor

Cardápio

Arábia, São Paulo

Suco de abacaxi com hortelã	1	18
Salada Fatuch	1	71
Salada Fatuch	1/2	50
Trio de pastas	2	120
Michui de filet	1	105
Kafta no espeto	1	72
Suco de tangerina	1	18
Doce de pistache	1	15
Chá de hortelã	1	11
Cafés	3	30
Serviço	-	66,30
Total	-	**576,30**

Um dos nomes que esteve à frente da produção humorística da Rede Globo, com obras como "Armação Ilimitada" (1985-1988) e "TV Pirata" (1988-1992), além de filmes como "O Coronel e o Lobisomem" (2005) e "Lisbela e o Prisioneiro" (2003), Guel nunca imaginou trabalhar na área. A descoberta se deu graças ao pontapé inicial de uma ex-namorada — aliás, baita pontapé. "Ela foi meu primeiro amor, aquela coisa de jovem, sabe? Fiquei muito triste com a separação", diz. Um de seus irmãos recorreu a um amigo cineasta. Disse que Guel não tinha "a menor vocação pra coisa", mas que por favor o chamasse para trabalhar com ele, quem sabe assim o rapaz saísse da fossa.

Deu certo. Influenciado pela Nouvelle Vague, movimento do cinema francês dos anos 1950 e 1960 que rompeu com os filmes clássicos e caros, Guel passou a frequentar a Cinemateca Francesa, onde exibiam filmes alternativos, "bem cabeção". Estudante de antropologia e matemática, cursos que abandonou antes de se formar, inscreveu-se nas disciplinas eletivas de cinema. Um de seus professores era o documentarista Jean Rouch (1917-2004), mestre do Cinema Verdade.

Logo o brasileiro entrou para o Comitê do Filme Etnográfico, dirigido por Rouch, onde exerceu as mais diferentes funções: projecionista, arquivista e montador. Limpador, remixador e guardião de filmes. Um dos pontos altos da experiência foi a temporada que passou na África para colaborar em um dos filmes do mestre. "Ele misturava ficção com realidade, era um anarquista nato. Tinha propósito político e um compromisso social, mas o cinema era a grande coisa, a arte era soberana. Pensei: é isto que quero fazer."

No fim de 1979, época da abertura

> “[Quando entrei na Globo] eu era completamente alienado e metido a besta”
> *Guel Arraes*

ANA PAULA PAIVA/VALOR

ARQUIVO PESSOAL

Com a primogênita Luisa e o filho João

Próximo projeto de Guel é escrever uma história inspirada nos anos 1970, época libertária que viveu na França

ARQUIVO PESSOAL

Na adolescência em Argel, na Argélia, onde viveu por três anos

ARQUIVO PESSOAL

Guel com o pai, Miguel Arraes, que voltou ao Brasil do exílio em 1979

política, Arraes voltou do exílio com a família. Guel chegou pouco depois. Desembarcou com 26 anos, a petulância de desdenhar dos programas populares e a certeza de que faria filmes como os da Nouvelle Vague. Sua ambição e talento tiveram como destino a telenovela. Guel entrou na emissora como estagiário e em seis meses já estava dirigindo.

Francisco se aproxima e pergunta se o freguês aceita uma colherada de arroz e um pedaço de kafta. “Estou comendo que é uma loucura”, diz o cineasta, que abandona os talheres logo depois de provar a carne. O recém-chegado passava reto ao cruzar pelos corredores da emissora com as estrelas da época. “Não tinha a menor ideia de quem eram aquelas pessoas, é como alguém hoje ignorar a existência de Anitta”, compara. “Eu era completamente alienado e metido a besta.”

Um dia, o diretor observou pela janela de seu apartamento a movimentação das pessoas do prédio ao lado. Uma correndo enrolada na toalha, outra abandonando a costura, um terceiro o prato de comida, tudo para não perder o capítulo da novela. “Milhões de pessoas se entretendo com isso.” A cena serviu para ele entender o poder dos folhetins, mas ainda não se sentia em casa.

Em 1983, Guel teve a chance de dividir com Jorge Fernando (1955-2019) a direção de “Guerra dos Sexos”, escrita por Silvio de Abreu. A novela de humor rasgado representou o ponto de inflexão em sua carreira. O Brasil cristalizado em sua memória era aquele dos anos de chumbo, das torturas, da prisão do pai, da fuga para o exílio e das conversas sobre como acabar com a ditadura. “Tudo muito sombrio.”

Mas, em uma viagem pela costa do Brasil, pouco depois do retorno do exílio, encontrou um cenário completamente diferente. “Aqui se falava menos e fazia mais”, diz, referindo-se ao fato de ter vivido o período pós-Maio de 1968 na França, cujas manifestações simbolizaram o auge de intensas transformações políticas e comportamentais.

“Meninas e meninos lindos, maconha, foi um deslumbre. Ao ver essa alegria toda aqui no Brasil, fiquei com vontade de participar. Encontrei de novo essa euforia com o Silvio e o Jorginho. Foi um recomeço, como se finalmente eu tivesse adquirido a cidadania brasileira.”

A fim de se aprimorar e acompanhar a verve de humor dos dois, Guel passou a assistir às chanchadas de Carlos Manga, Oscarito e Grande Otelo e às comédias americanas. Aplicado, estudou cada detalhe das técnicas do gênero.

Em 1983, tornou-se diretor de núcleo da Globo, desempenhando, por vezes, a função de autor, diretor e produtor, responsável pela criação, mas também por prestar contas e garantir prazos. “Eu ficava nervosíssimo quando um final de bloco estava muito ruim. Eu cobrava a equipe: ‘Gente, tem que ter uma piada. Cadê a piada? Cadê a piada?’”, recorda, rindo tanto que seus olhos ficam miúdos, como dois risquinhos desenhados no rosto.

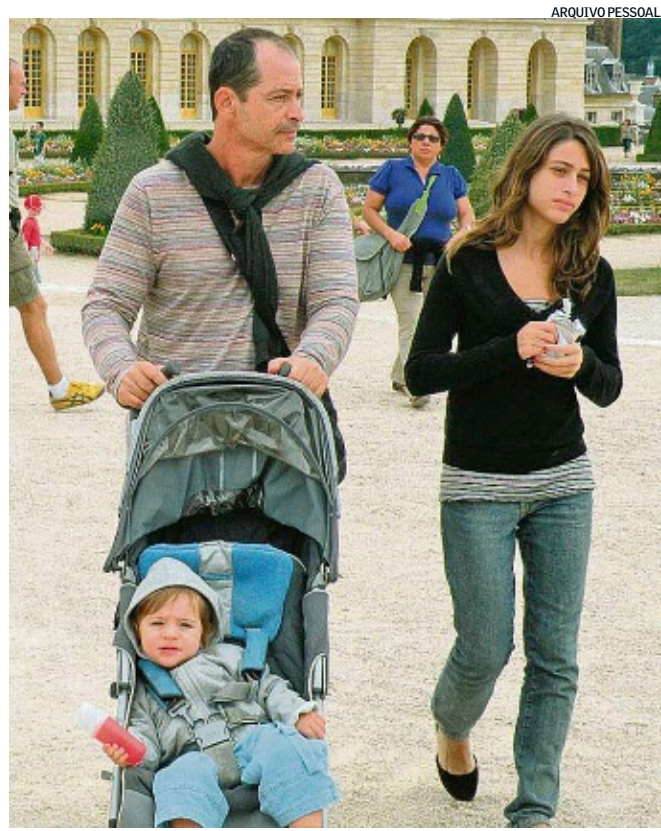
O humor não era exatamente novidade para o pernambucano. Crato, cidadela no interior onde costumava passar as férias na casa da avó, era apinhada de figuras populares hilárias. Caso de seu Joaquim, carregador de feira e contador de causos, divididos entre “casos próprios”, destinados a crianças, mulheres e toda a gente, e “impróprios”, endereçados apenas aos homens.

Seu Joaquim contava que ele e a esposa dormiam em camas separadas. A audiência ficava curiosa para saber como o casal “fazia na hora do negócio”. “Seu Joaquim dizia: ‘eu olho assim’”, diz Guel, espremendo os olhos para imitar a mirada galante do sertanejo, “e lanço um sinal de luz pra ela”.

Depois de uma pausa para ciscar o pão árabe, o diretor lamenta que a extrema direita tenha dominado boa parte do humor. “Eles fazem isso em forma de memes.” A engrenagem do meme, intensamente compartilhado na internet, consiste em desinibir preconceitos e propagar violências, justificando-os por meio de gracejo e achaques.

“O meme é usado como balão de ensaio. Se causa espanto eles argumentam que aquilo é só uma anedota.” O diretor acredita que a resposta bem-humorada e inteligente é mais eficaz do que a raiva e a indignação. “O humor é potente, só que a esquerda perdeu o humor e acabou ficando para trás. A bola agora mudou de lado.”

A fotógrafa Ana Paula Paiva pede uns minutinhos para fotografar Guel com o prato de comida. O diretor olha para a câmera e, antes do clique, diz que postaria no Instagram, caso gostasse das redes. “Odeio esse negócio de exposição da vida privada, mas é o que mais dá ibope. É incrível, né? Mas não me interessa, não gosto de fofoca.” Faz uma pausa no timing das comédias, e então acrescenta. “Aliás, gosto só das boas.”

O diretor tem uma conta no Instagram para fins profissionais e também para acompanhar a vida dos três filhos. Mas a estratégia não deu muito certo com João, de 16 anos, que o bloqueou, como costuma fazer a turma da sua idade. “Não me deixa entrar”, diverte-se. João e Alice são frutos de seu casamento com a cineasta Carolina Jabor, com quem já não está mais junto. A primogênita, a atriz Luisa Arraes, de 30 anos, é filha da também atriz Virginia Cavendish.

Findas as fotos, a conversa enveredа para a adaptação do clássico “Grande Sertão: Veredas” para o cinema. O cenário da obra de Rosa é o sertão de Minas, Goiás e Bahia; o do filme, uma comunidade urbana denominada Grande Sertão. Apesar das diferenças, os dois lugares comungam a essência: são rincões do país onde a sociedade foi abandonada pelo poder público. “O senhor sabe”, diz Riobaldo, “sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado”.

O roteiro, escrito com o gaúcho Jorge Furtado e que manteve a prosódia do autor mineiro, trata da guerra entre policiais e bandidos nas periferias urbanas do Brasil. “É um drama épico sobre a violência. Infelizmente, nada mais atual.”

A ideia de adaptar a obra de Rosa era antiga, assim como a vontade de discutir a violência urbana no Brasil, tema, diz, em que os políticos patinam. “A solução da direita é imediatista e muito ruim: ‘bandido bom é bandido morto’. A da esquerda é diminuir a desigualdade social, mas isso vai levar décadas, até lá as pessoas vão continuar morrendo.”

Guel e Furtado queriam encontrar um ponto de vista múltiplo para contar a história. “Cidade de Deus” (2002), de Fernando Meirelles e Kátia Lund, adota o prisma da comunidade; “Tropa de Elite” (2007), de José Padilha, o da polícia. “Fiquei chocado quando vi a plateia de ‘Tropa’ aplaudir o torturador. A gente precisava dar uma resposta.”

O cineasta cita a história de dois poetas russos. Antes de se matar, Serguei Iessiênin (1895-1925) escreveu com sangue uma carta de despedida. Vladimir Maiakovski (1893-1930), que também acabaria tirando a vida mais tarde, criou um outro poema em resposta. Eis um trecho: “Nesta vida/ morrer não é difícil/ O difícil/ é a vida e seu ofício”. “Quando um poeta defende a morte e não vê saída”, diz Guel, “é preciso que um outro escreva uma resposta poética”.

Esse é o primeiro trabalho do cineasta com a filha. Luisa vive Diadorim, em uma performance que borra propositalmente as linhas de gênero, Riobaldo é interpretado por Caio Blat, marido de Luisa. Um dia, ao filmar a cena em que Diadorim carrega o corpo de Joca Ramiro, seu pai na trama, desempenhado pelo ator Rodrigo Lombardi, Guel começou a chorar copiosamente.

“Eu soluçava de um jeito que nunca tinha acontecido, talvez só quando meu irmão morreu. Acho que teve uma identificação. O Ramiro, chefe do bando e pai de Luisa no filme, eu, o diretor do set. É como se fosse um espelho”, analisa. “E a tristeza de um filho vendo o pai morto, fora que ninguém gosta de ver o filho chorar.”

Outra emoção foi voltar à direção após um jejum de 12 anos. “É meu recomeço”, diz. O cineasta saiu da Globo em 2018, mas mantém vínculo com a casa onde permaneceu por quase quatro décadas. “Grande Sertão” foi feito também de olho no streaming e vai virar série a ser exibida no Globoplay, onde espera alcançar um público maior. O mercado se modificou com o streaming, mas, na leitura do cineasta, continua muito parecido com a TV a cabo.

“O que mudou o audiovisual de cabo a rabo, economicamente, artisticamente, esteticamente, foi a internet, na hora em que descobriram o algoritmo”, diz. A título de exemplo, cita o caso de Whindersson Nunes, brasileiro conhecido pelos seus vídeos de humor na plataforma YouTube. “Um cara sozinho faz seu texto, atua, dirige, apresenta uma espécie de novela particular e é assistido por mais de 40 milhões de pessoas.”

Desde que Alice nasceu o cineasta passou a trabalhar de casa. Metódico, estipula o mínimo de oito horas diárias em frente ao computador. Caso tenha que parar para ajudar a caçula com lição ou fazer uma pausa para a ginástica, o tempo necessariamente terá de ser compensado mais tarde. Do outro lado da tela costuma estar o gaúcho Jorge Furtado, parceiro desde a estreia de “Programa Legal”, em 1991. “Jorge viu meus filhos crescerem pelo computador e eu vi os dele.”

A dupla tem muita afinidade, mas personalidades opostas. “Jorge tem mil interesses, é mais disperso. Eu sou focado numa coisa só. Ele escreve muito rápido, eu levo mais tempo, sou agoniado, sofro. Aprendi com o tempo que tem horas de trazer para o chão, mas também de soltar, devanear junto.”

Mas há um medo que o acompanha há tempos — o de morrer. “Desde pequeno tenho isso, não gostava nem de pensar na morte, este medo estraga um pouco a minha vida.”

Depois de dispensar a sobremesa e já sorvendo o chá de hortelã, Guel, aos 70 anos, recapitula suas escolhas. Durante muito tempo, diz, viveu convicto de que não queria ser pai, motivo de algumas de suas separações. “Não queria ficar preso, aquela coisa de ser contra o casamento burguês, eu queria me dedicar à arte. Fui pai com 40 anos. Tarde, mas ainda bem que mudei de ideia. Teria sido o maior erro da minha vida.”

Outro dia, mesmo inapto com as panelas, aventurou-se na cozinha para ajudar a caçula a fazer um bolo para dar de presente. Às tantas, a massa desandou e tiveram que jogar metade na lata de lixo. “Ela ficou desesperada. Dizia ‘não vou levar esse treco de jeito nenhum, não quero que saibam que não sei fazer bolo’. Falei, ‘ah! Nem vem, vai levar sim, estamos atrasados’”, diverte-se. “Conviver com eles tem essa coisa lúdica e nem sinto tanto a idade.” Na sequência, reflete sobre outra escolha. Se voltasse no tempo, diz, talvez tivesse optado pela vida de autônomo mais cedo e aproveitado a nova fase da vida.

Guel divide com Flávia Lacerda a direção de seu próximo projeto, “O Auto da Compadecida 2”, adaptação da obra de Ariano Suassuna (1927-2014), prevista para estrear no dia 25 de dezembro. O primeiro filme foi lançado em 2000 e bateu a marca de longa brasileiro mais assistido no Brasil naquele ano. Também teve uma versão em minissérie, exibida na TV Globo.

O próximo projeto é escrever uma história inspirada nos anos 1970, época libertária que viveu na França. Mas não será um filme autobiográfico, apressa-se em esclarecer. “Quero falar sobre a ditadura, sobre a descoberta da arte, de como ela é importante tanto quanto a política. A arte é potente, um apostolado, quase uma missão.” ■

Escola cívico-militar: um atraso amplo

Fernando Luiz Abrucio

O Brasil está propondo uma solução não educacional a complexos problemas relativos à qualidade do ensino sem que haja qualquer evidência da efetividade de tal proposta

A forma como os países organizam a educação tem efeitos que ultrapassam essa política pública. Lembrar disso é fundamental quando a adoção das chamadas escolas cívico-militares é ampliada no Brasil. Elas devem ser analisadas não só na maneira como impactam o modelo de ensino, mas também nas consequências que têm sobre o Estado e a visão de democracia.

Neste sentido, a militarização da política educacional bate de frente com várias conquistas obtidas a partir da redemocratização, levando a um retrocesso amplo que expressa o atraso civilizacional brasileiro em sua versão do século XXI.

O primeiro ponto que chama atenção no modelo das escolas cívico-militares é sua singularidade frente à experiência internacional recente. Nenhum dos países com resultados destacados em política educacional no mundo adota um padrão similar a essa nova jaboticaba brasileira. Militarizar o funcionamento das escolas não é característica nem dos governos mais próximos do autoritarismo que aparecem bem em rankings como o da avaliação do Pisa, exame organizado pela OCDE com cerca de 80 países.

Indo mais direto à essência da singularidade dessa proposta: não passa pela cabeça de gestores, educadores ou pesquisadores de educação em qualquer parte minimamente desenvolvida do mundo colocar militares aposentados como resposta a desafios educacionais.

O Brasil está propondo, assim, uma solução não educacional a complexos problemas relativos à qualidade do ensino, sem que haja qualquer evidência da efetividade de tal proposta. Nossas crianças e jovens vão ser submetidas, como ratos de laboratório, a um experimento completamente fora das principais recomendações internacionais sobre como reformar com sucesso a política educacional. Tamanha irresponsabilidade pode custar muito caro ao futuro do país.

Alguns dos governadores que encabeçam hoje essa proposta têm se apresentado à sociedade como modernizadores do Estado, ou pelo menos como uma parte mais civilizada do bolsonarismo. Eles têm feito verdadeiros road shows pelo país para convencer a elite de que suas propostas estariam adequadas aos desafios do século XXI.

No entanto, gostaria muito que tais lideranças políticas tentassem defender o modelo de escolas cívico-militares em fóruns internacionais de educação ou de políticas públicas mais amplas, como a OCDE ou o Banco Mundial — e nenhuma dessas organizações pode ser chamada de comunista. Esse modelo seria visto como anacrônico, um verdadeiro veículo do atraso que só levaria à piora dos padrões do desenvolvimento brasileiro. Pena que o provincianismo de boa parte da opinião pública brasileira ignore a compreensão desse grave equívoco educacional.

Embora não haja um único padrão internacional de modelo educacional bem-sucedido, o portfólio de medidas consideradas boas práticas vai na direção contrária das escolas cívico-militares. Entre esses elementos, destacam-se propostas como a governança colaborativa das escolas, que exige o reforço do trabalho coletivo e do aprendizado pela via do diálogo amplo, dimensões completamente opostas à hierarquização militar do ambiente escolar.

Pesquisas mostram também que lideranças escolares com maior êxito são aquelas capazes de engajar os profissionais da educação, as famílias e os estudantes em torno de objetivos pedagógicos que passam longe do disciplinamento forçado dos jovens, algo que está mais para o padrão Coreia do Norte do que para qualquer caso de êxito educacional e civilizacional.

Além disso, o desenvolvimento da capacidade crítica dos estudantes, de suas competências interpessoais relacionadas à diversidade e do estímulo à criatividade constitui outro elemento de destaque em países com bons resultados educacionais. Aliás, o Brasil apareceu recentemente no exame do Pisa como um destaque negativo não só na aferição do aprendizado de disciplinas básicas (linguagem, ciências e matemática), como ainda no que se refere ao desempenho criativo de nossos jovens.

O modelo das escolas cívico-militares piorará mais esse quadro, uma vez que a obediência baseada em padrões autoritários de comando produzirá jovens que não seriam capazes de ir além do convencional e de pensar "fora da caixa", algo tão valorizado hoje no mercado de trabalho.

Pode-se argumentar que a proposição desse modelo educacional seria uma resposta ao aumento da violência no ambiente escolar, uma demanda legítima da sociedade e das famílias mais vulneráveis. Se essa é a origem da proposta, ela está equivocada em dois sentidos.

Em primeiro lugar, é fundamental aumentar a intersetorialidade na política educacional, pois sua lógica setorial não é capaz de resolver todos os problemas que afetam o aprendizado e o desenvolvimento das crianças e jovens. Assim, é fundamental a articulação com a saúde, a cultura, a assistência social, o esporte e, sim, a segurança pública, aspecto essencial especialmente nas comunidades mais atingidas pela criminalidade.

Só que o suporte intersetorial não significa transportar completamente a lógica de outra política ao ambiente escolar. Ter em conta que o aprendizado é afetado por aspectos relacionados à saúde, por exemplo, não significa ter que contratar dezenas de médicos para atender todos os estudantes de uma escola, tomando a maior parte do horário de ensino para essa função. Ou ainda transformar o papel de uma diretora escolar numa extensão da atividade das assistentes sociais, de modo que a gestão escolar estaria apenas preocupada com as condições sociais das famílias do alunado, sem ter de desenvolver propósitos e metas pedagógicas.

O mesmo raciocínio vale para a questão da segurança: colocar um profissional da área como gestor não resolverá a questão da violência e ainda tende a transportar uma lógica repressora e punitivista para um espaço educativo, o inverso do que deveria ser a política educacional.

A militarização das escolas contém um segundo equívoco em seu propósito de reduzir a violência no ambiente escolar. O que produz um clima escolar mais saudável é a construção compartilhada do respeito entre todos os atores que convivem na escola. A imposição autoritária de comportamentos e a obediência pelo medo podem, ao contrário, aumentar os casos de bullying e gerar insatisfações psicológicas capazes de produzir casos de violência extrema.

Cabe lembrar os assassinatos em série cometidos por alunos ou ex-alunos ocorridos recentemente, frutos de uma complexa cadeia causal, mas que com certeza têm mais a ver com a incapacidade de as escolas construírem um ambiente mais respeitoso em sua diversidade do que com a falta de um comandante policial na direção da escola.

A adoção das escolas cívico-militares produz retrocessos para além da política educacional. Essa proposta tem um sentido mais amplo de afronta a avanços obtidos pelo Estado e sociedade brasileiros a partir da redemocratização.

Entre os muitos efeitos desse atraso institucional, duas dimensões são evidentes. A primeira é o desrespeito à ideia de profissionalização e de especialização das atividades estatais, que teriam de ser orientadas por conhecimento científico atinentes a cada problema social.

Só foi possível criar o SUS graças ao saber de médicos e profissionais de saúde, especialmente os que construíram, por décadas, uma concepção sanitarista. Não teria ocorrido o sucesso da estabilização monetária do Plano Real sem economistas bem formados que pesquisaram cientificamente as causas do fracasso dos planos anteriores. O sucesso da agricultura brasileira certamente tem forte relação com bons cursos de agronomia e com a atuação da Embrapa, bem como a inovação tecnológica na Embraer e na Petrobras vinculam-se a nichos de excelência em engenharia.

Colocar policiais como gestores de escola é um enorme amadorismo, com uma pitada de patrimonialismo, porque esses profissionais são escolhidos pela sua vinculação política com determinados grupos, e não por sua excelência no assunto. Imagine o escândalo que seria escolher um jogador de futebol para a presidência do Banco Central ou um professor para comandar o policiamento numa grande cidade.

No fundo, a lógica da escola cívico-militar segue o mesmo padrão do negacionismo científico: não acredita em ciência nem em especialista. Essa postura bolsonarista levou à morte 700 mil pessoas durante a pandemia da covid-19. Quantos talentos e possibilidades de cidadãos mais críticos e criativos serão ceifados pela militarização das escolas?

Em seu efeito mais profundo, as escolas cívico-militares atacam a ideia de democracia como padrão principal de organização do espaço público. Na verdade, a militarização educacional é uma forma de deslegitimar a escola pública como instituição livre e responsável por formar crianças e jovens pelo diálogo.

E todas as arenas que servem hoje ao propósito da democratização, muitas montadas ou aprimoradas pela Constituição de 1988, estão em jogo quando o civismo é substituído pelo autoritarismo em nome da ordem social.

Eis aqui a grande farsa do projeto: ao ser militarizada, uma escola pública não pode ser cívica — nem profissional, muito menos democrática. Os governadores que estão apostando neste modelo sem base científica colocam em risco não só o ensino da população mais carente do país, como também a própria democracia. São líderes do atraso, não da modernização.

Fernando Abrucio, doutor em ciência política pela USP e professor da Fundação Getulio Vargas, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: fabrucio@gmail.com

DANIEL CABALLERO

Reino cada vez mais desunido

Mundo Eleições parlamentares britânicas, que deve dar vitória ao Partido Trabalhista, marcam uma década de turbulências e transformações. Por *Vivian Oswald*, para o Valor, de Brasília

Os britânicos se preparam para uma eleição histórica que deve impor ao Partido Conservador — no poder há 14 anos — derrota acachapante; talvez a pior de sua longa trajetória de dois séculos. O pleito marca uma década de turbulências, incertezas e transformações vividas por um reino cada vez mais desunido.

Nesse período, a nação viu cinco primeiros-ministros, a morte de sua monarca mais longeva, considerada símbolo máximo da estabilidade e identidade nacional, escândalos e problemas de saúde na Casa dos Windsor, além de dolorida separação da União Europeia, deterioração dos indicadores econômicos e sociais.

Se as pesquisas de opinião estiverem corretas, nomes tradicionais da situação podem ficar fora da Câmara dos Comuns pela primeira vez em muitos anos, a começar pelo atual primeiro-ministro, Rishi Sunak, o que, se confirmado pelas urnas, será feito inédito para um premiê em exercício. A vitória dos trabalhistas, hoje considerados centro-esquerda, é dada como certa. E a troca de sinais no governo é outra mudança importante para a sociedade britânica.

Desde a coroação de Elizabeth II, 72 anos atrás, os conservadores estiveram no poder por nada menos que 48 anos, o dobro do tempo de seus opositores trabalhistas.

Para o professor de história e política britânica do King's College London Andrew Blick, este pode ser o início de uma nova era. E, por isso mesmo, será interessante acompanhar os próximos passos dos conservadores. Uma possibilidade, segundo ele, é que se movam ainda mais à direita.

A maioria folgada que o líder do Partido Trabalhista, Keir Starmer, deve conquistar no Parlamento nesse 4 de julho não significa o fim da polarização nacional. Muito menos que o país terá conseguido livrar-se do avanço da extrema direita. As intenções de voto indicam que o recém-fundado Reform UK, de ultradireita, estaria em terceiro lugar nesta corrida eleitoral, um ponto percentual atrás dos conservadores, a direita tradicional.

A onda de radicalização política que assombra a Europa não poupou o Reino Unido. Como do outro lado do Canal da Mancha, a frustração do eleitor decorrente do que especialistas atribuem à falta de sintonia da classe política com a realidade explica a simpatia pelo discurso dos extremos.

Fora da UE agora há pouco mais de quatro anos, o Reino Unido não conseguiu se desvencilhar do zeitgeist do continente, onde, menos de um mês atrás, a direita ultraconservadora abocanhou número recorde de assentos no Parlamento Europeu — ainda que o centro e a centro-direita ainda sejam maioria. O resultado provocou, na França, a dissolução da Assembleia Nacional e a convocação de eleições legislativas antecipadas; na Bélgica, a renúncia do primeiro-ministro; e na Alemanha, o agravamento da crise política.

Movimentos liderados por artistas, celebridades, intelectuais e influencers franceses vêm tentando mobilizar o voto contra a direita radical na eleição que apontará 577 parlamentares. O primeiro turno está marcado para este domingo. O segundo, dia 7 de julho.

O inflamado discurso ultraconservador e os avanços da extrema direita no Reino Unido já tinham levado os britânicos a votar pela separação da UE em junho de 2016. Dentro do próprio Partido Conservador, era a ala mais radical que parecia falar mais alto. Foi ela que abriu caminho para a permanência do estridente ex-primeiro-ministro Boris Johnson no poder nas eleições gerais de 2019.

Sob a promessa de "trazer de volta o controle" da nação e concluir o processo de divórcio da Europa, Johnson garantiu maioria aos conservadores. Logo ele que tinha sido anos antes defensor da união. Paradoxalmente, no país do Brexit — que ainda sofrerá pelos próximos anos as consequências do plebiscito pela separação da qual mais da metade da população já se arrepende de ter apoiado — a mesma extrema direita continua arrebanhando adeptos. Agora, com nova roupagem.

O apoio fez ressurgir das cinzas personagens que se imaginavam carta fora do baralho político, como Nigel Farage. Líder do antigo Partido de Independência do Reino Unido (Ukip), que esteve à frente da campanha pelo Brexit, ele é o fundador do Reform UK.

ALBERT NIEBOER/PICTURE-ALLIANCE/DPA/AP IMAGES

A família real nas comemorações do aniversário de Charles III, com a princesa Kate ao lado do rei

Ele quer um assento na Câmara dos Comuns. É sua oitava tentativa.

Desta vez, os prognósticos lhe parecem bem mais positivos. Até porque decidiu concorrer pelo distrito de Clacton, visivelmente a seu favor, cidade que era muito pró-Brexit e única a eleger um candidato do Ukip/Reform nas eleições gerais de 2015 (Douglas Carswell). Nas outras ocasiões, por mais que o velho Ukip tenha chegado a alcançar 4 milhões de votos em todo o território nacional, o partido não conseguiu fazer mais do que esse deputado.

A partir do chamado voto distrital puro, no Reino Unido só se elegem os candidatos que se apresentarem e obtiverem vitória em cada um dos 650 distritos do país. Ou seja, o somatório nacional não se converte em cadeiras. É isso que tem afastado a extrema direita do poder no Reino Unido até aqui. Dentro do Reform UK, porém, já há quem acredite que o partido possa se tornar a oposição oficial num futuro próximo.

Para a historiadora da Universidade de Westminster Pippa Catterall, a nova empreitada de Farage era previsível desde o momento em que as sondagens começaram a ser-lhe favoráveis. "O mais interessante, porém, é que isso muda a posição de Farage em 2019, quando seus candidatos acabaram ajudando os conservadores a obter uma maioria esmagadora de 80 cadeiras", diz Catterall.

Agora, segundo ela, o líder de extrema direita ataca os conservadores, de quem seus candidatos devem ajudar a tomar assentos. "A visão cínica é que Farage identificou oportunidade para reduzir os conservadores a uma posição de extrema direita que ele poderá assumir. Não sei se ele é tão estratégico ou se isso vai acontecer", avalia.

No reino de Charles III, o eleitor está cansado das turbulências políticas e escândalos do partido da situação, avalia Andrew Blick, do King's College London. "O que se quer é um pouco de tranquilidade. Foram muitos primeiros-ministros, mentiras ao Parlamento, escândalos", diz. O voto de protesto, neste caso, é nos trabalhistas, um partido mainstream.

> "Um risco é [de que haja] dois partidos dominantes e um se volta para o extremo"
> *Andrew Blick*

Esta é uma eleição importante, mas uma campanha enfadonha, na avaliação de Catterall. "Sunak é um péssimo ativista e Starmer, cauteloso. Nenhuma das plataformas dos principais partidos atraiu a imaginação", diz.

Quanto a Farage, conta com a ajuda da cobertura excessiva de uma mídia britânica que, segundo a professora, é obcecada por celebridades e em grande parte desinteressada por políticas. Ele agora ocupa as páginas do noticiário desde que defendeu em debate eleitoral que a invasão da Ucrânia pela Rússia foi provocada pelo avanço da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em direção a Moscou. O argumento, considerado tabu na Europa, levou-o a ser tachado de putinista e movimentou as mídias sociais.

Mas Catterall acredita que o tipo de política agressiva que funcionou para Farage no passado pode não funcionar agora. "A imigração, por exemplo, é um problema menor e as pessoas são mais cínicas quanto às promessas de reduzi-la [aumentou e não diminuiu desde o Brexit]", afirma a professora.

Em sua avaliação, "a palavra que começa com a letra B", por sinal, como muitos se referem ao Brexit, está visivelmente ausente destas eleições, embora ainda contribua para o aumento do custo de vida que afeta negativamente a popularidade dos conservadores.

Para Blick, no pós-eleição é preciso acompanhar como os conservadores se comportam enquanto estiverem na oposição e quem tomará a frente do partido. "Um risco é que aconteça algo comparável ao que se viu nos Estados Unidos, onde há dois partidos dominantes e um se volta para o extremo, deixando de lado a ideia de democracia como se conhece, como aconteceu com os republicanos. As eleições viram batalha de partido que quer brigar pela ou contra as regras democráticas. O debate deixa de ser sobre políticas. Passa a ser sobre democracia. Isso é um problema", destaca.

Antes disso, é preciso saber o que dirão as urnas. Para John Curtice, da Universidade de Strathclyde, um dos mais respeitados especialistas no comportamento eleitoral dos britânicos, a tendência é que o comparecimento dos eleitores seja menor. Por duas razões: pelo fato de as pesquisas de opinião já indicarem uma vitória larga dos trabalhistas e pelo fato de as campanhas serem mornas e desinteressantes. "Por que se dar o trabalho de ir votar?, pensarão muitas pessoas", diz o guru das eleições.

Para o professor do Departamento de Governo da Universidade de Essex Paul Whiteley, uma das poucas histórias de sucesso do governo conservador é a queda da inflação, que está agora próxima da taxa-alvo fixada pelo Banco de Inglaterra, depois de atingir níveis que só se viram no pós-guerra. Mas nem isso será capaz de ajudá-lo.

"Isto é um enigma porque uma das conclusões mais bem estabelecidas na ciência política é que a economia desempenha sempre um papel importante na influência dos eleitores em eleições. Neste momento, a questão mais importante na campanha eleitoral é o estado da economia, particularmente a crise do custo de vida. Dado que esta questão é muito relevante, deveria ajudar os conservadores, mas parece não fazer diferença", diz.

O problema, diz, poderia ser explicado por outros fatores que influenciam os eleitores, tais como o estado do sistema público de saúde, a questão da imigração, o desempenho dos líderes partidários na campanha, divisões internas nos partidos e assim por diante. Se isso ajuda agora os trabalhistas, pode tornar-se um grande problema a partir do dia 5 de julho. "E eles só saberão o tamanho do problema depois de assumir o governo", diz Blick.

A economia britânica registrou crescimento de 0,6% do PIB no primeiro trimestre deste ano, após entrar em recessão técnica no segundo semestre de 2023, com retração de 0,1% entre julho e setembro e 0,3% de outubro a dezembro. Pesquisa da Financial Conduct Authority (FCA) de abril mostra que o custo de vida dá sinais de queda, mas ainda há 7,4 milhões de pessoas que não conseguem pagar suas contas no fim do mês.

O frisson político de certa forma tirou, pelo menos dentro do Reino Unido, o foco sobre outro tema que tem gerado incertezas sobre britânicos: a saúde da família real. Especulações em torno do estado da princesa de Gales Kate Middleton, que anunciou se submeter, sem maiores detalhes, a um tratamento médico, cresceram depois de meses que esteve longe dos olhos do público. Os rumores só pioraram após o escândalo provocado pela publicação dela nas redes sociais de uma foto editada sua com filhos por ocasião do Dia das Mães. Ela precisou ir a público pedir desculpas e revelar que se tratava de um câncer.

Há alguns dias, fez sua primeira aparição. Estava em família para as comemorações do aniversário do rei Charles III, que, como manda a tradição real, se festeja em dia diferente do natalício, durante a primavera, quando o tempo é supostamente mais agradável. Ele próprio teria se recuperado de tratamento de câncer que o afastara da agenda oficial por um tempo. Era o sinal de que a família se mantinha unida e que a monarquia se mantinha forte, apesar do momento de fragilidade.

Kate é peça fundamental para ajudar a modernizar a Casa Real e trazê-la para o século XXI, já que tem apelo sobre jovens e idosos, avalia Pauline MacLaran, professora de pesquisas sobre marketing e consumo da Royal Holloway, da Universidade de Londres. "A monarquia parece bastante frágil neste momento, mas o público e, mais importante, a imprensa britânica estão sendo muito solidários", diz ao **Valor**. Tudo isso, afirma, aumenta a responsabilidade do príncipe William, herdeiro da coroa, que precisa não só se preocupar com a saúde do pai, e as implicações disso em sua agenda oficial, mas também com a de Kate.

A condição de Charles III, que já retomou a agenda pública, e as incertezas sobre Kate, que ainda se vê em situação frágil de tratamento pesado, expõem a fragilidade da condição humana dos monarcas, o que tem o duplo efeito de diminuir o mistério que os torna tão especiais e enfraquecer a instituição.

É incomum a Casa Real voluntariar prontuários médicos. Foram raras as vezes que a nonagenária Elizabeth II esteve em um hospital. "Jamais queixar-se, jamais explicar-se." A frase, atribuída ao ex-primeiro-ministro Benjamin Disraeli (1804-1881), foi o mantra da realeza por séculos. ■

AP PHOTO/ALBERTO PEZZALI

O Parlamento britânico, em cujo prédio fica o Big Ben, terá grande mudança em sua composição

INÊS 249

DIVULGAÇÃO

A Sotheby's promoveu ano passado o primeiro leilão de joias masculinas com a mostra "For the Boys"

Faces da luz

Moda Como a avalanche de joias masculinas no tapete vermelho chegou ao mercado para misturar Cristo, gênero e o legado de Ayrton Senna. Por *Pedro Diniz*, para o Valor, de São Paulo

Um brilho diferente vestiu a ala masculina na última temporada de premiações do cinema. Ele percorreu o tapete bege do Met Gala, no início de maio, e ainda teve força para, mesmo à luz do dia, refletir os flashes do Festival de Cannes no fim daquele mês.

Bases de ouro, platina e diamantes não eram exatamente rechaçados por eles, mas poucas vezes tantos homens públicos escalaram juntos os degraus da extravagância com colares, anéis, pulseiras e, para a surpresa de quem não esperava ver nada muito além do smoking de sempre, broches, ora presos às lapelas, ora alfinetados aos botões dos trajes monocromáticos.

Não é tendência restrita à juventude fashionista frequentadora do Oscar, como poderia sugerir o lançamento da colaboração entre a grife Cartier e o ator americano Timothée Chalamet, de 28 anos, em fevereiro, para a ocasião da estreia de "Duna - Parte 2", protagonizado por ele.

O colar de partes giratórias forradas com diamantes em tons sépia, tal qual o deserto do planeta fictício Arrakis do longa, antecedeu o anúncio, no mês passado, da coleção Titan, criada pelo músico e diretor criativo de moda masculina da Louis Vuitton, Pharrell Williams, para outro titã da joalheria, a americana Tiffany & Co.

Suas 19 peças de inspiração punk

MATHIEU LAVANCHY/DIVULGAÇÃO

Colar de partes giratórias forradas com diamantes em tons sépia da Cartier

JULIAN UNGANO/DIVULGAÇÃO

Timothée Chalamet com o colar da Cartier inspirado por "Duna - Parte 2"

"Acreditamos que a receita passa por oferecer [ao homem] um local exclusivo"
Maurício Okubo

foram desenhadas a partir da forma do tridente usado pelo deus mitológico das águas, Poseidon.

Correntes e espinhos entrelaçam diamantes distribuídos de forma pontual nas criações, num balanço de pesos ainda raro de se ver nas vitrines das casas de joias — ao menos, à luz do que um dia fora comum um homem trajar.

É que entre setembro e outubro passados, para o primeiro leilão dedicado a esse tipo de acessório em sua história, a firma inglesa Sotheby's exibiu a mostra "For the Boys" (para os garotos).

Os itens do início do século XX e das últimas décadas da segunda revolução industrial provam a versatilidade dos ornamentos em detrimento de uma certa sobriedade difundida após os anos 1990, também alvo da curadoria de quase 100 itens do leilão.

Entre os lotes, destacou-se um anel de esmeralda e braceletes de David Yurman, um dos poucos designers cuja ourivesaria foca o público masculino; peças em formato de coruja e folhagens; uma versão do colar Serpenti da italiana Bulgari; e o broche Sunburst, da Tiffany & Co., em formato de Sol e datado de 1890.

A restrição persistente no estojo de joias masculinas no século passado seria fruto dos preconceitos gerados por um arquétipo de masculinidade que o diretor de imagem e herança da Cartier, Pierre Rainero, definiu ao **Valor** como "terrível".

Em entrevista recente, ele disse que a ideia do mercado de só vincular a imagem do homem à força física "restringiu terrivelmente as opções [do que seria aceitável para eles] e acabou tornando-o vítima dos tabus".

No novo século, à medida que jovens, notadamente jogadores de futebol e celebridades da música, passaram a usar diamantes nas produções, teria havido uma "quebra repentina na masculinidade tradicional", disse Rainero, que iluminou o futuro promissor dessa parcela do mercado. "Até porque, na Cartier, tratamos da elegância, e não há gênero para isso, inclusive quando falamos de diamantes", afirma.

Os números confirmam as predições do executivo. Embora a alcunha de gênero seja paulatinamente escanteada na comunicação das marcas de luxo, dados da consultoria Euromonitor International apontam que, no ano passado, o mercado de joalheria masculina fina movimentou US$ 7,3 bilhões.

São cifras tímidas ante os US$ 44 bilhões amealhados pela ala feminina da vitrine no mesmo período, mas têm ritmo de crescimento mais acelerado. Enquanto a fatia só para homens computou 7,3% de incremento ano a ano, a feminina registrou 4,6%.

Não é possível fazer o mesmo recorte nos balanços das empresas, já que discriminam gênero, mas o momento é de ascensão nessa fatia dos grupos. Um exemplo é o próprio suíço Richemont, dona de Cartier e das joalherias Van Cleef & Arpels e Bucelatti, que tem nas peças preciosas 69% do negócio, cujas vendas de 2023 totalizaram 20,6 bilhões de euros.

O recorde divulgado em maio surpreendeu analistas e, mesmo sob pressão de 5% de queda no lucro operacional devido a "despesas não recorrentes e movimentos cambiais", como está descrito no balanço, a curva ascendente da divisão de joias se manteve firme com 6% de crescimento.

Fará sentido, portanto, a ideia de Maurício Okubo, CEO da tradicional joalheria paulistana Julio Okubo, em criar uma marca só masculina, apostando em novas frentes para a grife de sua família. "Não é simples para o homem no Brasil entrar numa joalheria para comprar para si. Acreditamos que a receita passa por oferecer a ele um local exclusivo, com comunicação e ambiente próprios", diz o empresário.

A nova Okubo Men já opera descolada das coleções femininas nas lojas da etiqueta, especializada em pérolas, e, de acordo com o executivo, ganhará o primeiro ponto homônimo neste ano em um shopping de luxo paulistano.

Seja em formato pop-up, temporário, seja fixo — a depender das negociações com as redes JHSF, do shopping Cidade Jardim, e Iguatemi, para que até o Natal a estrutura fique pronta —, será um dos poucos endereços

Pharrell Williams e o colar que criou para a coleção Titan da Tiffany

O designer José Carlos Guerreiro e sua filha Juliana Guerreiro

Cristo criado por José Carlos Guerreiro, que usa símbolos religiosos em escapulários e correntes

voltado ao universo masculino. E não serão quaisquer joias.

Em parceria com a Senna Brands, empresa responsável por manter a memória e os licenciamentos que levam o nome do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna, morto em 1994, a Okubo Men lançará 16 peças inspiradas na iconografia da vida do ídolo.

Entre o fim de julho e novembro próximos, seis pequenas coleções devem preencher as prateleiras nesta que será a primeira coleção completa já lançada com o nome de Senna — na década passada, a HStern lançou uma edição limitada em homenagem a ele.

Possíveis parceiros em Mônaco, na França, em Milão, na Itália, e nas cidades japonesas de Tóquio e Kyoto negociam com a Okubo Men pontos "shop in shop", quando uma marca monta espaço exclusivo em uma loja. Devido à ligação com fornecedores de pérolas japonesas, a própria origem dos fundadores da Julio Okubo e a fama do piloto no país asiático, o Japão deverá ser a primeira parada.

"Fizemos uma imersão na história para criar as peças. Tivemos acesso ao acervo do Instituto Ayrton Senna e conversamos com fãs que colecionam itens para criar algo que agrade tanto a quem o acompanhou quanto jovens que só ouviram falar", explica Okubo.

Referência mais óbvia, o capacete amarelo com faixas verdes virou pingente para uma pulseira. Arrematado com dois diamantes nas laterais, eles levam o "S" duplo que virou a marca do ídolo.

As placas que adornam colares, por sua vez, guardam símbolos mais íntimos. Elas são inspiradas numa pulseira dada a Ayrton pela irmã, Viviane Senna, com inscritos que remetem à resiliência do piloto. Palavras como "superação", "determinação", "garra" e "vitória" foram gravadas a laser com a letra dele, reproduzida de manuscritos mantidos pela família.

As conversas entre Maurício Okubo e a Senna Brands começaram no ano passado e as primeiras peças só foram aprovadas em abril. O **Valor** teve acesso aos desenhos técnicos e às imagens 3D dessa primeira leva. As bases, todas nobres, são de ouro amarelo, ouro branco, diamantes branco e negro e fibra de carbono, material que remete à alta performance.

Os itens devem chegar ao varejo com preço médio inicial de R$ 7 mil. O valor máximo de uma peça está estimado pela Okubo Men em R$ 15 mil.

Uma das levas deverá trazer uma referência à sexta marcha do carro de Fórmula 1, a mesma da corrida de Interlagos com a qual, em 1991, Senna engatou ininterruptamente nas sete voltas finais. O feito está incrustado na mente dos fãs, que podem gostar do pingente em formato de câmbio imaginado pela grife.

Tanto quanto os colecionadores gostam das edições especiais dos relógios TAG Heuer que levam o nome Senna. Até agora, versões de modelos de sucesso da marca eram os únicos acessórios de luxo na lista de licenciamentos da Senna Brands, sendo o mais recente de 2022. A reportagem apurou que, em novembro, uma nova versão de relógio, ainda mantida em segredo, será lançada pela grife em homenagem ao ídolo.

> "O mercado para homens ainda é uma mistura de feira hippie e pulseirinha de couro"
> *Juliana Guerreiro*

Peças da coleção Senna que a Okubo Men está para lançar

Ao **Valor**, por e-mail, o diretor de herança da TAG Heuer, Nicholas Biebuyck, confirmou a informação sem dar detalhes do projeto.

"A contribuição de Ayrton para a TAG Heuer é maior do que a de um embaixador tradicional. Os seus valores, a sua tenacidade, o seu sentido de justiça, o seu amor pela vida e o trabalho que realizou ressoam na organização até hoje. Estamos muito orgulhosos de apresentar um novo relógio para continuar seu legado", diz o executivo.

Parece sacramentada no mercado a ideia de que o impulso da compra de joias, para os homens, estaria vinculada mais a esse tipo de memória afetiva e aos valores pessoais do que à praxe da moda em avaliar se a peça combina ou não com a roupa.

Os anéis, colares e pulseiras da grife Guerreiro são exemplos da constante. Talvez a única em atividade no mercado de luxo brasileiro que nasceu na joalheria masculina, ainda nos 1970, para só neste século enveredar pela feminina, suas peças funcionam como talismãs.

Símbolos religiosos da cabala, do judaísmo e do cristianismo aparecem esculpidos em escapulários e correntes, feitos à mão e originalmente criados pelo designer José Carlos Guerreiro.

Reconhecido pelos nós feitos no couro e, depois, em ligas de metal, ele criou a imagem de um Cristo crucificado cujas mãos estendidas formam um "Y" simétrico, que recentemente tomou as redes no pescoço de jovens da geração Z.

A diretora criativa e filha de José Carlos, Juliana Guerreiro, afirma que a empresa notificou dezenas de sites em que cópias do modelo, cujo desenho é registrado, são comercializadas por centenas de reais. O original Guerreiro parte de uma média de R$ 1.000, em prata, e pode chegar a R$ 32.606 na versão em ouro amarelo cravejado de diamantes.

"Há uma busca por autenticidade. O mercado [de acessórios] para homens ainda é uma mistura de feira hippie e pulseirinha de couro. Quando se trata de joias, elas precisam ter significado, porque eles não usam o adereço só pelo adereço", diz Guerreiro.

Nos últimos três anos, ela percebeu o interesse do cliente brasileiro na compra de peças cravejadas e, consequentemente, mais caras. Da última coleção, a Camino, as mais vendidas ultrapassam os R$ 10 mil.

"Ficamos espantados quando mandamos desenhos cadastrados na loja como femininos e chegam pedidos para tamanhos masculinos. Pode ser uma riviera de R$ 100 mil ou um anel com flor cravejada, por exemplo. Eles recebem muito bem os diamantes negros, também", conta.

Guerreiro avalia a mudança no perfil de compra como um processo no qual "o homem latino vai mais devagar", e, geralmente, "ele começa no escapulário, passa pela pulseira e, por último, chega ao anel".

Broches como os dos tapetes vermelhos? "Ainda não, mas, quem sabe?" ■

INÊS 249

O revolucionário do jornalismo econômico

Imprensa Roberto Müller moldou a cobertura de empresas e finanças no Brasil.
Por *Cynthia Malta e Célia de Gouvêa Franco**, de São Paulo

O jornalismo econômico no Brasil era um antes da revolução desencadeada pelo jornalista Roberto Müller Filho na "Gazeta Mercantil" a partir de 1974 e foi outro depois disso. A mudança foi da água para o vinho, e os princípios adotados por ele e pela equipe de jornalistas que montou moldaram a cobertura de economia, empresas e finanças em outras publicações e em jornais especializados, como o próprio **Valor**.

O escopo dos assuntos tratados pelo jornalismo de economia foi muito ampliado, os repórteres passaram a ser estimulados a se especializar na sua área de cobertura e intensificou-se a busca por profundidade e exclusividade nos textos. Além de ter criado e implantado um modelo de jornalismo inovador no mercado brasileiro, Müller deu espaço para que outros jornalistas brilhassem e construíssem carreiras de sucesso.

Müller, que morreu no dia 4 de junho, aos 82 anos, não estudou jornalismo nem economia, mas foi escolhido na década de 1970 pela família Levy, então dona da "Gazeta Mercantil", para transformar o que era um jornal sem expressão em uma publicação influente. Antes disso, ele tinha passado por um jornal e uma emissora de rádio em Ribeirão Preto, onde nasceu, e pela "Folha de S. Paulo" e pelas revistas "Expansão", "Visão" e "Veja". Foi do prédio da rua Major Quedinho, 90, no centro velho da cidade de São Paulo, que Müller promoveu as mudanças que tornaram a "Gazeta" leitura obrigatória para quem tivesse interesse pelo mundo de negócios.

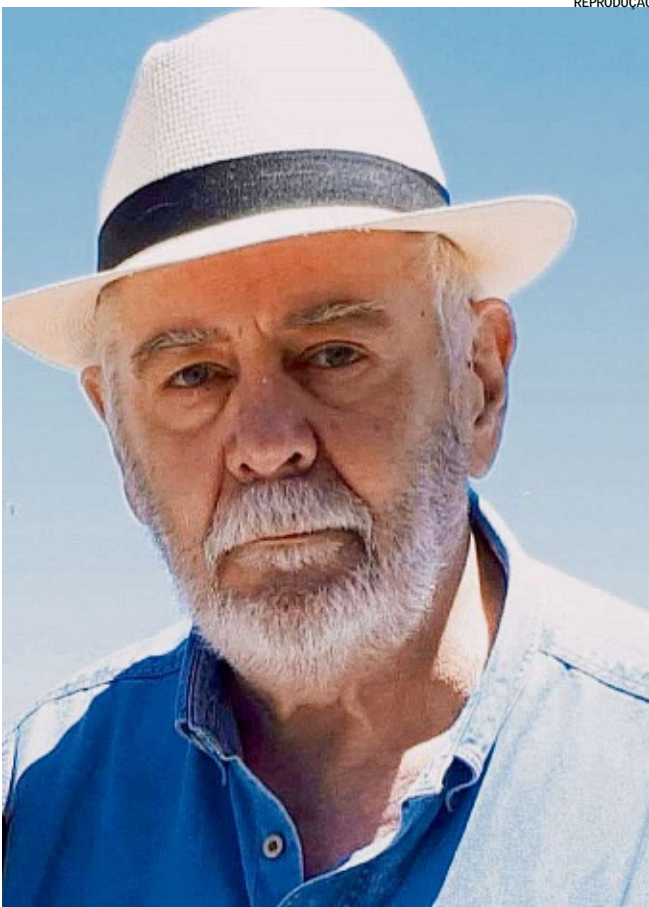
Durante cerca de 25 anos, a "Gazeta" foi a principal fonte de informações sobre finanças e empresas, abarcando também o debate sobre política econômica e as notícias internacionais que pudessem afetar os negócios brasileiros. Gradualmente, o jornal, que circulava de segunda a sexta-feira e durante décadas não publicava fotos — só ilustrações dos entrevistados feitas a bico de pena — ganhou seu lugar na cobertura de política em que a orientação era olhar o campo como fonte de poder.

A "Gazeta", que tinha sido criada em 1920, não sobreviveu às graves crises financeiras pelas quais passou. Com alto endividamento e atraso no pagamento de salários e impostos, fechou as portas em 2009. Mas a maneira de apurar notícias, de montar uma redação com repórteres especializados e organizar a informação, com análises aprofundadas — modelo criado por Müller — permanece até hoje como base para qualquer publicação especializada em economia e negócios.

O papel de destaque de Müller, de personalidade afável, mas firme na defesa de seus princípios, ultrapassou o escopo do jornalismo econômico. Foi por iniciativa dele que a "Gazeta" patrocinou durante anos, a partir de 1977, a eleição de líderes empresariais, escolhidos por seus pares. A iniciativa se tornou importante porque oito dos dez líderes escolhidos assinaram um documento defendendo a democracia numa época em que o Brasil vivia uma ditadura militar, sem eleição direta para presidente e governadores e com pouco diálogo entre Brasília e a sociedade civil.

A partir daí, os empresários eleitos mantiveram conversas entre eles, criando um fórum de discussões sobre economia e política. Isso ajudou a "Gazeta" a se tornar um canal de comunicação entre o mundo dos negócios e os governantes. O jornal também foi pioneiro na cobertura sistemática de sindicatos e das relações entre patrões e empregados, ao criar uma sessão dedicada a assuntos trabalhistas.

Já durante os primeiros anos em que Müller e sua equipe dirigiram a redação (ele se ausentou por dois anos para ser chefe de gabinete do então ministro da Fazenda Dilson Funaro, entre 1985 e 1987), o jornal conseguiu angariar prestígio e aumentar o número de leitores. A "Gazeta" foi incluída numa lista dos melhores jornais de negócios do mundo elaborada pela revista "Fortune", ao lado do "Financial Times" e do "The Wall Street Journal", entre outras publicações menos conhecidas no Brasil — aliás, a "Gazeta" manteve por alguns anos o direito exclusivo de republicação do "FT" e do "WSJ" no país.

REPRODUÇÃO

Roberto Müller criou um modelo inovador no Brasil e deu espaço para que outros jornalistas brilhassem

O aumento da tiragem foi gradual e os dados sobre a circulação da "Gazeta", pouco confiáveis, mas no início dos anos 1970 o jornal vendia algo como 8 mil exemplares; em meados da década de 1990, eram mais de 100 mil, lembrando que esses dados se referem à venda de jornais em papel.

Ao assumir a direção da redação do jornal, em 1974, Müller começou a implantar um modelo de jornalismo que tinha regras e objetivos claros, a começar pela meta de tornar a "Gazeta" um instrumento de trabalho ao fornecer informações importantes e exclusivas para seus leitores, que, em sua grande maioria, recebiam seu exemplar no escritório e não nas suas residências. Uma regra inquebrantável era que em qualquer matéria o repórter precisava necessariamente ouvir os dois lados da questão.

O jornal era dividido em muitas editorias — como Energia, Indústria, Mercados, Administração e Serviços, Legislação — e cada uma delas deveria funcionar como se fosse uma newsletter especializada no seu segmento, de forma que o empresário, executivo ou banqueiro interessado naquela área da economia fosse "obrigado" a ler o jornal todos os dias para acompanhar o que estava acontecendo naquela área.

Os repórteres se transformavam em especialistas em determinados setores, de tal forma que podiam avaliar a importância de uma informação e apurar informações exclusivas. Outra inovação adotada foi a de que os editores também deveriam escrever matérias, uma variação da função que normalmente exercem esses profissionais.

Jornalistas deveriam procurar dar furos (notícias exclusivas, no jargão da imprensa) e, quando as notícias fossem coletivas, a buscar um ângulo diferenciado em relação a outras publicações. Por isso, os repórteres da sucursal de Brasília foram orientados a não participar de pools, que eram muito comuns nas décadas de 1970 e 1980 (no pool, jornalistas de diferentes jornais, competidores entre si, trocavam informações de forma que ninguém publicava notícia exclusiva e não era furado).

Desde o início do período em que dirigiu a redação, Müller levou para a "Gazeta" um time de jornalistas considerados dos melhores em atividade na época — e permaneceram trabalhando juntos por muitos anos. Além dessa equipe de "veteranos" (a maioria não tinha 40 anos), o jornal contratou muitos jovens recém-formados ou com pouca experiência na área que foram treinados segundo os princípios criados por Müller. Um dos recursos para ajudar na formação dos repórteres foram cursos de economia — o primeiro deles reuniu professores da Unicamp e da UFRJ.

Aos poucos, o jornal se revelou uma escola de jornalismo, treinando gerações de repórteres, muitos dos quais foram, posteriormente, alçados à direção de outras publicações ou tiveram (e têm) grande destaque como repórteres ou colunistas. Para formar a redação, Müller teve a seu lado jornalistas como Matías M. Molina, correspondente da "Gazeta" em Londres e posteriormente editor-chefe do jornal. Dentre os fundadores da redação do **Valor**, Celso Pinto, Vera Brandimarte, Claudia Safatle e Pedro Cafardo são alguns dos jornalistas formados na "escola de jornalismo" criada por Müller.

Além das três passagens pela "Gazeta Mercantil", Müller foi secretário de Ciência e Tecnologia do governo paulista, diretor de jornalismo da TV Globo em São Paulo e diretor de "A Gazeta", de Vitória, além de tocar outros empreendimentos. Deixou três filhos, um neto e centenas de jornalistas que aprenderam o ofício com ele.

***Para o Valor** ■

'A Casa do Dragão' volta mais coesa

TV Segunda temporada da série traz ritmo fluido e sem meandros genealógicos. Por *Luciano Buarque de Holanda*, para o Valor, de São Paulo

Ambientado 160 anos antes dos eventos narrados em "Game of Thrones", o "spin-off" "A Casa do Dragão", para muitos, serviu como um prêmio de consolação pelo final questionável da série original e sua heroína, Daenerys Targaryen — qualquer desfecho que excluísse o triunfo da personagem seria malvisto pelos fãs, independentemente de qualquer falha no roteiro.

Aqui, afinal, os Targaryen reinam absolutos em Westeros, com mais de dez dragões adultos sob o seu domínio. A prometida ao Trono de Ferro é também uma mulher empoderada de cabelos platinados, voando sobre o dorso de um dragão e proferindo o comando "drakaris". Tudo o que os órfãos de Daenerys queriam ver.

Era uma aposta fácil, e de fato deu certo: "A Casa do Dragão" agradou tanto aos fãs quanto à crítica especializada, retornando para esta segunda temporada com hype redobrado — o que não significa que o primeiro ano tenha passado incólume.

A temporada prévia sofreu principalmente com o excesso de deslocamentos na narrativa. Os anos avançam muito rápido, enquanto eventos são empilhados em ritmo "fast forward" e personagens entram e saem da história sem causar grande impacto.

Os únicos realmente bem trabalhados são aqueles que formam o núcleo: a princesa Rhaenyra (Emma D'Arcy, de "Wanderlust"); a rainha Alicent Hightower (Olivia Cooke, de "Jogador Nº 1"); seu pai, a Mão do Rei, Otto Hightower (Rhys Ifans, de "Um Lugar Chamado Notting Hill"); o príncipe Daemon (Matt Smith, de "The Crown") e seu irmão, o moribundo Rei Viserys (Paddy Considine, de "Peaky Blinders").

À altura desta segunda temporada, entretanto, o ritmo é mais fluido e coeso, com todas as arestas da trama já devidamente aparadas. Se ainda há muitos conflitos paralelos, todos eles orbitam em torno do antagonismo entre Rhaenyra e a usurpadora (e ex-melhor amiga) Alicent.

Personagens secundários, outrora mal introduzidos, finalmente deixam sua marca. É o caso do alcoviteiro manco Larys Strong (Matthew Needham, de "Napoleão"), vulgo 'Larys Pé Torto', do relapso Rei Aegon Targaryen (Tom Glynn-Carney, de "Dunkirk") ou seu vingativo irmão, Aemond (Ewan Mitchell, de "The Halcyon"). Uma dupla cuja soma das partes evoca a lembrança do rei Joffrey de "Game of Thrones".

DIVULGAÇÃO

Segunda temporada tem todas as arestas da trama já devidamente aparadas

A Casa do Dragão - Temporada 2
EUA - 2024. Criadores: George R. R. Martin, Ryan Condal. Onde: Max
★★★★☆

Outra a ganhar destaque é a rainha Helaena (Phia Saban, "O Último Reino"), uma jovem introspectiva, cujos dons de clarividência confundem-se com comportamento autista. Casada com o próprio irmão Aegon, uma tradição comum na Casa Targaryen, Helaena testemunha uma das cenas mais brutais do "spin-off" até aqui. Um incidente que promete acirrar em definitivo a guerra civil que já vem se desenrolando entre King's Landing e Dragonstone.

É cedo para afirmar, considerando que a HBO/Max disponibiliza os episódios semanalmente, mas "A Casa do Dragão" parece pronta para se consagrar agora, despida dos meandros genealógicos mais burocráticos do livro original de George R.R. Martin, "Fogo & Sangue", parte complementar da saga "As Crônicas de Gelo e Fogo".

Um segundo "spin-off" do universo "Game of Thrones" foi oficialmente confirmado e deve estrear em 2025. Anunciada como "O Cavaleiro dos Sete Reinos", a futura série se passa 100 anos antes da queda do rei Louco, e se baseia na série de contos "As Aventuras de Dunk & Egg". ■

Onde estão os filmes negros?

Audiovisual O que revela o mapeamento de todos os filmes dirigidos por pessoas negras no Brasil desde 1949. Por *Mariana Tavares*, para o Valor, de São Paulo

Em janeiro de 2018, quando trabalhava na pesquisa para uma mostra sobre cinema negro, o curador Heitor Augusto, de 38 anos, deparou-se com um vácuo. "Foi a primeira vez que fiz um processo mais organizado de pesquisa de filmes negros", diz. "E me chamou atenção a dificuldade de descobrir informações. Ali me veio de forma muito direta este fosso: onde é que eu vou para saber sobre esses filmes?"

Passados seis anos, quem compartilha da pergunta de Augusto agora tem para onde se voltar: a publicação "Cinemateca negra", com lançamento nesta sexta-feira, 28, em evento na Cinemateca Brasileira, em São Paulo. Feito com o apoio de Open Society Foundations, Spcine e Instituto Galo da Manhã, o livro, em edição bilíngue e prefácio da ministra da Cultura, Margareth Menezes, mapeia todos os longas, médias e curtas-metragens dirigidos por pessoas negras no Brasil de 1949 a 2022.

A empreitada é do Instituto Nicho 54, fundado em 2019 por Augusto, a produtora Fernanda Lomba e o roteirista Raul Perez. Visando à equidade racial por meio da promoção de pessoas negras em posições de liderança no audiovisual, a organização atua em três frentes: formação, curadoria e interface com o mercado. O nome não é à toa: "É uma provocação ao mercado. Em 2019, segundo as estatísticas oficiais, 54% da população no Brasil se declarava negra. Se somos maioria, por que obras negras são 'produto de nicho'?", questiona.

"Cinemateca negra" centra-se na figura dos diretores — "É o grande lugar de autoridade" — para, a partir desses nomes, delinear a história da realização cinematográfica negra no Brasil. Idealizador e coordenador do projeto, Augusto aponta que, diante da fragmentação e incompletude dos dados disponíveis, centenas de fontes tiveram de ser consultadas, tais como catálogos de festivais e mostras de cinema, artigos acadêmicos, entrevistas e acervos pessoais. Coube à consultoria Lagom Data transformar em gráficos as informações coletadas.

LUCIA LIMA/DIVULGAÇÃO

"Se somos maioria, por que obras negras são 'produto de nicho'?", questiona Heitor Augusto

O diagnóstico ao qual "Cinemateca negra" chega é que, de 1949 a 2022, 1.104 filmes foram dirigidos por pessoas negras no Brasil. Desses, 83% surgiram a partir da década de 2010. Para Augusto, as razões são palpáveis: mudanças tecnológicas e políticas públicas. "Quando a gente sai do filme de película e passa para o digital, as câmeras se tornam mais baratas e você pode filmar de forma ininterrupta. Isso muda completamente a relação de quem pode fazer filme. E gera um mercado, como a multiplicação de festivais", diz.

"Além disso, a partir de meados dos anos 2000 a gente começa a ter ações afirmativas tanto nas universidades quanto nos editais de cultura e também políticas públicas de descentralização do dinheiro, que passa a circular por outros lugares. Um exemplo é o [projeto de formação audiovisual] Revelando os Brasis, em cidades de até 20 mil habitantes. Mapeamos muitos filmes vindos de lá", afirma.

Outra predominância é a de curtas-metragens em comparação com formatos mais longos: dos 1.104 filmes, 936 são obras de 3 a 30 minutos. "O audiovisual se desenvolveu no Brasil como atividade para poucos. Chegar à realização de um longa demanda tempo de estrada, marcadores econômicos e de produção. As pessoas negras vão ficando pelo caminho. Na verdade, elas vão estacionando pelo caminho. Os gráficos contam dessa dificuldade de conseguir financiamento e construir uma carreira", analisa.

Há avanços. Entre as décadas de 2000 e 2010, os longas-metragens dirigidos por pessoas negras sextuplicaram, passando de 10 para 62. "Nós celebramos esse fato, mas em termos do universo total é um número ainda pequeno de longas. Não é falta de projeto, não é falta de ideia. É falta de dinheiro", resume o curador.

Augusto destaca também a importância do documentário (chega a 70,6% da produção nos anos 1990) e o crescimento dos gêneros experimental e híbrido: "Aqui, impressionam a super-representação de pessoas trans no experimental e sua sub-representação na ficção", pontua. Ainda sob um recorte de gênero, em nenhuma década mulheres cis negras dirigiram mais filmes do que homens cis negros. E na codireção, homens cis brancos são o sujeito preponderante: "Ou seja, eles continuam no centro".

É essa uma das vocações de "Cinemateca negra": "Ao estabelecer fatos, a pesquisa cria tensionamentos e movimentações. Precisamos pensar políticas específicas para mulheres e pessoas trans negras, por exemplo". Embora os números para os anos 2020 pareçam promissores (344 filmes realizados até 2022), Augusto se diz "reticente ao otimismo": "Os impactos negativos do desmonte das políticas culturais no início desta década ainda não foram totalmente sentidos, e serão".

Completam o livro uma seção de artigos e a lista de diretores e filmes identificados. A partir de agosto, "Cinemateca negra" será distribuída em espaços como o Museu da Imagem e do Som e a Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, além de chegar a tomadores de decisão — "Pessoas que fazem políticas públicas, constroem currículos de ensino". Estão sendo pensadas estratégias de difusão no Brasil e no mercado internacional, a depender da captação de financiamento.

Para 2026, em parceria com a Cinemateca Brasileira, a expectativa é de que os filmes mapeados sejam integrados à Filmografia Brasileira, principal banco de dados sobre as produções nacionais. Também se pretende que o livro passe por atualizações periódicas, inclusive para se rever: "Os estudos de cinema brasileiro dizem que o primeiro diretor negro foi José Cajado Filho com 'Estou Aí?', em 1949. Mas nós não cravamos como um dado imutável. Por enquanto, ele é o primeiro".

Ao promover um esforço de mapeamento e reflexão crítica sobre o cinema nacional, qual legado o projeto deseja deixar? "Difícil responder. Mas o grande legado que eu gostaria que 'Cinemateca negra' deixasse é que daqui a um tempo a gente não precisasse mais afirmar que as vidas negras, as subjetividades negras, as realizações negras importam." ■

É Tudo Verdade

Retorno a Frank Capra

Amir Labaki

Documentário sobre o diretor de clássicos como 'A Felicidade Não se Compra' relembra um cineasta que soube unir 'esperança' com 'diversão'

Quando Hollywood era Hollywood, isto é, no auge da era dos estúdios, grosso modo dos anos 1930 aos 1960, Frank Capra (1897-1991) foi, por uma década, imediatamente no pré-Segunda Guerra, um dos cineastas mais conhecidos e reverenciados do mundo. Hoje é lembrado sobretudo por fiéis espectadores natalinos de "A Felicidade Não se Compra" (1946), uma espécie de conto de fadas moderno sobre com um anjo revela a um suicida (James Stewart) como seria pior um mundo sem sua presença.

Na conclusão do valioso documentário "Frank Capra: Criador de Sonhos" (2023), escrito e dirigido por Matthew Wells, o crítico e historiador de cinema Sam Wasson argumenta que, nestes tempos de aguda instabilidade nos ultrapolarizados EUA sob a sombra de um possível retorno à presidência de Donald Trump, acontece uma volta ao cinema de Capra, cívico e edificante para muitos, populista e predicador para outros tantos.

Recém-lançado para aluguel em diversas plataformas de streaming, o filme de Wells ganhou por aqui uma tradução pouco feliz de seu subtítulo. O original, "Mr. America", define bem o foco político na análise da filmografia do diretor de "A Mulher Faz o Homem" (1939), intenção completamente perdida pelo genérico "Criador de Sonhos" da versão nacional.

O documentário reconstitui de forma cronológica a vida e a obra de Capra, sem ceder à tradicional hagiografia que infesta o gênero. Imigrante aos seis anos com os pais italianos da Sicília, teve de batalhar muito para ascender ao Olimpo hollywoodiano. Sua sorte foi entrar para o cinema ainda na aurora da edificação do sistema de estúdios, com ladeiras menos íngremes a percorrer.

Antes de debutar como diretor ainda na era silenciosa, Capra foi entre outras coisas zelador, editor de filmes amadores e assistente de direção. Em sua primeira década como cineasta, treinou a mão em quase todos os gêneros mais populares, da comédia ("O Homem Forte", 1926) a filmes de ação ("Submarino", 1928). O destino lhe sorriu ao se tornar, como diz Wasson, "um diretor iniciante num estúdio iniciante", a Columbia Pictures, caindo nas graças de seu fundador e mandachuva, Harry Cohn (1891-1958).

DIVULGAÇÃO

Frank Capra no documentário: diretor foi cívico para muitos, populista para outros

Num país em frangalhos pela Grande Depressão a partir da quebra da bolsa em 1929, Capra não demorou a desenvolver sua fórmula de entretenimento que espelha o "zeitgeist". "Acho que 'Loura e Sedutora' (1931, com Jean Harlow) e 'Loucura Americana' (1932, com Walter Huston) foram os filmes em que comecei a tratar de questões sociais", conta o próprio diretor.

Sua consagração no topo de Hollywood veio, contudo, com uma pioneira comédia romântica sobre o encontro entre uma milionária (Claudette Colbert) e um pobretão (Clark Gable), sem grandes sinais da imensa crise social americana. Sucesso de público de gatilho lento, "Aconteceu Naquela Noite" (1934) tornou-se a primeira das raríssimas produções a conquistar os cincos Oscars principais (filme, diretor, ator, atriz e roteiro adaptado). A Columbia se elevava, finalmente, à elite dos estúdios, com Capra como o grande mestre da casa.

Até seu afastamento para participar do esforço de guerra, Capra realizaria a tetralogia que firmou seu mito como o grande moralista entre os cineastas hollywoodianos. Talvez você conheça alguns dos títulos: "O Galante Mr. Deeds" (1936, com Gary Cooper e Jean Arthur), "Do Mundo Nada se Leva" (1938, com James Stewart e Jean Arthur), "A Mulher Faz o Homem" (com o mesmo par) e "Adorável Vagabundo" (Gary Cooper e Barbara Stanwyck).

Exibindo notável controle rítmico, sem descuidar do humor em seus filmes com "mensagem", Capra seguiu nestas autênticas fábulas americanas a mesma receita: um homem comum enfrenta o sistema, sejam estes políticos corruptos, capitalistas inescrupulosos ou a mídia oportunista. O auge da popularidade combinava-se com o ápice do prestígio, com a primeira capa do semanário "Time" para um cineasta e mais dois Oscars de melhor diretor, por "Mr. Deeds" e "Do Mundo Nada se Leva".

Nada mais natural que o cineasta mais sintonizado com o pulso popular tenha sido convocado para coordenar os filmes oficiais de propaganda para convencer os americanos da inevitabilidade de engajamento dos EUA na Segunda Guerra (1939-1945) — mesmo sendo Capra um republicano (liberal, algo que em Trumpland parece extinto) na era do presidente democrata Franklin D. Roosevelt.

Para compreender o papel essencial de Capra na empreitada, recomendo assistir na Netflix tanto aos sete documentários na série "Why We Fight" (1942-1945), como aos três episódios da excepcional "Five Came Back" (2017), rodada por Laurent Bouzereau a partir do livro de Mark Harris.

Nenhum dos entrevistados no documentário de Wells crava uma explicação para a decadência de Capra finda a batalha contra os fascismos. A exceção é "A Felicidade Não se Compra", no qual ele parece ter traduzido algo de seu desencanto frente às atrocidades testemunhadas.

O diretor que se gabava do "nome acima do título" (como batizou sua autobiografia) retraiu-se para um cineasta de filmes para estrelas (Katharine Hepburn e Spencer Tracy, Bing Crosby, Frank Sinatra), até retirar-se em 1961 após "Dama por um Dia".

A breve reconciliação pública a partir do lançamento em 1971 de suas memórias (boas de ler, mas largamente imprecisas, inéditas em português) foi insuficiente para minorar o estrago reputacional das declarações preconceituosas e ressentidas do aposentado Capra contra judeus e afro-americanos.

Nas mais de três décadas desde sua morte, seu prestígio jamais se recuperou. É pena, pois seu cinema teve mais picos do que vales e foi invariavelmente humanista. Tanto pela "esperança", como lembra a historiadora Jeanine Basinger, quanto pela "diversão", como defende o diretor Alexander Payne ("Sideways"), não dá mesmo para abrir mão dos filmes de Frank Capra.

Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br ■

INÊS 249

EU& LIVROS

Um aventureiro atrás da câmera

Memórias de Werner Herzog enaltecem a natureza e a intuição. Por *Márcio Ferrari*, para o Valor de São Paulo

Cada um por si e Deus contra todos
Werner Herzog
Trad.: Sonali Bertuol
Todavia
368 págs., R$ 99,90

LENA HERZOG/DIVULGAÇÃO

Memórias de Werner Herzog revelam uma visão de mundo ao mesmo tempo inflexível e disposta a fazer descobertas

Para Werner Herzog, um dos fundamentos da vida é o ato de andar. "O mundo se revela a quem viaja a pé", diz em suas memórias, "Cada um por si e Deus contra todos", lançadas agora no Brasil, um ano depois de serem publicadas na Alemanha natal do cineasta.

Herzog leva muito a sério sua divisa e a estende ao fazer cinematográfico: "Meus filmes sempre foram filmes a pé". Isso desde o início — ele decidiu que seria cineasta ao experimentar uma longa caminhada com colegas católicos durante um breve período de conversão religiosa, nos primeiros anos da adolescência.

É de todo coerente, portanto, que o livro destaque a ação física, mesmo e principalmente quando fala de cinema. São frequentes as situações de desafio à morte, como aconteceu repetidamente nas filmagens de "Aguirre, a Cólera dos Deuses" (1972) e "Fitzcarraldo" (1982), ambas na Floresta Amazônica.

Com um tom vigoroso, mas que às vezes resvala na bravata e no ego inflado, Herzog conta prazeres e apuros em montanhas, geleiras e selvas de todos os continentes. Suas aventuras também comportaram alguns graus de delinquência — fez o primeiro filme com uma câmera roubada, subornou o funcionário de uma companhia aérea e atuou como contrabandista entre o México e os Estados Unidos.

Herzog nasceu em 1942 em Munique. Quando tinha duas semanas de vida, a cidade sofreu o primeiro bombardeio dos aliados. A família — constituída por ele, a mãe e um irmão — mudou-se para Scharang, "a mais remota de todas as aldeias da Baviera".

Nos belos capítulos iniciais, o cineasta fala de uma infância passada em contato com a natureza, mas também de total pobreza. Passar fome fazia parte da rotina. A mãe, na impossibilidade de prover mais alimentos em tempos de guerra, ensinou os filhos a ter coragem e não se queixar. "A cultura da lamentação me repugna", afirma Herzog.

Depois da guerra, os três voltaram para Munique. Na pensão onde foram morar também estava hospedado Klaus Kinski. Foi assim que, com 13 anos, Herzog conheceu o futuro ator de cinco de seus filmes mais conhecidos.

Já naquela época, Kinski tinha assustadores acessos de cólera. Havia jogado um candelabro sobre a plateia de um espetáculo teatral e esmigalhou as peças de porcelana do banheiro da pensão. Em filmagens futuras, nas condições precárias das locações favoritas de Herzog, o ator continuava tendo ataques ferozes que obrigavam a equipe a parar e esperar que ele recobrasse a estabilidade. Durante os anos de convivência, descritos no documentário "Meu Melhor Inimigo" (1999), o ator e o diretor várias vezes ameaçaram matar um ao outro.

São situações-limite e personagens de exceção como Kinski que atraem a obstinada curiosidade de Herzog. Para ficar apenas em seus primeiros filmes, ele retratou um soldado que enlouquece em "Sinais de Vida" (1968); reuniu um elenco de pessoas com nanismo em "Também os Anões Começaram Pequenos" (1970); mostrou a vida de um grupo de surdos-cegos em "O País do Silêncio e da Escuridão" (1971); abordou a vida de um homem que cresceu longe do convívio com outras pessoas em "O Enigma de Kaspar Hauser" (1974); comandou um elenco inteiramente hipnotizado em "Coração de Cristal" (1976) e filmou numa cidade evacuada onde um vulcão estava prestes a explodir em "La Soufrière" (1977).

Sua vida também tem momentos que parecem inimagináveis. Ao perder uma aposta, comeu um sapato em frente à audiência de um cinema.

Entre o fim dos anos 70 e o início dos 80, auge do Novo Cinema Alemão — categoria criada por críticos para designar cineastas emergentes, um grupo que incluía também Rainer Werner Fassbinder e Wim Wenders —, as produções de Herzog eram exibida comercialmente no Brasil.

Depois disso ele continuou a fazer filmes copiosamente, a maioria documentários inéditos nos cinemas brasileiros, à exceção de "O Homem Urso" (2005) e "A Caverna dos Sonhos Esquecidos" (2010). Quase todos estão disponíveis na internet. "Em certo sentido, eu sou o mainstream alternativo", define-se Herzog.

No documentário ou na ficção, os filmes do diretor, sempre guiado pela intuição, têm um substrato misterioso, uma busca por uma verdade além dos fatos, uma realidade imprevisível.

Falando de cenas como o carro em movimento sem motorista em "Também os Anões Começaram Pequenos", a galinha que dança em "Stroszek" (1976) e o barco a vapor em cima de um morro em "Fitzcarraldo", Herzog admite que são metáforas, mas não sabe do quê.

Suas memórias revelam uma visão de mundo ao mesmo tempo inflexível e disposta a fazer descobertas. Tudo com uma certa rabugice radical. Um exemplo demolidor: "Eu também preferiria estar morto a ir a um psicanalista, porque sou da opinião de que ali ocorre algo fundamentalmente errado. Se uma casa tem uma iluminação muito clara até o último canto, ela se torna inabitável. É o mesmo com a alma, iluminá-la até sua sombra mais escura torna as pessoas 'inabitáveis'. Estou convencido de que a psicanálise — junto com muitos erros terríveis da época — tornou o século XX terrível. Considero o século XX um erro em sua totalidade".

Um Einstein desgostoso na América do Sul

Diário mostra desprezo do físico por Brasil e Argentina. Por *Marcus Lopes*, para o Valor, de São Paulo

Os diários de viagem de Albert Einstein: América do Sul, 1925
Ze'ev Rosenkranz (org.)
Trad.: Alessandra Bonrruquer
Record
288 págs., R$ 79,90

Diários são confidentes da vida cotidiana. Em uma relação de cumplicidade protegida pelo silêncio e discrição do papel, esses cadernos pessoais atuam como territórios livres para reflexões e desabafos.

Em uma viagem a trabalho à América do Sul, em 1925, o físico alemão Albert Einstein (1879-1955) não poupou seus anfitriões a ponto de classificá-los como "índios semiaculturados usando smoking" e "gentalha repulsiva". O pai da Teoria da Relatividade não disse isso em público, mas foi "denunciado" pelo seu diário, conforme revela o livro "Os diários de viagem de Albert Einstein".

Os registros compilados pelo físico em um caderno de 43 páginas mostram um viajante intolerante que, a convite de comunidades científicas, culturais e judaicas sul-americanas, aceitou, meio a contragosto, uma turnê de três meses pelo continente, com estadias na Argentina, Brasil e Uruguai.

A proposta era, por meio de palestras e encontros com cientistas e representantes locais, difundir seus estudos e as novidades em torno das descobertas na área de física quântica.

Einstein topou a jornada por dois motivos pouco científicos, conforme mostra o organizador do livro, Ze'ev Rosenkranz. O primeiro foi o dinheiro prometido pelos organizadores pelas palestras e convescotes previstos no cronograma. O segundo é que a longa viagem seria uma maneira de afastar-se de uma secretária pessoal, Betty Neumann, de 23 anos, com quem o físico manteve um caso extraconjugal, em Berlim, onde vivia com a segunda esposa, Elsa, e a enteada mais nova, Margot.

A bordo do navio em que cruzou o Atlântico, Einstein começou a tecer más impressões sobre as pessoas durante uma primeira escala da embarcação, ainda na Europa. "Novos passageiros, na maioria sul-americanos, tagarelando e embonecados", escreveu o alemão, que apreciava o silêncio nas viagens de navio para leitura e estudos.

Dos três países que visitou, o que Einstein menos gostou e criticou foi justamente a Argentina e, em especial, os argentinos: "impressão geral, índios envernizados, ceticamente cínicos, sem qualquer amor pela cultura, degenerados pela banha bovina", resumiu o físico, que considerou a capital, Buenos Aires, "uma cidade enfadonha, do ponto de vista do romantismo e da intelectualidade".

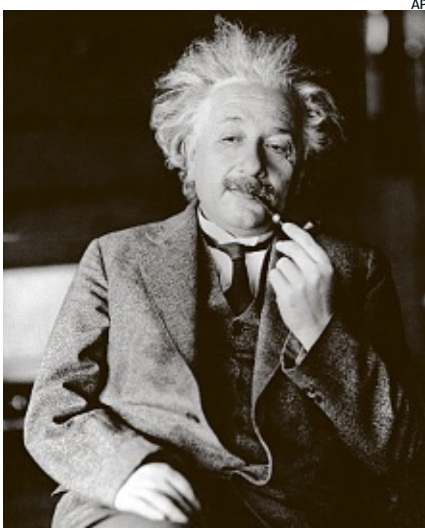
Sobre o Brasil, as impressões são dúbias, ora elogios, ora críticas a um lugar que ele considerava, acima de tudo, exótico, por conta da natureza e a miscigenação das raças. Porém, exibe um racismo geográfico ao acreditar que os brasileiros, na sua concepção geral, seriam inferiores do ponto de vista intelectual, em decorrência do clima tropical.

"Todos me dão a impressão de terem sido amolecidos pelos trópicos. De que valem a beleza e a riqueza naturais nesse contexto?", escreveu. Foi mais longe nos pensamentos racistas ao rotular o então diretor da Faculdade de Medicina do Rio Janeiro, Aloysio de Castro (1881-1959), de "legítimo macaco".

Enquanto contemplava a bela paisagem da sua janela, com vista para a Baía de Guanabara, no Rio, o rabugento missivista descarregou mais palavras duras contra os habitantes locais: "Aqui sou uma espécie de elefante branco para eles, e eles são macacos para mim. À noite, nu e sozinho em meu quarto de hotel, aproveito a vista da baía, com incontáveis ilhas rochosas, verdes e parcialmente desnudas, ao luar".

No Uruguai, Einstein parece ter se sentido mais em casa, sendo o único lugar onde teceu apenas impressões positivas. "No Uruguai, encontrei genuína cordialidade, como raras vezes antes em minha vida. Aqui encontrei o amor pelo solo sem qualquer tipo de megalomania", escreveu o físico, que destacou a laicidade do que ele chamou de "paisinho feliz": "Muito liberal, com o Estado inteiramente separado da Igreja. Constituição em alguns aspectos similar à Suíça".

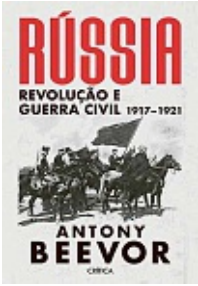
Apenas oito anos depois dessas considerações depreciativas e xenófobas, Einstein, que tinha ascendência judaica, sentiu na pele o antissemitismo com a ascensão do nazismo na Alemanha, em 1933. Foi obrigado a exilar-se com a família nos Estados Unidos, onde lecionou na Universidade de Princeton.

Sem desculpar a natureza desagradável do pai da física moderna, talvez devêssemos agradecer a Einstein por sua autenticidade e honestidade, segundo o autor do livro. "Elas (as palavras) nos oferecem a oportunidade de lidar com o fato que mesmo os mais reverenciados seres humanos têm um lado sombrio e primal que não podemos e não devemos ignorar ou desculpar", escreve Rosenkranz.

AP

Einstein: "Eles são macacos para mim"

Lançamentos

Eu vou, tu vais, ele vai
Jenny Erpenbeck. Trad.: Sergio Teralloli
Companhia das Letras
368 págs., R$ 109,90

Natural da extinta Alemanha Oriental, Richard havia experimentado a sensação de se tornar um "outro" na nova nação reunificada — e capitalista. Anos depois, com a chegada maciça de imigrantes africanos, esse filólogo se pergunta: ele e os imigrantes teriam algo em comum? De um dos principais nomes da literatura e dramaturgia alemã (Erpenbeck foi vencedora do International Booker Prize em 2024), este romance mostra que o desafio de lidar com a diferença dificilmente será bem-sucedido sem que cada um de nós se coloque diante do dilema ético do encontro com o outro.

Rússia - Revolução e guerra civil 1917-1921
Antony Beevor. Trad.: Luis Reyes Gil
Crítica
688 págs., R$ 149,90

Beevor, autor de "Dia D" e de "A batalha de Ardenas", debruça-se sobre a história da batalha civil que tomou a Rússia entre 1917 e 1921, após o colapso do império czarista. Na obra, escrita a partir de pesquisas recentes e documentos de época, Beevor conta como terror gerou terror, o que levou a uma crueldade sem limites atingindo homens, mulheres e crianças. O que era luta tornou-se uma guerra mundial por procuração, enquanto Churchill mobilizava o Império Britânico e as forças armadas dos EUA, França, Itália, Japão, Polônia e Tchecoslováquia desempenhavam papéis rivais.

A família
Sara Mesa. Trad.: Silvia Massimini Félix
Autêntica
224 págs., R$ 74,90

Uma família. Pai autoritário, mãe submissa, quatro filhos. Nesta obra (vencedora do prêmio Calámo Extraordinário, em 2022, e do Andalucía de la Crítica, em 2023), Sara Mesa expõe em capítulos breves, quase independentes, a sutil violência das instituições familiares condicionadas pelo silêncio. Nesse cenário doméstico, a transparência é proclamada como norma pelo patriarca — mas não. Como já é característico de sua prosa, a autora se alimenta das ambiguidades e estranhezas humanas provocando o leitor e suas expectativas morais e afetivas.

Inadequada
Analu Andrigueti
Patuá
116 págs., R$ 50,00

A jornalista e escritora Andrigueti apresenta um romance de formação — na história de Sâmia — com personagens que atravessam décadas pós-redemocratização, mas aparentam ignorar problemas arraigados em nosso corpo social. Problemas que, em alguns casos, brecam o avanço do país. O livro mostra a formação psicológica, física, sexual e política da personagem como produto de uma família heteronormativa que tanto pode corresponder às exigências de sua época como entrar em conflito com visões reacionárias que lhe são impostas. ■

O golpe publicitário da monarquia

Jornalista aborda período que se seguiu ao 7 de Setembro. Por *Maria da Paz Trefaut*, para o Valor, de São Paulo

O primeiro golpe do Brasil
Ricardo Lessa
Máquina de Livros
176 págs., R$ 59,00

A imagem heroica de D. Pedro I que aprendeu na escola sempre incomodou o jornalista Ricardo Lessa. Razão pela qual nos últimos dez anos se dedicou a pesquisar a história do Brasil no Primeiro Império. O resultado está no livro "O primeiro golpe do Brasil - A verdadeira história que levou o imperador a fechar a primeira Constituinte do país, prolongando o escravismo e a desigualdade".

Lessa, 68 anos, tem uma extensa carreira no jornalismo escrito e televisivo. Foi repórter e apresentador da GloboNews e âncora do programa "Roda Viva", na TV Cultura. Em 2008 publicou "Brasil e Estados Unidos: O que fez a diferença", procurando entender o que levou os dois países a caminhos e destinos diferentes do ponto de vista social e econômico. Estava ali o embrião do livro que publica agora.

"Eu tenho uma implicância com a monarquia. Acho que foi muito ruim para o Brasil. E me incomoda especialmente o fato de ensinarem nas escolas que nossa monarquia foi muito benevolente. Aprendi que a monarquia era quase uma dádiva. Mas vamos ver o que ela deixou: um país muito mais atrasado do que os vizinhos que foram repúblicas, sem comparar, é claro, com os Estados Unidos", diz.

Ele também procura lembrar a ligação da monarquia no Brasil com a escravatura. O país foi o último das Américas a abolir a escravidão e o que recebeu maior contingente de pessoas escravizadas. "Não é à toa que a escravidão acabou oficialmente em 1888 e a República foi proclamada em 1889. E ainda nos ensinam que a abolição foi um gesto magnânimo da princesa Isabel. Então aprendemos uma história ficcional. Essa é a imagem que se vende, né? De que a monarquia foi uma coisa muito positiva para o Brasil. E não é verdade. Nossa corte era mimada pelos escravistas. A primeira grande doação para D. João VI, a Quinta da Boa Vista, foi feita por um grande comerciante de escravos. A corte foi cortejada pelos negreiros, e eles, nobilitados pela corte. Era o início do toma lá, dá cá."

Com documentos e relatos, o livro mostra os bastidores do que aconteceu entre 1822 e a abdicação do imperador, em 1831. "O pano de fundo é a disputa entre os que defendiam a manutenção dos privilégios da aristocracia e os republicanos constitucionalistas. Venceu o atraso, e isso nos ajuda a entender os últimos 200 anos. Se você avalia economicamente e socialmente o que aconteceu no Brasil no século XIX, percebe que vivemos uma estagnação absoluta."

EDU SIMÕES/DIVULGAÇÃO

Ricardo Lessa procura dar um tom mais leve, não acadêmico, a seu livro

No livro, Lessa relembra que no ano seguinte à independência, em setembro de 1823, foi apresentado um projeto de Constituição pela Assembleia que restringia os poderes do imperador e aumentava os do Legislativo. Ao ver nisso uma ameaça à sua autoridade, D. Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte, que foi cercada por tropas num episódio que levou à prisão de vários deputados.

"O 7 de Setembro foi um grande golpe publicitário que a monarquia fez de si mesma. Até hoje colou, e a gente fica incensando um herói. Eu acho que não faz bem para a identidade do Brasil. Somos uma república, como foi consagrado e refirmado pela Constituição de 1988. Temos que honrar os valores republicanos."

Vários historiadores brasileiros já abordaram esse período. Em 2022, teve ampla repercussão o livro "O sequestro da Independência: Uma história da construção do mito do Sete de Setembro", de Lilia Moritz Schwarcz, Lúcia Klück Stumpf e Carlos Lima Junior, editado pela Companhia das Letras. A obra partia de uma análise do famoso quadro de Pedro Américo "O Grito do Ipiranga".

Lessa relembra essa visão dos historiadores e numa das epígrafes do livro cita uma frase do historiador, advogado e político Barão Homem de Mello: "Período nenhum da história do Brasil tem sido tão desfigurado, tão desapiedadamente caluniado como o da Constituinte de 1823".

O que o jornalista faz, agora, é tratar o período de maneira mais informal para atingir o público geral. Os capítulos chamam à leitura com títulos bem-humorados: "Como enrolar um brasileirinho", "Nada plácidas", "Muitos nobres, pouca nobreza" ou "Lorotas da Independência". "Eu tento dar um tom mais leve. Li vários acadêmicos, eles têm coisas fabulosas, porém, não têm essa preocupação", diz.

Lessa trilha um caminho aberto por Eduardo Bueno e, especialmente, por Laurentino Gomes. "Eles abriram essa vertente do jornalista tratando a história de uma maneira diferente da academia. Muitos dos historiadores escrevem para a própria academia, e essa não é a preocupação do jornalista. Eu quero escrever para o público para o qual sempre escrevi."

Outros Escritos

O dia que nunca acabou

Tatiana Salem Levy

A perda e como a escrita traça um caminho possível para a vida de quem fica

Escrevo este texto ainda sob o impacto do susto. Explico: ontem, eu estava despachando a minha bagagem para Lisboa, depois de ter participado do festival de literatura de Salerno, quando recebi um telefonema do pai do meu filho, avisando que estava indo para o hospital. Com grande suspeita de apendicite, estavam aguardando para ver se precisavam operar ou não. Quando o avião decolou, ainda não havia uma certeza. Coisa rara hoje em dia, a aeronave não tinha wi-fi. Seriam três horas e meia de grande aflição, antes de pousar, correr para o hospital e descobrir que era uma inflamação no quadril, não no apêndice.

Nas horas de aflição no avião, continuei a leitura de "Dia um" (Companhia das Letras), primeiro romance do também poeta Thiago Camelo. A partir da sua própria história, Thiago narra o suicídio do irmão mais velho, ocorrido alguns anos antes. É um belo romance, intenso, que passa sem medo pelos afetos, pelas dúvidas, pela raiva, pelo amor, assumindo as fragilidades e fraquezas daquele que narra. Mas é claro que, no meio das palavras sobre os pais que perdem um filho, dos irmãos sobreviventes, e eu ali naquela situação, fiquei bastante sensibilizada. Isso porque ler é se envolver, se misturar com o texto, nos tornarmos a própria literatura.

Outro dia, uma amiga, a excelente poeta Tatiana Eskenazi, puxou uma conversa sobre literatura e cura. Ela tem lido livros, de ficção e de não ficção, que abordam o assunto: a escrita cura? E a leitura? Será a literatura uma forma possível de análise? Um caminho para atravessarmos nossos próprios traumas, medos, nossas dores? Ou será que a literatura não cura nada? (Às vezes até me pergunto se não faz o contrário, mas deixemos esta última pergunta de fora.)

A onda de autoficção que só tem aumentado nos últimos anos, décadas depois de Roland Barthes ter anunciado a morte do autor nos anos 1960, traz essas questões para o centro das discussões literárias. Afinal, o autor não só está de volta, como agora traz explicitamente suas questões pessoais para aquilo que escreve. E o faz também porque sabe que, nelas, os leitores vão encontrar as suas próprias questões pessoais. Não se trata, como fazia Sainte-Beuve, o célebre crítico francês do século XIX, duramente criticado por Marcel Proust, de explicar a obra pela vida do autor, mas de trazer a vida abertamente para a obra. E fazer disso um jogo, construção, linguagem.

CRIS BIERREMBACH

Voltando à questão da cura, talvez a principal questão seja se perguntar o que exatamente é cura, e se ela existe. É possível se curar do suicídio de um irmão? Como leitora, não vejo o narrador de "Dia um" curado de nada, mas vejo como a escrita traça um caminho possível para essa morte, e para a vida de quem fica. Talvez curar seja, mais do que se tornar são, criar sentidos possíveis para um evento traumático, dar nome ao que parece não ter. Desenhar um percurso.

Logo no primeiro capítulo, o narrador reflete: "Por alguma razão, você acredita que se estivesse chovendo — se não fosse o sol escaldante do começo de janeiro — não haveria impulso. O sol brilhou errado, como num acidente. Desde então, você pensa que todo suicídio é em parte um acidente". Pronto, aqui começa a travessia. O irmão se matou, mas poderia não ter se matado. Mesmo o suicídio é, em certa medida, casual. E Camus que não apareça para o contradizer com a frase que abre "O mito de Sísifo": "Só existe um problema filosófico realmente sério: o suicídio".

A primeira coisa que fazemos, quando tentamos entender um acidente, é olhar para trás, procurar explicações em lugares misteriosos da nossa memória, criar conexões. Aos quatorze anos, o narrador estava na casa de um amigo quando ouviu um estrondo na rua: uma mulher tinha se jogado do prédio. Ele não queria olhar, apesar da insistência do irmão mais velho do amigo. Sua sorte era ser míope, "enxergou um borrão que podia ser qualquer coisa". Mas "o som de alguém se deformando", isso ele não esqueceria nunca. E esse som ressurgiria com força muitos anos depois, quando ele imaginasse o suicídio do seu irmão mais velho.

As coisas sem sentido vão tomando conta da imaginação de quem fica. Sei muito bem como é isso, também perdi minha irmã mais velha num acidente — de carro. As perguntas só aumentam com o passar dos anos, e, como não temos respostas, imaginamo-las. Por exemplo, se, como o narrador, não nos despedimos do rosto do morto, vamos imaginá-lo sempre. Alguém disse que ele estava inchado. Como seria o rosto do seu irmão inchado? Não havia ninguém no apart-hotel onde ele morava quando ele saltou pela janela: e se o cuidador não tivesse saído, teria o irmão se jogado? O que será que ele pensou antes de saltar?

Se a conotação de acidente para um suicídio diminui, em algum lugar, o peso da decisão de quem a tomou, também abre para quem fica um leque interminável de possibilidades. Esse leque é o fundamento da narrativa, que nunca se fecha sobre uma resposta. Diante do incompreensível, só nos resta deslizar — pelo tempo, pelo espaço, pela memória.

Perder alguém é também olhar para trás. Para a própria infância na Rua, em Jacarepaguá, onde o narrador cresceu. É se questionar sobre a sua formação, a família, os amigos. Aquilo que ele traz de forma tão acentuada dentro de si, com amor e rejeição. Ele não consegue descolar a sua identidade do menino que cresceu na zona oeste do Rio no meio de um bando de rapazes que maltratavam os animais, atazanavam as meninas, quebravam carros... Ele odeia essa parte da sua vida, mas o irmão do meio, figura central e balizadora da narrativa, faz uma lista para que ele não esqueça as coisas boas dessa infância largada na Rua.

Ao falar da depressão do irmão, o narrador fala também da sua. A partir dessa busca pelo irmão perdido, ele busca a sua identidade perdida, estilhaçada, em meio à tragédia, que não começou com o salto no vazio. O horror estampado nos rostos que ele vê no dia da tragédia não são o ponto de partida, nem o de chegada. Há muita história até chegar nele; e há muita história depois: "O tempo agora se dividia assim. Antes ou depois da morte". Também poderia se dividir em: antes e depois da escrita. Ou não se dividir de todo, uma única espiral que começa num tempo distante e acaba muito depois de nós, um eterno "dia um", transformando o pessoal na literatura em algo nem tão pessoal assim.

Tatiana Salem Levy, escritora e pesquisadora da Universidade Nova de Lisboa, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: tatianalevy@gmail.com ■

A montadora de Scorsese

Cinema Thelma Schoonmaker produz documentário sobre Michael Powell. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Berlim

Desde “Touro Indomável” (1980), todos os filmes de Martin Scorsese passam pelas mãos de uma mulher, ainda que a maioria deles sirva de estudo sobre arquétipo da masculinidade, com cenas carregadas de tensão, toxicidade e violência. Thelma Schoonmaker, de 84 anos, é a responsável pela montagem dos seus filmes e, consequentemente, pela narração fluida e pelo ritmo (muitas vezes, enérgico) que sempre garantiram a eloquência de seu cinema.

“Nós nunca brigamos na sala de edição”, diz a sorridente editora, indicada nove vezes ao Oscar da categoria e vencedora de três estatuetas por colaborações com Scorsese: “Touro Indomável”, “O Aviador” (2004) e “Os Infiltrados” (2006). A mais recente empreitada da dupla é um projeto pessoal, o documentário “Feito na Inglaterra: Os Filmes de Powell e Pressburger”, que chega nesta sexta 28 ao catálogo da Mubi.

Scorsese é o narrador e o principal entrevistado sobre o legado de dois ícones do cinema britânico, Michael Powell (1905-1990) e Emeric Pressburger (1902-1988), os fundadores da produtora The Archers, que fez história nos anos 40 e 50, principalmente com “Os Sapatinhos Vermelhos” (1948), “Narciso Negro” (1947) e “Coronel Blimp - Vida e Morte” (1943).

Schoonmaker, que foi casada com Powell e trabalha desde a sua morte na preservação de sua memória e na restauração de seus filmes, responde pela produção executiva. “Marty [como Scorsese é chamado pelos mais íntimos] me deu o melhor trabalho do mundo e o melhor marido do mundo”, brinca Schoonmaker, por ter sido apresentada a Powell pelo parceiro profissional.

“Quando Marty foi ao Edinburgh Film Festival, em 1974, buscar um prêmio por ‘Alice Não Mora Mais Aqui’, perguntaram de quem ele gostaria de receber a estatueta. E ele respondeu Michael Powell. Embora ninguém mais soubesse quem Michael era no Reino Unido, conseguiram localizá-lo”, conta ela, lembrando que o encontro com Scorsese foi o que fez “o sangue voltar a correr nas veias” de Powell, por ele estar havia muito tempo fora do mercado.

DIVULGAÇÃO

Thelma Schoonmaker foi indicada ao Oscar nove vezes, ganhando em três ocasiões

Como Scorsese cresceu vendo os filmes da The Archers, os dois se aproximaram rapidamente, ficando amigos. Sem esconder a grande influência que o selo teve sobre sua carreira, o nova-iorquino fez questão de levar Powell aos EUA, onde Schoonmaker já trabalhava em “Touro Indomável”. “Na época, eu estudava os filmes da The Archers, com as fitas em VHS que Marty me dava”, recorda a montadora, que conheceu Powell em um jantar na casa de Scorsese.

Em “Feito na Inglaterra”, Scorsese explica como “Coronel Blimp - Vida e Morte” (1943) influenciou seu “A Época da Inocência” (1993). O diretor se interessou em adaptar o livro homônimo de Edith Wharton, vencedor do Prêmio Pulitzer, pela chance de reexaminar as emoções reprimidas da elite, em uma produção épica e grandiosa em que o protagonista renuncia a um grande amor, como no filme de Powell e Pressburger.

O triângulo amoroso de Scorsese, formado pelo advogado Newland (Daniel Day-Lewis), a ingênua May (Winona Ryder) e a condessa Ellen (Michelle Pfeiffer), foi inspirado na relação entre o militar britânico Clive (Roger Livesey), o soldado alemão Theo (Anton Walbrook) e a mulher da vida de ambos, Edith, a inglesa que mora em Berlim vivida por Deborah Kerr.

“Marty e Michael sempre tiveram uma sensibilidade artística parecida, nunca tratando os seus personagens como heróis ou vilões, o que era comum na Hollywood do passado. O que vemos nas telas são pessoas como qualquer um de nós”, afirma Schoonmaker, ao **Valor**, em Berlim. A première mundial de “Feito na Inglaterra”, com direção de David Hinton, foi realizada na última edição do festival de cinema alemão, em caráter hors-concours, na mostra Berlinale Special.

Um dos primeiros filmes que Schoonmaker viu, aos 15 anos, quando a sua família se instalou nos EUA, em uma casa com televisão, foi “Coronel Blimp”. “Aquela história ficou registrada na minha mente por alguma razão, sem que eu pudesse imaginar que conheceria e ainda me casaria com o homem que a dirigiu. Em uma das cenas mais bonitas que já vi na vida, Edith, já casada com Theo, beija Clive no rosto, ao se despedir dele. E é aí que Clive percebe que sempre foi apaixonado por ela, em um momento silencioso, mas de um significado monumental”, recorda Schoonmaker, acrescentando que “Coronel Blimp” também marcou a adolescência de Scorsese.

“Havia um programa chamado ‘The Million Dollar Movie’, que exibia o mesmo título nove vezes na semana na TV. Foi assim que Marty descobriu ‘Coronel Blimp’, assistindo ao filme todas as vezes, até a sua mãe gritar que já não aguentava mais [risos]. Enquanto os produtores americanos da época não queriam que as emissoras de TV exibissem seus filmes, os ingleses precisavam dessa janela por estarem em apuros financeiramente”, conta a montadora.

Como o pai de Schoonmaker trabalhava para uma empresa petrolífera e atuava no exterior, ela nasceu na Argélia e cresceu em Aruba. “Por estar sempre cercada de pessoas de todas as partes do mundo, algo que eu e minha família amávamos, pensei em seguir carreira de diplomata, assim que o meu pai foi transferido de volta à cidade de Nova York”, lembra ela.

Ao se formar na Universidade Cornell, em ciências políticas e russo, Schoonmaker prestou concurso para entrar no Departamento de Estado dos EUA (o Ministério das Relações Exteriores americano). “Como passei em todos os exames, comecei a ser entrevistada seriamente por agentes do FBI, da CIA e do Departamento de Estado. Quando quiseram saber o que eu responderia, caso estivesse na África do Sul e me perguntassem o que eu achava do apartheid, eu disse: isso é terrível e tem que acabar. Mas eles disseram que eu não poderia fazer isso como diplomata, até que o meu país decidisse isso primeiro.”

Foi o que bastou para Schoonmaker desistir da ideia, o que a colocou no caminho de Scorsese. Inicialmente, ela conseguiu um emprego de assistente de editor de filmes, ao responder a um anúncio. “Fui trabalhar com um tipo que assassinava filmes de Fellini e Rossellini, programados para as madrugadas na televisão”, diz a editora, chamada pouco depois para ajudar Scorsese a consertar um filme estudantil na Universidade de Nova York. Ele estava desesperado depois de ter o negativo cortado de forma errada por um editor descuidado. “E foi assim que tudo começou.” ■

STJ
Juiz pode converter inventário completo em arrolamento simples
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Neutralidade comprometida na reforma tributária
E2

TRF-4
Dono de veículo apreendido será indenizado
valor.globo.com/legislacao

Civil Plataforma ajuizou 11 ações contra empresas e em todas obteve decisão contra a prática

WhatsApp consegue no Judiciário impedir serviço de disparo de mensagens em massa

Beatriz Olivon
De Brasília

O WhatsApp recorreu ao Judiciário e têm conseguido impedir a atuação de empresas que oferecem serviço de disparo de mensagens em massa. Foram ajuizadas 11 ações em Varas Empresariais e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da capital paulista e em todas há decisões — liminares ou sentenças — determinando a interrupção dessa atividade, além do pagamento de indenização, que varia entre R$ 30 mil e R$ 150 mil. Algumas já foram confirmadas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

Nos processos, o WhatsApp alega que esse tipo de serviço viola os termos da plataforma, a Lei de Software, a legislação eleitoral e os seus direitos de marca. As empresas envolvidas, de acordo com o aplicativo, desenvolvem e comercializam softwares que permitem o envio de mensagens em massa.

Um dos casos analisados pelo TJSP envolve a Autland (Tersi & Cia). A 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial manteve sentença favorável ao WhatsApp. Os desembargadores levaram em consideração a "utilização indevida do logotipo e marca da autora, registrado perante o INPI, para comercialização de produto que possibilita o uso do aplicativo de forma que viola os termos do uso". A indenização foi fixada em R$ 100 mil (processo nº 1106660-94.2020.8.26.0100).

Os julgadores não aceitaram a argumentação da Autland de que o adquirente do produto sabe da necessidade de cumprimento das regras do WhatsApp. Para a empresa, eventual violação seria do cliente e não da desenvolvedora.

De acordo com a defesa do WhatsApp, a Autland estaria descumprindo a determinação judicial de interrupção de suas atividades e já teria acumulado R$ 125 milhões referentes à multa diária estabelecida. O site da empresa dá a entender que ela segue oferecendo o serviço de disparo de mensagens em massa.

Em outra decisão, a juíza da 1ª Vara Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem, Juliana Pitelli da Guia, afirma que haveria crime contra registro de marca e indícios de que a empresa acusada pelo WhatsApp, a Zap Machine, estaria violando a limitação técnica do aplicativo/software ao viabilizar o encaminhamento de mensagens em massa a terceiros, o que violaria seus termos de uso.

"A requerida faz propaganda de seu software através de vídeos disponibilizados nas plataformas YouTube e Vimeo", aponta a juíza, na decisão que concedeu antecipação de tutela (espécie de liminar). Para ela, pelo uso não autorizado das marcas, associado ao envio de mensagens em massa aos usuários, há probabilidade do direito, e pela associação, pelos usuários, entre os serviços e softwares prestados e fornecidos pela empresa e o WhatsApp, há possibilidade de danos à reputação do app (processo nº 1067331-07.2022.8.26.0100).

Outro alvo do WhatsApp é a Atual Softwares. A ação também tramita na 1ª Vara Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem, que em sentença a condenou ao pagamento de indenização no valor de R$ 30 mil (processo nº 1037255-97.2022.8.26.0100).

> "WhatsApp não consegue controlar o conteúdo e não recebe pelo disparo"
> *Guilherme Klafke*

DIVULGAÇÃO
Advogado Fernando Dantas: "A forma que encontramos para inibir essa conduta foi a ação judicial"

Em nota ao **Valor**, a empresa defende, porém, que o processo é "infundado" e sempre atuou dentro das diretrizes estabelecidas pelo WhatsApp. "Ressaltamos que o WhatsApp parece pressionar para que todas as empresas utilizem sua API oficial [automação por meio de chatbots], a qual apresenta um custo extremamente elevado, inviabilizando sua utilização por pequenas empresas", diz, acrescentando que está tomando todas as medidas legais cabíveis para contestar a decisão judicial.

Em um outro processo, a ré, a Yacows Desenvolvimento de Software, até tentou recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) de decisão desfavorável no TJSP, mas o pedido foi negado. Ficou pendente recurso de embargos de declaração, utilizado para pedir esclarecimentos ou apontar omissões (processo nº 1028987-25.2020.8.26.0100).

Esse tipo de serviço começou a ser oferecido entre 2018 e 2019. As empresas, segundo o advogado do WhatsApp, Fernando Dantas, do escritório Mattos Filho, começaram a criar "formas clandestinas" para disparos em massa. Naquela época, acrescenta, os termos de uso do aplicativo já eram muito claros quanto à vedação desse tipo de medida.

Inicialmente, explica o advogado, as empresas criaram estruturas "muito rudimentares", com vários telefones e contas para vender os disparos em massa. Quando o sistema identificava a atividade, derrubava o telefone, mas outro era imediatamente adotado pelo prestador de serviço. "A forma que encontramos para inibir essa conduta foi a ação judicial", afirma. "Eles não tinham o menor constrangimento [de oferecer um serviço que é vetado pelo WhatsApp]."

A maior parte das empresas aceitou as decisões e parou de oferecer o serviço, de acordo com Dantas. Mas algumas descumprem o que foi determinado, diz, sujeitando-se ao pagamento de multa. "No limite podem ter até responsabilidade criminal pelo descumprimento de decisão judicial", afirma o advogado.

Para Guilherme Klafke, professor do Centro de Ensino e Pesquisa de Inovação da FGV Direito SP, as decisões são acertadas. "A partir do momento que o WhatsApp coloca em seu termo de uso que é proibido, tem razão em impedir esses disparos em massa. Ele não consegue controlar o conteúdo que está saindo e não recebe pelo disparo", diz ele, acrescentando que o disparo em massa em si não é um problema. "Mas sim o conteúdo e burlarem o sistema do Whatsapp."

Em nota ao **Valor**, o WhatsApp reforça que a prática de disparo de mensagens em massa é explicitamente proibida pelos "Termos de Serviço" do aplicativo. Afirma ainda que está constantemente ampliando esforços para combater a atividade. "O aplicativo tem atuado judicialmente contra empresas de serviços de disparos massivos de mensagens. Em todos os casos judiciais em trâmite até o momento há decisões favoráveis ao WhatsApp determinando a interrupção do oferecimento desses serviços ilícitos", diz.

Todas as empresas envolvidas nos processos foram procuradas pelo **Valor**, mas só a Atual Softwares deu retorno até o fechamento da edição.

Santander faz acordo bilionário com aposentados do Banespa

Adriana Aguiar
De São Paulo

O Santander firmou ontem, no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), acordo que prevê a possibilidade de pagamento de valores devidos a 7.299 aposentados do Banespa ou herdeiros, em uma disputa que já dura quase 25 anos. A proposta apresentada pela instituição financeira para encerrar a discussão, que pode custar até R$ 2,7 bilhões, é de que os trabalhadores recebam 70% do que têm direito.

Essa transação extrajudicial é considerada o maior acordo já firmado no TRT-SP. Esses aposentados saíram vitoriosos em um processo movido pela Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo (Afabesp) contra o Banespa, adquirido pelo Santander em novembro de 2000.

O processo tratou de gratificações semestrais relativas à participação nos lucros e resultados (PLR). Em 2019, após decisão judicial definitiva, o Santander tentou reabrir o processo, por meio de uma ação rescisória, mas teve seu pedido negado.

Agora tramitam na Justiça processos individuais dos trabalhadores para cobrar os valores devidos (execuções). Mas, por ora, os casos estão suspensos por determinação do TRT-SP, que instaurou um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) para uniformizar quais seriam os critérios para essas execuções (processo nº 1004112-47.2022.5.02.0000).

Com a transação extrajudicial, cada um deles terá que dizer se aceita a proposta de receber 70% do valor devido e encerrar a discussão, ou se quer seguir na disputa, o que pode durar mais alguns anos. A adesão individual deverá ocorrer até o dia 31 de julho, prorrogável até o dia 15 de agosto.

Para quem aderir, a primeira parcela deverá ser paga pelo banco no dia 20 de outubro. O percentual a ser pago, vai depender da adesão. Caso seja menor ou igual a 60% do total de titulares ou credores originais elegíveis, a parcela inicial de pagamento corresponderá a 60%.

Se for superior a 60% e inferior a 80%, a parcela inicial de pagamento equivalerá ao efetivo percentual de adesão apurado. Caso seja superior a 80%, a parcela inicial representará 80%.

O valor remanescente será pago em quatro parcelas semestrais iguais — nos meses de dezembro de 2024, maio e dezembro de 2025 e maio de 2026. Os aposentados deverão receber pela Banesprev. Já os herdeiros, por meio dos advogados habilitados nos processos.

Para o advogado Renato Rua de Almeida, que representa 7.054 trabalhadores, o sucesso da transação vai depender da adesão dos aposentados ou herdeiros. Segundo ele, existe uma boa expectativa, já que houve uma assembleia na Afabesp e 75% dos que participaram autorizaram a entidade a participar da negociação nesses termos firmados. "Podemos prever que a adesão deve ser bem representativa", diz.

O acordo firmado, segundo Almeida, é bom para os aposentados, que poderão receber em vida esses valores. Para os herdeiros também, pela perspectiva de resgatar a quantia agora. "Os que quiserem seguir com a ação precisam saber que o banco poderá recorrer da decisão do IRDR no TRT-SP até o STF e pode ter muita discussão pela frente", afirma ele, acrescentando que, por outro lado, o acordo também é vantajoso ao banco, que pode acabar com esse passivo, e por um valor menor.

DIVULGAÇÃO
Transação extrajudicial é considerada o maior acordo já firmado no TRT-SP

O advogado que assessora o Santander, Maurício Pessoa, do Pessoa Advogados, também considera que foi um bom acordo para todos. "É uma grande notícia, mas precisa contar com a adesão maciça, sob pena de se eternizar uma disputa já longa demais." Ele, que assessora o banco no IRDR, afirma que "ainda existe um longuíssimo percurso e podemos ir até o STF, dependendo do desfecho final".

Segundo Pessoa, "ao promover uma das maiores conciliações já realizadas na Justiça do Trabalho, o banco Santander confirmou o seu compromisso de solucionar este relevante impasse jurídico herdado do banco Banespa".

O vice-presidente judicial do TRT, desembargador Marcelo Freire Gonçalves, que atuou como mediador, destaca que nesse caso específico os trabalhadores aguardavam por uma solução há quase 25 anos. "Tenho grande satisfação em auxiliar tantas pessoas a receber, finalmente, os valores tão esperados a que têm direito", diz.

Para a juíza auxiliar da vice-presidência do TRT-SP, Soraya Galassi Lambert, que também atuou na mediação, "é muito gratificante auxiliar na celebração dessa grande avença e poder participar desse momento tão importante para esses trabalhadores, com a efetiva satisfação dos créditos devidos", diz.

Em nota, o Santander informa que firmou com a Afabesp um acordo para pôr fim a um litígio de 24 anos, que envolve milhares de ex-funcionários e aposentados do Banespa. E que "os valores atribuídos a cada beneficiário serão informados individualmente". O banco acrescenta, que, para o cumprimento do acordo, "não será necessária a geração de provisão adicional em seu balanço".

Destaque

Reservas técnicas
O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a cobrança de PIS e Cofins sobre reservas técnicas da Mapfre. Recentemente, o ministro havia revogado a liminar que impedia a tributação — restabelecida ontem. Isso agitou o setor porque a Fazenda e os contribuintes divergem sobre a cobrança e os efeitos de uma decisão da Corte que permitiu a incidência das contribuições sociais sobre reservas financeiras de bancos e prêmios de seguradoras. As seguradoras são obrigadas a manter as reservas técnicas, que são depósitos obrigatórios para garantir a capacidade de pagamento de sinistros. A Receita Federal cobra alíquota 4,65% de PIS e Cofins sobre todas as receitas financeiras decorrentes dessas reservas. O STF julgou a incidência e PIS e Cofins para bancos e deixou clara a tributação de reservas financeiras. No caso das seguradoras, foi julgado um recurso separado, que tratava sobre prêmio e deixou dúvida se também alcançava as reservas técnicas. Para a União, a questão ainda não foi definida. Porém, para os contribuintes, por meio do julgamento, ficou estabelecido que não seria possível tributar as reservas técnicas. Com a indefinição, Fux aceitou recurso da Mapfre e propôs que o Plenário reconheça a repercussão geral do tema (RE 1479774).

Neutralidade comprometida na reforma tributária

Opinião Jurídica

Marcelo Jabour Rios

O princípio da neutralidade passou a integrar as limitações ao poder de tributar, figurando como princípio informador do IVA-Dual, substituto dos principais tributos incidentes sobre o consumo no país.

A despeito dos conceitos doutrinários, a neutralidade na tributação indireta visa não impactar as decisões econômicas dos contribuintes, evitar a incidência em cascata ao reconhecer o direito de dedução dos tributos das etapas anteriores e não permitir que estes sejam suportados pelos contribuintes de direito, meros gestores dessa obrigação.

A modificação do sistema tributário nacional, ainda em curso no Congresso Nacional, embora enfatize o princípio da neutralidade, compromete sua plena efetivação ao contrariar esses três pilares básicos.

Primeiramente, as operações imunes, isentas ou sujeitas a alíquota zero não permitirão a apropriação de crédito para uso nas operações subsequentes e acarretarão a anulação do crédito relativo às operações anteriores (exceto exportação e alíquota 0%), ocasionando resquícios de cumulatividade. Embora esse defeito tenha sido tolerado para o ICMS, regido pela regra da não cumulatividade, agora compromete a plena concretização da neutralidade.

No mesmo sentido, a solução proposta para empresas enquadradas no Simples Nacional, bem como a equivocada manutenção da sistemática da substituição tributária prospectiva, passível de alcançar o IBS e a CBS, também contribuem para o comprometimento da neutralidade fiscal.

No Simples Nacional, a solução adequada seria a autorização para o reconhecimento dos créditos integrais desses tributos aos adquirentes, sem que o empresário fosse obrigado a optar por calculá-los fora do regime simplificado. A proposta atual estimula o esvaziamento do tratamento diferenciado e fere a ideia de neutralidade ao fomentar o desequilíbrio concorrencial, considerando que a ampliação das oportunidades de creditamento tornará a avaliação dos créditos (integrais ou parciais) um elemento decisivo nas aquisições.

Quanto à substituição tributária, é grave equívoco sua manutenção no texto constitucional, por ser naturalmente incompatível com o novo modelo proposto. A cobrança no início do ciclo econômico conflita com o princípio da tributação no destino, exigirá complexos repasses ao ente federado final, contrariando o princípio da simplicidade adotado pela reforma. Ademais, do ponto de vista do substituído, a sistemática afronta a não cumulatividade, ocasionando acúmulo de créditos.

Mas o golpe de misericórdia emerge do PLP 68/2023 ao condicionar os créditos dos contribuintes à efetiva comprovação do pagamento do tributo para todas as operações entre contribuintes. Inova porque a redação da EC 132/2023 deixou transparecer que a lei complementar "poderia estabelecer hipóteses em que o aproveitamento ficaria condicionado a essa verificação", dando a impressão de que a norma, em casos excepcionais, delimitaria as circunstâncias.

Em termos práticos, todos os créditos estarão sujeitos à comprovação do pagamento do tributo, que poderá ocorrer por quatro modalidades distintas: compensação entre débitos e créditos; efetivo recolhimento pelo contribuinte; por meio de liquidação financeira (split payment) ou pagamento pelo adquirente.

Mas qual hipótese eleger?

Para mitigar os males que esse modelo poderá causar, sugere-se adotar o método que separa o valor do tributo do preço, no momento da liquidação financeira, destinando-o diretamente ao ente tributante. Assim, restaria assegurado o imediato reconhecimento do crédito, liberando o destinatário do ônus da comprovação de que o tributo foi recolhido aos cofres públicos, mediante pagamento ou compensação promovida pelo remetente.

O controverso mecanismo de split payment representa uma ruptura ao modelo atual de apuração dos tributos, impactará o fluxo de caixa dos contribuintes e possivelmente comprometerá a neutralidade que se almeja. Mesmo que venha a ser aplicado de forma dosada e individualizada por operação, em tempo real, resultará em acertos entre as partes e, por parte dos Fiscos, a restituição estará condicionada à inexistência de débitos por parte do contribuinte. Ademais, não se reconhece entre as modalidades de pagamento os depósitos judiciais, implicando vedação de creditamento daqueles que ousarem negociar com quem exerça o direito constitucional de recorrer ao Judiciário contra exigências contrárias ao ordenamento jurídico.

Se o ovo da serpente já estava presente no texto inaugural da reforma, agora é apresentado como um mecanismo eficiente de combate à sonegação fiscal, garantia ao direito de reconhecimento ao crédito amplo e, ao mesmo tempo, capaz de contribuir para a redução das alíquotas do IBS/CBS, devido à sua eficiência na arrecadação. Candidata-se a impressionar o mundo por sua avançada tecnologia destinada a vigiar e a punir os contribuintes.

Experiências mundiais mostram que os projetos de reformas fiscais exitosos foram aqueles que apresentaram o conjunto da obra desde o início, tornando transparentes os interesses e objetivos pretendidos, sem espaço para futuras surpresas ou ambiguidades. Não seguimos essa cartilha e permitimos que aspectos importantes fossem definidos em posteriores leis complementares, capazes de revelar, aos poucos, interesses eclipsados.

Se realmente queremos alinhar o país às melhores práticas de tributação sobre o consumo, adotadas por aqueles que utilizam tributos neutros, plurifásicos e verdadeiramente não cumulativos, devemos combater os desvios que se apresentam.

Marcelo Jabour Rios é doutor em Direito pela Faculdade de Direito da USP, com pós-doutoramento pela Universidade de Salamanca/Espanha (Centro de Estudios Brasileños de la Universidad de Salamanca)

AXIHUM FERTILIZANTES S.A.

NIRE 35.300.442.857 - CNPJ/MF nº 00.378.963/0001-23

EXTRATO ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Realizada em 07/06/2024, às 9h, na sede social. **Convocação e Publicações**: Publicados no jornal Valor, edições de 15, 16 e 17/05/2024, respectivamente e nas edições digitais dos mesmos dias e no mesmo jornal. Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei n. 6.404/76 foram publicados no jornal Valor, edição de 08/05/2024, e na edição digital do mesmo dia e no mesmo jornal. **Presença**: Acionistas representando a maioria do capital social da Cia., bem como o seu diretor Paulo Henrique Vieira. **Mesa**: Badri Kazan: Presidente, representante da Kazan & Associados Ltda. e Carlos Alberto Chiappa – Secretário, representante da Acury Participações Societárias Ltda. **Ordem do Dia/Deliberações**: **aprovaram**: **(i)** As contas dos administradores e as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2023. **(ii)** A contabilização do resultado do exercício social em conta de prejuízos acumulados. **Encerramento**: Nada mais. **Jucesp** nº 226.090/24-3 em sessão de 19/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Whirlpool S.A.

CNPJ/MF nº 59.105.999/0001-86 – NIRE 35.300.035.011
Código CVM nº 01434-6 – Companhia Aberta

Versão Resumida da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2024

Data, Hora e Local: 29.04.2024, às 10h, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da **Whirlpool S.A.** ("Companhia"). **Presença:** Presentes acionistas titulares de 1.022.519.059 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando aproximadamente 99,40% do total das ações ordinárias e acionistas titulares de 459.307.018 ações preferenciais de emissão da Companhia, representando aproximadamente 96,88% do total das ações preferenciais. Presentes, ainda, Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina, Vice-presidente do Conselho de Administração e Pedro Pimentel Collier, Diretor de Relações com Investidores, como representantes da administração; Cassiano Gonçalves Alvarez, representante da RSM Brasil Auditores Independentes Ltda., auditor independente; e Marcelo Curti, como representante do Conselho Fiscal. **Mesa: Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina** (Presidente) e **Alessandra Zequi** (Secretária). **Deliberações:** Os acionistas aprovaram o quanto segue: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. As demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023. 2. O relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023. 3. A destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2023. 4. A fixação do número de 3 membros efetivos do Conselho de Administração. 5. A eleição das seguintes pessoas como membros do Conselho de Administração, com prazo de gestão unificado de 3 anos, até a assembleia geral ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 .12.2026: **(i) Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina**, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **(ii) Andrea Neves Clemente Hand**, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; e **(iii) Antonio Mendes**, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração. 6. A caracterização do Sr. Antonio Mendes como membro independente do Conselho de Administração. 7. A fixação da remuneração global dos administradores da para o exercício social de 2024. 8. A instalação do Conselho Fiscal da Companhia. 9. A fixação do número de 3 membros efetivos e respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia. 10. A eleição das seguintes pessoas como membros do Conselho Fiscal, com mandato até a assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores e demonstrações contábeis do exercício social a ser encerrado em 31.12.2025: (i) **Murici dos Santos**, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; (ii) **Maria Elvira Lopez Gimenez**, para ocupar o cargo de membro suplente do Sr. Murici dos Santos; (iii) **Marcelo Curti**, para ocupar o cargo de membro e Presidente do Conselho Fiscal; (iv) **Edgard Massao Raffaelli**, para ocupar o cargo de membro suplente do Sr. Marcelo Curti; (v) **Luiz Fernando Ferraz de Rezende**, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e (vi) **Fabio de Carvalho e Mello Curti**, para ocupar o cargo de membro suplente do Sr. Luiz Fernando Ferraz de Rezende. 11. A fixação da remuneração dos membros do conselho fiscal. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** 12. A complementação da descrição do objeto social da Companhia com a consequente alteração do artigo 2º do estatuto social. 13. A consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Encerramento:** O presidente declarou a assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos. São Paulo, 29/04/2024. [Assinaturas constantes da versão integral: aa. Presidente da Mesa; aa. Secretária da Mesa; aa. Representantes da Administração; aa. Representante do Conselho Fiscal; aa. Representante RSM Brasil Auditores Independentes; aa. Acionistas Presentes] [Anexo I constante da versão integral: Mapa de Votação] [Anexo II constante da versão integral: Estatuto Social Consolidado] Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral desta ata está disponível nas páginas eletrônicas do jornal Valor Econômico ([inserir site do jornal onde a publicação estará disponível na íntegra]), da Companhia, (https://www.whirlpool.com.br/investidor), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). JUCESP – Registrado sob o nº 212.104/24-0 em 27/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 14ª EMISSÃO (IF CRA019004MY) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 14ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª Série da 14ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos do Agronegócio Devidos pela Tecsoil Automação e Sistemas S.A.*", celebrado em 23 de agosto de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em primeira convocação, no dia **17 de julho de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** A concessão de anuência, afastando-se assim os efeitos do vencimento antecipado do CDCA, previsto no item "(ix)" da Cláusula 9.2, do CDCA, e, consequentemente, afastando-se o resgate dos CRA, nos termos da Cláusula 12.5.1.1 do Termo de Securitização, de forma a autorizar a celebração de novo acordo de acionistas da Stec Participações S.A., controladora da Emitente, para implementação de alterações decorrentes da consumação de futura rodada de investimentos com emissão de ações. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 14ª Emissão - IF CRA019004MY), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Adicionalmente, o Titular dos CRA ou seu procurador deverá informar à Emissora e o Agente Fiduciário, previamente à realização da assembleia, a respeito da existência de eventual conflito de interesse entre o Titular dos CRA com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 27 de junho de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Odontoprev S.A.

CNPJ/ME nº 58.119.199/0001-51 - NIRE 35.300.156.668 - Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 17 de Junho de 2024

17/06/2024, às 08 horas, por videoconferência. Participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração por videoconferência. **Deliberações:** Foi aprovada a distribuição aos acionistas de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral, com base na composição acionária da Companhia em 24/06/2024, no valor bruto total de R$ 21.641.858,23, correspondentes a R$ 0,0395338110 por ação em circulação, sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15% exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países para os quais a legislação estabeleça alíquotas diversas. Devido ao Programa de Recompra em vigor, aprovado em 28/02/2024, o valor do provento por ação poderá ser alterado. As ações da Companhia serão negociadas ex-direito a juros sobre o capital próprio a partir de 25/06/2024, inclusive. Os juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda na fonte, serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2024, conforme artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/95, item III da Deliberação CVM nº 683/2012, e parágrafo 5º, do artigo 29 do Estatuto Social, e estarão disponíveis aos acionistas da Companhia em 29/01/2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária. Os registros dos créditos correspondentes aos juros sobre o capital próprio deverão ser contabilizados em 30/06/2024. Os procedimentos relativos aos pagamentos dos juros sobre capital próprio serão informados pela Companhia através de Aviso aos Acionistas a ser divulgado nesta data. Os Diretores ficam autorizados a praticar todos os atos necessários aos pagamentos dos juros sobre o capital próprio ora aprovados. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Barueri/SP, 17/06/2024. **Mesa: Luiz Carlos Trabuco Cappi -** Presidente; **André Chidichimo de França -** Secretário.

AXIHUM FERTILIZANTES S.A.

NIRE 35.300.442.857 - CNPJ/MF nº 00.378.963/0001-23

EXTRATO ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 07/06/2024, às 10:30h, na sede social. **Convocação e Publicações**: Publicado no jornal Valor, edições de 28, 29 e 30/05/2024, respectivamente e nas edições digitais dos mesmos dias e no mesmo jornal. **Presença**: Acionistas representando a maioria do capital social da Cia., bem como o seu diretor Paulo Henrique Vieira. **Mesa**: Badri Kazan: Presidente, representante da Kazan & Associados Ltda. e Carlos Alberto Chiappa: Secretário, representante da Acury Participações Societárias Ltda. **Ordem do Dia/Deliberações**: **aprovaram**: **a)** A ratificação da transação judicial realizada com a New Trade Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial e Fernando Yoshio Iritani, no valor total de R$21.180.347,63 de principal e R$432.251,99 e **b)** A constituição de alienação fiduciária do imóvel objeto da matrícula 14.200 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Araraquara/SP, com todas as suas benfeitorias e acessões, tendo como credores fiduciários a Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, administradora do New Trade Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial e Fernando Yoshio Iritani, para garantia do pagamento da transação judicial objeto do item "a". **Encerramento**: Nada mais. **Jucesp** nº 225.865/24-5 em sessão de 19/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

CNPJ/MF Nº 12.108.897/0001-50 - NIRE 33.300.294.066

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam convocados os acionistas da d1000 Varejo Farma Participações S.A. ("**Cia.**") para a AGE, a se realizar em 26/07/24, às 14h, na sede social da Cia., na Av. Ayrton Senna, 2.150 - Bl. N, sala 306, Barra da Tijuca/RJ ("**AGE**"), para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** eleição, nos termos do Art. 14, §5º, do Estatuto Social da Cia., de novo membro para o Conselho de Administração da Cia., com mandato unificado com os demais membros do Conselho de Administração eleitos na AGO realizada em 24/04/24. **Instruções Gerais:** I) Poderão participar da AGE os acionistas titulares de ações emitidas pela Cia.: **(a) pessoalmente**; **(b)** por seus **representantes legais ou procuradores**, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Cia. ou em custódia fungível, conforme dispõe o Art. 126 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"); ou **(c)** via **boletim de voto à distância** por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Cia., ou diretamente à Cia., de acordo com o previsto na Resolução da CVM nº 81/22, conforme alterada. I.1) Os Boletins deverão ser encaminhados de acordo com as orientações previstas na Seção "*Orientações para participação mediante o envio de boletim de voto à distância*" da Proposta da Administração para a presente AGE e, no caso de envio dos Boletins para a Cia., preferencialmente por e-mail, devendo tais Boletins serem recebidos até 19/07/24. Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados. I.2) Os acionistas que optarem por enviar os Boletins para o escriturador da Cia. ou para os seus respectivos agentes de custódia, deverão observar os procedimentos e prazos por eles determinados, observado que caso não seja previsto prazo diverso por tais prestadores de serviços, os Boletins deverão ser por eles recepcionados até 19/07/24. II) Para participar da AGE, o acionista deverá depositar na sede da Cia., na Av. Ayrton Senna, 2.150 - Bl. N, 3º andar, sala 306, Barra da Tijuca/RJ, com antecedência mínima de 48 horas da realização da AGE: **(a)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia em, no máximo, 5 dias antes da data da realização da AGE, na forma do Art. 126 da Lei das S.A.; e **(b)** documentos de identificação e/ou constituição do acionista, conforme o caso, acompanhados de instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizados na forma da lei e do Estatuto Social da Cia. Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à AGE munido dos documentos referidos nos itens (a) e (b), até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. III) Encontram-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Cia., na página de relação com investidores da Cia. (ri.reded1000.com.br), bem como nos websites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) todos os documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGE, incluindo este Edital de Convocação e a Proposta da Administração para as matérias a serem deliberadas na AGE. RJ, 26/06/24. **Fernando Perrone** - Presidente do Conselho de Administração.

Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.258.278/0001-70 - NIRE 35.300.465.415 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 17 de Julho de 2024

Convocamos os senhores e senhoras acionistas da **Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, Km 298, Bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações, Distrito Industrial, CEP 14140-000, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.465.415 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 20.258.278/0001-70, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2350-7 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 6º da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, na sede social da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 17 de julho de 2024, às 16:00 horas ("**Assembleia**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) ratificação da contratação da empresa avaliadora responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Ouro Fino Agronegócio Ltda. ("**Laudo de Avaliação**" e "**Ouro Fino Agronegócio**", respectivamente), conforme Proposta da Administração divulgada pela Companhia; (ii) aprovação do Laudo de Avaliação, conforme Proposta da Administração divulgada pela Companhia; (iii) aprovação do "*Protocolo e Justificação da Incorporação da Ouro Fino Agronegócio Ltda. pela Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.*" ("**Protocolo e Justificação**"), que estabelece os termos e condições da incorporação condicionada da Ouro Fino Agronegócio pela Companhia, com a consequente extinção da sociedade incorporada após a ocorrência das condições suspensivas ("**Incorporação**"), conforme Proposta da Administração divulgada pela Companhia; (iv) aprovação da Incorporação, nos termos do Protocolo e Justificação; (v) alteração da denominação social da Companhia de "Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A." para "Ourofino S.A."; (vi) complementar as atividades existentes no objeto social da Companhia; (vii) alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações estatutárias submetidas à deliberação nos itens (v) e (vi) acima; e (viii) autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos e assinar todos os documentos que se fizerem necessários à efetivação e implementação das deliberações que sejam tomadas. **Informações Gerais:** Poderão participar da Assembleia ora convocada os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do manual de participação da Assembleia e proposta da administração ("**Manual e Proposta**"). Os acionistas que desejarem participar da Assembleia, presencialmente ou por procurador devidamente constituído, deverão comparecer à Assembleia munidos dos seguintes documentos: **(i)** documento de identidade ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; **(ii)** comprovante de sua respectiva participação acionária expedido pela instituição financeira depositária responsável pelo serviço de escrituração das ações de emissão da Companhia, qual seja o Banco Bradesco S.A. ("**Escriturador**"); e, se for o caso, **(ii)** instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia, solicita-se aos acionistas da Companhia o depósito dos documentos exigidos na sede social da Companhia, ou por e-mail através do endereço <**ri@ourofino.com.br**>, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas a contar da hora marcada para a realização da Assembleia, ou seja, **até 14 de julho de 2024 às 16:00 horas**. Sem prejuízo do disposto acima, caso o acionista compareça à Assembleia até o momento da abertura dos trabalhos munidos dos documentos necessários, o acionista poderá participar e votar no âmbito da Assembleia, ainda que tenha deixado de apresentar tais documentos previamente. Excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia não exigirá o reconhecimento de firma nos instrumentos de mandato para os acionistas a participarem da Assembleia, tampouco a notarização e apostilação daqueles outorgados no exterior. A Companhia recomenda aos senhores acionistas que cheguem ao local da realização da Assembleia com antecedência de uma hora, para o devido cadastramento e ingresso na Assembleia. Para um melhor entendimento da ordem do dia, bem como instruções relativas à participação na Assembleia, os senhores acionistas são convidados a consultar o Manual e Proposta. Nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, e em cumprimento ao disposto no artigo 7º e seguintes da Resolução CVM 81, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, bem como nos *websites* da Companhia (ri.ourofino.com), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm), todos os documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo o Manual e Proposta. Eventuais esclarecimentos poderão ser solicitados ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia por e-mail (ri@ourofino.com) ou telefone (+55 (16) 3518-2000).

Cravinhos, 25 de junho de 2024
Jardel Massari - Presidente do Conselho de Administração

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

CNPJ nº 06.976.406/0001-90 - NIRE nº 35.300.347.374

Aviso aos Acionistas

Informamos aos acionistas que os documentos do Art. 133 da Lei nº 6.404/76 se encontram à sua disposição na sede da Cia., na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Conjunto 151, Sala M, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04547-905. São Paulo, 26/06/2024.

Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 06.976.417/0001-70 - NIRE 35.300.347.366

Aviso aos Acionistas

Informamos aos acionistas que os documentos do Art. 133 da Lei nº 6.404/76 se encontram à sua disposição na sede da Cia., na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Conjunto 151, Sala L, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04547-905. São Paulo, 26/06/2024.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular nº 10121328604, datado de 30/09/2011, no qual figuram como fiduciantes **Paulo Taufik Daud,** RG nº 14.184.164-3-SSP-SP, CPF nº 073.471.758-01, analista de sistemas, e sua mulher **Renata Furquim de Campos Daud**, RG nº 11.190.444-4-SSP-SP, CPF nº 082.060.338-40, engenheira civil, brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo – SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 08 de julho de 2024, às 15h00,** endereço leiloeiro, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 3.278.285,51 (três milhões, duzentos e setenta e oito mil e duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos),** o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pelo Apartamento nº 32, localizado no 3º andar do Condomínio Edifício Summit Alto de Pinheiros, à Rua Pio XI, nº 1.784 – Bairro Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, com a área privativa de 198,020m², já incluída a área de 2,590m² correspondente ao hall social e 3,970m² correspondente ao depósito nº 29 localizado no 2ª subsolo e a área comum de 223,213m², já incluída a área referente a 4 vagas indeterminadas na garagem coletiva localizada nos subsolos, perfazendo a área total de 421,233m², cabendo-lhe a fração ideal de 2,97138% no terreno objeto da matrícula nº 116.997. **O imóvel encontra-se melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 126.605 do 10º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado de São Paulo – SP.** Obs.: (i) Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **18 de julho de 2024, às 15h00,** no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.639.142,76 (um milhão, seiscentos e trinta e nove mil e cento e quarenta e dois reais e setenta e seis centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.megaleiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 90002/2024

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, localizado no Parque Tecnológico da cidade de São José dos Campos SP, lançou edital de licitação na modalidade pregão eletrônico, que visa à contratação de serviço de impressão, cópia, digitalização, caracterizado como outsourcing de impressão, com fornecimento de impressoras multifuncionais e suporte. A publicação consta no Diário Oficial da União do dia 27/06/2024. O Edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2024 pode ser retirado a partir de 27/06/2024 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00, no seguinte endereço: Estrada Dr. Altino Bondesan,500, Distrito de Eugenio de Melo - São Jose dos Campos - SP ou https://www.gov.br/compras/pt-br. O envio das propostas deverá ser feito a partir de 27/06/2024 às 08h00 no site https://www.gov.br/compras/pt-br. A data de abertura das propostas ocorrerá no dia 12/07/2024 às 09h00 no site https://www.gov.br/compras/pt-br. Mais informações: (12) 3205-0111 ou licitacao@cemaden.gov.br.

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE: 35.300.332.351

EDITAL DE ADIAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente, ficam informados os senhores acionistas da Iguá Saneamento S.A. ("Companhia") que a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), prevista para ser realizada no dia 28 de junho de 2024, às 14h, a fim de deliberar acerca da Política de Indenidade proposta pela Administração, será adiada, de comum acordo por todos acionistas, para o dia 05 de julho de 2024, às 14h. A realização da Assembleia Geral Extraordinária, na nova data, manterá a mesma ordem do dia e será realizada de forma exclusivamente digital, por videoconferência (plataforma "*MS Teams*") e gravada pela Companhia, nos termos do § 2º-A do art. 124 da Lei das S.A., da Resolução CVM nº 81/2022, e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020. Os acionistas e/ou seus representantes legais deverão comparecer à AGE por meio de convite à plataforma disponibilizado e munidos de documentos que comprovem sua identidade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor. Os documentos e informações relativos ao tema a ser deliberado na AGE encontram-se disponíveis, para consulta dos acionistas, na sede da Companhia e na página eletrônica da Companhia (https://ri.igua.com.br/) e da CVM (http://www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores e na Plataforma Atlas Governance. São Paulo, 27 de junho de 2024. **Paulo Todescan Lessa Mattos** - Presidente do Conselho de Administração. (28/06 e 01-02/07)

SUBPREFEITURA VILA PRUDENTE

COMUNICADO

Processo: **6060.2024/0001549-0 -** Concorrência eletrônica **Nº 003/SUB-VP/2024**

Assunto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM NA RUA JOÃO PIMENTEL DE TAVORA. CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.**

Processo: **6060.2024/0001548-2 -** Concorrência eletrônica **Nº 004/SUB-VP/2024**

Assunto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE DRENAGEM NA RUA VIRGÍLIO - SÃO PAULO, CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.**

Tendo em vista o Pedido de Impugnação enviado pela empresa HABITEM INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA., inscrita no C.N.P.J.(MF) sob nº 23.139.874/0001-20, informamos que as empresas que não possuem o Certificado de Registro Cadastral (CRC) poderão participar da Concorrência em epígrafe, desde que atendam às exigências contidas na PORTARIA Nº 008/SIURB-G/2024, e também atendam os parâmetros exigidos pelas categorias contidas no Edital. Ressaltamos que as empresas interessadas em participar da Concorrência em epígrafe, devem prestar garantia da proposta, conforme o art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

A data da licitação permanece inalterada conforme artigo 55, § 1º da Lei 14.133/2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRAD - ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA EM SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico ADSPA nº 90067/2024

Processo 265156. Abertura: 11/07/2024, às 10h00. Objeto: Contratação da prestação de serviços de manutenção, operação e assessoria técnica em engenharia civil, arquitetura e engenharia de segurança do trabalho para as instalações hidráulicas, sanitárias e de combate a incêndios, bem como em elementos diversos de construção civil, adaptação de espaços internos, manutenção de mobiliário e serviços de marcenaria, serviços de serralheria e jardinagem, incluindo fornecimento de materiais e peças de reposição, no Banco Central do Brasil (BCB) em São Paulo. Obtenção do Edital: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/licitacoes ou em https://www.gov.br/compras/pt-br. Informações: (11) 3491-6994, 3491-6771 ou licitacao.adspa@bcb.gov.br.

Ivo de Antoni Filho
Pregoeiro

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico nº 90035/2024 - Objeto: Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Gestão Documental de Documentos Públicos a ser contratada de licitantes pré-qualificadas na Pré-Qualificação nº 001/2023, com divisão em 3 (três) lotes. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 09h00 do dia 17/07/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

DOTZ S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 18.174.270/0001-84 - NIRE 35.300.453.166 - Código CVM 02583-6

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Dotz S.A. ("Companhia") a se reunirem na assembleia geral extraordinária a ser realizada, às 16h00 do dia 29 de julho de 2024 ("Assembleia" ou "AGE"), de modo exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (1) deliberar sobre a alteração do número de assentos do Conselho de Administração fixado para o mandato em curso; (2) deliberar acerca da independência de candidato para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (3) deliberar sobre a eleição de 02 (dois) novos membros para o Conselho de Administração da Companhia; (4) deliberar sobre a exclusão do cargo de Diretor-Presidente de Operações (COO), com a consequente alteração do caput do Artigo 20º, do Parágrafo Segundo do Artigo 21 e da exclusão do Parágrafo Segundo do Artigo 25º do Estatuto Social, com a consequente renumeração dos demais parágrafos, do Estatuto Social; (5) deliberar sobre a alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o aumento do capital social homologado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de maio de 2024; (6) deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações previstas nos itens (4) e (5) acima; (7) deliberar sobre a ratificação da aprovação do Conselho de Administração ocorrida na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de junho de 2024 ("RCA de Aprovação"), às alterações a determinados bônus de subscrição série A de emissão da Companhia, emitidos como vantagem adicional ao aumento de capital da Companhia em decorrência da incorporação de ações aprovada na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 1º de agosto de 2022 ("Bônus de Subscrição Alterados"); e (8) deliberar sobre a ratificação da aprovação do Conselho de Administração ocorrida na RCA de Aprovação à celebração de aditamentos aos certificados dos Bônus de Subscrição Alterados, para refletir as alterações previstas no item (7) acima. **Informações Gerais:** A Companhia realizará a AGE **de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica "Ten Meetings" ("Plataforma Digital") ou por meio dos mecanismos de votação a distância, sem a possibilidade de comparecimento presencial.** Para todos os fins legais, a AGE será considerada como realizada na sede da Companhia, conforme disposto na Resolução CVM nº 81. A participação do acionista poderá ser: (i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (https://ri.dotz.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração divulgada nesta data; ou (ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim Voto e que, caso queira, vote na Assembleia via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas. Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia via Plataforma Digital deverão acessar o site https://assembleia.ten.com.br/946804382, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 26 de julho de 2024 (inclusive). Tanto acionistas, quanto procuradores, no momento em que efetuarem os cadastros, receberão um e-mail informando que a companhia irá avaliar a solicitação de cadastro. Em caso de aprovação, os acionistas e procuradores receberão uma confirmação por e-mail de que o cadastro foi aprovado. Em caso de rejeição, receberão um e-mail explicando o motivo da rejeição e, se for o caso, orientando como podem fazer a regularização do cadastro. Após cadastrado, o procurador terá um ambiente virtual, "Painel de Representantes", que também é acessado através do Endereço Eletrônico do Evento. Nesse ambiente ele pode acompanhar a situação da aprovação de cada representado, bem como atualizar suas documentações, ao acessar com o login e senha previamente cadastrado. Conforme dispõe o artigo 28, § 1°, da Resolução CVM 81, o sistema eletrônico assegurará o envio prévio do Boletim de Voto, registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos, assim como, na hipótese de participação a distância: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. A Companhia recomenda que os Acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos para a utilização da Plataforma Digital. Adicionalmente, a Companhia solicita a tais Acionistas que, no dia da AGE, acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso de todos os Acionistas credenciados. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os Acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia. O Acionista que tenha realizado o cadastro e não tenha recebido e-mail com o link e instruções para acesso e participação na Assembleia até as 11h00 horas do dia 28 de julho de 2024, deverá entrar em contato com a Companhia até as 15h00 horas do mesmo dia 28 de julho de 2024, pelo e-mail ri@dotz.com, a fim de que lhe sejam reenviadas suas respectivas instruções para acesso. Aos acionistas que se farão representar por meio de procuração outorgada para o fim específico de participar em assembleia, a Companhia dispensará o reconhecimento de firma, a notarização, a consularização ou o apostilamento dos documentos apresentados, conforme o caso, assim como a entrega de vias originais ou cópias autenticadas. A Companhia tampouco exigirá a tradução juramentada das procurações e documentos lavrados ou traduzidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, nem dos documentos anexados com as respectivas traduções para esses idiomas. A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica. A Companhia, atendendo as normas da CVM, em especial a Resolução CVM 81, assegurará aos acionistas a possibilidade de exercerem seu voto a distância na AGE. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia, caso estas disponibilizem esses serviços; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja, o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas no manual de participação da AGE; ou (iii) preencher o boletim de voto a distância disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas no manual de participação da AGE. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, no manual para participação na AGE e no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia nos endereços indicados abaixo. Para fins de melhor organização da AGE, solicitamos ao acionista que também antecipe o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas dos Boletins de Voto e dos documentos acima referidos para o seguinte endereço eletrônico: ri@dotz.com (assunto: AGE - 28 de julho de 2024 - Boletim de Voto a Distância). Em até 3 (três) dias contados do recebimento das vias físicas dos referidos documentos, a Companhia enviará aviso ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado pelo acionista no Boletim de Voto, a respeito do recebimento dos documentos e de sua aceitação. Informamos que o Manual para Participação na Assembleia e a Proposta da Administração, bem como os demais documentos previstos em lei e na regulamentação aplicável, permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia localizada na Avenida das Nações Unidas, 12995, 16º andar, Sala/Conjunto nº 1601 e 1602, parte, Espaço de Escritório WeWork nº 16W103 e 16W104, CEP 04578-911, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na página de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.dotz.com.br/), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 (www.b3.com.br), contendo todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, nos termos do §6º do artigo 124, do artigo 133 e §3º do artigo 135 da Lei das S.A. e artigo 6º da Resolução CVM 81. O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 70 e do artigo 5º da Resolução CVM nº 81. Ainda, nos termos do § 1º do artigo 141 da Lei das S.A., o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário de início da Assembleia.

São Paulo, 28 de junho de 2024.

Alexandre Saddy Chade
Presidente do Conselho de Administração

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

Sociedade Anônima de Capital Fechado - CNPJ nº 06.248.349/0001-23 - NIRE 33.3.0026996-7

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 17 de Junho de 2024

[illegible]

SANTANDER CORRETORA DE SEGUROS, INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A.

CNPJ nº 04.270.778/0001-71 - NIRE 35.300.183.738

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de junho de 2024

Data, Hora e Local: 18 de junho de 2024, às 17h, na sede social da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Companhia"), na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 2041, Cj. 201, Parte 3, Bloco A, Cond. WTorre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, São Paulo/SP. **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Vitor Ohtsuki, Presidente da Mesa. Giovanna Esteves Lima, Secretária da Mesa. **Publicações:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, nos termos do §4º, do art. 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **Abertura:** O Presidente da Mesa submeteu ao Acionista a proposta de lavratura da presente Ata em forma de sumário, conforme faculta o §1º, do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações, o que foi aprovado. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(1)** a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, pela Companhia ("Debêntures"), no valor total de R$509.569.183,00 (quinhentos e nove milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, cento e oitenta e três reais) ("Emissão"), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, a ser realizada sob o rito de registro automático previsto no artigo 26, inciso X, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais"), da Resolução CVM 160, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM n.º 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 30"), sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Debêntures ("Oferta"); **(2)** autorização para a diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos, necessários ou convenientes às deliberações acima, incluindo, sem limitação, (a) discutir, negociar e definir os termos e condições da escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão") não definidos nesta deliberação, incluindo hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, do contrato de distribuição pública das Debêntures ("Contrato de Distribuição") e dos demais documentos da Oferta; (b) contratar e manter contratados, conforme o caso, todos os Prestadores de Serviços (conforme abaixo definido) necessários para a realização da Emissão e Oferta, bem como assessor legal, sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) (conforme definido abaixo) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21) (conforme abaixo definido), entre outros; (c) celebrar todos e quaisquer instrumentos, contratos e documentos e seus eventuais aditamentos, e praticar todos os atos necessários ou convenientes para a formalização das deliberações acima; e **(3)** ratificar todos os atos que tenham sido praticados pela administração da Companhia relacionados às matérias acima. **Deliberações:** Após exame das matérias constantes da Ordem do dia, o Acionista, devidamente representado na forma de seu Estatuto Social, sem quaisquer restrições ou ressalvas, APROVOU: **1)** Aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições: **(i)** *Destinação dos Recursos*. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a *Emissão serão integralmente utilizados para reforço de caixa e gestão de capital de giro.* **(ii)** *Número da Emissão. As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.* **(iii)** *Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R$509.569.183,00 (quinhentos e nove milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, cento e oitenta e três reais), na Data de Emissão.* **(iv)** *Séries. A Emissão será realizada em série única.* **(v)** *Colocação. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do Contrato de Distribuição, com a intermediação do Coordenador Líder, sob o regime de garantia firme de colocação,* com relação à totalidade das Debêntures, realizada seguindo o rito de registro automático de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo Investidores Profissionais. **(vi)** *Negociação*. As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Profissionais, observado, ainda, o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 89 da Resolução CVM 160. Tais restrições deixam de ser aplicáveis *caso a Companhia obtenha o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Capitais e realize oferta subsequente do mesmo valor mobiliário objeto da Oferta destinada ao público investidor em geral e sujeita ao rito de registro ordinário.* **(vii)** *Prazo de Subscrição. Respeitados (a) o atendimento dos requisitos previstos na Escritura de Emissão; (b) a concessão do registro da Oferta pela CVM; e (c) a divulgação do Anúncio de Início, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, limitado à Data Limite de Colocação prevista no Contrato de Distribuição.* **(viii)** *Data de Emissão*. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 22 de maio de 2024 ("Data de Emissão"). **(ix)** *Data de Início da Rentabilidade*. Para todos os fins e efeitos legais, a data de início *da rentabilidade será a 1ª (primeira) Data de Integralização. ("Data de Início da Rentabilidade").* **(x)** *Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que*, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta(s) extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. **(xi)** *Conversibilidade*. As Debêntures serão simples, ou seja, não serão *conversíveis em ações de emissão da Companhia.* **(xii)** *Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência.* **(xiii)** *Prazo e Data de Vencimento. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão,* vencendo-se, portanto, em 22 de maio de 2034 ("Data de Vencimento"). **(xiv)** *Valor Nominal Unitário*. As Debêntures terão valor nominal unitário de R$1,00 (um real), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). **(xv)** *Quantidade de Debêntures Emitidas*. Serão emitidas 509.569.183 (quinhentas e nove milhões, quinhentas e sessenta e nove mil, cento e oitenta e três) Debêntures. **(xvi)** *Preço de Subscrição e Forma de Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização")*, pelo Valor Nominal Unitário. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Início da Rentabilidade, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização. ("Preço de Integralização"). As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures. **(xvii)** *Atualização Monetária*. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado *monetariamente.* **(xviii)** *Remuneração. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,32% (um inteiro e trinta e dois centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração").* A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário), desde a Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive) até a data do efetivo pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. **(xix)** *Pagamento da Remuneração*. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de *eventual* vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Amortização Extraordinária Parcial ou Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração"). **(xx)** *Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário*. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações *decorrentes* das Debêntures, Amortização Extraordinária Parcial ou Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento. **(xxi)** *Local de Pagamento*. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures *custodiadas* eletronicamente nela; e/ou (i) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. **(xxii)** *Prorrogação dos Prazos*. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em *que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ou qualquer dia que não houver expediente na B3.* **(xxiii)** *Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a (independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial): (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios").* **(xxiv)** *Repactuação*. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. **(xxv)** *Classificação de Risco*. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da oferta *para atribuir rating às Debêntures.* **(xxvi)** *Resgate Antecipado Facultativo Total. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o* resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso), sem qualquer prêmio ou penalidade. **(xxvii)** *Amortização Extraordinária*. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária Parcial"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Parcial, o valor devido pela Companhia será equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem amortizadas, acrescido da *Remuneração*, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Parcial, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso), e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Parcial, sem qualquer prêmio ou penalidade. **(xxviii)** *Oferta de Resgate Antecipado*. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada conforme previsto na Escritura de Emissão. **(xxix)** *Aquisição Facultativa*. A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 14 a 19 da Resolução CVM 77, e desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CVM 160. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração aplicável às demais Debêntures. **(xxx)** *Vencimento Antecipado*. As obrigações decorrentes das Debêntures terão seu vencimento antecipado considerado ou declarado, conforme o caso, nas hipóteses e nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão. **2)** Observado o disposto no estatuto social da Companhia, autorizar a Diretoria da Companhia, a praticar todos e quaisquer atos, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos, necessários ou convenientes às deliberações acima, incluindo, sem limitação, (a) discutir, negociar e definir os termos e condições da Escritura de Emissão não definidos nesta deliberação, incluindo hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, e do Contrato de Distribuição e dos demais documentos da Oferta; (b) contratar e manter contratados, conforme o caso, todos os Prestadores de Serviços necessários para a realização da Emissão e Oferta, bem como assessor legal, sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21), entre outros; (c) celebrar todos e quaisquer instrumentos, contratos e documentos e seus eventuais aditamentos, e praticar todos os atos necessários ou convenientes para a formalização das deliberações acima. **3)** Ratificar todos os atos que tenham sido praticados pela administração da Companhia relacionados às deliberações acima. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Mesa: Vitor Ohtsuki, Presidente da Mesa. Giovanna Esteves Lima, Secretária da Mesa. Acionista: Banco Santander (Brasil) S.A., p.p. Giovanna Esteves Lima. **Giovanna Esteves Lima -** Secretária da Mesa.

ALFA CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 62.178.421/0001-64 - NIRE 35 3 0001529 1

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

DATA: 28 de março de 2024. **HORÁRIO:** 08h30min. Assembleia Geral Ordinária e, em seguida, Assembleia Geral Extraordinária. **LOCAL:** Sede Social, Alameda Santos, nº 466, 6º andar, São Paulo - SP. **PRESENÇA:** acionista representando a totalidade do capital social e auditoria externa independente, KPMG Auditores Independentes, representada pelo Sr. Guilherme Zuppo Ventura Diaz. **MESA:** Hugo Botelho Bittencourt - Presidente. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **ORDEM DO DIA (A) EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1.** examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras preparadas com base nos padrões contábeis exigidos pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP), o Relatório dos Auditores Independentes e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** deliberar sobre a destinação do lucro líquido e ratificar a distribuição de dividendos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; **3.** reeleger a Diretoria da Sociedade; e **4.** fixar a verba máxima para remuneração da Diretoria para o período de maio/2024 a abril/2025, conforme proposta do Comitê de Remuneração; **(B) EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: (i)** tomar conhecimento e deliberar sobre o aumento do capital social; e **(ii)** deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social. **PUBLICAÇÕES:** Demonstrações Financeiras, Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023: Valor Econômico, edição de 09 de fevereiro de 2024. **LEITURA DE DOCUMENTOS:** todos os documentos citados no item 1 da Ordem do Dia foram lidos e colocados à disposição do acionista para consulta. **DELIBERAÇÕES TOMADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, o acionista deliberou: **1.** aprovar as contas dos administradores, incluindo o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, preparadas com base nos padrões contábeis exigidos pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP), o Relatório dos Auditores Independentes e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** aprovar a destinação do lucro líquido do exercício no valor de R$30.047.136,64 (trinta milhões, quarenta e sete mil, cento e trinta e seis reais e sessenta e quatro centavos), já refletida nas Demonstrações Financeiras, sendo **(i)** R$1.502.356,83 (um milhão, quinhentos e dois mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta e três centavos) para a Reserva Legal; **(ii)** R$7.136.320,00 (sete milhões, cento e trinta e seis mil, trezentos e vinte reais), a título de dividendos obrigatórios já adiantados e pagos em 03.10.2023 e 21.02.2024; e **(iii)** o saldo remanescente do lucro líquido, no valor de R$21.408.459,81 (vinte e um milhões, quatrocentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e um centavos) para "Reservas Estatutárias", a saber: R$19.267.613,83 (dezenove milhões, duzentos e sessenta e sete mil, seiscentos e treze reais e oitenta e três centavos) para "Reserva para Aumento de Capital" e R$ 2.140.845,98 (dois milhões, cento e quarenta mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos) para "Reserva Especial para Dividendos"; **3.** reeleger os seguintes Diretores, com mandato de 1 (um) ano, cujo mandato se estenderá até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2025: **FRANCISCO ANTONIO LOZANO PEREZ**, brasileiro, casado, matemático, inscrito no CPF nº 041.270.788-80, portador do RG nº 9.834.857-SSP-SP; e **HUGO BOTELHO BITTENCOURT**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF nº 267.237.368-00, portador do RG nº 24.105.445-X, ambos com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466, 6º andar, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01418-000. Os Diretores não estão incursos em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, nos moldes do artigo 1.011, § 1º, do Código Civil, do artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e da Resolução CVM nº 80/2022, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Companhia; e **4.** fixar em até R$16.902,94 (dezesseis mil, novecentos e dois reais e noventa e quatro centavos) mensais, livres de imposto de renda na fonte, a verba máxima para remuneração global da Diretoria, nos termos do Estatuto Social, que vigorará a partir do mês de maio próximo e poderá ser reajustada com base na combinação dos índices IPC-A/IBGE e IGP-M/FGV, a qual abrangerá, inclusive, as verbas devidas aos diretores a título de remuneração variável equivalente a 0,13% do lucro líquido ajustado, relativo ao último exercício de 2023, a ser paga em abril de 2024. Caberá à própria Diretoria deliberar, em reunião, sobre a forma de distribuição dessa verba entre os seus membros, podendo ainda a Sociedade proporcionar aos seus administradores os benefícios já previstos e limitados na Política de Remuneração dos Administradores do Conglomerado Financeiro Alfa. **EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por unanimidade: **(i)** aprovar o aumento do capital social em R$6.705.206,49 (seis milhões, setecentos e cinco mil, duzentos e seis reais e quarenta e nove centavos), sem emissão de ações, mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta "Reservas de Lucros - Reserva para Aumento de Capital"; e **(ii)** aprovar a consolidação do Estatuto Social, a fim de refletir o novo capital social e em razão de alterações aprovadas em assembleias gerais anteriores. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes. **MESA:** Hugo Botelho Bittencourt - Presidente da Mesa. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. ACIONISTA: BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A. Antonio José Ambrozano Neto. Fabiano Siqueira de Oliveira. **CERTIDÃO:** JUCESP. Certifico o registro sob o nº 227.835/24-4 em 21 de junho de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL DA ALFA CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - CAPÍTULO I -** Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social - **Art. 1º - ALFA CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º -** A sociedade tem sede e foro na cidade, Município e Comarca de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo. **§ Único -** Respeitadas às prescrições legais, a sociedade pode instalar ou suprimir dependências em qualquer ponto do território nacional, bem como nomear ou destituir agentes, representantes ou correspondentes particulares, por simples deliberação de sua Diretoria. **Art. 3º -** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Art. 4º -** A sociedade tem por objeto: **a)** operar em recinto ou em sistema mantido por Bolsa de Valores; **b)** subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; **c)** intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; **d)** comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência; **e)** encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; **f)** incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários; **g)** exercer funções de agente fiduciário; **h)** instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; **i)** constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários; **j)** exercer as funções de agente emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais; **l)** emitir certificados de depósito de ações e cédulas pignoratícias de debêntures; **m)** intermediar operações de câmbio; **n)** praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes; **o)** praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários; **p)** realizar operações compromissadas; **q)** praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil; **r)** operar em Bolsas de Mercadorias e de Futuros por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência; **s)** prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais; **t)** manter sistema de conta corrente, não movimentável por cheque, para efeito de registro das operações por contas de seus clientes; **u)** exercer outras atividades expressamente autorizadas em conjunto, pelo Banco central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários. **Art. 5º -** É vedado à sociedade: **a)** distribuir títulos e valores mobiliários de sociedades privadas não registradas na Comissão de Valores Mobiliários ou títulos cuja venda tenha sido suspensa ou proibida por esse órgão; **b)** divulgar informações falsas, manifestamente tendenciosas ou imprecisas, a fim de incrementar a venda ou influir no curso dos títulos ou valores mobiliários; **c)** consorciar-se com a finalidade de influir no curso de títulos e valores mobiliários, provocando oscilações artificiais de seu preço; **d)** emitir cheques na forma do Decreto número 24.777; **e)** realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor; **f)** cobrar de seus clientes corretagem ou qualquer outra comissão referente a negociações com determinado valor mobiliário durante seu período de distribuição primária; **g)** adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação e dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até 2 (duas) vezes, a critério do Banco Central do Brasil; **h)** obter empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras, exceto aqueles vinculados a: **a)** aquisição de bens para uso próprio; **b)** operações e compromissos envolvendo títulos de renda fixa, conforme regulamentação em vigor; **c)** operações de conta margem de seus clientes, conforme regulamentação em vigor; **d)** garantias na subscrição ou aquisição de valores mobiliários objeto de distribuição pública; **i)** realizar operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral na Bolsa de Valores. **CAPÍTULO II** - Do Capital Social e das Ações - **Art. 6º -** O capital social é de R$ 167.881.000,00 (cento e sessenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e um mil reais), dividido em 16.000.000 (dezesseis milhões) de ações nominativas, sem valor nominal, sendo 8.000.000 (oito milhões) de ações ordinárias e 8.000.000 (oito milhões) de ações preferenciais, inconversíveis em ordinárias. **§ 1º -** As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade, e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias, em todas as vantagens ou direitos que a qualquer tempo forem a estas conferidos. **§ 2º -** As ações preferenciais não gozarão de direito de voto. **§ 3º -** Na forma do artigo 17, § 1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações, as ações preferenciais terão direito ao recebimento de dividendo, por ação pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária. **CAPÍTULO III** - Da Assembleia Geral - **Art. 7º -** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e extraordinariamente, nos casos legais, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações. **Art. 8º -** A Assembleia Geral será instalada e presidida por um dos seus Diretores, o qual convidará um dos acionistas presentes para servir como Secretário. **Art. 9º -** Só poderão participar da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome, no livro competente, até 8 (oito) dias antes da data marcada para a reunião. **Art. 10 -** A contar da data da primeira publicação do edital de convocação da Assembleia Geral, e até a realização desta, serão suspensas as transferências de ações, o mesmo acontecendo durante o pagamento de dividendos e, no caso de aumento de capital, durante o prazo de exercício do direito de preferência. **CAPÍTULO IV** - Da Ouvidoria - **Art. 11 -** A Sociedade terá uma Ouvidoria que atuará em nome de todas as Instituições, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa. **§ 1º -** A Ouvidoria terá por atribuição: **a)** receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços que não forem solucionados pelo atendimento habitual realizado pelas agências e quaisquer outros pontos de atendimentos; **b)** prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; **c)** informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar dez dias", de forma a atender ao disposto no §2º, do Artigo 6º, da Resolução nº 4.433 de 23.07.2015, do Conselho Monetário Nacional; **d)** encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado no item "c"; **e)** propor à diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; e **f)** elaborar e encaminhar à Auditoria Interna, ao Comitê de Auditoria, à Diretoria e aos Conselhos de Administração, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo as proposições de que trata o item "e". **§ 2º -** O Ouvidor será designado e destituído pela Diretoria e terá mandato de até 5 (cinco) anos. **§ 3º -** A Sociedade: **a)** manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; **b)** assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. **CAPÍTULO V** - Da Administração - **Art. 12 -** A Sociedade será administrada por uma Diretoria constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) Diretores sem designação especial, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, que deverão satisfazer as condições de investidura exigidas por lei para a administração de sociedades corretoras. É admitida a reeleição. **§ Único -** O prazo de mandato da Diretoria é de um ano, estendendo-se até a posse dos novos membros eleitos no ano seguinte, podendo a Assembleia Geral pronunciar-se a respeito. **Art. 13 -** Observadas às prescrições legais e regulamentares aplicáveis, a investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Art. 14 -** Os Diretores perceberão honorários mensais fixados pela Assembleia Geral. **Art. 15 -** No impedimento ou falta de qualquer Diretor, competirá aos remanescentes designar dentre seus membros o substituto, o qual exercerá as respectivas funções, sem prejuízo das suas próprias, até cessados os motivos do impedimento ou falta. **Art. 16 -** Em caso de vaga, a substituição provisória será também promovida pela Diretoria, podendo a escolha recair em um de seus membros, ou em um acionista que preencha as condições de exigibilidade, no caso de estar a Diretoria composta de apenas dois membros. O provimento definitivo do cargo far-se-á por eleição na primeira Assembleia Geral, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído. **§ Único -** Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada a juízo da Diretoria, deixar de exercer as funções por 30 (trinta) dias consecutivos. **Art. 17 -** As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros. **§ 1º -** As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes. **§ 2º -** Das reuniões lavrar-se-ão atas no livro próprio, assinadas pelos presentes. **Art. 18 -** A Diretoria será investida de todos os poderes necessários à realização dos fins sociais e, especificamente, para transigir, renunciar, desistir, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos de qualquer natureza, adquirir bens imóveis ou alienar bens móveis. Para a oneração de bens sociais móveis ou imóveis ou alienação de bens sociais imóveis, será necessária a prévia e expressa autorização da Assembleia Geral. **Art. 19 -** Além das previstas em lei e neste estatuto, constituem atribuições e deveres da Diretoria: a) deliberar sobre operações e aplicações de recursos, podendo, se conveniente, fixar normas e limites cadastrais ou organizamentais, a serem observados; b) deliberar sobre regulamentos e planos gerais de administração; c) deliberar sobre a participação da sociedade em Bolsa de Valores do País; d) nomear ou contratar representantes, agentes ou correspondentes particulares, e resolver sobre a sua destituição; criar ou suprimir dependências; e) representar a sociedade ou designar os representantes desta nas salas de negociação das Bolsas de Valores de que ela for membro; f) deliberar sobre a estruturação e modificação dos quadros de pessoal, fixando padrões de vencimentos e outras vantagens; g) mandar elaborar balancetes mensais e balanços semestrais, aprovando-os e publicando-os sob sua assinatura; h) contratar, punir e demitir o pessoal necessário aos serviços da sociedade; i) apresentar relatórios e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos ao parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento; j) propor à Assembleia Geral a fixação de dividendos e a serem atribuídos aos acionistas; l) convocar as Assembleias Gerais, ordinárias e extraordinárias; m) designar substituto de qualquer Diretor, na forma prevista neste estatuto; n) aprovar o regulamento interno da sociedade; o) solucionar as questões suscitadas com terceiros e quaisquer casos extraordinários que não sejam da alçada da Assembleia Geral. **§ Único -** Compete ainda à Diretoria, agindo sempre dois Diretores em conjunto: a) assinar as ações da sociedade ou os títulos que as representem; b) nomear e destituir procuradores. **Art. 20 -** A sociedade considerar-se-á obrigada, ou exonerará terceiros de responsabilidade para com ela: a) pelas assinaturas conjuntas de 2 (dois) Diretores; b) pelas assinaturas conjuntas de um Diretor e um procurador, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e nos limites dos poderes que nele se contiverem; c) pelas assinaturas conjuntas de 2 (dois) procuradores quando assim for designado nos respectivos instrumentos de mandato, mas nos limites dos poderes que nele se contiverem; d) pela assinatura de um procurador, no limite dos poderes que se contiverem no respectivo instrumento de mandato, ressalvando-se, porém, que a constituição de um procurador, nestas condições, será limitada aos atos de representação da sociedade perante as Repartições Públicas e em Assembleias Gerais de outras empresas, das quais participe ou quando para fins judiciais. **CAPÍTULO VI** - Do Conselho Fiscal - **Art. 21 -** O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal. **§ Único -** O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. **Art. 22 -** Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número; e a sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral que o eleger. **§ Único -** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos, ou faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes. **CAPÍTULO VII** - Das Demonstrações Financeiras e da Destinação do Lucro Líquido - **Art. 23 -** O exercício social coincide com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras. Os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para Imposto sobre a Renda serão deduzidos do resultado do exercício, antes de qualquer participação. **§ Único -** Será levantado balanço semestral em 30 de junho de cada ano. **Art. 24 -** Juntamente com as Demonstrações Financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, obedecendo a seguinte ordem de dedução, na forma da lei: **a)** 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; **b)** as importâncias que, legalmente, poderem ser destinadas a Reserva para Contingências; **c)** a quota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedade por Ações. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e deste Estatuto, e, quando for o caso, das resoluções da Assembleia Geral. Por conta dessa distribuição, será declarado um dividendo quando do levantamento do balanço do primeiro semestre de cada exercício social. **§ 1º -** O saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, for deliberado pela Assembleia Geral, inclusive o seguinte: **a)** até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social; e **b)** o remanescente à Reserva Especial para Dividendos, com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. **§ 2º -** Como previsto no artigo 197 e seus parágrafos da Lei de Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste Estatuto ou do artigo 202 da mesma lei, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta da Diretoria, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **§ 3º -** As reservas provenientes de lucros auferidos e lucros suspensos, inclusive a Reserva Legal, não poderão ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. **§ 4º -** A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria uma participação nos lucros nos casos, forma e limites legais. **§ 5º -** A distribuição de dividendos e bonificações obedecerá aos prazos fixados em lei. **Art. 25 -** Os balanços serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários. Tais auditores serão escolhidos e/ou destituídos pela Diretoria. **Art. 26 -** Por proposta da Diretoria, poderá a Sociedade pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e, na forma do parágrafo 7º desse mesmo artigo, as eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor dos dividendos obrigatórios previstos em lei e neste Estatuto. **CAPÍTULO VIII** - Da Liquidação - **Art. 27 -** A sociedade entrará em liquidação nos casos legais.

ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ/MF nº 46.570.800/0001-49 - NIRE 35 3 0005885 2

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

DATA: 28 de março de 2024. **HORÁRIO:** 17h00min. Assembleia Geral Ordinária e, em seguida, Assembleia Geral Extraordinária. **LOCAL:** Sede Social, Alameda Santos, nº 466, 4º andar, parte, Cerqueira César, São Paulo - SP, CEP 01418-000. **PRESENÇA**: Acionistas representando a totalidade do capital social e auditoria externa independente, KPMG Auditores Independentes, representada por Guilherme Zuppo Ventura Diaz. **MESA:** Fabiano Siqueira de Oliveira - Presidente. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **ORDEM DO DIA: (A) EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: (i)** examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras preparadas com base nos padrões contábeis exigidos pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP), o Relatório dos Auditores Independentes e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e ratificar a distribuição de Dividendos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** eleger a Diretoria; e **(iv)** fixar a verba máxima para remuneração da Diretoria para período de maio/2024 a abril/2025, conforme proposta do Comitê de Remuneração, a qual incluirá a participação dos diretores nos lucros do exercício de 2023; **(B) EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: (i)** deliberar sobre o aumento do capital social; e **(ii)** deliberar sobre a Consolidação do Estatuto Social. **PUBLICAÇÕES:** Demonstrações Financeiras, Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023: Valor Econômico, edição de 09 de fevereiro de 2024. **LEITURA DE DOCUMENTOS:** todos os documentos citados no item 1 da Ordem do Dia foram lidos e colocados sobre a mesa, à disposição dos acionistas, para consulta. **DELIBERAÇÕES TOMADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** após análise e discussão, das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por unanimidade: **(i)** aprovar as contas dos Administradores, incluindo o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras preparadas com base nos padrões contábeis exigidos pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP), o Relatório dos Auditores Independentes e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** aprovar a destinação do lucro líquido do exercício, no valor de 27.329.387,42 (vinte e sete milhões, trezentos e vinte e nove mil, trezentos e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos), já refletida nas Demonstrações Financeiras, da seguinte forma: **(a)** R$1.366.469,37 (um milhão, trezentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e sete centavos) para a Reserva Legal; **(b)** R$6.490.772,15 (seis milhões, quatrocentos e noventa mil, setecentos e setenta e dois reais e quinze centavos), a título de dividendos obrigatórios, já adiantados e pagos em 03.10.2023 e 21.02.2024; e **(c)** o saldo remanescente do lucro líquido, no valor de R$19.472.145,90 (dezenove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, cento e quarenta e cinco reais e noventa centavos) para "Reservas Estatutárias", a saber: R$17.524.931,31 (dezessete milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, novecentos e trinta e um reais e trinta e um centavos) para "Reserva para Aumento de Capital" e R$1.947.214,59 (um milhão, novecentos e quarenta e sete mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e nove centavos) para "Reserva Especial para Dividendos"; **(iii)** reeleger a Diretoria, com prazo de mandato de 1 (um) ano, estendendo-se até a posse dos novos membros que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizar no ano de 2025: como Diretor Presidente - **MARCOS LIMA MONTEIRO,** brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF/MF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9-SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930; Diretores sem designação especial - **ANTONIO JOSÉ AMBROZANO NETO,** brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF nº 132.474.888-55 e portador do RG nº 18.676.628-2-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP; e **FABIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA,** brasileiro, divorciado, contador, residente e domiciliado em São Paulo - SP, todos com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01418-000. Os Diretores eleitos preenchem as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76, na Resolução nº 4.970/21 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução CVM nº 80/2022, e não estão incursos em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Sociedade; **(iv)** fixar em até R$135.874,89 (cento e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) mensais, livres de imposto de renda na fonte, a verba máxima para remuneração global da Diretoria, nos termos do Estatuto Social, que vigorará a partir do mês de maio próximo e poderá ser reajustada com base na combinação dos índices IPC-A/IBGE e IGP-M/FGV, a qual abrangerá, inclusive, as verbas devidas aos diretores a título de remuneração variável equivalente a 1,43% do lucro líquido ajustado, relativo ao último exercício de 2023, a ser paga em abril de 2024. Caberá à própria Diretoria deliberar, em reunião, sobre a forma de distribuição dessa verba entre os seus membros. Poderá a Sociedade, ainda, proporcionar aos seus administradores os benefícios já previstos e limitados na Política de Remuneração dos Administradores do Conglomerado Financeiro Alfa. **EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por unanimidade: **(i)** aprovar o aumento do capital social em R$6.714.000,00 (seis milhões, setecentos e quatorze mil reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta "Reservas de Lucros - Reserva para Aumento de Capital"; e **(ii)** aprovar a consolidação do Estatuto Social, a fim de refletir o novo capital social e em razão de alterações aprovadas em assembleias gerais anteriores. Finalizando os trabalhos, a Assembleia deliberou, por unanimidade, publicar a ata deste conclave, nos termos dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 130 da Lei de Sociedades por Ações. Lida e aprovada, vai assinada pelos presentes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes. **MESA:** Fabiano Siqueira de Oliveira - Presidente da Mesa. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. ACIONISTAS: BANCO SAFRA S.A. Alberto Monteiro de Queiroz Netto. Marcos Lima Monteiro. BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A. Antonio José Ambrozano Neto. Fabiano Siqueira de Oliveira. BRI PARTICIPAÇÕES LTDA. Eduardo Pinto de Oliveira. Francisco Antonio Lozano Perez. Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **Fabiano Siqueira de Oliveira -** Presidente da Mesa; **Felipe Barbosa da Silveira e Silva -** Secretário. **CERTIDÃO:** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 226.422/24-0 em 20 de junho de 2024. Maria Cristina Frei - Secretaria Geral. **ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL DA ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. - TÍTULO I - Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social: Art. 1º** - A **ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.** é uma sociedade anônima que se regerá pelo presente estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **§ Único** - Aplicar-se-ão à sociedade as normas em vigor para as instituições financeiras em geral, especialmente no que diz respeito à competência privativa do Banco Central do Brasil para a concessão das autorizações previstas no inciso IX do artigo 10 da Lei nº 4.595, de 31.12.64. **Art. 2º** - A sociedade tem sede na Cidade, Município e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, que é o seu foro. **§ Único** - Respeitadas as prescrições legais e regulamentares, a Diretoria da sociedade poderá instalar e suprimir dependências em qualquer lugar do país. **Art. 3º** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Art. 4º** - A sociedade tem por objeto exclusivamente a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor. **TÍTULO II - Do Capital e das Ações: Art. 5º** - O capital social é de R$185.014.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões e quatorze mil reais), dividido em 20.485.056 (vinte milhões, quatrocentas e oitenta e cinco mil e cinquenta e seis) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 12.291.033 (doze milhões, duzentas e noventa e um mil e trinta e três) ordinárias e 8.194.023 (oito milhões, cento e noventa e quatro mil e vinte e três) preferenciais, inconversíveis em ordinárias. **§ Único** - As ações preferenciais não terão direito a voto nas Assembleias Gerais e são inconversíveis em outro tipo de ações com direito a voto. **Art. 6º** - As ações preferenciais gozarão de prioridade na percepção do dividendo anual de 6 (seis por cento) sobre a parte e respectivo valor do capital representada pelas ações preferenciais, pago preferentemente a qualquer dividendo às ações ordinárias, mantendo-se e preservando-se, dessa forma, o direito originário a um dividendo anual de 6% (seis por cento) calculado sobre o valor nominal das mesmas ações. **§ Único** - Na forma do artigo 17, § 1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações, as ações preferenciais terão direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária. **Art. 7º** - Poderão ser criadas, a qualquer tempo, novas classes de ações preferenciais; e poderão ser também aumentadas as classes existentes, sem guardar proporção com as demais, ressalvando-se, todavia, que o número de ações preferenciais não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do capital social. **TÍTULO III - Da Assembleia Geral: Art. 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e, extraordinariamente, quando convocada por 2 (dois) Diretores, ou nos casos legais. **§ Único** - Para participar da Assembleia Geral é necessária a condição de acionista até 8 (oito) dias antes da data da realização do respectivo conclave e o depósito do instrumento de procuração, na sede social, até 5 (cinco) dias também antes do mesmo evento, no caso de representação do acionista por mandatário. **Art. 9º** - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, ou na sua ausência por qualquer Diretor, o qual convidará 2 (dois) dos presentes para secretariarem os trabalhos. **TÍTULO IV - Da Diretoria e suas Atribuições: Art. 10** - A sociedade será administrada por uma Diretoria constituída de 2 (dois) membros, no mínimo, a 4 (quatro) membros, no máximo, sendo um Diretor Presidente e de um a 3 (três) Diretores, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral. **§ ÚNICO** - O prazo de mandato da Diretoria é de um ano, mas estender-se-á até a investidura dos novos membros eleitos. É admitida a reeleição. **Art. 11** - Caberá ao Diretor Presidente designar o seu substituto ou o substituto de qualquer outro membro da Diretoria, nos casos de impedimentos ou faltas; não o fazendo, caberá à própria Diretoria tal designação. **§ 1º** - No caso de vacância de cargo da Diretoria proceder-se-á da mesma forma estabelecida neste artigo, perdurando a substituição até o provimento definitivo do cargo pela primeira Assembleia Geral subsequente, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído. **§ 2º** - Considerar-se-á vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada, deixar de exercer as suas funções por mais de 15 (quinze) dias consecutivos. **§ 3º** - As substituições previstas neste artigo, "caput", implicarão na acumulação de cargos, inclusive do direito de voto, mesmo o de qualidade, mas não na de honorários e demais vantagens do substituído. **Art. 12** - A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente, com 5 (cinco) dias de antecedência, dispensando-se esse interregno quando participar da reunião a totalidade de seus membros. **§ 1º** - As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão e, no caso de empate, o Diretor Presidente usará do voto de qualidade. **§ 2º** - Qualquer membro da Diretoria terá o direito de credenciar um de seus pares por carta, telegrama ou telex, a fim de representá-lo nas reuniões da Diretoria, seja para a formação de "quorum", seja para a votação; e, igualmente, são admitidos votos por carta, telegrama ou telex, quando recebidos, na sede social, até o momento da reunião. **Art. 13** - Compete à Diretoria: a) estabelecer as normas de condução dos negócios sociais; b) quando julgar oportuno, elaborar o Regimento Interno; c) nomear e dispensar correspondentes; d) apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos ao parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Art. 14** - A Diretoria é investida de todos os poderes necessários à realização dos fins sociais e dependerá de prévia autorização da Assembleia Geral para contrair empréstimos em geral, outorgar avais, ou outras garantias, adquirir, onerar ou alienar bens imóveis e participações em outras empresas. **Art. 15** - Observado o disposto no artigo seguinte, cada membro da Diretoria é investido de poderes para representar a sociedade e praticar os atos necessários ao seu funcionamento regular, ressalvado competir, privativamente: a) ao Diretor Presidente: a.1. cumprir e fazer cumprir o estatuto social, assim como as resoluções das Assembleias Gerais e da Diretoria; a.2. representar a sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimento pessoal, sendo a ele facultado designar e constituir procurador especial para estas duas últimas hipóteses; a.3. instalar e presidir as Assembleias Gerais; a.4. presidir as reuniões da Diretoria, usando do voto de qualidade quando houver empate nas deliberações; a.5. dirigir e superintender todos os negócios e operações da sociedade; a.6. nomear, demitir, promover, contratar, suspender e licenciar funcionários, em geral, fixando-lhes os vencimentos; b) a cada um dos Diretores: b.1 dirigir os serviços e/ou dependências da sociedade que lhe forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente; b.2 realizar qualquer operação atinente aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria; b.3 desincumbir-se das atribuições que lhe forem cometidas, especificamente, pela Diretoria e pelo Diretor Presidente. **Art. 16** - Nos atos de representação em Assembleias Gerais de acionistas ou debenturistas de outras empresas, a Sociedade será representada pelo Diretor Presidente, conjuntamente com outro Diretor, podendo o Diretor Presidente designar um de seus pares para substituí-lo em tais atos. Nos demais casos e nos limites dos poderes a que se refere o artigo 14 (catorze) deste estatuto, a Sociedade considerar-se-á obrigada quando representada: a) conjuntamente, por 2 (dois) Diretores; b) conjuntamente, por um Diretor e um procurador, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; c) conjuntamente, por 2 (dois) procuradores, quando assim for designado nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem; d) singularmente, por um procurador, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem. **§ 1º** - Nos atos de constituição de procuradores a Sociedade somente poderá ser representada: a) pelo Diretor Presidente, conjuntamente com outro Diretor, quando o mandato for outorgado para a prática de qualquer dos atos a que se refere o Artigo 14 (catorze) deste estatuto; b) conjuntamente, por 2 (dois) Diretores, quando o mandato for outorgado para a prática de atos ordinários de representação da Sociedade. **§ 2º** - Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela Sociedade terão prazo de vigência até 31 de maio do ano seguinte ao da outorga, se menor prazo não for estabelecido, o qual deverá constar sempre do respectivo instrumento de mandato. **TÍTULO V - Do Conselho Fiscal: Art. 17** - O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal. **Art. 18** - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número; e a sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral que o eleger. **§ 1º** - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. **§ 2º** - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos ou faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes. **TÍTULO VI - Das Demonstrações Financeiras e da Destinação do Lucro Líquido: Art. 19** - O exercício social coincide com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras; e do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. **§ Único** - Será levantado balanço semestral em 30 de junho de cada ano. **Art. 20** - Juntamente com as demonstrações financeiras a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, obedecendo a seguinte ordem de dedução, na forma da lei: a) 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) as importâncias que, legalmente, poderem ser destinadas a Reservas para Contingências; c) a quota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e deste estatuto, e, quando for o caso, as resoluções da Assembleia Geral. Por conta dessa distribuição será declarado um dividendo quando do levantamento do balanço do primeiro semestre de cada exercício social. **§ 1º** - O saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, for deliberado pela Assembleia Geral, inclusive o seguinte: a) até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social; b) o remanescente, à Reserva Especial para Dividendos com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. **§ 2º** - Como previsto no artigo 197 e seus parágrafos da Lei de Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste estatuto ou do artigo 202 da mesma lei, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **§ 3º** - As reservas provenientes de lucros auferidos e lucros suspensos, inclusive a reserva legal, não poderão ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. **§ 4º** - A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria uma participação nos lucros nos casos, forma e limites legais. **§ 5º** - A distribuição de dividendos e bonificações obedecerá aos prazos fixados em lei. **Art. 21** - Os balanços serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários. Tais auditores serão escolhidos e/ou destituídos pela Diretoria, observado, quando for o caso, o disposto no parágrafo 2º do artigo 142 da Lei de Sociedades por Ações. **TÍTULO VII - Da Liquidação da Sociedade: Art. 22** - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais.

Desabrigados
'A lama levou tudo. Não sei ainda para onde vamos, nem se voltaremos para cá', afirma Venâncio F34

Negócios
'Todos foram atingidos, em todos os setores e tamanhos', diz secretário F4

Agropecuária
Inundado após dois anos de seca, campo vive impasse por destruição F26

Doação
Ganho líquido deste caderno, de R$ 1.053.659, será revertido para vítimas F40

Especial

Reconstrói Rio Grande do Sul

Esforço para reconstruir cidades, residências, empresas e infraestrutura destruídas pelas chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul deve custar mais de R$ 100 bilhões; resiliência climática precisa ser considerada, alertam especialistas

Os rumos da retomada

Cenário Da necessidade de garantir moradia aos milhares de desabrigados pela tragédia ambiental à recuperação da infraestrutura destruída, os movimentos para reconstrução do Rio Grande do Sul precisam ser sustentáveis

André Borges
Para o Valor, de Encantado, Arroio do Meio e Porto Alegre (RS)

No morro das Antenas, no município de Encantado (RS), o Cristo Protetor abre os braços para o vale do Taquari, onde as cidades foram destroçadas pela maior tragédia climática da história do país. Com 43,5 m de altura — a maior estátua do Brasil, superando a do Rio de Janeiro, de 38 m—, o Cristo gaúcho erguido durante a pandemia, em 2021, tornou-se símbolo de fé e força da população. "Conseguimos concluir nosso Cristo. Estávamos próximos de terminar as obras no entorno, quando veio essa catástrofe, mas vamos em frente", diz o prefeito de Encantado, Jonas Calvi (PSDB). "Se conseguimos erguer um dos maiores Cristos do mundo, por que não vamos conseguir reerguer casas, estradas, empresas? Temos força. Nossa cidade será reconstruída."

> "A maior parte das áreas mais afetadas era de preservação, mas foi sendo ocupada"
> *Beto Mesquita*

O sentimento que mobiliza moradores de Encantado, a 140 km de Porto Alegre e às margens do rio Taquari, se espalha pelos 478 municípios diretamente impactados pelas enchentes de maio, de um total de 497 do Rio Grande do Sul. As palavras de pessoas como o pintor Diego de Oliveira, 38 anos, há mais de um mês dormindo com a esposa em um abrigo improvisado em Arroio do Meio, expressam a reação de quase 2,4 milhões de gaúchos afetados pela tragédia. "Só queremos voltar para casa e reconstruir a nossa vida", diz.

Em maio, o **Valor** percorreu mais de mil quilômetros por estradas, entre as regiões do vale do Taquari, do vale dos Vinhedos e de Porto Alegre, ouvindo desabrigados, voluntários, empresários e autoridades municipais, estaduais e federais, em meio ao rastro infindável de escombros que tomou conta da paisagem nas cidades. O inventário da catástrofe ainda está sendo contabilizado pelas autoridades que se revezam entre ações de ajuda humanitária e medidas de curto e médio prazos para que as pessoas possam, finalmente, retornar para um lar, ao trabalho, à escola. O fato é que milhares de famílias, porém, já não têm para onde retornar, depois que bairros inteiros foram engolidos pela lama e, agora, terão de mudar de lugar.

Até 25 de junho, a Defesa Civil do Rio Grande do Sul contabilizava 178 mortos e 34 desaparecidos. Havia 10.485 pessoas vivendo em abrigos e quase 389 mil desalojados.

O ministro extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, disse ao **Valor** que o governo não fechou um orçamento específico para a recuperação do Estado. "Não vamos somar o que estamos investindo, não haverá cifra fechada. Vamos destinar o que for necessário neste esforço de reconstrução", afirmou. "Nossa participação envolve todas as dimensões neste grande esforço de reconstrução, com a manutenção dos postos de trabalho, apoio à atividade econômica, crédito abundante e barato para todo o setor empresarial."

O cálculo inicial do governo já aponta que os recursos federais disponibilizados até agora ultrapassam R$ 50 bilhões. Dentro desse valor estão, por exemplo, R$ 15 bilhões em crédito para pequenas, médias e grandes empresas e R$ 2 bilhões para quem é microempreendedor. Há, ainda, mais R$ 13 bilhões relacionados à suspensão da dívida do Estado. O auxílio reconstrução para as famílias deve alcançar R$ 1,9 bilhão — cada uma das 375 mil beneficiadas deve receber R$ 5.100, em uma única parcela —, enquanto a reconstrução das casas em si deve ter apoio de, ao menos, R$ 6 bilhões. Estima-se que mais de 30 mil terão de ser reconstruídas. "Muitas famílias estão voltando para casa e avaliando [as perdas]", disse Pimenta. Segundo ele, há 583 planos de trabalho para áreas como educação, saúde e defesa civil.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), declarou que, desde o início da crise, o Estado investiu R$ 800 milhões de recursos próprios em ações emergenciais, pagamento de recursos para famílias atingidas, repasses a municípios, serviços de saúde, educação e infraestrutura, entre outras áreas. Parte das ações envolve a construção de casas provisórias. Unidades serão construídas em Eldorado do Sul (250 casas), na região metropolitana de Porto Alegre (100) e no Vale do Taquari (150).

"Naturalmente, pela extensão dos estragos, o governo do Estado não consegue suportar sozinho a reconstrução. Tenho insistido, e vejo boa disposição do governo federal nesse sentido, na necessidade de medidas para manutenção de emprego e renda e para recomposição das receitas de ICMS do Estado, lembrando que 25% disso vai para os municípios", afirmou o governador.

Em maio, disse, o Estado perdeu mais de R$ 700 milhões em arrecadação. "Mais do que simplesmente demandar, nosso intuito sempre foi, e sempre será, o de ajudar a construir as melhores ações possíveis para o povo gaúcho. Temos um plano de reconstrução, o Plano Rio Grande, que já está em prática", afirmou Leite. "O Rio Grande do Sul vai superar essa crise e se tornar uma referência em termos de resiliência climática."

Na área logística, o retorno ocorre gradualmente, seja na reconstrução das estradas e ruas ou serviços de trem — Porto Alegre perdeu estações inteiras —, que aos poucos retomam sua rotina. Na arena da Justiça, a vida começou a voltar ao normal, ainda que remotamente. "Tivemos nossos quatro prédios inundados, como todos os demais órgãos da administração pública de Porto Alegre, mas conseguimos retirar e salvar, a tempo, nosso data center, que reúne todos os processos", afirma o desembargador Fernando Quadros da Silva, presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). "Ficamos duas semanas sem operar, mas já religamos nosso sistema em outro prédio. A vida administrativa do tribunal foi restabelecida, ainda que remotamente".

Há um consenso de que o futuro das cidades gaúchas passa não só pela reformulação da infraestrutura, mas pela recuperação de áreas degradadas e medidas efetivas de prevenção e redução de danos. "Vamos travar um debate sobre o futuro, um plano de reconstrução sustentável, que incorpore a pauta ambiental naquilo que vai ser feito", diz o ministro Pimenta. Em Porto Alegre, por exemplo, a ideia é avaliar as áreas alagadas e se essa estrutura oferece segurança efetiva para as pessoas morarem ali.

Beto Mesquita, integrante do grupo Coalizão Brasil, Clima Florestas e Agricultura — que reúne 400 membros, entre empresas, sociedade civil e academia —, aponta que soluções baseadas na natureza podem ajudar não apenas a recuperar o meio ambiente, mas a impulsionar a economia local. "Há um déficit de vegetação nativa no Rio Grande do Sul de meio milhão de hectares. A recuperação dessas áreas pode ser incluída neste esforço de reconstrução. Essas atividades são intensivas de mão de obra e geram emprego rapidamente para uma população que perdeu tudo".

O especialista também chama a atenção para o reordenamento urbano. "Podemos resolver erros do passado. A maior parte das áreas mais afetadas era de preservação permanente, mas foi sendo ocupada irregularmente", disse Mesquita. "O sinal está dado, são planícies de inundação. A reconstrução precisa respeitar esse sinal. Vai ser um absurdo reconstruir nos mesmos locais."

> "Por que não vamos conseguir? Temos força. Nossa cidade será reconstruída"
> *Jonas Calvi*

Ao relembrar a tragédia climática de 2011, quando deslizamentos em cinco cidades da região serrana do Rio de Janeiro mataram mais de 1.200 pessoas, Mesquita reforça que a natureza, mais uma vez, está dando seu recado. "Apesar da imensa tragédia humanitária no Rio, 13 anos atrás, seguimos com as mesmas ocupações irregulares. Parece que não aprendemos nada. Será que, com a falência de mais de 400 municípios e um brutal impacto econômico, além de 170 mortes, a gente aprenda alguma coisa? Espero que sim."

INÊS 249

Conjuntura Setor produtivo procura alternativas para retomar operações e governo gaúcho busca soluções para garantir manutenção de empregos

Empresas avaliam prejuízos e Estado quer evitar migração

Marli Lima Iacomini
Para o Valor, de Curitiba

Um banner vermelho anuncia, no site da Lajeadense Vidros, que ela está em novo endereço. Nos últimos 22 anos, a empresa funcionou no município de Lajeado (RS) em um terreno que, em breve, deverá ser transformado em uma marina com rampa de acesso de barcos ao rio Taquari. Não muito distante, a fabricante de produtos de higiene Fontana busca novo local para levar parte de sua estrutura, depois de operar por 90 anos em Encantado (RS), no vale do Taquari, que abrange 36 municípios da região central do Rio Grande do Sul.

"De setembro para cá fomos atingidos três vezes", conta Régis Arenhart, diretor da Lajeadense, citando as enchentes de setembro e novembro de 2023 e as de abril de 2024, quando as águas cobriram os telhados da empresa. Os prejuízos, segundo ele, somam R$ 70 milhões, com perdas de prédios, de vendas devido a paralisações, de máquinas e estoques (200 toneladas de vidros). Só não foram maiores porque, temendo novas cheias, já estava em andamento uma mudança provisória para o município de Estrela, distante oito quilômetros.

Mas a volta para Lajeado deve acontecer no fim do ano, quando será inaugurada uma área produtiva com o dobro do tamanho da anterior. "A ampliação já estava prevista", explica o empresário, e seria feita perto do rio. Os planos mudaram e, no fim do ano passado, começou a busca por um terreno distante das inundações. Os investimentos na nova estrutura somarão R$ 20 milhões.

As enchentes também aconteceram em um período de crescimento da Fontana, que fez uma operação de retirada de equipamentos. O plano, agora, é trabalhar em duas etapas, conta o diretor Ricardo Fontana. A empresa de sabões, sabonetes e outros produtos vai alugar um espaço para dois anos. Parte da estrutura continuará no endereço atual e a intenção é encontrar outro terreno para instalação. "Estávamos com investimentos em andamento e as cheias reforçaram a necessidade de um local mais seguro", comenta, citando perdas de R$ 30 milhões com enchentes em 2023 e de R$ 12 milhões em 2024.

Se, de um lado, empresas buscam maneiras de voltar a produzir, de outro, o governo gaúcho quer evitar a perda de investimentos, de postos de trabalho e a migração da população. "Há uma preocupação grande de as empresas pensarem em sair do Estado ou puxarem o freio e também nos preocupamos com perda de mão de obra qualificada. Já vimos anúncios de oferta de vagas aos gaúchos em Santa Catarina", afirma Gustavo Rech, diretor do Fundopem/RS, fundo de incentivo destinado às indústrias, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

> "Já vimos anúncios de oferta de vagas aos gaúchos em Santa Catarina"
> *Gustavo Rech*

No ano passado, foram aprovados pelo fundo 104 projetos, com investimentos de R$ 2,8 bilhões. Até abril de 2024, havia 24 projetos, que somavam R$ 282 milhões, e 69 em análise. Segundo Rech, havia a intenção de ter resultado parecido com o de 2023, mas a meta foi reduzida para menos da metade. "Há empresas mudando de município, mas nenhuma manifestou intenção de desistência da atividade", diz, acrescentando que em algumas regiões ainda nem foi possível calcular perdas. No que diz respeito às empresas, a primeira preocupação do Estado foi com a paralisação; depois, foram iniciados estudos para a concessão de benefícios para a recuperação.

E o trabalho de governo e empresas tem acontecido em meio a chuvas. "É inacreditável o que estamos vivendo. Estamos esgotados, porque as pessoas nem conseguem fazer a limpeza e vem mais uma. Fica a dúvida de quando será a próxima", afirma Aline Eggers, diretora-presidente da fabricante centenária de bebidas Fruki. Ela conta que as instalações da empresa não foram atingidas, mas 77 dos 1,1 mil trabalhadores tiveram perdas, assim como 1,8 mil clientes, como bares, restaurantes e mercados. "Temos buscado formas de trazer esperanças, mas está difícil", acrescenta.

Mesmo diante de um cenário complicado, os planos de ampliação da Fruki, que conta com duas fábricas e cinco centros de distribuição no Estado, estão mantidos. No fim de 2023 foi inaugurada uma planta em Paverama, no vale do Taquari, que teve aporte de R$ 178 milhões. Outros R$ 113 milhões em investimentos estão previstos até 2028, valor que pode ser maior. "Apesar da crise toda, enxergamos oportunidades, estamos crescendo", explica Eggers.

O setor produtivo do Rio Grande do Sul vinha anunciando investimentos nos últimos meses. Em abril, na mesma semana em que começaram as enchentes, o governador Eduardo Leite (PSDB) apresentou o maior investimento privado no Estado. A chilena CMPC assinou protocolo para a instalação de unidade de produção de celulose orçada em R$ 24 bilhões. Ela ficará no município de Barra do Ribeiro, a 60 km de Porto Alegre.

A expectativa é que sejam gerados 12 mil empregos durante as obras. A capacidade anual de produção será de 2,5 milhões de toneladas de celulose branqueada de eucalipto. Procurada pelo **Valor**, a CMPC informou que os planos não mudaram e "o projeto segue normalmente". A multinacional atua no Estado desde 2009, em Guaíba.

Em fevereiro, a fabricante indiana de tratores Mahindra informou que investirá R$ 55 milhões em uma fábrica no município de Aratiba, no Vale do Sinos, uma das regiões mais afetadas pelas enchentes. A unidade atual fica em Dois Irmãos, 25 km distante do futuro endereço, e produz 2,6 mil tratores por ano, volume que saltará para 8 mil na nova estrutura. Nos próximos cinco anos, a empresa prevê que o investimento no Estado chegue a R$ 100 milhões.

"Os planos estão mantidos, não há nenhuma intenção de repensar o projeto", afirma o CEO da Mahindra Brasil, Jak Torreta Júnior. Segundo ele, a fábrica atual não foi afetada por inundações, mas um parceiro logístico instalado em Canoas (RS) sofreu com as enchentes e os trabalhadores tiveram férias coletivas de 15 dias. O local onde será erguida a nova estrutura também não foi atingido. "Felizmente não tivemos problemas e nem chegou a ser cogitada alguma mudança."

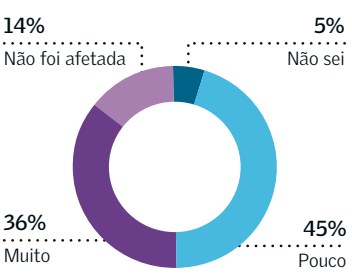
No varejo, as últimas semanas foram de reorganização. Com sede em Eldorado do Sul (RS), na região metropolitana da capital, a rede de farmácias Panvel teve 18 filiais afetadas, do total de 400 lojas no Estado, e até o fim do mês pretende reabrir quase todas, com exceção da que ficava no aeroporto Salgado Filho. A empresa informou que segue com a perspectiva de inaugurar, em 2024, 60 lojas nos três Estados do Sul e em São Paulo. "Mantemos o nosso compromisso de contribuir com a geração de empregos e de renda para o Estado, que vai precisar de uma união de esforços públicos e privados para se reerguer", afirma Antônio Napp, CFO da Panvel.

VINI DALA ROSA

Aline Eggers, da Fruki Bebidas: "Temos buscado formas de trazer esperanças, mas está difícil"

Após a castástrofe

Maior parte das indústrias atingidas vai manter investimentos

Como as enchentes afetaram as empresas

63% das afetadas sofreram paralisação total ou parcial das atividades, principalmente nos segmentos de borracha e plástico, construção, alimentos e metalurgia

14 dias foi a média de paralisação

52,55% das empresas afetadas são do vale dos Sinos e da região metropolitana de Porto Alegre

36,3% são dos setores de máquinas e equipamentos, borracha e plástico e alimentos

Principais prejuízos - em %

Prejuízo	%
Logística/produção/insumos	71,5
Pessoal/colaboradores	61,5
Dificuldades com fornecedores	55,9
Estoques de matéria-prima	31,3
Máquinas e equipamentos	19,6
Estabelecimento físico	19,6
Estoques de produtos finais	15,6
Veículos	7,3
Sem prejuízo	3,4

R$ 2,5 milhões Foi a média dos prejuízos registrados

52% das empresas não tinham seguro contra perdas e danos

Ficar ou mudar?
Pretenção em retornar aos investimentos

2,2% Sim, mas fora do RS
1,7% Sim, mas em outro município dentro do RS
5% Sim, no mesmo município, mas em outro local
6,7% Não, pretende fechar o negócio
20,1% Ainda não decidiu
64,2% Sim, no mesmo local

Fonte: Fiergs. Pesquisa com 220 indústrias gaúchas entre os dias 23.mai e 10.jun

Processo precisa ser colaborativo

Cláudio Marques
Para o Valor, de São Paulo

As águas baixaram, e agora? A reconstrução passa pelo planejamento e execução de um plano de ação, que deve dar conta de medidas de curto, médio e longo prazos para que o Rio Grande do Sul possa voltar à normalidade. Humberto Martins, professor da Fundação Dom Cabral (FDC) em gestão pública, alerta para a necessidade de haver clareza "muito grande" de propósitos, de iniciativas e de resultados de onde se quer chegar aliados a um planejamento, um plano de ação, por parte das autoridades. "É o momento de se priorizar, não há recursos para fazer tudo, não dá para atender todo o mundo ao mesmo tempo agora", diz. "Plano de ação sem clareza de resultado é até perigoso, é potencialmente fragmentário."

No caso atual, o processo para apresentar as demandas e decidir as prioridades passa pelo Comitê Executivo do Conselho do Plano Rio Grande - Programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Rio Grande do Sul. Os 160 conselheiros foram empossados há 15 dias. Representam o poder público, a sociedade civil e os atingidos pelas enchentes e têm o papel de propor, avaliar e monitorar as problemáticas recebidas. Também participam das câmaras temáticas que serão criadas para análise e discussão de assuntos indicados. A análise e encaminhamento final está sob a responsabilidade do comitê executivo, coordenado pelo vice-governador do Estado, Gabriel Souza.

Na posse dos conselheiros, o governador Eduardo Leite (PSDB) disse que o conselho será fundamental para que todos os envolvidos no processo caminhem na mesma direção, buscando uma convergência mínima para dar velocidade ao processo de reconstrução. O professor Nelson Marchesini, coordenador executivo do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper, julga que a palavra-chave para o sucesso de um processo como esse, que tem lidar com demandas e expectativas de diferentes setores e intensidades, é colaboração. "Tem que haver uma governança colaborativa", afirma. "As decisões sobre prioridades têm que estar orientadas às demandas da população", completa Edson Cedraz, sócio da consultoria Deloitte. De acordo com ele, o ideal é que todo o processo tenha fluidez.

DIVULGAÇÃO

Cedraz: 'Decisões têm que estar orientadas às demandas da população'

"No curto-médio prazo está a reconstrução da infraestrutura essencial. É a ponte, rodovia, aeroporto, porto, é a infraestrutura logística de transporte, comunicação e energia", diz Martins, da FDC. O que também deve beneficiar as empresas afetadas pelas enchentes. Segundo Aragon Dasso, professor da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o período de curto prazo ainda não se exauriu. "Os abrigos continuarão existindo e pessoas seguirão fora das suas residências, dependendo da localidade, durante muito tempo".

Ações mais imediatas envolvem municípios, avalia Marchesini, que destaca a importância da instalação de espécie de sala de situação ou comitê de monitoramento de crise para acompanhar o impacto nas comunidades. Entre as medidas de médio prazo, ele considera que os municípios precisam avaliar se é necessário adotar sistema de alerta para emergências, além de equipar e qualificar a defesa civil. Para Dasso, a questão habitacional tem que ser resolvida no médio prazo, rejeitando que se torne um objetivo de longo prazo ou que seja enfrentada só com alguma medida temporária.

Os especialistas apontam a necessidade de, no longo prazo, tomar medidas estruturais. "É possível sim neste momento buscar soluções sistêmicas e passar por cima de gargalos do passado em direção a um futuro melhor", diz Martins. "Há uma questão mais estrutural, que começa agora, mas é mais de longo prazo: precisamos lidar seriamente com o fenômeno climático. Não podemos mais aceitar um discurso negacionista. Os investimentos para essa área são prioritários", afirma Marchesini.

Ícone gaúcho perdeu tudo e loja inaugurada em março deve fechar

Bruno Teixeira e Samantha Klein
CBN, de Porto Alegre

Um dos grandes ícones do Rio Grande do Sul, os salgadinhos Pastelina foram um dos que sofreram com as chuvas. O CEO da empresa, Marcelo Gonçalves, conta que a fábrica ficou completamente destruída. Com 75 anos, o grupo terá dificuldades pela frente. "Fomos 100% atingidos pela fúria das águas. Sobraram as paredes, o telhado e nada mais. Perdemos máquina, estoque, matéria prima e equipamentos. Só não perdemos a garra e a vontade de lutar e retornar o mais breve possível", afirma.

O prejuízo estimado com perdas de vendas já passa de R$ 1,5 milhão. "Em máquinas e equipamentos de estoque, ultrapassa os R$ 3,5 milhões", diz Gonçalves, que ainda não decidiu se irá permanecer na região. "Nosso primeiro objetivo é voltar a produzir. Botar a máquina a rodar. Depois nós vamos retornar e avaliar".

Uma unidades da loja de calçados Stivale em um shopping de Canoas, aberta em março, também foi alagada e teve o estoque completamente perdido. "Essa unidade nem deverá mais ser aberta, porque o prejuízo foi muito grande", afirma a gerente, Jéssica Martins da Silva. Dos seis funcionários, três foram demitidos, conta. A empresa tenta manter o faturamento de outras unidades para manter o quadro de pessoal restante.

BRUNO TEIXEIRA/CBN

> "Só não perdemos a garra e a vontade de lutar e retornar o mais breve possível"
> *Marcelo Gonçalves*

Conjuntura Segundo pesquisa da Fiergs, 20% das empresas não sabem o que farão e 6,7% querem fechar

Setor produtivo faz contas e pede apoio

Marli Lima Iacomini
Para o Valor, de Curitiba

Contas foram feitas por governos, empresas, famílias, e são atualizadas a cada novo levantamento de prejuízos, sempre que há anúncios de apoios ou volta a chover. Poucos se arriscam a falar em velocidade de reconstrução da economia gaúcha. "Não estamos só preocupados com o produtor, mas com a sociedade", diz Antonio da Luz, economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado (Farsul). "Temos percebido que os desafios são enormes e se somam a outros que já existiam", afirma Giovani Baggio, economista-chefe da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs). "Todos foram atingidos, em todos os setores e tamanhos, e é difícil cravar prazos", diz Ernani Polo, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Relatório do Bradesco de maio mostrou que as enchentes terão consequências econômicas com implicações nacionais. Para o PIB do Estado, o banco projeta perda de até 4 pontos percentuais em relação ao previsto anteriormente, praticamente zerando o crescimento em relação a 2023. Para o PIB brasileiro, o documento mostra impacto de 0,2 a 0,3 ponto percentual. Na retomada, o banco cita que a construção civil, a indústria e o comércio podem ter impacto positivo nos meses subsequentes, em razão do esforço de reconstrução e da retomada da demanda.

Luz, da Farsul, prefere não falar em números, mas em quatro eixos de reconstrução (pessoas, emprego, governo federal e infraestrutura), que poderão definir crescimento em V ou em U. "Por maior que seja a solidariedade, a ajuda é um complemento. As pessoas encontraram lama na casa, nas fotos, nos documentos e, para se recuperarem, precisam de cuidado psicológico e econômico", diz, lembrando que para haver emprego (e salário), é preciso manter empresas. "As pessoas precisarão comprar geladeira, fogão, móveis, o que o dinheiro pode pagar, porque as lembranças que perderam não têm preço". Do governo federal, ele espera recursos para manter o Estado funcionando em áreas como segurança, saúde e educação.

O que os brasileiros mais viram foram imagens de áreas urbanas alagadas, mas as perdas no campo estão estimada pela Farsul em R$ 3 bilhões, sem contar prejuízos em prédios, máquinas e benfeitorias, cujo número final vai depender de seguros e análise de estruturas. "O agro teve perdas importantes, mas não dá para comparar com outras áreas, as urbanas foram maiores. Quanto se perdeu, não sabemos", afirma. Na opinião dele, a recuperação está acontecendo, mas o segundo e o terceiro trimestre serão difíceis, e no quarto trimestre poderá ser vista alguma reação. Para Luz, se os cuidados forem tomados e as demandas atendidas, o crescimento será em V e em um ano o Estado pode retomar as atividades. "É realista, acho que dá para fazer."

Pesquisa da Fiergs com 220 empresas mostrou que 81% foram afetadas pelas águas e, destas, 63% sofreram com paralisação de atividades. Das que responderam, 31,3% informaram prejuízos em estoques de matérias-primas, 19,6% em máquinas e equipamentos, 19,6% nos estabelecimentos físicos e 15,6% em estoques de produtos finais. Quase dois terços permanecerão no mesmo endereço, enquanto 5% ficarão no mesmo município, mas em outro local.

A pesquisa traz dados preocupantes, comenta Baggio; 20,1% das empresas ainda não decidiram o que farão. Além disso, 6,7% pretendem fechar e 2,2% vão investir fora do Estado. "Hoje os problemas logísticos são os piores e afetam a todos. Mesmo os trechos liberados estão em piores condições e as rotas estão mais longas, o que acarreta custos", diz. O economista avalia que problemas de competitividade de que já existiam se agravaram, como distância de grandes centros consumidores, alta carga tributária, envelhecimento da população e questões estruturais. A pesquisa revelou que 52% das indústrias não tinham seguro contra perdas e danos decorrentes de enchentes. Entre as micro, pequenas e médias, 63,4% estavam sem cobertura.

> "Os desafios são enormes e se somam a outros que já existiam"
> *Giovani Baggio*

JOEL VARGAS/GVG

Ernani Polo, secretário de Desenvolvimento Econômico: "Há tempos diferentes para cada um, mas a ideia é fazer que a retomada aconteça de forma ampla e rápida"

A Fiergs apresentou 70 propostas de medidas consideradas urgentes e tem defendido ações de manutenção dos empregos, como os adotados na pandemia, e de incentivos para empresas, como postergação ou anistia do pagamento de tributos, crédito subsidiado e medidas específicas para prevenir novas enchentes. "Como voltar a trabalhar? Mais de 580 mil pessoas foram desalojadas, é difícil de contornar tudo isso", afirma Baggio.

Ele diz que a construção civil vai ser uma das primeiras a reagir, assim como as indústrias moveleira e de eletrodomésticos. Mas não são os principais geradores de emprego e renda. As cadeias de alimentos, metalmecânica e de químicos respondem por cerca da metade do faturamento da indústria gaúcha. "O essencial é que as empresas se sintam seguras para permanecer aqui e voltar a investir e produzir", afirma. Ele acredita mais em recuperação em U, devido ao volume de empresas afetadas.

O governo gaúcho criou um gabinete de apoio e trabalho em várias frentes no Plano Rio Grande, em conjunto com a União, bancos, setor produtivo e instituições de apoio. "Acreditamos na capacidade empreendedora do povo gaúcho e no trabalho que vem sendo feito", diz o secretário Polo. Ele cita que a construção civil e a pesada terão demanda nos próximos meses, assim como outros setores da economia. "Há tempos diferentes para cada um, mas a ideia é fazer que a retomada aconteça de forma ampla e rápida." Uma das urgências, aponta, é a retomada de voos no aeroporto de Porto Alegre, para atender o turismo. O Estado também planeja estimular os segmentos de tecnologia e inovação.

No dia 20, a Fiergs mostrou que o índice de Confiança do Empresário Industrial gaúcho (ICEI-RS) subiu 2,5 pontos, para 46,9, recuperando parte da queda de 6,1 verificada em maio. Para a instituição, ele permanece abaixo dos 50 pontos e revela ausência de otimismo entre empresários.

Retomada
Medidas do governo que incentivam retomada de investimentos - em %

Medida	%
Melhoria da infraestrutura local	40,8
Postergação/anistia de tributos	35,2
Medidas para impedir novos alagamentos	34,6
Subsídios, incluindo capital a fundo perdido	34,6
Crédito subsidiado	33,5
Medidas de preservação do emprego	22,3
Renegociação de dívidas com o setor público	13,4
Outras	12,8
Não vai investir na mesma localidade	0,6

Principais medidas

Grandes empresas	Melhoria da infraestrutura e prevenção contra novos alagamentos
Pequenas e médias empresas	Subsídios financeiros e postergação/anistia de tributos
Empresas muito afetadas	Postergação/anistia de tributos e subsídios

Fonte: Fiergs. Pesquisa com 220 indústrias gaúchas entre os dias 23.mai e 10.jun

Empresas atuam para manter empregos e dar assistência

Lilian Caramel
Para o Valor, de São Paulo

Entidades empresariais temem que uma eventual má gestão da crise provocada pelas enchentes dificulte a recuperação econômica do Rio Grande do Sul. Entre as demandas do setor produtivo estão medidas para evitar demissões de trabalhadores. No começo do mês, a Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul) encaminhou ofício à Presidência da República elencando uma série de medidas emergenciais, como suspensão temporária dos contratos de trabalho, pagamento de auxílio por três meses para manutenção do emprego e renda, linha de crédito especial e renda mínima para as categorias mais prejudicadas.

"Meu sentimento é que a onda de demissões já começou e será seguida de êxodo dos trabalhadores. O envio de currículo para Santa Catarina quadruplicou", conta o presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa. Um painel da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo de Porto Alegre confirma: já houve 45 mil demissões na cidade. No Centro Histórico, mais de 6 mil empresas do setor de serviços amargaram danos — alimentação e apoio administrativo lideram o ranking das afetadas. "Algumas companhias ainda estão prejudicadas pelas chuvas de setembro e novembro do ano passado. E muitas outras, endividadas pela pandemia, estão há mais de um mês sem faturamento e sem saber ao certo quando voltarão a ter alguma receita", diz Costa.

Para o professor da PUC-RS Gustavo de Moraes, a taxa de desemprego no Estado deve seguir pressionada por seis meses e deve voltar aos habituais 5% apenas em 2025. "As experiências vividas por países como México, com os terremotos, e Estados Unidos, com o furacão Katrina, mostram que esta é a tendência. A pandemia interrompeu os negócios. Agora, os negócios foram interrompidos, mas também tivemos perda patrimonial. Do ponto de vista econômico, a situação é mais grave", avalia. No curto prazo, porém, a força da construção civil para reerguer as áreas pode equilibrar o cenário, diz o professor. "A demanda por itens de higiene pessoal, medicamentos, produtos de limpeza e os materiais para as obras também podem movimentar vendas".

O painel da prefeitura mostrou que, na indústria, aquelas do ramo da transformação foram as mais atingidas. Em outra pesquisa, da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), as de máquinas, equipamentos, borracha e plástico encabeçam a lista dos setores prejudicados. "O pequeno e médio comércio atingido, como em Canoas e Porto Alegre, não irá conseguir voltar. Eles não irão conseguir ficar de pé nem mesmo com injeção de dinheiro da iniciativa parceira", prevê Silvana Dilly, superintendente da Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos (Assintecal).

O setor de calçados, produto que figura entre os dez mais exportados pelo Rio Grande do Sul, sofreu com alagamentos de fábricas e falta dos trabalhadores por dificuldades de mobilidade. O fechamento do aeroporto Salgado Filho afeta a remessa para a Argentina. Em maio, a Assintecal lançou o Movimento Próximos Passos, que visa a levantar R$ 20 milhões para reconstruir a casa de funcionários que perderam tudo — o grupo já angariou R$ 6 milhões. Arezzo&Co, Anacapri, Via Marte, Ipanema, Grendene Kids, Vulcabras, Beira Rio e Melissa são marcas embaixadoras da iniciativa.

Até o momento, não houve demissões entre as filiadas da entidade.

LEONARDO RODRIGUES/VALOR

Werneck, da Gerdau: "Vamos precisar de políticas públicas acertadas"

Emprego
Medidas trabalhistas adotadas pelas indústrias atingidas - em %

Medida	%
Nenhuma	43,6
Antecipação de férias individuais	34,1
Utilização de banco de horas	29,1
Trabalho remoto	26,3
Aproveitamento e antecipação de feriados	10,6
Férias coletivas	7,3
Redução da jornada	6,1
Suspensão do contrato de trabalho	5

Meio adotado - em %

Acordo individual	Acordo coletivo	Convenção coletiva
53,5 %	28,3 %	18,2 %

Fonte: Fiergs. Pesquisa com 220 indústrias gaúchas entre os dias 23.mai e 10.jun

Maior em receita do Rio Grande do Sul, onde chegou em 1977, a Yara Fertilizantes teve sua antiga fábrica da capital, ao lado do rio Gravataí, alagada por três semanas. Perdeu móveis e computadores, agora passa por limpeza, rescaldo e secagem técnica e tenta religar os equipamentos. A companhia também não tem planos de demissão para seu quadro de 2 mil colaboradores, 400 dos quais tiveram suas casas danificadas. "Em alguns casos, a água passou por cima do telhado, com perda total. Então, lançamos mão de programas de licenças remuneradas, antecipação de férias, 13º salário, banco de horas e outros auxílios, assim como outras empresas fizeram", diz Marcelo Pinto, vice-presidente de operações.

A multinacional aportou R$ 1 milhão no apoio às famílias dos colaboradores, além de oferecer apoio psicológico. A ajuda está sendo customizada conforme as necessidades de cada um. "Vamos manter todos os trabalhadores porque precisamos da nossa gente firme e saudável para retomar", enfatiza o executivo.

A Gerdau, com duas plantas e 3,9 mil colaboradores no Estado, também não fez cortes de pessoal. As usinas em Charqueadas e Sapucaia do Sul não sofreram impactos, porém, mais de 150 funcionários tiveram casas alagadas. A siderúrgica assumiu a construção e reforma das residências atingidas, inclusive aquelas com perda completa. Suas usinas ficaram paradas por duas semanas até ter condições de retomada, sem prejuízo ao balanço da companhia nem a produção do que abastece a indústria automobilística nacional.

"Estamos chocados, porém com garra para ajudar quem mais precisa. Agora, o restabelecimento da economia vai demandar anos e os recursos da iniciativa privada não serão suficientes. Vamos precisar de políticas públicas acertadas nos próximos anos, inclusive para evitar outras tragédias como esta", opina o CEO da siderúrgica, Gustavo Werneck. No total, a companhia aportou R$ 25 milhões em iniciativas de recuperação do Estado, como doação de insumo para construção de pontes.

Já no Polo Petroquímico de Triunfo, 300 terceirizados foram demitidos. Outro foram colocados em férias compulsórias. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Porto Alegre e Triunfo (Sindipolo) informa que em todo o contingente de 5,8 mil funcionários diretos e terceiros do polo houve impacto em algum grau. A maior parte trabalha na Braskem, que doou R$ 4 mil como ajuda de custo àqueles com casas atingidas, além de oferecer apoio psicológico e antecipação da segunda parcela do 13º salário.

Ivonei Arnt, líder do sindicato, afirma que a entidade conseguiu fechar acordo com algumas terceirizadas para impedir cortes, mas com outras, não. "Alguns foram demitidos até por WhatsApp", afirma. Embora as plantas químicas não tenham sido inundadas, a água do rio Caí cobriu a estrada, dificultando o acesso dos trabalhadores às unidades, e houve problemas de captação de água para a produção, que foi interrompida por quase um mês. Na semana passada, o rio, que serpenteia ao lado do complexo, voltou a subir.

DIVULGAÇÃO

Rogério Ceron considera que a economia gaúcha crescerá embalada por reconstrução "igual à de um "pós-guerra"

Contas públicas Cautela com criação de precedentes pauta debate sobre demandas estaduais como seguro-receita e Regime de Recuperação Fiscal

Governo federal quer separar calamidade de questão estrutural

Marta Watanabe e Lu Aiko Otta
De São Paulo e Brasília

A tragédia das chuvas colocou o governo do Rio Grande do Sul e a União em um novo campo de negociações em que se confrontam avaliações divergentes sobre o impacto do desastre na economia e nas contas do Estado.

Enquanto contabiliza os estragos das enchentes na atividade econômica e na arrecadação, o governo gaúcho quer ajuda da União para garantir a execução das despesas do dia a dia previstas no orçamento de 2024. Também tenta reorganizar o pagamento de dívidas e renegociar o Regime de Recuperação Fiscal.

O governo federal, por sua vez, quer separar o debate relativo à calamidade das questões estruturais. Busca dar socorro "na medida do necessário" e fala em cautela com a criação de precedentes.

Mesmo considerando uma queda de atividade em maio e junho, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, avalia que o resultado será "neutro" este ano, tanto para a economia gaúcha quanto para a nacional. Acredita que a economia gaúcha crescerá embalada por reconstrução "igual à de um pós-guerra" já no segundo semestre.

Representantes do governo estadual discordam. A secretária de Fazenda do Estado, Pricilla Maria Santana, estima perda de arrecadação de R$ 10 bilhões até o fim do ano, no que é considerado o pior cenário. O valor representa cerca de 20% da receita inicialmente esperada para este ano.

Na economia gaúcha, a estimativa preliminar, aponta ela, é que as chuvas trouxeram impacto de R$ 22 bilhões em fluxo de transações e de R$ 42 bilhões em estoque de capital. A secretária

DIVULGAÇÃO

Pricilla Santana, secretária de Fazenda do RS, diz que arrecadação pode perder R$ 10 bi

ressalta que os cálculos do setor privado chegam a apontar impacto de R$ 100 bilhões.

Para Santana, a reconstrução do Estado propiciará recuperação do PIB local. Porém, a retomada será diluída no tempo, com mais intensidade somente no ano que vem.

O socorro autorizado da União ao Rio Grande do Sul já chega a R$ 39 bilhões, valor que inclui R$ 15 bilhões em operações de crédito, consideradas as linhas disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Do total, R$ 24,6 bilhões são de despesas primárias. Do total de despesas primárias, R$ 20,3 bilhões são discricionárias e o restante, obrigatórias. Os dados foram extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) em 20 de junho.

Segundo Ceron, a orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é apoiar o governo do Rio Grande do Sul "em tudo o que for preciso, na medida do necessário". Uma das demandas do governo gaúcho e que ainda está sobre a mesa, para avaliação técnica, é o do seguro-receita.

Santana diz que a medida foi solicitada para que o Estado possa garantir neste ano a arrecadação equivalente à de 2023, com atualização pela inflação. Dados da Fazenda gaúcha mostram que já há perda de receitas. A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado prevista antes das enchentes para o período de 1º de maio a 18 de junho era de R$ 6,74 bilhões. A arrecadação efetiva somou R$ 5,16 bilhões, com queda de 23,4%. Ainda segundo dados da Fazenda, o volume de vendas das indústrias do Estado somou R$ 39,44 bilhões de 22 de maio a 18 de junho, com queda de 1,5%, em valores atualizados. De 1º de maio a 18 de junho a redução foi de 10,4%, sempre contra igual período de 2023.

Entre as medidas de socorro ao governo gaúcho, a União suspendeu por três anos o pagamento da dívida do Estado, com impacto total de R$ 23 bilhões, segundo cálculos do governo federal. A conta considera tanto o valor do serviço da dívida quanto o efeito da redução dos juros do período no estoque da dívida.

Essa medida, diz Santana, garante recursos adicionais aos investimentos, já que os valores suspensos para pagamento da dívida ficam carimbados para esse fim. Dada a redução de receitas que o Estado já sofre, diz ela, o desafio são os "recursos para o dia a dia", para que as decisões sobre a execução do orçamento do ano sejam viáveis. "A perda de arrecadação não está coberta", frisa.

Segundo Ceron, o pedido está em estudo. "Não é oportunismo ou nada disso. Só estamos avaliando se precisa, e como fazer isso de forma razoável", diz ele. "Primeiro estamos discutindo internamente o instrumento. Precisa ser muito bem pensado, porque vamos criar um precedente. Acontecendo um desastre em algum outro lugar, esse pode pedir o mesmo apoio."

O mesmo raciocínio sobre abertura de precedente vale também para as medidas para gerar impulso fiscal no Estado. Ele destaca, porém, que em outras situações será preciso aplicar o critério de proporcionalidade. Exemplifica com o voucher de R$ 5,1 mil pago às famílias desabrigadas para repor móveis e eletrodomésticos perdidos nas enchentes. "Será preciso trazer isonomia, mas acompanhada de proporcionalidade em relação aos danos sofridos."

No último dia 20, o governo federal lançou o apoio financeiro de R$ 1.412 nos meses de julho e agosto a 434 mil trabalhadores de empresas situadas em municípios em situação de calamidade. Paralelamente, o governo gaúcho mantém pleito para que a União aplique a flexibilização do contrato de trabalho por meio do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego (BEm), criado no período da pandemia de covid-19, para as empresas afetadas pelas inundações. A ideia, diz Santana, seria de redução de jornada do empregado, mas com manutenção de renda. A empresa pagaria 50% e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), os outros 50%. Uma medida como essa por seis meses, diz a secretária da Fazenda gaúcha, seria suficiente e custaria R$ 3 bilhões.

Segundo Ceron, esse pedido não deve prosperar. Para ele, as linhas de capital de giro do BNDES podem ajudar empresas impedidas de operar a manter folha de pagamentos, recomprar insumos e retomar a atividade a custo baixo. "É um apoio, não para cobrir a perda integral. Não é papel do Estado cobrir integralmente uma perda de um privado. O contrário também não acontece. Quando um privado ganha algo extraordinário, ele não doa. É preciso equilíbrio."

O pedido revisão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Rio Grande do Sul aderiu em 2021, diz Ceron, é algo que precisa ser discutido com calma. Não adianta, defende, "fazer discussão no calor da emoção". Segundo ele, não há informação suficiente para isso e é preciso evitar alterações estruturais que possam flexibilizar despesas correntes, como a de pessoal, observa. Ele diz acreditar que no fim do ano, "tanto em atividade econômica quanto receitas, o Rio Grande do Sul estará recuperado". O evento das chuvas terá sido "quase neutro".

Ceron estima que a recuperação acontecerá como resultado dos impulsos dados, ao todo de R$ 60 bilhões, diz ele, contabilizando também as medidas que viabilizam crédito, o que inclui aportes no Pronampe, Pronaf e as linhas do BNDES. O valor, diz, corresponde a mais de 10% do PIB gaúcho. "Na mesma proporção, é como se eu colocasse R$ 1 trilhão na economia brasileira. Qualquer PIB se recupera com um estímulo desse."

Em manifestação no último dia 17 nas redes sociais, Gabriel Souza, vice-governador do Rio Grande do Sul, diz que a visão de Ceron "não corresponde à realidade vivida pelos gaúchos". Segundo ele, muitas empresas não conseguem acessar as linhas de crédito oferecidas pelo governo federal devido à falta de garantias e o auxílio de um salário mínimo por dois meses por trabalhador é insuficiente para a garantia de empregos. "Sem a participação efetiva da União, não conseguiremos reerguer o Estado rapidamente. Muitos agentes do governo federal já têm a compreensão sobre a gravidade da situação do RS, mas é essencial que todos que são peça-chave neste processo também a tenham."

Emergência
Recursos federais autorizados para o RS

Órgão	Valor (R$ milhões)
Operações Oficiais de Crédito	17.202
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	5.195
Encargos Financeiros da União	4.950
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	2.746
Ministério das Cidades	2.344
Ministério da Agricultura e Pecuária	2.021
Ministério dos Transportes	1.186
Ministério da Defesa	1.123
Ministério da Saúde	932
Ministério do Trabalho e Emprego	498
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	314
Ministério da Fazenda	200
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	157
Ministério da Educação	95
Ministério da Justiça e Segurança Pública	73
Ministério das Comunicações	28
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	26
Defensoria Pública da União	14
Ministério de Portos e Aeroportos	6
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	1
Total	**39.111**

Impacto das chuvas na indústria gaúcha
Volume de vendas por setor* - R$ bilhões

Setor	22/05/24 a 18/06/24	Variação sobre igual período de 2023 (%)
Insumos agropecuários	1,97	-16,6
Metalmecânico	10,68	-9,6
Tabacos	1,11	-7,2
Agroindústria	8,12	-3
Têxteis e Vestuário	0,58	-0,8
Coureiro-calçadista	1,57	0,3
Plástico	1,23	0,7
Químico	0,97	2,9
Pneumáticos e Borracha	0,57	3
Alimentos	1,35	3,2
Combustíveis	3,54	4,3
Madeira, Cimento e Vidro	0,83	7,1
Bebidas	1,12	14,5
Móveis	1,1	21,3
Eletroeletrônico	1,05	21,5
Papel	0,66	32,2
Outras indústrias	3,0	10,1
Total	**39,44**	**-1,5**

Efeito na arrecadação do governo estadual
Receita de ICMS - R$ bilhões

	Previsão inicial	Realizado	Variação (%)
01/05 a 31/05/24	3,97	3,28	-17,3
01/06 a 18/06/24	2,77	1,88	-32,1

De 1º de maio a 18 de junho deste ano:

R$ 6,74 bilhões era a arrecadação de ICMS projetada antes das enchentes

R$ 5,16 bilhões foram efetivamente arrecadados

23,4% foi a queda no período

Fontes: Para os dados de recursos federais, Siop (em 27/06/2024). Para os dados estaduais, Secretaria de Fazenda do RS *Extração em 19/06/2024. Valores corrigidos pelo D-ICMS (26% IPCA, 74% IGP-DI). Obs.: Os dados apresentados refletem não somente os impactos das enchentes, mas também outros fatores econômicos e sazonais

Prefeituras cobram repasses para reconstrução

Pâmela Dias
Do Globo

Parlamentares mobilizaram a destinação de 3.100 emendas com foco na reestruturação do Rio Grande do Sul. A promessa era que esses recursos destinariam, ainda em maio, mais de R$ 1 bilhão aos municípios atingidos. A demora na liberação da verba, porém, atrasou o processo. Após o Congresso aprovar projetos que simplificaram o repasse de recursos entre entes da federação e priorizaram o orçamento do Estado ante outras emendas, o governo liberou R$ 782,8 milhões às cidades gaúchas.

A Secretaria de Relações Institucionais informou que R$ 760,9 milhões já foram pagos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) até 14 de junho. A verba beneficia diversas áreas; a saúde ficou com 82% do total. Políticos gaúchos cobram celeridade no processo.

No caso de emendas individuais, houve o remanejamento de R$ 52,9 milhões. O Ministério da Saúde recebeu R$ 37,9 milhões; o do Desenvolvimento e Assistência Social, R$ 2,8 milhões; e o do Desenvolvimento Regional, R$ 11,9 milhões. Para atender demandas de prefeituras, o ministério disse estar liberando crédito extraordinário para medidas emergenciais.

Integrantes da gestão Eduardo Leite (PSDB) e prefeitos pressionam Paulo Pimenta, titular do Ministério da Reconstrução, por resultados efetivos do governo federal. A cobrança por agilidade na liberação de recursos é especialmente acentuada na administração municipal.

Cidade que Lula chegou a visitar, Arroio do Meio, no vale do Taquari, ainda espera R$ 44 milhões para recuperar os danos das enchentes de setembro de 2023. Agora, o cenário de destruição é pior. O prefeito Danilo José Bruxel (PP) estima que o município de 21 mil habitantes terá que reconstruir mil casas em três bairros inteiros que precisarão ser realocados.

Sem citar valores, a prefeitura informou que do orçamento destinado à cidade, apenas o da Saúde foi pago. Já para as emendas de infraestrutura anunciadas, o sistema sequer ficou disponível para cadastro. "Temos 350 famílias em aluguel social, em torno de 200 famílias em espaços públicos e ginásios. Esperamos que agora, com o ministro Pimenta aqui, ele consiga agilizar as coisas" afirma Bruxel.

Aliado de Pimenta, o prefeito de Canoas, Jairo Jorge (PSD), também pede celeridade. Segundo ele, a cidade recebeu R$ 10 milhões do FPM e R$ 12 milhões para obras, dos R$ 200 milhões pedidos. Não houve repasse do governo gaúcho, diz. Os maiores gastos do município têm sido em ações emergenciais de assistência social, retirada de entulhos e a reconstrução de diques para conter a água de rios e lagos que se romperam. Os novos equipamentos devem custar R$ 150 milhões aos cofres públicos.

"Há um descompasso entre o pagamento das emendas, mas precisamos continuar com a compra de mais de 2 mil cestas básicas por dia e contratação de equipes de limpeza", diz o prefeito de Canoas, onde 70 mil casas foram afetadas. "Se não tiver reforço orçamentário dos governos estadual e federal, as prefeituras vão quebrar", afirma. Dos R$ 33,5 milhões de ICMS esperados para este ano, a cidade deve receber R$ 19 milhões, diz . "Essa queda nos prejudica na reestruturação dos serviços e espaços públicos de atendimento à população."

Em um mês de atuação, o Ministério da Reconstrução contabiliza investimento de R$ 85,7 bilhões para medidas de socorro e apoio a população, empresários, Estado e municípios. Segundo Pimenta, 20 planos de trabalho são aprovados por dia, e, a partir daí os valores são aprovados e empenhados na conta das prefeituras. "Em três meses, quero estar com todos os projetos aprovados, que envolvem estradas, energia, conectividade, habitação e deixar o cronograma para reabertura do aeroporto encaminhado. Além de garantir o acesso ao auxílio reconstrução, pagamento de linhas de crédito às empresas e dois meses de salário mínimo aos trabalhadores", disse ele.

Braskem

INÊS 249

Foto Aérea do Lake Victoria

REFORÇAMOS O COMPROMISSO DE SEGUIR INVESTINDO NO BARRASHOPPINGSUL, PARKSHOPPING CANOAS E GOLDEN LAKE.

Aceleração das obras do Golden Lake: Antecipação das obras de infraestrutura do bairro, como o clube, spa, quadras e os demais equipamentos.

Continuidade das obras do Lake Victoria: Progresso constante para assegurar a qualidade e a garantia da entrega no prazo.

Lançamento do Lake Eyre: O segundo condomínio do bairro será lançado no segundo semestre deste ano, trazendo mais oportunidades e desenvolvimento para Porto Alegre.

Multiplan

Meio ambiente Estado é o mais afetado do Brasil por desastres naturais nos últimos 30 anos

Catástrofe coloca perdas do Rio Grande do Sul entre as 40 maiores do século

Emilio Sant'Anna
Para o Valor, de São Paulo

JÜRGEN MAYRHOFER/SECOM

Eduardo Leite (com microfone) instalou comitê científico de adaptação e resiliência climática no dia 26: com 43 membros, entre pesquisadores de diversas áreas, grupo vai analisar e propor políticas públicas

O Rio Grande do Sul é o Estado brasileiro mais afetado por catástrofes naturais nos últimos 30 anos, segundo o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Isso sem contar, ainda, o desastre climático de 2024. Análises apresentadas pelo governo gaúcho indicam que as inundações podem se configurar como uma das maiores catástrofes econômicas do século XXI em escala mundial, com prejuízos entre U$ 20 bilhões e U$ 30 bilhões. Contando a partir de 2000, o evento teve danos financeiros que estão entre os 40 maiores do período, segundo dados do Centro de Pesquisa sobre a Epidemiologia de Desastres (CRED, na sigla em inglês).

A recuperação pode seguir dois caminhos distintos, segundo o governo do Estado. No cenário otimista, estima-se impacto de R$ 55 bilhões no PIB estadual em 2024, com uma perda de R$ 13 bilhões no primeiro mês. O impacto total seria de aproximadamente R$ 115 bilhões, com a previsão de dois anos para o PIB retornar aos níveis pré-desastre. No cenário pessimista, o impacto no PIB em 2024 seria de R$ 80 bilhões, com uma perda de R$ 18 bilhões no primeiro mês. Nesse caso, o impacto total atingiria cerca de R$ 315 bilhões, e a recuperação do PIB aos níveis pré-desastre levaria cerca de três anos.

A variável dessas equações estaria na rapidez e na eficiência do plano para reerguer o Rio Grande do Sul. Uma resposta ágil e eficaz pode diminuir as perdas em um terço e gerar uma recuperação um ano mais rápida. O governo estadual diz que já investiu R$ 911,9 milhões em áreas como Saúde, Habitação, Educação e Transporte. Entre os gastos estão R$ 148 milhões para a Defesa Civil; R$ 45,1 milhões destinados a hospitais com infraestrutura atingida e hospitais de retaguarda; R$ 117,7 milhões para rodovias; R$ 66,7 milhões para casas provisórias; R$ 60 milhões para os programas de aluguel social e estadia solidária; e R$ 18,2 milhões para a compra extra de merenda escolar que foi perdida, além de R$ 8,3 milhões em mobiliário para as escolas.

Um dos pilares do Plano Rio Grande é o levantamento topográfico e da profundidade de lagos e rios do Rio Grande do Sul. A medida é complementada pela previsão de instalação de sistemas de monitoramento mais avançados, capazes de fornecer alertas de risco precisos mais rapidamente. Para garantir a continuidade dos serviços essenciais, há a previsão de instalação de um sistema de infraestrutura e serviços de backup, juntamente com seguros específicos para empreendimentos em áreas de risco, de acordo com o projeto. Para acelerar a recuperação de rodovias, pontes, escolas, hospitais e casas, o plano projeta a inclusão de parcerias público-privadas (PPP).

Nesta semana, oito novas ações para minimizar os impactos das enchentes foram anunciadas pelo governador Eduardo Leite (PSDB). Pelo menos seis iniciativas ainda dependem de aprovação na Assembleia Legislativa ou no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e podem, portanto, sofrer modificações.

60
meses para pagar débitos de ICMS e estimular economia

Entre as medidas estão alterações no Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação (ITCD), com a isenção de doações destinadas a ações de resposta, recuperação e reconstrução nas áreas afetadas pela enchente de maio de 2024, desde que o total não ultrapasse R$ 100 mil. A isenção não se aplica a artigos supérfluos, ações, imóveis, joias e direitos hereditários, nem a áreas não atingidas pela enchente ou fora do período de calamidade. No entanto, vale para doações por meio de "vaquinhas" e doações sucessivas entre os mesmos doadores e donatários até o limite previsto.

Outra medida é a ampliação do incentivo do Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (Fundopem/RS), programa de incentivo fiscal para empresas que investem no Estado. A proposta visa reduzir a base de cálculo do ICMS incremental para os estabelecimentos afetados, podendo chegar a zero, o que garante a continuidade do programa para os contribuintes impactados. A medida tem um impacto estimado de R$ 120 milhões.

Entre as ações estão também a concessão de crédito presumido de ICMS para compra de máquinas e equipamentos, com um impacto de R$ 100 milhões, e a isenção do mesmo tributo na aquisição de veículos por locadoras, com um impacto de R$ 6 milhões. Além disso, há a flexibilização do programa de parcelamento, permitindo o pagamento de débitos de ICMS em até 60 vezes sem entrada mínima e garantias, e a transação tributária, que oferece descontos e condições especiais para a extinção de litígios tributários, com um impacto previsto de R$ 300 milhões.

Essas iniciativas buscam proporcionar alívio financeiro e facilitar a recuperação econômica das áreas afetadas pelas enchentes. "Os projetos de reconstrução ocorrerão ao longo de um período que vai ultrapassar este governo e esta legislatura. É nosso papel criar condições institucionais para que o Estado persiga as metas. Acredito que esse é o espírito que preponderá no momento", disse Leite aos parlamentares gaúchos durante a apresentação das medidas na Assembleia Legislativa.

Na quarta-feira (26), o governador instalou um comitê com pesquisadores de várias áreas, que vão analisar e propor ações e políticas públicas voltadas ao enfrentamento da crise climática no Estado.

Também esta semana, os deputados estaduais aprovaram o repasse de R$ 40 milhões da Assembleia para o Tesouro do Estado para serem usados no âmbito do Movimento Rio Grande contra a Fome e outros R$ 20 milhões para compra de cestas básicas para famílias desabrigadas.

De acordo com o governador, as perdas de arrecadação do ICMS em função das chuvas reforçam a necessidade de apoio da União. Na última semana, uma comitiva liderada por Leite foi a Brasília em busca de auxílio financeiro. O tucano teve encontro com o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), para discutir uma ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS) que trata da extinção da dívida do Estado com a União.

Leite também se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. As principais demandas do momento em relação à pasta são a compensação ao Estado pelas perdas de arrecadação de ICMS após as enchentes e o ajuste no regramento fiscal para uso de recursos do fundo de reconstrução do Estado. O governo federal anunciou a antecipação de cerca de R$ 680 milhões em recursos para o Rio Grande do Sul. Esse montante se refere a compensações decorrentes das leis complementares que reduziram a arrecadação de ICMS nos Estados desde 2022.

A gestão Leite defende a criação de um mecanismo pelo qual a União avalie, bimestralmente, as perdas de arrecadação e faça compensações ao Estado, como ocorreu na pandemia.

Atendimento básico na saúde é o mais afetado

Sérgio Ruck Bueno
Para o Valor, de Porto Alegre

GUSTAVO MANSUR/PALÁCIO PIRATINI

Órgãos de saúde atingidos por enchente em Sinimbu; Estado liberou R$ 106 mi para municípios e pequenos hospitais

As enchentes no Rio Grande do Sul atingiram diretamente, em maior ou menor grau, 663 estabelecimentos que prestam serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 179 municípios e deixaram para trás um rastro de destruição, de prejuízos e de impactos no atendimento à população que ainda estão sendo calculados. Deste total, 440 fazem parte da rede Atenção Primária à Saúde, principal porta de entrada do SUS, segundo levantamento da Secretaria Estadual da Saúde.

Os serviços atingidos incluem desde farmácias, unidades básicas e de pronto atendimento até prontos-socorros e hospitais que perderam estoques de insumos e medicamentos, equipamentos, mobiliário e veículos. De acordo com a secretaria, já foram cadastrados mais de R$ 300 milhões em pedidos de recursos feitos por hospitais e municípios na plataforma InvestSUS, do Ministério da Saúde, apenas para obras de recuperação dos danos provocados nas estruturas prediais de hospitais e de unidades municipais de saúde.

Em Porto Alegre, 14 das 134 unidades de saúde permaneciam fechadas até o dia 18. A estimativa de prejuízo com danos estruturais e perda de medicamentos e insumos supera os R$ 100 milhões, informa a Secretaria Municipal da Saúde. Mais de 300 mil pessoas que perderam seus pontos de referência para atendimento estão sendo acolhidas em outros postos em operação, assim como em sete unidades móveis instaladas emergencialmente em diferentes regiões da cidade.

O impacto imediato no setor só não foi maior, diz a secretária estadual da Saúde, Arita Bergmann, porque o Rio Grande do Sul recebeu o reforço de dez hospitais de campanha da Força Nacional do Sul e das Forças Armadas, além do apoio do Serviço Social da Indústria (Sesi-RS), que até o dia 12 havia instalado 11 de 80 tendas previstas em um convênio com o Estado para atender a população. Conforme o Ministério da Saúde, do início de maio até o dia 16 de junho as quatro unidades de campanha e as equipes da Força Nacional já haviam feito 15 mil atendimentos.

De acordo com Bergmann, a recuperação do sistema poderá levar até dois anos, considerando eventual necessidade de reconstrução total ou de transferência de unidades básicas para áreas menos sujeitas a alagamentos. Até agora, o governo estadual já liberou R$ 106 milhões para municípios e pequenos hospitais, principalmente para gastos de custeio, aquisição de equipamentos e reformas. O governo federal informou a alocação de R$ 1,8 bilhão, a maior parte relativa a créditos extraordinários de custeio para o Ministério da Saúde e a emendas parlamentares.

Conforme a Federação das Santas Casas e hospitais sem fins lucrativos do Estado (Federação RS), 20% da rede formada por 245 instituições sofreu avarias diretas devido às enchentes, além de enfrentar dificuldades como falta de abastecimento de água e energia elétrica e problemas de acesso devido à queda de pontes e interrupção de rodovias. A presidente da entidade, Vanderli de Barros, explica que isso afetou o recebimento de medicamentos, oxigênio e outros insumos e tornou inviável a prestação de boa parte dos serviços, como cirurgias eletivas, que foram canceladas para abrir espaço para atendimentos de emergência.

O número exato de procedimentos que deixaram de ser realizados ainda não foi apurado, mas a federação já pediu um aporte extraordinário de R$ 816 milhões ao Ministério da Saúde, principalmente para custeio dos hospitais. Segundo a presidente, pelo menos metade da rede teve queda de até 25% nas receitas com convênios e pacientes privados em maio, ao mesmo tempo em que tiveram aumentos de custos dos insumos e gastos extras com contratação de geradores, caminhões-pipa e fretamento de ônibus para transporte de funcionários. As Santas Casas e instituições filantrópicas representam praticamente três quartos dos 333 hospitais do Rio Grande do Sul. Em 2023, foram responsáveis por 584,4 mil das 804,2 mil internações pelo SUS no Estado.

Conjuntura "Plano Marshall" para recuperar Estado passa de R$ 100 bilhões, mas estimativa é imprecisa

Esforço orçamentário deve durar dois anos

Rafael Vazquez
De São Paulo

Ainda no pior momento do desastre que atingiu 478 dos 497 municípios gaúchos, autoridades e economistas começaram a tentar estimar o quanto será necessário para reconstruir o Estado. O governador Eduardo Leite (PSDB) mencionou que precisaria elaborar uma espécie de Plano Marshall, iniciativa financiada pelos Estados Unidos para reconstruir a Europa Ocidental depois da II Guerra Mundial, e projetou que seriam necessários R$ 19 bilhões. A estimativa, no entanto, ficou bem abaixo do que será realmente necessário considerando o atendimento à emergência e tudo o que ainda está por vir.

A Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul projeta que o valor comprometido já tenha superado R$ 85 bilhões, mas levantamentos de consultorias apontam que o total ainda vai aumentar. "O cálculo é complexo. Precisa ver o que está sendo medido em cada número que é divulgado como estimativa", diz o sócio da consultoria BRCG e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), Livio Ribeiro. Na estimativa da BRCG, a soma de todas as medidas já anunciadas — incluindo as ações do governo federal e as linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — já chega a R$ 138,9 bilhões, com impacto primário de R$ 39 bilhões.

"É normal ir entendendo o tamanho de o que precisa ser feito no meio do processo. Quando olhamos para o [furacão] Katrina, nos EUA, ou outros desastres dentro do Brasil com magnitude inferior, notamos que sempre há uma sequência crescente de liberação de dados que vai atualizando o custo econômico", diz Ribeiro.

Um ponto que ainda deve somar bilhões à conta total da reconstrução gaúcha é o replanejamento das cidades afetadas sob o conceito de resiliência contra as mudanças climáticas. Matheus Ribeiro, economista da BRCG, lembra que um relatório feito com apoio de organizações multilaterais como o Banco Mundial, o BID e a Cepal para avaliar danos em infraestrutura [incluindo dano sobre o capital] deve ficar pronto só em julho. Então, realmente não dá para o governo dizer ainda qual vai ser o total dos gastos", pontua.

Outras entidades também buscam levantar dados. O Sebrae-RS contabiliza que 160 mil empresas, de todos os portes, foram diretamente impactadas e outros 600 mil negócios, indiretamente. "A maior parte são pequenos negócios e 80% tiveram prejuízos de até R$ 50 mil por destruição direta", diz o gerente de competitividade setorial do Sebrae-RS, Fábio Krieger. A maioria já voltou a operar total (40%) ou parcialmente (25%), mas pouco mais de um terço ainda não retomou as atividades, segundo o levantamento feito com 16 mil empreendedores gaúchos.

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Ary Vanazzi diz que há dificuldade em fazer o dinheiro chegar ao empresário

Em São Leopoldo, na região metropolitana de Porto Alegre e uma das cidades mais atingidas, o microempresário Rudimar Werner perdeu geladeiras e portas, mas já conseguiu retomar a operação dos almoços diários de seu restaurante e bufê de festas Espaço Werner. "Tenho pouco dinheiro, mas tenho crédito. O que tinha guardado pra outras coisas, vou usando pra repor o que precisa com mais rapidez", diz Werner, que espera receber ajuda de até R$ 15 mil do Sebrae-RS a fundo perdido.

A ajuda é do programa Sebraetec Supera, que pretende distribuir valores de R$ 3 mil, R$ 5 mil e R$ 15 mil a microempreendedores individuais (MEI), microempresas e pequenas empresas, respectivamente, que comprovarem danos. A estimativa é que o custo do auxílio chegue a R$ 30 milhões.

Mas o benefício não vai ser suficiente para cobrir todos os prejuízos. Sadi Bones Horbach, proprietário da Náutica Navegantes, microempresa que fabrica peças náuticas, estima que perdeu, no mínimo, R$ 150 mil em máquinas de solda, tornos, frisadoras e até no pequeno caminhão de entregas. Sem capital de giro, está operando parcialmente com máquinas emprestadas. "Tenho 40% da turma trabalhando e o resto está parado. Não tem ferramentas e maquinário para voltar totalmente. O faturamento agora está em só 20% do que era antes. Pelo menos não tinha dívidas", conta Horbach.

O empresário não recebeu nenhuma ajuda de programas públicos, mas diz que também não foi atrás. "Não tenho cadastro no Pronampe. Tem que ter conta no Banrisul, Banco do Brasil ou Caixa e a firma não tem conta nesses bancos", relata.

O prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi (PT-RS), reconhece que há dificuldade para fazer o dinheiro disponível chegar aos empresários e, após avançar na limpeza da cidade, planeja palestra para explicar o que é preciso fazer para receber os recursos. Tiramos toneladas de entulho [das ruas] e agora o foco vai para a reconstrução". Vanazzi afirma que já solicitou R$ 200 milhões em recursos federais para o município (quase 2% do PIB local) para reconstruir serviços e recuperar as áreas. "É um recurso de curto e médio prazo, para ser usado em um ano mais ou menos, e deixar a cidade minimamente com estava antes da tragédia", diz o prefeito.

Para Livio Ribeiro, da BRCG e do FGV Ibre, o direcionamento de recursos para a reconstrução do Rio Grande do Sul estará presente em, no mínimo, dois orçamentos federais. "Eu apostaria que vai estar pelo menos dois orçamentos, o de 2024, naturalmente, e o de 2025. É muito improvável que isso se encerre rápido", lembrando que na recuperação de New Orleans após a devastação do furacão Katrina houve linhas de crédito especiais por dez anos, sendo que três quartos delas foram usadas nos primeiros quatro anos.

Impacto profundo

Maior desastre no país exigirá ações contínuas e sem precedentes

Medida	Origem	Para pessoas físicas	Para empresas	Demais	Total - em bilhões
Recursos diferidos (antecipação de benefícios, postergação de tributos) e FGTS	Governo federal	Antecipação de benefícios, prioridade na restituição do IR, saque do FGTS	Suspensão do depósito do FGTS e do pagamento de dívida, diferimento de tributos		**17,500**
Recursos com impacto no primário anual	Governo federal	Tranferência de renda, Fundo de Arrendamento Residencial	Aporte no Fundo Garantidor de Operações/Pronampe, aporte para Pronaf, PEAC/FGI e outros	Formação de estoques públicos, sistema de saúde, infraestrutura, segurança pública, apoio a subnacionais e outros	**39,108**
Outros recursos: linhas de crédito, suspensões de pagamento e outros	Governo federal, BNDES, BID, Finep		Suspensão de pagamentos, aporte em Fundo Garantidor, Refin Agro Sul, Fundo Social, linha de crédito especial, auxílio do BID e outros	Suspensão de pagamento da dívida do RS por 36 meses, aval da União para operações de crédito dos municípios afetados	**82,380**
Total					**138,988**

Fontes: BRCG, medidas provisórias, governo federal, portal do FGTS e BNDES

INÊS 249

Desigualdade Atualmente, Rio Grande do Sul tem apenas 2,5% da população abaixo da linha de miséria, o segundo menor percentual do país

Pobreza irá crescer temporariamente, dizem especialistas

Cássia Almeida
Do Globo

A pior tragédia climática em mais de oito décadas vai fazer um dos Estados com os melhores indicadores sociais do país experimentar o aumento da pobreza, mas especialistas afirmam que a piora deve ser temporária e pode ser uma oportunidade para aumentar a inclusão social da população mais vulnerável. Marcelo Neri, diretor da FGV Social, diz que o desafio será atender os novos pobres que surgiram após as enchentes, pessoas que perderam a casa e vão precisar de transferência de renda.

"Em tragédias climáticas e de acidentes como em Brumadinho [MG], você tem a estrutura do cadastro único e dos programas sociais. Adianta pagamento, dá um pagamento a mais", diz. A questão, aponta Neri, é que, como a população no Rio Grande do Sul é pouco pobre, essa estrutura não está presente no Estado. "A velocidade da política social emergencial será fundamental. O uso do Bolsa Família nessas situações tem sido positivo, mas o problema é que tem de cadastrar os novos pobres do clima", afirma.

No Estado, 272 mil pessoas (2,5% da população) estavam na extrema pobreza, menos da metade da média do país e o segundo menor índice da federação. As chuvas de setembro, que causaram mais de 50 mortes, já haviam deixado sequelas sociais. "Nas chuvas de setembro de 2023, o Rio Grande do Sul caiu de quarto para sétimo lugar entre as unidades da federação com maior renda domiciliar do trabalho por pessoa. A boa notícia é que a economia gaúcha recuperou já no trimestre seguinte a quinta posição", diz Neri.

As previsões mostram um baque na economia gaúcha. A Tendências Consultoria estima que o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio de Grande do Sul cairá 2,8% com o impacto das chuvas. Antes, a projeção era de crescimento de 2,9%. Alessandra Ribeiro, sócia e economista da Tendências, lembra que o Estado ainda estava se recuperando das chuvas de setembro, por isso a expectativa de um crescimento bem acima do previsto para o Brasil, que a consultoria estima ser de 1,8% este ano. O esforço de reconstrução tem efeito no PIB. "Estudamos o processo de recuperação de outros eventos climáticos. Ele mostra que o consumo das famílias deve se recuperar mais rapidamente, com ajuda governamental e humanitária", afirma. Do ponto de vista da indústria, o processo é mais lento. "As empresas não têm a mesma ajuda que as famílias nesse momento."

> "O consumo deve se recuperar com ajuda humanitária e governamental"
> *Alessandra Ribeiro*

Mas o perfil etário pode ajudar os gaúchos na retomada, afirma Neri. Como o Estado tem a população mais idosa do país, uma parcela dos atingidos já recebe aposentadoria, pensão ou benefício de prestação continuada (BPC). " Ao mesmo tempo há o capital social das cooperativas, uma série de programas de microcrédito que serão importantes nesse momento", diz Neri.

O emprego, após as águas destruírem instalações das empresas, vai cair. Pelas contas da Tendências, as 78 cidades em calamidade pública respondem por 52,7% do PIB estadual. Por isso, pelas estimativas da consultoria, haverá uma queda de 2,2% no número de ocupados, enquanto no país vai crescer 2,4%. "Muitas empresas estão mantendo os vínculos empregatícios. A taxa de desemprego deve aumentar dos atuais 5,3% para 6,1%, ainda assim, abaixo da média nacional de 7,1% (este ano). O ponto de partida é muito melhor do que o resto do país", diz Ribeiro.

Laura Machado, professora do Insper e ex-secretária estadual de Assistência Social de São Paulo, diz que a reconstrução pode ter esse foco, de inclusão produtiva. É o próximo passo ao atendimento emergencial desses novos pobres. "Temos que garantir que não sejam novos pobres. Mas há uma oportunidade para resgatar quem não tinha sido resgatado antes das enchentes, com uma reconstrução inclusiva, com arranjo produtivo local, com a inserção no trabalho. Voltar para um lugar melhor", explica.

Maurício Paixão, professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), lembra que as áreas de maior vulnerabilidade social em Porto Alegre foram as mais afetadas pela tragédia. "Os bairros mais atingidos são aqueles onde o serviço de limpeza demorou mais a chegar ou há mais complexidade na limpeza."

Professor e coordenador do Grupo de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos da UFRGS, Guilherme Fernandes Marques afirma que está faltando ação integrada entre os governos municipal, estadual e federal no planejamento da reconstrução das cidades mais atingidas. Foram 418 municípios dos 497 do Estado afetados pela enchente, em emergência ou em estado de calamidade pública. "Há dois problemas: a falta de articulação entre os governos e a visão da bacia hidrográfica. A solução para a cheia não virá da soma de soluções individuais. Não é possível um município fazer uma obra que prejudica o outro", diz.

Ele estima que para recuperar toda a infraestrutura destruída — aeroporto, estradas, instalações elétricas e hidráulicas — vai demorar de dois a três anos. E a reconstrução será em outras bases. "Temos que aprender a conviver com a cheia, como o Nordeste busca conviver com a seca. Se não incorporarmos o risco no planejamento do uso do solo e recursos hídricos, vamos continuar a construir na beira do rio, a população mais pobre vai continuar ocupando essas áreas e correr mais risco".

Retrato social
Indicadores de renda no Rio Grande do Sul

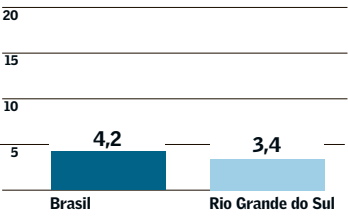
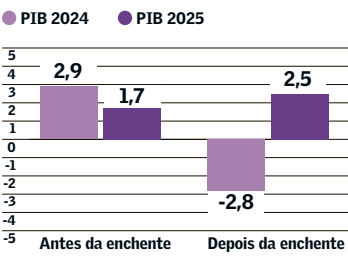
Indicadores econômicos (2021)

A economia do Rio Grande do Sul representa 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional

O PIB per capita é de R$ 50.694, 20% maior que a média do país

418
municípios afetados pela enchente (em situação de emergência ou em estado de calamidade pública) representam 92% do PIB estadual

78
municípios em calamidade pública respondem por 52,7% do PIB estadual

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua (rendimentos de todas as fontes), Síntese de Indicadores Sociais, do IBGE, e Tendências Consultoria.
*Rendimento domiciliar per capita de até US$ 2,15 por dia. ** Rendimento domiciliar per capita de até US$ 6,85 por dia

Cobrança de água, luz, telefonia e gás fica suspensa

Letícia Lopes
Do Globo

A tragédia no Rio Grande do Sul exigiu esforços de concessionárias de energia, saneamento, telefonia e gás. Com infraestruturas comprometidas por inundações e deslizamentos de terra, as empresas precisaram correr contra o tempo para efetuar os reparos e restabelecer o fornecimento dos serviços. Mas nos locais em que a retomada da vida já é possível, uma das preocupações dos consumidores é a chegada das faturas de cobrança dos serviços.

No caso das contas de luz, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) flexibilizou regras, incluindo as de cobrança, para permitir que distribuidoras concentrassem os esforços no restabelecimento do atendimento. Atuando em 381 dos 497 municípios gaúchos — incluindo Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Santa Maria e Canoas —, a Rio Grande Energia (RGE) precisou substituir 7 mil postes e mil transformadores, além de reconstruir 200 km de rede de distribuição de energia danificados. Cerca de 315 mil consumidores — 10% dos 3 milhões atendidos pela companhia — ficaram totalmente sem luz. No dia 21 de junho, 200 clientes isolados seguiam sem energia, principalmente nos vales do Taquari e do Rio Pardo.

"São locais onde ainda não conseguimos chegar. Não tem estrada. Depende do poder público, seja municipal, estadual ou federal, reconstruir os acessos para que possamos chegar e reenergizar" diz o diretor-presidente da RGE, Marco Antonio Villela de Abreu. Para atenuar os prejuízos, a empresa suspendeu as cobranças de maio para 200 mil clientes que ficaram sem energia, e quem ainda continua desabastecido não receberá a conta de luz. Multas e juros também foram cancelados.

A CEEE Equatorial, que fornece energia em áreas como a cidade de Porto Alegre e região metropolitana, também teve redes submersas ou arrastadas pela correnteza. Segundo a empresa, ainda não foi possível calcular todos os prejuízos, mas os reparos já estão sendo feitos. Em nota, a companhia afirmou que consumidores multados pelo atraso no pagamento das faturas de maio ficarão isentos até 31 de julho e que o período em que o fornecimento foi suspenso por segurança não será cobrado.

Apesar de os momentos mais críticos da tragédia terem passado, o tempo instável exige das concessionárias monitoramento constante da prestação dos serviços mesmo após o reparo das estruturas. Samanta Takimi, presidente da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), responsável pelo abastecimento de água e tratamento de esgoto em 317 municípios gaúchos, diz que consumidores que ficaram inundados terão seis meses de isenção na conta de água, se forem beneficiários de tarifa social, ou dois meses, no caso dos demais clientes. Já os desabastecidos ficarão isentos da tarifa básica em maio e junho, pagando só pelo consumo (calculado pela média dos últimos seis meses).

"É um momento de restabelecimento da vida e do acolhimento, com famílias recebendo outras pessoas, limpando suas casas, lavando roupas, o que leva a um consumo maior. Essa onda de solidariedade pode onerar uma parte da população, por isso a proposta auxilia em alguma forma as famílias a se reorganizarem financeiramente", diz Takimi.

Já o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) de Porto Alegre afirmou que o funcionamento do sistema de distribuição de água foi normalizado em 8 de junho. O órgão destacou, porém, que os moradores ainda enfrentam problemas pontuais por causa da baixa vazão de captação junto ao rio Guaíba, que devido às chuvas apresenta turbidez acima do normal, e também pelo consumo elevado em razão da limpeza dos locais castigados pela enchente.

Sobre as cobranças, o DMAE informou que usuários com benefício da tarifa social cadastrados no Bolsa Família têm isenção de tarifas de maio a outubro. Já os usuários de categorias não sociais e com moradia em áreas alagadas têm isenção por dois meses (maio e junho). Quem não teve a moradia ou o comércio alagado, mas passou por desabastecimento prolongado, será cobrado pelo consumo médio dos últimos seis meses. Se ele for maior que a média, cobra-se a média.

Distribuindo gás para mais de 90 mil unidades consumidoras, entre residências, comércios e indústrias, a Sulgás precisou reparar 42 pontos onde os dutos ficaram danificados em razão do impacto das chuva, principalmente em Porto Alegre e cidades da serra Gaúcha, como Gramado e Canela. Além disso, 450 estações de gás ficaram submersas, o que exigiu da empresa a atuação de especialistas e até mergulhadores para interromper as operações e prevenir riscos.

Diretor comercial da companhia, Silvio Del Boni explica que, para dar algum fôlego financeiro aos clientes, a empresa prorrogou em 90 dias os prazos das contas com vencimento em maio e junho. Além disso, foram suspensos avisos de corte. "Foi um momento atípico que exigiu muito além da nossa capacidade operacional. Outra ação que adotamos foi a concessão de um benefício de R$ 10 mil na fatura para todos os clubes e associações que receberam moradores e se tornaram abrigos" afirma.

Empresas de telefonia e internet também se mobilizam para restabelecer serviços. Através do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Conexis Brasil Digital), as operadoras Claro, TIM e Vivo afirmaram que flexibilizaram as ações de cobrança e bloqueio de serviços. "As associadas da Conexis Brasil Digital que atuam no Rio Grande do Sul seguem atentas à situação do Estado e trabalhando para que as áreas que ainda sofrem com os efeitos das chuvas, que atingiram a região, voltem à normalidade", informa a entidade, em nota.

Efeitos para o oceano precisam ainda ser estudados

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Para pesquisadores que estudam os impactos ambientais de catástrofes climáticas como a do Rio Grande do Sul no oceano, a referência internacional é o tsunami que ocorreu no Japão em 2011, em Fukushima: até hoje chegam resíduos na costa dos Estados Unidos. "Esses tipos de catástrofes são fontes de resíduos persistentes para o mar", diz Alexander Turra, professor titular do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

"No Japão, a água veio do mar e levou tudo. Aqui a água veio da bacia hidrográfica, mas vivemos a mesma coisa —casas, carros, tudo o que tinha nas cidades sendo levados para o mar", continua Turra, que está a frente da Cátedra Unesco para a Sustentabilidade do Oceano.

No mar, os resíduos chegam a uma área e são redistribuídos. No caso da tragédia do Rio Grande do Sul, contudo, há uma peculiaridade: a Lagoa dos Patos. "Como a Lagoa é rasa e não tem forte hidrodinâmica, esses resíduos terão dificuldade de sair dali para o Oceano", continua. Tudo tende a ficar concentrado ali, enquanto no mar, se dispersam. "Por outro lado essa situação é boa, porque abre a possibilidade de serem retirados da Lagoa, já que a tendência é ficarem acumulados nas bordas". Na frente oposta, os impactos, dos mais variados, tendem a ocorrer com mais força na Lagoa dos Patos.

Maior laguna da América do Sul, tem 265 quilômetros de comprimento, 60 de largura e 7 metros de profundidade. Paralela ao Atlântico, separada do oceano por uma península, é salobra, navegável, rica em biodiversidade e fonte de recursos pesqueiros.

"Agora recebe uma carga de resíduos dessa quantidade, agravada pelo volume de esgoto e da própria água doce, em excesso, que irá afetar um ambiente estuarino", segue Turra. "A magnitude do desastre no Rio Grande do Sul significa outro revés no mar, cuja dimensão ainda teremos que compreender".

Os cientistas propõem que se ampliem as políticas que tragam qualidade ambiental e resiliência. "É tentar aumentar a capacidade desses ambientes de terem que conviver com esses eventos extremos", segue Turra. "Isso pode ser uma boa estratégia para o futuro. Em outras palavras, aumentar as áreas protegidas na região".

A oceanóloga Grasiela Pinho, coordenadora do programa de pós-graduação em Oceanologia da Universidade Federal do Rio Grande (Furg) tem como área de pesquisa a poluição marinha, mais especificamente o lixo marinho, como plásticos. "Pudemos acompanhar por imagens de satélite, pela cor da água, o que acontecia na Lagoa. Com as grandes enchentes, muito solo foi transportado e a cor da água mudou completamente. Ficou avermelhada, característica clara de que havia muito material sedimentar suspenso", conta. Os pesquisadores da Furg acompanharam a evolução da enchente, pela cor da Lagoa dos Patos, nas imagens da Nasa. "Levou um mês para nos alcançar".

Como o evento iniciou no norte do Estado, a inundação demorou para chegar a Rio Grande, no litoral sul do Rio Grande do Sul. "Fomos atingidos, mas tivemos tempo de estar muito melhor preparados", diz. "A nossa grande diferença com outros lugares é que não perdemos nenhuma vida. Tivemos perdas materiais, mas foi tudo mais organizado porque sabíamos que o fenômeno ia chegar." Foi como ver a lama descer o Rio Doce, no desastre do rompimento da barragem em Mariana, e chegar ao mar, compara a professora.

"Pessoas que trabalham na movimentação dos navios no estuário viram passar fogões, geladeiras, pedaços de casas, porque a força da água era tanta que carregava tudo do norte do Estado para cá. Resíduos enormes foram levados para o mar", diz ela. "Quando saem do nosso estuário, podem ter diferentes caminhos. Vai depender do vento e da circulação. Vamos levar um tempo para entender os impactos disso tudo", continua.

Claro conecta ainda mais os gaúchos na reconstrução do Rio Grande do Sul

A força-tarefa da operadora deixa um legado de aprendizados e propõe uma nova união entre público e privado para a retomada da economia no estado

As enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio de 2024 afetaram mais de 2 milhões de pessoas. As águas invadiram casas deixando mais de meio milhão de desalojados, destruíram estradas e impossibilitaram o funcionamento de aeroportos. Além do acesso restrito aos locais atingidos, o fornecimento de energia às cidades foi impactado, com postes e fiações avariados, o que comprometeu o funcionamento das estações de transmissão, deixando a população sem comunicação.

Foi preciso um "esquema de guerra", com várias frentes, reunindo esforços do poder público e do setor privado, para ajudar as vítimas de um dos maiores desastres já vistos no país.

A operadora Claro, marca gaúcha presente em 15 países da América Latina, montou uma verdadeira força-tarefa. E, para reforçar o compromisso de estar ainda mais junto do povo gaúcho, acaba de lançar uma campanha com mensagens de esperança e incentivo à reconstrução das cidades, com a intenção de conectar ainda mais toda a população do Rio Grande do Sul.

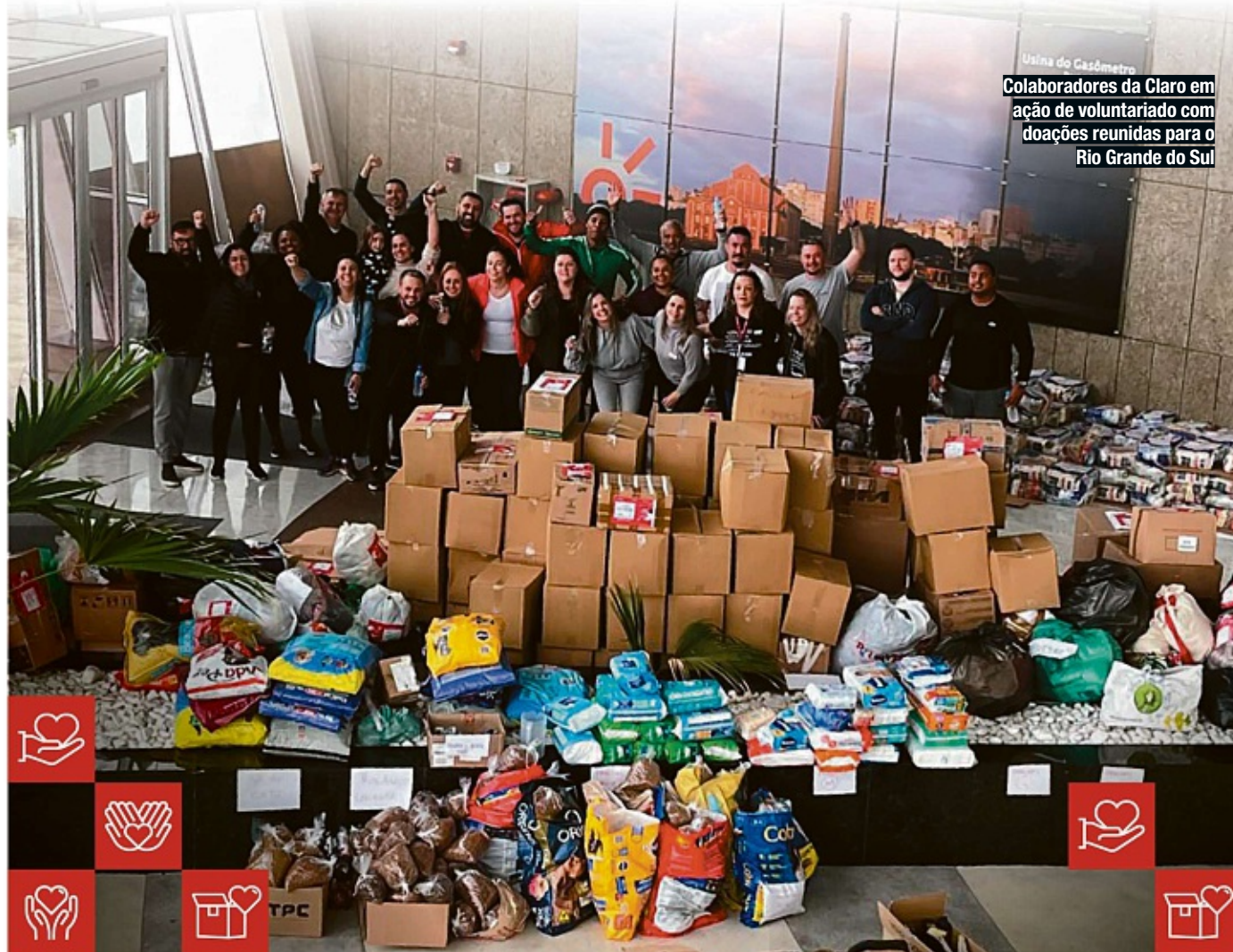
Usina do Gasômetro
Colaboradores da Claro em ação de voluntariado com doações reunidas para o Rio Grande do Sul

© DIVULGAÇÃO

JUNTOS PARA SALVAR VIDAS

Desde o início da tragédia, a operadora promove ações não só para restabelecer a rede de comunicação, mas também para apoiar a população, os serviços públicos essenciais e as empresas do Rio Grande do Sul.

A companhia criou um comitê de crise para discutir, planejar e organizar as medidas necessárias para atuar na catástrofe. O trabalho conjunto entre defesa civil, operadoras de telefonia e concessionárias de energia e de estradas foi imprescindível para o sucesso de cada missão, evitando, por exemplo, que um cabo recém-instalado fosse novamente partido devido à limpeza de uma via.

"Foi algo que transcendeu a questão mercadológica. Tivemos apoio mútuo e troca de informação para que as ações tivessem a maior efetividade possível. E inúmeras vezes pudemos contar com o apoio das outras operadoras para restabelecer os serviços de telefonia nos lugares aos quais nossas equipes não conseguiam ter acesso e vice-versa", conta Marcelo Repetto, diretor da Claro para a Região Sul.

> "Com a orientação do governo para não sair de casa, criamos uma campanha educativa para ensinar os clientes a fazer o autoatendimento pelo celular"
>
> **MARCELO REPETTO,** diretor da Claro para a Região Sul

Inclusive, foi fechado um acordo entre essas empresas para a liberação do roaming para a população das regiões atingidas, possibilitando que os clientes de qualquer operadora pudessem acessar a rede disponível. A Claro ainda liberou o acesso gratuito da população à rede pública de wi-fi.

A escuta ativa das necessidades dos clientes atingidos foi crucial para definir soluções de apoio, como a isenção de multas e juros; a não suspensão do serviço para inadimplentes durante o período crítico; a suspensão da chegada de faturas para clientes em áreas alagadas; a liberação de bônus pré-pago para que os usuários se mantivessem conectados e fizessem ligações para todo o estado; e a flexibilização de procedimentos restritos às lojas físicas, agora acessíveis pelo app da operadora. "Com a orientação do governo para não sair de casa, criamos uma campanha educativa para ensinar os clientes a fazer o autoatendimento pelo celular", conta Repetto.

AGILIDADE, RESILIÊNCIA E HUMANIZAÇÃO

Com o Centro de Logística do Gabinete de Crise do Governo do Rio Grande do Sul, a operadora organizou um call center dedicado (0800 205 5151) a coordenar doações de todo o país superiores a 1 tonelada.

Toda a infraestrutura e inteligência logística foram montadas em 24 horas, operando das 7h às 21h. "O governo tinha um desafio logístico de coordenar as grandes doações de forma que fossem direcionadas para locais adequados, com agilidade e organização. E conseguimos constituir um call center para essa finalidade em tempo recorde", afirma Repetto.

A Claro ainda liderou importantes iniciativas de voluntariado por meio do programa Conexão Voluntária, do Instituto Claro. A companhia adotou abrigos, fornecendo conectividade por wi-fi, além de ações com o apoio de empresas parceiras, para transmissão de filmes e atividades lúdicas.

Em paralelo, as equipes técnicas trabalharam de domingo a domingo na reconexão das condições de comunicação, para que os órgãos públicos de crise pudessem atuar, como a Defesa Civil, as prefeituras, o governo do estado e hospitais.

> "Além da instalação de novos cabeamentos que haviam se perdido nas águas, cerca de 30 geradores foram colocados para operar estações móveis que estavam sem energia"
>
> **MARCELO ILHA,** diretor de operações da Claro para o Rio Grande do Sul

"Além da instalação de novos cabeamentos que haviam se perdido nas águas, cerca de 30 geradores foram colocados para operar estações móveis que estavam sem energia e mais de 20 recepções via satélite, instaladas, permitindo que várias cidades voltassem a ter comunicação. Em oito dias, conseguimos zerar as localidades isoladas atendidas pela Claro", destaca Marcelo Ilha, diretor de operações da Claro para o Rio Grande do Sul.

A operadora ainda disponibilizou ao estado dados da plataforma Claro Geodata, que analisou os impactos na mobilidade causados pelas enchentes por meio dos sinais das antenas de celulares, permitindo à administração pública planejar o escoamento do tráfego e o redirecionamento de linhas de ônibus.

Marcelo Repetto, diretor da Claro para a Região Sul (*à esquerda*), com colaboradores da empresa em evento de ajuda ao Rio Grande do Sul

© DIVULGAÇÃO

APOIO AOS PEQUENOS E MÉDIOS NEGÓCIOS

Os esforços da Claro em ajudar na reconstrução das cidades gaúchas continuam. Para isso, a companhia criou uma frente de apoio para que pequenos e médios empreendedores possam retomar seus negócios.

A iniciativa, realizada em parceria com seus fornecedores tecnológicos, inclui a doação de 100 modens FWA 5G com acesso fixo sem fio e a assinatura do serviço de internet para pequenas empresas nas regiões onde outras operadoras ainda não restabeleceram a rede. "Estamos incentivando nossos parceiros a adotar pequenos negócios e subsidiar a assinatura para que eles não tenham esse custo agora", coloca Repetto.

Além disso, a Claro, por meio de seu hub de inovação beOn Claro, firmou uma colaboração com a Tecnopuc e o Instituto Caldeira para conectar empreendedores gaúchos a novos mercados e parceiros, oferecendo mentorias especializadas e assessoramento qualificado para promover inovação e crescimento econômico.

"Esse aprendizado fica como um legado para sabermos lidar com eventos futuros como esse. Trata-se de uma discussão estratégica de curto, médio e longo prazo que deve envolver toda a sociedade gaúcha — e a Claro está apoiando esse movimento. É assim, dia após dia, que vamos construir e reconstruir nosso estado e nossas vidas. O Rio Grande pode contar com a Claro hoje, amanhã e sempre. Afinal, a reconstrução irá nos conectar ainda mais", finaliza Repetto.

Resíduos Menos lixo, mais reciclagem, logística reversa e manual de gestão de crise estão nos planos

Limpeza em Porto Alegre pode custar R$ 100 mi

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O pós-tragédia do Rio Grande do Sul, quando os moradores dos 478 municípios afetados pelas chuvas extremas de maio conseguiram voltar para casa, foi marcado por mais uma cena comum de desalento: sofás e colchões, geladeiras, aparelhos de tevê e fogões, mesas, cadeiras e poltronas, tudo arruinado e exposto nas calçadas, esperando que o poder público desse destino aos destroços. Só em Porto Alegre, de 6 de maio até 26 de junho foram recolhidas 85 mil toneladas de móveis estragados, lama acumulada e lixo varrido pelos mais de mil garis que atuam para tirar os escombros do caminho.

A agenda do momento, a reconstrução, tem que lidar com as memórias do passado antes de vislumbrar soluções. No caso do lixo, isso se traduz em menos resíduos e mais reciclagem, responsabilidade do produtor e logística reversa, melhorias para cooperativas e catadores, novos materiais a partir dos dejetos, como evitar que tudo isso chegue ao oceano e até um manual que diga o que fazer nas crises provocadas pelo clima.

Só na fase pós-enchente, a capital do Estado projeta gastar R$ 100 milhões em limpeza urbana. "É uma operação de pós-guerra", diz Carlos Alberto Hundertmarker, o administrador de empresas que dirige o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), autarquia da prefeitura de Porto Alegre responsável pela coleta de lixo no dia a dia da cidade. Foram quatro dias de reuniões com a equipe de engenheiros para planejar por onde começar.

Na primeira semana de maio, as águas subiram tanto que interromperam a rodovia que dá acesso ao principal aterro da região, o de Minas do Leão. "É lá que todos os resíduos de Porto Alegre seguem diariamente. "Cinco dias com água na pista, deixei de transportar 10 mil toneladas de resíduos que ficaram em uma estação de transbordo, transbordando", conta.

DIVULGAÇÃO

"Nenhuma prefeitura está estruturada para essa quantidade"
Carlos Gomes

O acesso interrompido era em Eldorado do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre. A cidade teve 40 mil de seus 43 mil habitantes retirados de suas casas com a cheia do Guaíba. Foi devastada. As cenas gravadas durante a tragédia mostravam ruas que viraram rios, casas que se transformaram em telhados. Mais de 80% do município alagou. Eldorado do Sul esteve no topo das listas da Defesa Civil das cidades com maior número de desaparecidos.

Cada carreta que leva o lixo de Porto Alegre pesa 50 toneladas — 20 da carreta, 30 de dejetos. Ali é enviado o lixo normal, orgânico. Mas o que estava dentro das casas foi contaminado pela lama. "Tivemos que contratar um aterro específico para este tipo de resíduo inerte", diz Hundertmarker. Isso também significou muito maquinário — mais de 450 retroescavadeiras, caminhões de vários tamanhos e modelos e outras máquinas. "Imagine a guerra que está sendo para limpar todo o Rio Grande do Sul. Não existe maquinário para isso. Tivemos que contratar de forma emergencial máquinas de Santa Catarina, do Paraná, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, de São Paulo, até da Bahia."

ANDRÉ BORGES

Destroços de móveis e eletrodomésticos tomaram as ruas do Rio Grande do Sul depois que as águas baixaram

A cidade foi dividida em 20 áreas a serem limpas simultaneamente, conforme as águas baixassem. As equipes somam 3.000 pessoas entre garis, contadores, técnicos e engenheiros trabalhando para retirar o entulho das calçadas. O resíduo do dia a dia da cidade não pode ser misturado com o resíduo inerte e tem que ir para um aterro específico (que teve que ser contratado). A lama e o lodo são tratados e enterrados. Os móveis e objetos de madeira, triturados e reciclados. "Depois voltarão para a vida das pessoas", diz Hundertmarker.

"Nos deparamos com uma catástrofe dessa envergadura", continua. Há alguns dias, destacou um engenheiro "só para fazer um manual da força-tarefa de limpeza de Porto Alegre", diz. "O mundo está colapsado, o meio ambiente está colapsado", segue, acreditando que o manual será útil no futuro. "As pessoas têm que descartar de forma correta seus resíduos. Porto Alegre é referência para o Brasil em descarte correto de resíduos, mas temos que melhorar muito."

Carlos Gomes, secretário de Habitação e Regularização Fundiária do Estado, lembra que não há plano de gerenciamento de resíduos. "Nenhuma prefeitura está estruturada para essa quantidade." Faz uma conta rápida: "Canoas teve 80 mil imóveis afetados. São ao menos 80 mil móveis colocados na rua". Três vezes deputado federal pelo Rio Grande do Sul (Republicanos), Gomes é um ex-catador. "Essa é minha origem. Trabalhei na reciclagem na infância, na Bahia, e foi com esses recursos que conseguir comprar meus cadernos e tênis para ir à escola. Quem passa pelo setor de reciclagem fica com isso para o resto da vida", diz.

Gomes é o autor da Lei 14.260, de 2021, que estabelece incentivos à reciclagem. O governo federal lançará em breve o decreto de regulamentação. Ele explica: "Qualquer empresa ou pessoa pode deduzir do Imposto de Renda anual e ajudar a promover o setor".

Na sua visão, a lei seria fundamental para ajudar a estruturar as cooperativas no Rio Grande do Sul. "As cooperativas foram atingidas e ficaram debaixo d'água. Quem poderia fazer a triagem dos resíduos não está em condições de trabalho", lamenta. "Todo esse de volume de lixo significa prejuízo econômico, social e ambiental". O Brasil costuma gerar 80 milhões de toneladas de resíduos urbanos ao ano. Só 3% a 4% é reciclado.

"É um cenário muito difícil", diz Adalberto Maluf, secretário do Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Estima que existam 80 cooperativas de material reciclado em Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo e ao longo do vale do Taquari, muito ou totalmente danificadas. "Menos de um terço dos municípios têm coleta seletiva e isso dificulta que se avance na reciclagem", segue. "É prioridade a reconstrução dessas cooperativas."

Em 7 de junho, a ministra Marina Silva assinou o edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente, com recursos orçamentários para investir diretamente nas cooperativas — 30% dos projetos devem ir ao Rio Grande do Sul. O decreto de incentivo à reciclagem, espécie de lei Rouanet do setor, permitirá isenção fiscal de 1% de pessoa jurídica e 6% de pessoa física. No orçamento existem R$ 316 milhões em renúncias fiscais este ano. "Queremos aprovar os projetos do RS com muita celeridade", diz Maluf.

No Estado há empresas que moem madeira de reciclagem, misturam com plásticos triturados, fundem e produzem madeira resinada. "A ideia é usar recursos e converter parte destes entulhos naquela madeira resinada e construir casas", diz Maluf. É o material da cobertura externa do aeroporto de Brasília, conta. "Podemos construir casas para os catadores com este material. Dá para fazer casas de qualidade e permitir que vivam com segurança e dignidade", planeja Gomes.

Estrutura de saneamento deve ser substituída

Dauro Veras
Para o Valor, de Florianópolis

A Aegea, controladora da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) — privatizada há um ano —, adotou um plano de contingência para recuperar 67 sistemas severamente danificados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, mobilizando 5 mil colaboradores. As medidas incluíram maquinário pesado, perfuração de 30 poços e implantação de 12 km de novas adutoras. Como resultado, as estruturas impactadas que afetaram 906 mil imóveis voltaram a funcionar em pouco mais de dez dias. Cerca de 7 milhões de gaúchos de 317 municípios, pouco mais da metade da população do Estado, são beneficiários dos serviços da Corsan.

Segundo o vice-presidente de operações regionais da Aegea, Leandro Marin, os parâmetros históricos levados em conta pela engenharia precisarão ser revisados na hora da tomada de decisão sobre investimentos. Ele destaca a rápida resposta à calamidade. "Pudemos dotar a Corsan de capacidade de reação que ela não teria se fosse uma companhia pública, pela agilidade na tomada de decisões e pela disponibilidade financeira", diz. Marin ressalva que o status de companhia privada não é garantia de desempenho, e que a boa gestão também depende da coordenação de esforços com as prefeituras e o governo estadual.

"Na reconstrução das estruturas, vamos ter que pensar em substituir, onde for possível, grandes estações de tratamento nas margens dos rios por tecnologias de poços profundos", prossegue. As medidas incluem construção e ampliação de barragens, interligação de adutoras e estações de bombeamento. Para reduzir perdas que chegam a mais de 40%, a empresa adquiriu tecnologia israelense que usa satélites para mapear água clorada no subsolo.

Outra frente de inovação é o sistema Infra Inteligente, que busca reproduzir de forma digital a infraestrutura de abastecimento de água. Assim, é possivel fazer simulações e prever o comportamento da rede. O sistema começou a ser implantado em Canoas e será expandido para todos os municípios da concessão.

Um manifesto sobre o sistema de proteção contra inundações de Porto Alegre, divulgado em maio por 48 especialistas, faz diversas recomendações. O documento é assinado por engenheiros eletricistas, civis e agrônomos, arquitetos e urbanistas, geólogos, pesquisadores e ex-gestores do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE), entre outros. Eles afirmam que o sistema é robusto, eficiente, fácil de operar e manter, mas requer de manutenção permanente.

As propostas incluem ampliação e aperfeiçoamento das casas de bombas, com referência no plano de 2014 do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), extinto em 2017, e sugerem recriar o órgão ou uma estrutura de primeiro escalão que assuma suas funções. Outra proposta é retomar o Plano de Desenvolvimento da Drenagem Urbana, feito em 1998 com participação do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DIVULGAÇÃO

Ana Carvalho: contratos de concessões deverão incorporar riscos climáticos

"Temos de negar os negacionistas, ficar ao lado da ciência e da natureza", diz o especialista em planejamento ambiental Vicente José Rauber e ex-diretor do DEP. Ele enfatiza a relevância do tratamento adequado aos resíduos urbanos, de modo a desobstruir os mais de 20 arroios que cortam a capital gaúcha. Rauber defende a adoção de uma política integrada de meio ambiente e saneamento. "Precisamos de um plano estadual de proteção, elaborado a partir de bacias hidrográficas, porque a natureza não entende de municípios", afirma. "Na França isso é feito desde os anos 1960".

Um ponto importante é a discussão de mecanismos jurídicos para o reequilíbrio de contratos de concessão já celebrados, pondera Ana Cândida de Mello Carvalho, sócia do escritório BMA Advogados. "Uma tendência é reconhecer que a tese jurídica do reequilíbrio é legítima e deixar a sua quantificação para um segundo momento, à medida que os danos vão sendo mapeados e as despesas vão sendo quantificadas". Para os contratos futuros, ela avalia que vai ser preciso incorporar o mapeamento de riscos climáticos nos estudos de viabilidade das concessões.

Procurado, o DMAE não se manifestou até a conclusão desta reportagem.

Coleta de chuva suaviza crise

Paulo Muzzolon
De Maringá

Ao voltar de Guaporé (200 km de Porto Alegre), para onde tinha ido visitar os pais, em setembro de 2023, o biólogo e consultor ambiental Leandro Chisté Pinto, 50 anos, comentou com um vizinho: não vai levar outros 80 anos para que uma cheia daquelas proporções ocorra novamente. Ele acabara de passar pelo vale do Taquari, atingido pelas cheias daquele mês. Só não imaginava que levaria tão pouco tempo para que se repetissem — e agora, com mais intensidade.

Mas essa preocupação foi fundamental para ele conseguisse liderar uma espécie de "resistência" às chuvas no edifício onde vive, e do qual é síndico, no bairro Bom Fim, em Porto Alegre. A região não foi alagada, mas ficou sem água por cerca de dez dias após as enchentes atingirem a estação de bombeamento que abastece o bairro e o centro da capital gaúcha.

Logo que o Guaíba começou a invadir a cidade, o síndico providenciou uma caixa d'água extra para captação da chuva, que passou a ser usada pelos moradores nas descargas. Como essa água vinha do telhado, os moradores não faziam uso para banho ou lavar louça devido ao risco de contaminação. A caixa usual do condomínio, essa sim, foi abastecida com ajuda de uma lona plástica, embora com menor quantidade, o que garantiu alguns poucos, e rápidos, banhos. "A água em abundância para os vasos sanitários foi o que salvou. Mantivemos a dignidade dos moradores", diz.

Como a área do edifício de 15 apartamentos e cinco andares é pequena, foi necessário acessar a caixa extra por um dos apartamentos. A proprietária permitiu a entrada, e um dos vizinhos providenciou os baldes que foram distribuídos aos moradores. "Entrávamos no apartamento dela em dupla, pegávamos a água em baldes, levávamos para fora e outros moradores faziam a distribuição para os condôminos", explica Pinto. Ele destaca que, para evitar que alguém ficasse preso devido às constantes quedas de energia, apenas os baldes eram colocados no elevador; os moradores — contando desabrigados que se refugiaram na residência de familiares do edifício, eram cerca de 35 pessoas durante o período mais agudo da crise — utilizavam a escada.

A região ficou quase semanas sem água, mas a solução continuou a ser usada por mais um tempo porque, embora o serviço tenha sido retomado, demorou para o abastecimento chegar ao prédio devido ao alto volume demandado em toda a região.

O síndico relata que foi possível passar pelo período mais agudo sem brigas nem discussões entre os condôminos. Todos entenderam a necessidade de racionar o recurso. Ajudou, explica Pinto, o fato de serem informados diariamente da situação. "Eu tirava fotos da caixa e enviava aos moradores para mostrar a quantidade de água disponível. Com base na variação diária, dava para estimar quanto tempo mais de água teríamos", diz.

O consultor ambiental lembra que agora é preciso cuidar para o pós-enchente, e cita como exemplo o lixo, que, espalhado pela cidade, pode entupir galerias pluviais em caso de novas chuvas, com risco de provocar novas enchentes. "O pós não acabou."

Educação Governo decide repor conteúdo perdido no ano que vem devido à exaustão dos professores; escolas particulares já retomaram as atividades e universidades receberam recurso extra para limpeza

Colégios estaduais que continuam fechados deixam 3% dos alunos da rede sem aula

Bruno Alfano
Do Globo

No dia em que a Escola Municipal de Educação Básica Liberato Salzano Vieira da Cunha, no Sarandi, em Porto Alegre, completou 70 anos, a chuva começou a cair forte na cidade. Fundada em 3 de maio de 1950, a escola estava preparada para a festa, mas viveu um longo inverno que dura até hoje. Livros, brinquedos, piso, fiação elétrica, documentos e tudo o mais que estava no primeiro andar foi destruído por uma coluna d'água de 1,2 m de altura. "A gente está trabalhando junto com a Secretaria de Educação numa proposta de reforma enquanto estuda a possibilidade de atender esses alunos em outro espaço", diz Paulo Sérgio da Silva, de 57 anos, professor de história e vice-diretor do colégio.

A realidade da Liberato da Cunha ainda é comum no Rio Grande do Sul após as chuvas. Só em Porto Alegre há 41 escolas municipais que precisam de reformas. Duas delas, a João Goulart (ensino fundamental) e a Vila Elizabeth (infantil), também no Sarandi, ficaram debaixo d'água até o início de junho e foram as mais afetadas.

O secretário municipal de Educação da capital gaúcha, Maurício Gomes da Cunha, diz entregou nas mãos do ministro Camilo Santana (Educação) documento solicitando R$ 45 milhões para a recuperação física das escolas e aguarda as orientações e apoio do MEC e do governo federal. "A maior parte das reformas refere-se a troca de portas, janelas e pisos, pintura e desintoxicação", diz Cunha. O município avalia se alguma escola precisará mudar de lugar e a possibilidade de colégios temporários para agilizar a volta às aulas.

Todas as 99 escolas administradas pela Prefeitura de Porto Alegre sofreram algum dano. Na Tio Barnabé, de educação infantil, a água atingiu espaços de recreação e de aprendizagem, cozinha, biblioteca e área administrativa. A entrada ficou tomada por lixo e houve registros até de peixes mortos no pátio. Adriana Centeno, mãe de uma criança de três anos que frequenta a Tio Barnabé, conta que a filha sente falta da relação com professores e colegas. "A criança não tem só vínculo com a escola, mas também tem um vínculo afetivo com os amigos que são da escola", diz.

ANDRÉ BORGES/VALOR

Escola infantil interditada após enchentes em Muçum (RS); 43 colégios estaduais ainda estão fechados e precisarão de reformas para voltarem a funcionar

O governo do Estado prevê a criação de pelo menos oito escolas de campanha, em prédios pré-moldados de fácil instalação. Também estão sendo realizadas aulas em diferentes prédios cedidos pelas comunidades, como nos fundos de uma igreja em Roca Salles. Alguns locais têm mais dificuldades, como nas ilhas de Porto Alegre, que estão sem terreno seco o suficiente que permita construções, nem de escolas de campanha.

"Isso significa 7 mil alunos ainda sem data prevista de retorno, e até com dificuldade para encontrá-los. Muitas dessas famílias perderam as casas, os bens, tudo. Não é como na pandemia, que a gente sabia onde eles estavam", diz Raquel Teixeira, secretária estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

> "A maior parte das reformas refere-se a troca de portas e pisos, pintura e desintoxicação"
> *Maurício da Cunha*

Na rede particular, até meados de junho 30 escolas que foram afetadas pelas chuvas já estavam reabertas, de acordo com o Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinepe/RS). Na rede estadual, segundo Raquel Teixeira, há 43 escolas ainda fechadas, que vão precisar de reformas. Elas concentram 3% dos alunos da rede, o que representa mais de 15 mil crianças e adolescentes. Apesar da situação difícil, no auge da crise 1.090 colégios foram afetados, com quase 400 mil alunos impactados.

O governo gaúcho optou por não repor essas aulas aos fins de semana ou nas férias devido à exaustão dos profissionais. "Nas escolas que ficarem mais tempo fechadas, vamos desmembrar o calendário em 2025", afirma a secretária, que pede ajuda para duas campanhas de arrecadação: uma de livros para as bibliotecas — muitas perderam tudo —, e outra de materiais escolares para as crianças.

Algumas cidades menores chegaram a ter quase toda a rede atingida. Em Eldorado do Sul, 14 das 18 escolas foram danificadas; em uma delas, até o segundo andar ficou submerso. A limpeza é feita por equipes da prefeitura, homens da Marinha e até por professores. "Ainda não conseguimos acessar uma das escolas porque tem quase 1,5 metro de terra nas ruas e no pátio — diz João Gomes, secretário de Educação do município.

Enquanto isso, as famílias se preocupam. Moradora do bairro Fátima, em Canoas, Janaina Moura Pinto, de 30 anos, lembra que os filhos de 12, 14 e 16 anos já passaram quase dois anos sem aulas durante a pandemia e agora voltam a ficar mais de 45 dias longe das salas de aula. "Isso prejudicou muito o desenvolvimento deles. Especialmente da minha filha mais nova. Na pandemia, ela estava no segundo ano e não foi bem alfabetizada. Até hoje ela tem dificuldade. E também na parte social, ela tem dificuldade de fazer amigos", conta Janaína, que perdeu a maior parte dos móveis e está dormindo com os três filhos sobre um pallet que é usado de base para colchonetes.

No ensino superior, as universidades federais do Estado já receberam recurso extra para ajudar na limpeza dos prédios. No entanto, o pior ainda está por vir. Segundo Isabela Fernandes Andrade, reitora da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) e presidente do Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino Superior do RS (Foripes), a estimativa inicial, feita no auge da crise, indica que serão necessários R$ 95 milhões para a reforma de todos os espaços atingidos. "Alguns prédios ainda estavam alagados e, por isso, a quantia exata ainda pode crescer", diz ela.

Algumas instituições já reabriram para retomar as aulas, mas muitas aderiram às greves dos professores e dos técnicos. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) anunciou que só volta completamente em julho. Na Ufpel, que começou a retomar as atividades em meados de junho, a reitora afirma que os prédios foram danificados por três eventos climáticos em menos de um ano: dois vendavais (um em setembro de 2023 e outro no começo desse ano) e as enchentes históricas de maio. "Ainda há reparos a serem feitos do primeiro vendaval, e isso demanda recursos de investimento, o que está bastante limitado. Não só aqui, mas em todas as universidades", afirma a reitora. ***(Colaborou Bruno Teixeira, da CBN)***

Rotina após enchentes tem abrigos e realocação

Fernanda Canofre
De Porto Alegre

Thaís Rodrigues dos Santos, 23, sentiu a bolsa estourar na madrugada do dia 23 de maio, enquanto dormia na Escola Estadual de Ensino Fundamental Ana Neri, no bairro São Sebastião, em Porto Alegre. Vinte dias antes, ela, grávida de nove meses, o marido e os dois filhos, de 6 e 5 anos, deixavam a casa na Vila Dique, com a água subindo, carregando poucas roupas e documentos. Quando saiu do hospital, já com Ana Helena nos braços, Thaís voltou para a escola que serve de abrigo à famílias da zona norte, e onde ela mesma estudou. Mesmo com o recuo da água, problemas com limpeza, rachaduras na estrutura e ter perdido tudo o que tinha em casa, atrasam um retorno.

"As paredes estão mofadas, eu quero ficar aqui até o último dia possível por causa da nenê. Pelo menos até passar uma tinta em casa. Não consegui ainda o Auxílio Reconstrução, que está em análise, mas vou tentar usar o Bolsa Família para isso", planeja ela. "Se fechar aqui, não tenho para onde ir." Desde o dia 5 de junho, a escola tem funcionado em esquema híbrido, com alunos do turno integral do 1º ao 9º ano do ensino fundamental nos prédios de alvenaria, e cerca de 30 abrigados em uma das duas brizoletas de madeira — estruturas remanescentes das escolas criadas no governo de Leonel Brizola (1959-1963).

"[Maiores desafios] são não ter rotina, porque as pessoas estão aqui dia e noite, 24 horas, parece que meu dia 3 de maio ainda é hoje. E a retomada das aulas, com uma certa insatisfação da comunidade escolar, porque eles não sabiam quem eram os abrigados", diz a diretora da escola, Luciane da Silva Postiglione, que abriu o local já nos primeiros dias de enchente, com ajuda de voluntários.

Até a semana passada, quatro escolas estaduais ainda seguiam funcionando como abrigo, segundo a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Das 2.338 escolas, 1.095 foram impactadas de alguma forma na maior catástrofe climática já enfrentada no estado, atingindo quase 400 mil estudantes. Ainda segundo o governo gaúcho, 588 delas foram danificadas. Há escolas funcionando fora de suas sedes, em espaços improvisados em igrejas, salões, CTGs ou alugados em universidades.

"Hoje temos percentual de escolas que estão presencialmente, em regime híbrido, em revezamento, em remoto e sem previsão. Estamos longe ainda da normalidade. O que estamos fazendo como esforço é garantir acesso à educação, usando vários métodos. Instalamos antenas da Starlink em lugares que não tinham internet", explica a secretária da pasta, Raquel Teixeira. "A crise não acabou, ela é uma constante. Não teve uma enchente em maio, que em junho acabou. A gente continua lidando com situações novas todos os dias."

As novas chuvas no Estado acabaram atingindo pontos que tinham se salvado nas enchentes anteriores, como uma escola rural no interior de São Luiz Gonzaga. 'Por mais que a gente tenha um retorno de 97% das escolas, a gente tem 3% de situações bem difíceis", avalia a secretária.

Em 2022, o governador Eduardo Leite (PSDB) afirmou que a educação seria a prioridade de seu segundo mandato. Com 85% dos estudantes gaúchos em escolas públicas, 800 mil apenas na rede estadual, segundo Teixeira, o foco segue o mesmo, com os programas que estavam em andamento — a alfabetização de séries iniciais e a expansão do ensino integral para alunos do ensino médio.

Outro desafio, segundo Teixeira, tem sido a busca ativa por alunos que ainda não regressaram às aulas, já que muitos estão fora dos endereços cadastrados e perderam telefones de contato. A pasta tem feito cruzamento de dados com cadastros nos abrigos para tentar localizá-los. Há ainda um movimento migratório significativo, diz ela, citando como exemplo Osório, no litoral norte gaúcho, onde foram registradas 140 novas matrículas em apenas um dia.

PABLO REIS/SPGG

Militares do Exército ajudam a limpar escola municipal em Porto Alegre

As redes municipais também trabalham entre planos de retomada e a transição de abrigos. Em Porto Alegre, cinco escolas serviram como abrigo, segundo a secretaria municipal. A prefeitura diz que 14 escolas próprias e 27 da rede conveniada foram total ou parcialmente alagadas, 12 delas começaram processo de limpeza e 14 seguem sem aulas.

Em Muçum, no vale do Taquari, município atingindo três vezes em menos de um ano, ainda há alunos que não conseguiram voltar presencialmente, devido às condições das estradas, por onde o transporte não consegue passar, afirma a secretária municipal de Educação Juceli Baldasso. "Nosso maior desafio está sendo essa situação de catástrofes, de ameaças, de insegurança. Isso se reflete nas pessoas e nas escolas também", diz ela.

Guaíba, na região metropolitana, chegou a ter 12 escolas com abrigados, recebendo moradores locais e da vizinha Eldorado do Sul, que teve a maior parte do território inundado. As primeiras escolas retomaram atividades no dia 3 de junho. Segundo a coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Morgana Nitschke, um parecer do Conselho Nacional de Educação desobriga municípios com estado de calamidade reconhecido a cumprir 200 dias letivos, mas não a carga de 800 horas. "Elas podem ser compensadas em atividades extras. Vamos avaliar agora, no retorno, o que podemos usar de estratégias para compensar esse período sem aulas", explica.

Os dois municípios estão entre os sete que receberam doação da ONG Comunitas, que criou um fundo para a retomada da educação no RS. A organização não faz repasse de recursos, ela adquire produtos, de preferência de fornecedores locais, e os entrega em doação aos municípios. "Em um mês, a gente já conseguiu apoiar 15 escolas, com retorno de 5 mil alunos. A gente apoia com o que é necessário, mas tem que ter a garantia do retorno imediato das aulas", explica a presidente Regina Esteves. "Temos em torno de R$ 5 milhões em recursos, mas esse fundo deve dobrar nos próximos dias, porque está havendo uma mobilização das empresas optando por esse tipo de apoio."

O governo do Estado ainda trabalha no diagnóstico do impacto na educação e no montante necessário para reparação total. Enquanto isso, segundo a secretária Raquel Teixeira, se discute também o que ela chama de escola resiliente, um projeto que deve englobar parte de infra-estrutura escolar adaptada ao clima, a ser desenvolvida por engenheiros e arquitetos, suporte socio-emocional, para lidar com impacto de catástrofes, educação científica nos currículos, e sistemas de alertas e alarmes.

"Ensinar aos alunos o que é deslizamento, enchente, enxurrada, porque são fenômenos com os quais o RS vai ter que saber conviver. Educação gaúcha do futuro é voltada para um projeto de escola resiliente", diz ela.

Setor financeiro Para seguradoras, total a ser pago tende a se situar abaixo de 10% das perdas totais

Indenizações atingem R$ 4 bi e devem crescer

Sérgio Tauhata
De São Paulo

Chuvas torrenciais mantiveram grande parte do Rio Grande do Sul debaixo d'água por mais de um mês e transformaram milhares de pessoas em náufragos de sua própria terra. “As enchentes foram o evento único de maior impacto na história do setor de seguros brasileiro”, afirma o presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Dyogo Oliveira.

A parcial mais recente de pedidos de indenizações feitos pelos segurados do Estado até 18 de junho já alcança R$ 3,885 bilhões, de acordo com dados da CNseg. Os ramos de grandes riscos exibem o maior volume financeiro de indenizações. As solicitações somam R$ 1,322 bilhão para 599 requisições. O auto fica em segundo com R$ 1,277 bilhão e 19.067 registros, segundo a entidade.

Oliveira acredita que o montante vai subir nas próximas semanas. O dirigente, porém, avalia ser impossível estimar o tamanho total das perdas seguradas uma vez que os prejuízos, principalmente aqueles ligados às grandes empresas, os chamados grandes riscos, ainda dependem de uma avaliação mais detalhada de maquinário, estruturas atingidas, estoques, lucro cessante e outros fatores que só poderão ser conhecidos quando as águas baixarem completamente.

Apesar de não ser possível calcular com precisão esse prejuízo, o presidente da confederação ressalta que o montante a ser indenizado pelo setor tende a se situar abaixo de 10% das perdas totais. “No caso do Rio Grande do Sul menos de 10% da perda estava segurada e provavelmente vamos ter um número [final] abaixo de 10% com as estimativas atuais”, afirma.

O CEO da filial brasileira da corretora de resseguros global Guy Carpenter, Pedro Farme, também calcula um volume potencial de perdas seguradas na casa dos 10% dos prejuízos totais no Estado. “As primeiras estimativas sugerem que o nível de cobertura de seguros em relação aos danos econômicos vai ficar da ordem de 10%.”

As projeções do governo gaúcho indicam prejuízo de R$ 62 bilhões, dos quais R$ 22 bilhões seriam referentes a transações perdidas e outros R$ R$ 35 a R$ 40 bilhões de estoque de capital, ou seja, de estrutura produtiva. Já a Federação das Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul) enxerga um número muito maior: R$ 110 bilhões. Se as perdas seguradas se situarem em torno de 10% do total, o custo final que o setor teria de arcar pode alcançar entre R$ 6 bilhões e R$ 11 bilhões.

O valor está em linha com os de outros eventos no passado recente. Na pandemia, por exemplo, a indústria de seguros brasileira registrou um desembolso de cerca de R$ 7 bilhões. E na seca histórica ocorrida em parte do Centro-Oeste e na própria região Sul, a conta atingiu R$ 8,8 bilhões.

Em ambas as situações, o setor se mostrou resiliente e capitalizado para absorver o impacto financeiro. Os números da indústria reforçam a percepção. Em 2023, sem considerar o segmento de saúde suplementar, o mercado arrecadou R$ 387,9 bilhões. Apenas o ramo auto registrou receita de R$ 56 bilhões. No ano passado, as seguradoras devolveram na forma de indenizações, benefícios, resgates e sorteios R$ 225,2 bilhões, dos quais R$ 31 bilhões foram de pagamentos a donos de veículos.

“O setor resistiu super bem”, diz o presidente da CNseg. “As empresas brasileiras estão bem capitalizadas e têm uma capacidade financeira e operacional bastante fortes. As seguradoras contam com ativos próprios e com o apoio do sistema de resseguros nacional e internacional [para repasse de parte dos riscos subscritos].”

Há ainda outro fator que pode ajudar a indústria a absorver melhor o choque. Na avaliação de Farme, da Guy Carpenter, uma das consequências da catástrofe climática será o crescimento do interesse por proteção. “Vamos ter um impacto suavizado porque o retorno dos prejuízos pagos será encurtado pelo aumento de contratações [de seguros no país]. A gente espera que essa elevação da demanda reduza o retorno esperado dos prejuízos.”

Dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do RS mostram a baixa penetração do seguro no setor produtivo e, consequentemente, o potencial de crescimento da demanda. O levantamento preliminar do órgão indica que 85% das empresas atingidas pelas enchentes não tinham seguro. Sobre a capacidade de o setor absorver um aumento de procura, Farme vê tanto o mercado segurador quanto o de resseguros com apetite. “O mercado global de resseguro está preparado para triplicar o tamanho [de exposição] no mercado de seguros brasileiro.”

MAURICIO TONETTO/SECOM

Pátio de empresa inundado na região de Porto Alegre; menos de 10% das perdas estavam seguradas, estima setor

Seguradoras pagam bilhões no RS
Valores e pedidos de indenizações já realizados*

Tipo de seguro	Quantidade de pedidos	Valor (em R$ bilhão)
Grandes riscos	599	1,322
Auto	19.067	1,277
Residencial + habitacional	22.673	0,525
Agrícola	2.215	0,182
Outros ramos	4.316	0,580
Total	**48.870**	**3,886**

Fonte Cnseg. *Até dia 18 de junho

> “Foi o evento com a maior quantidade de população afetada”
> *Eduardo Dal Ri*

Durante o evento catastrófico, as grandes seguradoras tiveram uma atuação que costuma passar despercebida, principalmente porque os grandes números do setor desviam a atenção do lado operacional. As companhias montaram estruturas em Porto Alegre, que, nos momentos mais críticos atenderam clientes e não clientes, com centenas de colaboradores.

“Chegamos a quase 200 prestadores, somados aos que já estavam lá, e agregamos mais de cem veículos entre guinchos, motos aquáticas, botes motorizados e unidades especiais”, diz o diretor executivo da Porto Serviço, do grupo Porto, Marcelo Sebastião. “Participei da operação lá em Porto Alegre e região metropolitana desde a primeira semana”, conta. “A Porto se colocou à disposição para auxiliar o governo do Estado e a defesa civil para atender qualquer um, não importa se fosse cliente ou não.”

Sebastião lembra que a ação nos primeiros dez dias se voltou a resgatar as pessoas ilhadas. “Depois desse período, a gente passou a se concentrar em levar água e alimentos prontos, porque muitas pessoas não quiseram sair e precisavam de comida já preparada para se alimentar.”

O relato do diretor da Porto indica a dimensão da catástrofe. “Nunca vivenciei algo tão impactante. Já passei por muitos eventos catastróficos, como na serra fluminense, no litoral de São Paulo, no Sul da Bahia e no Espírito Santo e não lembro de nada parecido em termos de alcance e duração.”

O CEO da HDI, Eduardo Dal Ri, que também esteve na região durante os momentos mais difíceis da crise, tem visão semelhante. “Foi o evento com a maior quantidade de população afetada”, afirma. “No mundo do seguro nacional não teve nada como esse. Talvez se somássemos as situações dos últimos 20 anos não chegaria nessa catástrofe do Rio Grande do Sul em termos de alcance e duração.”

O diretor de operações e sinistros da HDI, Marcio Probst, que coordenou os trabalhos no Sul, recorda que perceberam “logo no início que o evento teria um impacto muito maior do que estava sendo estimado e logo nos primeiros dias embarquei para Porto Alegre”. Para o executivo, “naquele momento a gente sabia que estava começando, mas não tinha ideia de como iria terminar”.

O grupo mobilizou dezenas de guinchos para a região e chegou a contratar caminhões cegonha para levar os veículos. Também utilizou uma unidade móvel especial, com geração autônoma de energia, barcos e até drones para monitorar as áreas afetadas, localizar pessoas e também no processo de pagamento das indenizações.

No período, por orientação da CNseg, as associadas estenderam os prazos de vigência das apólices. Muitas seguradoras também buscaram acelerar o processo de pagamento de indenizações. “Nós conseguimos em muitos casos fazer os pagamentos em horas ou em até dois dias”, conta Probst. Conforme o executivo, na verdade, muitos clientes usaram o dinheiro recebido da cobertura de veículos para resolver os problemas da família.

Dal Ri lembra do caso de um cliente que chegou ao quartel-general do grupo montado em Porto Alegre e tinha perdido tudo. “Essa pessoa estava no abrigo e nos disse ‘não tenho mais nada, perdi minha casa, meu carro e preciso proteger minha família. Quero entrar com pedido de indenização, mas não tenho nem mais documentos. Nós buscamos simplificar esse processo ao máximo, solicitamos apenas uma procuração e pagamos a indenização.”

De acordo com Probst, o grupo HDI já pagou cerca de R$ 230 milhões em indenizações referentes ao Rio Grande do Sul. No segmento auto, a maior parte dos pedidos de abertura de sinistros já foi realizada. “Tivemos 45 dias mais intensos de avisos, mas agora ficou mais residual”, diz.

A Porto também afirma já ver a maior parte das solicitações referentes ao seguro auto feitas. Segundo Sebastião, da Porto Serviços, “estamos voltando para patamares normais e 99% de quem tinha de reclamar já o fez”.

O vice-presidente da regional Sul da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros (Fenacor), Ricardo Pansera, conta que tanto corretores quanto seguradoras se esforçaram para agilizar ao máximo o pagamento das coberturas. “Os veículos ainda estavam debaixo d’água e, muitas vezes, o segurado já estava com o dinheiro na conta.”

“O trabalho humanitário de ajuda do mercado de seguros e a parte solidária das pessoas de todo o Brasil foi de emocionar. A resposta das seguradoras foi imediata. O mercado procurou amparar os clientes e corretores e prestou realmente um serviço social que nos deixa orgulhosos.”

Bancos postergam pagamentos e ajudam a reestruturar dívidas

Rejane Aguiar
Para o Valor, de São Paulo

O atendimento às vítimas da tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul mobilizou também as instituições financeiras, que em um primeiro momento ofereceram postergação de boletos e de parcelas de empréstimos, isenção temporária de juros, taxas e tarifas. Os bancos têm um papel igualmente relevante no processo de reconstrução, atuando, por exemplo, na reestruturação de dívidas de médio e longo prazo de pessoas físicas, empresas, pequenos empreendedores e produtores rurais.

Para darem conta da demanda repentina e de uma inesperada inadimplência, as instituições contam, desde o início da calamidade, com o apoio de medidas emergenciais do governo federal. Uma delas, voltada à garantia de liquidez, foi a liberação do cumprimento, por um ano, do recolhimento compulsório sobre depósitos de poupança para bancos que têm pelo menos 10% de sua carteira de crédito comprometida com tomadores (pessoas físicas ou empresas) nos municípios gaúchos em situação de calamidade pública.

Além disso, o governo reforçou o Pronampe, linha de crédito para pequenos negócios que ganhou uma modalidade específica para a situação gaúcha — inclusive estendendo a linha para as cooperativas, que são fortes no Estado. O BNDES tem atuado na oferta de garantias, assumindo parte do risco para dar mais conforto às instituições na liberação de crédito.

Nascida no Rio Grande do Sul há 120 anos, a cooperativa de crédito Sicredi está em 388 dos 397 municípios que declararam estado de calamidade no início das enchentes, com cerca de 2 milhões de associados — com especial relevância no atendimento de micros e pequenos empresários e produtores rurais.

Segundo o diretor executivo de crédito, negócios e produtos, Gustavo Freitas, o trabalho do Sicredi diante do desastre das chuvas foi dividido entre um momento inicial, de gestão da crise aguda, em que foram postergados pagamentos de parcelas de empréstimos, seguros e outros compromissos. Ele diz que na fase atual as cooperativas estão avaliando caso a caso as necessidades de renegociação de dívidas e de liberação de novos empréstimos para a reconstrução dos negócios. “Temos um pouco mais de R$ 5 bilhões já prorrogados em parcelas no Rio Grande do Sul de forma estruturada, com mais de 80 mil operações realizadas. Só no agro, temos a expectativa de crescer pelo menos mais R$ 2 bilhões em parcelas prorrogadas”, afirma.

R$ 1 bi
será direcionado pelo BB aos municípios gaúchos

A Stone, com penetração entre pequenas empresas, postergou o pagamento de empréstimos por três meses, reduziu taxas, parcelou e isentou mensalidades e direcionou auxílio financeiro para as franquias das regiões afetadas. “Como temos grande capilaridade, conseguimos nessa situação chegar a quem realmente precisa. Ajudar, nessas horas, é a coisa certa que as empresas têm que fazer”, diz a diretora de impacto, Carolina da Costa.

O Banco do Brasil, por meio do Pronampe, vai direcionar até R$ 1 bilhão em créditos aos municípios gaúchos em estado de calamidade. Adicionalmente, ofereceu 60 dias de suspensão de parcelas de empréstimos consignados sem cobrança de juros por atraso e contratação ou renovação com até seis meses de carência e destinou R$ 2 bilhões para o agronegócio. O Itaú isentou temporariamente as pessoas físicas de cobrança de tarifas e anuidades de cartões de crédito, passou a oferecer condições especiais de prazos e taxas para renegociação das dívidas de cartões e ofereceu a possibilidade de refinanciamento de imóveis. Para empresas, entre outras medidas, isentou de mensalidades e aluguéis as maquininhas de cartão.

O Bradesco prorrogou dívidas e renegociou contratos com carência de até 180 dias, para pessoas físicas e jurídicas, suspendeu por 30 dias as cobranças por mensagens e ligações para inadimplentes e a negativação dos clientes com até 15 dias de atraso. Para pessoas físicas, o Santander reduziu em até 20% os juros, ofereceu até 40 dias para o pagamento da primeira parcela e estendeu de dez para 24 vezes o parcelamento de faturas de cartões de crédito, com desconto na taxa. Para pequenas empresas, o pagamento de crédito para capital de giro tem carência de 59 dias e o banco deixou de fazer ações de cobrança e negativação em maio, além de dar prioridade no acionamento dos sinistros de seguros e no pagamento de indenizações.

Compre do RS

DIVULGAÇÃO

A rede de supermercados paranaense Super Muffato divulgou em suas lojas produtos de origem gaúcha para estimular os consumidores a comprarem itens de empresas do Rio Grande do Sul e, assim, contribuir para a recuperação econômica do Estado.

Além disso, a varejista também realizou ações para arrecadar alimentos que foram distribuídos para as vítimas das chuvas. Em Londrina, sede do grupo, foram arrecadadas mais de 100 toneladas. Em Cascavel, a arrecadação somou mais de 80 toneladas.

Infraestrutura Com sistemas destruídos pelas enchentes, companhias consideram necessário inovar para enfrentar eventos climáticos extremos

Concessionárias de água e luz buscam modernizar redes

Dauro Veras
Para o Valor, de Florianópolis

Depois do esforço de emergência para preservar vidas e reestabelecer serviços essenciais, as concessionárias de eletricidade e saneamento do Rio Grande do Sul focam agora na reconstrução de suas redes. Há consenso sobre a relevância de investir em inovação, pois as soluções convencionais de engenharia têm se mostrado insuficientes para enfrentar eventos climáticos extremos. Esse trabalho demandará melhor articulação público-privada e uma política consistente de prevenção.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mais de 420 mil gaúchos tiveram o fornecimento de energia impactado com a enchente. Oito distribuidoras de energia de outros Estados (Celesc, Copel, Cemig, Enel, CPFL Piratininga, CPFL Paulista, Light e Neoenergia) enviaram mais de 300 profissionais ao Rio Grande do Sul, além de veículos, geradores, subestações móveis e helicóptero, para reforçar a atuação de 14 mil empregados das concessionárias RGE e CEEE Equatorial. Light e Cemig, por exemplo, levaram equipes especializadas a Porto Alegre, onde a rede subterrânea ficou submersa por vários dias. A prioridade é retomar os serviços sem colocar em risco a segurança das pessoas.

"As empresas começaram a reconstruir parte do sistema, mas outra parte não poderá ser refeita no mesmo local, pois não existem mais as ruas nem as casas", afirma o presidente executivo da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Marcos Madureira. Ele ressalta a importância de investir em automação, discutir a arborização mais adequada das cidades e fazer prevenção integrada. O Rio Grande do Sul tem também pequenas distribuidoras que atendem algumas regiões, além de cooperativas de eletrificação rural.

A RGE, que atende 3,1 milhões de clientes em 381 municípios do Estado, pretende investir R$ 9,3 bilhões nos próximos cinco anos no aumento da robustez da rede, segundo o presidente Marco Antônio Villela de Abreu. Uma das medidas é a troca de postes de madeira por similares em concreto, que suportam 30% mais vento. Dos 2 milhões de postes da concessionária existentes em 2006, quando a empresa foi adquirida pelo grupo CPFL, 86% eram de madeira. Hoje são 12% do total e devem ser eliminados nos próximos dois anos, em um ritmo de 300 por dia.

A empresa tem investido na contratação de eletricistas, doação e plantio de árvores adequadas à convivência com a rede e em automação. Já estão em funcionamento 164 subestações telecomandadas e mais de 6 mil religadores — equipamentos que permitem isolar o defeito para o conserto remoto. Readequar a infraestrutura também é prioridade. "No lugar de algumas torres de transmissão, nós temos colocado postes de grande porte, que retêm menos entulho", conta o executivo. "Temos discutido com a Corsan [de água e saneamento], fazer alguns circuitos expressos aéreos diretamente para as estações de bombas".

> "Parte [do sistema] não poderá ser refeita no mesmo local, pois não existem mais as ruas nem as casas"
> *Marcos Madureira*

ANDRÉ BORGES

Funcionários de empresa de energia trabalham para restabelecer o fornecimento no município de Arroio do Meio

Desde julho de 2021, quando assumiu a concessão para fornecer eletricidade a 72 municípios gaúchos, a CEEE Equatorial investiu R$ 2 bilhões na melhoria do desempenho operacional, informa o superintendente comercial Sérgio Ricardo Oliveira. A empresa pretende continuar alocando recursos com esse objetivo. "Vamos priorizar um plano de resiliência e um plano de modernização com equipamentos automatizados, além de investir em nossa força de trabalho, que tem quase 6 mil colaboradores".

Ele lembra que não existe uma "bala de prata" para enfrentar eventos climáticos extremos e que um dos principais desafios a enfrentar é a precarização da rede. "Por exemplo, em nossa concessão existem 570 mil postes de madeira que, infelizmente, não vinham recebendo manutenção adequada, e em algumas áreas esses postes ficaram mais de 30 dias debaixo d'água, o que pode fragilizar suas bases". Nos últimos dois anos, a empresa trocou 30 mil deles por postes de concreto.

Um levantamento feito pela startup catarinense de ciência de dados LifesHub revela que, das 195 mil empresas com endereço em áreas atingidas pelas cheias, 64% são microempresas — bem mais vulneráveis a desastres climáticos. Quase 6 mil empresas com faturamento acima de R$ 4,8 milhões estão localizadas nas áreas alagadas. São principalmente comércios e indústrias de alimentos, vestuário, plástico e metal que atuam no mercado gaúcho há no mínimo dez anos. Pelo menos 610 delas são grandes consumidores de energia (acima de 1 gigawatt/hora).

Normalmente, as grandes indústrias estão conectadas à rede básica em pontos onde há redundância, por isso elas tiveram a energia recuperada mais rápido", esclarece o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa. "O Sistema Interligado Nacional ajudou muito". Pedrosa defende o aumento da resiliência do setor com soluções inteligentes e modernas: "Aproveitar o potencial local de energia renovável do Rio Grande do Sul faz muito mais sentido que favorecer modelos do passado, como a contratação de energia do carvão", afirma.

Aviação Adequação dos voos para o Rio Grande do Sul será reavaliada em agosto; Salgado Filho segue fechado e sem previsão de retorno

Oferta de passagens aéreas alcança dois terços do normal

Domingos Zaparolli
Para o Valor, de São Paulo

A oferta de passagens aéreas nacionais para o Rio Grande do Sul já alcança 66% da verificada antes das enchentes de maio paralisarem por tempo indeterminado o aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. Os voos que iam para a cidade foram redistribuídos principalmente para três destinos: a Base Aérea de Canoas, distante 15 km da capital gaúcha, e os aeroportos de Caxias do Sul (125 km) e Passo Fundo (305 km de Porto Alegre).

Segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), até abril eram ofertados 97 mil assentos semanais para o Estado, que é o oitavo destino aéreo do país; e 90 mil tinham como destino o Salgado Filho. O restante, para o interior gaúcho, não foi afetado. "O mesmo patamar de oferta será mantido em julho. De agosto em diante, vamos regular a oferta de acordo com a demanda", afirma Jurema Monteiro, presidente da Abear.

A expectativa é de uma retomada lenta. Um paralelo é o impacto que o furacão Katrina provocou na demanda para a Lousiana, nos Estados Unidos, em 2005. "O aeroporto de Nova Orleans levou um ano para recuperar o fluxo de passageiros", compara Monteiro.

O transporte de cargas aéreas no Estado — produtos farmacêuticos, eletrônicos e e-commerce, principalmente — é realizado apenas por meio dos bagageiros dos aviões de passageiros, a "barriga da aeronave", o que significa dizer que 66% da oferta também foi restabelecida. Essa demanda no Rio Grande do Sul, no entanto, é historicamente baixa. Em 2023, o Salgado Filho movimentou 38,8 mil toneladas de cargas, 13% do aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP).

Segundo Nelson Mussolini, presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), a paralisação do aeroporto levou a uma reestruturação logística das mercadorias embarcadas por avião para o transporte terrestre para que não faltassem remédios. "Não há registro de desabastecimento de insumos e medicamentos no Estado", afirma.

> "A estimativa é um custo de R$ 1 bilhão para recuperar o aeroporto e retomar as operações"
> *Andreea Pal*

Apenas na segunda quinzena de julho os administradores do Salgado Filho terão uma avaliação adequada dos investimentos necessários para a recuperação da infraestrutura e o prazo para a retomada das atividades. "A estimativa preliminar é um custo de R$ 1 bilhão para recuperar o aeroporto e a retomada das operações no final do ano", afirma Andreea Pal, CEO da concessionária Fraport Brasil.

O gasto total e o tempo necessário para as intervenções dependem principalmente das condições da pista e suas vias de acesso e do pátio de aeronaves, cujas verificações levam em média 45 dias. "A segurança da pista é fundamental para a retomada das atividades", afirma Pal. Além da pista, todo o térreo do terminal foi inundado, afetando estrutura do prédio, sistema de bagagens, datacenter, as subestações de energia e o sistema de ar-condicionado. O seguro contra enchentes do aeroporto cobre prejuízos de até R$ 130 milhões.

A Fraport Brasil, subsidiária da alemã Fraport AG, assumiu a concessão do Salgado Filho em janeiro de 2018, em um contrato de 25 anos com outorga de R$ 382 milhões e investimentos previstos de R$ 1,8 bilhão, já realizados. A companhia pediu à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) um reequilíbrio econômico-financeiro do contrato para fazer frente aos investimentos necessários à recuperação da infraestrutura. Os termos não foram divulgados, mas opções tradicionais envolvem redução do valor de outorga, alongamento de contrato e aumento de tarifas.

A consultoria jurídica do Ministério de Portos e Aeroportos já editou parecer pelo reconhecimento das enchentes como evento com caráter de "força maior", concedendo aval à análise de um reequilíbrio contratual. A Anac informou que já iniciou a análise, mas a sequência dos trabalhos depende da conclusão da avaliação dos prejuízos, da questão securitária envolvida e dos custos da reconstrução. O contrato de concessão em vigor não prevê tarifa compensatória.

"O Salgado Filho é um bem público. Sofreu danos e temos consciência que será necessário algum ajuste contratual", diz Tomé Franca, secretário nacional de Aviação Civil do ministério. "Buscamos construir alternativas para uma forma mais adequada de pagamento do reequilíbrio contratual apurado. Estamos considerando, inclusive, a abertura de crédito extraordinário para essa finalidade", afirma Franca.

As companhias aéreas também foram afetadas pela interdição do aeroporto. "Apenas uma companhia relata prejuízos de R$ 100 milhões nos primeiros 40 dias após a paralisação", diz Monteiro, da Abear. Os prejuízos foram gerados por cancelamento de voos, remanejamento de aviões mais adequados aos aeroportos do interior, de tripulações, e das equipes de terra e pela adequação das infraestruturas dos terminais.

Fonte: Fraport Brasil * Chegadas e partidas

Estrutura portuária vai demandar R$ 600 milhões

GUSTAVO MANSUR/ PALÁCIO PIRATINI

Porto da capital gaúcha; reparos devem consumir ao menos R$ 600 milhões

Inaldo Cristoni
Para o Valor, de São Paulo

A recuperação da estrutura portuária de Porto Alegre afetada pelas enchentes de maio deve consumir ao menos R$ 600 milhões em serviços de batimetria (que indica os pontos de assoreamento), dragagem, reparação das instalações e reposição de equipamentos de sinalização náutica. Os esforços, segundo a Portos RS, responsável pela gestão do cais público, são para dotar o porto da capital gaúcha de condições mínimas de funcionamento. As chuvas destruíram equipamentos como balanças de pesagem, o sistema elétrico (haverá a necessidade de construção de uma nova subestação), as instalações administrativas, mobiliário, computadores e servidores de rede, além do arquivo histórico.

Se houver necessidade de intervenções estruturais, o montante a ser aplicado será maior — laudos técnicos ainda estão sendo preparados para avaliar o real impacto provocado pelas águas. "Há danos estruturais aparentes no prédio onde funcionava a central de operações", afirma Cristiano Klinger, presidente da Portos RS, acrescentando que os técnicos estão avaliando se há condições de recuperar ou se será necessário demolir e construir outro edifício.

A estimativa é que os trabalhos de limpeza e coleta dos resíduos trazidos pela enchente sejam concluídos na segunda quinzena de julho. "Estamos discutindo a destinação correta dos diferentes tipos de resíduos", diz Kingler.

A Portos RS ainda faz diagnósticos sobre as condições do sistema hidroviário do Estado, que deve passar por dragagens para retomar a navegabilidade anterior. Imagens de satélite mostraram um volume muito grande de sedimentos arrastados pelas correntezas do rio Guaíba em direção à lagoa dos Patos. Devido à grande quantidade de detritos e carregada até o canal, curso natural do lago Guaíba para o mar, a Portos RS reduziu de 14,2 m para 11,9 m o calado em Rio Grande. Houve avarias também na sinalização náutica.

Dos três portos públicos, apenas o de Porto Alegre está inoperante, já que foi o mais afetado e ficou 30 dias submerso. Cerca de 70 mil toneladas de fertilizantes que estavam estocados em um armazém foram perdidas. As águas baixaram, mas ainda estão acima do nível normal. O porto previa retomar as atividades, em caráter contingencial, no dia 25, com o descarregamento de insumos para a produção de fertilizantes. Os trabalhos serão feitos com improvisos. Segundo Kingler, contêineres serão alugados para abrigar o pessoal da administração e para funcionar como banheiro. Além disso, será preciso instalar um novo gerador de energia elétrica.

> **2,3 m**
> **foi a redução no calado do Guaíba**

Instalações portuárias privadas também foram afetadas pelas águas. Em Charqueadas, a 60 quilômetros de Porto Alegre, a água danificou a estrutura de carregamento de carvão mineral do terminal privado da Copelmi. O fornecimento do insumo para a planta da Braskem no polo petroquímico do Estado está sendo feito por rodovia. O minério estocado em dois galpões teve que ser removido às pressas. O reparo começou no dia 3 de junho e o terminal, que movimenta em torno de 40 mil toneladas por mês, deve voltar a operar na primeira semana de julho. Luís Roberto Lutkemeier, diretor de controle da Copelmi, calcula em R$ 1,5 milhão os prejuízos financeiros.

Em Rio Grande, os dois terminais de contêiner (Tecon) da Wilson Sons estão funcionando normalmente; o de Santa Clara ficou temporariamente desativado, mas em pouco tempo retomou as operações. Já um dos terminais graneleiros da Cooperativa Central Gaúcha Ltda (CCGL), o Termasa, ficará inativo por um período de 12 a 18 meses, em consequência de um acidente ocorrido em 11 de maio: durante uma manobra, um navio foi jogado pela correnteza contra o píer. Não houve perdas de cargas, diz Carlos Vianna, presidente da CCGL mas a colisão abalou a sustentação do píer. "Vamos ter que reconstruir a estrutura de carregamento de navios", diz. Ele estima em R$ 150 milhões o desembolso para a execução das obras.

Por conta do acidente, a movimentação de carga foi transferida para outros terminais graneleiros da região. Segundo Vianna, o Termasa representa entre 20% e 25% da operação de granéis agrícolas no porto de Rio Grande, principalmente soja.

O porto público de Rio Grande, porém, não registrou pontos de alagamento em nenhum momento nem teve suas atividades paralisadas. O de Pelotas, cuja principal operação é o embarque de toras de madeira, voltou a funcionar normalmente após um período de 15 dias de restrição porque "a beira do cais ficou uma lâmina d'água", segundo Klinger. Apesar disso, a fábrica da CMPC, empresa de celulose localizada em Guaíba, às margens do lago homônimo, funcionou normalmente por causa dos estoques e porque foi abastecida por caminhão. Além disso, a navegação por barcaça para levar a celulose produzida até Rio Grande não parou com a cheia.

Notas solidárias

Cama e banho
A Renner doou 112 mil litros de água, 52 mil itens de higiene e limpeza, 31 toneladas de alimentos, 28 mil roupas de cama e banho e mais de 170 mil peças de roupas e calçados. Também ofereceu suporte psicológico e financeiro para os colaboradores com perdas.

Alimentos
Até agora já foram doadas 45 toneladas de alimentos pelo grupo Sodexo e os 3 mil colaboradores residentes no RS têm direito a duas sessões de terapia on-line gratuitas ao mês e acesso a grupos de apoio.

Preço congelado
Todas as lojas do Carrefour no RS estão com os preços congelados, inicialmente até 30 de junho. A medida é válida para todas as bandeiras da companhia no Estado: Carrefour, Atacadão, Sam's Club e Nacional.

Via aérea
Desde o início de maio, o programa Avião Solidário, da Latam, já enviou 147 toneladas de doações entre cestas básicas, água, fraldas descartáveis e cobertores e transportou 126 médicos, enfermeiros, veterinários e bombeiros voluntários.

Endereço provisório
Os Correios estão instalando armários inteligentes em farmácias e shoppings, para que moradores de áreas atingidas pelas enchentes tenham uma forma rápida e segura para receber encomendas.

Veja em: https://valor.globo.com/brasil/reconstroi-rio-grande-do-sul

Resgate aéreo

A Ambipar realizou mais de 50 missões aéreas nas áreas atingidas pelas enchentes e resgatou mais de 60 pessoas. A empresa desenvolveu iniciativas como transporte de equipes médicas, distribuição de cestas básicas, água e outros insumos. Os municípios de Guaíba (na região metropolitana de Porto Alegre), Lajeado e Eldorado do Sul (no vale do Taquari) foram os que mais demandaram esforços das equipes. Em solo, a Ambipar disponibilizou seis viaturas, 21 escavadeiras e 12 caminhões, além de manter cerca de 70 profissionais especializados em gerenciamento de crise, para apoiar as ações de resgate.

INÊS 249

Veículos Enquanto montadoras não foram atingidas, concessionárias fazem as contas do prejuízo

Setor espera demanda por usado mais barato

Marli Olmos
De São Paulo

Quando a água começou a entrar na casa, Volmir Garçal e a esposa afastaram o fogão e alguns móveis. Mas o nível subiu mais. Na tentativa de salvar o sofá, o casal o colocou sobre cadeiras. Mas não teve jeito. O filho, de 16 anos, foi o primeiro a se mudar para a casa da avó. É ali que a família continua alojada desde 3 de maio, um dia depois de o governo do Rio Grande do Sul ter decretado estado de calamidade pública pelas enchentes.

Antes de deixar a casa que adquiriu há um ano, em Cachoeirinha, Garçal ainda comprou 70 sacos de areia. Com eles criou uma barreira na entrada. Mas, dias depois, quando conseguiu voltar até a casa, de barco, veio a frustração. A água não apenas avançou sobre os sacos de areia como apodreceu os pés das cadeiras que sustentavam o sofá.

Garçal é um dos 124 funcionários da fábrica da General Motors em Gravataí que levantaram a mão quando os supervisores perguntaram: "Quem perdeu tudo na enchente?" Há poucos dias, cada um deles recebeu R$ 15 mil da empresa como ajuda.

"Entendemos que as ações têm que ir além da solidariedade; as empresas são parte do que as pessoas estão vivendo", afirma Fabio Rua, vice-presidente de relações governamentais e ESG da GM América do Sul.

Instalada em Gravataí há 24 anos, a fábrica da GM não foi afetada, segundo Rua. Mas paralisou as atividades durante alguns dias porque muitos funcionários não tinham como chegar. Foi o caso de Garçal, que, diz ele, por sorte havia deixado na casa da mãe um par de sapatos e uma camisa do uniforme que usa para trabalhar como auditor dos carros produzidos em Gravataí, a menos de 15 quilômetros da sua cidade.

A GM optou por entregar dinheiro para que cada um decida o que fazer. Garçal diz que usará os recursos para arrumar a casa e recuperar o que foi perdido.

E se vier outra enchente tão violenta? Muitos podem estranhar que uma vítima de inundação não se mude para um bairro mais alto, como o da casa da mãe de Garcal. Mas, lembra o metalúrgico, seu imóvel perdeu valor. "Quanto vou conseguir pela minha casa?"

Reconstruir o patrimônio é o desejo gaúcho, independentemente da classe social. Das 720 concessionárias de veículos do Rio Grande do Sul, 300 foram afetadas. O maior estrago foi no 4º distrito, zona norte de Porto Alegre, onde mais de quatro dezenas de lojas de carros, novos e usados, ficaram submersas. Uma minoria estava coberta por seguro.

"Ainda não conseguimos medir os estragos", diz Jefferson Furstenau, presidente da regional gaúcha da Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabrave).

Os empresários que lidam com carros no dia a dia recorreram ao aluguel de um barco para ter acesso às lojas. Furstenau conta sobre a quebra das grandes paredes envidraçadas que costumam ser usadas nas revendas de veículos. Os vidros se romperam pela força das ondas provocadas pelas embarcações das equipes de salvamento.

Materiais como esses se tornaram escassos, daí a dificuldade na reconstrução. As paredes de vidro deram lugar a tapumes e lonas provisórios. Ninguém sabe o que foi levado pelas águas ou por ações criminosas.

Primeiro concessionário Kia do Brasil, Furstenau perdeu os sete veículos que tinha em estoque. Todos já foram repostos pela montadora. Concessionários de outras marcas estão em negociação.

Segundo Furstenau, a venda de veículos no Estado caiu a um terço do que era. Ao todo, estima-se que as inundações provocaram a perda de 200 mil veículos no Rio Grande do Sul, entre a frota circulante e os que estavam nas lojas. Muitos consumidores também perderam carros que passavam por conserto em oficinas.

Entre os veículos atingidos pelas águas, uma parte poderá seguir para empresas especializadas em leilões para serem, no caso, leiloados com a chamada "marca de enchente".

Mas o ritmo de reconstrução do Estado traz algum alento para os concessionários. Furstenau estima que as vendas vão crescer nos próximos meses. "As seguradoras têm sido ágeis na liberação do dinheiro", afirma.

Mas a demanda, estima o empresário, será maior em carros usados. "Se a pessoa tinha um carro de R$ 150 mil, vai acabar comprando outro de R$ 100 mil ou menos e usar o dinheiro que sobrar para arrumar a casa ou comprar outros bens perdidos", afirma.

Fábricas de veículos de todo o Brasil sentiram o impacto da tragédia. Linhas da Volkswagen em São Paulo chegaram a parar por falta de componentes e a empresa recorreu à importação de peças. "Os fornecedores tiveram de parar ou porque a água entrou na fábrica ou porque os trabalhadores e suas famílias ficaram ilhados", afirma Ciro Possobom, presidente da Volkswagen do Brasil. O atraso no envio de componentes provocou paralisação também na fábrica da GM em Rosario, Argentina.

Segundo o do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes (Sindipeças), o Rio Grande do Sul representou 12% do faturamento do setor em 2023, que totalizou R$ 12,8 bilhões. O Estado também responde por 11% das exportações de peças e 8,1% dos empregos do setor. "Não conseguimos ainda calcular a dimensão do prejuízo", diz Claudio Sahad, presidente do Sindipeças.

A produção de veículos também ficou comprometida pelas dificuldades logísticas. "A rota que demorava oito horas passou a ser de dois dias", destaca Roberto Cortes, presidente da Volkswagen Caminhões e Ônibus.

Toda a indústria automobilística aderiu à mobilização por doações, envolvendo até funcionários de outros países. Várias montadoras cederam picapes e máquinas para ajudar nos trabalhos de resgate e reconstrução.

Mas nessas horas nem toda a ajuda tem que ser financeira. Alguns foram levar conforto. Assim que a água começou a baixar, Evandro Maggio, presidente da Toyota do Brasil decidiu encontrar-se com os gaúchos: "Eu tinha que abraçar o concessionário aflito e agradecer pessoalmente o fornecedor que se esforçou para não parar de produzir".

DIVULGAÇÃO/MASSEY FERGUSON

Agricultor observa área atingida por enchente no Rio Grande do Sul

Venda de maquinário deve cair 18%

Lauro Veiga Filho
Para o Valor, de Cuiabá

As enchentes afetaram mais a logística de distribuição de insumos, peças e acessórios do que a indústria de máquinas e equipamentos, sobretudo agrícolas. "Os fabricantes não foram afetados diretamente", diz Pedro Estevão, presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). "Houve problemas com fornecedores, mas não foi algo que tenha paralisado a produção". Mas os impactos serão sentidos, já que o Rio Grande do Sul responde por cerca de 10% das vendas internas do setor.

O Estado enfrentou dois anos de seca e, em seguida, enchentes de proporções históricas, o que derrubou produtividade e rentabilidade — e capitalização — do campo. A Abimaq revisou sua projeção inicial de queda de até 10% nas vendas para um recuo de 18% por causa dos efeitos das enchentes e do cenário incerto na região.

Dona das marcas Massey Ferguson, Valtra e Fendt, a AGCO não chegou a ter a operação afetada, segundo Rodrigo Junqueira, gerente geral da empresa e vice-presidente da Massey Ferguson América do Sul. A unidade de Canoas —uma das cinco no Rio Grande do Sul—, no entanto, ficou praticamente um mês fechada porque as águas alcançaram a subestação de energia próxima à empresa.

Nesse período, a AGCO focou no apoio aos afetados; mobilizou perto de 200 funcionários para a produção de mais de 3 mil refeições diárias na cozinha na fábrica. "Foi uma operação de guerra", comenta o executivo. Entre os empregados do grupo, 331 perderam suas casas. "Continuamos recebendo doações e enderençando por meio de voluntários que trabalham na limpeza e recuperação das áreas afetadas. Montamos ainda outra frente para ajudar nossos clientes a recuperar máquinas de forma que ele seja onerado o mínimo possível", assegura Junqueira.

Na John Deere, as águas atingiram o centro de treinamento e a área de armazenagem pós-venda da Ciber/Wirtgen (equipamentos para construção de estradas) em Porto Alegre, mas não chegaram à fábrica. As áreas de produção de tratores agrícolas em Montenegro e de pulverizadores em Canoas, fabricados pela PLA by John Deere, também foram preservadas, assim como a de colheitadeiras e plantadeiras em Horizontina. Segundo a empresa, 211 funcionários afetados e suas famílias receberam suporte financeiro e apoio psicológico. A John Deere antecipou o pagamento de impostos ao Estado, flexibilizou horas de trabalho de funcionários que atuaram como voluntários e destinou recursos para compra de roupas, kits de saúde e higiene e colchões.

Fabricante de tratores, caminhões, ônibus, utilitários e componentes em três unidades em Caxias do Sul, a Agrale não sofreu prejuízos diretos nem ocorrências graves envolvendo colaboradores. A companhia informou que apoia instituições que atendem pessoas atingidas pelas inundações.

Recuperação passa por recompor infraestrutura

Vladimir Goitia
Para o Valor, de São Paulo

Economistas e consultores avaliam que as obras emergenciais serão o principal motor para a recuperação da economia gaúcha, que, segundo projeções preliminares, deve apresentar crescimento zero este ano. Antes das enchentes, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) havia projetado expansão de 4,7% para o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado em 2024. "Os investimentos ligados à reconstrução serão um elemento importante para a atividade econômica das regiões afetadas. Inclusive, garantir a oferta de mão de obra, insumos e máquinas para realizar o esforço de reconstrução de forma tempestiva será um desafio importante, e, provavelmente, envolverá todo o país", avalia Silvana Machado, diretora-executiva do Bradesco.

A Alvarez&Marsal (A&M), que disponibilizou 30 consultores a serviço do governo do Estado e da Prefeitura de Porto Alegre para estruturar um modelo de gestão dos impactos econômicos e sociais provocados pela enchente, calcula que obras para recuperar a infraestrutura pública — rodovias, ferrovias, portos, pontes, viadutos, túneis, malha viária e sistemas água, energia, esgoto e águas pluviais —, além da recuperação de casas, hospitais, postos de saúde, escolas e delegacias, entre outros, exigirão investimentos públicos e privados de mais de R$ 100 bilhões.

A Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul) estima que serão necessários de R$ 110 bilhões a R$ 174 bilhões, com base parâmetros internacionais para o custo médio global de resposta a desastres naturais (1,6% do PIB), que no Estado equivaleria a R$ 174,4 bilhões.

Os mais de R$ 100 bilhões estimados pela A&M correspondem ao faturamento total de todas as empresas de engenharia e construção do país em 2022. "Daí o grande desafio de como executar tudo isso, visto que precisaremos de muita mão de obra, de insumos e de empresas especializadas para lidar com um volume tão significativo de obras em um espaço curto de tempo", aponta Filipe Bonaldo, sócio-diretor da A&M Infra.

Rodovias estaduais e federais exigirão entre R$ 3 bilhões e R$ 9 bilhões. Levantamento do governo gaúcho indica que mais de 4,5 mil km de vias (ruas, rodovias, estradas vicinais etc.) foram comprometidas. As quatro rodovias que a CCR opera no Estado, pela Via Sul, tiveram comprometimentos e deve investir R$ 250 milhões em recuperação e recomposição de taludes e de pontes. Também vai manter o investimento original de mais de R$ 1 bilhão previsto até 2025, segundo, o presidente Eduardo Camargo. O recurso está destinado para a duplicação de quase 270 km da BR 386, a mais afetada.

Ainda não há dados sobre os impactos na malha ferroviária, utilizada em grande parte para o escoamento de grãos. A Rumo, que detém uma concessão, ainda está avaliando os danos.

Segundo o governo gaúcho, as enchentes afetaram de forma direta cerca de 283 mil residências, (5,3% do total), impactando quase 600 mil pessoas. Eldorado do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre, foi o município mais afetado: o rio Jacuí atingiu 80,8% das residências da cidade, segundo o Mapa Único do Plano Rio Grande .

Diversos imóveis sofreram danos estruturais, como o de Jaqueline Aguiar, que teve de deixar a casa de madeira em que vivia de aluguel em 3 de maio. "Caiu uma parte do assoalho [da casa]. A gente não imaginou que ia chegar nessa proporção", afirma.

Empresas de construção avaliam que haverá uma mudança das centralidades nas cidades atingidas, fazendo com que indústria, comércio e serviços migrem para locais livres de futuros alagamentos. "As famílias também buscarão residências em lugares acima das cotas de inundação. Mesmo as cidades pequenas deverão sofrer um processo de verticalização", afirma Leandro Kunst, diretor-executivo e sócio da Construarte.

Embora não existam dados precisos sobre investimentos no segmento daqui para frente, o empresário afirma que a recuperação de casas é tão grande que já é possível observar um aumento na demanda de materiais de construção, com reflexo nos preços. "A demanda por imóveis residenciais, sejam casas ou apartamentos, será maior nos próximos anos. A dificuldade que temos pela frente, assim como é possível verificar no restante do Brasil, é a elevada taxa de juros e o alto endividamento das famílias".

Na loja de material de construção de Gessiel Serpa, em Eldorado do Sul, a demanda ainda é outra. "É bota, luva e capa de chuva", diz.

Levantamento da Fiergs aponta que 81% das 220 indústrias consultadas foram afetadas. Os prejuízos mais comuns incluem questões logísticas, problemas com pessoal e dificuldades com fornecedores, diz Giovani Baggio, economista-chefe da federação. A intensidade das perdas está mais relacionada a localização, tamanho e capacidade de proteção dos ativos, do que ao setor econômico. "Aproximadamente 44 mil estabelecimentos, o equivalente a 16% do total no Rio Grande do Sul, estavam em áreas inundadas", explica Baggio.

A executiva do Bradesco avalia que o mais importante é restabelecer a infraestrutura para o retorno das atividades a algum grau de normalidade. "Investimentos para tornar a infraestrutura pública e a estrutura produtiva privada mais resiliente a eventos climáticos podem favorecer o aumento da produtividade, na medida em que se tem a oportunidade de criar uma infraestrutura melhor daquela que existia anteriormente. Mas isso demorará mais tempo", diz. *(Colaborou Bruno Teixeira, da CBN)*

Infraestrutura danificada — Mais de 4.500 km de ruas e estradas foram afetados

283.078 Domicílios particulares	**5.188** Edificações em construção	**630** Estabelecimentos de saúde	**295** Domicílios coletivos	**R$ 76,44 milhões** devem ser aplicados em oito pontes definidas como obras prioritárias
3.211 Estabelecimentos agropecuários	**1.349** Estabelecimentos religiosos	**602** Estabelecimentos de ensino	**38.364** Outros estabelecimentos	

EXÉRCITO BRASILEIRO

Fonte: Governo do Estado

Negócios Setor vai precisar de R$ 200 milhões em crédito para máquinas, reparos e capital de giro

Calçadista espera retomar 95% da produção

Sérgio Ruck Bueno
Para o Valor, de Porto Alegre

Depois dos estragos provocados pelas enchentes, as indústrias calçadistas gaúchas vão precisar de cerca de R$ 200 milhões em financiamentos para comprar máquinas, reparar estruturas, recompor o capital de giro e recuperar os níveis de produção. A estimativa é da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), a partir de um levantamento em parceria com sindicatos patronais das regiões afetadas.

O presidente executivo da entidade, Haroldo Ferreira, diz que 48% das 3 mil empresas da cadeia coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul sofreram algum tipo de dano, incluindo fabricantes de calçados, de componentes e curtumes. Apesar de muitas terem perdido grandes volumes de matéria-prima ou produtos acabados, a estimativa é que 95% da capacidade produtiva do Estado fosse restabelecida até o fim de junho.

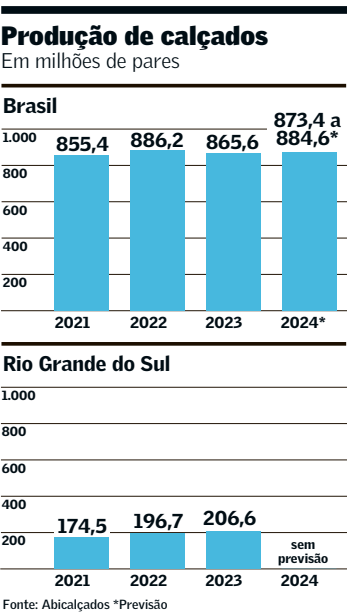
"Houve fábricas que ficaram com 1,5 metro de água dentro dos prédios", diz o executivo. As fábricas mais atingidas ficam em cidades como Igrejinha, Três Coroas, Rolante e Roca Sales, nos vales dos rios Paranhana e Taquari. A situação só não foi pior, de acordo com Ferreira, porque "a água veio, destruiu e foi embora" e em seguida as empresas puderam fazer a limpeza, consertar ou trocar equipamentos e comprar ou aproveitar matérias-primas que sobraram para retomar a produção.

No ano passado o Rio Grande do Sul foi responsável por cerca de 24% da produção brasileira de calçados, que somou 865,6 milhões de pares no período. Devido à possibilidade de recuperação relativamente rápida das operações nas empresas atingidas, a Abicalçados mantém projeção de crescimento entre 0,9% e 2,2% para 2024 em todo o país. O Estado é o maior empregador da indústria calçadista, com 30% dos 280,6 mil trabalhadores formais do segmento no país em 2023.

O setor espera não precisar fazer demissões por conta das enchentes, mas essas previsões dependem do custo do crédito, avalia a associação. Ferreira pede que os bancos públicos que repassarem os financiamentos anunciados pelo governo federal e pelo BNDES para a reconstrução do Estado com recursos do Fundo Social cobrem um spread "o mais próximo de zero possível".

> "A qualidade da mão de obra lá [em Roca Sales] é muito boa e não queremos perdê-la"
> *Roberto Argenta*

A nova linha de financiamento soma R$ 15 bilhões. Para a aquisição de máquinas, equipamentos e serviços e para investimentos em obras de construção civil, a taxa é de 1% ao ano mais spread, com prazos de cinco e dez anos para pagamento, respectivamente, e carência de um e dois anos, também nesta ordem. Para capital de giro emergencial, o juro é de 4% ao ano para as micro, pequenas e médias empresas e de 6% para as grandes, mais spread da instituição repassadora, com cinco anos para pagamento e um de carência.

Com 11 fábricas no Estado, 10 mil trabalhadores diretos e 15 mil terceirizados, a Calçados Beira Rio precisou paralisar a produção durante 15 dias de maio no município de Roca Sales, no vale do rio Taquari. A unidade produz em média 33 mil pares por dia útil, o equivalente a 6% a 7% do total da empresa, de 112 milhões de pares por ano — dos quais 85% são destinados ao mercado interno. O volume que deixou de ser fabricado, superior a 300 mil pares, deve ser recuperado nos próximos meses.

Produção de calçados
Em milhões de pares

Fonte: Abicalçados *Previsão

"Estou há 49 anos no ramo e nunca tinha visto uma enchente como esta", diz o presidente da empresa, Roberto Argenta. Segundo ele, os maiores estragos aconteceram nas máquinas, que na maioria dos casos puderam ser consertadas. Também foram perdidos produtos em processo de fabricação e matérias-primas, mas os estoques de calçados prontos foram salvos porque são armazenados no segundo andar do prédio. Até a conclusão desta reportagem, o valor dos prejuízos ainda não havia sido calculado.

Segundo Argenta, 20% dos 700 funcionários da planta de Roca Sales também foram atingidos e receberam ajuda da empresa como cestas básicas e, em alguns casos, móveis para suas casas e antecipação de férias e décimo-terceiro salário. Apesar dos estragos, o empresário não cogita transferir a fábrica para outra região. "A qualidade da mão de obra lá é muito boa e não queremos perdê-la", afirma ele, que propõe um trabalho conjunto entre municípios, empresas e governos estadual e federal para a dragagem do rio Taquari.

Na Calçados Piccadilly, com sede em Igrejinha, fábricas em Teutônia e Rolante e 2,5 mil empregados, a produção precisou ser suspensa durante três dias. Com isso, a empresa, que fabrica mais de 8 milhões de pares de calçados femininos por ano, deixou de produzir cerca de 120 mil pares no período e atrasou a entrega de outros 200 mil para o varejo, explica a CEO, Cristine Grings.

O impacto direto foi mais forte na sede corporativa, com "danos bem significativos" provocados pela enchente do rio Paranhana no depósito de matérias-primas e máquina, diz a empresária. A estrutura do prédio não foi abalada, mas o trabalho de limpeza e recuperação das instalações e dos materiais que ainda poderiam ser aproveitados foi pesado, explica ela. O valor do prejuízo ainda não havia sido apurado.

Grings diz que as duas unidades industriais não foram inundadas, mas as operações foram suspensas para que os funcionários pudessem focar na recuperação de suas próprias casas. Cerca de 20% deles perderam tudo ou quase tudo e receberam apoio da empresa, que incluiu desde antecipação de férias e décimo-terceiro salário até alimentos, roupas, cobertores e ajuda para limpar suas casas.

Já o atraso nas entregas de produtos prontos deveu-se aos danos provocados nas estradas da região e nas transportadoras. O maior problema, afirma Grings, foi que os calçados eram destinados às vendas para o Dia das Mães, o "segundo Natal" para o segmento, mas os lojistas aceitaram receber as mercadorias algumas semanas mais tarde.

Metade da indústria da moda no RS foi afetada

De Porto Alegre

As enchentes no Rio Grande do Sul tiveram forte impacto sobre a indústria da moda. Dos 22 mil fabricantes de roupas e acessórios do Estado, entre 11 mil e 13 mil foram diretamente atingidos e muitos deles, depois de estarem parados já há praticamente dois meses, só devem começar a normalizar a produção a partir de agosto, de acordo com estimativas do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado do Rio Grande do Sul (Sivergs).

Os prejuízos com danos em máquinas e instalações e com a queda de faturamento em relação aos R$ 3 bilhões de 2023 ainda estão sendo apurados, mas, conforme a Secretaria da Fazenda do Estado, somente em maio o volume de vendas — incluindo também a indústria têxtil gaúcha — caiu 17,2% (R$ 125 milhões) na comparação com o mesmo período do ano passado.

No varejo, a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul (FCDL-RS) calcula que 12,5 mil dos 75 mil estabelecimentos que vendem roupas, acessórios e calçados e empregam cerca de 370 mil pessoas no Estado foram impactados de alguma forma, com perdas parciais ou totais de estoques, mobiliário, equipamentos e áreas físicas. A entidade estima o prejuízo, preliminarmente, em torno de R$ 1,2 bilhão.

O presidente da federação, Vitor Augusto Koch, diz que apenas no quarto trimestre deste ano o segmento deverá retomar os níveis de vendas anteriores à enchente nas regiões atingidas. Ele espera "celeridade" na liberação de medidas de socorro governamentais e apoio dos fornecedores na concessão de prazos maiores de pagamento e renegociação de dívidas.

Em compensação, quem tem mais fôlego no varejo ajudou a indústria. A Lojas Renner, com sede em Porto Alegre, adiantou pagamentos a fornecedores de confecções e calçados atingidos, direcionou a eles novos pedidos para aumentar a demanda de curto prazo e recebeu antecipadamente produtos que já estavam prontos, explica o CEO, Fabio Faccio. A varejista, que tem uma rede de fornecimento espalhada por todo o país, também doou itens como cestas básicas e produtos de limpeza para cerca de 700 funcionários de mais de dez empresas parceiras no Estado e, em Porto Alegre, financiou o aluguel de barcos para resgatar costureiras da cooperativa Justa Trama, que produz roupas e acessórios com algodão agroecológico para marcas da companhia.

Na indústria de confecções, com cerca de 31 mil empregos diretos e contratação de 38 mil microempreendedores individuais, há relatos de demissões, mas os números precisos ainda são desconhecidos. Segundo o vice-presidente do Sivergs, Sílvio Colombo, as empresas mais atingidas estão descapitalizadas e a maioria não tem como oferecer as garantias exigidas, por exemplo, pelo Pronampe Emergencial Para Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul, que conta com subsídio de 40% em empréstimos de até R$ 150 mil.

Em Cachoeirinha, na região metropolitana de Porto Alegre, a Confecção Declari, de vestuário feminino, parou de produzir no dia 3 de maio, quando chegou a ficar debaixo de 1,5 m de água, e só voltou a operar exatamente um mês depois, quando concluiu a limpeza, substituiu mobiliário e consertou máquinas e equipamentos. Nesse período, o prejuízo somou cerca de R$ 500 mil e só não foi maior porque houve tempo de levar produtos prontos e a maior parte dos 500 rolos de tecido em estoque para o segundo andar.

Conforme a empresária Darlene Lopes Alves, sócia da confecção junto com o marido Mário César, a empresa produz de 30 mil a 40 mil peças por ano e no início da enchente 60% da coleção de inverno deste ano já havia sido entregue. Os produtos salvos e confeccionados depois da volta ao trabalho, no entanto, foram colocados a venda com desconto de 30% porque o prazo de envio para a estação já havia encerrado. Roupas remanescentes do inverno de 2023 foram oferecidas pela metade do preço. Mesmo assim, a empresa manteve os 20 funcionários e pretende retomar o nível normal de operação em agosto.

DIVULGAÇÃO

Daniel Garcia de Garcia: prejuízo de R$ 2 milhões e perda de faturamento

A estamparia A. Mascarello — localizada no bairro Floresta, em Porto Alegre, onde a inundação passou de 1,6 m —, tinha capacidade de imprimir até 3 mil m de tecido por mês. Agora, estima prejuízo de aproximadamente R$ 2 milhões entre instalações, matérias-primas e equipamentos. A operação deve ser retomada gradualmente, o que significa mais R$ 500 mil em perdas de faturamento desde o início de maio, calcula o empresário Daniel Garcia de Garcia, sócio da esposa Amanda Mascarello, que só a partir do ano que vem espera recuperar o mesmo nível de faturamento de 2023.

O vice-presidente do Sivergs, Sílvio Colombo, dono da Mareblu, de moda praia e fitness, amargou dois meses sem faturamento devido à inundação da empresa no bairro Navegantes, em Porto Alegre. Com 12 funcionários e mais de 30 microempreendedores contratados, a fabricante produzia em média 15 mil peças por ano e também espera retomar gradualmente as operações. Ao mesmo tempo em que ainda faz as contas dos prejuízos sofridos entre instalações e equipamentos, tenta convencer os clientes a receberem os produtos da próxima coleção com pelo menos 45 dias de atraso. *(SRB)*

Serviços e comércio perdem R$ 3,32 bi em receitas em um mês

Glauce Cavalcanti
Do Globo

Após pouco mais de 40 dias fechado, o Mercado Público de Porto Alegre, no Centro da capital gaúcha e um dos pontos turísticos locais mais movimentados, voltou a operar parcialmente. Antes de fechar as portas tomado pelas águas do Guaíba, movimentava cerca de R$ 550 mil em vendas por dia. É exemplo do buraco aberto pelas enchentes no setor de comércio e serviços. Somente em maio, a perda de receita dos comerciantes do Rio Grande do Sul alcançou R$ 3,32 bilhões, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A recuperação, afirmam especialistas, vai exigir esforços combinados das três esferas do governo e da iniciativa privada e pode se estender por no mínimo dois anos.

Fabio Bentes, economista da CNC, frisa que a perda vai muito além, porque é preciso considerar o dano material. E afirma que, dado o tamanho da tragédia e a dificuldade que o Estado já enfrentava em termos fiscais, a retomada vai exigir foco do setor público em prioridades, com investimento de longo prazo. "Primeiro é preciso cuidar para que isso não se repita, cuidar da vida das pessoas. Depois, proteger a estrutura logística, estradas e aeroportos, porque isso afeta toda a economia, comércio, agro, indústria e turismo", diz Bentes. "E tem que pensar na sobrevivência das empresas, para não ter queda de geração de receita perene em comércio e serviços".

Garantir a sobrevivência dos negócios — e com eles a manutenção de empregos e geração de renda à população, movimentando a economia — tem de passar por ampliação de prazos para pagamento de obrigações fiscais, outros alívios de origem tributária e crédito subsidiado, dizem especialistas. São medidas que vêm sendo adotadas pelo poder público. Mas não só isso, argumenta Paulo Solmuci, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). "Está faltando dinheiro para pagar salários, pedimos que tenha um mínimo em recursos de urgência para capital de giro, mas o governo está lento. Em maio, o faturamento [de bares e restaurantes] no Estado caiu mais de 17% [na comparação com mesmo mês de 2023]", argumenta ele, enfatizando ser necessário um benefício emergencial similar ao concedido na pandemia.

> **62,5%**
> **têm dificuldade para acessar crédito**

Ainda assim, Solmuci frisa que a retomada em bares e restaurantes não será uniforme, já que há desde estabelecimentos que fecharam, mas não tiveram perda física nem de pessoal, àqueles severamente impactados. Pesquisa da entidade divulgada nesta semana mostra que 62,5% dos respondentes têm dificuldade para acessar crédito para reconstruir os negócios. Para 64% dos empreendedores, o custo para retomar as atividades é estimado em até R$ 500 mil, enquanto 25% dos entrevistados ainda não conseguiram reabrir.

O socorro financeiro, continua Solmuci, tem peso relevante porque já havia um desafio anterior às enchentes. "É preciso conter também a evasão de mão de obra para outras cidades e Estados, porque isso pode atrasar ainda mais a recuperação", diz. Porém, 39% dos estabelecimentos do setor terão de demitir por não conseguir arcar com a mão de obra por conta dos estragos provocados pelas enchentes, segundo a pesquisa da Abrasel. Dentre eles, 46% devem dispensar entre três e cinco colaboradores. Os principais danos sofridos pelos estabelecimentos foram com insumos (33%), maquinário (21%) e imobiliário (17%).

O executivo aponta que há muitos pontos a serem trabalhados para avançar na recuperação de comércio, serviços e turismo, com destaque para a rede de transportes. Levantamento do governo gaúcho aponta que 81% das empresas no setor de turismo tiveram suas operações reduzidas ou paralisadas, principalmente devido a problemas relacionados às vias de acesso (71,4%). Quase 90% relataram ter feito cancelamentos de reservas. Em meados de junho, 76% das rodovias do Estado já haviam sido liberadas ao tráfego, segundo o governo do Rio Grande do Sul.

A paralisação do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, é vista como um entrave central à retomada de turismo e viagens no Rio Grande do Sul. Como paliativo, a Base Aérea de Canoas foi equipada para operar temporariamente como aeroporto comercial, com estrutura de terminal de passageiros montada em um espaço de um shopping. Há cinco voos diários disponíveis, capacidade que deve dobrar até julho, segundo o Ministério de Portos e Aeroportos.

Uma fatia das linhas que era operada a partir do Salgado Filho foi remanejada para aeroportos gaúchos e catarinenses. Mas a operação emergencial representa só 14% da capacidade semanal de voos que era operada no Salgado Filho, indica levantamento da ForwardKeys, especializada em inteligência de viagens. *(Com PEGN)*

Indústria Moradores trocam peças perdidas na enchente e dão sobrevida a setor que emprega mais de 35 mil pessoas em 2.400 empresas no RS

Encomendas aliviam indústria moveleira

Isabela do Carmo
PEGN, de São Paulo

Mais de um mês depois das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, empreendedores do setor moveleiro ainda calculam todos os prejuízos gerados pela catástrofe climática. Entre os principais desafios enfrentados no processo de reconstrução estão a perda total de matéria-prima e maquinários e queda brusca no faturamento. Por outro lado, já foi possível notar uma mudança na demanda, movida pela necessidade de moradores de substituir móveis afetados pela água.

O Estado é o segundo maior produtor e exportador de móveis do Brasil, concentrando 30% do total nacional, atrás apenas de Santa Catarina, de acordo com levantamento de 2023 da Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul (Movergs). O setor local é composto por aproximadamente 2.400 indústrias moveleiras, responsáveis pela geração de mais de 35 mil empregos.

Grande parte da produção mobiliária gaúcha está centralizada em Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Erechim, Restinga Seca, Santa Maria, Lagoa Vermelha, Cena, Gramado e Passo Fundo. "A região da cidade de Bento Gonçalves concentra grandes empresas e boa parte delas não foi atingida, o que é ótimo. Mas temos milhares de pequenos negócios espalhados pelo Estado", afirma Ana Cristina Schneider, assessora de mercado e estratégia da associação e professora na escola de negócios da PUC-RS.

Luiz Eduardo Lima, de 57 anos, proprietário da Ritter Móveis, fabricante de móveis de alto padrão, conta que o negócio teve de suspender a operação por mais de um mês. Isso porque a fábrica, localizada no município de Cachoeirinha, região metropolitana de Porto Alegre, perdeu quase todos os materiais utilizados na produção dos móveis sob medida. Foram 18 dias de alagamento e 476 chapas de madeira levadas pelas chuvas. Além disso, todas as máquinas da empresa ainda estão em conserto.

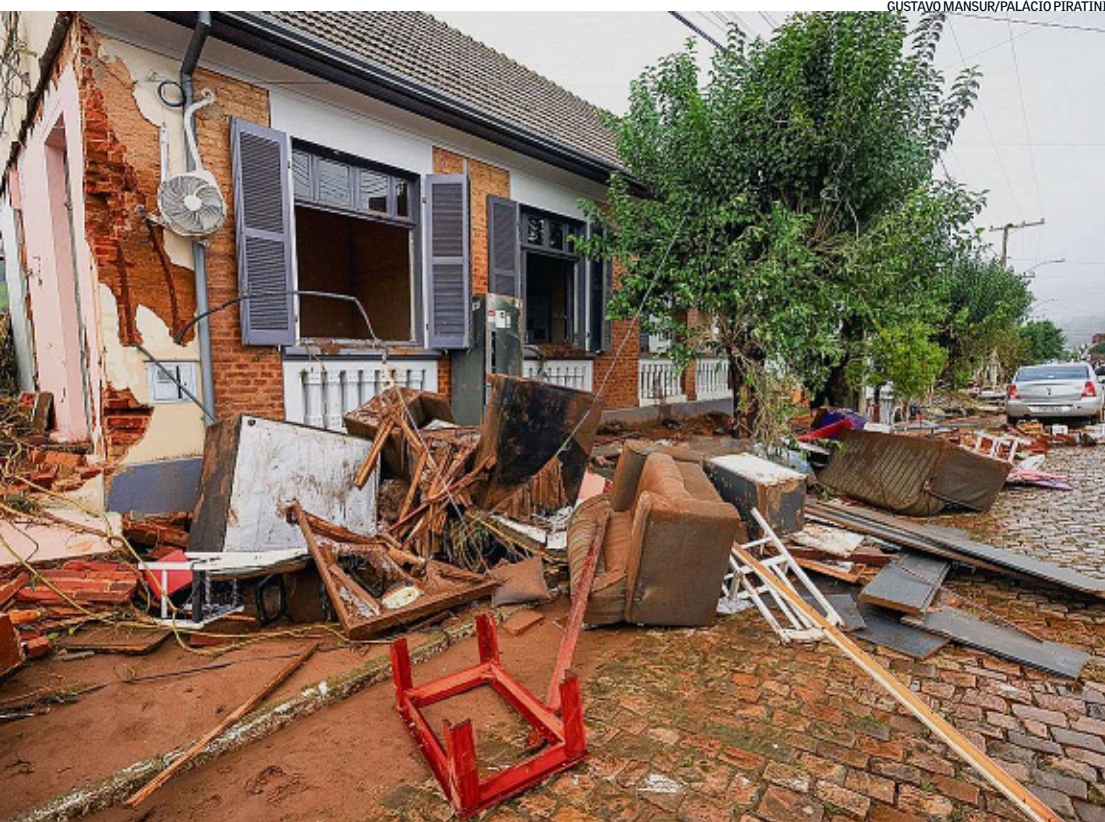
"A gente nunca teve problemas com água, porque ficamos em um ponto alto. Mas com o decorrer dos dias, 88 centímetros de água entraram na minha fábrica. Isso afetou toda minha matéria-prima, todos os maquinários, porque as minhas máquinas são estacionárias, feitas para cortar chapas de MDF. São instrumentos grandes que não podiam ser erguidos tão brevemente. Nunca pensei que aquilo fosse acontecer. O estrago foi muito grande", explica Lima.

> "Temos milhares de pequenos negócios espalhados pelo Estado"
> *Ana Schneider*

Ele estima prejuízo de aproximadamente R$ 500 mil, contando com as perdas de chapas de MDF e a recuperação da parte elétrica do maquinário. Segundo Lima, a expectativa de faturamento para o mês de maio era de mais de R$ 450 mil. Porém, na realidade, a única movimentação financeira registrada foi inferior a R$ 50 mil.

Ainda em processo de recalcular a rota, Lima diz que a empresa está dando prioridade para produzir, novamente, mobiliários que já estavam semi-prontos e foram perdidos pela inundação. Aos poucos, com a casa mais estabilizada, o empresário conta que almeja captar novos projetos e clientes. "A perspectiva é fazer isso o quanto antes para que a gente possa retomar as vendas em breve."

Apesar de a retomada ser lenta, Lima já observa alguns avanços no cenário logístico local. A fábrica tem recebido novas matérias-primas com mais frequência, diferentemente dos primeiros dias de catástrofe. "Agora está voltando ao normal, mas ainda temos um pouco de dificuldade de acabamento em chapas de MDF específicas. Isso às vezes é mais complicado de encontrar e conseguir [com os fornecedores]. Antes eu conseguia os meus materiais em um a dois dias, mas agora levo cerca de quatro."

Em Garibaldi, cidade também conhecida por ser um dos grandes polos moveleiros do Brasil, encontra-se a GenialFlex Móveis, comandada por Basílio Vivan, de 43 anos. A empresa não foi diretamente afetada pelas chuvas, mas já nos últimos dias de abril teve a produção paralisada em função das dificuldades logísticas, com grande parte das rodovias bloqueadas e devastadas por enchentes e deslizamentos de terra. Com isso, registrou uma perda de 30% no faturamento esperado para a época.

Em maio, com a retomada da operação, a principal dificuldade foi justamente com a expedição de produtos. A empresa teve de criar rotas alternativas para evitar rodovias que ainda estavam bloqueadas. A solução para acessar a região metropolitana de Porto Alegre foi recorrer à "Rota das Colônias", situada no interior do município de Caxias do Sul e a primeira a ser liberada aos veículos. "Antes disso, na primeira semana, estávamos simplesmente bloqueados."

Embora a GenialFlex tenha segurado a fabricação e comercialização por cerca de 15 dias, agora percebe um crescimento nas vendas. "Devido ao aumento na procura de móveis, fechamos maio com um acréscimo de 15% no faturamento. Mesmo enfrentando problemas com a logística nas duas primeiras semanas, conseguimos recuperar. Em junho, estamos com uma demanda acima da média, justamente pelo fato de as pessoas estarem voltando para suas casas e tendo a necessidade de [repor] móveis", relata Vivan.

O setor moveleiro do Rio Grande do Sul encerrou 2023 com um faturamento de R$ 11,9 bilhões, um aumento de 3,4% na comparação com 2022, segundo levantamento da Movergs. Além disso, também no ano passado, o segmento registrou mais de US$ 245 milhões em exportações. De acordo com Schneider, assessora de mercado e estratégia da associação, a reestruturação do setor moveleiro gaúcho será árdua e prolongada.

"Os principais desafios [de retomada] estão na manutenção de equipamentos quase perdidos, recuperação de matéria-prima que teve contato com a água e, claro, a questão logística. A perda de estoques tem impactado diretamente na descapitalização dos negócios", aponta Schneider. "Agora as rotas alternativas e as estradas estão mais normalizadas, mas ainda tem uma coisa ou outra que ainda será mais devagar, como o aeroporto, que só tem previsão de voltar em dezembro", diz.

A especialista ressalta a importância da disponibilidade de crédito para a retomada do setor. "[A recuperação] depende de muitas variáveis externas, pois a primeira dificuldade que aparece é o capital. Quem tem uma reserva consegue se reconstruir devagarinho, mas, para uma recuperação plena, é evidente a necessidade de capital de giro aos pequenos negócios e aquisição de novos equipamentos e matérias-primas", reforça. "Essas linhas de crédito que estão vindo são extremamente importantes, mas ainda têm negócios que precisam, de fato, de recursos a fundo perdido."

GUSTAVO MANSUR/PALÁCIO PIRATINI

Móveis destruídos pelas enchurradas em rua de Sinimbu (RS); busca por novos produtos estimula demanda do setor

Agropecuária Perdas da produção por falta ou excesso de chuvas são problema recorrente no Estado

Campo vive impasse depois da destruição

Marcelo Beledeli e Patrick Cruz
Da Globo Rural

O empresário e produtor rural Alécio Feil, de 61 anos, tem dois orgulhos. Um é sua fama de "Pelé dos Vales", que conquistou por ter marcado, segundo suas contas, 1.366 gols em 48 anos de atuação no futebol amador, a maioria pelos veteranos do time local, o Nacional Futebol Clube. O outro é a propriedade que tem em Forquetinha, no vale do Taquari, a 130 quilômetros de Porto Alegre, onde vive com a esposa, Inês Schwingel, de 56 anos, e o filho, Fernando Feil, de 34.

O sítio, de 30 hectares, está arrendado para outros produtores. Uma parte abriga criação de gado, em área de morro, e em outra há lavouras de soja e milho, em uma terra na várzea do rio Forquetinha, que corta o município. Na sede, a família investiu para fazer uma área de "cartão postal", com uma bela residência de campo e um lago — a edificação mais antiga é uma casa que antepassados de sua esposa construíram na década de 1880. Mas, no fim de abril, o local, que era motivo de orgulho para os Feil, viveu momentos de terror. Pela primeira vez em cerca de 140 anos, as águas avançaram até as casas, em uma área mais elevada, deixando a família isolada, assim como a maior parte do município.

"Ficamos cinco dias ilhados em casa. Depois, quando a água baixou, ficamos mais 12 dias sem luz e 20 dias sem internet", lembra Feil. Em quase metade da área, o solo arável desapareceu, puxado pela força do rio, que deixou apenas uma terra dura e pedregosa, cheia de buracos escavados pela correnteza. Na outra metade, o Forquetinha depositou uma lama espessa, cobrindo o que seria destinado a plantações. "Agora tenho que ver como vamos fazer para recuperar essa terra", diz o produtor. "O valor das terras deve cair muito. Nas várzeas, a água do rio pega. No morro, tem deslizamentos. A gente nem sabe onde pode investir".

O desânimo de um homem do campo conhecido pelo bom humor é o estado de espírito de milhares de produtores rurais do Rio Grande do Sul desde a histórica enchente de maio deste ano. Eles, que já haviam enfrentado seca nas três últimas safras, caminhavam para encerrar a temporada 2023/24 com uma relativa trégua, ao menos em comparação com as perdas que tiveram nas três temporadas anteriores. Mas as chuvas não deixaram. Em casos extremos, como o que o **Valor** testemunhou na visita a Alécio Feil, já não há mais nem solo para lançar novas sementes.

Perdas da produção por falta ou excesso de chuvas são um problema recorrente no Rio Grande do Sul. Segundo meteorologistas, isso ocorre porque o Estado fica na região do Brasil mais propensa a sofrer com oscilações extremas das condições climáticas. "Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e uma parte de Mato Grosso do Sul têm problemas climáticos mais frequentes do que o resto do Brasil, tanto envolvendo secas quanto excesso de chuvas", diz Gilberto Cunha, agrometeorologista da Embrapa Trigo, de Passo Fundo (RS).

> "Nas várzeas, a água do rio pega. No morro, tem deslizamentos"
> *Alécio Feil*

Desde o fim da década de 1970, o Rio Grande do Sul teve perdas com secas em 16 temporadas. "Essas estiagens ocorrem mais seguidamente durante a safra de verão. As chuvas excessivas costumam afetar mais a safra de inverno, como o trigo. Mas, às vezes também afetam a produção de verão, como ocorreu agora em 2023/24, quando o plantio da soja demorou por causa da umidade e as enchentes comprometeram a colheita", afirma Cunha. Com a multiplicação de eventos climáticos, ele defende que os produtores adotem estratégias de gestão de riscos, como práticas que minimizem os efeitos das estiagens e das chuvas.

As perdas com intempéries têm sido recorrentes, mas, segundo Glauco Freitas, meteorologista do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), as mudanças climáticas têm acentuado os efeitos dessas ocorrências. "Os eventos são mais intensos, frequentes e duram mais. Não lembro de termos sofrido estiagens fortes consecutivas, como ocorreu em 2021/22 e 2022/23. Mesmo agora, nas chuvas de abril e maio, tivemos precipitações imensas, acima de 800 milímetros, em apenas três a quatro dias, em 80% do território gaúcho. Isso chama muito a atenção".

A destruição foi tamanha que em algumas regiões deve ser necessário alterar locais de produção, avalia o economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Antônio da Luz. "Vamos ter que replanejar cidades [e] locais de produção de suínos e aves. Nas regiões mais afetadas, vamos ter que reposicionar uma parte da nossa estrutura produtiva. E isso vai custar muito dinheiro", disse ele durante a terceira edição do Fórum Futuro do Agro, no início de junho, em São Paulo.

Para Cristiano Oliveira, economista-chefe do banco Pine, as enchentes podem comprometer o agronegócio do Rio Grande do Sul por um longo tempo. Outros bancos e consultorias têm feito análises similares, com diferenças na dimensão da queda que preveem para atividade econômica em geral e PIB do agro em particular.

O governo federal tem anunciado ações de apoio ao agro desde o início das enchentes. Entre elas as estão a abertura de R$ 2 bilhões em crédito via Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe, R$ 1 bilhão), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf, R$ 600 milhões) e Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp, R$ 400 milhões) e a criação do Programa Emergencial de Acesso a Crédito, em que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) permite garantia de até 80% por operação para produtores rurais e empresas que faturem até R$ 300 milhões por ano. Seja como for, ainda é cedo para avaliar com exatidão o impacto dessas e outras medidas sobre a recuperação do agro gaúcho.

Prejuízo com aves e suínos chega a R$ 330 milhões

Marcelo Beledeli
Para Globo Rural

As chuvas causaram prejuízos de cerca de R$ 330 milhões ao segmento de aves e suínos do Rio Grande do Sul, de acordo com estimativa da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Além da morte de animais, as enchentes causaram danos a estruturas de produtores e indústrias e perdas de estoques, embalagens, insumos, matérias-primas, veículos, móveis, utensílios e máquinas e equipamentos. O Estado é o terceiro maior produtor de carne de frango do país, com 11% do total, e também o terceiro no ranking de exportações. No segmento de carne suína, é o segundo tanto em produção, com 19,8% do total, quanto nas vendas ao mercado externo, segundo a ABPA.

Dez unidades produtoras de carnes de aves e de suínos tiveram que paralisar suas atividades ou lidar com obstáculos extremos para seguir em operação, enfrentando problemas como a inviabilização do processamento de insumos ou do transporte de colaboradores, relatou a entidade. As indústrias também precisaram contornar restrições no fluxo de insumos e no escoamento da produção, já que as águas bloquearam vários pontos das rodovias.

As enchentes causaram a morte de 3,6 milhões de aves, incluindo animais de corte, poedeiras e matrizes, além da perda de 1,6 milhão de ovos férteis, de acordo com a Organização Avícola do Rio Grande do Sul (AO/RS). Se considerados os danos aos aviários e às estruturas das propriedades e os prejuízos financeiros decorrentes da inadimplência dos produtores, que não conseguirão pagar as dívidas de curto prazo, a entidade estima que os impacto das cheias sobre o segmento chegue a R$ 250 milhões. Os produtores tiveram problemas na rede elétrica e avarias ou total destruição de tubulações, geradores, caixas d'água, comedouros, bebedouros e ninhos.

Já na suinocultura, as perdas alcançaram R$ 80 milhões, segundo o Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos do Rio Grande do Sul (Sips). A Associação Riograndense Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS) informa que as chuvas mataram quase 15 mil porcos, causaram danos a 932 pocilgas e a equipamentos e dificultaram o transporte de ração. "Cerca de 30 mil m² de pocilgas foram destruídos pelas enchentes e deslizamentos. Incluindo os animais mortos, estimamos as perdas diretas ao produtor foram de mais de R$ 40 milhões", afirma Valdecir Folador, presidente da Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul (Acsurs) e da Comissão de Suínos e Aves da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul).

Segundo o dirigente, a grande maioria dos suinocultores que sofreram com as inundações ainda está avaliando as perdas, mas eles devem permanecer na atividade, mesmo que seja necessário mudar o local das estruturas para áreas em que o risco de alagamento é menor. Mas, em casos em que as granjas foram totalmente destruídas, alguns produtores pensam em abandonar a atividade, diz Folador.

Na indústria, os problemas se concentraram em cinco estabelecimentos, mas todas as plantas já retomaram suas operações. As maiores perdas foram em estoques, embalagens, insumos, matérias-primas, máquinas e equipamentos, veículos, móveis e utensílios. O presidente do Sips, José Roberto Goulart, afirma que, a despeito da destruição em um dos principais produtores nacionais de carne suína, o país não deverá ter problemas de abastecimento no mercado interno ou nas exportações do produto. "A produção prossegue no Estado, com algumas limitações, mas 70% das plantas não tiveram impacto com a tragédia climática", afirma Goulart.

PREFEITURA DE TUPANDI/DIVULGAÇÃO

Granja em Tupandi (RS) afetada pelas enchentes; Estado é o segundo maior produtor de suínos e o terceiro de frango

Notas solidárias

Milhões de ovos
A Granja Faria está distribuindo aos centros determinados pelo governo gaúcho um milhão de ovos provenientes de suas unidades no Paraná e São Paulo.

13º antecipado
A gigante de carnes JBS doou mais de 1 milhão de itens de higiene e limpeza, 450 mil litros de água e 3 mil colchões e cobertores para as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. Antecipou o 13º salário de seus colaboradores no Estado e, desde o início de junho, vem distribuindo mil toneladas de proteínas.

Para bebês
Mais de 100 toneladas de alimentos e bebidas, 68 t de produtos para nutrição especializada de bebês e adultos, incluindo enterais, e 500 filtros foram doados pela Nestlé para o RS até agora.

Em toneladas
Uma das maiores empresas de bens de consumo do mundo, a Unilever deve terminar o mês com 194 toneladas de produtos de higiene pessoal, limpeza e alimentos não-perecíveis entregues ao Estado. As doações contemplam ainda ações como banho solidário.

Veja mais: https://valor.globo.com/brasil/reconstroi-rio-grande-do-sul

Pecuária Houve algum tipo de impacto em 650 mil hectares e perdas em 7,5 mil ha de silagens, reduzindo a oferta de alimento para os animais

Maior preocupação na criação de gado é perda de pastagem

Marcelo Beledeli
Para Globo Rural

A morte de animais foi uma das consequências mais pungentes das inundações no Rio Grande do Sul. Na pecuária de corte, quase 15 mil bovinos morreram por causa das cheias, de acordo com a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS). Mas, ainda que a perda dos animais seja uma parte importante dos prejuízos, a destruição das pastagens é possivelmente uma das maiores preocupações dos pecuaristas.

Jaime Eduardo Ries, zootecnista e assistente técnico estadual em bovinos da Emater-RS, diz que a perda de bovinos de corte ocorreu especialmente nas regiões do vale do rio Taquari e ao longo do rio Jacuí. Agora que o nível das águas baixou, quase todo o rebanho do Estado, de quase 12 milhões de cabeças, segundo os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a 2022, tem sofrido com a diminuição de pastos disponíveis.

Mais de 32 mil produtores sofreram com a ação das águas, segundo a Emater-RS. Dos 613 mil hectares de campo nativo do Rio Grande do Sul, 430 mil (70%) tiveram algum nível de perdas — e em 45% dessa área houve perda de vegetação. Nas pastagens cultivadas, registrou-se algum impacto em quase 250 mil ha, de um total de 436 mil ha, com prejuízos confirmados em 48% deles. Por fim, 7,5 mil ha plantados com silagem, de uma área total de 32 mil ha, foram alagados, e 67% das lavouras que ficaram debaixo d'água foram destruídas. As perdas comprometem a capacidade de sustento dos rebanhos, o que deve ter reflexos negativos sobre a economia local e a oferta de produtos de origem animal. "Em muitas localidades, estamos precisando ajudar na distribuição de alimentos para os rebanhos não morrerem", diz Ries.

Com as restrições, a condição física dos rebanhos tem piorado, o que também afeta o mercado de animais. Segundo a Emater-RS, em algumas regiões, embora o preço do boi gordo esteja estável, já que o momento é de entressafra, a cotação do gado de reposição tem oscilado bastante. Além disso, as inundações prejudicaram os negócios nas feiras. Segundo Marcelo Silva, leiloeiro e diretor da Trajano Silva Remates, os preços estão 30% abaixo da média. Para ele, o quadro só deve melhorar a médio e longo prazo. "Vai ficar uma cicatriz profunda, sem dúvida", lamenta.

O atraso na engorda de inverno do gado já preocupa os frigoríficos. Para o presidente do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Rio Grande do Sul (Sicadergs), Ladislau Böes, haverá uma grande janela de escassez nesse período. Há 280 frigoríficos em atividade no Estado, a maioria de pequeno e médio portes. Dois deles alagaram. Na lista está o Frigorífico Boi Gaúcho, de Venâncio Aires, que foi invadido pelas águas do rio Taquari. O proprietário, Neri Nascimento, diz que seu prejuízo deve alcançar R$ 40 milhões. A outra planta que alagou, o frigorífico Frigosul, da Sulbeef, em Vila Maria, teve R$ 6 milhões em perdas.

Curtumes também estão sentindo os efeitos das enchentes; pelo quatro foram alagados. "Tivemos muitas empresas trabalhando com apenas 30% a 40% da capacidade em maio porque os colaboradores tiveram que se ausentar", relata Moacir Berger de Souza, presidente executivo da Associação das Indústrias de Curtumes do Rio Grande do Sul (AICSul).

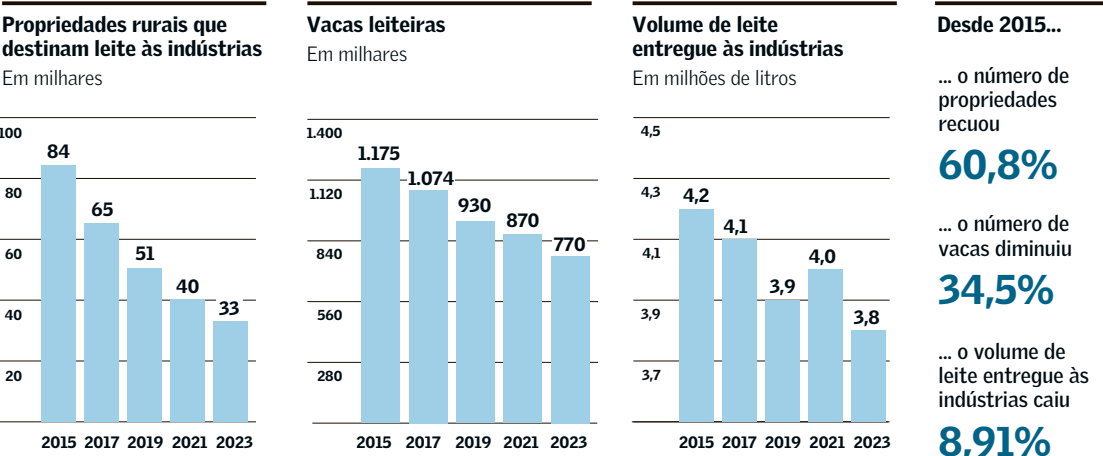
30%
é a queda no preço médio do boi gordo

Encolhimento
Produção de leite cai no Rio Grande do Sul

Desde 2015...

... o número de propriedades recuou
60,8%

... o número de vacas diminuiu
34,5%

... o volume de leite entregue às indústrias caiu
8,91%

Fonte: Relatório Socioeconômico da Cadeia Produtiva do Leite no Rio Grande do Sul / Emater-RS

Inundação agrava crise leiteira

Marcelo Beledeli, Eliane Silva e Gabriella Weiss
Da Globo Rural

As enchentes acentuaram os problemas que já têm feito encolher o número de famílias que se dedicam à produção de leite no Rio Grande do Sul. Nos últimos anos, os baixos preços — consequência, em parte, do crescimento das importações de lácteos —, o aumento dos custos de produção e as secas registradas levaram milhares de criadores de gado de leite a abandonar a atividade. Os prejuízos com as inundações devem ser o ponto final da atuação de muitos produtores que continuavam no segmento.

"O gaúcho está parando a galope de produzir leite. São três anos seguidos de dificuldade com o clima. O produtor já estava sem lucro, desanimado, depressivo. Com essa tragédia, vamos ter que reconstruir a parte financeira e também a parte psicológica dos produtores", afirma Marcos Tang, presidente da Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul (Gadolando).

No município de Rolante (120 km de Porto Alegre), as chuvas destruíram as pastagens de Neila Avila. Ela produz leite há 12 anos, mas, com as perdas recentes, diz que pensa em desistir. "Já chorei tudo que tinha para chorar. Agora, eu e meu marido só pensamos em conseguir comprador para as vacas e mudar de atividade", afirma.

Na propriedade, o volume de captação de leite caiu praticamente pela metade por causa das chuvas: foram 360 litros por dia na primeira semana de maio, contra 700 litros uma semana antes. As águas destruíram completamente o pasto e levaram quase todo o estoque de silagem da família, que precisou jogar fora pelo menos mil litros de leite.

A pecuária leiteira no país tem sofrido aperto de margens por aumento de custos. O quadro é particularmente grave no Rio Grande do Sul, que, antes das chuvas de 2024, enfrentou severa estiagem por três anos seguidos. Em 2015, segundo a Associação Riograndense Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS), 84 mil propriedades rurais destinavam leite à industrialização no Estado. Em 2023, eram apenas 33 mil. No intervalo, o número de vacas leiteiras no Estado diminuiu 34%, para 770 mil animais, e a produção anual de leite caiu quase 9%, para 3,8 bilhões de litros.

Segundo a Emater-RS, os criadores gaúchos de gado leiteiro perderam 2.451 cabeças. Muitos sofreram danos em infraestrutura essencial para a produção, como galpões, ordenhadeiras, tanques e as próprias pastagens. Para se reerguer da calamidade, o segmento busca uma série de medidas de socorro. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) confirmou algumas ações, como liberação de crédito para o financiamento de máquinas e equipamentos, projetos de investimento e reconstrução e capital de giro, assim como o refinanciamento de prestações que estavam por ser pagas.

O secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Darlan Palharini, avalia que as políticas de crédito devem amenizar a situação principalmente das indústrias e produtores do vale do Taquari, que respondem por cerca de 10% da produção do Estado.

Agricultura Em alguns casos, trabalhos de campo não puderam prosseguir porque as plantações ainda estavam alagadas ou porque as águas destruíram maquinários

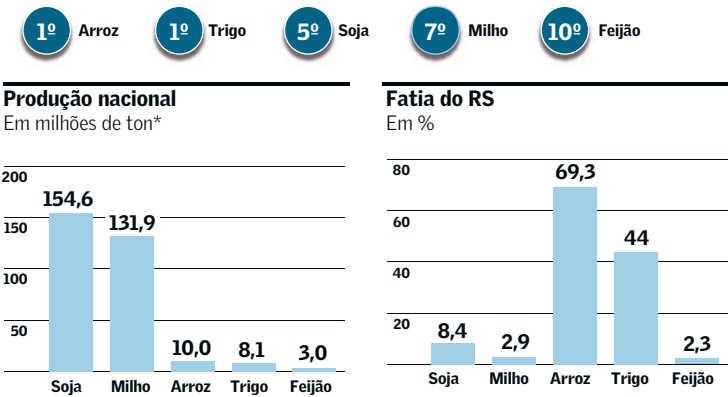
Chuvas afetam colheita de grãos no Estado, líder nacional em arroz

Da Globo Rural

O Rio Grande do Sul é um dos maiores produtores de grãos do país. Em duas culturas, o Estado é o líder nacional: responde por quase 45% da produção nacional de trigo e por cerca de 70% da colheita brasileira de arroz. Isso não significa que as culturas em que não é líder sejam secundárias. Na safra 2022/23, foi o décimo maior produtor nacional de milho, por exemplo, mas, ainda que tenha respondido por menos de 3% da produção nacional na última temporada, a colheita do Estado é essencial para compor a alimentação de animais como frangos e porcos — o Rio Grande do Sul é o terceiro maior produtor de aves e o segundo maior de suínos.

Como as chuvas começaram no fim de abril e se estenderam por quase um mês, acabaram ocorrendo na fase final de colheita de algumas dessas culturas. Com isso, as perdas decorrentes da destruição das lavouras foram esparsas. No fim de maio, quando as chuvas já tinham começado a diminuir, os produtores gaúchos ainda não haviam concluído a colheita de 6% da área de soja e de 7% da de milho, segundo a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS). Em alguns casos, os trabalhos de campo não puderam prosseguir porque as plantações ainda estavam alagadas ou porque as águas destruíram maquinários.

No caso do arroz, que também estava em fase final de colheita, os trabalhos terminaram na primeira quinzena de junho. Os gaúchos colheram 7,1 milhões de toneladas do cereal na safra 2023/24, segundo relatório do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga). Temia-se que a produção do ceral caísse muito. Não foi o que ocorreu, no entanto, o que fez com que representantes do segmento considerassem o resultado um sucesso: o volume foi apenas 1% menor do que o da temporada 2022/23.

Como o Rio Grande do Sul responde por mais de dois terços da oferta nacional do produto — item de primeira necessidade na cesta básica dos brasileiros —, o governo federal decidiu lançar um leilão para importar arroz para assegurar o abastecimento e evitar um eventual aumento de preços, mas o certame acabou anulado porque alguns vencedores não teriam capacidade de cumprir a entrega do produto.

Também pesou a revelação de que participantes do leilão tinham ligação com Neri Geller, então secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura — ele deixou o cargo dias depois. O governo planeja fazer um novo leilão, com uma análise mais rigorosa dos participantes.

O Rio Grande do Sul é também o maior produtor nacional de trigo, cujo plantio só começou no fim de maio, quando a fase mais intensa das chuvas que atingiram o Estado já havia ficado para trás. Consultorias independentes têm previsto uma diminuição da área de cultivo de trigo no país neste ano, mas, segundo essas projeções, a tendência é que a produtividade cresça.

As perdas de lavouras de grãos podem ter sido limitadas, mas os efeitos das chuvas sobre a produção ainda podem aparecer. Técnicos afirmam que as inundações podem comprometer a preparação do solo para o plantio da próxima de verão, no segundo semestre, o que teria impactos sobre o rendimento das lavouras. No entanto, ainda não se tem noção exata de qual será o desdobramento dessas restrições.

Também há problemas com os grãos que já haviam sido colhidos. Em 16 de junho, em um dos casos mais recentes, as chuvas causaram uma "microexplosão" nas instalações da Cooperativa Tritícola Regional São-Luizense (Coopatrigo), no município de São Luiz Gonzaga. A estrutura abriga armazéns, supermercado, centro agropecuário e sede administrativa. "Foi um tornado de proporções inimagináveis na área onde temos nosso armazém. Ao menos as perdas são só materiais. Ninguém se machucou", disse Paulo Pires, presidente da Coopatrigo. ***Cibelle Bouças, Fernanda Pressinott, Isadora Camargo e Patrick Cruz***

Protagonismo

RS está entre os maiores produtores de grãos

Posição do RS no ranking nacional

Produção nacional
Em milhões de ton*

Fatia do RS
Em %

	Soja	Milho	Arroz	Trigo	Feijão
Fatia do RS (%)	8,4	2,9	69,3	44	2,3

Fonte: Conab. *Safra 2022/23

FERNANDO DIAS/SEAPA

Plantação de arroz no Rio Grande do Sul: apesar das chuvas, gaúchos colheram 7,1 milhões de toneladas do cereal na safra 2023/24, apenas 1% a menos do que foi registrado na temporada anterior

Produtor de tabaco perde R$ 95 milhões

Da Globo Rural

Ao contrário do que aconteceu em culturas como soja e arroz, nas quais ainda havia áreas em fase de colheita quando ocorreram as inundações no Rio Grande do Sul, a implantação das lavouras de tabaco da nova safra estava apenas começando. Mesmo assim, as chuvas causaram prejuízos milionários aos produtores do segmento.

De acordo com levantamento do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), 1.929 propriedades rurais ligadas à fumicultura, distribuídas por 75 municípios, sofreram em alguma medida com as cheias de maio. As perdas financeiras chegaram a R$ 95 milhões, aponta o relatório. As estruturas das propriedades concentraram a maior fatia dos prejuízos — as chuvas causaram danos em 265 galpões, 352 residências e 351 estufas. Os produtores também perderam 285 toneladas de fertilizantes, 1,4 mil hectare de terra agricultável e 2 mil canteiros de mudas.

O SindiTabaco estima que os agricultores perderão 848 toneladas de fumo na safra 2024/25 como consequência direta do excesso de chuvas. O volume, relativamente baixo — na temporada 2022/23, os fumicultores do Estado colheram 257 mil toneladas —, condiz com a época do ano, quando ainda há poucas lavouras implantadas.

"Estamos confiantes de que, mesmo diante dessa tragédia, a produção de tabaco nas áreas mais afetadas deverá ficar próxima das estimativas iniciais para a safra 2024/25, que ainda está em fase inicial", diz o presidente da entidade, Iro Schünke. Perdas mais acentuadas poderiam ser um problema de grandes proporções para a indústria, já que o Rio Grande do Sul responde por cerca de 40% da produção nacional de fumo.

> Municípios com mais prejuízo são Venâncio Aires, Agudo, Ibarama e Santa Cruz do Sul

Os municípios em que a fumicultura sofreu mais perdas ficam nas bacias dos rios Pardo e Taquari. Em Candelária, 214 fumicultores tiveram prejuízos. Depois vêm Agudo (136 produtores), Barros Cassal (132), Venâncio Aires (116) e Arroio do Tigre (101). Em perdas financeiras, os municípios que figuram no topo da lista são Venâncio Aires, com prejuízos na fumicultura de R$ 18,3 milhões, Candelária (R$ 16,5 milhões), Agudo (R$ 6,3 milhões), Ibarama (R$ 5,9 milhões) e Santa Cruz do Sul (R$ 4,6 milhões).

O levantamento mostrou ainda que 96% dos produtores de tabaco que tiveram danos com as cheias pretendem seguir na atividade. "Precisamos dar condições para que eles possam continuar o trabalho desta próxima safra", afirma Schünke. Nesse sentido, afirma ele, as empresas que integram o SindiTabaco já repuseram os insumos necessários para o replantio dos 2 mil canteiros de mudas que os agricultores perderam. O investimento nessa iniciativa foi de R$ 1,6 milhão. ***(MA)***

Notas solidárias

Máquinas em parceria
Em parceria com a Armac e a Motormac, a JCB, fabricante de equipamentos pesados está disponibilizando 20 máquinas para serem utilizadas na reconstrução de cidades atingidas no Estado.

Conexão de vagas
O Fesa Group lançou a plataforma "Todos pelo RS" conectando empresas com oportunidades de emprego a profissionais do Estado. A iniciativa inclui cursos gratuitos em parceria com a Trillio.

Envio de profissionais
Celesc, Copel, Cemig, Enel, CPFL Piratininga, CPFL Paulista, Light e Neoenergia, afiliadas à Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, doaram R$ 2 milhões e enviaram mais de 300 profissionais, veículos, geradores, subestações móveis e helicóptero,

Tecnologia de apoio
A Dell doou recursos tecnológicos, como computadores, além de itens como medicamentos, lençóis, cobertores, colchões, alimentos e produtos de higiene, e deu apoio a resgatistas.

Instituto Empresa
Associação privada de investidores, leva apoio de conselheiros para reerguer empresas gaúchas de pequeno e médio portes.

Movimento União BR
Já arrecadou junto a cerca de 100 empresas mais de R$ 32 milhões e auxilia mais de 90 cidades, desde as chuvas de setembro de 2023, com doações abrigos.

Fundo RegeneraRS
Iniciativa do Instituto Helda Gerdau em parceria com Din4mo Lab, nasce com aportes do instituto e da Gerdau, de R$ 30 milhões, e da Vale, de R$ 8 milhões. A meta é captar R$ 100 milhões para educação, habitação e negócios.

Medicamentos
A GSK já doou mais de 89 mil unidades de medicamentos antibióticos e respiratórios, 10 mil litros de água, além de materiais de limpeza. Além de promover campanha para arrecadar agasalhos.

Veja mais: https://valor.globo.com/brasil/reconstroi-rio-grande-do-sul

Água cobre plantio de frutas e hortaliças

Marcelo Beledeli
Para a Globo Rural

As inundações destruíram pomares em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, e mais de 8 mil produtores tiveram perdas substanciais, segundo a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS). As águas cobriram muitas plantações, que, em alguns casos extremos, se perderam completamente. Os pomares de citros, nos vales dos rios Caí e Taquari; de banana, nas encostas da serra do Mar; e de maçã, nos Campos de Cima da Serra, foram as culturas que mais sofreram.

A tragédia ocorreu na etapa final de frutificação de importantes variedades de citros, em especial de tangerina, caí, ponkan e pareci — esta já estava com a janela de colheita em curso. Em muitos pomares, as chuvas alagaram totalmente as plantações. O excesso de umidade no solo ainda vem afetando os pomares. Na serra Gaúcha, em plena safra de citros, agricultores têm relatado dificuldades e prejuízos, especialmente em Bento Gonçalves, Veranópolis e Cotiporã. A Emater-RS estima uma perda de 50% na produção.

Além dos deslizamentos e fissuras de terra, que comprometeram áreas de cultivo, alguns agricultores ainda estão sem energia e enfrentam bloqueios nas estradas que dão acesso às suas propriedades. É o caso de Antoninho e Alex Sikorski, no interior de Bento Gonçalves. A família, que cultiva 8 hectares de bergamotas e tem nessa cultura sua principal fonte de renda, perdeu 2 ha de frutas com os deslizamentos. Eles também registraram perdas de até 20 toneladas de frutas precoces. Sem ter como escoar a produção, tiveram prejuízo de cerca de R$ 80 mil. Antoninho possui câmara fria, mas sem energia desde maio, não consegue armazenar as frutas para vendê-las em um momento melhor.

Na uva, produtores relataram danos significativos nos parreirais em entressafra. A região que mais sofreu foi a serra Gaúcha, em particular os municípios de Veranópolis, Cotiporã, Bento Gonçalves, Nova Roma do Sul, Caxias do Sul e Pinto Bandeira, em que as águas destruíram aproximadamente 500 ha de parreirais.

As áreas de produção de hortaliças próximas da região metropolitana de Porto Alegre desempenham um papel essencial na oferta desses itens para a população do entorno da capital. As culturas de folhosas e leguminosas, entretanto, foram que mais tiveram perdas com as inundações. Segundo a Emater-RS, as chuvas destruíram pouco mais de 2 mil estufas para horticultura. Ao todo, 8 mil produtores de hortaliças sofreram perdas, o que comprometeu a cadeia de suprimentos local.

Como as águas bloquearam as estradas ou, em casos mais agudos, as destruíram por completo, produtores tiveram dificuldades com a logística de transporte da produção aos grandes centros. Com isso, alguns produtos começaram a faltar nos supermercados e feiras. Essa situação perdura em algumas regiões do Estado, o que tem elevado os preços dos produtos. Um exemplo é Rio Grande, onde áreas de plantio de cebola e de outras hortaliças seguiam alagadas até a segunda quinzena de junho.

As cheias também afetaram a produção da safrinha de batata, que caiu cerca de 40%. A umidade causou o apodrecimento de tubérculos e fez com que a colheita ficasse inviável. Os produtos que puderam ser colhidos têm baixa qualidade e tamanho reduzido devido ao excesso de chuvas.

2 mil
estufas foram destruídas no RS

Negócios Cerca de 160 mil MPMEs foram impactadas diretamente pelas enchentes e aproximadamente 440 mil, indiretamente

Pequenos buscam recursos e estratégias para recomeço

Daniela Rocha
Para o Valor, de São Paulo

Um sentimento de tristeza e incerteza domina os micro, pequenos e médios empresários que tiveram seus negócios atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul e que, ao mesmo tempo, buscam alternativas para prosseguir. "Perdi tudo, pois minha casa e meu negócio são no mesmo lugar", diz Carlos Francisco Ramires Guardiola, dono do Churras do Chico, um bar e lanchonete de espetinhos e hambúrgueres no bairro São Geraldo, zona norte de Porto Alegre.

O empresário teve prejuízo de R$ 60 mil entre estoque, utensílios, móveis, cinco geladeiras, um balcão refrigerado e uma fritadeira. O bar e lanchonete, que é tocado pela família e faturava cerca de R$ 20 mil por mês, teve que ficar fechado por mais de 40 dias. Para fazer a limpeza e recomeçar "do zero", Guardiola precisou recorrer a uma campanha de arrecadação e ao cartão de crédito. Além disso, entrou em um programa de auxílio do Sebrae e contará com R$ 10 mil, um recurso não-reembolsável. "Como tenho algumas restrições no meu nome, estou fazendo acordos para tentar pegar também financiamento do BNDES", afirma.

No centro da capital gaúcha, o Atacado do Beto, de doces e itens para festas, ficou mais de 40 dias fechado e acabou dando dez dias de férias coletivas aos 42 funcionários. De acordo com Rafael Barth, um dos proprietários, o prejuízo gira em R$ 3 milhões, entre produtos, geladeiras, freezers e computadores. "Alguns fornecedores parceiros estão parcelando e colocando boletos para frente. Dão 30, 60 e até 90 dias [para o pagamento]", conta. O empresário pretende buscar uma linha do BNDES para colocar gradualmente mais produtos na loja. O banco disponibilizou R$ 15 bilhões em três linhas, com carências de um a dois anos, taxas de juros de 0,6% e 0,9% ao mês e até cinco ou dez anos para pagar, dependendo da modalidade.

> "Perdi tudo, pois minha casa e meu negócio são no mesmo lugar"
> *Carlos Guardiola*

O Atacado do Beto faturava, em média, R$ 1,3 milhão por mês antes da tragédia. Agora, a preocupação é com a clientela, já que a movimentação no centro caiu. Segundo Barth e empresários locais, poderá levar entre seis e sete meses para o fluxo de pessoas voltar ao normal. Apesar de as vendas presenciais serem o forte, nessa fase ele avalia que a plataforma online e as vendas por aplicativo de mensagens serão impulsionadas.

No bairro Floresta, a Fechosul, loja de fechaduras e equipamentos de segurança, perdeu mais de R$ 3,5 milhões em produtos, computadores, estrutura física e dias parados. Tarcísio Morais, sócio-diretor, diz que a empresa, com 32 funcionários, precisa de capital de giro, sendo que já paga uma linha de crédito pelo Pronampe (de apoio a micro e pequenas empresas) contratada na pandemia. "Se não vier um auxílio, teremos que vender carro ou algum imóvel para pagar as contas", lamenta.

Para lidar com essa realidade, o governo do Rio Grande do Sul criou o Gabinete de Apoio ao Empreendedor, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com a participação da Secretaria da Fazenda, entidades empresariais e instituições financeiras. Entre as medidas adotadas para socorrer empresários está a isenção de ICMS para compra de estoques e equipamentos. Somado a isso, linhas de crédito estão sendo direcionadas pelas instituições de fomento como a Badesul (agência vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico) e o Banco Regional do Extremo Sul (BRDE).

Há ainda uma modalidade de financiamento com juro zero e carência de um ano sendo estruturada pelo governo gaúcho especificamente para microempreendedores individuais (MEIs), que têm mais dificuldade de acesso. "Há uma grande força-tarefa para que a gente consiga dar condições para retomada e minimizar os impactos para todo o setor econômico", diz Ernani Polo, secretário de Desenvolvimento Econômico.

Na interlocução com o governo federal, Polo destaca que os principais pedidos visam manutenção de empregos e recursos financeiros. No começo de junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou uma medida provisória que prevê o pagamento de duas parcelas de um salário mínimo para trabalhadores dos municípios atingidos pela catástrofe, tendo como contrapartida das empresas a garantia de empregos por quatro meses.

Polo, entretanto, diz que o auxílio será insuficiente em função da dificuldade que as empresas enfrentam para retomar as atividades. "O ideal é que se implemente um modelo conforme foi utilizado na pandemia para que as empresas consigam manter seus funcionários", avalia o secretário, referindo-se ao Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda, que possibilitava redução de jornadas e salários, com pagamento complementar de benefício emergencial aos trabalhadores.

De acordo com estimativa do Sebrae RS, cerca de 160 mil micro, pequenas e médias empresas foram impactadas diretamente pelas enchentes e aproximadamente 440 mil, indiretamente. Conforme dados preliminares de um levantamento com empresários, a maioria declarou que teve até R$ 50 mil de prejuízos.

A entidade lançou o Sebraetec Supera, que combina apoio técnico e recursos, para auxiliar na retomada dos negócios. MEIs contam com até R$ 3 mil para reformas e aquisição de móveis, equipamentos e outros bens necessários; microempresas, até R$ 10 mil; e empresas de pequeno porte, até R$ 15 mil. "É um grande de apoio porque é um recurso a fundo perdido, ou seja, não é preciso devolver", afirma Luiz Carlos Bohn, presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae RS.

Segundo ele, o Sebraetec Supera vai distribuir R$ 100 milhões, atendendo cerca de 20 mil empresas. Além disso, a consultoria feita Sebrae acaba abrindo o caminho para outras subvenções e linhas de crédito. Segundo Bohn, alguns municípios têm adotado projetos semelhantes.

DIVULGAÇÃO

Bohn: Sebratec Supera vai distribuir R$ 100 milhões a 20 mil empresas

INÊS 249

Turismo Cidades que fervilham no inverno tentam driblar o fechamento de aeroporto

Gramado e Canela fazem promoções e mudam estratégia

RBS TV/REPRODUÇÃO

Rua em Gramado, na região da Serra, que desmoronou quando a chuva que atingiu a cidade: moradores precisaram deixar suas casas por causa do risco

Glauce Cavalcanti
Do Globo

Grifes turísticas destacadas da serra Gaúcha e da temporada de inverno no país, Gramado e Canela redobraram esforços para movimentar os destinos nesta estação fria. Porém, com o fechamento do aeroporto Salgado Filho, na capital, a estratégia teve de ser alterada. No alvo estão agora os viajantes da própria região Sul, sobretudo os gaúchos e os de Santa Catarina, que podem fazer o percurso de carro.

Só Gramado recebeu pouco mais de 8 milhões de visitantes no ano passado, um recorde que mostra que o turismo é a principal indústria local, representando 86% da economia. Em maio deste ano, no entanto, a ocupação da hotelaria não passou de 15%, contra 65% no mesmo mês em 2023. O feriado de Corpus Christi, no dia 30 de maio, contudo, parece ter marcado o início de uma retomada, avalia Ricardo Reginato, secretário de Turismo de Gramado. "O principal desafio é o Salgado Filho fechado, pois 52% do público que pousa lá vem para a serra Gaúcha. No fim de maio, várias atrações aqui fecharam, pela queda no fluxo de visitantes. Mas agora estão reabertas e operando normalmente. A partir do Corpus Christi, já vemos uma retomada" destaca ele.

Com o movimento de turistas regionais, a ocupação dos hotéis sobe nos fins de semana, quando já se aproxima dos 40%, segundo Reginato. O objetivo é superar os 50% em julho, lembrando que a taxa nesse mês é habitualmente superior a 90%. "O grande esforço é na atração do visitante. Nossa indústria é o turismo. É fundamental que os brasileiros entendam isso. Tem um movimento de redução de valores, os acessos à região estão liberados", diz Reginato.

Fernanda Oliveira, diretora comercial do Grupo Wish, que tem dois de seus dez hotéis no país em Gramado — o Wish Serrano, com 268 apartamentos, e Prodigy Gramado, com 172 —, corrobora que os turistas estão voltando, sendo o último feriado um marco da retomada. "Percebemos um primeiro indício forte de recuperação no Corpus Christi, quando a gente chegou a ter 100% de ocupação em uma unidade, com público 80% regional. Comparando com 2023, as diárias médias agora foram menores. Precisamos fazer promoções para incentivar esse público regional a voltar para Gramado", explica ela, acrescentando que o movimento habitual é de 60% de hóspedes de fora do Sul.

Para atrair o visitante, o grupo está oferecendo 40% de desconto em diárias, incluindo o período de alta temporada, em julho. Fechou parceria com a Movida, concedendo descontos na locação de veículos, e tem campanha também com parceiros como operadores de turismo. A estimativa é alcançar 90% de ocupação nos fins de semana de julho.

Vizinha de Gramado, a cidade de Canela recebeu mais de 720 mil visitantes em 2023, segundo o secretário de Turismo do município, Gilmar Ferreira. Em maio, a ocupação nos hotéis despencou, ficando abaixo de 12%, mas ele está otimista por se tratar de um destino não impactado diretamente pelas chuvas. "Todos os pontos turísticos de Canela ficaram intactos e prontos para receber visitantes. As dificuldades enfrentadas foram majoritariamente logísticas, relacionadas às estradas e ao aeroporto" diz. O secretário estima que a ocupação média dos hotéis em julho fique entre 60% e 70%.

Grandes atrações também se mobilizam para estancar a queda no movimento. Em maio, no Snowland, parque temático de neve em Gramado, a retração de público chegou a 82% na comparação com igual mês de 2023. No Skyglass, parque de Canela cuja principal atração é uma plataforma de vidro com vista panorâmica para o rio Caí, o fluxo de visitantes caiu 91%. Mas essa dentada no movimento está decaindo, informou o Snowland, que recebeu mais de meio milhão de visitantes ao longo do ano passado. A expectativa para julho é ter entre 50% e 60% do fluxo de igual período de 2023.

> "Tem movimento de redução de valores, os acessos à região estão liberados"
> *Ricardo Reginato*

Para atingir a meta, a atração adotou ações promocionais. Em junho, os ingressos estão com preços de baixa temporada, havendo ainda mais 20% de desconto adicional para o bilhete comprado de forma antecipada tanto na Snowland quanto no parque aquático Acquamotion. Também há descontos para julho. "A situação é preocupante devido a julho ser o mês número um do ano. A performance de agora vai ditar muito sobre o fechamento geral do ano de 2024", afirma Lísia Diehl, diretora de vendas e marketing do Gramado Parks, que administra as duas atrações. — O grande foco das ações comerciais tem sido o Rio Grande do Sul, seguido de Santa Catarina, que representam 75% das vendas.

No Skyglass, por onde passaram 365 mil visitantes em 2023, os ingressos para acesso à plataforma de vidro têm desconto de 24%, vendidos a R$ 99 até o fim de junho. Há outras tarifas promocionais. Somado às iniciativas para convencer os visitantes a retornarem, Gramado e Canela torcem para que novas chuvas não venham. "Julho está com pouca demanda, não chegamos sequer a 20% da ocupação do ano passado, e tudo indica que não passará de 30%, se não houver menções positivas sobre o destino" aponta Alex Bonareti, diretor geral do Skyglass Canela.

"A serra Gaúcha tem diversas atrações, parques e boa gastronomia, além do friozinho gostoso que faz da região o melhor destino de inverno do país" diz Bonareti. São motivos mais que suficientes para acreditar que muito em breve Gramado e Canela vão recuperar a movimentação de invernos passados.

Vazias, vinícolas dão desconto para atrair visitantes

Carin Petti
Para o Valor, de São Paulo

As chuvas afetaram algo entre 300 e 400 hectares dos vinhedos gaúchos, o correspondente a até 2% da área dedicada à viticultura, segundo dados preliminares da Emater-RS. A dimensão reduzida impediu impacto no abastecimento das vinícolas do Estado, responsável por cerca de 85% da produção brasileira de vinhos e sucos de uva. "Não houve perdas grandes para agroindústrias e também não vai haver prejuízos para a safra que vem", diz Luiz Bohn, gerente-adjunto da área técnica da Emater-RS. "A cadeia em si está organizada, mas estamos preocupados com as famílias das propriedades atingidas", complementa. A viticultura do Estado está predominantemente nas mãos de pequenos produtores e, segundo Bohn, algo entre 120 e 150 deles tiveram parreirais afetados.

O enoturismo e as vendas de vinhos também não escaparam das enxurradas. Oitenta por cento das vinícolas da serra Gaúcha dependem de visitas e vendas a turistas, afirma Daniel Panizzi, presidente da União Brasileira de Vitivinicultura (Uvibra). "O pulmão do nosso Estado é a região metropolitana de Porto Alegre, que consome o enoturismo e nosso produto. E agora esse pulmão está gravemente ferido", diz. Além disso, com o aeroporto da capital fechado, também despencou o fluxo de turistas originários de locais mais distantes.

Sem clientes, a pousada e o restaurante da vinícola Don Giovanni, comandada por Panizzi, fecharam de 13 a 27 de maio por conta da falta de clientes. Agora o movimento volta aos poucos. "Dia após dia, a gente vê uma curva leve crescendo. Mas, se pegar um sábado, quando recebíamos 400 pessoas, agora vêm 100", conta.

"No feriado de Corpus Christi, geralmente os hotéis da serra Gaúcha tinham fila de espera. Foi muito triste ver a ocupação de 30%, quanto tinha", acrescenta Marcia Ferronato, diretora-executiva do Sindicato Empresarial de Gastronomia e Hotelaria da Região Uva e Vinho do Rio Grande do Grande do Sul. Para atrair visitantes, a maior parte dos hotéis e restaurantes recorrem a promoções. "Toda cadeia do enoturismo se adaptou. Nas diárias, há descontos de 50%, 70%", conta ela.

Em outra frente, ações miram o escoamento do vinho para fora do Estado. A plataforma Brasil de Vinhos lançou a campanha #comprevinhogaucho para conectar consumidores a vinícolas das regiões afetadas. Além disso, vinícolas como a Aurora, que registrou queda de cerca de 20% nas vendas de maio em relação ao mesmo mês de 2023, vêm estampando seus produtos com o selo "Compre Produto Gaúcho", promovido pelo Instituto de Desenvolvimento da Uva, do Vinho e do Suco de Uva do Rio Grande do Sul (Consevitis-RS).

Das 1.100 propriedades da Cooperativa Vinícola Aurora, cerca de 90 foram atingidas, todas na serra Gaúcha, com perda de 12,8% dos vinhedos, segundo o gerente agrícola Maurício Bonafé. No esforço para reconstrução, a Aurora doará aos associados prejudicados postes para cercas e mudas de videira, fornecidas gratuitamente pela Vitácea Brasil. A cooperativa também oferece assistência técnica para reconstrução e para a elaboração de projetos para requisição de financiamento pelo Pronaf.

Entre os cooperados que solicitaram o empréstimo está Valdecir Bellé, da região da Linha Burati, em Bento Gonçalves. Um deslizamento destruiu cerca de 40% dos vinhedos dos nove ha que cultiva com o irmão nas terras da família desde o tempo dos bisavós italianos. Depois de 20 dias longe da propriedade — parte deles abrigado por vizinhos pelo medo de novas enxurradas —, ele volta agora para a reconstrução e, com o irmão, pedem financiamento equivalente à metade dos R$ 520 mil estimados de prejuízos. "Não quisemos pedir mais porque temos medo de não conseguir pagar lá na frente", diz.

Antes disso, porém, Bellé cogitou deixar a propriedade. "No primeiro momento, pensamos em cair fora. Mas como é que vamos abandonar aqui?", indaga. "É isso que a gente sabe fazer. Tem uma história aqui de vida desde os antepassados."

Deslizamento levou vinhedos

André Borges
Para o Valor, de De Monte Belo do Sul e Bento Gonçalves (RS)

Sobre o banco de seu trator, Marcio Dalle, 47 anos, produtor de uvas em Monte Belo do Sul, remove o entulho e trabalha na recuperação de seu vinhedo, impactado pelos deslizamentos que se espalharam por toda a região de Bento Gonçalves. "As chuvas causaram grandes rupturas no solo, com rachaduras de 60 cm a 1 m de espessura, mas profundidade de 1,8 m. Houve um deslocamento da terra. Isso arrastou parte dos vinhedos, as estruturas, as cabeceiras. Isso tudo vai prejudicar, com um custo absurdo", Marcio Dalle.

Dono de sete hectares, ele estima prejuízo de pelo menos R$ 50 mil só na estrutura do vinhedo. "Como estamos no inverno, com videiras dormentes, não dá para mensurar as perdas das uvas. A produção vai se definir quando acabar o inverno, então saberemos como será a brotação da uva. Pode interferir gravemente".

Em muitos pontos das serras gaúchas, é possível ver deslizamentos que encobriram vinhedos e carregaram trechos de estradas, como na Linha Alcântara, onde a ponte que liga Bento Gonçalves a Cotiporã foi destruída pelas águas do rio das Antas.

"Tivemos mais de cem casas destruídas, muitos vinhedos afetados pelos deslizamentos, mas o nosso grande desafio, neste momento, é a logística. As BRs 470 e 431 foram muito impactadas. Está todo mundo entendendo a gravidade da situação", diz Diogo Segabinazzi Siqueira (PSDB), prefeito de Bento Gonçalves.

> **600 km**
> **de estradas vicinais foram bloqueados**

A reconstrução da BR-470 deverá demandar mais de R$ 500 milhões, calcula ele. "Certamente, o desastre vai custar mais de R$ 1 bilhão ao município", estima Siqueira. "Sobre a safra e os impactos futuros, só o tempo para entender como será, mas a população vai dar a volta por cima. Sofremos todos com isso, mas tenho certeza de que vamos vencer."

Mais de 250 acessos e pontos em cerca de 600 km de estradas vicinais foram bloqueados pela lama. Ao menos 12 pontes tiveram de ser refeitas. Essa reconstrução passa por ações como o movimento "Unidos por Bento", que reúne empresários e organizações civis. Em maio, o movimento conseguiu coletar mais de R$ 12 milhões em doações para auxiliar no apoio às famílias da região atingidas pelas enchentes e abertura de acessos.

ANDRÉ BORGES

Produtor de uvas da serra Gaúcha refaz estrutura após parreiral ter sido destruído por deslizamentos de terra

Judiciário Todos os cinco tribunais sediados em Porto Alegre foram afetados pelas enchentes

Histórico da Justiça ficou 30 dias submerso

Sérgio Prado
Para o Valor, de Brasília

A cheia do rio Guaíba foi acompanhada pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Rio Grande do Sul (OAB-RS), Leonardo Lamachia, da janela de seu gabinete no 13º andar da sede da entidade, no centro de Porto Alegre. Antes do auge da tragédia, ele já recebia ligações de advogados preocupados com a situação.

O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) suspenderam os prazos judiciais antes que a água invadisse o prédio da OAB, quando foi necessário transferir parte da administração e o gabinete da presidência para uma sede provisória na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). "Essa, naquele momento, era uma medida fundamental porque não havia nenhuma condição, em meio aquele caos que nós vivíamos, de exercer a advocacia", afirma Lamachia.

Todos os cinco tribunais sediados em Porto Alegre — dois deles com jurisdição sobre toda a região Sul — sofreram prejuízos pela enchente. Suspender a contagem dos prazos em todos os processos foi uma consequência inevitável, mas os danos foram muito além dessa interrupção. A Justiça estadual teve 20 prédios atingidos, incluindo o Tribunal de Justiça (TJ-RS) e os dois foros centrais. Embora haja uma expectativa de que voltem a operar satisfatoriamente em meados de setembro, retornar ao nível de funcionamento anterior à calamidade causada pela enchente pode levar até um ano.

As águas afetaram boa parte do setor administrativo e a jurisdição de segundo grau da Justiça estadual. O presidente do TJ-RS, Alberto Delgado Neto, explica que entre as instalações afetadas estavam, além de estações de luz e centrais de informática, que ficaram submersas, as salas-cofre onde ficam os dados de processos do Judiciário gaúcho. Quando o centro de dados foi inundado, a administração já havia, por precaução, autorizado a transferência para uma segunda sala-cofre no sétimo andar do Foro Cível. "Foram repassados, com pressa, à medida que a água ia subindo, os dados da sala-cofre um, que acabou sendo inundada", conta o desembargador.

A força-tarefa para realizar a transferência total do sistema de processo eletrônico para a nuvem adiantou o cronograma agendado para dezembro. Contra o tempo, foram aportados 200 trilhões de bytes, o que garantiu que o TJ-RS pudesse seguir trabalhando com segurança. O Judiciário gaúcho recebeu 2 mil petições por dia durante a enchente.

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4), Ricardo Martins Costa, explica que, logo no início, todos os tribunais criaram um comitê para tomada de decisão. "Essa rede se formou por essa união de todos os cinco tribunais do Estado", diz. Na sede do TRT-4, a água chegou a quase dois metros de altura, atingindo a subestação, os geradores e o plenário. Para Martins Costa, ver os equipamentos, os documentos e os computadores boiando naquela água lodosa foi doloroso.

O arquivo-geral da Justiça trabalhista, próximo ao aeroporto, também foi inundado. Segundo Costa, esse talvez tenha sido o maior prejuízo; processos datados desde 1930, patrimônio histórico da Justiça, ficaram submersos por mais de 20 dias. Semanalmente há solicitações sobre esses processos, relacionados a prosseguimento de execuções, cópias de documentos ou pesquisa sobre valores pendentes de liberação. A Justiça do Trabalho planeja a recuperação da maior parte possível dos arquivos.

O tribunal também sofreu com corte de energia, que paralisou o data center onde estão agregados todos os dados. "Criamos um acesso através de e-mail das unidades judiciárias, de modo a receber pedidos de tutela de urgência e expedição de alvarás", explica Martins Costa. "A Justiça não parou. O seu sistema parou, mas os juízes e servidores não pararam".

O advogado Manuel Skrebski, do escritório Woida, Magnago, Skrebsky, Colla, destaca que todos os campos de atuação do escritório foram atingidos — e a interrupção dos prazos naquele momento foi uma medida bem-vinda. "A sede principal do escritório ficou inoperante por mais de quinze dias, em função da falta de energia elétrica e abastecimento de água", afirmou.

Não houve impacto expressivo entre os advogados do Souto Correa, mas sete funcionários tiveram perdas patrimoniais e tiveram auxílio do escritório. "Não apenas financeiramente, para recompor suas perdas, reconstruir suas casas, mas [também] oferecendo suporte psicológico", afirma Guilherme Rizzo Amaral, CEO do escritório.

Tecnologia mantém serviços cartorários

Emilio Sant'Anna
Para o Valor, de São Paulo

Um cartório fechado pode não parecer um grande problema perante as 2,4 milhões de pessoas atingidas pela maior enchente já registrada no Rio Grande do Sul, que deixou ainda 10 mil desabrigados. Para quem está em meio ao caos, no entanto, a situação é diferente. Certidões de óbitos, nascimentos, transferências de propriedades, compra e venda de imóveis e vistoria de veículos, a lista de serviços é longa. Os impactos vão desde problemas legais a perdas econômicas.

Ao todo, 60 cartórios foram impedidos de serem acessados devido aos alagamentos; metade deles foram atingidos diretamente pelas chuvas e não puderam funcionar, de acordo com a Associação dos Notários e Registradores do Rio Grande do Sul (Anoreg-RS). O Estado tem 768 unidades. A maioria dos serviços, porém, não foi interrompida graças à digitalização e à computação em nuvem, que permitiram que documentos, recentes e antigos, não se perdessem e que o trabalho fosse retomado mesmo fora das unidades atingidas. "Muitos colegas conseguiram baixar os backups em servidores próprios e atender em outros lugares remotos", diz Cláudio Nunes Grecco, presidente da Anoreg-RS.

Houve, no entanto, situações em que a informatização não garantiu que negócios fossem fechados. A queda do sistema do Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran/RS) — após o desligamento preventivo do datacenter do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul (Procergs), submerso em Porto Alegre — deixou todos os serviços indisponíveis a partir do dia 6 de maio, com efeito cascata para cartórios e revendedoras de veículos.

Como resultado, a maior parte dos veículos vendidos no Estado, mesmo em áreas não alagadas, não puderam ser legalizados, impedindo o emplacamento. "Foram 21 dias sem emplacar um carro. Isso resultou na queda de 75% das vendas", diz Jefferson Furstenau, presidente do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Rio Grande do Sul (Sincodiv-RS) e Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores RS (Fenabrave-RS).

75%
de queda nas vendas de carros

Segundo ele, o prejuízo para o setor deve chegar a R$ 1,5 bilhão. A situação começa a se normalizar, mas há dúvidas do que será o normal para o setor após o desastre climático. "Junho está bom, mas sabemos que isso não é a normalidade, porque isso é fruto das indenizações dos seguros".

O impacto do desastre nos cartórios ajuda a compor o quadro dos prejuízos para os gaúchos. Grecco explica que no vale do Taquari, uma das regiões mais afetadas, há forte presença de atividades econômicas como a suinocultura e a avicultura. Quem não perdeu toda a criação nas enchentes e precisou de liquidez pode ter tido problemas para, por exemplo, registrar documentos relativos ao crédito rural, situação que já havia ocorrido durante a pandemia.

Houve dificuldades como expedição dos registros de óbitos, que receberam tratamento especial durante as enchentes, em acordo com a Justiça. A lei determina que documento seja feito no cartório que atende à região em que houve o óbito. No vale do Taquari, isso não foi possível por algumas vezes. "Quando um cartório não conseguia fazer, o do lado, se tivesse condições fazia, mesmo no local que a lei não determina. Entrávamos em contato com a juíza, ela autorizava e fazíamos. Isso, a própria corregedoria determinou", diz o presidente da Anoreg-RS.

Para que a população não ficasse descoberta, os cartórios em condições funcionaram em esquema de mutirão. Até o final de junho, por decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os cartórios de registro civil do Rio Grande do Sul foram autorizados a emitir certidões de nascimento, casamento — necessárias, por exemplo, para emissão da carteira de identidade — e óbito gratuitamente.

INÊS 249

Pós-tragédia Prefeito quer reforço imediato de diques e afirma que precisa de apoio

Moradores de Canoas, cidade com mais mortes, vivem apreensivos

Fernanda Canofre
Para o Valor, de Porto Alegre

Durante os primeiros dias de maio, enquanto boa parte do Rio Grande do Sul atravessava a pior catástrofe climática de sua história, Gabrielli Rodrigues da Silva, 24, fazia um apelo. Moradora do bairro Harmonia, em Canoas, ela buscava a filha Agnes, de sete meses. Ela e os quatro filhos, incluindo duas bebês gêmeas, foram resgatados em casa, por volta das 19h30, do dia 4 de maio. A cerca de duas quadras do ponto seco onde desceriam, o barco em que seguiam com mais dez pessoas virou. Em meio ao caos no local, ela não viu mais a criança. Os outros três filhos — a outra bebê, uma menina de sete anos e um menino de dois — foram levados ao hospital.

"Passamos a madrugada toda acordados", diz ela, contando que outros familiares se abrigaram no segundo andar da casa de madeira, onde ela, o marido e os filhos viviam. O primeiro andar era casa dos sogros.

A família chegou a colocar tecido vermelho nas janelas e fez cartazes avisando que crianças e idosos precisavam sair dali, mas ninguém parava. A água subiu rápido, atingindo o carro deles. "Minha bateria [do celular] tinha acabado. Eu mandei mensagem ao meu irmão, ele conseguiu um barco com um rapaz e eles vieram nos salvar."

Oito dias depois, no domingo de Dia das Mães, Gabrielli reconheceu o corpo da filha por uma foto. Agnes é uma das 31 pessoas que morreram nas enchentes em Canoas, município na região metropolitana de Porto Alegre, que lidera o número de óbitos na catástrofe gaúcha. No total, 178 pessoas morreram em 53 municípios, segundo balanço da Defesa Civil estadual de 24 de junho.

"Considerando que muitas pessoas já voltaram para suas residências, acredito que não se tenha grandes mudanças nesses números", diz Maiquel Luis Santos, diretor-geral adjunto do Instituto Geral de Perícias (IGP).

Canoas, com 347 mil habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), terceira cidade mais populosa do Rio Grande do Sul, teve o maior impacto humano na catástrofe. A prefeitura municipal que mais de 100 mil pessoas tenham deixado suas casas devido às enchentes, e cerca de 20 mil delas precisaram de abrigo. Além da posição geográfica, com encontro de rios que tiveram suas bacias cheias nas chuvas intensas, as enchentes que cobriram casas inteiras, chegando a seis metros de altura em alguns pontos, inundaram com força maior a partir do rompimento de dois diques, em duas regiões populosas, Mathias Velho e Rio Branco.

"Os diques têm obras periódicas, manutenção. Não ocorreu rompimento por falha estrutural. Esses diques são muito seguros, a fragilidade é quando a altura deles é inferior a da água. As casas de bomba estavam todas revisadas, todas com geradores, todos os motores funcionando", diz o prefeito Jairo Jorge (PSD). 'Tudo foi concebido pensando na enchente de 1941. Agora temos que pensar que pode ser pior daqui a três, seis meses. Estamos fazendo estudos hidrológicos, mas uma definição a partir do que a gente já apontou aqui é elevar os diques", afirma ele, que pretende iniciar imediatamente as obras, com verbas do governo federal e incluindo bairros desprotegidos.

A Câmara de Vereadores da cidade aprovou a abertura de CPI para investigar as ações de Jorge durante as enchentes. O prefeito avalia que a condução do governo foi correta e diz que a comissão será importante para esclarecer os fatos, embora diga que a oposição poderia esperar o momento de crise.

Além das obras de contenção, o prefeito diz que enfrenta dificuldade com a limpeza, devido a grande quantidade de entulhos. Até semana passada, haviam sido limpos 75 km de ruas, de um total de 340 km. A prioridade são as vias principais, pensando em rotas de serviços e evacuação. Ele diz ainda que mais equipes devem ser contratadas em breve. "A meta é em 30 dias ter a cidade limpa do resíduo maior", diz.

Canoas também chegou a ter o maior abrigo do Estado, instalado na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), com cerca de 7,5 mil pessoas no pico. Atualmente, há menos de 200 pessoas no local e outras 2 mil em abrigos da prefeitura. Embora algumas tenham retornado às suas casas, a prefeitura estima que precisará de cerca de 5 mil moradias para realocar famílias de áreas desprotegidas ou com casas destruídas.

Meri Morais, 50, moradora do Mathias Velho, encontrou um aviso da Defesa Civil quando voltou para a casa onde morou a vida toda: "Local interditado. Proibido ocupação." Ela, a mãe e as irmãs tinham casas no mesmo terreno. A mãe, acamada, quebrou o fêmur durante a evacuação e segue internada. "Não temos onde morar. Se derem alta, não temos onde colocá-la. Nós estamos espalhados por aí, perdemos tudo. Só saí com a roupa do corpo, nem documentos", diz. Ela ainda que encontrar imóveis para alugar virou tarefa quase impossível na cidade. "Não tem, quando aluga é R$ 2.000 e meu salário é de R$ 1.590."

Elisete Ribeiro, 58 anos, conseguiu uma quitinete para ela, o companheiro e o filho de 12 anos, com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que tem dificuldade de fala e nao tem autonomia. Eles ficaram um tempo abrigados na Ulbra. A casa de madeira onde viviam foi danificada, e ela não sabe quando conseguirá voltar. "O que estava dentro, perdemos', conta. "Encontrei só um vizinho, caminhando de cabeça baixa, e ele nem nos cumprimentou. Ainda tinha um pouco de água lá. Na rua, mal tinha condições de passar de tanto entulho. O pessoal estava tirando tudo com pressa de voltar. Gente que está em abrigo, casa de parentes, que não conseguiu aluguel."

Canoas estima perda de pelo menos R$ 200 milhões na arrecadação anual com impacto da catástrofe. Jorge diz que já solicitou R$ 230 milhões ao governo federal para ações. "Até agora, recebemos do governo federal R$ 12 milhões relativos à emergência e R$ 10 milhões do Fundo de Participação dos Municípios. Do governo estadual, não recebemos nenhum centavo, mas acredito que os dois vão nos ajudar", diz ele. "Apoio está acontecendo, mas ainda de forma um pouco lenta."

Enquanto isso, Gabrielli e a família conseguiram outra casa. Com novas chuvas, ela e o marido planejaram que, caso a água volte a subir, ela sairá com as crianças.

> "Não temos onde morar. Nós estamos espalhados por aí, perdemos tudo"
> *Meri Morais*

> "Agora temos que pensar que pode ser pior daqui a três, seis meses"
> *Jairo Jorge*

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL

Abrigo para atingidos pela enchente da Universidade Luterana do Brasil, em Canoas, chegou a ter 7,5 mil pessoas; prefeitura estima que mais de 100 mil precisaram sair de casa durante alagamento

Número de pessoas em abrigos cai 89% desde pico

Paula Laboissière
Agência Brasil, em Brasília

O número de pessoas em abrigos no Rio Grande do Sul caiu 89% desde o pico da situação de emergência no Estado, quando havia 81,2 mil pessoas em espaços comunitários. A região, atingida por chuvas e inundações, registrou 8,8 mil pessoas desabrigadas no último balanço da Defesa Civil estadual, realizado nesta terça-feira (25).

Em nota, o Ministério da Saúde informou que, atualmente, cerca de 200 abrigos ainda estão ativos em 53 municípios gaúchos. "Em cooperação com a secretaria estadual e gestores municipais, foram coordenadas ações de cuidado à população nos abrigos, atendimento em saúde mental e acesso a medicamentos", informou o ministério. "Além disso, são oferecidas orientações essenciais para garantir um retorno seguro às casas, incluindo cuidados durante as limpezas e a higienização, assim como o descarte adequado de alimentos", completou a pasta.

O ministério destacou também que segue monitorando casos suspeitos de leptospirose no Rio Grande do Sul e reforçou a importância de buscar atendimento médico assim que surgirem os primeiros sinais da doença. Até o momento, foram registrados 417 casos de leptospirose no Estado desde o início das enchentes.

A pasta informou ainda já ter distribuído mais de 6,5 mil doses de vacina contra a hepatite A, 23 mil contra a raiva humana e 134,5 mil contra a covid-19, além das doses de rotina.

Também foram entregues 8 milhões de itens médicos, incluindo insulina, produtos para a saúde da mulher, 138 tipos de medicamentos de alto custo e classificados como estratégicos, 86,3 mil ampolas para intubação orotraqueal, 600 doses de imunoglobulina, 80,7 mil testes e insumos laboratoriais e 1.140 frascos de diversos soros.

"O ministério também mantém quatro hospitais de campanha em operação no Estado, que registram mais de 18,3 mil atendimentos, e continua a mobilizar voluntários da Força Nacional para garantir cuidados de saúde à população afetada", destaca.

A situação dos desabrigados pode se complicar com a queda de temperatura prevista para os próximos dias. De acordo com a Sala de Situação do RS, o ar frio ganha força neste sábado (29), com temperaturas mínimas entre 0 ºC e 4 ºC nas regiões oeste, sul e centro do Estado, além da costa Doce, dos vales e da região serrana. O domingo deve registrar temperaturas negativas de -4 ºC.

Arrecadação com Pix passa de R$ 125 mi

De Maringá

O governo do Rio Grande do Sul já arrecadou R$ 125,35 milhões via Pix para apoio às vítimas da enchente. Têm direito ao repasse, no valor de R$ 2.000 por família, os moradores de cidades em calamidade que foram atingidos entre o fim de abril e o começo de maio pelo desastre.

Para receber o benefício é preciso ter renda familiar mensal de até R$ 4.236 e individual de até R$ 1.425 per capita, estar no CadÚnico e ser contemplado no programa Volta Por Cima. Até agora, 35.149 famílias serão contempladas. Para doar, a chave Pix é o CNPJ 92.958.800/0001-38.

Também é possível doar pelo site paraquemdoar.com.br.

Veja mais em sosenchentes.rs.gov.br

A vista do Guaíba, perto do Gasômetro

Crônica

Martha Batalha
Especial para O Globo

Como toda carioca, o que eu mais queria na primeira viagem ao Sul era sentir frio. E tinha que ser um frio impactante, porque outra coisa que carioca adora é dizer que sentiu frio. Queria a sensação e também a estética, ficar chique na gola rolê de uma suéter rosa, comprada na C&A para a ocasião. Isso foi no início dos anos 1990. Eu tinha 18 anos, e estava de férias na faculdade visitando uma amiga em Porto Alegre. Além do frio, não tinha ideia do que esperar. Eram os anos sem internet.

O clima não decepcionou. Peguei um frio de cortar a pele, reter os músculos e se instalar nos ossos. Foi o máximo, e não só. Visitei Gramado e Canela. Conheci a Casa de Cultura Mário Quintana. Entendi o que era colonização europeia dormindo na casa de madeira da avó da minha amiga em Farroupilha, e provando a geleia de figo feita no sítio da família. Para o almoço nós fizemos o macarrão, e também a massa de tortelli, e o recheio de abóbora. Eu nem sabia o que era um tortelli. Acho que fiz tudo isso tremendo, e minha amiga teve que me emprestar um casacão de lã. Pelo espelho me vi deslumbrante, e senti inveja da praticidade estética dos que têm inverno.

Eu amei o Sul. E arranjei um namorado de Erechim. Nos anos seguintes fiz com frequência a viagem de ônibus Rio-Porto Alegre. Vinte e quatro horas na estrada, vendo pela janela o Brasil se modificar, os pastos dando lugar a plantações, casinhas de madeira aqui e ali. Levei amigas, e uma delas se apaixonou por um gaúcho da brigada militar com as costas do tamanho de um escudo.

Fui à Festa da Uva em Caxias do Sul, visitei as Missões numa tarde sem turistas e dirigi até o fim do Brasil depois do Rio Grande. Entendi ali todos os livros do "Tempo e O Vento", que li pensando (Érico Veríssimo que me perdoe) no Capitão Rodrigo com a cara do Tarcísio Meira. Em Porto Alegre eu comprei uma mandala no Brique da Redenção e quis morar num dos prédios da área, um quarto andar com varandinha. Comi muita polenta e arroz de charque e me acostumei com o gosto amargo do chimarrão. Num pileque de vinho doce no centro de POA combinei com um amigo de lançar a revista Fracassos, na qual todos se identificariam. Até de prenda eu me vesti, para um baile num Centro de Tradição Gaúcha (CTG).

Mesmo quando eu não ia ao Sul, o Sul chegava até mim. Também nos anos 1990 eu assinava a newsletter Cardoso, na qual jovens gaúchos escreviam sobre madrugadas nos bares com crises existenciais e amores não correspondidos por mulheres inacessíveis. Uma literatura impensável no Rio, onde a mentalidade dos homens era passemos o rodo e que se dane, e a das mulheres era será que ele vai ligar? O que ele quer dizer com a gente se fala? No Sul até o sofrimento tinha classe.

O namoro acabou, os amigos ficaram. O Sul permaneceu. Há um ano eu estava na maravilhosa livraria Taverna, no térreo da Casa de Cultura Mário Quintana, lançando um romance. Eu estava no apartamento de uma amiga no bairro Passo d'Areia, admirando a vista livre para os prédios iluminados. E também na PUC-RS, para uma conversa com os alunos de escrita criativa. Eu estava tomando cerveja com um amigo em Pelotas e com outro no centro de POA.

Pensando aqui, troquei o namoro com um gaúcho pelo namoro com um Estado, que testemunhou as minhas mudanças e me acolheu em fases diferentes. Por isso foi estranho ver o Sul sob a água. Foi errado. O Sul deveria se manter intacto, para a impermanência só se dar em mim. O Estado se recupera, e para sempre, eu espero. O Guaíba existe para a gente deitar na grama perto do Gasômetro, sabendo que a água tranquila corre ali na frente.

Cenário Território de municípios terá de ser refeito do zero, com criação de novos centros urbanos

Cidades no vale do Taquari devem trocar de lugar para sobreviver

André Borges
Para o Valor, de De Muçum, Encantado, Roca Sales e Arroio do Meio (RS)

Com um par de galochas enlameadas, Pedro Alexandre Venâncio, 53 anos, caminha sobre pedaços de tijolos espalhados sobre seu terreno, na margem direita do rio Taquari, na pequena Muçum (RS), a 155 km de Porto Alegre. "Aqui era a cozinha", diz, sinalizando com os braços o espaço onde ele, até dois meses atrás, almoçava com a família. "Desse lado ficavam os quartos e o banheiro. A sala ficava ali. Eu morava nesta casa com minha mãe, minha esposa e nossa filha. Era boa, nosso cantinho. A lama levou tudo. Não sei ainda para onde vamos, nem se voltaremos para cá."

Não voltarão. Venâncio e sua família fazem parte de um contingente de milhares de pessoas que tiveram o destino atravessado pela maior catástrofe climática do país. A tragédia que dilacerou cidades inteiras do Rio Grande do Sul e desabrigou sua população também transfigurou a área urbana de muitos municípios.

No vale do Taquari, a 160 km de Porto Alegre, a reconstrução gaúcha não se limitará à limpeza das cidades, o reerguimento de casas, empresas e estruturas de contenção. Bairros inteiros precisarão trocar de lugar, em busca de áreas mais altas e distantes dos rios. Boa parte do território desses municípios terá de ser refeita do zero, com criação de novos centros urbanos.

O **Valor** percorreu o vale do Taquari, passando por cidades como Muçum, Roca Sales, Encantado, Arroio do Meio, Lajeado e Estrela, algumas das mais impactadas nessa região do Estado.

Na pequena Muçum, conhecida como a "cidade das pontes", o cálculo inicial é de que pelo menos 1.500 moradores terão de mudar de casa, o que significa realocar praticamente um terço do município de quase 5 mil habitantes. O prefeito da cidade, Mateus Trojan (MDB), que também teve sua casa e a própria prefeitura invadidas pela lama, diz que ainda está definindo as áreas para onde parte do centro terá de migrar.

Cercado por sacos de lixo abarrotados de documentos e livros que foram levados às pressas ao primeiro andar da prefeitura para escapar da lama, Trojan teme pelo êxodo de parte da população, após três enchentes castigarem o vale do Taquari em menos de um ano. Em setembro de 2023, 20 pessoas morreram. Nas enchentes deste ano, não houve registro oficial de vítima fatal na localidade.

"Nós tínhamos cerca de 5 mil habitantes em Muçum, mas, neste momento, eu não consigo mais mensurar, porque é fato que estamos perdendo parte da população. Tem gente indo embora para outros lugares e essa evasão vai aumentar se a gente não reagir e se precaver da reincidência das tragédias naturais", diz Trojan.

A necessidade urgente de erguer novas casas, galpões ou prédios é apenas uma parte do problema. O processo de reconstrução encarado pela população passa, antes, pela preparação de territórios que hoje não contam com nenhuma infraestrutura básica.

"Estamos adquirindo áreas, desapropriando, mas a realidade é que essas regiões ainda precisam de terraplenagem, precisam de rede de luz, água e esgoto, de pavimentação, enfim, de toda estrutura que vai muito além de erguer uma unidade habitacional", lembra o prefeito de Muçum. "Eu acredito que, pela gravidade do que aconteceu, vamos precisar de, no mínimo, dois anos para restabelecer o que foi perdido."

Enquanto tentam alinhar planos de retomada que incluam medidas eficazes para lidar com novas tragédias climáticas, os municípios prosseguem com as ações emergenciais de ajuda humanitária e que continuam em andamento em todo Estado, com milhares de pessoas ainda em abrigos.

A cidade de Encantado (140 km da capital), com seus 23 mil habitantes, também busca uma solução para um terço de sua população, cerca de 7 mil pessoas diretamente atingidas pelas enchentes.

A prefeitura já contabilizou pelo menos 400 casas destruídas, além de outras 1.300 que foram severamente atingidas pela lama. Boa parte não terá mais condições de ser utilizada. "Esse inventário de destruição ainda está em andamento. Temos vários bairros onde a população terá que ser deslocada. As pessoas não poderão ficar mais ali", diz o prefeito de Encantado, Jonas Calvi (PSDB).

A estimativa inicial é que mais de 600 casas terão de ser construídas em outros lugares do município, o que significa trocar o CEP de aproximadamente 2 mil pessoas. A complexidade envolve não apenas recursos financeiros, mas o respeito a aspectos culturais e hábitos cotidianos de cada morador.

"É preciso realocar, não tem jeito, mas sabemos que não adianta colocar um ribeirinho numa área onde ele nunca viveu, nem pegar alguém da zona rural e trazer para o centro da cidade. Temos de considerar a história das pessoas, fatiar as soluções e isso não é algo simples de se fazer, principalmente em uma cidade pequena", diz Calvi.

> "Não adianta colocar um ribeirinho numa área onde ele nunca viveu"
> *Jonas Calvi*

É essa a situação que aflige pessoas como o aposentado Carlos Zambiazi, de 66 anos. "Eu já tenho uma certa idade. Só queria ter um lugar tranquilo, no tempo que ainda tenho pra viver, mas queria voltar para onde eu saí. Se eu conseguir reconstruir a minha casinha no lugar que a água levou embora, pra mim é o suficiente", diz Zambiazi, que estava há um mês acampado de uma quadra poliesportiva no centro da cidade.

O prefeito de Encantado, que ficou cinco dias sem conseguir ter notícias sobre seus pais, por estarem isolados e incomunicáveis no interior do município devido às enchentes, avalia que a reconstrução das vilas e das casas destruídas deverá demorar anos. "Estávamos reorganizando o município, com a limpeza da cidade, oito meses depois da enchente que vivemos em setembro do ano passado. E agora veio essa tragédia. Fica muito difícil fazer uma previsão clara sobre a retomada da normalidade."

Mônia Canal, 49 anos, auxiliar de padaria em Encantado, completou mais de um mês sem saber o que é "normalidade". Dormindo em um alojamento ao lado de seu filho Cristiano, de dez anos, ela tem retornado diariamente ao que restou de sua casa, nas margens do rio Forqueta, um afluente do Taquari, para ver o que ainda é possível recuperar.

"Não sei descrever o que a gente sente, é muito triste. Eu tive ajuda de voluntários para limpar a casa, mas é difícil entrar de novo. Quero voltar para minha casinha. Mas quando eu tiver outro lugar, vou sair daqui", diz Canal, completamente exaurida, após mais um dia de limpeza no meio do barro que impregnou sua residência e acabou com seus móveis.

A estrada que corta as cidades de Muçum e Encantado avança sentido sul do Estado gaúcho, ladeando as margens do Taquari. Por vários dias, a rodovia ficou com diversos trechos submersos e tomados pelos deslizamentos. É esse o caminho que leva até Roca Sales (135 km de Porto Alegre) e Arroio do Meio (125 km), duas cidades que também tiveram a paisagem devastada.

Em Roca Sales, a "Cidade da Amizade", cerca de 400 casas viraram montes de entulho de um dia para o outro, deixando cerca de 1.500 pessoas sem lugar para morar. O prefeito, Amilton Fontana (MDB), diz que ainda está definindo as áreas de realocação da população. "Vamos ter de adquirir mais áreas, além de fazer as obras emergenciais. Hoje, temos um território de 50 hectares na área central que sofre alagamento. Estamos buscando uma área maior no município, de 70 hectares, para levar essa população, mas é claro que fazer essa mudança toda vai levar anos."

Para estimular a realocação, órgãos públicos devem ser transferidos para novos bairros. "Hospitais, unidades de saúde, centros administrativos e demais serviços públicos deverão ser levados aos poucos para esse outro local do município, como forma de atrair empresas e a população em geral", diz.

A ideia é que terrenos sejam concedidos para a população que perdeu tudo. "Cerca de 60% da área urbana do município terá de mudar de local. Em termos de população, a gente estima que, no mínimo, 4 mil pessoas serão realocadas, de um total de 11 mil habitantes", afirma.

Nesse caminho para a reconstrução, a reclamação geral dos gestores municipais passa pela burocracia no acesso a recursos. Eles são uníssonos em dizer que têm recebido atenção dos governos federal e estadual, mas criticam a lentidão para que o dinheiro, de fato, esteja disponível.

"Estamos numa fase de retirada do lixo. É o que todo município ainda está vivendo. Ainda nem conseguimos calcular o volume total. Hoje, nossa preocupação está em conseguir liberar os recursos para aumentar a contratação de máquinas na remoção e armazenamento desse entulho", diz o prefeito de Roca Sales.

Em Arroio do Meio, o prefeito Danilo Bruxel (PP) ainda estuda uma nova região do município onde terão de ser erguidas, pelo menos, mil novas casas. "São três bairros da cidade que, praticamente, não vão mais existir. Teremos de remover todos", diz Bruxel.

Com uma população de 22 mil pessoas, Arroio do Meio teve 12 mil habitantes com suas casas diretamente afetadas pelas enchentes. Pelo menos 5 mil deles terão de trocar de endereço.

É o que aflige pessoas como José Cézar Zotti, 62 anos, que colocou boa parte de suas economias na construção de uma casa ao lado do rio Forqueta. A propriedade segue de pé, mas está em área de extremo risco. Enquanto recolhe os brinquedos de seus netos no meio da lama, Zotti diz que não quer sair dali. "Estamos limpando para poder voltar. Perdemos tudo, mas vamos recuperar a casa."

A dificuldade de se encontrar locais provisórios e disponíveis para aluguel é outra preocupação nos municípios, situação que se agravou ainda mais com as enchentes de maio. Devido às inundações ocorridas em setembro do ano passado no vale do Taquari, a prefeitura de Arroio do Meio, por exemplo, já vinha mantendo 200 famílias em casas bancadas com aluguel social, um benefício de até R$ 800 por família que é dado a quem perdeu sua residência. Acontece que pelo menos metade dessas famílias voltaram a perder seus lares — no caso, as casas alugadas onde estavam — devido à nova destruição.

> "São muitas urgências ao mesmo tempo, após a fase de salvar as vidas"
> *Danilo Bruxel*

"É a ocorrência de um problema sobre outro que nem estava solucionado. Ainda estamos buscando uma saída para isso. Devemos ter 300 novos aluguéis sociais", diz Bruxel. "São muitas urgências ao mesmo tempo, após a fase de salvar as vidas e resguardar as pessoas. Além de cuidar da reconstrução das casas, outra prioridade neste momento é a logística, as travessias que perdemos."

Arroio do Meio ficou praticamente isolada após a enxurrada de lama derrubar a ponte de concreto que liga o município a Lajeado e Estrela, por meio da BR-386. Hoje, a previsão mais otimista é que essa religação por onde passam veículos esteja pronta em meados de setembro. Outra passagem de ferro, batizada de "Ponte da Reconstrução", foi reerguida sobre o rio Forqueta e já está em operação.

Em meio à tragédia histórica, os sinais de retomada, aos poucos, se espalham pelas cidades do Vale do Taquari. No centro de Muçum, o casal Eneleide Ulme e Enestor Ulme contratou os serviços do pedreiro Djalma Conceição para reerguer as paredes de sua loja.

Com um carrinho cheio de cimento e uma colher de pedreiro nas mãos, Conceição reboca os tijolos que tinha acabado de assentar, no fim de maio, quando muitas ruas próximas e em todo Estado ainda estavam debaixo d'água. "Estar aqui, construindo, é sinal de recomeço para uma vida nova, esperando que isso nunca mais aconteça", diz Eneleide Ulme. "Temos muita força e coragem para lutar e conseguir vencer de novo."

Embaixo d'água
Municípios do vale do Taquari estão entre os mais atingidos

Fonte: Laboratório Latitude/Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia da UFRGS

Tumulos foram arrancados pela força da enchente e destroços, em Mucum (RS)

Casa de Jose Cezar Zotti, no município de Encantado (RS), nas margens do rio Forqueta

Voluntários improvisam churrasco para desabrigados das enchentes em Roca Sales (RS)

'Vou dar mais valor a quem está próximo'

Moradora de Canoas, Elisângela Aberte teve a casa inundada quase até o teto. A família, que chegou a ser abrigada por amigos, perdeu quase todos os móveis e o carro, e a moradia precisará de reformas. Ela diz que, de agora em diante, irá viver uma vida diferente. "Vou amar mais, vou dar mais valor a quem está próximo, aos amigos e parentes", afirma. "Há tantas histórias de mães que perderam os filhos, amigos. E a gente está aqui e o Sol está ali na rua, brilhando."

'Correr na orla era programa de fim de semana'

Cássia Policarpo aproveitou o primeiro domingo de sol em Porto Alegre após as enchentes, no início de junho, para participar de uma corrida solidária em prol das vítimas. Ela, que mora no oitavo andar e não foi diretamente atingida pelas inundações, ainda estava em dúvida se deveria ir, mas comemorou ter saído de casa. "Tive uma sensação muito boa ao chegar aqui. Aquele dia lindo, reencontrar o pessoal", afirma. "Correr na orla era o nosso programa de finais de semana."

Meio ambiente Preço de se desconsiderar mudança climática é mais risco a vidas e à economia

Reconstrução precisa prever resiliência a eventos extremos, afirmam especialistas

Ana Lucia Azevedo
Do Globo

O Rio Grande do Sul deverá considerar mais do que as estratosféricas perdas da catástrofe em que está mergulhado para a retomada. Especialistas são unânimes em frisar que a reconstrução deve ser orientada pela resiliência a eventos ainda mais extremos, dentro dos efeitos da mudança climática.

"Há uma imensa ansiedade natural pela reconstrução. Mas a inclusão de resiliência às mudanças climáticas deve orientar todas as medidas, das estruturantes, como obras de infraestrutura e habitação, às não estruturantes, o que inclui soluções baseadas na natureza, monitoramento, planos diretores e políticas públicas. O preço de não fazer isso será ainda mais alto, em vidas e economia" alerta o hidrólogo Rodrigo Paiva, um dos cientistas à frente das imprescindíveis medições do nível do Guaíba feitas pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IPH/UFRGS).

O monitoramento do IPH ajudou a proteger os habitantes da região metropolitana de Porto Alegre nos momentos críticos. O grupo fez ainda previsões sobre possíveis consequências das mudanças climáticas, com recomendações técnicas às autoridades públicas sobre a reconstrução. As sugestões para refazer pontes e rodovias foram incorporadas aos editais lançados pelo Estado. O governo federal também tem procurado, segundo Paiva, buscar critérios quantificáveis, baseados em ciência, para conceder ajuda e financiamento.

Numa área historicamente sujeita aos efeitos extremos de chuva devido a sua localização e topografia, o Rio Grande do Sul pode ter nas próximas décadas um aumento de 20% das vazões máximas dos rios, segundo o estudo da UFRGS. Isso implica numa elevação de 50 cm a 70 cm acima do nível registrado este ano no Guaíba e do rio dos Sinos. O transbordamento deste último em maio alagou Novo Hamburgo e São Leopoldo. Nos rios da serra, principalmente o Taquari, isso representaria 3 metros acima do recorde de 20 metros alcançados em maio.

Paiva observa que os rios das montanhas gaúchas são únicos no Brasil pela combinação de volumes caudalosos em leitos com alta declividade. Por isso, são capazes de subir 20 metros acima do nível em questão de horas, como fez o Taquari em maio. "É como uma tsunami. Um tipo inédito e único de desastre. Imagine com mais três metros. Precisamos olhar para o futuro e não se basear somente no ocorrido. Vivemos num tempo em que cheias impossíveis se tornam realidade", observa Paiva.

O Rio Grande do Sul sofreu vários tipos de desastres combinados numa só catástrofe. Todas as cidades da região metropolitana de Porto Alegre estão em áreas baixas, vulneráveis a inundações. O mesmo ocorre nos municípios no entorno da lagoa dos Patos, como Pelotas e Rio Grande. Já os da serra estão em áreas sujeitas a enxurradas e deslizamentos. E foram as enxurradas da serra que desaguaram e inundaram o entorno do Guaíba e, depois, o da lagoa dos Patos.

O desastre é integrado, mas as soluções precisam ser adequadas às condições de cada município e de áreas dentro deles, salienta Paiva. Essa orientação é consenso na comunidade científica.

Entre as medidas urgentes para a reconstrução — trabalho que deve levar anos — está a recomposição e ampliação imediata de todo o sistema de proteção contra cheias de Porto Alegre, com seus diques, comportas, reservatórios e bombas. Cidades onde o sistema era parcial ou inexistente, como as demais da região metropolitana, também precisam da mesma proteção, diz Paiva.

Ele alerta ainda para outras medidas, como fazer grandes dragagens nos maiores rios sem conhecer direito, por exemplo, a profundidade dos trechos, a declividade, onde há rochas sob o leito. "Em pequenos cursos d'água isso é viável. Mas no Guaíba e no Taquari, por exemplo, pode não resolver ou se mostrar inviável. Tampouco adiantar dragar só na frente da cidade. Sem estudar antes, será desperdiçar recursos", adverte.

Também urgentes são sistemas de alerta locais que cheguem à população, monitoramento dos rios, educação para o risco e planos de contingência, entre outros, para que autoridades e população saibam como agir.

Para muita gente, sobretudo na serra, será preciso mudar. Seja porque as residências foram destruídas ou porque se tornaram tão perigosas que voltar não é mais uma opção. Para onde ir é a questão. Não é simples escolher áreas seguras ou de menor risco (em muitos casos ele será inevitável) em áreas como os municípios da serra Gaúcha, espremidos entre rios caudalosos e encostas íngremes. O pesquisador Gean Paulo Michel, do Grupo de Pesquisa em Desastres Naturais (GPDEN/UFRGS), frisa a urgência do mapeamento.

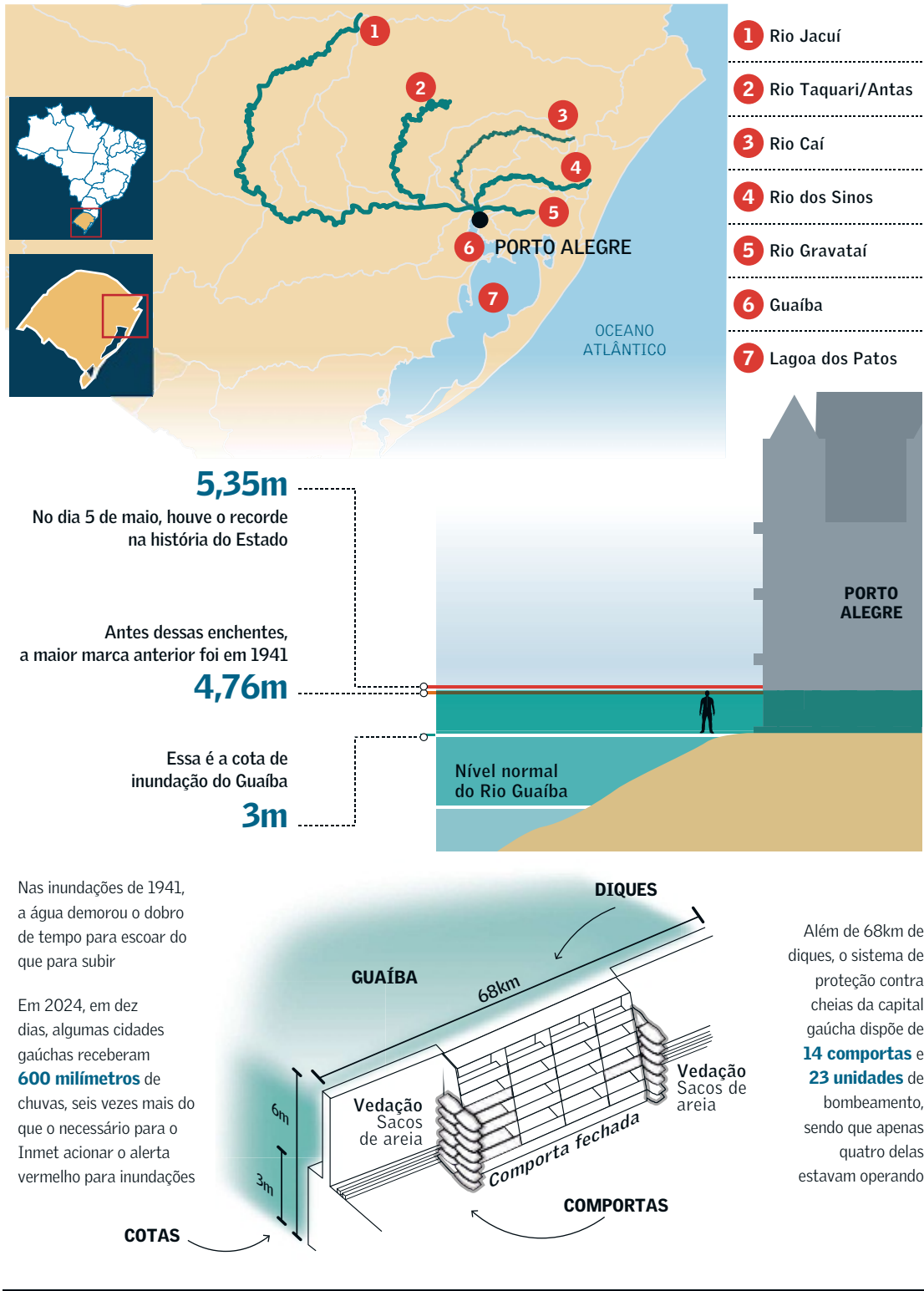
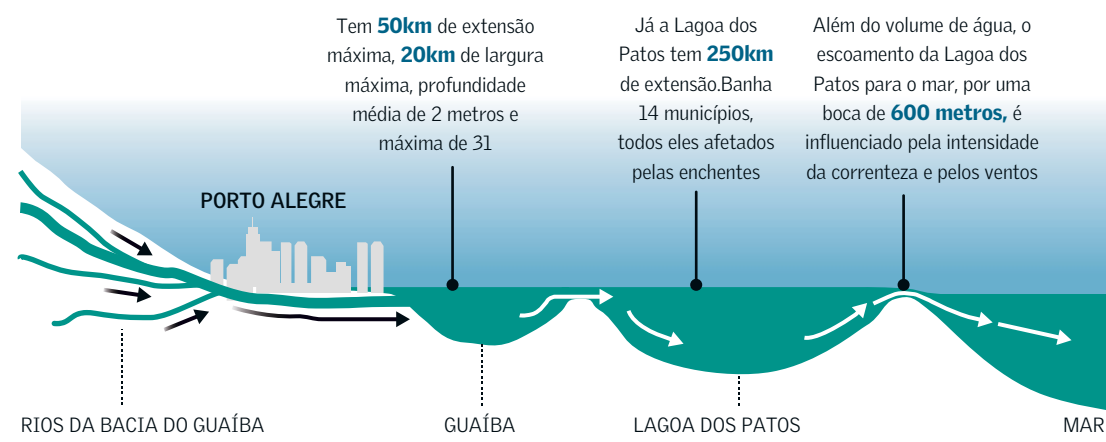
Dentre muitas coisas urgentes, o pesquisador considera essencial neste momento entender quais áreas apresentam maior propensão aos deslizamentos e às inundações. "Isso por que os municípios estão iniciando processos de realocação de famílias desabrigadas e não devemos permitir que novas áreas de risco sejam criadas. O processo de recuperação deve preconizar a reconstrução preventiva (o Build Back Better) onde novos riscos são evitados a todo custo", diz Michel, que participa de um desses projetos, o Bases de Dados e Informações Geográficas do Lago Guaíba e da Lagoa dos Patos.

Na serra, parte das respostas deve vir do mapeamento coordenado pelo Laboratório Latitude, vinculado à UFRGS, em parceria com o Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia (CEPSRM). O trabalho já identificou 5 mil cicatrizes de movimentos de massa na região hidrográfica do Guaíba, nas chuvas de 27 de abril a 13 de maio, quando ocorreram os maiores volumes. Essa área abrange as bacias hidrográficas Taquari-Antas, Caí, Sinos, Pardo, Alto Jacuí e Vacacaí-Mirim, todas duramente afetadas.

Entram na conta dos movimentos de massa os deslizamentos de solo e rochas e os fluxos de detritos, sendo esses últimos uma espécie de rio, que desce encosta abaixo carregando velozmente água, lama, pedras e árvores. Algumas das cicatrizes chegam a dois quilômetros de comprimento.

O trabalho está em curso e analisou 40% da área atingida. O número final pode chegar a 12 mil cicatrizes. De longe, o maior número do Brasil. O até então maior evento era a tragédia da Serra Fluminense, em 2011, que causou 3.800 cicatrizes. Os números impressionam e evidenciam o desafio da reconstrução e a necessidade de aprender a conviver com o risco, destacaram os cientistas.

Em toda a região, os mais duramente afetados são os municípios dos vales do Taquari-Antas, de relevo íngreme e acidentado e que receberam mais chuva. O solo saturado não suportou e veio abaixo, levando tudo pela frente. Exemplo é Santa Tereza, que concentrou 170 cicatrizes na pequena área de 73 km². O desastre só não foi maior porque a área é predominantemente agrícola e tem baixa ocupação. O mapeamento ajudou inicialmente em resgates e buscas de desaparecidos.

Mas agora, dizem especialistas, é essencial para avaliar o risco geológico e planejar o uso emergencial e de longo prazo, tanto nas estradas quanto na ocupação das áreas urbanas e rurais. Também é fundamental escolher as áreas naturais que serão recuperadas e onde se deve estabelecer novas áreas verdes. Os autores do trabalho dizem que em parte considerável dos municípios será preciso realocar áreas de residências e fazendas.

"São medidas impopulares, mas não é responsável reconstruir sem planejamento com base em ciência. O resultado, quando houver extremos, será de novo o desastre", salienta Rodrigo Paiva.

Ele admite que nesses municípios, onde certamente deverá haver desapropriação e realocação, será preciso esperar mais. Até lá, a melhor solução poderá ser recorrer a residências e instalações temporárias. No caso das áreas agrícolas que não forem deslocadas e possam ser recuperadas, existem soluções variadas. Em todas elas, aprender a conviver com o risco da forma mais segura, por meio de alertas e treinamento, será imprescindível. "Será impossível evitar todos os tipos de risco em todas as áreas e, nesses casos, precisamos pensar em mecanismos de gestão de risco que permitam a convivência com o risco através do aumento da resiliência e da capacidade de enfrentamento" diz Michel.

Nesses casos, o sistema de alerta local é um dos mecanismos de gestão que permitem uma convivência com o risco. Obviamente, a educação voltada a uma cultura de prevenção também é essencial. Mas não é só isso. "Os principais instrumentos de convivência são os Planos de Contingência, previstos pela Lei 12.608. Nesses planos, devem estar detalhadamente estabelecidos protocolos de ação nas situações de desastres, desde os coordenadores da Defesa Civil até os cidadãos", acrescenta o pesquisador.

Outro que destaca a importância crucial dos planos de contingência é Thiago Bazzan, que com os pesquisadores Elisabete Weber Reckziegel e Jair Weschenfelder é autor do estudo "Avaliação do risco de inundação do Lago Guaíba e Delta do Jacuí", um dos raros trabalhos pré-desastre a mapear áreas de risco.

A fúria da natureza mata e destrói. A sabedoria, salva vidas e patrimônio. É consenso mundial que restaurar áreas naturais é um instrumento eficaz e necessário para ganhar resiliência ao clima. A recomposição das matas ciliares dos rios está entre as medidas que podem ajudar a reduzir o impacto de grandes chuvas. A costumeiramente desprezada vegetação dos brejos — chamados de banhados no Sul — cumpre papel importante. Foram os remanescentes dessa vegetação de várzeas, como os do delta do Jacuí e do Guaíba, que seguraram parte do impacto da onda de inundação que veio da serra.

"A onda de inundação, que devastou a serra Gaúcha, teria chegado sem freio na planície onde está a região metropolitana de Porto Alegre. Muito da área de várzea foi destruída no passado. Se ela fosse maior, menos água teria chegado", diz Paiva, que também defende medidas como replantio onde é possível e as chamadas áreas-esponja, com vegetação que absorve muita água nas margens, além de áreas de escoamento dentro da cidade. Porto Alegre, por exemplo, tem algumas áreas de drenagem, mas será necessário mais.

Há mais de três décadas estudando os banhados gaúchos e líder de um mapeamento da vegetação das várzeas do Rio dos Sinos, Uwe Schulz, diretor no Brasil da Aliança Tropical de Pesquisa da Água (TWRA, na sigla em inglês), destaca a importância dessa vegetação. "Os brejos são muito úteis, especialmente num Estado como Rio Grande do Sul, com vastas planícies de inundação. Eles absorvem o excesso de água e depois a devolvem para os rios aos poucos, controlando o fluxo normal. Mas a maioria deles foi destruída ou fragmentada".

Nos Sinos, o grupo dele identificou cerca de 7 mil remanescentes de brejos, a maior parte pequena, com menos de 1 hectare. "Precisamos de muito mais e maiores. E para isso teremos que deslocar plantações e cidades. Não será barato, pois demanda desapropriações, e é impopular. Porém, mais custoso ainda será ter novos desastres. Brigar com a natureza sempre custa mais caro", adverte Schulz.

Radiografia das inundações

Rios que descem da serra Gaúcha despejaram volume muito grande de água no Guaíba

1 Rio Jacuí
2 Rio Taquari/Antas
3 Rio Caí
4 Rio dos Sinos
5 Rio Gravataí
6 Guaíba
7 Lagoa dos Patos

PORTO ALEGRE
OCEANO ATLÂNTICO

5,35m — No dia 5 de maio, houve o recorde na história do Estado

Antes dessas enchentes, a maior marca anterior foi em 1941 — 4,76m

Essa é a cota de inundação do Guaíba — 3m

Nível normal do Rio Guaíba

PORTO ALEGRE

Nas inundações de 1941, a água demorou o dobro de tempo para escoar do que para subir

Em 2024, em dez dias, algumas cidades gaúchas receberam **600 milímetros** de chuvas, seis vezes mais do que o necessário para o Inmet acionar o alerta vermelho para inundações

DIQUES
GUAÍBA
68km
6m
3m
Vedação Sacos de areia
Comporta fechada
COTAS
COMPORTAS

Além de 68km de diques, o sistema de proteção contra cheias da capital gaúcha dispõe de **14 comportas** e **23 unidades** de bombeamento, sendo que apenas quatro delas estavam operando

O Guaíba exibe características de rio e de lago

Tem **50km** de extensão máxima, **20km** de largura máxima, profundidade média de 2 metros e máxima de 31

Já a Lagoa dos Patos tem **250km** de extensão.Banha 14 municípios, todos eles afetados pelas enchentes

Além do volume de água, o escoamento da Lagoa dos Patos para o mar, por uma boca de **600 metros,** é influenciado pela intensidade da correnteza e pelos ventos

PORTO ALEGRE
RIOS DA BACIA DO GUAÍBA
GUAÍBA
LAGOA DOS PATOS
MAR

> "É como uma tsunami. Vivemos num tempo em que cheias impossíveis se tornam realidade"
> *Rodrigo Paiva*

ANDRÉ BORGES

Casas tomadas por entulho trazido pelas águas do rio Taquari no município de Muçum, um dos mais atingidos

Impacto social Tragédia da boate Kiss impulsionou criação de grupo de apoio para vítimas de desastres

Saúde mental requer atenção de longo prazo

Letícia Lopes
Do Globo

Atingida pelas chuvas, a cidade gaúcha de Santa Maria perdeu cinco moradores. Com famílias desalojadas e desabrigadas, o município viu entrar em ação um grupo de profissionais criado em outro momento delicado de sua história: o incêndio da boate Kiss, em 2013.

Após a tragédia que matou 242 pessoas e feriu outras 636, quase todos jovens, o programa Santa Maria Acolhe foi criado para prestar assistência aos sobreviventes e familiares, extensiva aos moradores da cidade, que, apesar de não diretamente envolvidos no incêndio, se abalaram com o ocorrido. A iniciativa acabou se transformando numa referência nacional no acolhimento pós-traumático.

Para a coordenadora de Saúde Mental de Santa Maria, Cláudia Pinto Machado Melo, ter uma equipe permanente e especializada otimiza a assistência no momento em que a população mais precisa. "Quando algo acontece, já temos um suporte. Facilita na organização desse cuidado, que às vezes vai ser uma cama, um banho, uma roupa limpa, o que dá segurança e que faz toda diferença", afirma.

O psicanalista Volnei Dassoler faz parte do Santa Maria Acolhe desde o início, e hoje atua como coordenador do programa. Ele explica que a experiência no acolhimento psicossocial depois do incêndio da Kiss foi uma "virada de chave" que possibilitou o desenvolvimento de um método de assistência para situações do tipo, como a de agora no Rio Grande do Sul.

"Há a perspectiva do atendimento especializado, para quem entende que precisa. Mas, nesses desastres, muitas pessoas não vão conseguir identificar o sofrimento. Elas vão muitas vezes manifestar isso de outras formas, inclusive somatizando", diz. "Por isso, precisamos que os profissionais da atenção básica estejam sensíveis e qualificados para perceber os sinais", afirma o psicanalista.

O aprendizado da cidade também foi empregado em outros desastres: em 2015, no rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), que matou 19 pessoas e deixou fortes cicatrizes psicológicas e ambientais; e na queda do avião com jogadores da Chapecoense, em 2016, que resultou em 40 mortos. Quando a barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, se rompeu, em 2019, causando 272 vítimas fatais, também houve troca de experiências entre profissionais da cidades mineira e gaúcha.

242
pessoas morreram no incêndio em Santa Maria

Coordenadora da Rede de Atenção Psicossocial de Brumadinho, Izabella Chaves observa que o atendimento aos afetados por desastres não deve parar na resposta imediata, mas precisa continuar a longo prazo. "Tem esse cuidado quanto tudo acontece, e que não pode invadir o espaço das vítimas. Mas é preciso pensar nas consequências que aparecem a médio e longo prazo na vida dos atingidos, desde os efeitos sociais e econômicos, como as mudanças no território e a perda dos empregos, até as sequelas de saúde, como o aumento de quadros como ansiedade e depressão e até dependência de álcool e outras drogas", diz ela.

Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP-RS), Míriam Alves defende que a atenção psicossocial esteja presente não apenas na resposta às tragédias, mas também nos planos de prevenção aos desastres que precisam ser elaborados pelos governos.

A psicóloga afirma que isso é feito com ações educativas para que a população saiba o que fazer em caso de risco, o que, segundo ela, ameniza os danos psicológicos quando esse quadro se transforma num desastre. "A população precisa saber como agir. O que eu faço quando a sirene toca? Para onde eu me desloco? Como eu me protejo? São ações concretas, práticas, que os municípios precisam tomar", pontua.

Dassoler, de Santa Maria, observa ainda que, para além dos efeitos individuais — como a morte de um familiar, a destruição da casa ou a perda do emprego —, quando o desastre é coletivo, um dos efeitos é a quebra da confiança e da segurança no futuro.

Miriam Alves, do CRP-RS, lembra que o processo de reconstrução não pode estar dissociado do restabelecimento das comunidades afetivas. "O afeto é o que compunha aquela comunidade ou município que foi destruído. Pensar em saúde mental e atenção psicossocial é dar 'carne e osso' para a casa que vai ser reconstruída. São pessoas que vão precisar refazer seu pensamento de pertencimento àquele território", explica.

Katrina mostra importância de estar preparado

Natasha Madov
Para o Valor, de Nova York

AP PHOTO/DARRON CUMMINGS

Há paralelos entre as inundações do Rio Grande do Sul com aquelas provocadas pelo furacão Katrina, que devastou os Estados da Louisiana e Mississipi, no sul dos Estados Unidos, há quase 20 anos. E não nas imagens de ruas alagadas, pessoas ilhadas à espera de socorro, abrigos improvisados e sistemas antienchente que falharam. As perdas humanas e materiais de ambos os eventos também foram inéditas em seus países.

Até hoje, o Katrina é considerado a pior catástrofe natural da história americana. Foram 1.392 mortes e US$ 125 bilhões de dólares de prejuízo na época (ou US$ 190 bilhões, a valores de 2022). Apenas o furacão Harvey, que inundou a cidade de Houston (Texas) em 2017, empatou no prejuízo financeiro, mas teve menos de um décimo das vítimas fatais daquele de 2005.

Um dos grandes problemas do Katrina foi a falta de preparo da cidade de Nova Orleans (Louisiana) para um evento daquela magnitude, afirma Craig Fugate, ex-diretor da agência americana para gestão de emergências (Fema, na sigla em inglês). Nos dias que precederam a chegada da tempestade, o então prefeito, Ray Nagin, ordenou a evacuação da população. Mais de 1 milhão de pessoas deixaram a cidade, mas cerca de 150 mil se recusaram a sair.

"Muitos dos que ficaram lá [Nova Orleans] eram negros. Eles não tinham carros, eram pobres, tinham dificuldade de locomoção. E a prefeitura tinha uma regra de não montar abrigos para não incentivar as pessoas a ficar [na cidade]," diz Fugate, que chefiou a agência de 2009 a 2016. Quando a água subiu mais de 5 metros após a ressaca do Katrina sobrecarregar e avariar os sistemas de barragens, inundando 80% da cidade, a tragédia tomou proporções inesperadas. Até hoje discute-se se Nova Orleans realmente se recuperou; a população caiu de 485 mil em 2000, para 230 mil em 2006, um ano após a tragédia.

A série de erros burocráticos e negligências técnicas que causaram a perda de vidas durante o Katrina foi objeto de uma investigação do Congresso americano. O maior legado do furacão foi uma mudança radical nas políticas públicas e no papel da Fema. Uma série de leis cortou a burocracia entre as esferas federal e estaduais e agilizou a resposta para estados de emergência. Foram destinados mais de US$ 100 bilhões para reconstruir não só as barragens da Louisiana, mas para reformar outros sistemas de emergência pelo país. Treinamentos de equipes locais e nacionais em conjunto, obrigatoriedade de profissionais com experiência técnica na chefia da agência, entre outras medidas, fizeram com que eventos climáticos posteriores não fossem tão devastadores, especialmente em perdas de vidas humanas.

A importância de educar a população também ficou clara, afirma Jill Trepanier, chefe do departamento de geografia e antropologia da Louisiana State University. "Antes, havia apenas um aviso de que a temporada de furacões estava para começar; hoje, há campanhas ensinando as pessoas sobre como se preparar e o que fazer, vários dias antes de a tempestade chegar", explica. "Eventos negativos acabaram levando a resultados mais positivos porque hoje as pessoas acreditam e agem quando você diz que uma tempestade está chegando, porque elas veem o que aconteceu em outros lugares."

Nova Orleans perdeu mais de 255 mil moradores após furacão, que causou prejuízo de US$ 125 bilhões

Mas ainda há o que melhorar, avalia Tim Frazier, diretor do programa de especialização em gerenciamento de emergências da Universidade de Georgetown. Tão importante quanto planejar o socorro durante a catástrofe, é saber o que fazer após as águas baixarem. Um exemplo, cita, é o que acontece na Flórida, onde vários municípios têm planos de recuperação pós-enchente e furacões. "Assim é possível reativar a economia e reconstruir rapidamente. A janela de oportunidade é curta, e é importante se preparar para o próximo evento. Em tempos de aquecimento global, não é uma questão de 'se' vamos ter um próximo, mas de 'quando'".

Lei ambiental gaúcha pode agravar futuros desastres

Lucas Pordeus León
Da Agência Brasil

ANDRESSA ANHOLETE/STF

Código Estadual foi alvo nesta semana de uma decisão do ministro do STF, Cristiano Zanin

Alvo de recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a atual legislação ambiental gaúcha deve agravar os prováveis futuros eventos climáticos extremos, segundo avaliação dos professores do Departamento de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Gonçalo Ferraz e Fernando G. Becker. "Essas leis colocadas em prática, se [forem] mantidas, vão facilitar a gravidade desses eventos extremos porque há uma facilitação muito grande em alterações do uso do espaço. Há diminuição de proteção de florestas e facilitações de processos que, acumulados, podem agravar uma futura situação de catástrofe", disse Gonçalo.

O Código Estadual (Lei 15.434/2020) foi alvo nessa semana de uma decisão do ministro do STF, Cristiano Zanin, que deu dez dias para o governo local se manifestar sobre ação movida na Corte contra a legislação.

Os pesquisadores argumentam que a atual lei ambiental facilita o uso do solo sem os devidos cuidados preventivos, em especial nas áreas ribeirinhas, às margens dos rios. Além disso, consideram que a lei é muito permissiva com a supressão da vegetação, fragilizando ainda a atuação preventiva do Estado na área ambiental. Os professores publicaram uma nota técnica analisando mais de 200 alterações promovidas no Código Ambiental do Estado em 2020, ainda na primeira gestão do atual governador Eduardo Leite (PSDB).

Alvo de crítica de ambientalistas e organizações ligadas ao meio ambiente, a legislação alterada suprimiu artigos de outras leis estaduais que davam proteção às florestas e espécies da flora gaúcha. A nova lei revogou, por exemplo, o artigo 6º da Lei 9.519 de 1992 que proibia o "corte ou destruição parcial ou total de floresta nativa e demais formas de vegetação natural".

Outra crítica dos pesquisadores é em relação ao processo de licenciamento ambiental. A nova lei criou novos tipos de licenciamento que podem substituir as três etapas que existiam, permitindo licenciamentos feitos pela internet, chamados de Licença Ambiental por Compromisso (LAC). "Se abre aí uma possibilidade pouco transparente a favor das conveniências do momento para facilitar o licenciamento de categorias A, B ou C, que é extremamente perigosa e esvazia o poder do licenciamento de evitar problemas futuros", afirma o professor Gonçalo.

Becker lembra que existe uma tendência de aumento dos eventos extremos climáticos e, por isso, é preciso apostar na preservação de florestas e, principalmente, nas matas ao longo dos rios para reduzir os impactos das próximas chuvas intensas, algo que a legislação atual não teria condições de tornar efetivo. "Quando se permite a ocupação do espaço dessas áreas na beira de rios, que têm uma função de atenuação de correnteza, de erosão, pensando isso na escala de uma bacia inteira, isso tem um efeito cumulativo com potencial de piorar o problema de uma cheia", destaca.

Por isso, para Becker as soluções até então apresentadas, como de se alargar os canais dos rios para fazer a água escorrer, podem ter pouco efeito sem uma mudança na legislação ambiental focada na prevenção e proteção de florestas. "Está se fazendo de conta que esse problema não pode ocorrer, talvez deixando as pessoas ocuparem e assumindo esse risco que não vai ser pago por quem flexibiliza a legislação, mas vai ser pago por todos", disse.

Gonçalo pondera, por outro lado, que as decisões empresariais, com frequência, vão contra a preservação do meio ambiente. "Não é para caracterizar negativamente quem está puxando a indústria do Estado ou o desenvolvimento econômico. É para lembrar que é saudável o Estado arbitrar essa competição entre interesses e ir checando e colocando alguns limites saudáveis a atividades que podem ser danosas para o ambiente, para a saúde e, eventualmente, para a economia, como vimos agora", avalia.

Procurada, a Secretaria de Meio Ambiente (Sema) do Rio Grande do Sul afirma que a LAC não é autolicenciamento. "O órgão ambiental segue emitindo as licenças ambientais e atua na fiscalização posterior à emissão da licença", diz. De acordo com a Sema, dos mais de 20 mil processos licenciatórios emitidos desde 2021, quando a LAC foi regulamentada, 177 foram pelo sistema de compromisso.

"O procedimento administrativo por LAC representa 1% do total de licenças ambientais expedidas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). Além disso, cabe ressaltar que boa parte dos empreendimentos enquadrados atualmente na modalidade LAC são renovações de empreendimentos que já estavam sob controle ambiental nas modalidades anteriores de tipos de licença", completa.

Na época em que o texto foi aprovado, o governo gaúcho defendeu que a medida modernizava a legislação, equilibrando proteção ambiental com incentivo aos investimentos e desenvolvimento econômico.

Sobre a pedido de manifestação feito pelo ministro Zanin, a Procuradoria Geral do Rio Grande do Sul informa, em nota, que está ciente e irá se manifestar no prazo estipulado.

O governo estadual enfrenta ainda outra ação no STF referente à mudança em outra legislação aprovada em abril deste ano que passou a considerar de utilidade pública e de interesse social obras de infraestrutura de irrigação, o que teria legalizado barragens e reservatórios em áreas de proteção ambiental. Movida pelo Partido Verde (PV), essa outra ação está sob a relatoria do ministro Edson Fachin, do STF.

Sociedade Foco inclui retomada de atividades como educação, planos de emergência, gestão de riscos e medidas de apoio à reconstrução

ONGs, essenciais na emergência, entram em nova fase de ação

Eduardo Graça
Do Globo

A tragédia climática gaúcha fez surgir uma corrente de solidariedade Brasil afora. Além de pessoas que se juntaram em trabalhos voluntários, grupo que uniu atletas famosos a personagens anônimos, dezenas de ONGs se mobilizaram para acolher as demandas do Estado e de sua população atingida pelas enchentes. São ações de todo tipo: de distribuição de refeições a resgate de animais, de campanhas de doação a apoio psicológico. A ONG Comunitas criou um fundo para impulsionar a retomada da educação. A Ação da Cidadania e a Central Única das Favelas (Cufa) recolheram roupas e alimentos.

Coordenador nacional de gestão de risco e desastre da Cruz Vermelha, Djair Soares, que vive em Brasília, está há quase 50 dias no Rio Grande do Sul. Fica pelo menos até o fim de junho, quando chega nova equipe da organização humanitária focada na reconstrução do Estado, "tão importante quanto a ajuda emergencial". Só no primeiro mês de ação, a Cruz Vermelha atuou em 60 cidades gaúchas e distribuiu 732 mil litros de água e 174 mil toneladas de alimentos em mais de 8 mil cestas básicas.

Soares enfatiza que é preciso manter o ritmo de ajuda. Em maio, diz ele, foi central a "impressionante sensibilidade das pessoas". Mas o natural, como ele próprio testemunhou nas enchentes recentes no Acre, na Bahia e no litoral norte de São Paulo, é a redução no volume de doações com o passar do tempo. "Só que as necessidades humanitárias seguem no período de recuperação das comunidades, e a continuidade e a transformação do suporte são essenciais, especialmente após um desastre que superou qualquer outro no Brasil em sua complexidade. Nunca havíamos atuado em uma realidade em que mais de 450 municípios declararam ao mesmo tempo estado de emergência e com volume tão alto de chuva."

Desde a primeira semana de maio, a Cruz Vermelha trabalhou nas áreas mais castigadas da região metropolitana de Porto Alegre e nos vales do Taquari e do Caí. Seu centro logístico, em Caxias do Sul, foi criado em um espaço de 3.800 m² cedido pela Faculdade Anhanguera. Lá seguem, além da equipe local, 170 voluntários, 19 deles de outros Estados. "Logo percebemos que os caminhões de ajuda simplesmente não tinham onde desembarcar. Esquematizamos, então, a triagem, controlamos o estoque e separamos os itens de primeira necessidade", diz Soares.

> "As necessidades seguem no período de recuperação das comunidades"
> *Djair Soares*

Também foi importante a expertise da organização na gestão da equipe. Entre tantos voluntários de diversas regiões do país, muitos não sabiam como agir corretamente. Os treinamentos, realizados em tempo recorde, foram cruciais na ajuda a comunidades indígenas e quilombolas, que sofreram de forma desproporcional com o desabastecimento, segundo Soares. "Criamos um sistema de distribuição de água, alimentos e remédios para 995 pessoas".

Em meados de junho, começou uma nova fase da atuação, focada na recuperação dos locais afetados, ajudando na elaboração de planos comunitários de emergência e evacuação e na gestão de riscos e desastres.

À frente da Justiça Climática do Greenpeace Brasil, Igor Travassos lembra que outro aspecto essencial na atuação dessas organizações será a fiscalização das ações de reconstrução anunciadas pelo poder público. "Agora é garantir que a população afetada seja incluída de modo protagonista na decisão de como as ações acontecerão, algo que muitas vezes não ocorre", diz.

ANDRÉ BORGES

Voluntários limpam igreja em Arroio do Meio (RS); manter ajuda é essencial, diz coordenador da Cruz Vermelha

GUSTAVO MANSUR/ PALÁCIO PIRATINI

Voluntários levam doações para desalojados pelas enchentes de São Leopoldo abrigados em ginásio municipal

Projeto 'Reconstrói Rio Grande do Sul' começa hoje

De São Paulo

O trabalho de reconstrução do Rio Grande do Sul, após as enchentes que castigaram o Estado em maio, exige um esforço conjunto de todas as esferas de governo, do setor privado e de iniciativas da sociedade civil. Com foco em dar informações e discutir caminhos, o projeto especial "Reconstrói Rio Grande do Sul" começa hoje na Editora Globo e no Sistema Globo de Rádio.

Sem descuidar da necessidade de atendimento às vítimas afetadas pelas chuvas, como as milhares de famílias que ficaram desabrigadas e tiveram que buscar refúgio, a cobertura dos veículos entra hoje em nova fase, jogando luz sobre a reconstrução do Estado gaúcho, das escolas aos negócios, da saúde à mobilidade.

O caderno publicado hoje no **Valor** e em "O Globo" e as reportagens especiais que irão ao ar na CBN são a primeira iniciativa de uma plataforma que cobrirá as iniciativas da reconstrução e abarcará também as outras marcas da editora.

Estima-se que 2,4 milhões de gaúchos foram diretamente afetados pela tragédia climática. Até 25 de junho, a Defesa Civil do Estado contabilizava 178 mortos e 34 desaparecidos. Além disso, havia 10.485 pessoas vivendo em abrigos e quase 389 mil desalojados. Foram 478 municípios diretamente impactados pelas enchentes de maio, de um total de 497. Os prejuízos econômicos ainda estão sendo contabilizados, mas são bilionários. Apenas os recursos federais disponibilizados chegam a cerca de R$ 60 bilhões.

Todo o ganho líquido do caderno especial, de R$ 1.053.659, obtido a partir da venda de anúncios, será doado para três instituições sem fins lucrativos: Ação da Cidadania, Central Única de Favelas (Cufa) e Cruz Vermelha Rio Grande do Sul. No total, foram 22 anunciantes que se juntaram aos três veículos para viabilizar a doação: Aegea, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, BNDES, Braskem, BRF Marfrig, Claro, CPFL, Febraban, Gerdau, Grupo HDI (Yelum, HDI e Aliro) JBS, L'Oréal, Lwart, Multiplan, Novonor, Phyto Restore, Renner, Suzano, Vibra, Vivo, Volkswagen Caminhões e Whirlpool.

A plataforma escolhida para realizar as doações é a "Para Quem Doar" (paraquemdoar.com.br), criada pela Globo e administrada pela Benfeitoria, que desde 2011, com uma rede robusta de curadores, mapeia iniciativas e atua na mobilização de recursos para projetos de impacto cultural, social, econômico e ambiental em todas as regiões do país.

INÊS 249